

# EDUCAÇÃO, SAÚDE E SOCIEDADE: INVESTIGAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

---

HELENA PORTES SAVA DE FARIAS

  
epilaya  
Editora

Helena Portes Sava de Farias  
Organizadora

EDUCAÇÃO, SAÚDE E SOCIEDADE:  
INVESTIGAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS  
FUTURAS

1ª Edição



Rio de Janeiro – RJ  
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação, saúde e sociedade [livro eletrônico]: investigações, desafios e perspectivas futuras / Organizadora Helena Portes Sava de Farias. – Rio de Janeiro, RJ: Epitaya, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-87809-55-7

1. Educação. 2. Saúde. 3. Sociedade. I. Farias, Helena Portes Sava de

CDD 370

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior –CRB6/2422**

Epitaya Propriedade Intelectual Editora Ltda  
Rio de Janeiro / RJ  
contato@epitaya.com.br  
<http://www.epitaya.com.br>



Helena Portes Sava de Farias  
Organizadora

EDUCAÇÃO, SAÚDE E SOCIEDADE:  
INVESTIGAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS  
FUTURAS



Rio de Janeiro – RJ  
2022



## **CONSELHO EDITORIAL**

<b>EDITOR RESPONSÁVEL</b>	Bruno Matos de Farias
<b>ASSESSORIA EDITORIAL</b>	Helena Portes Sava de Farias
<b>ASSISTENTE EDITORIAL</b>	Milene Cordeiro de Farias
<b>MARKETING / DESIGN</b>	Gercton Bernardo Coitinho
<b>DIAGRAMAÇÃO/ CAPA</b>	Bruno Matos de Farias
<b>REVISÃO</b>	Autores

---

## **COMITÊ CIENTÍFICO**

<b>PESQUISADORES</b>	Profa. Kátia Eliane Santos Avelar
	Profa. Fabiana Ferreira Koopmans
	Profa. Maria Lelita Xavier
	Profa. Eluana Borges Leitão de Figueiredo
	Profa. Maria Regina da Silva Pinheiro
	Profa. Cleide Gonçalo Rufino
	Profa. Roberta Kele Ribeiro Ferreira
	Profa. Pauline Balabuch
	Prof. Thiago de Freitas França
	Prof. Daniel da Silva Granadeiro

## APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que lhes apresento o e-book intitulado “EDUCAÇÃO, SAÚDE E SOCIEDADE: INVESTIGAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS”. Nele foi possível reunir vinte artigos de pesquisadores brasileiros nas diversas áreas do conhecimento como fruto de suas pesquisas acadêmicas, de iniciação científica, Trabalho de Conclusão de Curso e dissertações de mestrado.

O capítulo 1 intitulado “EFETIVIDADE E EFICÁCIA EM DIFERENTES MODALIDADES DE EXERCÍCIOS NO TRATAMENTO DA SÍNDROME DA DOR PATELOFEMORAL: REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS” tem por objetivo verificar na literatura, através de revisão bibliográfica a eficácia de diferentes exercícios no tratamento da síndrome da dor patelofemoral (SDPF).

No capítulo 2 intitulado “APRENDIZAGEM E CONSTRUÇÃO DE JOGOS LÚDICOS EM MATEMÁTICA E OS PROBLEMAS NORTEADORES DAS DIFICULDADES NO ENSINO MÉDIO” Este estudo visa elucidar e coletar dados sobre a Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática e os Problemas Norteadores das Dificuldades no Ensino Médio, dentro e fora do ambiente escolar, pretendendo fazer uma abordagem sobre Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática como instrumento educativo para solucionar problemas de aprendizagem no desenvolvimento cognitivo do aluno no Ensino Médio.

O capítulo 3 “QUAL O FUTURO DAS BIBLIOTECAS NO BRASIL? AS BIBLIOTECAS COMO ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS” trabalho é uma análise a respeito das bibliotecas brasileiras na atualidade. Faz uma apresentação sucinta dos tipos de bibliotecas existentes com definições retiradas da literatura especializada em português e em inglês.

No capítulo 4 “LEI 13.964/2019/BRASIL: PACOTE ANTICRIME” o autor busca discutir as medidas de segurança do Pacote anticrime propostas pelo MP e também uma análise sobre a tentativa frustrada da proposição do Juiz das garantias ao pacote.

O capítulo 5 “ESTUDO COMPARATIVO DOS CUSTOS GERADOS PELO NASCIMENTO DE CRIANÇAS COM SÍFILIS CONGÊNITA EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA NO ANO DE 2017” apresenta que a sífilis congênita é uma das mais graves doenças evitáveis da gestação, se for realizado um pré-natal eficiente e tratamento qualificado das infectadas. Desta maneira, visa demonstrar o impacto financeiro gerado aos cofres públicos, pelo nascimento de crianças com sífilis congênita, devido ao não cumprimento de um pré-natal eficaz, como preconiza o Ministério da Saúde (MS).

No capítulo 6 “ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DO ABSENTÉISMO DE PACIENTES EM CONSULTAS E EXAMES AGENDADOS PELOS SISTEMAS DE SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA” Os artigos revelaram uma multicausalidade de fatores que geram absenteísmo, os

quais pode-se citar o tempo de espera, esquecimento, falhas na comunicação, e barreiras socioculturais e econômicas.

O capítulo 7 “AVALIAÇÃO DO GRAU DE INCAPACIDADE FÍSICA POR HANSENÍASE EM MINAS GERAIS” é um estudo ecológico realizado no estado de Minas Gerais, avaliando casos novos notificados entre 2008 e 2018. Excluiu-se casos de recidiva ou erro diagnóstico.

No capítulo 8 “ENFERMEIROS EMPREENDEDORES NA SAÚDE DA MULHER” as autoras apresentam o estudo do empreendedorismo na saúde da mulher, utilizando como metodologia a revisão documental, tendo como objeto de pesquisa o instagram, buscando perfis de enfermeiras que atuam empreendendo na saúde da mulher.

O capítulo 9 “EXCLUSÃO NO SISTEMA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO FILME “ENCONTRANDO FORRESTER” apresenta uma discussão sobre os temas: fracasso escolar, a questão sociorracial na educação e o embate concepção “bancária” de educação vs educação dialógica, constatados por nós no filme “Encontrando Forrester”.

No capítulo 10 “O USO DE APLICATIVO COMO FERRAMENTA FACILITADORA DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DIFICULDADES EM MATEMÁTICA” apresenta que a dificuldade de aprendizagem é uma situação momentânea na vida do aluno, que não consegue caminhar em seus processos escolares, dentro do currículo esperado pela escola, acarretando comprometimento em termos de aproveitamento.

O capítulo 11 “REUSO DE PNEUS NA CONSTRUÇÃO DE MUROS DE GRAVIDADE” O estudo de caso abordado busca analisar a técnica de estabilização de encostas com pneus desenvolvida no bairro de Jacarepaguá no Rio de Janeiro, Brasil.

No capítulo 12 “PRÁTICAS GRUPAIS E INTEGRATIVAS COMO ESTRATÉGIA PARA CRIANÇAS ONCOLÓGICAS HOSPITALIZADAS” tem como objetivo a investigação de Práticas Grupais e Integrativas de saúde, como estratégia para assistência em enfermagem de crianças oncológicas hospitalizadas e seus familiares.

O capítulo 13 “O ATIVISMO JUDICIAL COMO TÉCNICA APLICÁVEL EM DECISÕES JUDICIAIS NO ÂMBITO DO 2º GRAU, NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS” tem como objetivo analisar algumas decisões judiciais no âmbito da 2ª instância, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e identificar se os magistrados estão sendo ativistas em suas decisões.

No capítulo 14 “AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS PARTICIPANTES DE UM GRUPO DE TERCEIRA IDADE – ESTUDO TRANSVERSAL” o presente estudo teve como objetivo avaliar a qualidade de vida em idosos participantes de um grupo de 3ª idade.

O capítulo 15 “REFUGIADOS, O ADVENTO E A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA” analisa o advento e a evolução da legislação Brasileira sobre refugiados, esta que originou as políticas de proteção e

acolhimento de migrantes oriundos de diversos Países em constantes conflitos étnicos, culturais, políticos e religiosos.

No capítulo 16 “RELEVÂNCIA DA ECMO E RESPONSABILIDADE DO ENFERMEIRO FRENTE À TERAPIA EM NEONATOS” tem como objetivo elucidar sobre a importância da implantação da ECMO para neonatos, identificar os critérios para indicação e contra-indicação e descrever a responsabilidade e conduta do enfermeiro frente à terapia da ECMO.

O capítulo 17 “A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A BUSCA DA SUSTENTABILIDADE E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA” a autora apresenta que diante do panorama atual da relação sociedade e meio ambiente, a qual encontra-se em crise crescente quanto a degradação ambiental e desigualdades sociais, a busca por soluções é indispensável. Sendo assim, a educação ambiental pode ser vista como uma ferramenta básica para a quebra de paradigmas sociais, promoção da sustentabilidade e para a construção da cidadania.

No capítulo 18 “ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO E CONTROLE DA INFECÇÃO HOSPITALAR” os autores buscam incentivar a prática correta de higienizar as mãos; reforçar o uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPI'S) e refletir sobre a importância do manejo dos procedimentos invasivos.

O capítulo 19 “PRÁTICAS DE ENFERMAGEM PARA A DETECÇÃO PRECOCE DE CÂNCER DE MAMA EM MULHERES NA ATENÇÃO BÁSICA” evidencia a funcionalidade das práticas de enfermagem voltadas para a detecção precoce de câncer de mama em mulheres na Atenção Básica.

No capítulo 20 “A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE ITAGUARU (1946-1960)” Este trabalho pretende discutir a trajetória do surgimento do município de Itaguaru, desde a criação do povoado em 1946, a criação do Distrito em 1952 e, por fim, a Emancipação Política em 1958.

Boa leitura!

**Profa MSc Helena Portes Sava de Farias**

Mestre em Desenvolvimento Local

Organizadora do E-book Educação, saúde e sociedade:  
investigações, desafios e perspectivas futuras

## SUMÁRIO

<i>Capítulo 1.....</i>	<i>11</i>
EFETIVIDADE E EFICÁCIA EM DIFERENTES MODALIDADES DE EXERCÍCIOS NO TRATAMENTO DA SÍNDROME DA DOR PATELOFEMORAL: REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS	
<i>Ronny Rodrigues Correia; Amanda Pierina Mateus; Willyane Caroline Andrade; Rafael Almeida de Luna; Gabriela Mariotoni Zago; Luis Felipe Orsi Gameiro</i>	
<i>Capítulo 2.....</i>	<i>31</i>
APRENDIZAGEM E CONSTRUÇÃO DE JOGOS LÚDICOS EM MATEMÁTICA E OS PROBLEMAS NORTEADORES DAS DIFICULDADES NO ENSINO MÉDIO	
<i>Franciane da Silva Roque; Mário César Gomes Ribeiro; Antônio Veira do Nascimento Filho; Rômulo Terminelis da Silva</i>	
<i>Capítulo 3.....</i>	<i>70</i>
QUAL O FUTURO DAS BIBLIOTECAS NO BRASIL? AS BIBLIOTECAS COMO ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	
<i>Maurício Chatel Vasconcellos Filho</i>	
<i>Capítulo 4.....</i>	<i>85</i>
LEI 13.964/2019/BRASIL: PACOTE ANTICRIME	
<i>Damião de Sousa Santos</i>	
<i>Capítulo 5.....</i>	<i>119</i>
ESTUDO COMPARATIVO DOS CUSTOS GERADOS PELO NASCIMENTO DE CRIANÇAS COM SÍFILIS CONGÊNITA EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA NO ANO DE 2017	
<i>Carine de Souza Jatobá; Fernanda Cordeiro Alexandrino; Sheila Oliveira Belas Silva; Kátia de Miranda Avena</i>	
<i>Capítulo 6.....</i>	<i>127</i>
ESTRATÉGIAS PARA O ENFRENTAMENTO DO ABSENTÉISMO DE PACIENTES EM CONSULTAS E EXAMES AGENDADOS PELOS SISTEMAS DE SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	
<i>Rejane Brandão Pinto; Camila de Nazaré Araújo Cardoso; Raimundo de Jesus Picanço da Costa; Patrícia Socorro Coelho Portal; Simony do Socorro de Vilhena Guimarães; Michele de Pinho Barreiros; Ilma Pastana Ferreira; Valéria Regina Cavalcante dos Santos</i>	

Capítulo 7.....	151
AVALIAÇÃO DO GRAU DE INCAPACIDADE FÍSICA POR HANSENÍASE EM MINAS GERAIS	
<i>Daniele dos Santos Lages; Bárbara Malaman Kerr; Isabela de Caux Bueno; Eyleen Nabyla Alvarenga Niitsuma; Sarah Lamas Vidal; Gabriel Correia Saturnino Reis; Tabatha Amanda Cerqueira de Carvalho; Francisco Carlos Félix Lana</i>	
Capítulo 8.....	161
ENFERMEIROS EMPREENDEDORES NA SAÚDE DA MULHER	
<i>Ana Paula Paixão Camargo da Silva; Alessandra Rodrigues da França; Carolina Mendes Brasil; Stefani de Souza Vieira Santana; Helena Portes Sava de Farias</i>	
Capítulo 9.....	171
EXCLUSÃO NO SISTEMA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DO FILME “ENCONTRANDO FORRESTER”	
<i>Orandes Carlos da Rocha Jr.</i>	
Capítulo 10.....	182
O USO DE APLICATIVO COMO FERRAMENTA FACILITADORA DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DIFICULDADES EM MATEMÁTICA	
<i>Verlandiuson Gomes de Oliveira</i>	
Capítulo 11.....	197
REUSO DE PNEUS NA CONSTRUÇÃO DE MUROS DE GRAVIDADE	
<i>Thaianne Oliveira de Matos; Guilherme Faria Souza Mussi de Andrade</i>	
Capítulo 12.....	216
PRÁTICAS GRUPAIS E INTEGRATIVAS COMO ESTRATÉGIA PARA CRIANÇAS ONCOLÓGICAS HOSPITALIZADAS	
<i>Andressa dos Santos de Araujo; Juliana Ferreira da Silva Milato; Thatiana de Oliveira Bernardino; Helena Portes Sava de Farias</i>	
Capítulo 13.....	233
O ATIVISMO JUDICIAL COMO TÉCNICA APLICÁVEL EM DECISÕES JUDICIAIS NO ÂMBITO DO 2º GRAU, NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	
<i>Vera Lúcia Arruda da Silva Corrêa</i>	

Capítulo 14.....	251
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS PARTICIPANTES DE UM GRUPO DE TERCEIRA IDADE – ESTUDO TRANSVERSAL	
<i>Roseli Aparecida Peterlini Bonfim; Claudia Bernardes Maganhini; Fernando Sluchensci dos Santos; Renan Felipe Pereira Gonçalves; Jessica Kot; Thays Barbosa Palermo</i>	
Capítulo 15.....	265
REFUGIADOS, O ADVENTO E A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
<i>Filipe Zappala Massi de Oliveira Francioni</i>	
Capítulo 16.....	279
RELEVÂNCIA DA ECMO E RESPONSABILIDADE DO ENFERMEIRO FRENTE À TERAPIA EM NEONATOS	
<i>Laura Marques de Carvalho; Jéssica Cristina Sales da Silva; Wilma Helena C. Rodrigues</i>	
Capítulo 17.....	297
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A BUSCA DA SUSTENTABILIDADE E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
<i>Roberta Alves da Silva Ferreira</i>	
Capítulo 18.....	314
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO E CONTROLE DA INFECÇÃO HOSPITALAR	
<i>Erica Ramos Cardoso; Matheus da Silva Ramos; Rayssa Montenegro da Silva; Thamires Silva Rivas; Helena Portes Sava de Farias</i>	
Capítulo 19.....	330
PRÁTICAS DE ENFERMAGEM PARA A DETECÇÃO PRECOCE DE CÂNCER DE MAMA EM MULHERES NA ATENÇÃO BÁSICA	
<i>Amanda Paixão Chipoleschi; Marianne Carvalho Saraiva; Tainá Santos Silva; Fabiana Ferreira Koopmans</i>	
Capítulo 20.....	348
A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE ITAGUARU (1946-1960)	
<i>Tarley de Carvalho Silva; Marcela Ítalo Rodrigues e Silva Bianco</i>	

**Ronny Rodrigues Correia**

Bacharel em Fisioterapia (UniMetrocamp);  
Especialista em Terapia Intensiva Adulto,  
Neonatologia e Pediatria pela (UniMax);  
Mestre em Cirurgia e Medicina Translacional pela  
(Unesp – Faculdade de Medicina de Botucatu – FMB);  
Doutorando em Cirurgia e Medicina Translacional pela  
(Unesp – Faculdade de Medicina de Botucatu – FMB);

**Amanda Pierina Mateus**

Bacharel em Fisioterapia (Faculdade Anhanguera);  
Especialista em Terapia Intensiva Adulto,  
Neonatologia e Pediatria (UniMax);

**Willyane Caroline Andrade**

Bacharel em Fisioterapia (Faculdade Anhanguera);  
Especialista em Terapia Intensiva Adulto,  
Neonatologia e Pediatria (UniMax);

**Rafael Almeida de Luna**

Bacharel em Fisioterapia (UNG)

**Gabriela Mariotoni Zago**

Bacharel em Fisioterapia (UNADERP);  
Especialista em Neurologia Infantil (UNICAMP)  
MBA em Gestão de Pessoas (UNIDERP);  
MBA em Gestão Estratégia de Negócios (UNIDERP);  
Mestre em Farmacologia (UNICAMP)

**Luis Felipe Orsi Gameiro**

Bacharel em Fisioterapia (FMR);  
Especialista em Medicina Desportiva pelo  
Centro de Metabolismo e Nutrição (FMB);  
Aprimoramento profissional em Fisioterapia Intensiva  
(Faculdade de Medicina de Botucatu – FMB);  
Mestre em Bases Gerais da Cirurgia  
(Unesp – Faculdade de Medicina de Botucatu – FMB);  
Doutorado em Bases Gerais da Cirurgia  
(Unesp – Faculdade de Medicina de Botucatu – FMB).

## RESUMO

**Introdução:** A síndrome da dor patelofemoral (SDPF) é uma condição musculoesquelética dolorosa, caracterizada por dor no joelho localizada na região anterior e região retropatelar da articulação do joelho. Acredita-se amplamente que o desalinhamento patelofemoral seja o principal mecanismo responsável pela dor anterior do joelho. Diversas terapias têm sido defendidas para o tratamento desta síndrome, o que sugere pouco consenso sobre o tratamento ideal, neste cenário são necessários estudos que enfatizem mais o benefício terapêutico, pois há evidências limitadas sobre quais terapias se basear. **Objetivo:** verificar na literatura, através de revisão



bibliográfica a eficácia de diferentes exercícios no tratamento da SDPF. **Materiais e métodos:** o artigo proposto consiste em uma revisão de literatura a partir de ensaios clínicos randomizados que estudassem diferentes técnicas no tratamento da SDPF. Para coletas de dados foi utilizada a base de dados eletrônica PEDro no período de junho de 2018 a janeiro de 2019. A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada utilizando os critérios de elegibilidade da escala PEDro. **Resultados:** foram encontrados 253 artigos. Foram incluídos seis ensaios clínicos randomizados. Cinco artigos foram avaliados com alta qualidade metodológica e um com qualidade moderada. Todos os participantes foram diagnosticados com síndrome de dor patelofemoral com base em sintomas clínicos. Os ensaios consistiram em populações com diferentes níveis de atividade. Diversas intervenções de terapia de exercício foram encontradas nos ensaios incluídos, foram elas; fortalecimento do quadril, fortalecimento do joelho, fortalecimento do quadril e joelho, alongamentos, fortalecimento do quadril e do CORE, treinamento de estabilização funcional. **Conclusão:** O fortalecimento muscular do quadril é eficaz na redução da intensidade da dor e na melhora das capacidades funcionais em pacientes com SDPF.

**Palavras-chave:** Síndrome da dor patelofemoral, Joelho, Terapia por exercício, Modalidades de fisioterapia.

## INTRODUÇÃO

### Síndrome patelofemoral

A síndrome da dor patelofemoral (SDPF) é uma condição musculoesquelética dolorosa, caracterizada por dor na articulação do joelho, apresentando início gradual da sensação dolorosa.<sup>1</sup>

Referida muitas vezes na região anterior e retro patelar, essa sensação dolorosa ocorre quando a carga é exercida principalmente nos músculos que estendem a perna ao subir escadas, agachar, correr, andar de bicicleta ou sentar-se com os joelhos.<sup>2,3</sup>

Como sintomatologia adicional podemos citar o déficit de força muscular, hiperalgesia mecânica generalizada, modulação da dor prejudicada, dor neuropática, função sensorio-motora prejudicada, e cinesiofobia.<sup>4-8</sup> A dor associada à disfunção femoropatelar limita o indivíduo em suas atividades de vida diária e ocupacionais além de reduzir significativamente os níveis de atividade física, vale ressaltar que como complicação podemos ter o surgimento da osteoartrite patelofemoral.<sup>9,10</sup>

Afeta principalmente adolescentes e adultos jovens, especialmente os fisicamente ativos e as mulheres, no entanto, a prevalência desse transtorno em populações não selecionadas ainda não é claro<sup>11,12</sup>. Não há testes diagnósticos específicos, o diagnóstico geralmente é baseado em sintomas clínicos, o exame físico deve se concentrar na identificação dos fatores biomecânicos intrínsecos que predis põem o atleta à SDPF. A

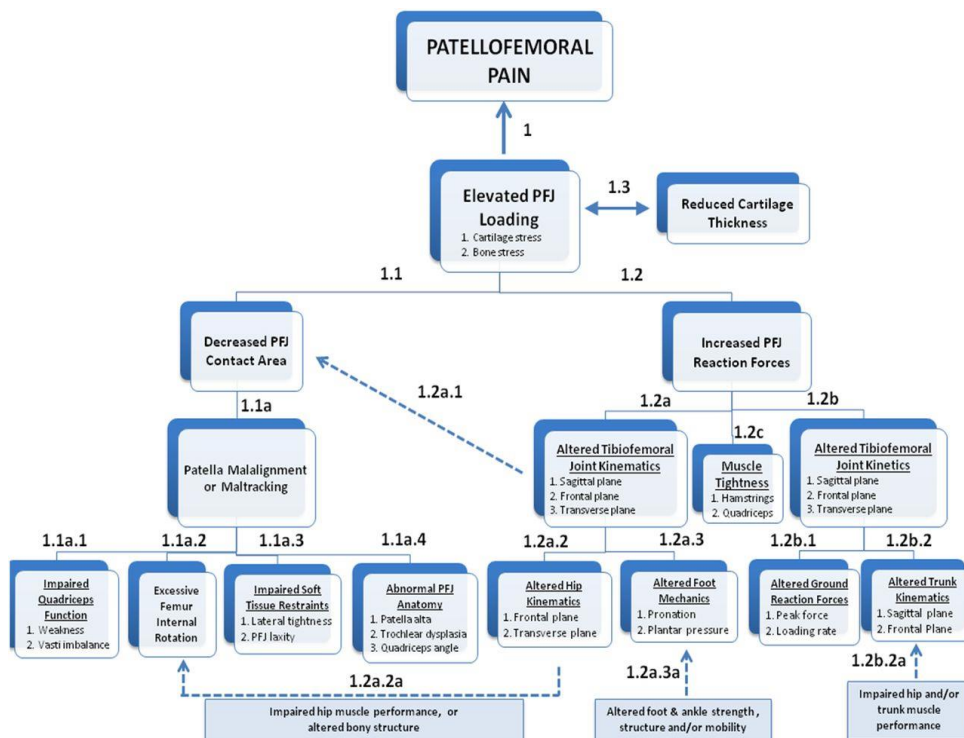
inspeção visual pode revelar fatores anatômicos como valgo excessivo ou deformidade em varo, anteversão femoral, torção externa da tíbia, má posição da patela, inserção lateral excessiva do tendão patelar (ângulo quadricipital aumentado), pé cavo ou pé plano.<sup>13,14</sup>

## **Etiologia**

A etiologia da SDPF é uma interação complexa e sofre influências anatômicas, biomecânicas, psicológicas, sociais e comportamentais, embora não seja totalmente esclarecida, acredita-se que sua causa seja multifatorial<sup>15</sup>. Alguns autores defendem que as causas mais comuns sejam; alterações mecânicas e estruturais na articulação patelofemoral, mau alinhamento da patela, fraqueza dos músculos extensores do joelho, flexibilidade muscular fraca e alteração da cinemática dos membros inferiores.<sup>16</sup>

No 4º Retiro Internacional de Pesquisa da Dor Patelofemoral<sup>15</sup> o Dr. Christopher Powers apresentou um esboço da estrutura do modelo patomecânico, que foi baseado em consensos anteriores dos três Retiros de Pesquisa de Dor Patelofemoral anteriores.<sup>17-19</sup> Na reunião, todos os participantes (clínicos-pesquisadores e cientistas pesquisadores) participaram de uma discussão abrangente do modelo preliminar e concordaram com a estrutura geral (Figura 1). Após o retiro, os autores realizaram uma revisão completa da literatura pertinente relacionada às vias específicas especificadas no modelo patomecânico<sup>15</sup>.

Numerosos fatores associados à SDPF têm sido relatados na literatura, mas a interação entre esses fatores de risco propostos e a entidade clínica ainda não está clara, um fluxograma apresentado no 4º Retiro Internacional de Pesquisa da Dor Patelofemoral<sup>15</sup>, reúne os principais fatores dessa condição (figura 1).



**Figura 1-** Visão geral esquemática de vias potenciais para o estresse articular patelofemoral elevado, proposto por pesquisadores no 4º Retiro Internacional de Pesquisa da Dor Patelofemoral.

### Mecanismo fisiopatológico

Acredita-se amplamente que o desalinhamento patelofemoral seja o principal mecanismo responsável pela dor anterior do joelho. Como a patela atua como uma alavanca para os músculos extensores do joelho, qualquer alteração no ângulo do joelho também afetará a força máxima do quadríceps<sup>16,18</sup>. A função do quadríceps prejudicada é um achado comum em pessoas com SDPF, mas seu papel no mau alinhamento da patela e / ou maltracking não é claro<sup>15</sup>.

Estudos recentes mostraram que a patela de pessoas com SDPF tende a desviar lateralmente dentro do sulco troclear femoral em uma extensão maior do que o normal durante o movimento do joelho, levando a uma diminuição na área de contato patelofemoral e a um aumento na pressão na superfície articular, resultando assim em inflamação do tecido peripatelar e dor,<sup>18,20</sup>

Fatores como medo relacionado à dor, ansiedade, depressão, catastrofização e autoeficácia têm sido associados à dor e incapacidade.

Eles também foram identificados como barreiras para a recuperação e como fatores que limitam o potencial de melhoria com a reabilitação<sup>21</sup>.

## **Tratamento fisioterapêutico**

Várias intervenções não cirúrgicas são sugeridas para o tratamento, como mobilização articular, agentes eletrofísicos, bandagem patelar, órteses de pé, acupuntura, agulhamento a seco, fortalecimento muscular entre outras.<sup>21</sup>

O 5º Retiro Internacional de Pesquisas Patelofemorais (Gold Coast, Austrália, 2017)<sup>21</sup> sugere algumas recomendações sobre a aplicação de terapia de exercícios e intervenções físicas, o consenso apoiam o uso de terapia de exercícios para reduzir a dor a curto, médio e longo prazo e melhorar a função a médio e longo prazo (especialmente a combinação de exercícios focalizados no quadril e no joelho) intervenções e órteses do pé para melhorar a dor e / ou a função em pessoas com dor patelofemoral. O uso de mobilizações patelofemoral, de joelho ou lombar isoladamente, ou agentes eletrofísicos, não é recomendado. Há incerteza quanto ao uso de bandagem / órtese patelar, acupuntura / agulhamento seco, técnicas de tecidos moles manuais, treinamento de restrição do fluxo sanguíneo e treinamento de marcha em pacientes com dor patelofemoral<sup>21</sup>. Diversas terapias têm sido defendidas para o tratamento desta disfunção, o que sugere pouco consenso sobre o tratamento ideal, neste cenário são necessários estudos que enfatizem mais o benefício terapêutico, pois existem evidências limitadas sobre quais terapias se basear<sup>22</sup>.

## **OBJETIVO**

Avaliar a efetividade e eficácia em diferentes modalidades de exercícios no tratamento da síndrome da dor patelofemoral através de uma revisão sistemática.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

O artigo proposto consiste em uma revisão sistemática de literatura, na tentativa de incluir apenas os ensaios clínicos randomizados que tivessem como metodologia de tratamento diferentes técnicas de fortalecimento muscular no tratamento da SDPF. Para coletas de dados foi utilizada a base de dados eletrônica PEDro no período de junho de 2018 a janeiro de 2019.

A estratégia de busca baseou-se utilizando os seguintes termos e operadores booleanos para acesso da literatura científica:

*[Patellofemoral pain syndrome OR Patellofemoral pain AND Anterior knee pain].*

## **Critérios de Inclusão**

Os artigos elegíveis foram escolhidos se:

- (1) Fossem ensaios clínicos randomizados, com participantes de qualquer idade e ambos os sexos;
- (2) Publicados a partir do ano de 2009;
- (3) Estudos que comparavam terapias por exercício de fortalecimento versus controle (sem tratamento e placebo) terapia por exercício de fortalecimento versus diferentes intervenções conservadoras (taping, órtese e estimulação elétrica neuromuscular EENM) comparações de diferentes exercícios ou programas de terapia de exercícios;
- (4) Os desfechos apresentados deveriam estar relacionados a medida de dor, funcionalidade ou melhora relatada pelo paciente;
- (5) Processo de randomização e ocultação da alocação;
- (6) Artigos publicados na íntegra;
- (7) qualidade metodológica alta ( $\geq 7$ ) e moderada (4 a 6), conforme Saltychev<sup>23</sup>.

## **Critérios de exclusão**

Revisões de literatura, estudos de caso, artigos publicados antes do ano de 2009, não comparação do grupo caso versus controle, não utilização de medida validada para avaliação dos resultados, se não houvesse alocação secreta dos grupos, registros em outra língua que não o inglês, resumos não disponíveis ou textos incompletos, intervenções invasivas, cirurgia ou terapia farmacológica como tratamento, baixa qualidade metodológica ( $\leq 3$ ), se a mostra apresentasse alguma doença prévia, tais como: síndrome de Hoffa, síndrome de Osgood Schlatter, síndrome de Sinding-Larsen-Johansson, síndrome de atrito da banda iliotibial, tendinite, neuromas, patologia intra-articular, incluindo osteoartrite, artrite reumatoide, lesões traumáticas ligamentos, rupturas meniscais, fraturas patelares e luxação patelar), síndromes de plica e patologias mais raras, conforme proposto por Van der Heijden<sup>2</sup>.

A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada por este pesquisador utilizando os critérios de elegibilidade da escala PEDro<sup>23</sup> (Figura 2). A escala de qualidade PEDro em inglês possui propriedades de medida satisfatórias, apresentando uma moderada confiabilidade entre examinadores sua validade já foi testada e confirmada em diversos estudos, confirmando que ela é capaz de distinguir entre estudos controlados aleatorizados de boa qualidade e de má qualidade<sup>24,25</sup>. Usando a escala PEDro para avaliação, os artigos com mais pontuações “Sim” são de maior qualidade, dada a escala da avaliação<sup>26</sup>.  
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6044587/> - B18

**Figura 2** - Escala de qualidade PEDro (versão em português)

<b>Escala de qualidade PEDro – português (Brasil)</b>
1. Os critérios de elegibilidade foram especificados.
2. Os sujeitos foram aleatoriamente distribuídos por grupos (em um estudo cruzado, os sujeitos foram colocados em grupos, de forma aleatória, de acordo com o tratamento recebido).
3. A alocação dos sujeitos foi secreta.
4. Inicialmente, os grupos eram semelhantes no que diz respeito aos indicadores de prognóstico mais importantes.
5. Todos os sujeitos participaram de forma cega no estudo.
6. Todos os terapeutas que administraram a terapia fizeram-no de forma cega.
7. Todos os avaliadores que mediram pelo menos um resultado-chave fizeram-no de forma cega.
8. Mensurações de pelo menos um resultado-chave foram obtidas em mais de 85% dos sujeitos inicialmente distribuídos pelos grupos.
9. Todos os sujeitos a partir dos quais se apresentaram mensurações de resultados receberam o tratamento ou a condição de controle conforme a alocação ou, quando não foi esse o caso, fez-se a análise dos dados para pelo menos um dos resultados-chave por "intenção de tratamento".
10. Os resultados das comparações estatísticas intergrupos foram descritos para pelo menos um resultado-chave.
11. O estudo apresenta tanto medidas de precisão como medidas de variabilidade para pelo menos um resultado-chave.

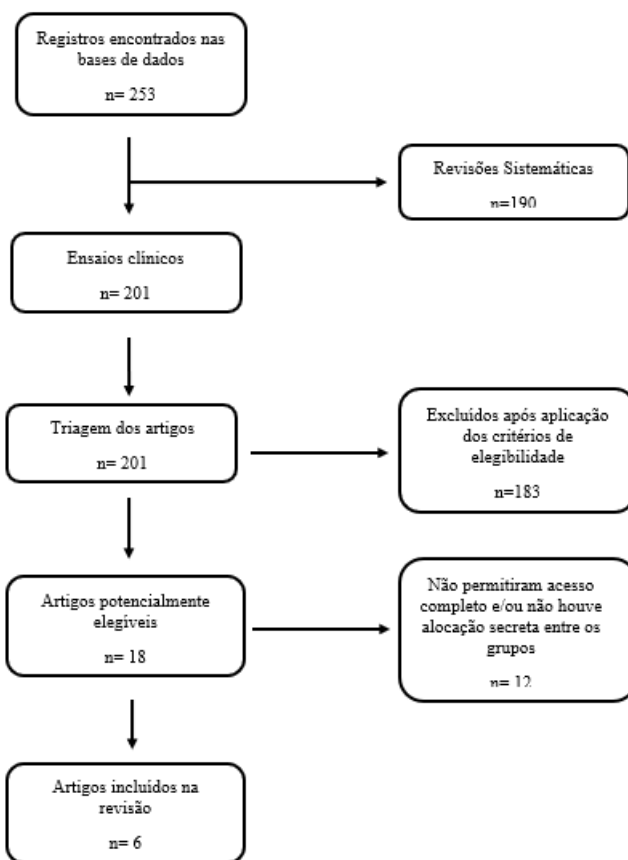
## **RESULTADOS**

Foram encontrados 253 registros no banco de dados eletrônico da PEDro.

A pesquisa identificou 253 artigos, dos quais 52 não eram elegíveis por se tratar de revisões sistemáticas, restando 201 artigos, após aplicação dos critérios de elegibilidade através da leitura do título e resumo restaram 18

artigos potencialmente elegíveis, 12 desses artigos foram excluídos por não permitirem acesso completo e/ou não haver alocação secreta dos grupos.

Um fluxograma resumindo o processo de seleção dos estudos é apresentado na figura 3.



**Figura 3** – Fluxograma representativo do total de artigos encontrados nas bases de dados, incluídos e excluídos para análise completa.

### Avaliação da qualidade metodológica

Os seis artigos incluídos<sup>27-32</sup> foram avaliados usando a escala PEDro<sup>23</sup>. Todos os estudos<sup>27-32</sup> realizaram alocação aleatória para randomizar os indivíduos em cada grupo, alocação oculta dos sujeitos em cada grupo e todos os grupos foram estatisticamente semelhantes antes da intervenção, o que reduziu o risco de viés de seleção. Os resultados da avaliação da lista de verificação da qualidade da PEDro23 estão resumidos na tabela 1.

Avaliação de verificação de qualidade dos artigos incluídos<sup>27-32</sup> recebeu pontuação de pelo menos 6. Dadas as pontuações avaliadas pela escala PEDro<sup>23</sup>, os artigos incluídos variam de alta qualidade<sup>27-31</sup> a qualidade moderada<sup>32</sup>. Dois estudos<sup>30,32</sup> não realizaram o cegamento do avaliador, todos os demais artigos<sup>27,28,29,31</sup> o fizeram.

**Tabela.1** Avaliação de verificação de qualidade metodológica

Autor	Critérios											Qualidade metodológica
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	
Saad MC, <i>et al.</i> (2018) <sup>27</sup>	N	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10
Fukuda TY, <i>et al.</i> (2012) <sup>28</sup>	S	S	S	S	N	N	S	S	S	S	S	8/10
Ahmed Hamada, et al. (2017) <sup>29</sup>	N	S	S	S	N	N	S	S	N	S	S	7/10
Baldon, et al. (2014) <sup>30</sup>	S	S	S	S	N	N	N	S	S	S	S	7/10
Fukuda TY, <i>et al.</i> (2010) <sup>31</sup>	S	S	S	S	N	N	S	S	N	S	S	7/10
Ferber, et al. (2015) <sup>32</sup>	S	S	S	S	N	N	N	N	S	S	S	6/10

I= critérios de elegibilidade, II= Alocação aleatória, III= Alocação oculta, IV= Comparabilidade de linha de base, V= Assuntos cegos, VI=Terapeutas cegos, VII= Avaliadores cegos, VIII= Acompanhamento adequado, IX= Análise da intenção de tratar, X= Comparações entre grupos, XI= Estimativas pontuais e variabilidade. (Nota: O item dos critérios de elegibilidade não contribui para a pontuação total).

### Tamanho da amostra

No total, 423 participantes, 75 do sexo masculino (17,7%) e 348 do sexo feminino (82,3%).

### Participantes

Todos os participantes foram diagnosticados com síndrome de dor patelofemoral com base em sintomas clínicos, os critérios de duração dos sintomas variaram entre  $\geq 4$  semanas<sup>32</sup> e  $\geq 12$  semanas<sup>28</sup>.

O número de participantes nos grupos de intervenção nos estudos variou de trinta<sup>29</sup> à cento e noventa e nove<sup>32</sup>, e a idade entre dezoito<sup>30</sup> e quarenta anos<sup>28</sup>.



Os ensaios consistiram em populações com diferentes níveis de atividade. Um resumo dos critérios diagnósticos de elegibilidade é apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2.** Critérios diagnósticos de elegibilidade

Artigo	População	Sintoma	Duração dos Sintomas	Dor provocada por atividades funcionais
Saad MC, <i>et al.</i> (2018) <sup>27</sup>	40 Atletas recreativas do sexo feminino com dor patelofemoral	dor anterior no joelho com intensidade $\geq 3$ na EVA	$\geq 12$ semanas	Subir / descer escadas, correr, ajoelhar, agachar, sentar ou saltar por longos períodos
Fukuda TY, <i>et al.</i> (2012) <sup>28</sup>	54 mulheres com SDPF	dor anterior no joelho	$\geq 12$ semanas	Subir/ descer escadas, agachamento, ajoelhar e saltar
Ahmed Hamada, <i>et al.</i> (2017) <sup>29</sup>	21 Mulheres e 9 Homens com SDPF	dor anterior no joelho ou retropatelar	$\geq 6$ semanas	Subir escadas, agachamento, corrida, ajoelhar e saltar
Baldon, <i>et al.</i> (2014) <sup>30</sup>	31 atletas recreativas do sexo feminino com dor patelofemoral	dor anterior no joelho $\geq 3$ na EVA	$\geq 8$ semanas	Subir / descer escadas, agachar, correr, ajoelhar, saltar e sentar
Fukuda TY, <i>et al.</i> (2010) <sup>31</sup>	70 Mulheres com diagnóstico de SDPF	dor anterior no joelho	$\geq 12$ semanas	Subir e descer escadas, agachar, ajoelhar, saltar, sentar por um longo período
Ferber, <i>et al.</i> (2015) <sup>32</sup>	66 homens e 133 mulheres com dor patelofemoral	dor anterior no joelho com intensidade $\geq 3$ na EVA	$\geq 4$ semanas	Durante ou depois de atividade prolongada, subir/ descer escadas, ajoelhar, sentar

## Intervenções

Uma gama de intervenções de terapia de exercício foram encontradas nos ensaios incluídos, foram elas; fortalecimento do quadril<sup>27,29</sup>, fortalecimento do joelho<sup>27-32</sup>, fortalecimento do quadril e joelho<sup>28,31</sup>, alongamentos<sup>27,30</sup>, fortalecimento do quadril e do CORE<sup>32</sup>, treinamento de estabilização funcional<sup>30</sup> e nenhuma intervenção<sup>27,31</sup>.

As ferramentas de avaliação de resultados foram: o teste de salto unipodal<sup>28,29,31</sup>, EVA<sup>27,30,32</sup>, AKPS<sup>27,28,29,31,32</sup>, sistema de avaliação de vídeo<sup>27,30</sup>, dinamômetro portátil<sup>27,32</sup> LEFS<sup>28,30,31</sup>, NPRS<sup>28,31</sup>, GRS<sup>30</sup>.

O período de intervenção variou de quatro semanas<sup>29</sup> a oito semanas<sup>27</sup>, exercitaram-se em média três vezes por semana, detalhes

individuais do estudo, incluindo tamanho da amostra e protocolos de intervenção entre os grupos, frequência, período e ferramentas de avaliação de resultados são apresentados na tabela 3.

**Tabela 3.** Diferentes tipos de intervenções e dados epidemiológicos

Artigo	População	Intervenções	Frequência/Período	Ferramentas de avaliação
Saad MC, et al. (2018) <sup>7</sup>	40 Atletas recreativas do sexo feminino com dor patelofemoral	Grupo de fortalecimento do quadríceps  Grupo de fortalecimento de quadril  Grupo de alongamentos  Grupo controle	2x por semana durante 8 semanas	Escala Visual Analógica (EVA)  Escala de Dor Anterior do Joelho (AKPS)  sistema de câmera de vídeo <i>Qualisys® Pro-Reflex</i>  Dinamômetro portátil
Fukuda TY, et al. (2012) <sup>8</sup>	54 mulheres com SDPF	Exercício de joelho  Exercício de joelho e quadril	3x por semana durante 4 semanas	Escala numérica de 11 pontos de dor (NPRS) Escala de Dor Anterior do Joelho (AKPS)  Escala funcional dos membros inferiores (LEFS)  Teste de salto unipodal
Ahmed Hamada, et al. (2017) <sup>9</sup>	21 Mulheres e 9 Homens com SDPF	Grupo A: Fortalecimento do quadril Grupo B: Fortalecimento do joelho	3x por semana durante 4 semanas	Escala de Dor Anterior do Joelho (AKPS)  Teste de salto unipodal

Baldon, et al. (2014) <sup>30</sup>	31 atletas recreativas do sexo feminino com dor patelofemoral	Treinamento Padrão  Treinamento de estabilização funcional	3x por semana durante 8 semanas	<p>Escala Visual Analógica (EVA)</p> <p>Escala funcional dos membros inferiores (LEFS)</p> <p>Escala de avaliação de mudança global (GRC)</p> <p><i>MotionMonitor software</i></p>
Fukuda TY, et al (2010) <sup>31</sup>	70 Mulheres com diagnóstico de SDPF	Exercício de joelho  Exercício de joelho e quadril  Grupo controle	3x por semana durante 4 semanas	<p>Escala numérica de 11 pontos de dor (NPRS)</p> <p>Escala funcional dos membros inferiores (LEFS)</p> <p>Escala de Dor Anterior do Joelho (AKPS)</p> <p>Teste de salto unipodal</p>
Ferber, et al. (2015) <sup>32</sup>	66 homens e 133 mulheres com dor patelofemoral	Fortalecimento do quadril e do CORE  Fortalecimento do Joelho	3x por semana durante 6 semanas	<p>Escala Visual Analógica (EVA)</p> <p>Escala de Dor Anterior do Joelho (AKPS)</p> <p>Dinamômetro portátil</p>

**Tabela 4.** Apresentação dos objetivos e conclusões individuais de cada estudo.

**Objetivos e conclusões individuais**

<b>Autor/Ano</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Conclusões</b>
Saad MC, et al. (2018) <sup>27</sup>	Avaliar o efeito de três tipos de intervenção no exercício em pacientes com Dor patelofemoral e verificar as contribuições de cada intervenção para controle da dor, função e cinemática dos membros inferiores.	Exercícios de fortalecimento do quadril não foram mais eficazes na dor e função em comparação com exercícios de quadríceps ou exercícios de alongamento em mulheres com PFP.
Fukuda TY, et al. (2012) <sup>28</sup>	Determinar se adicionar exercícios de fortalecimento do quadril a um programa convencional de exercício de joelho produz melhores resultados em longo prazo do que os exercícios convencionais de joelho em mulheres SDPF	Exercícios de fortalecimento do joelho complementados por exercícios de fortalecimento da musculatura póstero-lateral do quadril foram mais efetivos do que os exercícios de joelho isoladamente para melhorar a função em longo prazo e reduzir a dor em mulheres sedentárias com SDPF.
Ahmed Hamada, et al. (2017) <sup>29</sup>	Comparar a eficiência dos exercícios de quadril associados aos exercícios de joelho versus apenas exercícios de joelho sobre dor, função e força muscular isocinética em pacientes com SDPF.	O fortalecimento dos músculos abdutores do quadril e rotadores laterais pode desempenhar um papel importante no tratamento patelofemoral.
Baldon, et al. (2014) <sup>30</sup>	Comparar os efeitos do treinamento de estabilização funcional versus treinamento padrão em dor e função do joelho, cinemática dos membros inferiores e tronco, resistência muscular do tronco e força muscular excêntrica de quadril e joelho em mulheres com DPF.	Um programa de intervenção que consiste em exercícios de fortalecimento muscular do quadril e controle de movimento de membro inferior e tronco é mais benéfico para melhorar a dor, função física, cinemática e força muscular quando comparado a um programa que consiste apenas em exercícios de fortalecimento do quadríceps.

Fukuda TY, et al (2010) <sup>31</sup>	Investigar a influência do fortalecimento da musculatura abduutora do quadril e do rotator lateral na dor e função de mulheres com SDPF	Programas de reabilitação com foco em exercícios de fortalecimento do joelho, complementados por exercícios de fortalecimento do quadril, foram eficazes para melhorar a função e reduzir a dor em mulheres sedentárias com SDPF
Ferber, et al. (2015) <sup>32</sup>	Comparar a dor, a função, a força muscular do quadril e do joelho e a resistência do CORE entre os protocolos KNEE e HIP	Ambos os protocolos de reabilitação HIP e KNEE produziram melhorias na PFP, função e força durante 6 semanas. Embora os resultados tenham sido semelhantes, o protocolo HIP resultou em uma resolução mais precoce da dor e em maiores ganhos gerais de força em comparação com o protocolo KNEE.

## DISCUSSÃO

Este artigo teve como objetivo verificar na literatura, através de revisão bibliográfica a eficácia de diferentes exercícios no tratamento da síndrome da dor patelofemoral.

Todos os estudos incluídos<sup>28-32</sup> com exceção ao estudo de Saad, et al<sup>27</sup>, identificaram que o fortalecimento do joelho isoladamente é menos eficaz do que exercícios multiarticulares que envolvam também a articulação do quadril.

Uma hipótese comumente aceita para a etiologia da SDPF baseia-se na pressão articular patelofemoral excessiva, secundária ao rastreamento patelar deficiente, a <https://www.jospt.org/doi/10.2519/jospt.2010.3246> assim, muitas intervenções clínicas focalizaram diretamente a patela, com o objetivo de tentar corrigir o alinhamento e o movimento da patela<sup>2,31</sup>. Essas intervenções com o efeito direto pretendido no alinhamento da patela incluíram o fortalecimento do quadríceps, especialmente as fibras oblíquas do músculo vasto medial, alongamento dos isquiotibiais e da banda iliotibial, mobilização da patela e bandeamento patelar, entre outros<sup>31</sup>.

Recentemente a teoria sobre a mudança de posição da patela não causada apenas pelo desequilíbrio do quadríceps, mas pela mudança de posição do fêmur em atividades da cadeia cinética fechada devido a uma fraqueza do quadril ganhou força<sup>27</sup>. Assim, o fortalecimento dos músculos estabilizadores do quadril, especialmente os abdutores e rotadores laterais, como indicado por Powers<sup>33</sup>, mudou a opinião e a conduta do tratamento proposto por clínicos e pesquisadores<sup>27-32</sup>.

Saad MC, et al<sup>27</sup> avaliaram o efeito de três tipos de intervenções, fortalecimento do quadríceps, fortalecimento do quadril e alongamentos em quarenta atletas recreativas do sexo feminino com dor patelofemoral durante oito semanas e constatou que exercícios de fortalecimento do quadril não foram mais eficazes na dor e função em comparação com exercícios de quadríceps ou exercícios de alongamento.

Estudos realizados anteriormente<sup>28,29,31</sup> constaram que o de fortalecimento do joelho complementados por exercícios de fortalecimento da musculatura do quadril são mais efetivos do que os exercícios de joelho isoladamente para melhorar a função e reduzir a dor em pacientes com SDPF. A justificativa para essas intervenções é apoiada pelo embasamento teórico, levantando a hipótese de que o movimento excessivo do quadril, especialmente nos planos frontal e transversal, exerça pressão sobre a articulação patelofemoral<sup>21</sup>. Esse movimento excessivo do quadril pode estar relacionado à fraqueza dos músculos ao redor da articulação do quadril. Nesse caso, pacientes com SDPF poderiam se beneficiar do fortalecimento muscular do quadril, uma vez que essa intervenção pode reduzir o movimento excessivo do quadril e, como consequência, o estresse excessivo da articulação patelofemoral. Como resultado, o fortalecimento muscular do quadril tem sido proposto como um tratamento eficaz para reduzir a dor e melhorar a função em pacientes com dor patelofemoral<sup>34</sup>.

As mulheres, em particular, são propensas a desvantagens biomecânicas, incluindo diminuição da força do quadríceps e dos rotadores externos do quadril, alteração da cinemática com tarefas dinâmicas, aumento do ângulo Q e aumento da rotação interna do quadril, o que pode predispor as mulheres aos sintomas associados a essa síndrome<sup>35,36</sup>.

Diante desses fatores biomecânicos, as mulheres experimentam uma maior prevalência dessa afecção quando comparadas às suas contrapartes masculinas. A prevalência foi relatada tão alta quanto 1,5 vezes maior em mulheres do que em homens<sup>37</sup>. Isso vai de encontro aos resultados encontrados neste estudo. Os grupos eram formados em sua grande maioria<sup>29,32</sup>, ou exclusivamente por mulheres<sup>27,28,30,31</sup>.

O fortalecimento da musculatura das articulações do quadril e joelho pode ajudar a proporcionar melhor estabilidade e postura em ambas as articulações por meio de ativação neuromuscular aprimorada, hipertrofia muscular e aumento da área de secção transversal muscular que pode contrapor muitos dos fatores anatômicos inerentes que predisõem as mulheres aos sintomas da SDPF<sup>38</sup>. Esses achados sugerem que o fortalecimento da musculatura em ambas as articulações do quadril e joelho é mais eficaz na diminuição da dor e melhora da função de pacientes que sofrem com essa condição.

É importante destacar que a presente pesquisa tem algumas limitações. A qualidade metodológica foi aplicada apenas por este pesquisador, um dos estudos incluídos não utilizou o avaliador de forma cega, e outro não houve acompanhamento adequado aumentando o risco de viés e podendo influenciar nos resultados supracitados. A população consistia em

diferentes níveis de atividade, sendo esses não discutidos nesse estudo, porém, a atividade exercida pelos participantes dos estudos pode influenciar nos resultados. Não foi objetivo desse estudo a comparação do fortalecimento muscular com o treinamento sensório-motor. Assim, estudos futuros podem identificar se há influência dos diferentes níveis de atividades em relação a dor e função em pacientes com SDPF. E se o treinamento sensório-motor pode trazer benefícios para indivíduos com essa condição.

## CONCLUSÃO

Esta revisão encontrou evidências de alta e moderada qualidade, de que o fortalecimento muscular pode resultar em redução clinicamente importante da dor e melhora da capacidade funcional de indivíduos com SDPF. Há evidências de que o fortalecimento dos músculos do quadril associados a exercícios de fortalecimento de joelho pode ser mais eficazes na redução da dor e melhora da função do que os exercícios de fortalecimento de joelho isolado em indivíduos com SDPF, no entanto, mais pesquisas precisam ser concluídas para ser concluir melhora na força muscular.

## REFERÊNCIAS

- 1 CALLAGHAN, Michael J.; SELFE, James. Patellar taping for patellofemoral pain syndrome in adults. **The Cochrane Library**, v. 2012, n. 4, p. 1-41, 2012.
- 2 VAN DER HEIJDEN, Rianne et al. Exercise for treating patellofemoral pain syndrome. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, v. 2017, n. 6, 2015.
- 3 MARTIMBIANCO, Ana Luiza C. et al. Neuromuscular electrical stimulation (NMES) for patellofemoral pain syndrome. **The Cochrane Library**, 2017.
- 4 RATHLEFF, Michael Skovdal et al. Impaired conditioned pain modulation in young female adults with long-standing patellofemoral pain: a single blinded cross-sectional study. **Pain Medicine**, v. 17, n. 5, p. 980-988, 2015.
- 5 FINGLETON, C. et al. Pain sensitization in people with knee osteoarthritis: a systematic review and meta-analysis. **Osteoarthritis and cartilage**, v. 23, n. 7, p. 1043-1056, 2015.
- 6 JENSEN, Roar; KVALE, Alice; BAERHEIM, Anders. Is pain in patellofemoral pain syndrome neuropathic?. **The Clinical journal of pain**, v. 24, n. 5, p. 384-394, 2008.
- 7 YOSMAOGLU, Hayri Baran et al. Is there a relationship between tracking ability, joint position sense, and functional level in patellofemoral pain syndrome?. **Knee Surgery, Sports Traumatology, Arthroscopy**, v. 21, n. 11, p. 2564-2571, 2013.

8 DOMÉNECH, Julio; SANCHIS-ALFONSO, Vicente; ESPEJO, Begona. Changes in catastrophizing and kinesiophobia are predictive of changes in disability and pain after treatment in patients with anterior knee pain. **Knee surgery, sports traumatology, arthroscopy**, v. 22, n. 10, p. 2295-2300, 2014.

9 THOMAS, Martin J. et al. Anterior knee pain in younger adults as a precursor to subsequent patellofemoral osteoarthritis: a systematic review. **BMC musculoskeletal disorders**, v. 11, n. 1, p. 201, 2010.

10 CROSSLEY, Kay M. Is patellofemoral osteoarthritis a common sequela of patellofemoral pain?. 2014.

11 FRYE, Jamie L.; RAMEY, Lindsay N.; HART, Joseph M. The effects of exercise on decreasing pain and increasing function in patients with patellofemoral pain syndrome: a systematic review. **Sports Health**, v. 4, n. 3, p. 205-210, 2012.

12 JAYASEELAN, Dhinu J. et al. The effects of joint mobilization on individuals with patellofemoral pain: a systematic review. **Clinical rehabilitation**, v. 32, n. 6, p. 722-733, 2018.

13 SEIDENBERG, et al. **The sports medicine resource manual**. 1ª. ed. Philadelphia: Elsevier Saunders, 2008.

14 ROUSH, James R.; BAY, R. Curtis. Prevalence of anterior knee pain in 18–35 year-old females. **International journal of sports physical therapy**, v. 7, n. 4, p. 396, 2012.

15 POWERS, Christopher M. et al. Evidence-based framework for a pathomechanical model of patellofemoral pain: 2017 patellofemoral pain consensus statement from the 4th International Patellofemoral Pain Research Retreat, Manchester, UK: part 3. **Br J Sports Med**, v. 51, n. 24, p. 1713-1723, 2017.

16 BOLGLA, Lori A.; BOLING, Michelle C. An update for the conservative management of patellofemoral pain syndrome: a systematic review of the literature from 2000 to 2010. **International journal of sports physical therapy**, v. 6, n. 2, p. 112, 2011.

17 DAVIS, Irene S.; POWERS, Christopher. Patellofemoral pain syndrome: proximal, distal, and local factors. **Journal of Orthopaedic & Sports Physical**, v. 40, n. 3, p. A3-A5, 2010. Patellofemoral Research Retreat. *J Orthop Sports Phys Ther* 2010;40(3):A1-A48.



18 CALLAGHAN, MICHAEL; COLLINS, NATALIE; SHEEHAN, FRANCIS. Patellofemoral Pain: Proximal, Distal, and Local Factors 2nd International Research Retreat. **Journal of orthopaedic & sports physical therapy**, v. 42, n. 6, p. A1-A20, 2012.

19 WITVROUW, Erik et al. Patellofemoral pain: consensus statement from the 3rd International Patellofemoral Pain Research Retreat held in Vancouver, September 2013. **Br J Sports Med**, v. 48, n. 6, p. 411-414, 2014.

20 KAYA, Defne et al. Women with patellofemoral pain syndrome have quadriceps femoris volume and strength deficiency. **Knee Surgery, Sports Traumatology, Arthroscopy**, v. 19, n. 2, p. 242-247, 2011.

21 COLLINS, Natalie J. et al. 2018 Consensus statement on exercise therapy and physical interventions (orthoses, taping and manual therapy) to treat patellofemoral pain: recommendations from the 5th International Patellofemoral Pain Research Retreat, Gold Coast, Australia, 2017. **Br J Sports Med**, v. 52, n. 18, p. 1170-1178, 2018.

22 ARROLL, Bruce et al. Patellofemoral pain syndrome: a critical review of the clinical trials on nonoperative therapy. **The American journal of sports medicine**, v. 25, n. 2, p. 207-212, 1997.

23 VERHAGEN, Arianne P. et al. The Delphi list: a criteria list for quality assessment of randomized clinical trials for conducting systematic reviews developed by Delphi consensus. **Journal of clinical epidemiology**, v. 51, n. 12, p. 1235-1241, 1998.

24 SHIWA, Sílvia Regina et al. PEDro: a base de dados de evidências em fisioterapia. **Fisioterapia em Movimento**, v. 24, n. 3, 2017.

25 MAHER, Christopher G. et al. Reliability of the PEDro scale for rating quality of randomized controlled trials. **Physical therapy**, v. 83, n. 8, p. 713-721, 2003.

26- MOHER, David; JADAD, Alejandro R.; TUGWELL, Peter. Assessing the quality of randomized controlled trials: current issues and future directions. **International journal of technology assessment in health care**, v. 12, n. 2, p. 195-208, 1996.

27 SAAD, Marcelo Camargo et al. Is hip strengthening the best treatment option for females with patellofemoral pain? A randomized controlled trial of three different types of exercises. **Brazilian journal of physical therapy**, 2018.

28 FUKUDA, Thiago Yukio et al. Hip posterolateral musculature strengthening in sedentary women with patellofemoral pain syndrome: a randomized controlled clinical trial with 1-year follow-up. **journal of orthopaedic & sports physical therapy**, v. 42, n. 10, p. 823-830, 2012.

29 HAMADA, Hamada Ahmed et al. Carryover effect of hip and knee exercises program on functional performance in individuals with patellofemoral pain syndrome. **Journal of physical therapy science**, v. 29, n. 8, p. 1341-1347, 2017.

30 BALDON, Rodrigo De Marche et al. Effects of functional stabilization training on pain, function, and lower extremity biomechanics in women with patellofemoral pain: a randomized clinical trial. **Journal of orthopaedic & sports physical therapy**, v. 44, n. 4, p. 240-A8, 2014.

31 FUKUDA, Thiago Yukio et al. Short-term effects of hip abductors and lateral rotators strengthening in females with patellofemoral pain syndrome: a randomized controlled clinical trial. **journal of orthopaedic & sports physical therapy**, v. 40, n. 11, p. 736-742, 2010.

32 FERBER, Reed et al. Strengthening of the hip and core versus knee muscles for the treatment of patellofemoral pain: a multicenter randomized controlled trial. **Journal of athletic training**, v. 50, n. 4, p. 366-377, 2015.

33 POWERS, Christopher M. The influence of altered lower-extremity kinematics on patellofemoral joint dysfunction: a theoretical perspective. **Journal of Orthopaedic & Sports Physical Therapy**, v. 33, n. 11, p. 639-646, 2003.

34 SANTOS, Thiago RT et al. Effectiveness of hip muscle strengthening in patellofemoral pain syndrome patients: a systematic review. **Brazilian journal of physical therapy**, v. 19, n. 3, p. 167-176, 2015.

35 BOLING, M. et al. Gender differences in the incidence and prevalence of patellofemoral pain syndrome. **Scandinavian journal of medicine & science in sports**, v. 20, n. 5, p. 725-730, 2010.

36 BOLING, Michelle C. et al. A prospective investigation of biomechanical risk factors for patellofemoral pain syndrome: the Joint Undertaking to Monitor and Prevent ACL Injury (JUMP-ACL) cohort. **The American journal of sports medicine**, v. 37, n. 11, p. 2108-2116, 2009.

37 SCALI, Kristen et al. IS MULTI-JOINT OR SINGLE JOINT STRENGTHENING MORE EFFECTIVE IN REDUCING PAIN AND IMPROVING FUNCTION IN WOMEN WITH PATELLOFEMORAL PAIN

SYNDROME? A SYSTEMATIC REVIEW AND META-ANALYSIS. **International journal of sports physical therapy**, v. 13, n. 3, p. 321, 2018.

38 COLLINS, Natalie J. et al. 2018 Consensus statement on exercise therapy and physical interventions (orthoses, taping and manual therapy) to treat patellofemoral pain: recommendations from the 5th International Patellofemoral Pain Research Retreat, Gold Coast, Australia, 2017. **Br J Sports Med**, p. bjsports-2018-099397, 2018.

**Franciane da Silva Roque**

Graduação Licenciatura em Matemática (IFRR/CAPES/UAB/IERR)

**Mário César Gomes Ribeiro**

Graduação Licenciatura em Matemática (IFRR/CAPES/UAB/IERR)

**Antônio Veira do Nascimento Filho**

Graduação Licenciatura em Matemática (IFRR/CAPES/UAB/IERR)

**Rômulo Terminelis da Silva**

Psicólogo. Pedagogo.

Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional e Clínico.

Pós-graduado em Neuropsicologia.

Pós-graduado em Terapia Cognitivo Comportamental.

Pós-graduado em Metodologia Científica,

Normas Técnicas e Orientação para Trabalhos Acadêmicos.

Mestre em educação (Universidade Católica Dom Bosco-UCDB).

Doutorado em Educação (Universidade Católica Dom Bosco-UCDB).

Pós-doutorado em Educação (Universidade Católica Dom Bosco-UCDB).

Professor Formador nível I - 2022 (CAPES/IFRR/UAB/IERR),  
no Sistema de Gestão de Bolsas, no programa Universidade Aberta (UAB)

Instituto Federal de Educação, Ciências E Tecnologia de

Roraima, como orientador de TCC II.

Membro de Banca Examinadora de Pós-Graduação do

Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Pró-Reitoria de Ensino e Diretoria de Educação a Distância Universidade.

## RESUMO

Este estudo visa elucidar e coletar dados sobre a Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática e os Problemas Norteadores das Dificuldades no Ensino Médio, dentro e fora do ambiente escolar, pretendendo fazer uma abordagem sobre Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática como instrumento educativo para solucionar problemas de aprendizagem no desenvolvimento cognitivo do aluno no Ensino Médio. O problema pesquisado pautou-se em: Como a Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática podem contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio? Os objetivos específicos propostos, foram: Desenvolver habilidades e competências na organização de projeto lúdico em matemática contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem do aluno no ensino médio; Estimular o pensamento independente, a criatividade e a capacidade de resolver problemas; e Proporcionar a aquisição de novos conhecimentos através do lúdico no ensino da matemática. A aprendizagem por meio da Construção de Jogos Lúdicos em Matemática podem contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem e permitir que o aluno adquira conhecimentos matemáticos. Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de

pesquisa sob a linha bibliográfica, em caráter exploratório, de abordagem qualitativa, de campo e descritiva. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo. Havendo ainda notoriamente várias vertentes e possibilidades a serem analisadas em estudos futuros, e, por conseguinte, mais aprofundados.

**Palavras-chave:** Matemática; Aprendizagem; Jogos Lúdicos.

## INTRODUÇÃO

A presente investigação versa sobre a Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática e os Problemas Norteadores das Dificuldades no Ensino Médio. Nesta investigação que teve foco, analisar a aprendizagem e a construção de Jogos Lúdicos em Matemática como instrumento educativo, socializador e cognitivo na aprendizagem do aluno superando as dificuldades de aprendizagem encontrada. A aprendizagem por meio de jogos permite que o estudante adquira conhecimentos matemáticos através de um processo alternativo aos padrões tradicionais, incorporando características lúdicas, que potencializam a discussão de ideias. A Construção de Jogos Lúdicos em Matemática e a maneira pedagógica onde professor desenvolve no aluno o aspecto psicológico, intelectual, emocional, físico-motora, social e protagonista diante das habilidades e competências de ensino.

Quando da proposição relativa ao objetivo geral presente neste estudo, este pautou-se por buscar: Analisar o desenvolvimento dos alunos no Ensino Médio, através da Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática, contribuindo para solucionar as dificuldades de aprendizagem na construção de novos saberes de forma lúdica e prazerosa.

Em se tratando dos objetivos específicos propostos, tem-se que estes versaram por buscar-se: Desenvolver habilidades e competências na organização de projeto lúdico em matemática contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem do aluno no ensino médio; Estimular o pensamento independente, a criatividade e a capacidade de resolver problemas; e Proporcionar a aquisição de novos conhecimentos através do lúdico no ensino da matemática.

Deste modo, o que se almeja com a implementação desta pesquisa e, seus posteriores resultados, é sim ressaltar a importância de práticas pedagógicas da Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática e suas contribuições através de uma Metodologia diferenciada de Ensino–Aprendizagem, no desenvolvimento de novos saberes e competências a serem trabalhadas despertando o protagonismo estudantil, para que o aluno seja o sujeito do seu processo de ensino e aprendizagem. Pois, é desta forma que este estudo se justifica quanto a sua abordagem. O objeto da pesquisa e situação problema está em: Como a Aprendizagem e

Construção de Jogos Lúdicos em Matemática podem contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio?

Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica e de campo, em caráter exploratório, de maneira qualitativa, contextualmente, correlacional e descritivamente. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo.

Para melhor aproveitamento da discussão sobre o tema distribuiu-se a investigação em três capítulos assim estruturados: 1 Revisão bibliográfica, Teórico no qual se fez uma releitura aos grandes teóricos como: Sadovsky (2007), PARRA (1993), TAHAN (2006), Nóvoa (1995), Dr. Rômulo Terminelis da Silva (2021), FREIRE (1996), NALLIN (2005), OLIVEIRA (2000), KISHIMOTO (2002), VYGOTSKY (1999), SANTOS (1997), ANTUNES (2003), WINNICOTT (1975), AWAD (2008), MOYLES (2002), entre outros citados na pesquisa, e também, leitura pontual da construção do texto final com base nas orientações do guia do IFRR; 2 Métodos e técnicas (materiais e métodos ou metodologia) Marco Metodológico especifica-se o nível de conhecimento a ser obtido e o processamento da análise dos dados obtidos e 3 Resultados e discussão analisando a interpretação e discussão dos resultados da investigação. Havendo ainda notoriamente várias vertentes e possibilidades a serem analisadas em estudos futuros e mais pormenorizados.

## **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **As dificuldades de Aprendizagem dos Alunos no Ensino da Matemática**

A pesquisadora Sadovsky (2007, p. 15) relata que o baixo desempenho dos alunos em matemática é uma realidade em muitos países, não só no Brasil. Hoje o ensino de Matemática se resume em regras mecânicas oferecida pela escola, que ninguém sabe onde utilizar. Falta formação aos docentes para aprofundar os aspectos mais relevantes, aqueles que possibilitam considerar os conhecimentos prévios dos alunos, as situações e os novos saberes a construir.

De fato, diante dos avanços tecnológicos os conteúdos passaram a ser mais complexos e a formação tornou-se insuficiente, pois se esperava que professor de matemática ensinasse cálculos. Hoje, sabemos que as calculadoras, computadores e outros elementos tecnológicos são recursos úteis que podem realizar de modo mais rápido e eficiente às tarefas propostas, isto é, podendo ser um valioso instrumento para auto - avaliação, verificação de resultados, correção de erros. Além disso, os alunos ganham tempo na execução dos cálculos.

Assim, a sociedade espera do professor outras competências que possibilitem a formação de crianças autônomas, capazes de ler diferentes formas de representação e de elaborar ideias para novos problemas, além

das atividades desenvolvidas em sala de aula. PARRA (1993, p. 11). Isto significa que, tanto os educadores matemáticos como a escola devem estar em constante evolução para atuarem no mundo moderno, o que será proveitoso não só para os alunos, futuros interessados, mas para todo conjunto da sociedade.

Pois, não há dúvida que, diante dos avanços tecnológicos do século atual, o homem de hoje necessita de preparação para sobreviver em um mundo tão competitivo, e a aplicação da Matemática faz-se necessária, como por exemplo o relato de um marinheiro, que por ter o conhecimento de sua exata longitude, fato descoberto vinte séculos atrás, foi salvo de um possível naufrágio, exemplifica como o estudo do tema que a princípio não apresentava utilidade prática, porém, hoje tem vastas aplicações vitais (TAHAN, 2006, p. 148). Ainda segundo (TAHAN, 2006), quando os geômetras da antiguidade estudavam as seções cônicas, quem poderia prever que dois mil anos depois, desenvolveriam um papel fundamental na construção de telescópios em astronomia. Matemática é uma Ciência em constante evolução, pode ser considerada como um corpo de conhecimento constituído por teorias bem determinadas, sendo aplicável a todas as disciplinas e desempenha um papel dominante na ciência moderna. Na verdade, aprender matemática não é tarefa fácil, mas é preciso inovar o ensino mostrando cada vez mais a importância dessa área do conhecimento no dia a dia. Com isso, o aluno tende a ser um sujeito crítico e participativo para que o processo de ensino e aprendizagem possa fluir naturalmente.

## **A Didática da Matemática e as Dificuldades Enfrentadas Pelos Professores de Matemática em Sala de Aula.**

A formação de professores é um conceito amplo. Entende-se que as pesquisas voltadas a essa temática podem estar relacionadas a aspectos diferenciados, tais como, formação inicial e continuada, formação do professor em início de carreira, aprendizagem dos alunos, capacidade de ensinar do professor, desenvolvimento profissional docente, condições de trabalho na escola, relacionamento com os professores experientes, entre outros aspectos que caracterizam a complexidade da profissão docente e da formação de seu profissional.

Formação significa o ato ou efeito de formar, mas ainda pode significar constituição, caráter ou modo pelo qual se constituiu uma mentalidade. Primeiramente, ressalta-se a necessidade de compreender que a palavra formação tem significado próprio, não podendo ser confundida com outros termos que lhe são correlatos. Além disso, é preciso considerar que o conceito de formação possui uma dimensão que é pessoal e se relaciona ao desenvolvimento humano, o que impossibilita sua vinculação restrita ao âmbito da técnica. Finalmente, é importante que seja levada em conta a responsabilidade que tem o indivíduo pela própria formação, que precisa, assim, ser buscada e facilitada por ele de forma ativa (GARCIA, 1999).

De acordo com Nóvoa (1995, p. 39), “o ingresso na carreira docente

é um período de exploração em que os professores investigam as nuances da profissão e vivenciam situações muitas vezes controversas”. Para esse autor, a iniciação à docência se estende até o terceiro ano de práticas e é caracterizada por duas fases distintas: a sobrevivência e a descoberta.

A fase da sobrevivência corresponde ao contato inicial do professor com a realidade escolar. Essa fase é caracterizada pela preocupação que o professor tem consigo mesmo, pela dificuldade de enfrentar a gestão do tempo e da escola, dificuldade de estabelecer relações com os alunos, de se adaptar aos materiais didáticos disponíveis, etc. Já a fase da descoberta está ligada intrinsecamente com o sentimento de realização do iniciante, de ter a sua própria classe, seus alunos e de ser agora, um profissional na área da educação.

Para Feiman-Nemser (1983) citado por Garcia (1999) o período de iniciação à docência caracteriza-se em quatro fases. A primeira fase é denominada de pré-treino e inclui todas as experiências que os professores iniciantes tiveram enquanto alunos. Essas experiências podem influenciá-los durante o exercício da docência, pois o professor passa a repetir algumas práticas utilizadas pelos seus mestres durante a formação. A segunda fase, denominada de formação inicial, é caracterizada pelo processo teórico e formal de preparação para ser professor, vivenciada nas instituições específicas. A terceira, denominada iniciação, trata dos primeiros anos da docência. É considerada uma etapa marcante na vida do professor. A última fase é denominada formação permanente. Relaciona-se ao período que contempla as atividades de formação planejadas pelas instituições e pelos próprios professores ao longo da carreira docente para permitir que o desenvolvimento profissional seja um processo contínuo.

## **As Dificuldades Enfrentadas nos Processos de Ensino e Aprendizagem da Matemática Pelos Alunos do Ensino Médio**

A matemática tem sido considerada muitas vezes como um corpo de conhecimento imutável e verdadeiro que deve ser assimilado pelo sujeito. No entanto ela é uma ciência viva tanto no cotidiano dos cidadãos como nos centros de pesquisas ou de produção de novos conhecimentos os quais tem se constituído instrumentos úteis na solução de problemas científicos e tecnológicos em diferentes áreas do conhecimento.

Por ser tão abrangente esse processo não pode limitar-se a uma simples memorização de regras, técnicas e ao conhecimento formal de definições, pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou sua construção.” (FREIRE, 1996, p. 52). No âmbito escolar, o ensino da Matemática é visto como uma linguagem capaz de traduzir a realidade, estabelecer suas diferenças. A aplicação em contextos diferentes daqueles em que foram adquiridos exige muito mais que a simples decoração ou a solução mecânica de exercício, a exemplo de: domínio de conceitos, flexibilidade de raciocínio, capacidade de análise e abstração. Essas capacidades são necessárias em todas as áreas



de estudo. Fundamentar o ensino na dimensão social do aprendiz significa, entre outras coisas, respeitar as suas possibilidades de raciocínio e organizar situações que proporcionem o aperfeiçoamento desse raciocínio, significa estabelecer relações entre conteúdo, método e processos cognitivos. Este procedimento requer do professor: o domínio da matéria de estudo, a realização do mapeamento conceitual do conteúdo (reconhecimento dos conceitos básicos do assunto em pauta e das relações que se estabelecem entre eles). Requer também a identificação das modalidades de recursos cognitivos e dos conceitos cujo domínio os alunos manifestam em suas atividades.

Cabe ao professor planejar situações problemas (com sentido, isto é, que tenham significado para os estudantes) e escolher materiais que sirvam de apoio para o trabalho que eles realizarão nas aulas. Atividades que propiciem a sua manifestação sobre dados disponíveis e possíveis soluções para os problemas que desencadeiam suas atividades intelectuais. Nas situações voltadas para o saber matemático, o aluno é solicitado a pensar – fazer o que observa, a formular hipóteses; não, necessariamente, a encontrar uma resposta correta.

Só é possível deflagrar ideias matemáticas na cabeça de alguém, se esse alguém é colocado diante de uma situação envolvente que lhes seja provocadora, interessante, desafiante, e ao mesmo tempo, que seja capaz de estimular a aprendizagem. Não é uma situação lida em livros, não é uma situação apenas explicada oralmente, descrita ou exposta no quadro negro pelo professor. Tem que ser uma situação que estimule o aluno fazendo com que ele consiga aprender plenamente. De acordo com os PCNs (2001): O fato de o aluno ser estimulado a estimular sua própria resposta, questionar o problema, a transformar um dado problema uma fonte de novos problemas, evidenciar uma concepção de ensino e aprendizagem não pela mera reprodução de conhecimento mais pela via da ação refletida que constrói conhecimento.

## **Origem do Jogo**

Jogo surgiu no século XVI, os primeiros estudos relatam que foram em Roma e Grécia com o propósito de ensinar letras. No início do cristianismo a visão mudou e o jogo passou a ter um sentido de educação disciplinadora, de memorização e de obediência (NALLIN, 2005). No Renascimento (iniciou-se em 1493 durante a Idade Média no século XIV com a queda de Constantinopla e terminou em 1789 com a Revolução Francesa), o jogo entrou no cotidiano de todas as crianças, jovens e adultos como diversão, passatempo, sendo um facilitador do estudo que favorece o desenvolvimento da inteligência (NALLIN, 2005).

O autor Kishimoto (1993) diz que os jogos foram herdados de pais para filhos. Estes jogos foram transmitidos de geração em geração por meio de conhecimentos empíricos e permanecem na memória infantil. Já no Brasil a história dos jogos segundo Kishimoto (1993) foi influenciada pelos

portugueses, negros e índios nas brincadeiras das crianças brasileiras. Os jogos e brincadeiras presentes na cultura portuguesa, africana e indígena acabaram difundindo na cultura lúdica brasileira. Esta cultura lúdica é formada, entre outras coisas, por jogos geracionais e costumes lúdicos (ALVES, 2010 p. 173). Vygotsky (1896-1934) traz a abordagem histórico-cultural para o centro da aprendizagem escolar. Destaca as especificidades humanas como perceber, representar, explicar, atuar e sentir como originária da vida em sociedade. Afirma que o processo de desenvolvimento está enraizado nas ligações entre história individual e história social.

A importância dos jogos no ambiente escolar resulta na interação dos alunos e respeito entre o ganhador e perdedor, resultando numa prática educativa e recreativa como instrumento educacional, desenvolvendo assim o raciocínio lógico, físico e mental. A maioria dos alunos apresenta dificuldades na aprendizagem, sendo assim os professores devem procurar novas práticas pedagógicas para uma melhor assimilação do conteúdo.

Não é fácil ensinar matemática, entender e aprender muito menos, há a necessidade de usar práticas para auxiliar o professor, aluno e conhecimento no processo de ensino aprendizagem. Os jogos devem ser bem planejados como um recurso pedagógico eficaz para a construção do conhecimento matemático. Um instrumento utilizado nos dias atuais são os jogos matemáticos que conseguem transformar a sala de aula num ambiente diferente e divertido, pois ajuda na assimilação do conhecimento sendo um facilitador do processo ensino aprendizagem, saindo da rotina diária da sala de aula e trabalhando o raciocínio lógico, onde o aluno pensa para agir e fazer a melhor jogada. Por intermédio do jogo educativo que caracteriza o aprender.

## **O papel do professor no ensino da Matemática através dos Jogos**

Além de organizador o professor também é facilitador nesse processo. Não mais aquele que expõe todo o conteúdo aos alunos, mas aquele que fornece as informações necessárias, que o aluno não tem condições de obter sozinho.

(Parâmetros Curriculares Nacionais, Matemática (BRASIL 1998) Os jogos só terão resultado desde que o professor tenha claro quais são seus objetivos. O professor tem que ter clareza que os jogos expandem o conhecimento, a colaboração mútua, favorece a autonomia do aluno e estimula uma aprendizagem significativa. Os recursos didáticos para os jogos são importantes para compreensão e admiração da matemática. O professor deve mostrar ao aluno que o jogo sem a intervenção pedagógicas quanto aos procedimentos em determinadas jogadas se fazem necessárias, pois irá refletir sobre as estratégias e tomadas de decisões qual a melhor jogada a ser realizada, deixando o jogo interessante no âmbito escolar como no meio social onde estamos inseridos.

O ensino de Matemática tem vários objetivos, mas um deles é ensinar o aluno a resolver problemas, e os jogos representam uma boa situação-

problema, sendo o professor um mediador que cumpre a prática pedagógica com o exercício de avaliar os alunos e também propor boas questões, potencializando a capacidade de compreensão dos fatos e conceitos matemáticos. Os jogos possibilitam situações problemas que exigem soluções imediatas e ajudam a desenvolver um raciocínio rápido. Isto facilita o planejamento na construção e ações positivas diante dos erros, podendo explorar o espírito questionador dos alunos mostrando que os jogos matemáticos, poderão ajudá-lo na solução de problemas do dia a dia e das atividades proposta pelo professor, instigando a investigação científica e assim sendo um instrumento valioso para compreensão do mundo. A participação nos jogos também representa uma conquista cognitiva, emocional, moral e social para o estudante.

Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem do aluno

Segundo o dicionário online lúdico são atividades que faz referência ao jogo e as brincadeiras, sendo assim o lúdico são representadas pelo jogo e brincadeiras com objetivo de ofertar divertimento, prazer em desenvolver certa habilidade, e para a psicanálise através do lúdico o profissional será capaz de identificar e perceber atitudes interligadas com o cotidiano do aluno.

Não existe aprendizagem sem o lúdico, a motivação através da ludicidade é uma excelente estratégia no auxílio da aprendizagem de crianças [...], pois ao brincar a criança apresenta características de um ser completamente livre. (Rizzo Pinto,1997, p. 336)<sup>1</sup>

De acordo com a citação acima o lúdico é uma motivação para o ensino do aluno na educação através do lúdico, jogos e brincadeiras, são recursos que proporcionam ao aluno de forma agradável e prazerosa aprender brincando, e para isso os educadores devem explorar as atividades pedagógicas lúdicas na construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem do aluno, tornando as aulas atrativas, por meio de músicas, danças teatros, histórias, entre outros.

Uma situação lúdica pode ser vista, assim, como um excelente meio de reconhecimento individual e grupal de características pessoais e grupais, quer sociais, morais ou intelectuais em suas múltiplas combinações. Por outro lado, de forma complementar, aponta dificuldades e pontos mal desenvolvidos, levando a criança a buscar melhorá-los para preservar sua imagem perante os outros. (OLIVEIRA, 2000, p.23)<sup>2</sup>

Diante dessa citação da autora o lúdico pode ser visto com uma excelente alternativa para integrar o aluno na sociedade, visto que, os jogos

---

<sup>1</sup> Rizzo Pinto,1997, p. 336

<sup>2</sup> OLIVEIRA, 2000, p.23

e as brincadeiras desenvolvidas com os estudantes cabem ao professor observador mediar situações que desperta o psicológico, pois assim o aluno irá buscar novos conhecimentos para melhorar sua autoestima preservando assim a sua imagem perante as pessoas que estão a sua volta.

O mundo do lúdico é onde o aluno está em constante exercício. É o mundo da fantasia, da imaginação, do faz de conta, do jogo e da brincadeira. Podemos dizer que o lúdico é um grande laboratório que merece toda atenção dos educadores na aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem do aluno, pois é através dele que ocorrem experiências inteligentes e reflexivas, praticadas com emoção, prazer e seriedade. Pois o espaço onde são ofertados as brincadeiras e os jogos para os estudantes, tem que ser amplo aconchegante agradável, pois nesse local o aluno constrói seu mundo imaginando algo que possa lhe trazer prazer e satisfazer seu ego, sendo que no lúdico a criança desenvolve sua criatividade e expressa seus pensamentos e sentimentos, sendo assim cabe a escola ofertar esse espaço para os alunos, pois juntamente com seus colegas de classe vivencia essas fantasias.

A criança enalteceu sua perfeição, valorizou sua liberdade e desejou a expressão da natureza infantil por meio de brincadeiras livres e espontâneas. Instituiu uma Pedagogia tendo a representação simbólica como eixo do trabalho educativo, sendo reconhecido por isso como psicólogo da infância. (KISHIMOTO, 2002, p. 57)<sup>3</sup>

Conforme a citação do autor Kishimoto, a criança é capaz de elevar seu conhecimento, destacando suas qualidades em desempenhar suas habilidades lógicas, físicas e motoras dentro de um determinado tempo e espaço, pois o aluno tem mais facilidade de aprender a construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem, ou seja, são muito observadoras, prestam atenção em tudo e não esquecem facilmente, elas fazem as coisas sem medo de errar, pois para elas parece natural, então seu aprendizado acontece sem muito esforço, e para que o professor em sala repasse seus conteúdos através da representação simbólica utilizando o lúdico, ele terá que estimular e motivar seus alunos a participar das atividades usando suas estratégias de ensino.

Assim, finalmente pelos bons resultados da prática, todos experimentarão a verdade do provérbio: fazendo aprendemos a fazer. Mostre-se o uso dos instrumentos, mas com a prática que com as palavras, isto é, mais com exemplos que com regras. O ensino deve ser feito pela ação e estar voltado para a ação. (COMENIUS Apud ARANHA, 2002, p. 104.)<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> KISHIMOTO, 2002, p. 57

<sup>4</sup> COMENIUS Apud ARANHA, 2002, p. 104.

Conforme a citação acima se pode perceber que são na prática que se obtém ótimos resultados, ou seja, é por meio das atividades que os alunos irão aprender a desenvolver diversas habilidades, e através do lúdico o professor poderá instruir o aluno impondo os limites e regras de cada atividade desenvolvida dentro ou fora da sala de aula, e esse repasse de conhecimento do professor para o aluno deverá ser feito pela ação em conjunto envolvendo todos os alunos a participar.

De acordo com Vygotsky (1991), a brincadeira é entendida como atividade social da criança, cuja natureza e origem específicas são elementos essenciais para a construção de sua personalidade e compreensão da realidade na qual se insere.

O educador pode trabalhar os jogos na construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem, as brincadeiras, os brinquedos e, para isso acontecer, é necessária a vivência, o sentido, a percepção. O professor precisa saber selecionar as situações importantes dentro da sala de aula, percebendo e sentindo e de que forma irá auxiliar no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

O lúdico na construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribui para solucionar as dificuldades de Aprendizagem do aluno em todos os níveis de ensino, ou seja, as brincadeiras, jogos e brinquedos são essenciais para o desenvolvimento, pois são atividades primárias, as quais trazem benefícios nos aspectos físico, intelectual e social. Aprender Brincando, aluno desenvolve a identidade e a autonomia, assim como a capacidade de socialização, através da interação e experiências de regras perante a sociedade.

No contexto do presente projeto, observaram-se as atividades desenvolvidas dentro da sala de aula, através do lúdico na construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem, brincadeiras e brinquedos disponibilizados para as crianças. Durante o desenvolvimento deste projeto, foi possível identificar e reconhecer se os educadores estão preparados e conscientes da importância de trabalhar o brincar dentro da sala de aula de forma pedagógica.

Valorizar o lúdico na construção de Jogos Lúdicos em Matemática durante os processos de ensino significa considerá-lo útil contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem. Trabalhar com projetos envolvendo a construção de Jogos Lúdicos em Matemática no ambiente escola, servindo de referência para os profissionais da educação, reconhecer o aluno como cidadão protagonista no seu processo de ensino, a qual tem uma história que precisa ser ouvida e uma experiência a ser olhada no aqui e agora. O brincar faz parte da vida do aluno, do seu dia-a-dia, considerando que durante o brincar ela aprende e gasta energia, brincando por puro prazer, para ocupar o tempo, e o ambiente escolar deve ser transformado num espaço cheio de prazer, utilizando atividades direcionadas ao brincar.

Vygotsky (1991) salienta que a brincadeira apresenta três características: a imitação, a regra e a imaginação, presentes em todos os

tipos de brincadeiras, podendo ser de faz-de-conta, tradicional ou outra atividade lúdica.

Por que trabalhar com o lúdico na construção de Jogos Lúdicos em Matemática? Atualmente, todo aluno necessita e tem o direito de brincar, onde o lúdico tem relevância no desenvolvimento de aprendizagem do estudante, pois o brincar é uma atividade importante no período educacional, e podem estar perdendo os seus espaços para atividades relacionadas e dirigidas ao processo de ensino vestem ser o objetivo principal das escolas.

É preciso que os educadores trabalhem mais as brincadeiras, os jogos, a coordenação motora, realizando um trabalho pedagógico mais centrado na infância, em suas especificidades, beneficiando as crianças e contribuindo para uma formação que as considere como sujeitos relevantes do processo de aprendizagem.

A autora Gisela Wajskop (1995), em seu artigo “O Brincar na Educação Infantil”, também aborda a questão do uso dos materiais didáticos, brinquedos pedagógicos e atividades lúdicas de ensino e alfabetização, fazendo-nos refletir sobre esse assunto importante dentro da sala de aula. Assim, a maioria das escolas tem didatizado a atividade lúdica da construção de Jogos Lúdicos em Matemática, restringindo-a a exercícios repetidos, mediante o uso de brinquedos, desenhos coloridos e mimeografados e músicas ritmadas. Ao fazer isso, bloqueia a organização independente das crianças para a brincadeira, infantilizando-as, como se sua ação simbólica servisse apenas para exercitar e facilitar (para o professor) a transmissão de determinada visão do mundo, definida a priori pela escola. (WAJSKOP, 1995, p.64).

A citação acima nos faz pensar sobre o devido uso dos materiais pedagógicos com fins lúdicos na construção de Jogos Lúdicos em Matemática, com os quais podemos desenvolver um trabalho envolvendo as brincadeiras, deixando as crianças se expressarem espontaneamente, auxiliando no desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e motor das mesmas.

O brincar nas escolas de Educação Infantil ajuda a construir o conhecimento, promovendo momentos em que as crianças expressam diferentes sentimentos, realizando atividades lúdicas que visam melhorar sua socialização no ambiente escolar, vivenciando situações de trabalho em equipe e respeito.

O educador precisa estar sempre informado e atualizado sobre quais as vantagens do lúdico na construção de Jogos Lúdicos em Matemática, e saber qual a melhor maneira de abordar e desenvolver as atividades lúdicas dentro da sala de aula. São poucas as pessoas que sabem a importância do lúdico no desenvolvimento das crianças, e que através dele as crianças irão adquirir experiências e desenvolverão o conceito próprio sobre o contexto em que estão inseridas. Cabe ao professor refletir sobre a forma com que o brincar interfere no desenvolvimento pleno da criança.

## Ludicidade e a Construção de Jogos Lúdicos em Matemática

O lúdico tem sua origem em *ludus*, que significa jogo; sua evolução deve-se às pesquisas sobre psicomotricidade, que elevou seu simples sentido de jogo, a colocando como parte da atividade humana onde predomina a espontaneidade, a funcionalidade e a satisfação, o prazer na realização da atividade lúdica na construção de Jogos Lúdicos em Matemática, pois, o que importa nisso não está centrado no resultado, mas na vivência de tal atividade no contexto escolar que envolve o aluno.

Para se compreender melhor, desde quando o lúdico se faz presente no campo educacional, é necessário se recorrer a História, pois, somente assim se pode perceber que a relevância da ludicidade à educação e a importância da construção de Jogos Lúdicos em Matemática para superar dificuldades de aprendizagem, visto que, desde a antiguidade havia pensadores que defendiam sua importância no processo educativo, haja vista que a ludicidade sempre fez parte da vida dos seres humanos desde os povos primitivos, embora esta não fosse vista como forma de prazer, mas como parte de suas obrigações diárias.

Considerando que esta produção fundamenta-se apenas em pesquisas bibliográficas, serão expostas ideias básicas de alguns filósofos e pensadores renomados sobre o lúdico:

**Platão (427- 348) *apud* Paulo Nunes de Almeida – 1998** garantia que os primeiros anos da criança deveriam ser ocupados com jogos educativos, praticados em comum pelos dois gêneros, com total atenção do educador e, em jardins da infância.

**Montaigne (1533 - 1592)** instigava a criança a ter curiosidade pelas coisas ao seu redor.

**Comênio (1592- 1671)** tinha três ideias que constituíram a base da nova didática: naturalidade, intuição e autoatividade.

**Rousseau (1712 - 1778)** demonstrou que a criança não aprende nada, senão por uma conquista ativa, ou seja, a criança estando inserida na ação educativa.

**Pestalozzi (1746 - 1827)** defende que o jogo é um fator decisivo que enriquece a responsabilidade e fortifica as normas de cooperação.

**Froebel (1782 - 1852)** estabelece que a pedagogia deve considerar a criança como um ser capaz de realizar atividade criadora e despertar, mediante estímulos, suas capacidades próprias, para criação produtiva. Froebel fortaleceu os métodos lúdicos na educação, a partir da divulgação de suas concepções.

**Dewey (1859 - 1952)** defendia que o jogo faz o ambiente natural da criança e as referências abstratas não correspondem ao interesse da criança.

Maria Montessori (1870 - 1952) remontou as necessidades dos jogos educativos de Froebel para a educação de cada um dos sentidos: os jogos “sensoriais”.

**Jean Piaget** acreditava que os jogos não são somente forma de

distração para as crianças, mas sim meios que enriquecem o desenvolvimento intelectual, considerando que elas precisam de material conveniente para que, jogando assimilem as realidades intelectuais, de forma internalizada.

**Georges Snyders** caracteriza o jogo como uma atividade séria que exige esforço, porém sem perder o prazer de brincar.

**Paulo Freire** considera como princípio que, apesar de que possa parecer penoso ou trabalhoso o aprendizado, deve-se ter prazer e alegria em fazê-lo.

O lúdico na construção de Jogos Lúdicos em Matemática apresenta ao cotidiano escolar dos alunos excelente ferramenta pedagógica propiciando o desenvolvimento mental e social de forma prazerosa do aluno. Ficou claro aqui que a ludicidade esteve presente desde muito tempo e nas mais diferentes visões de conhecidos pensadores, foi defendida como algo positivo. Segundo MAKARENKO (1981, p.47): O jogo é tão importante na vida da criança como o trabalho para o adulto.

## **O Papel do lúdico na Atividade Pedagógica**

Atualmente, muito se fala em pedagogia da ludicidade; nos ambientes escolares, a palavra lúdico tem sido repetida constantemente em reuniões pedagógicas, em seminários e demais eventos educacionais. Porém, há um elemento que deve despertar um alerta para o meio educacional; alguns educadores denominam tal elemento como “didatização da ludicidade”, porém, como esta expressão ainda não foi utilizada por pensadores renomados, é pouco conhecida.

A didatização da ludicidade na construção de Jogos Lúdicos em Matemática, que nesta produção, será mencionada, se refere à restrição dos jogos a exercícios repetitivos de diferenciação visual, motora e auditiva, pela utilização de brinquedos, desenhos e músicas, proporcionando aprendizagem do aluno com os jogos como se servissem somente para exercitar e facilitar o trabalho pedagógico do professor.

É essencial que se garanta à criança o caráter lúdico em sua íntegra e não fazer da ludicidade um mero instrumento facilitador de trabalho escolar, no cumprimento da transmissão do que a escola pré-define.

É fundamental que se assegure ao aluno o tempo e os espaços para que o caráter lúdico na construção de Jogos Lúdicos em Matemática do lazer seja vivenciado com intensidade capaz de formar a base sólida para a criatividade e a participação cultural e, sobretudo para o exercício do prazer de viver, e viver, como diz a canção (...) como se fora brincadeira de roda (...). (MARCELINO, NELSON. C. 1996.p.38)<sup>5</sup>

Na realidade atual, é fundamental que os educadores estejam cientes de que é necessário formar pessoas críticas e criativas na construção de

---

<sup>5</sup> MARCELINO, NELSON. C. 1996.p.38



Jogos Lúdicos em Matemática, que criem, inventem, descubram, construam conhecimentos, repensem conceitos, redimensionem ações e não apenas aceitem o que chega pronto para ser apenas aplicado em obediência a superiores. Por isso, a imensurável importância de os alunos serem ativos e desenvolverem a capacidade de ter iniciativa o quanto antes, sendo menos expectadores e mais desenvoltos em qualquer circunstância.

Considerando que a construção de Jogos Lúdicos em Matemática tem como função primordial promover o desenvolvimento global da criança, observa-se a importância de se valorizar os conhecimentos prévios, propiciar na escola a relação entre a vivência que ela traz de fora da escola, essencialmente de seu mundo infantil, no qual a ludicidade é uma constante. Assim, a escola não fará a separação entre a realidade vivida pelo aluno e, priorizará que ela também explore, compreenda e respeite as experiências dos demais colegas, aprendendo a analisar seus conhecimentos e reconstruí-los quando necessário.

Partindo dos pressupostos já mencionados, percebe-se que se deve ter como tópico inicial o fato real de que o aluno é um ser com suas características individuais, necessita de incentivos para ser ativa, inventiva e, principalmente, para ser crítica, algo não ensinado costumeiramente pela família. Isso deixa a criança se sentir livre, à vontade para ser ela mesma, espontânea e sem medo de errar, tentando e arriscando-se mais, onde fluirá naturalmente sua imaginação e a emoção na construção de Jogos Lúdicos em Matemática. O brincar pedagógico na construção de Jogos Lúdicos em Matemática não pode se tornar uma atividade estruturada numa rigidez, embora deva ser registrado e bem observado pelo educador.

A execução da ludicidade na transposição didática na construção de Jogos Lúdicos em Matemática ocorre quando a escola, na pessoa do educador, chega ao consenso de efetivar a construção da cidadania, a partir do despertar do aluno, desde cedo, para a busca por sua autonomia e protagonismo intelectual.

O ser humano encontra-se inserido numa sociedade informatizada e informativa, necessitando de pessoas capazes de criarem as próprias opiniões, seres ativos, dinâmicos, responsáveis pelos seus atos, e o lúdico é um grande auxiliar no desenvolvimento cognitivo, físico, afetivo, entre outros aspectos. Durante o processo de desenvolvimento dos alunos na escola, a família e o professor devem estar sempre presente, visto que “escola e família não se excluem, se completam” (MEYER, 2008, p. 44) e assim o aluno sente-se mais seguro durante a realização das atividades na escola.

Quando a o aluno brinca pedagogicamente na construção de Jogos Lúdicos em Matemática, ela é espontâneo, livre e na Educação encontra-se um papel social que é “valorizar os conhecimentos que os alunos possuem e garantir a aquisição de novos conhecimentos” (MEYER, 2008, p. 44), ou seja, através do lúdico e na construção de Jogos Lúdicos em Matemática estarão assimilando novas ideias e novos conceitos. O educador precisa estar sempre se atualizando para poder desenvolver um trabalho que contemple as diversas necessidades das crianças que, na verdade, são cidadãos com

pouca idade, mas produtoras de história e cultura.

No ensino médio desde a Educação Infantil, o lúdico é importante para o crescimento das crianças, inclusive intelectualmente, pois as brincadeiras trazem consigo “um brincar comprometido com a qualidade de vida da criança” (MEYER, 2008, p. 22), sendo que os educadores serão responsáveis por elas naquele determinado ambiente e estarão empenhados na valorização do ser humano.

A ludicidade é importante para o desenvolvimento social e psicológico, é através dela que o aluno pode expressar os seus sentimentos em relação ao mundo social da construção de Jogos Lúdicos em Matemática. O aluno consegue viver e reconhecer a realidade através das diferentes brincadeiras existentes, e quanto mais ela brinca, maior será o desenvolvimento sob os diferentes aspectos, até mesmo corporal.

As atividades na construção de Jogos Lúdicos em Matemática auxiliam no desenvolvimento da imaginação, simulação e estratégias, e quando as situações são planejadas por profissionais possuem o objetivo de proporcionar para o aluno a construção de novos conhecimentos e/ou novas habilidades, “brincar é uma linguagem, é a nossa primeira forma de cultura” (MEYER, 2008, p. 33), ou seja, todos nós brincamos um dia, e sinceramente, deveríamos ter um pouco de criança “dentro” de nós, visto que facilitaria no momento de trabalhar com os alunos, iríamos compreendê-las com mais facilidade. Vygotsky (1991, p. 134) faz uso das palavras de Montessori, quando relata que “o jardim de infância é o lugar apropriado para o ensino da leitura e da escrita”, mas que estas descubram as respectivas habilidades durante as situações de brincar.

Através do brincar pedagógico, os alunos aprendem de maneira espontânea a construção de Jogos Lúdicos em Matemática, sem pressão ou medo de errar, sentindo prazer pela aquisição de novos conhecimentos, desenvolvem a sociabilidade, fazendo amigos, aprendendo e convivendo respeitando o direito dos outros e normas estabelecidas. Quando os alunos estão brincando, estas aprendem a participar das atividades, sem visar recompensa ou temer um castigo, fazendo algo criativo e inteligente.

Meyer (2008, p.39) nos faz refletir através de suas palavras “o brinquedo enquanto objeto, é suporte da brincadeira, é o material que permite fluir o imaginário infantil”, o aluno estará no meio da reprodução de Jogos Lúdicos em Matemática, preparando-se para o futuro educacional, através de experimentações ao seu redor, dentro dos seus limites, buscando um sentido para a sua vida e superando dificuldades de aprendizagem. O lúdico pedagógico é uma das atividades principais utilizadas no processo de ensino aprendizagem para superar dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar. Nesse contexto, surge uma pergunta: Os professores estão realmente preocupados com essa questão? Se não estão, precisam começar a pensar sobre o assunto, tendo em vista que uma das propostas de ensino no Ensino Médio desde a Educação Infantil é “atender as crianças de maneira que se respeitasse à infância, com suas especificidades e singularidades” (BARROS, 2009, p.52), ou seja, desenvolver um trabalho proporcionando

momentos de experiências, onde os educadores assumam a criança como um ser ativo no processo de ensino e aprendizagem na construção de Jogos Lúdicos em Matemática.

As palavras brinquedo e o lúdico na construção de Jogos Lúdicos em Matemática são colocadas lado a lado, e nesse momento começam as reflexões para identificar quais as ligações delas com a vida do aluno na superação das dificuldades de aprendizagem em matemática. Vários autores acreditam que o brinquedo e a atividade lúdica são essenciais para a educação inicial, valorizam os blocos de construção, a utilização de histórias, fábulas e o contato das crianças com a natureza. Assim como os jogos sensoriais, de linguagem e matemáticos, o material dourado, entre outros.

Segundo BARROS (2009):

O brincar contribui para o processo de formação da subjetividade do indivíduo, considerando que somos formados por nossas experiências sociais, pelo contato com os objetos da cultura, durante nossa história de vida. (BARROS, 2009, p.100)<sup>6</sup>

É importante salientar que o brincar deve surgir do referencial das próprias crianças, da iniciativa delas, sendo que “o próprio processo de brincar já possibilita a construção do conhecimento sobre o mundo, oportunizando leituras sobre ele” (BARROS, 2009, p.182),<sup>7</sup> prevalecendo às brincadeiras do jogo simbólico, o contar histórias, brincadeiras tradicionais, sendo atividades que auxiliam no desenvolvimento das crianças. Durante o período da Educação Infantil, a criança adquire diversos conhecimentos, desenvolve várias habilidades, tendo o auxílio das atividades lúdicas, sendo estas entendidas como situações e/ou momentos em que as crianças expressam diferentes sentimentos, melhoram a socialização entre as outras, vivenciando momentos de trabalho em equipe, de maneira lúdica e prazerosa. São motivadas a ultrapassar os próprios limites, lembrando que, segundo Ferreira (2011), a criança enquanto cria, desenvolve além de outros fatores, o pensamento crítico. O educador precisa pesquisar e estar atento às necessidades das crianças para conseguir selecionar materiais adequados, que despertem nelas o interesse, favorecendo-lhes a criatividade, introduzindo personagens e situações novas, tornando o jogo mais rico, aumentando novas possibilidades de aprendizagem.

Conforme Ferreira (2011) aborda em seu artigo, a grande maioria das aquisições das crianças é conquistada através do brinquedo, sendo aquisições que auxiliam no desenvolvimento intelectual das crianças durante a infância, refletindo em suas vidas quando adultos.

---

<sup>6</sup> BARROS, 2009, p.100

<sup>7</sup> Idem

## O Conceito de Jogos pedagógicos e Brinquedos

Do ponto de vista histórico, a análise do jogo é feita a partir da imagem da criança presente no cotidiano de uma determinada época. O lugar que a criança ocupa num contexto social específico, a educação a que está submetida e o conjunto de relações sociais que mantém com personagens do seu mundo, tudo isso permite compreender melhor o cotidiano infantil – é nesse cotidiano que se forma a imagem da criança e do seu brincar. (KISHIMOTO, 1993, p. 7)<sup>8</sup>

Segundo o autor o aluno realiza uma investigação sobre o jogo na aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem, pois constroem suas metas criando conclusões antecipadas, o que desfavorece seu interesse, e essa percepção da criança influencia na sua participação e cabe ao educador antes de ofertar o lúdico para as crianças definir o espaço onde será aplicado, e propor aos alunos uma aceitação de conceitos sobre a valorização, pois o jogo visa competir e a criança terá que interagir juntamente com as outras, e se adequar com as regras do jogo, sabendo ela que no jogo um tem que perder para o outro ganhar.

O brinquedo é entendido como objeto, suporte da brincadeira, supõe relação íntima com a criança, seu nível de desenvolvimento e indeterminação quanto ao uso, ou seja, a ausência de um sistema de regras que organize sua utilização. (SANTOS, 1997, p. 23)<sup>9</sup>

De acordo com o comentário do autor Santos, os brinquedos são visto como um objeto educacionais utilizado pelo aluno, não há regras nem conceito para manuseá-lo, ele é quem determina como brincar com esse objeto no seu processo de ensino e aprendizagem. O brinquedo favorece a criança a possibilidade de criar suas próprias fantasias seja ela brincando sozinha ou na companhia de outra criança, nesse caso a criança tem opções em escolher o que deseja.

Porém, se os mesmos objetos servem como auxílio da ação docente busca-se resultados em relação à aprendizagem de conceitos e noções. Nesse caso, o objeto conhecido como brinquedo não realiza sua função lúdica, deixa de ser brinquedo para tornar-se material pedagógico. (Kishimoto 2001 p. 33)<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> KISHIMOTO, 1993, p. 7

<sup>9</sup> SANTOS, 1997, p. 23

<sup>10</sup> Kishimoto 2001 p. 33

Segundo o autor Kishimoto, se os brinquedos são sempre suportes de brincadeiras pedagógicas, sua utilização deveria criar momentos lúdicos de livre exploração na aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem do aluno, o qual o brinquedo passa a ser um material pedagógico e uma complementação didática.

O brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal na criança. No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual de sua idade, além do seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que é na realidade. Como no foco de uma lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento. Sob forma condensada, sendo, ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento. (VYGOTSKY, 1991, p.117)<sup>11</sup>

Para o autor Vygotsky a criança cria o seu próprio brinquedo, usa sua imaginação e fantasia o que ela quer que seja, haja vista que esse seu comportamento diante de certo brinquedo o qual a mesma já conhece facilita o brincar, e há também aqueles que brinquedo que lhe causa medo ou prende atenção da criança, e isso contribui com a mudança de comportamento na aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem do aluno. O aluno quando está brincando com o brinquedo que lhe chama atenção ou lhe interessa ela se desliga do mundo ao seu redor e seu foco é dirigido somente em se divertir, pois sendo assim ela conseguirá obter satisfação e prazer no momento em que está brincando, às vezes as crianças deixam de conhecer brinquedos diferentes por não conhecer aquele objeto ou até mesmo esse brinquedo não lhe chamar atenção pelo fato de ser desconhecido.

O brinquedo supõe, na relação com a criança, a indeterminação quanto ao seu uso, ou seja, sem regras fixas, o jogo por sua vez, inclui intenções lúdicas; muitas vezes é não liberal (por exemplo, a boneca não é literalmente filha da criança, mas “é como se fosse”); estimula a alegria e flexibilidade do pensamento, mas mantém um controle entre os jogadores e, portanto, uma relação interpessoal dentro de determinadas regras. (ANTUNES, 2003, p. 10)<sup>12</sup>

Conforme o relato do autor Antunes o mesmo supõe o uso do brinquedo pela criança de forma indefinida para o seu aprendizado, pois não há regras fixas, e, é a criança quem define como manuseá-lo, diferente do jogo seja ele educativo ou não, pois existem regras, conceito e metas, exige

---

<sup>11</sup> VYGOTSKY, 1991, p.117

<sup>12</sup> ANTUNES, 2003, p. 10

dedicação e muita prática para melhor aperfeiçoamento, e os jogos por sua vez estimula à memória, o raciocínio lógico, a coordenação motora, auxilia no controle das emoções e contribui também com a linguagem falada durante a sua realização.

O brinquedo, em contrapartida, não parece definido por uma função, trata-se de um objeto que a criança manipula livremente sem regras ou princípios de utilização, mas como jogo pode ser destinado tanto a criança como o adulto e não é restrito a uma faixa etária chamado de função lúdica.

O brinquedo é um manipulador de imagens com volumes também se trata, sobretudo de funções ligadas ao jogo sensório-motor da criança outras pessoas a consideram representação essencial e estimula a criança possibilidades de ações em relação ao universo de referência na aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem do aluno.

A concepção de um brinquedo pedagógico deve se apoiar no estudo sistemático dos universos simbólicos que serão explorados num trabalho o brinquedo é, com suas especificidades, uma dessas fontes, se ele traz para a criança um suporte de ação, de manipulação, de conduta lúdica traz-lhe, também, formas e imagens símbolos para ser manipulados. Cultura lúdica não é só composta de estruturas de brincadeiras é igualmente imaginação, relatos e histórias.

A educação é um fenômeno cultural não somente crenças, valores a transmitir ao indivíduo, mas os métodos utilizados na aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem do aluno que é parte da cultura da comunidade na transmissão integrada da cultura existente, possibilitando o desenvolvimento do cidadão que deseja se formar com vistas a atender as exigências sociais ou transformá-los em indivíduos conscientes, críticos atuantes na sociedade.

Através das atividades lúdicas o aluno vai construindo seu vocabulário linguístico e psicomotor, nestas atividades a criança pode ser espontânea e conseqüentemente criativa, estamos convictos que realizam e cada contexto para se divertir, retratam de certa forma a cultura lúdica dos povos.

A palavra lúdico significa brincar, os jogos estão incluídos, brinquedos e brincadeiras, e é relativo também a conduta daquele que joga, que brinca e que se diverte. Elas fazem parte do ser humano. As experiências que mais destacam têm provado que a pedagogia do prazer e o educador lúdico têm as chaves do construtivismo.

Entende-se que educar não se limita a repassar informações, mas é ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesmo dos outros, e da sociedade. Educar e preparar para a vida a ludicidade passa a ser um instrumento viável na busca de novos paradigmas na aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem do aluno.

As atividades lúdicas possibilitam o exercício e o desenvolvimento da

percepção, da imaginação, das fantasias e de sentimentos, o brincar nas aulas de Matemática pode contribuir para solucionar as dificuldades de Aprendizagem do aluno sendo uma maneira prazerosa de experimentar novas situações e ajudá-lo a compreender e assimilar mais facilmente o mundo cultural e estético. Um ponto importante é que a prática para o aluno é vivenciada como atividade lúdica onde o “fazer” identifica com o “brincar” o imaginar com a experiência da linguagem ou da representação.

Brincar é o meio pelo qual vai organizando suas experiências descobrindo e recriando seus sentimentos. Com valor expressivo, o brinquedo estimula a brincadeira ao abrir possibilidades e ações coerentes com a representação.

A alfabetização refere-se a aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura e escrita e as chamadas práticas de linguagem. Nota-se que alfabetizar é necessário a escrita como meio de ensinar a aprendizagem e treino nos seus conhecimentos adquiridas. A alfabetização está intimamente ligada à instrução formal, às práticas escolares e é muito difícil lidar com essa variável separadamente.

Pois a necessidade de pensamento sistematizado faz com que o indivíduo ou grupo ponha em prática os seus relatos alcançados através de uma prática textual unindo sua teoria e prática sendo a alfabetização um passo importante a iniciação a aprendizagem onde se ocupa da aquisição da escrita focalizando os aspectos sócio histórico da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade na aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem do aluno, já havendo mudanças nos grupos sócias letrados e não-letrados, pois a teoria já parte do dia-a-dia do indivíduo, necessitando de um aprimoramento em sua prática através de experiência.

As preocupações dos educadores com a aprendizagem é grande procurando meios que possa sanar essas dificuldades é um dos meios que se percebe com grande relevância é a ludicidade de quando é executada e vivida através de jogos que permitam familiarização com a aprendizagem entre espaço e tempo que sempre aparece, nos mais variados momentos de socialização, possibilitando ao indivíduo novas informações e quebra de paradigmas.

O lúdico faz parte da vida dos seres humanos desde os tempos mais remotos, sendo que, ora criticado, ora apoiado; algumas vezes, somente como forma de prazer, outras como objeto de estudo e trabalho. A importância do jogo se faz, cada dia, mais nítida mediante as expectativas mais dinâmicas de nossos alunos.

Este lúdico associado ao ensino traz ao aluno o desafio de colocar em prática seus pensamentos e hipóteses sem medo de ser reprimido ou corrigido; no jogo, o aluno sofre as consequências de sua escolha, cria novas estratégias, raciocina sobre o que lhe é passado. O jogo traz autonomia aos alunos de forma, cada vez mais, vai utilizando seu aprendizado para progredir em seus conhecimentos.

Acredita-se que a ludicidade pode ser bem mais explorada, em

contextos significativos, jogos e brincadeiras, pois trazendo o conteúdo que era meramente decorado, explicado e treinado, como algo que faz sentido e pode ser utilizado na vida prática, faz do aluno um ser pensante e atuante nos mais diferentes contextos.

Claro que nem todos os conteúdos poderão ser transmitidos através de jogos e brincadeiras, mas cabe ao professor atuar como pesquisador e procurar aprender cada vez mais estratégias lúdicas para atingir seus objetivos, trazendo a sua aula mais dinâmica e verdade.

Compreendendo que o fazer e o compreender no jogo se constituem em uma estratégia para incentivo de interesse do educando; busca uma compreensão mais acessível ao seu pensamento naquilo que é capaz de reconstruir e executar de maneira equilibrada no funcionamento cognitivo e afetivo social onde os alunos são capazes de organizar atividades em sala de aula podendo memorizar definições e sequencias de conteúdos era já vistos e não entendidos facilitando o entendimento em foco ou estudo.

## **Contribuição do Brincar para o Ensino-Aprendizagem**

O brincar facilita o crescimento e, em consequência promove o desenvolvimento. Uma criança que não brinca não se constitui de maneira saudável, tem perda no desenvolvimento motor e sócio / afetivo. Possivelmente torna-se apática de situações que proporcionam o raciocínio lógico, a interação, a atenção etc. (Winnicott, 1975, p. 63)<sup>13</sup>

Segundo o autor brincar facilita o crescimento, que quer dizer afetivo emocional e intelectual, pois durante o período em que está brincando ela é capaz de criar e reproduzir situações de acordo com o seu cotidiano, e já a criança que não brinca tem medo de expressar seu conhecimento, tem dificuldades em se socializar com as pessoas.

A brincadeira como aprendizado além de contribuir para um desenvolvimento corporal, físico e fisiológico, possibilita a sociabilização, a cooperação para com seus semelhantes, imprimindo assim, ao caráter em formação um cidadão sociável e comprometido com a sua época de aprendizado. (Awad, 2008, p. 47)<sup>14</sup>

Compreende-se, com o argumento do autor Awad que a cada época o ser humano amplia seus conhecimentos e desenvolve intelectualmente, transformando seu modo de pensar e agir diante das situações que lhe são impostas, essas mudanças acontece tanto corporal como mental, e que o professor é um mediador que interliga o aluno com o meio social e com as atividades lúdicas, porem esse educador terá que despertar no aluno o

---

<sup>13</sup> Winnicott, 1975, p. 63

<sup>14</sup> Awad, 2008, p. 47



interesse para essas atividades realizadas, não só apenas um ato de diversão, mas de ensino e aprendizagem, e mediante a esse relato associamos criança com brinquedos, ou seja, são duas coisas inseparáveis, toda criança brinca da sua forma, fazendo suas invenções, criando seus brinquedos, suas brincadeiras e até mesmo as regras dos seus jogos.

Por meio da brincadeira, a criança pequena exercita capacidades nascentes, como as de representar o mundo e de distinguir entre pessoas, possibilidades especialmente pelos jogos de faz-de-conta e os de alternância respectivamente. Ao brincar, a criança passa a compreender as características dos objetos, seu funcionamento, os elementos da natureza e os acontecimentos sociais. Ao mesmo tempo, ao tornar o papel do outro na brincadeira, começa a perceber as diferentes perspectivas de uma situação, o que lhe facilita a elaboração do diálogo interior característicos de seu pensamento verbal. (OLIVEIRA, 2002, p. 160)<sup>15</sup>

De acordo com comentário do autor Oliveira o lúdico é um recurso metodológico capaz de propiciar uma aprendizagem espontânea e natural nas crianças desde os primeiros meses de vida, e o seu contato com as pessoas e com ambiente contribui com seu desenvolvimento, pois através dos jogos de faz-de-conta e os de alternância e das brincadeiras, as crianças conseguem fantasiar usando sua imaginação, criando cenas, ou até mesmo utilizando objetos simulando seus brinquedos, essa forma de brincar expressada pela criança faz parte da vida, pois ao brincar a criança passa a conhecer as características dos seus brinquedo ou jogos, aprende regras, e desenvolve a sua fala ao solicitar certo brinquedo ou relacionar objetos com brinquedos, e que durante as brincadeiras as crianças interage e socializa uma com as outras facilitando assim o diálogo.

## **A Importância dos Jogos Realizados na Escola Contribuindo para Solucionar as Dificuldades de Aprendizagem do aluno**

Segundo ANTUNES (2003): “Jamais pense em usar os jogos pedagógicos sem um rigoroso e cuidadoso planejamento (...)”. E jamais avalie qualidade de professor pela quantidade de jogos que emprega, sim pela qualidade dos jogos que se preocupou em pesquisar e selecionar. Segundo o autor Antunes antes de repassar um jogo pedagógico na sala de aula cabe ao professor selecionar o jogo e elaborar um plano de aula que contemple o jogo como atividade, o qual possa despertar não só o interesse do aluno na participação, mais que promova situações que possa favorecer o aprendizado de todos os envolvidos no jogo na aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades

---

<sup>15</sup> OLIVEIRA, 2002, p. 160

de Aprendizagem do aluno.

SANTOS (2000), o jogo na escola, ganha espaço como ferramenta ideal da aprendizagem, estimula ao interesse do aluno construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem, ajudando a construir novas descobertas, desenvolvendo e enriquecendo sua personalidade.

De acordo com o comentário acima o jogo na escola é uma ferramenta que favorece o ensino aprendizagem dos discentes principalmente nas series iniciais ao ensino médio, o jogo é também utilizado como recurso pedagógico que visa resultado e possui finalidades pedagógicas com objetivo buscar no aluno a construção de seu conhecimento, além de estimular o interesse do aluno ainda ajuda a construir novas descobertas, e enriquece o seu conhecimento.

Devemos oferecer uma variedade de situações e inovações dentro da sala de aula, que permitam diferente oportunidade para diferentes crianças e, mais importante, temos de assegurar que cada criança tenha oportunidade de explorar adequadamente um novo meio ou situação e isso significa tentar explorar as experiências com palavras, assim como por meio do brincar. (MOYLES, 2002, p.57)<sup>16</sup>

Diante desse contexto a autora, explica que devemos ofertar ao aluno variedades de jogos como: Jogo de Ar Livre, Jogos de Interior, Jogos Técnicos e Grandes Jogos e etc. Porém esses jogos têm que trabalhar a memória utilizando a sua inteligência, o físico gastando energia, usando força, desenvolvendo seu equilíbrio, e durante esse processo ele realiza um aperfeiçoamento dos sentidos como: tato, audição, visão olfato, e o paladar em jogos que envolvem alimentação. E é nesse momento da realização das atividades o aluno irá fazer suas escolhas para brincar, e por isso o professor deverá explorar suas habilidades e observar quais os jogos ofertado que não chamou atenção dos alunos, e após a brincadeira ele irá dialogar em sala realizando uma autoavaliação juntamente com os discentes.

## **A Ludicidade no Processo de Ensino-Aprendizagem no Ensino Médio**

Considerando que jogos ferramenta pedagógica de extrema importância no processo de ensino e aprendizagem no ensino médio de algumas experiências afetivas que se correlacionam ao ambiente educacional, que devem ser aplicadas com aos aluno na fase da aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem é um dos referenciais de grande relevância para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, onde ludicidade é a melhor maneira do aluno comunicar-se e

---

<sup>16</sup> MOYLES, 2002, p.57

relacionar-se com outros alunos no ambiente escolar, aprendendo sobre seu contexto e interagindo com ele, de forma espontânea e real.

Considerando que o estado de Roraima é um estado em pleno desenvolvimento e com recursos limitados na área educativa, a pesquisa deste projeto vem encontro aos anseios dos educadores, que estão preocupados em desenvolver um trabalho que envolva a realidade do aluno. O projeto “Semana da Matemática EJAC” sobre a: Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática podem contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio, é uma proposta, dentre outras, que exige uma atitude dialógica por parte dos educadores, em todas as suas etapas.

Embora tenham se dado tantos avanços significativos, a Matemática Moderna não chegou a cumprir todos os objetivos outrora propostos. Procurando tornar as aulas de matemática mais prazerosas, participativas e dinâmicas e a fim de desenvolver no aluno as habilidades e competências propostas para os aluno do ensino médio da Escola Estadual José Aureliano da Costa e na Escola Estadual Indígena Professor Ednilson Lima Cavalcante, buscando trabalhar o lúdico no processo de ensino e aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, despertando no educando a curiosidade, levando-o aos desafios, permitindo ampliar seus conhecimentos, estimulando a criatividade, a capacidade de resolver problemas, a estimar, calcular, desenvolvendo o raciocínio lógico e seus aspectos cognitivos.

O Dia da Matemática é uma data há tempos comemorada informalmente pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). Essa comemoração é feita a cada 06 de maio como uma homenagem ao matemático, escritor e educador brasileiro Júlio César de Mello e Souza, mais conhecido como Malba Tahan. A nível nacional, a então deputada Raquel Teixeira foi a responsável por apresentar um projeto de lei, em 05 de maio de 2004, para instituir o Dia Nacional da Matemática. O objetivo era que o Ministério da Educação e da Cultura incentivasse atividades culturais e educativas nessa data. A proposta de Raquel determinava um momento para refletir a educação matemática, incentivando os professores e estudantes a cultivar a cultura e o saber. Apenas em 26 de junho de 2013 a Presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou a lei nº 12.835, que instituiu, oficialmente, o Dia Nacional da Matemática, que deve ser comemorado anualmente em todo o território nacional em 06 de maio.

A metodologia da ludicidade apresenta uma predisposição individual do aluno no processo de ensino e aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem, o que não se adquire através de conceitos e conhecimentos, pois estes são aspectos da individualidade do ser humano. O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial para o aluno no comportamento e desenvolvimento motor e intelectual do aluno no processo educacional.

A ludicidade se torna importante na prática pedagógico como

facilitadora do ensino e da aprendizagem do educando na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos no ensino médio. Precisa-se refletir a importância da ludicidade na prática pedagógica como metodologia facilitadora, bem como identificar e analisar as necessidades existentes dentro da escola para implantar a cultura do lúdico e reconhecer as dificuldades encontradas pelo professor diante da utilização dos jogos em sala de aula além de apontar os benefícios das atividades lúdicas em uma escola hoje. Como educador e acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática, surgiu a oportunidade de refletir sobre a prática pedagógica e os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, por isso o projeto veio para motivar e inovar a questão pedagógica do lúdico no processo de ensino e aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

## **Os Jogos Lúdicos em Matemática e Seu Valor Pedagógico**

Para motivar e inovar a questão pedagógica do lúdico no processo de ensino e aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos e desenvolver o equilíbrio no mundo, o aluno necessita entender o aspecto pedagógico do brincar, jogar, criar e inventar, pois os Jogos Lúdicos em Matemática tem seu Valor Pedagógico, conforme PIAGET (1978) afirmava que os jogos tornam-se mais significativos à medida que a criança se desenvolve, porque através da manifestação de materiais variados poderá inventar coisas, construir objetos.

O jogo é um ótimo recurso pedagógico na sala de aula porque proporciona a relação entre parceiros e grupos o que é um fator de avanços cognitivos e motiva a inovação sobre a questão pedagógica do lúdico no processo de ensino e aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, pois durante os jogos pedagógicos o aluno, orientado pelo docente, ele estabelece decisões, conflita-se com seus adversários e reexamina seus conceitos, pois “a aprendizagem em sua forma mais simples se é estabelecida de uma conexão entre estímulo e uma resposta”. (CORIA-SABINI 1986, p.03)<sup>17</sup>

Trabalhar com o lúdico significa repensar a prática pedagógica, seu espaço, sua forma de lidar com os conteúdos e com o mundo da informação. Significa repensar a aprendizagem como um processo global conhecendo sua realidade e intervindo. Não se trata de uma técnica atraente para transmitir aos alunos o conteúdo das matérias em destaque aqui, aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Significa de fato uma mudança de postura, uma forma de repensar

---

<sup>17</sup> CORIA-SABINI 1986, p.03

a prática pedagógica e as teorias que lhe dão sustentação, assim nos afirma SANTOS (1998) que:

(...) Uma proposta de trabalho numa perspectiva libertadora não se fundamenta apenas num trabalho lúdico por ser lúdico. E, que em momento algum, defendemos uma proposta pedagógica espontaneísta de aprendizagem. Ao buscarmos o espaço da liberdade, criatividade do desafio, estamos construindo também um espaço para os questionamentos, responsabilidades participação e busca permanente de resoluções e problemas inerentes a convivência social. (Santos,1998, p.29)

Trabalhar com o jogo é romper com uma escola fragmentada de educação e recriar a escola, transformando-a em espaço significativo de aprendizagem para todos que dela fazem parte, unida ao mundo contemporâneo, sem perder de vista a realidade.

## **Os Jogos na Concepção de Piaget**

A estrutura do jogo, segundo Piaget, está organizada em três categorias: o jogo do exercício, no qual o objetivo é exercitar a função do jogo em si; o jogo simbólico, onde o indivíduo se coloca independente das características do objeto, funcionando em esquema de assimilação e, o jogo de regra, no qual está implícita uma relação interindividual que exige a resignação por parte do sujeito. Piaget ainda se refere a uma quarta modalidade, que é o jogo de construção, em que a criança cria algo. Este último tipo de jogo, situa-se a meio caminho entre o jogo e o trabalho, pelo compromisso com as características do objeto. Tais modalidades não se sucedem simplesmente acompanhando as etapas das estruturas cognitivas, pois, tanto o bebê pode fazer um jogo de exercício, como também uma criança poderá fazer sucessivas perguntas só pelo prazer de perguntar.

A origem do jogo, para Piaget, está na imitação que surge da preparação reflexa; assim, imitar consiste em reproduzir um objeto na presença do mesmo. É um processo de assimilação funcional, quando o exercício ocorre pelo simples prazer. Piaget denominou essa modalidade especial de jogo, como jogo de exercício. Em suas pesquisas ele mostra que a imitação passa por várias etapas até que, com o passar do tempo, a criança é capaz de representar um objeto na ausência do mesmo. Quando isso acontece, significa que há uma evocação simbólica de realidades ausentes. É uma ligação entre a imagem (significante) e o conceito (significado), capaz de originar o jogo simbólico, também chamado de faz-de-conta.

Segundo Piaget, o símbolo nada mais é do que um meio de agregar o real aos desejos e interesses do aluno. Pouco a pouco, o jogo simbólico vai dando lugar ao jogo de regras, porque a criança passa do exercício simples às combinações sem finalidade e depois com finalidade. Esse exercício vai se tornando coletivo, tendendo a evoluir para o aparecimento de regras que

constituem a base do contrato moral.

As regras pressupõem relações sociais ou interpessoais, numa compreensão de que em todos os segmentos sociais, as regras são essenciais à convivência harmônica. Elas substituem o símbolo, enquadrando o exercício nas relações sociais. As regras são, para Piaget, a prova concreta do desenvolvimento da criança.

Na medida em que cresce, a criança impõe ao objeto um significado. O exercício do simbolismo ocorre justamente quando o significado fica em primeiro plano, assim, percebe-se que a brincadeira é essencial no processo de ensino e aprendizagem, pois do ponto de desenvolvimento da criança, a brincadeira traz vantagens sociais, cognitivas e afetivas.

De acordo, com Piaget, a brincadeira possui três características: a imaginação, a imitação e a regra; estas estão presentes em todos os tipos de brincadeiras infantis, tanto nas tradicionais, naquelas de faz-de-conta, como ainda nos jogos que exigem regras e, também pode aparecer no desenho, como atividade lúdica.

Piaget faz uma descrição do jogo pedagógico durante todo o processo de desenvolvimento da inteligência da criança, mostrando a importância dessa atividade lúdica no processo de desenvolvimento cognitivo, moral e social da mesma.

No período denominado por Piaget como fase pré-operatória, de 2 a 7 anos, a criança é capaz de reproduzir um esquema, realizando combinações mentais, e aplicá-lo simbolicamente a novos objetos. Nessa fase surge o símbolo lúdico, que se transforma em esquema simbólico, dando início ao faz-de-conta. É nesse estágio que surge o jogo simbólico, no qual a criança é capaz de utilizar um objeto como símbolo de outra coisa.

O período pré-operatório é o período de preparação das operações lógicas-matemáticas. Para ele, nesse estágio o pensamento da criança é pré-lógico e, portanto, não tem capacidade de reverter mentalmente uma ação. Seu pensamento é dominado pela percepção e, dessa forma, descreve somente o que vê. (PIAGET, 1990, p. 178).

Aproximadamente, pelos 7-11 anos da criança, chega o período das operações concretas. Para Piaget (1990) esse período é marcado pelo início da cooperação e do raciocínio lógico. Nessa fase, tanto a linguagem se socializa, favorecendo relações interpessoais, como as explicações para os problemas se aproximam mais da realidade. No entanto, seu pensamento é limitado pelo mundo concreto. É nesse período que o jogo de regras se constitui como uma atividade do ser socializado, prolongando-se durante toda a sua vida.

## **O Jogo na Concepção de Vygotsky**

Considerando os estudos de Vygotsky sobre o desenvolvimento dos processos superiores do ser humano, percebe-se a importância do jogo sobre o papel psicológico para o desenvolvimento do aluno.

Vygotsky destaca a importância de se investigar as necessidades,

motivações e tendências que os alunos manifestam e como se satisfazem nos jogos, a fim de compreendermos os avanços nos diferentes estágios de seu desenvolvimento.

O brincar da criança até seu desenvolvimento na fase adulta como imaginação em ação, retrata a realidade vivida por ela; Vygotsky nomeia tal situação imaginária como um dos elementos fundamentais das brincadeiras e jogos.

O brinquedo que comporta uma situação imaginária também comporta uma regra relacionada com o que está sendo representado. Assim, quando a criança brinca de médico, busca agir de modo muito próximo daquele que ela observou nos médicos do contexto real. A criança cria e se submete às regras do jogo ao representar diferentes papéis. (VYGOTSKY, 1999, p. 34)<sup>18</sup>

Segundo Vygotski, a brincadeira é uma situação privilegiada de aprendizagem infantil, à medida que fornece uma estrutura básica para mudanças das necessidades e da consciência.

Vygotski também evidencia o papel essencial da imitação na brincadeira, pois, na medida em que, inicialmente, a criança faz aquilo que ela viu o outro fazer, mesmo sem ter clareza do significado da ação. À proporção que deixa de repetir por imitação, passa a realizar a atividade conscientemente, criando novas possibilidades e combinações. Dessa forma, a imitação não é considerada uma atividade mecânica ou de simples cópia de modelo, uma vez que ao realizá-la, a criança está construindo, em nível individual, o que nos observaram outros.

Portanto, a brincadeira onde os alunos em desenvolvimento expõem questões e desafios além de seu comportamento diário, levantando hipóteses, na tentativa de compreender os problemas que lhes são propostos pela realidade na qual interagem. Assim, ao brincarem, constroem a consciência da realidade e, ao mesmo tempo, vivenciam a possibilidade de transformá-la é um ato de aprendizagem do meio com o qual interage e as modificações que ela efetiva na referida realidade, pode-se afirmar que é parte de sua intervenção em sua realidade.

Com relação à característica de prazer, presente nas brincadeiras, Vygotsky afirma que nem sempre há satisfação nos jogos, e que quando estes têm resultado desfavorável, ocorre desprazer e frustração.

## **O Lúdico na Concepção de Wallon**

Segundo Wallon, a personalidade humana é um processo de construção progressiva, onde se realiza a integração de duas funções principais: a afetividade, vinculada à sensibilidade interna e orientada pelo social; a inteligência, vinculada às sensibilidades externas, orientada para o

---

<sup>18</sup> VYGOTSKY, 1999, p. 34

mundo físico, para a construção do objeto.

De acordo com Wallon, o fator mais importante para a formação da personalidade não é o meio o social e não o meio físico; o autor chama a atenção para o aspecto emocional, afetivo e sensível do ser humano e elege a afetividade, intimamente fundida com a motricidade, como desencadeadora da ação e do desenvolvimento da ação e do desenvolvimento psicológico da criança.

A motricidade no desenvolvimento da criança é bastante focada por Wallon, ressaltando o papel que as aquisições motoras desempenham progressivamente para o desenvolvimento individual. Segundo ele, é pelo corpo e pela sua projeção motora que a criança estabelece a primeira comunicação (diálogo tônico) com o meio, apoio fundamental do desenvolvimento da linguagem. É a incessante ligação da motricidade com as emoções, que prepara a gênese das representações que, simultaneamente, precede a construção da ação, na medida em que significa um investimento, em relação ao mundo exterior.

## MÉTODOS E TÉCNICAS

Segundo o professor Dr. Rômulo Terminelis da Silva (2022, p.04) na explicação do passo a passo de construção do TCC monografia, a pesquisa deve seguir as seguintes orientações (aula de orientação ao TC II polo do Cantá 31 de Janeiro de 2022):

**Os tipos mais comuns de pesquisa são:** de campo; bibliográfica; descritiva; experimental e Não-experimental. Aliadas aos métodos estão as técnicas de pesquisa, que são os instrumentos específicos que ajudam no alcance dos objetivos almejados.

**As técnicas mais comuns são:** questionário (instrumento de coleta de dados que dispensa a presença do pesquisador); formulário (instrumento de coleta de dados com a presença do pesquisador); entrevista (estruturada ou não estruturada); levantamento documental; observacional (participante ou não participante) e estatísticas.

Por ser assim, este estudo pautou-se, portanto, por uma metodologia de pesquisa sob a linha bibliográfica, em caráter exploratório, de maneira qualitativa, correlacional, de campo e descritiva na abordagem temática da Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática podem contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio. Entendo que esta linha de pesquisa e abordagem seja a mais viável ao estudo por ora. Desse modo, tem-se que os resultados aqui contextualizados podem ser considerados como satisfatórios ao proposto inicialmente neste estudo.

A metodologia deste trabalho será embasada em conceitos que atendem a pesquisa com seu tema principal, desse modo, o atual estudo terá



abordagem qualitativa exploratória. Por tratar-se de pesquisa qualitativa exploratória, tem a base da flexibilidade e criatividade buscando conhecer o assunto sobre a Construção de Jogos Lúdicos em Matemática na contribuição para solucionar as dificuldades de aprendizagem do aluno no Ensino Médio. Desse modo, este trabalho se desenvolverá por meio de uma pesquisa bibliográfica. Além de livros site e artigos que fundamentem a clareza do tema.

A modernidade modificou as características dos alunos, o que exige dos professores o uso de diferente metodologia de ensino. Para atingir uma educação de qualidade, que segundo (CHASSOT,2014) argumenta que os professores não podem ser formatados pela tecnologia, não podem ser apenas telespectadores e replicadores de fatos, mas devem adentrar no mundo, participando do processo de construção do conhecimento.” devemos ensinar menos, se educar é fazer transformação, não é com transmissão de informações que chegaremos lá”

Mas, aprender e ensinar ciências podem ser difíceis; por isso, é preciso aproximar os conceitos que os alunos já possuem e o conhecimento novos sobre os Jogos Lúdicos em Matemática e sua prática pedagógica no processo de ensino-aprendizagem no Ensino Médio, para isso acontecer, faz-se necessária a mediação dinâmica dos professores que incentiva os alunos a criarem conexões com o mundo e a elaborarem questionamentos que contribuam para o aprendizado.

Nota-se que as atividades experimentais podem desenvolver competências que possibilitam os alunos a compreensão da Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática na sua aprendizagem. Assim, a utilização de experimentos nos processos de ensino e de aprendizagem para aprofundar e comprovar construções teóricas científica que possam ser explorados na educação, mesmo sendo mais uma entre várias possibilidades de uso de recursos didáticos é de extrema importância.

A pesquisa será aplicada com levantamento bibliográfico, será feita a elaboração de atividades experimentais e aplicações durante o estágio. As atividades foram implementadas com alunos do ensino médio. Embora tenham se dado tantos avanços significativos, a Matemática Moderna não chegou a cumprir todos os objetivos outrora propostos. Procurando tornar as aulas de matemática mais prazerosas, participativas e dinâmicas.

A pesquisa se desenvolveu em duas escolas da rede estadual de ensino, na Escola Estadual José Aureliano da Costa e na Escola Estadual Indígena Professor Ednilson Lima Cavalcante. A experiência na área educacional foi com aulas de forma proveitosas e projeto sobre a aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, fim de desenvolver no aluno as habilidades e competências propostas para os aluno do ensino médio da Escola Estadual José Aureliano da Costa e na Escola Estadual Indígena Professor Ednilson Lima Cavalcante, buscando trabalhar o lúdico no processo de ensino e, despertando no educando a curiosidade, levando-o aos desafios, permitindo ampliar seus conhecimentos, estimulando

a criatividade, a capacidade de resolver problemas, a estimar, calcular, desenvolvendo o raciocínio lógico e seus aspectos cognitivos. Essa experiência ampliou para novos conhecimentos, por atender a grande diversidade de alunos e séries. A sala de aula selecionada para desenvolver as atividades propostas, possui alunos com diferentes perfis, é uma classe heterogênea há um grupo de alunos com distúrbios múltiplos, déficit de atenção e de concentração, aspectos estes que exigem um trabalho mais lúdico, com materiais concretos.

Será uma pesquisa de natureza qualitativa, que conforme Minayo (2001) consiste na aquisição de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos, através do contato direto do pesquisador com o objeto a ser estudado, objetivando-se, deste modo, compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos próprios sujeitos participantes da situação estudada.

A aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, fim de desenvolver no aluno as habilidades e competências, ocorre de modo significativo quando o aluno se depara com situações que exijam investigação, reflexão e empenho, levando - o a construir e desenvolver conceitos e procedimentos matemáticos. Os progressos em relação ao conhecimento desses conceitos verificam - se quando os alunos conseguem analisar criticamente e entender sentido do que aprenderam, num processo em que podem expor e discutir ideias com outras pessoas, negociar significados, organizar conhecimentos e fazer registros.

Conforme o Dr. Rômulo Terminelis da Silva (2022, p.05) na explicação do passo a passo de construção do TCC monografia, a pesquisa deve seguir as seguintes orientações (aula de orientação ao TC II polo do Cantá 31 de Janeiro de 2022):

Tendo-se, para tanto, a este ponto que a pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa.

Entendendo ainda que faz-se válido destacar o pensamento de Kant a este respeito, quando o mesmo preceitua que: "Sou, por meu gosto pesquisador. Experimento toda a sede de conhecer e a ávida inquietude de progredir, do mesmo modo que a satisfação que toda aquisição proporciona." (IMMANUEL KANT, 1689- 1755 apud BEZERRA, 2018).

Neste aspecto ressalta-se que como o próprio nome indica, a pesquisa exploratória permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, por ser uma pesquisa bastante específica. Assim, pode-se afirmar que ela assume a forma de um estudo de caso, sempre em

consonância com outras fontes que darão base ao assunto abordado, como é o caso da pesquisa bibliográfica e das entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado sobre a Construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Ainda sob esta perspectiva tem-se que a modalidade atinente à pesquisa qualitativa é a metodologia de pesquisa bastante adequada ao estudo, pois pode ser entendida como o caminho do pensamento a ser seguido. Pois, ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade.

Tem-se também que a modalidade de pesquisa exploratória é uma importante ferramenta neste processo de levantamento e construção contextual, pois é entendida como um trabalho de natureza exploratória quando envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores. Em linhas gerais, esta foi sim a metodologia de pesquisa ora implementada, entendendo-a, para tanto, como propícia ao estudo proposto.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **Delineamento da Pesquisa**

A pesquisa se desenvolveu em duas escolas da rede estadual de ensino. A experiência na área educacional foi com aulas e projetos de forma proveitosas sobre a Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática podem contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio, então foi percebido a dificuldade deles na aprendizagem em Matemática diante da prática pedagógica de projetos e regências. Essa experiência ampliou para novos conhecimentos, por atender a grande diversidade de alunos e séries. A sala de aula selecionada para desenvolver as atividades propostas, possui alunos com diferentes perfis, é uma classe heterogênea há um grupo de alunos com distúrbios múltiplos, déficit de atenção e de concentração, aspectos estes que exigem um trabalho mais lúdico, com materiais concretos.

Considerando os jogos como ferramenta pedagógica de extrema importância no processo de ensino e aprendizagem no ensino médio de algumas experiências afetivas que se correlacionam ao ambiente educacional, que devem ser aplicadas com aos aluno na fase da aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem é um dos referenciais de

grande relevância para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, onde ludicidade é a melhor maneira do aluno comunicar-se e relacionar-se com outros alunos no ambiente escolar, aprendendo sobre seu contexto e interagindo com ele, de forma espontânea e real no desenvolvimento de habilidades e competências.

A pesquisa deste projeto vem encontro aos anseios dos educadores, que estão preocupados em desenvolver um trabalho que envolva a realidade do aluno. O projeto “Semana da Matemática EJAC” sobre a: Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática podem contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio, é uma proposta, dentre outras, que exige uma atitude dialógica por parte dos educadores, em todas as suas etapas.

Embora tenham se dado tantos avanços significativos, a Matemática Moderna não chegou a cumprir todos os objetivos outrora propostos. Procurando tornar as aulas de matemática mais prazerosas, participativas e dinâmicas e a fim de desenvolver no aluno as habilidades e competências propostas para os aluno do ensino médio da Escola Estadual José Aureliano da Costa e na Escola Estadual Indígena Professor Ednilson Lima Cavalcante, buscando trabalhar o lúdico no processo de ensino e aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, despertando no educando a curiosidade, levando-o aos desafios, permitindo ampliar seus conhecimentos, estimulando a criatividade, a capacidade de resolver problemas, a estimar, calcular, desenvolvendo o raciocínio lógico e seus aspectos cognitivos.

O Dia da Matemática é uma data há tempos comemorada informalmente pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM). Essa comemoração é feita a cada 06 de maio como uma homenagem ao matemático, escritor e educador brasileiro Júlio César de Mello e Souza, mais conhecido como Malba Tahan. A nível nacional, a então deputada Raquel Teixeira foi a responsável por apresentar um projeto de lei, em 05 de maio de 2004, para instituir o Dia Nacional da Matemática. O objetivo era que o Ministério da Educação e da Cultura incentivasse atividades culturais e educativas nessa data. A proposta de Raquel determinava um momento para refletir a educação matemática, incentivando os professores e estudantes a cultivar a cultura e o saber. Apenas em 26 de junho de 2013 a Presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou a lei nº 12.835, que instituiu, oficialmente, o Dia Nacional da Matemática, que deve ser comemorado anualmente em todo o território nacional em 06 de maio.

A metodologia da ludicidade apresenta uma predisposição individual do aluno no processo de ensino e aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem, o que não se adquire através de conceitos e conhecimentos, pois estes são aspectos da individualidade do ser humano. O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial para o aluno no comportamento e desenvolvimento motor e intelectual do aluno no processo educacional.

A ludicidade se torna importante na prática pedagógica como facilitadora do ensino e da aprendizagem do educando na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos no ensino médio. Precisa-se refletir a importância da ludicidade na prática pedagógica como metodologia facilitadora, bem como identificar e analisar as necessidades existentes dentro da escola para implantar a cultura do lúdico e reconhecer as dificuldades encontradas pelo professor diante da utilização dos jogos em sala de aula além de apontar os benefícios das atividades lúdicas em uma escola hoje. Como educador e acadêmicos do curso de Licenciatura em Matemática, surgiu a oportunidade de refletir sobre a prática pedagógica e os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso, por isso o projeto veio para motivar e inovar a questão pedagógica do lúdico no processo de ensino e aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

Tem-se a este ponto que os resultados ora obtidos quando da realização do presente estudo foram sim satisfatórios, pois foi possível conhecer algo mais acerca da participação formadora e interventora da Educação na vida dos indivíduos na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática, sobretudo, no que tange aos anos iniciais, ou melhor, dizendo já desde inserção no até o ensino médio.

A construção do TCC monografia obedeceu as orientações do Manual de normas para elaboração de trabalhos (2013, p.16):

Por trabalho científico entende-se um texto elaborado em vista da comunicação dos resultados atingidos e da comprovação metodológica e argumentativa de uma pesquisa. Expressa um momento público da ciência e deve ser visto cada vez mais como parte dos estudos em qualquer nível.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima adota como idioma a língua oficial do Brasil, o português, para a redação, e permite a utilização de artigos integrando o trabalho científico em outros idiomas, conforme as regras dos periódicos aos quais foram submetidos, aceitos e/ou publicados.

De acordo com a finalidade a que se destinam, os trabalhos científicos apresentam formas e exigências próprias, embora devam corresponder a uma estrutura fundamental semelhante e seguir procedimentos gerais parecidos.

Toda orientação foi de extrema importância, que possibilitou a estruturação da pesquisa, na elaboração da monografia pelas orientações fornecidas pelo manual de orientações, como afirmou o professor Dr. Rômulo Terminelis da Silva (2022, p.04) na explicação do passo a passo de construção do TCC:

A linguagem será gramaticalmente correta, precisa, coesa, coerente e, preferencialmente, em terceira pessoa ou utilizando a impessoalização textual. Devem ser evitados adjetivos supérfluos, repetições redundantes, explicações desnecessárias, rodeios sem atingir o objetivo. Ao escrever, não se deve ficar determinado em demonstrar erudição e cultura gramatical ou discursiva e, sim, chegar-se a uma comunicação cujas ideias estejam claras ao leitor.

Ainda conforme o professor a reponsabilidade de formatação gráfica nas normas da ABNT é de inteira reponsabilidade do acadêmico (aula de orientação ao TC II polo do Cantá 31 de Janeiro de 2022).

A análise e discussões dos resultados segue as orientações do Manual de normas para elaboração de trabalhos (2013, p.82):

Após a análise e discussões dos resultados, são apresentadas as conclusões e as descobertas, evidenciando com clareza e objetividade as deduções extraídas dos resultados obtidos ou apontadas ao longo da discussão do assunto. Neste momento são relacionadas às diversas ideias desenvolvidas ao longo do trabalho, num processo de síntese dos principais resultados, com os comentários do autor e as contribuições trazidas pela pesquisa.

Cabe, ainda, lembrar que a conclusão é um fechamento do trabalho estudado, respondendo às hipóteses enunciadas e aos objetivos do estudo, apresentados na Introdução, onde não se permite que nesta seção sejam incluídos dados novos, que já não tenham sido apresentados anteriormente.

A temática estudada sobre a Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática podem contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio, trouxeram satisfação na pesquisa, pois foi possível constatar na pesquisa o cumprimento dos objetivos e as variáveis de pesquisa bem como as hipóteses de pesquisa. Pode se dizer que a pesquisa alcançou seus resultados e possibilitou contribuir para futuras melhorias nas observações feitas e levantadas sobre a Construção de Jogos Lúdicos em Matemática, pois a matemática não deve ser vista apenas como pré-requisito para estudos posteriores, é preciso que o ensino esteja voltado à formação do cidadão, que utiliza cada vez mais conceitos matemáticos em sua rotina. Através de suas descobertas com o decorrer do tempo, o avanço tecnológico permitiu novas tendências de ensino na prática pedagógica. Trazendo inovação e comodidade aqueles que a utilizam no dia a dia.

A Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática podem contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio, dentro e fora do ambiente escolar, pretendeu-se fazer uma abordagem sobre a Construção de Jogos Lúdicos em Matemática como

ferramenta educacional para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento cognitivo das habilidades e competências em matemática do aluno no ensino médio. Enfatizando a problemática de pesquisa em: Como a Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática podem contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio? Tal investigação foi bem satisfatória como também a aplicação dos objetivos específicos proposto que foram desenvolvidos na pesquisa que foi em: Desenvolver habilidades e competências na organização de projeto lúdico em matemática contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem do aluno no ensino médio; Estimular o pensamento independente, a criatividade e a capacidade de resolver problemas; e Proporcionar a aquisição de novos conhecimentos através do lúdico no ensino da matemática. A aprendizagem por meio da Construção de Jogos Lúdicos em Matemática permite que o estudante adquira conhecimentos matemáticos, habilidades e competências através do processo de ensino aprendizagem na produção de novos saberes e conhecimentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao término deste estudo observou-se a importância da temática: Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática e os Problemas Norteadores das Dificuldades no Ensino Médio. Trabalhar o lúdico no processo de ensino e aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática para contribuir e solucionar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, despertando no educando a curiosidade, levando-o aos desafios, permitindo ampliar seus conhecimentos, estimulando a criatividade, a capacidade de resolver problemas, a estimar, calcular, desenvolvendo o raciocínio lógico e seus aspectos cognitivos.

Considerando os jogos como ferramenta pedagógica de extrema importância no processo de ensino e aprendizagem no ensino médio de algumas experiências afetivas que se correlacionam ao ambiente educacional, que devem ser aplicadas com aos aluno na fase da aprendizagem e construção de Jogos Lúdicos em Matemática contribuindo para solucionar as dificuldades de Aprendizagem é um dos referenciais de grande relevância para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, onde ludicidade é a melhor maneira do aluno comunicar-se e relacionar-se com outros alunos no ambiente escolar, aprendendo sobre seu contexto e interagindo com ele, de forma espontânea e real.

A pesquisa com enfoques qualitativa representa um processo vivo em desenvolvimento e aprendizagem na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática como ferramenta pedagógica para solucionar as Dificuldades no Ensino Médio, e, por assim considerá-la como relevante diagnóstico da realidade no processo de ensino-aprendizagem tendo a ludicidade como ferramenta indispensável.

A investigação cumpriu com seus objetivos, pois a aceitação da

metodologia proposta surtiu um bom resultado. Cabe, para tanto, destacar que este estudo foi sim consideravelmente proveitoso e enriquecedor em que os objetivos específicos foram alcançados em: Desenvolver habilidades e competências na organização de projeto lúdico em matemática contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem do aluno no ensino médio; Estimular o pensamento independente, a criatividade e a capacidade de resolver problemas; e Proporcionar a aquisição de novos conhecimentos através do lúdico no ensino da matemática. Verificando que os resultados alcançados, durante esse processo de desenvolvimento do aluno na construção de novos saberes e conhecimentos dos educandos, no processo de ensino e aprendizagem que o mesmo está inserido, foram satisfatórios, e hipótese de pesquisa confirmada sobre: Como os novos conceitos sobre Aprendizagem e Construção de Jogos Lúdicos em Matemática é possível contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio.

Finalmente, recomenda-se aos docentes que se aprofundem sobre assuntos referente a ludicidade no processo de ensino na Construção de Jogos Lúdicos em Matemática em contribuir para solucionar as dificuldades de aprendizagem no Ensino Médio, observando-se e respeitando-se o uso dos jogos pedagógicos no ambiente escolar, como ferramenta de aprendizagem. Que os professores se sintam abertos a novas experiências que vem viabilizando a maior absorção de conteúdos e conceitos pensando sempre no bem-estar e na realidade de seus alunos.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **A teoria das Inteligências Libertadoras**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANTUNES, C. **Educação Infantil: prioridade imprescindível**. Petrópolis: Vozes, 2003.

AWAD, Hani Zehdi Anime. **Brinque, jogue, cante e encante com a recreação**. Jundiaí: Editora Fontoura, 2008.

BARROS, Flávia Cristina Oliveira Murbach de. **Cadê o Brincar?: da Educação Infantil para o Ensino Fundamental**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

BRASIL, **Secretaria de educação fundamental, Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª série) Matemática**. v. 3, Brasília, 1998.

BROUGERE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.

CAVALLEIRO, E. S. **O processo de socialização na educação infantil: construção do silêncio e da submissão**. Revista Brasil crescimento



desenvolvimento humano. São Paulo, 9 ed. 1990.

COSTA, J. M.; PINHEIRO, N. A. M.; **As tendências da educação matemática mais aplicadas nos anos iniciais do ensino fundamental**. V SINECT, Paraná 2016.

CUNHA, N. H. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar**. 2ª ed. São Paulo: Malteses, 2004.

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedo, linguagem e alfabetização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

FRIEDMANN, Adriana. **Brincar, Crescer e Aprender: O Resgate do Jogo Infantil**. São Paulo: Moderna, 1996

KISHIMOTO, TIZUKO MOCHIDA. (org). **jogo, brinquedo, brincar e a educação**. 8ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: pioneira, 2002, p. 57.

\_\_\_\_\_. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1994.

LORENZATO, S. **Laboratório de ensino de matemática e materiais didáticos manipuláveis**. In: LORENZATO, Sérgio. **Laboratório de Ensino de Matemática na formação de professores**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 3-35.

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5a a 8a série): matemática**. Secretaria da Educação. Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

MAKARENKO, A. S. **Conferências sobre educação infantil**. São Paulo: Moraes, 1981.

MEYER, Ivanise Corrêa Rezende. **Brincar e Viver: Projetos em Educação Infantil**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: WAK, 2008. 148p.; 21cm.

MOYLES, Janet. **A excelência do brincar: A importância da brincadeira na transição entre educação infantil e anos iniciais**. Porto Alegre: Artemed, 2002.

MURCIA, Juan Antônio Moreno. **Aprendizagem através do jogo**. Porto Alegre: São Paulo: Artmed, 2005.

Normas para Apresentação dos Trabalhos Técnico Científicos da UFRR3/  
ead.ifrr.edu.br.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes. **O que é educação física**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Creches: Criança faz de conta & Cia**, 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003. 56

\_\_\_\_\_. **Educação Infantil. Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORIN, Julia. **Jogos e Resoluções de Problemas: Uma estratégia para as aulas de Matemática**. São Paulo: CAEM-IME-USP, 1995.

RIBEIRO, Marco Aurélio de patrício. **Como Estudar e Aprender: Guia para Pais, Educadores e Estudantes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

SOARES, Pércio José. **O jogo como recurso didático na apropriação dos números inteiros: uma experiência de sucesso**. PUC/SP – Universidade Católica de São Paulo, Pág: 151. Mestrado profissional em ensino de Matemática. São Paulo, 2008.

SILVA. Reliton Terminelis da. Matemática: **Jogos Adaptados como Ferramenta para o Ensino das Operações Matemáticas simples aos alunos Surdos da Escola Estadual Professor Severino Gonçalves Cavalcante, segundo ano “a” do ensino médio - Boa Vista/RR. 2021**. 43 f. Monografia (Graduação - Licenciatura em Matemática) - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA- IFRR, Boa Vista, 2021.

SILVA. Dr. Rômulo Terminelis da. **Passo a Passo de Construção do TCC**. 2022. 45 f. aula realizada dia 31/01/2022 polo do Cantá UAB/IFRR/UNIVIRR.

\_\_\_\_\_. **Projeto Cooperação Científica de Pesquisa Interdisciplinar em Educação Física e Matemática: Estudo das Figuras Geométricas que Compõe a Educação Física e a Matemática, Fórmulas, Equações, Jogos de Sinais, Áreas e Volumes e suas Dimensões - Aprendizagem e Metodologia na Escola Estadual José Aureliano Da Costa polo do Cantá UAB/IFRR/UNIVIRR.2022**. 23 f. Aula realizada dia 17/09/2021 a 17/12/2021 polo do Cantá UAB/IFRR/UNIVIRR.

TEIXEIRA, Tatiane Curtivone. **Oficina de matemática: Possíveis contribuições no ensino-aprendizagem de números relativos**. Criciúma: UNESC, Monografia de especialização em educação matemática, 2001.

WAJSKOP. G. **Brincar na pré-escola**. São Paulo Cortez, 2005

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. 5º Rio de Janeiro: Imago, 1975.

**Maurício Chatel Vasconcellos Filho**

Graduação em Biblioteconomia e em Documentação pela  
Universidade Federal Fluminense (UFF).

## RESUMO

O presente trabalho é uma análise a respeito das bibliotecas brasileiras na atualidade. Faz uma apresentação sucinta dos tipos de bibliotecas existentes com definições retiradas da literatura especializada em português e em inglês, analisa o planejamento estratégico nas diversas organizações, e como este planejamento pode ser utilizado na gestão das bibliotecas em geral, visando à melhoria de seus produtos e serviços oferecidos com qualidade, e aponta perspectivas encontradas na literatura em Biblioteconomia e em Ciência da Informação a respeito do futuro das bibliotecas brasileiras com o uso das diversas tecnologias da informação e da comunicação tais como a biblioteca 2.0.

**Palavras-chave:** bibliotecas brasileiras; organizações sem fins lucrativos; planejamento estratégico; biblioteca 2.0.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo trazer uma proposta de gestão de unidades de informação ou de bibliotecas, independentemente do tipo, podendo ser públicas ou privadas visando sempre uma melhoria para a gestão de qualquer tipo de biblioteca.

O texto faz uma proposta de utilização do planejamento estratégico na gestão de qualquer tipo de bibliotecas nas funções administrativas, isto é, nas funções meio, nas funções fim e na função gerencial.

Este trabalho é uma análise sobre a atual conjuntura das bibliotecas brasileiras no século XXI. Durante muitas décadas, as bibliotecas brasileiras passaram de unidades de conservação e de armazenamento de material bibliográfico a setores de disseminação de informações. Dessa forma, o atual foco é o acesso à informação de uma maneira rápida e precisa visando a satisfação do cliente ou do usuário do sistema. Analisa também como o planejamento estratégico utilizado nas diversas organizações pode ser utilizado nas unidades informacionais na gestão organizacional. A biblioteca deve ser vista como uma organização sem fins lucrativos utilizando o planejamento estratégico na sua própria gestão.

A metodologia aplicada para esta pesquisa foi um levantamento

bibliográfico feito através de livros, de artigos de periódicos impressos e online, além de outras fontes de informação em Administração, em Biblioteconomia e em Ciência da Informação em língua portuguesa e em língua inglesa.

De acordo com a literatura especializada, as bibliotecas podem ser classificadas em bibliotecas públicas, universitárias ou acadêmicas, bibliotecas nacionais, escolares e especializadas. Apresentamos a seguir algumas definições de tipos de bibliotecas encontradas na literatura especializada.

De acordo com Maciel e Mendonça (2000, p.64), missão da biblioteca pública é suprir as necessidades de conhecimento da população de um município, através da implantação de projetos de educação, de lazer e de cultura, de maneira a contribuir diretamente para o aumento do bem-estar individual e comunitário do indivíduo.

A biblioteca pública é, e deve ser um agente de mudança, pois oferecendo livre acesso à informação e a leitura, com atividades especiais e serviços de qualidade reconhecida, proporciona a todos os cidadãos e a comunidade incontáveis benefícios sociais e econômicos. (SÃO PAULO Leitura, 2013, p.14).

Segundo a 3ª versão do Manifesto da Ifla/Unesco sobre as bibliotecas públicas:

A biblioteca pública é o centro local de informação, disponibilizando prontamente para todos os usuários todo tipo de conhecimento. Os serviços fornecidos pela biblioteca pública basearam-se na igualdade de acesso a todos, independente de idade, de raça, sexo, religião, nacionalidade língua ou status social. Todas as faixas etárias devem encontrar material adequado às suas necessidades informacionais. Coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suportes apropriados e tecnologia moderna bem como matérias convencionais. Alta tecnologia e adequação as necessidades e condições locais são fundamentais. O acervo deve refletir as tendências atuais e a evolução da sociedade, assim como a memória das conquistas e imaginação da humanidade. Coleções e serviços não podem ser objeto de nenhuma forma de censura ideológica, política, religiosa, nem mesmo de pressões comerciais (MANIFESTO DA IFLA/UNESCO, 1994, p.1-3).

Ainda de acordo com o Manifesto (1994), algumas missões da biblioteca pública são: Criar e fortalecer hábitos de leitura, apoiar tanto a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis, proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo pessoal e promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes além de

outras.

Fazendo um breve histórico sobre as bibliotecas brasileiras, a primeira biblioteca pública foi inaugurada em 1811 na cidade de Salvador na Bahia. Posteriormente, foram inauguradas duas grandes bibliotecas que se tornaram grandes ícones da cultura nacional, isto é, a Biblioteca Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, com a vinda de Dom João VI e da Corte Portuguesa para o Brasil no início do século XIX por volta de 1808 e a Biblioteca Mário de Andrade, a segunda maior biblioteca pública do país.

Superada apenas pela Biblioteca Nacional, a Biblioteca Mário de Andrade foi inaugurada em 1926 na Rua 07 de abril na região central da Capital paulista com uma coleção formada por obras que se encontravam em poder da Câmara Municipal de São Paulo em cujo prédio a Biblioteca funcionava. Em 1942, a Biblioteca foi inaugurada no atual prédio e em 1960 recebeu o nome de Biblioteca Mário de Andrade em homenagem ao famoso escritor. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2010).

Com a criação da Biblioteca Mário de Andrade (BMA) em 1926, tem o início o atualmente denominado Sistema Municipal de Bibliotecas (SMB) (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2020).

A seguir duas definições e uma constatação encontradas na literatura especializada sobre bibliotecas escolares brasileiras.

De acordo com o portal do Ministério da Educação, as bibliotecas escolares são unidades localizadas em escolas e é organizada para integrar-se com a sala de aula e no desenvolvimento do currículo escolar. Funciona como um centro de recursos educativos, integrando ao processo de ensino-aprendizagem, tendo como objetivo primordial desenvolver e fomentar a leitura e informação. Poderá servir também como suporte para a comunidade em suas necessidades informacionais. (PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

A biblioteca escolar (B.E) propicia informação, ideias fundamentais para o funcionamento bem-sucedido na atual sociedade baseada na informação e no conhecimento (O MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR, 2009).

Pressupõe-se que a maioria das bibliotecas escolares no Brasil vem atuando isoladamente, desarticuladas com o seu ambiente, como constatado na prática e na literatura. Esse afastamento da biblioteca, tanto de sua escola, como de órgãos administrativos e de outras bibliotecas,

é uma questão a ser analisada como fator de enfraquecimento da biblioteca (CAMPELO, 2017, P.23).

De acordo com autor do presente trabalho, biblioteca universitária, pública ou privada, tem como missão atender às necessidades informacionais de alunos, professores e funcionários da instituição acadêmica a qual está subordinada e visa à pesquisa e à extensão universitária.

Com o uso das tecnologias da informação e a competitividade no mercado de trabalho, ocorreu uma grande mudança de comportamento das organizações e dos profissionais que nelas atuam.

No caso das bibliotecas, as tecnologias da informação devem ser consideradas ferramentas básicas do trabalho dentro de uma unidade de informação, uma vez que o processamento técnico (a catalogação e a classificação), o gerenciamento, a recuperação e a disseminação de informação através destas ferramentas são mais eficientes e eficazes.

Uma competência básica que muitos profissionais, e inclusive os bibliotecários devam possuir, é a fluência tecnológica, ou seja, desde a digitalização de textos até a atividade do hacker. Interessa um meio termo geral traduzido pelo exercício da autoria virtual com o auxílio da plataforma do tipo web 2.0 (DEMO, 2011, p.18).

Muitas bibliotecas já utilizam o conceito de biblioteca 2.0 em suas atividades cotidianas principalmente para se interagir mais de maneira virtual com o seu cliente.

Um ponto altamente positivo a destacar é que a solução encontrada pelas unidades documentárias para se aproximar do usuário toma como base o uso da própria tecnologia, resignificando seus serviços e produtos e criando canais diretos de comunicação com o usuário, por exemplo, com a aplicação de recursos da rede social ou da web 2.0, fomentando o que se tem convencionado de biblioteca 2.0 (BARBOSA; FRANKLIN, 2011, p. 93).

Fazendo um histórico no período pré-Internet, as bibliotecas brasileiras apresentavam uma estrutura tradicional com seus catálogos tradicionais externos voltados aos consulentes e os internos voltados para os profissionais das bibliotecas. Todo o acervo estava representado em fichas catalográficas, datilografadas uma a uma, com a finalidade de descrever o conteúdo de cada obra bibliográfica e sua localização nas estantes através do número de chamada. Com o advento da tecnologia da informação, da comunicação virtual e da Internet, os serviços bibliotecários foram totalmente alterados e as bibliotecas tiveram que se adaptar para sobreviverem em um mundo cada vez mais globalizado, competitivo e digital. As atividades meio, fim e gerenciais foram automatizadas para oferecer um serviço de qualidade

ao seu cliente, para facilitar o acesso à informação e para prestação de contas administrativas a instituição mantenedora da biblioteca. A seguir, o presente trabalho faz uma diferenciação didática entre a conceituação de instituição e de organização.

De acordo com a conceituação de Mariotti (1999, p.28), instituição é o conjunto de ideias que regulam a vida humana com base em valores que se traduzem em normas, regras e leis. Estes designam o que pode e o que não pode, o que deve e o que não deve ser feito. Alguns exemplos de instituições são: o dinheiro, a educação, a comunicação social e a gramática de uma língua. As sociedades humanas são, em última análise, redes de instituições. Ainda de acordo com o autor citado (1999, p.29) a organização é a instituição em funcionamento, a instituição é abstrata e ideal, enquanto a organização é esse ideal posto em prática, isto é, a instituição materializada.

O futuro das bibliotecas, de acordo com autores de Biblioteconomia e de Ciência da Informação, inclusive com a opinião do autor deste trabalho, é que estas devem ser vistas como uma organização sem fins lucrativos. Os gerentes de qualquer organização são pessoas muitas capacitadas e focadas no seu trabalho. Muitos profissionais bibliotecários tiveram que ter posturas gerenciais que até então não possuíam para conseguirem sobreviver neste período de turbulências políticas, econômicas e de saúde pública da atualidade globalizada.

Segundo Chiavenatto (2010) a Teoria da Administração aponta que as organizações enfrentam, nos dias de hoje, um contexto contingencial caracterizado por mudanças permanentes. Dessa forma, a gestão eficiente é o único instrumento que possibilita às organizações em geral, assimilarem as rápidas mudanças corporativas da atualidade.

Antes de falarmos de planejamento estratégico, a literatura especializada em Administração nos mostra que existe uma hierarquia do Planejamento. De acordo com Keelling (2010, p.184), a hierarquia do planejamento está baseada nos objetivos principais, isto é, começa nos níveis estratégicos, passa para as táticas e depois para o nível básico das atividades e operações. O planejamento estratégico deve ser a ordem do dia em qualquer organização, seja um posto de gasolina, uma escola, uma livraria ou mesmo uma biblioteca.

O planejamento estratégico de uma biblioteca segue as mesmas normas e conceitos de uma empresa. Apesar de não visar ao lucro econômico, às bibliotecas gerenciam verbas da própria instituição e recebidas de agências financiadoras para projetos de compra de livros, infraestrutura física, mobiliário, conservação, restauração entre outras necessidades. Essas verbas passam por critérios de controle e distribuição de gastos e precisam ser administradas de forma competente (DI FOGGI; COLLETA, 2010).

O planejamento pode ser definido como um conjunto de técnicas, métodos e procedimentos que objetiva intervir

de forma programada por meio de planos, programas e projetos. Os planos podem ser entendidos como um conjunto de informações sistematicamente ordenadas que estabelecem os objetivos e políticas gerais de referência de programas e/ou projetos. Os programas são conjuntos de informações setorialmente organizadas que procuram operacionalizar os objetivos do plano por meio de projetos. Já os projetos são conjuntos de informações delimitadas no tempo, no espaço e recursos para a execução de ações setoriais. (BIBLIOTECA pública, 2010, p.35).

Ainda de acordo com a obra citada, toda situação de planejamento traz em seu bojo uma insatisfação e um desejo de mudanças a partir do conhecimento de uma realidade atual, um diagnóstico da situação atual, objetiva-se empreender uma série de processos para atingir uma situação almejada no futuro (BIBLIOTECA pública, 2010, p.35).

Na literatura de Administração existem muitos conceitos teóricos sobre estratégias. De acordo com Mintzberg e Quinn (2001, p.20), estratégia é o padrão ou plano que integra as principais metas, políticas e sequências de ações de uma organização em um todo coerente.

Ainda de acordo com os autores citados, uma estratégia bem formulada ajuda a ordenar e alocar recursos de uma organização para uma postura singular e viável, com base em competências e deficiências internas relativas, mudanças antecipadas no ambiente e providências contingentes realizadas por oponentes inteligentes. (MINTZBERG; QUINN, 2001).

Outra definição de estratégia é a de Kluyver e Pearce.

Estratégia diz respeito a posicionar uma organização para a obtenção de vantagem competitiva. Envolve escolhas a respeito de que setores participarem quais produtos e serviços a oferecer, e como alocar recursos corporativos. Seu principal objetivo é criar valor para acionistas e outros stakeholders (grupos de interesses) ao proporcionar valor para o cliente. (KLUYVER; PEARCE, 2010, p. 2).

De acordo com Kluyver e Pearce (2010, p.13-17) O processo de criação de uma estratégia pode ser organizado com base em três perguntas-chave, ou seja, onde estamos? Para onde vamos? E como chegaremos lá? (gráfico abaixo). Cada pergunta define uma parte do processo e sugere diferentes tipos de análises e avaliações. Eles também mostram que os



componentes de uma análise estratégica se sobrepõem e que ciclos de feedback representam uma parte integrante do processo.

A parte do processo referente à pergunta “Onde estamos?” preocupa-se com a avaliação do estado atual do negócio ou da empresa como um todo. As perguntas do tipo “Para onde vamos” são projetadas para gerar e explorar alternativas estratégicas baseadas nas respostas obtidas à primeira pergunta. O componente “Como chegaremos lá?” do processo está focado em como atingir os objetivos desejados. Uma das questões mais importantes abordadas neste estágio é a de como preencher o gap de competência que separa as atuais habilidades e capacidades organizacionais daquelas que são necessárias para atingir o propósito estratégico declarado.

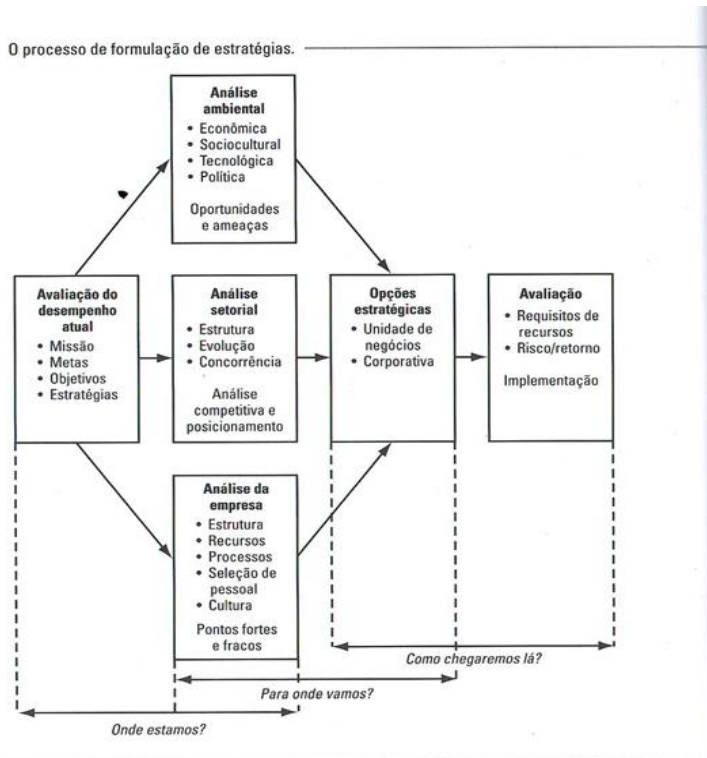


Figura 1 O processo de formulação de estratégias (KLUYER, PEARCE, 2010, p.16).

A maioria das empresas emprega alguma forma de planejamento estratégico. O ímpeto de impor uma

estrutura ao processo provém de duas pressões principais: a necessidade de lidar com uma série cada vez mais complexa de questões econômicas, políticas, sociais e legais em uma escala global e a velocidade crescente com que o ambiente competitivo se altera (2010, p.17).

Ainda segundo Kluyster e Pearce (2010 p. 18), um sistema formal garante que a quantidade requerida de tempo e de recursos seja alocada ao processo, que as prioridades sejam estabelecidas, que as atividades estejam integradas e coordenadas e que se obtenha um feedback adequado. Esse planejamento é em geral organizado como um ciclo de planejamento e este começa com uma revisão no âmbito corporativo do ambiente competitivo global, e das orientações corporativas para as várias divisões e negócios. Em seguida, solicita-se que divisões e unidades de negócios atualizem suas estratégias de longo prazo e indiquem como estas estratégias se encaixam nas prioridades e metas da empresa ou de uma organização sem fins lucrativos.

O sistema de planejamento estratégico formal, ou ciclo de planejamento, por definição tenta estruturar o desenvolvimento e a implantação de estratégia como um processo primariamente linear e sequencial. Mudanças ambientais e competitivas não respeitam, no entanto, um processo ditado pelo calendário. (KLUYVER; PEARCE, 2010, p. 18)

Os teóricos da Administração estratégica consideram que o grande desafio das organizações, na atualidade, consiste em implantar mudanças e inovação de forma permanente a fim de alcançar resultados acima da média. (HITT; IRELAND e HOSKINSSON, 2010, p.18).

Ainda de acordo com Kluyster e Pearce (2010, p.18), quando surgir uma nova oportunidade competitiva ou um desafio qualquer, a organização não pode esperar para ter uma reação. Dessa forma, os processos formais não devem ser totalmente abandonados, é necessário ter a compreensão de que a estratégia se refira a criar uma visão de longo prazo para a organização, deve ainda manter um grau de flexibilidade sobre como atingir as metas e conservar opções de adaptação a eventuais mudanças.

De acordo com o autor, fazendo uma comparação com uma biblioteca universitária X, uma nova oportunidade competitiva pode ser entendida como, por exemplo, a criação de uma nova linha de pesquisa acadêmica sobre um determinado assunto que poderá trazer um desenvolvimento institucional e regional. A biblioteca acadêmica deverá estar preparada para receber uma quantidade maior de documentação técnica, física e digital, sobre uma nova temática de assunto, um melhor preparo do seu staff (bibliotecários e demais funcionários) para poder atender as

necessidades informacionais de pesquisadores reais e virtuais e um software de gestão de serviços bibliotecários para melhor atender a sua clientela seja presencial ou virtual.

Ao formular uma estratégia competitiva, os principais desafios são quatro: analisar o ambiente competitivo, antecipar as reações dos principais concorrentes, identificar opções estratégicas e escolher entre as melhores alternativas. A instituição acadêmica X quer adquirir um novo software visando melhorar o gerenciamento de suas atividades administrativas meio e fim, visando oferecer um melhor serviço a sua comunidade. A instituição Y já possui o novo software e está atraindo mais alunos de graduação e de pós-graduação em uma determinada região de uma grande cidade. A Biblioteca universitária da instituição Y teve uma melhor avaliação de seus serviços oferecidos a sua comunidade acadêmica de acordo com padrões de avaliação governamentais instituídos.

Na atualidade, cada vez é mais comum associações e órgãos ligados à Biblioteconomia, à Documentação e à Ciência da Informação oferecem aos seus associados e não associados cursos de planejamento estratégico para bibliotecas.

Na primeira quinzena de julho de 2018, a Associação Rio-Grandense de Bibliotecários em Porto Alegre ofereceu um curso de planejamento estratégico para bibliotecas. Apresentamos a seguir, o conteúdo didático deste curso.

## Conteúdo

1) Planejamento estratégico, tácito e operacional;

2) Estratégia;

3) Tendências e panoramas de mercado;

4) Análise de forças (matriz SWOT);

5) Análise do negócio (clientes internos e externos);

6) Diretrizes estratégicas;

7) Missão, visão e valores;

8) Objetivos estratégicos;

9) Mapa estratégico;

10) Importância de medir o desempenho da estratégia, indicadores de esforço e de resultado;

11) Como implantar a estratégia, projetos e ações;

**12) Acompanhar o desempenho da estratégia e corrigir os rumos;**

**13) Inserir a informação a todos os envolvidos no planejamento;**

**14) Planejamento estratégico em bibliotecas e unidades de informação.**

(A Associação, 2018).

As perspectivas para a sobrevivência das bibliotecas brasileiras começam com a preocupação dos gestores de bibliotecas e de instituições mantenedoras em oferecer produtos e serviços de qualidade aos seus clientes. Algumas instituições já utilizam há algum tempo os padrões de qualidade da ISO 9000 e da ISO 14.000.

Segundo Vergueiro e Carvalho, (2011, p.139-140), a preocupação com a melhoria da qualidade de serviços de informação (bibliotecas) é uma das marcas das duas últimas décadas do século passado. No mundo inteiro unidades de informação de todas as áreas do conhecimento humano se engajaram na busca e implantação da qualidade em seus processos de trabalho, almejando atingir a excelência na atuação e melhor satisfação de seus clientes. Essa tendência iniciada nos países mais desenvolvidos, aos poucos se espalhou para outras partes do mundo, atingindo muitos países em desenvolvimento como o Brasil. O Brasil não ficou alheio a estas influências mundiais com muitas bibliotecas respondendo de forma entusiasta aos desafios da qualidade. No Estado de São Paulo, especificamente, as universidades públicas estaduais tomaram a dianteira nesse processo com resultados bastante positivos. Entre essas universidades, podemos destacar as iniciativas desenvolvidas pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (USP) que desde a sua criação, no início da década de 1980, implantou ações e projetos de melhoria da qualidade de seus produtos e serviços.

A busca pela qualidade pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBi/USP) é uma atividade permanente. A adoção do planejamento estratégico como ferramenta necessária para o desenvolvimento de ações destacou as bibliotecas no próprio âmbito da Universidade de São Paulo, por ajustarem os seus processos de trabalho às políticas básicas, sistêmicas e/ou locais. Dessa forma, pode-se dizer que as bibliotecas do SIBi/USP representam um modelo para a própria instituição mantenedora.(VERGUEIRO; CARVALHO, 2011, p. 15 5).

Outro exemplo concreto do uso do planejamento estratégico encontrado nas bibliotecas universitárias públicas paulistas é a versão mais recente do PLANES, Planejamento Estratégico do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Campinas - Unicamp, 2015-2019. Os

quadros a seguir, mostram o Mapa Estratégico do Sistema de Bibliotecas da Unicamp e o Quadro do Planes SBU 2015-2019 (BRACCHI, Regiane, 2017, p.4).

Quadro 1 - Mapa estratégico SBU 2015-2019



Quadro 2 - Quadro PLANES SBU 2015-2019

QUADRO PLANES SBU 2015-2019	
Negócio	Informação científica, tecnológica, histórica e cultural
Usuários	Docentes Discentes Funcionários Pesquisadores Usuários de programas e projetos de extensão Pessoas que mantenham vínculo com a Universidade Universidades do Brasil e do Exterior Instituições afins e congêneres Comunidade externa em geral
Missão	"Prover informação, por meio de produtos e serviços de excelência, para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, garantindo um ambiente de respeito à diversidade e à socialização."
Valores	Excelência. Cooperação. Acessibilidade. Comprometimento. Inovação. Satisfação do usuário. Sustentabilidade. Sensibilidade para com o outro. Competência em informação.
Princípios	Responsabilidade social. Integridade. Ética. Pluralidade. Imparcialidade. Valorização do ser humano.
Visão	Ser um sistema de bibliotecas de referência nacional e internacional, reconhecido pela excelência de seus produtos e serviços.

O Planejamento Estratégico implantado com 28 projetos em andamento, envolvendo em torno de 120 profissionais do Sistema de Bibliotecas da Unicamp, os quais apresentam os resultados dos seus projetos em workshops realizados a cada seis meses. Com a execução total do Plano de Planejamento Estratégico (PLANES), ao final de 2019, espera-se concretizar a visão estabelecida durante a fase de planejamento. Até lá, o Planejamento Estratégico deve ser acompanhado e avaliado de acordo com os ambientes internos e externos, sujeito a eventuais adequações e incorporações, já que se trata de uma ferramenta altamente dinâmica (BRACCHI, Regiane Alcântara, p. 5, 2017).

Por fim, concluímos este texto afirmando que a sobrevivência das bibliotecas brasileiras parte do princípio de que estas devam ser vistas como organizações sem fins lucrativos, com planejamento estratégico adotado nas suas funções meio, fim e gerenciais, com equipe de trabalho e gestores capacitados e comprometidos com o seu trabalho, com investimentos públicos e privados nestas unidades informacionais.

Infelizmente, o que vemos na realidade, em algumas bibliotecas pelo País, é uma situação desfavorável, com acervos bibliográficos desatualizados e não automatizados, com pessoal despreparado e desmotivado para novos

desafios profissionais, com estruturas físicas precárias e com poucas perspectivas de melhoria em um curto prazo de tempo. As bibliotecas abertas às comunidades devem ser um mix de informação e de cultura para atrair novos clientes e o acesso à Internet aos usuários e aos funcionários da unidade é uma questão primordial de sobrevivência. Não bastam iniciativas governamentais em termos de legislação para a criação de novas bibliotecas nos municípios brasileiros. É preciso criar uma nova mentalidade na sociedade brasileira a respeito da importância das bibliotecas no mundo atual. As bibliotecas não podem ser concorrentes da Internet, elas devem ser parceiras na disseminação de informação aos seus clientes e usuários de um sistema seja ele privado ou público.

Biblioteca nos dias atuais é sinônimo de um espaço dinâmico com grandes atrações para todos os indivíduos de todas as idades, de todas as classes sociais e, acima de tudo, um espaço repleto de novas ofertas no campo da cultura, das artes e do conhecimento. A Biblioteca São Paulo (BSP), por exemplo, inaugurada em 8 de fevereiro de 2010, e localizada na zona norte de São Paulo, no antigo prédio do Carandiru, é um exemplo concreto de uma biblioteca muito bem-sucedida, no âmbito nacional. A Biblioteca São Paulo é considerada uma referência nacional de promoção e incentivo à leitura. Por ser uma biblioteca voltada a todos os tipos de públicos, os funcionários da BSP são treinados para oferecer atendimento humanizado e individualizado focado nas características de cada um. Recentemente, esta participou de um concurso a nível internacional e ficou entre os primeiros lugares concorrendo com bibliotecas do exterior.

Outro exemplo muito bem-sucedido é a Biblioteca Parque Villa-Lobos (BVL), localizada na Zona Oeste da capital paulista dentro do Parque Villa-Lobos, foi inaugurada em 2015, sendo uma instituição da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo. A Biblioteca em 2019 esteve entre as três melhores bibliotecas do mundo segundo premiação internacional entregue durante a Feira Internacional do Livro de Londres, a International Excellence Awards, 2019.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE BIBLIOTECÁRIOS-ARB. **Curso de planejamento estratégico de bibliotecas.** Disponível em: [www.arb.org.br/2018/05/novo-curso-da-arb-planejamento-estrategico-para-bibliotecas-7-14-de-julho-porto-alegre/](http://www.arb.org.br/2018/05/novo-curso-da-arb-planejamento-estrategico-para-bibliotecas-7-14-de-julho-porto-alegre/) Acesso em: 18 maio 2018.

BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; FLANKLIN, Sérgio. Controle, avaliação e qualidade de serviços em unidades de informação. In: **Biblioteca universitária: elementos para o planejamento, avaliação e gestão.** Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2011. 263p. p.93-138.

BIBLIOTECA Parque Villa-Lobos (BVL). Disponível em: <http://bvl.org.br/bvl-e-finalista-de-premio-internacional-na-feira-do-livro-de-londres/> Acesso em:

14 fev. 2019.

BIBLIOTECA pública: princípios e diretrizes. 2.ed.rev. ampl. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010. 160p. il. 26 cm. (Documentos Técnicos; 6). ISBN: 978-85-333-0596-0. (broch.).

CAMPELO, Beatriz. Rede de Bibliotecas escolares no Brasil: um estudo de caso em sistemas municipais de ensino. **Revista Biblioteca Escolar**, Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo/Campus Ribeirão Preto, v.5, n.2, p.21-42, 2017. Disponível em: [www.revistasusp.br/berev/article/view/113284/125584](http://www.revistasusp.br/berev/article/view/113284/125584). Acesso em: 30 mar. de 2017.

CHIAVENATTO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7.ed. São Paulo: Elsevier, 2010.

DI FOGGI, Rafael Antônio; COLLETA, Teresinha das Graças; CRISTIANINI, Glaucia Maria Saia. Planejamento estratégico em bibliotecas universitárias estaduais públicas do Estado de São Paulo: análise, avaliação e propostas de um roteiro. In: XVI SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 16; 2010. [Anais...] Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/SIBI/CRUESP), 2010. Disponível em: [http://www.gapcongressos.com.br/eventos/z/0070/trabalhos/final\\_025.pdf](http://www.gapcongressos.com.br/eventos/z/0070/trabalhos/final_025.pdf). Acesso em: 17 out. 2010.

DEMO, Pedro. **Habilidades e competências no século XXI**. Porto Alegre: Mediação, 2010. 104p. ISBN 978-85-7706-053-5.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R.E. Administração estratégica: competitividade e globalização. 2.ed. São Paulo: Cengage, 2008.

KEELLING, Ralph. **Gestão de projetos**: uma abordagem global. São Paulo: Saraiva, 2010. 293p. ISBN 978-85-02-03615-4.

KLUYVER, Cornelis A. de; PEARCE, John A. **Estratégia: uma visão executiva**. 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. ISBN 978-85-7605-695-9 Título original: Strategic: a view from the top (an executive perspective).

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.96p. ISBN 85-719-303-84.

MANIFESTO IFLA/UNESCO PARA BIBLIOTECA ESCOLAR. Disponível em: [www.archive.ifla.org/VII/S11/pubs/schoolmanifest.htm](http://www.archive.ifla.org/VII/S11/pubs/schoolmanifest.htm). Acesso em: 22. abril.2009.



MANIFESTO DA IFLA/UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 1994. Disponível em: [www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PI-manifesto/pl-manifesto.pt.pdf](http://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PI-manifesto/pl-manifesto.pt.pdf). Acesso em: 01 set. 2009.

MARIOTTI, Humberto. **Organizações de aprendizagem**: educação continuada e a empresa do futuro. 2.ed.rev. atual. São Paulo: Atlas, 1999. ISBN 85-224-2174-9.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo de estratégia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BRACCHI, Regiane Alcântara; MARTINS, Valéria Santos; GRASSI, Marcos Roberto. Planejamento estratégico como ferramenta para a implantação de mudanças e inovação no âmbito das bibliotecas universitárias. In: XXVII Congresso BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 27; 2017. [Anais...]. Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1843>. Acesso em: 17 out. 2017.

PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Biblioteca escolar**. Disponível em: [www.portalmec.gov.br/seb/arquivos/pdf.profunc/biblioesc.pdf](http://www.portalmec.gov.br/seb/arquivos/pdf.profunc/biblioesc.pdf) Acesso em: 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria de Cultura. Biblioteca Mário de Andrade. **História da Biblioteca Mário de Andrade**. Disponível em [www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/historico/index.php?p=7653](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/historico/index.php?p=7653). Acesso em: 14 abr. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Boletim Estatístico das bibliotecas públicas de São Paulo. Disponível em: [www.b.estat\\_bibl\\_publ\\_s\\_paulo\\_v2\\_n.1\\_jan\\_jun.2020\\_20200729\\_1596042008.pdf](http://www.b.estat_bibl_publ_s_paulo_v2_n.1_jan_jun.2020_20200729_1596042008.pdf). Acesso em: julho 2020.

SP Leitura. **Biblioteca Viva**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 41p. il. (Notas de Bibliotecas; n.5).

VERGUEIRO, Waldomiro; CARVALHO, Telma. A busca pela qualidade no Sistema de Bibliotecas da USP: evolução e perspectivas. In: LUBISCO, Nídia M. (Org.). **Biblioteca Universitária**: planejamento, avaliação e gestão. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2011. 263p. p.139-156. Maurício Chatel Vasconcellos Filho bibliotecário e documentalista pela Universidade Federal Fluminense, com experiência comprovada no serviço público, na iniciativa privada, trabalho como autônomo. Contato pelo email [chatel150@gmail.com](mailto:chatel150@gmail.com).

**Damião de Sousa Santos**

Licenciado em Matemática (UNEMAT).

Bacharel em Direito (UNEMAT).

Especialista em Gestão Escolar (UFMT).

Especialista em Educação Matemática (ICE).

Mestrando em Ciências da Educação (UNISAL).

**RESUMO**

Há muito no Brasil tem sido discutido os problemas causados pela corrupção, e porque essa prática é comum em todos os setores da sociedade, mas se alastra com maior proporção na esfera da Administração Pública. Em 2015 uma pesquisa de opinião pública do Datafolha demonstrou que os brasileiros apontam a corrupção como o maior problema do país. Na opinião dos brasileiros, o problema da corrupção chega a ser até mais grave do que os déficits em saúde e educação, e também superior à desigualdade social. Esse tema (corrupção) foi o principal motivo do lançamento do Pacote de Segurança pelo Ministério Público Federal do Brasil, visando fortalecer o sistema penal nacional com medidas mais duras e menos burocráticas, visando diminuir casos de impunidade e também de reincidências de crimes que são comuns relacionados à corrupção. Essa pesquisa busca analisar o motivo da criação do Pacote Anti Crime pelo Ministério Público Federal e a tentativa de inclusão do Juiz das Garantias, rechaçada pelo MPF, avaliar a relação do Pacote anticrime e a questão da corrupção no Brasil, averiguar a razão dos índices elevados de corrupção e os motivos da aparente ausência de formas de combate e carência de eficiência na aplicação das leis. Averiguar se o problema da corrupção tem relação com a omissão dos órgãos de fiscalização. Discutir as medidas de segurança do Pacote anticrime propostas pelo MP e também uma análise sobre a tentativa frustrada da proposição do Juiz das garantias ao pacote.

**Palavras-chave:** Anticrime; Corrupção; Administração Pública.

**INTRODUÇÃO**

Esse artigo se justifica pela necessidade de informações sobre o principal motivo do Pacote Anticrime proposto pelo MPF brasileiro e que alterou o Código Penal Brasileiro através da Lei 13.964/2019. Quais foram os motivos reais dessa alteração no CP que dividiu grande parcela da sociedade brasileira, principalmente, especialistas do campo penal, entre otimistas e

cautelosos.

Destacamos aqui a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) declarando ainda quando tramitou o Projeto, que o mesmo ofereceria medidas importantes para tornar o processo penal mais eficaz. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por sua vez, fez algumas ressalvas e afirmou que alguns temas mais polêmicos ainda precisam ser mais esclarecidos, enquanto que ao mesmo tempo, partidos de oposição ao governo, destacando os seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que enxergaram a proposta como superficial. Apontando que a segurança pública foi negligenciada: apesar de ser um dos eixos de ação do pacote Anticrime, os crimes violentos são pouco abordados no texto.

De forma geral, vimos que as organizações especializadas concordaram que a proposta teve o mérito de aumentar a eficiência do processo penal, mas concordam em um ponto em ter alguma ressalva com o projeto e apontaram algumas controvérsias sobre o mesmo.

Após os últimos acontecimentos relacionados ao Ex Juiz Federal Sérgio Moro, surge a necessidade de uma real investigação, pois o então Juiz na época era o personagem principal, junto ao MPF pela busca da implementação desse pacote anticrime, e com a eleição do então Presidente da República Jair Bolsonaro, o mesmo assumiu o Ministério da Justiça, iniciando uma árdua luta para retomar a discussão do Pacote Anticrime. Agilizando a tramitação e a aprovação do referido projeto. Este artigo busca entender as reais intenções da Lei 13.964/2019 (pacote anticrime), através de análises documentais, analisando seus impactos na sociedade brasileira, principalmente com relação ao principal foco de sua origem, que foi o combate à corrupção.

## MARCO TEÓRICO

### A corrupção no Brasil e sua relação com o surgimento Pacote Anticrime culminado na Lei 13.964/2019.

Corrupção ou corrompimento, em sentido lato, corresponde à ideia de decomposição. Na esfera das relações humanas em particular, está relacionado ao suborno: ato ou efeito de se corromper, oferecer algo para obter vantagem em negociata onde se favorece uma pessoa e se prejudica outra. De acordo com o dicionário Aurélio, significa: *ato ou efeito de corromper-se; decomposição; devassidão, depravação; suborno; peita*. Sendo assim, podemos considerar que corrupção é o ato de se utilizar indevidamente de uma posição de influência para obter vantagens ou mesmo realizar alguma ação que é considerada ilegal de acordo com as leis vigentes. A corrupção pode acontecer em situações do dia a dia, mas também pode estar relacionada com a **política**. Esse é, por sinal, o campo mais associado com o termo

O filósofo **Aristóteles** acreditava que a corrupção era típica do

**mundo sublunar**, isto é, o mundo terreno existente abaixo das esferas celestes. Para Aristóteles, tudo o que não era terreno era perfeito e eterno, portanto, não podia ser alvo da corrupção (entendida como degeneração). Como seres terrenos, os humanos estavam também sujeitos à corrupção, e isso influenciou profundamente a própria noção de organização **política** nas civilizações gregas e romanas. <https://brasilescola.uol.com.br/filosofia/o-conceito-animal-politico-aristoteles.htm>

Houve, portanto, uma transposição do conceito de corrupção, aplicado ao mundo físico e biológico, para o sentido propriamente humano ou político, como explica Filgueiras (2008)

Etimologicamente relacionado ao problema da ordem, o problema da corrupção (diaphthora) atravessa todas as formas de mediação nas quais a política está organizada, sendo um fenômeno presente e concebido em sua transfiguração da natureza para a política. A corrupção, inclusive, é um fato da política, porquanto, de acordo com a acepção do movimento do corpo político ao longo do tempo, uma vez ela propicia a geração de mecanismos institucionais para o seu controle.

<https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-corrupcao.htm>

Toda vez que se busca algo por métodos não convencionais ou por meios à margem da legislação, pratica-se uma forma criminosa denominada de corrupção, ou seja, a corrupção é uma maneira ilegal de se conseguir algo, sendo em determinadas situações considerada crime grave. É comum relacionarmos, a prática da corrupção à baixa instrução acadêmica e do pouco conhecimento da estrutura política da sociedade, que muitas vezes compactua (Se corrompem) permitindo a manutenção de um sistema corrupto. A corrupção está presente em todos os poderes: legislativo; judiciário e executivo.

Na expressão popular, corrupção é uma palavra utilizada para designar qualquer ato que traga prejuízos à Administração Pública. No entanto, os conceitos de corrupção, improbidade administrativa e crimes contra a administração pública são diferentes e, se mal-empregados, podem levar a conclusões equivocadas. O principal motivo da confusão se dá porque um mesmo cidadão pode ser punido nos termos da lei penal, incidindo também sanções disciplinares e perante a justiça cível. Por exemplo, em uma condenação de um servidor público por fraude em licitação, ele provavelmente responderá administrativamente, em um processo interno do órgão a que pertence; na esfera criminal, por crime contra a administração pública; e também por improbidade administrativa, na esfera cível.

No entanto, a corrupção não existe apenas nos cargos políticos ou nas estruturas administrativas dos poderes, mas também nas relações sociais humanas de forma geral. Não existe corrupção só no polo ativo, esse crime é sempre de vias duplas, triplas... ou seja para que se configure a

corrupção, é necessário no mínimo dois atores: o corruptor e o corrompido, sendo ambos de alguma forma corruptos.

Segundo **Affonso Gizzo Neto** A corrupção no Brasil não é novidade. Desde a época da colonização portuguesa, os valores individualistas dos cidadãos da metrópole, destacados na figura do rei e dos representantes da coroa, foram transportados e reproduzidos no cenário brasileiro. Estes se baseavam na "aversão ao trabalho sistemático, o gosto pela luxúria, o desejo intenso pelo desfrute dos bens, a degradação dos costumes e a impunidade dos crimes", de maneira que a corrupção nacional se tornou uma "decorrência da moral predatória caracteristicamente dominante no Estado patrimonial, que, conscientemente ou não, formatou um conjunto de padrões sociopolíticos de comportamento ético adverso às formas racionais mais modernas de trato da res pública. (<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp072969.pdf>)

O pacote anticrimes culminado na lei 13.964/2019 teve sua gênese na Operação Lava Jato, onde de acordo com a com a tese do Ministério Público Federal (MPF), os delitos foram executados por pessoas com privilégios sociais, originados de uma classe superior, quais sejam, políticos e executivos de alto escalão das empreiteiras e de empresas estatais. Acontece que para uma parte generosa da sociedade esse pacote teve mais um viés político do que realmente de combate a corrupção. Para alguns setores da política esse fortalecimento do MPF é mais uma questão de tentar normatizar um autoritarismo direcionado a um setor político nacional, um dos motivos do Congresso Nacional incorporar ao pacote a questão dos Juiz de garantias, buscando tirar o poder do Juiz que conduz um processo de dar o veredito final.

Nessa situação cabe uma análise profunda do tema visando a real intenção do pacote anticrimes, buscando entender se a real intenção do Pacote anticrimes foi o combate a corrupção ou criar mecanismo que normatizem o Direito Penal do inimigo, pois segundo Luiz Grecco O Direito Penal do inimigo divide a sociedade entre "cidadãos" e "inimigos".

Os cidadãos são as pessoas comuns que respeitam a ordem jurídica, atendendo as expectativas normativas vigentes, que mesmo que venham a delinquir, poderão ser reeducados. Os inimigos, por sua vez, são pessoas contrárias à sociedade e ao Direito, que demonstram o seu déficit cognitivo, pelas práticas delituosas, que não poderão ser reintegrados à sociedade e as suas normas regentes, de forma que ameaçam a própria existência do Estado. No inimigo, enxerga-se uma "fonte de perigo para os bens a serem protegidos, alguém que não dispõe de qualquer esfera privada, mas que pode ser responsabilizado até mesmo por seus mais íntimos pensamentos.

## **Formas de corrupção no Brasil**

Uma das maiores dificuldades para o exercício da política no mundo integrado, globalizado, e no Brasil não seria diferente, é o fato de que o universo político está sempre se associando a práticas ilícitas (ironicamente

caracterizado recentemente pelo vice-presidente do Brasil Amilton Mourão como. Jeitinho brasileiro), como o favorecimento de grandes corporações multinacionais por políticos de determinado país, lavagem de dinheiro em paraísos fiscais, conexões de máfias e demais associações criminosas etc. A corrupção, nesse nível, é percebida, mas nem sempre interrogada, investigada. Isso porque a rede de esquemas ilegais que ela movimenta é incalculável. O que existe no mundo contemporâneo, a grosso modo de falar, é uma espécie de tolerância à corrupção, desde que o sistema político corrupto não “fuja” com a obrigação da satisfação dos interesses e das necessidades da população.

## Tipos de corrupção

De acordo com o objetivo e com quem está envolvido, e com base em nosso Código Penal, podemos identificar cinco tipos de corrupção, sendo:

- **Corrupção ativa:** A corrupção ativa refere-se ao ato de oferecer vantagens a alguém visando o próprio benefício. Imagine, por exemplo, que você está negociando com fornecedores e uma das empresas sendo cotadas oferece benefícios por fora do contrato. O objetivo, aqui, é sair na frente da concorrência por meio de um ato de corrupção ativa.

Além da promessa de vantagens indevidas, retardar ou omitir atos de ofício ou fazer algo que infrinja o seu dever também são atitudes caracterizadas como corrupção ativa.

- **Corrupção passiva:** A corrupção passiva diz respeito ao funcionário público — ou ao colaborador, no âmbito empresarial, que aceita receber vantagens para si ou para outros indivíduos em troca de atitudes corruptas.

É importante destacar que apenas fazer uma proposta de suborno ou de outra vantagem indevida caracteriza o crime de corrupção passiva. Não é necessário que a outra parte atenda a solicitação.

- **Corrupção necessária:** Quando um indivíduo recorre a atitudes corruptas com o intuito de agilizar processos e burlar burocracias para obter um serviço autorizado pela lei. É chamada de corrupção necessária porque o fim é legal, ainda que os meios sejam ilícitos.
- **Corrupção preditiva:** Dentro do contexto do setor público, a corrupção preditiva acontece quando um agente político é corrompido antes de ser eleito.

Falando de empresas, ela pode ser observada quando, por exemplo,

um colaborador envolve-se com um ou mais grupos de interesse que possam estar envolvidos com atos de corrupção. Nesse caso, o funcionário em questão pode ser o corruptor ou o corrompido.

- **Corrupção lateral:** Quando um agente público cria bancadas com o objetivo único de votar em projetos de seu interesse próprio, isso é um ato de corrupção lateral.

Na realidade da sua empresa, pense no conselho administrativo que, quando existe, é normalmente formado por acionistas majoritários. Caso uma dessas pessoas vote seguindo seus interesses próprios, sem pensar no que é melhor para as estratégias e o

**Superfaturamento:** Refere-se ao superdimensionamento de preços ou quantidades. Suponha, por exemplo, que sua empresa está fazendo uma concorrência para escolher qual dentre três companhias vai executar determinado projeto. Então, essas três instituições entram em acordo para que o projeto superfaturado de uma delas seja o escolhido. As outras duas empresas levariam vantagens por fora do “vencedor”, no que se caracteriza como um caso de corrupção ativa.

**Direcionamento:** Aqui, uma concorrência é criada de forma enviesada para que uma determinada empresa participante seja favorecida. Isso acontece por meio da exigência de características e/ou especificações técnicas que só uma delas possui, por exemplo. Assim, há a impressão de idoneidade, mas o que acontece na verdade é um ato de corrupção por direcionamento.

**Inserção de dados falsos em sistemas de informação:** Incluir dados falsos em um sistema de informação ou deturpar dados de qualquer forma também é um ato corrupto. Sua empresa corre o risco de envolver-se com esse tipo de corrupção especialmente ao receber o cadastro de possíveis clientes ou fornecedores.

**Notas fiscais:** No âmbito administrativo e fiscal das organizações, existe a possibilidade de acontecer a corrupção pela falsificação de notas fiscais. Nesse caso, notas fiscais “fantasmas” são incluídas na lista de cobranças para que o dinheiro chegue a determinado destino ilícito.

## **Principais pontos da Proposta do Pacote Anticrimes (Medidas de Segurança)**

A ONG Transparência Internacional juntamente com as Escolas de Direito da FGV lançaram o pacote de medidas contra corrupção a partir da compilação de melhores práticas nacionais e internacionais e da colaboração

de vários setores da sociedade brasileira, construiu-se uma plataforma de propostas de reforma legislativa, administrativa e institucional, com o objetivo de promover um debate público orientado às causas sistêmicas da corrupção e de oferecer soluções permanentes para o seu enfrentamento no longo prazo.

Para elaborar as 70 novas medidas contra a corrupção, foram consultadas, ao longo de um ano e meio de trabalho, **373 instituições** em um processo que envolveu mais de **200 especialistas**, redatores e revisores. Além desses, **912 pessoas** participaram da consulta pública, propondo emendas aos projetos desenvolvidos. O resultado dessa iniciativa está disponível gratuitamente no [site da Biblioteca Digital FGV](#)

Coordenado pela Transparência Internacional Brasil e pelas Escolas de Direito Rio e São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, é fruto de ação colaborativa, que exercita um novo modo de fazer leis.

De mobilizar a sociedade. Propostas de leis que não saem somente de gabinetes fechados ou de lobbies corporativos. É o uso da transparência indo além do desafio de implementar leis, mas o de fazê-las também. Inicialmente desencadeado pelo Centro de Justiça e Sociedade, da FGV Direito Rio, e da Transparência Internacional, esse processo produziu sugestões, materializadas em projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e resoluções que tratam de temas diversos como eleições, persecução criminal, transparência e integridade no setor privado. <https://portal.fgv.br/noticias/transparencia-internacional-e-escolas-direito-fgv-lancam-pacote-medidas- contra-corrupcao>

Como sentimos na pele, nossas escolhas, influenciam diretamente nos resultados de nossas conquistas, e isso não é diferente quando se trata do nosso voto, pois através dele damos uma procuração para alguém nos representar em vários níveis e instancias como: Prefeitura, Câmara de Vereadores, Câmara dos Deputados, Câmara e Senado Federal. Nunca na História do Brasil falou-se se tanto sobre a temática corrupção da forma tão extrema, e isso tomou maiores proporção com os desfechos da Operação Lava Jato, resultando em vários mandados de prisão, no empitiman da Presidente Dilma Rosef, visto também como um golpe de estado por uma parte substancial da sociedade, que vê surfando nessa onda um oportunismo de uma grande parte da sociedade, liderado pelo Juiz Sergio Moro e parte do MP.

Segundo texto da Cartilha Novas Medidas contra a corrupção da Transparência Internacional e FGV:

“Pela primeira vez o fator corrupção é notório e parece que muito influenciará a decisão dos eleitores. As eleições de outubro são o momento adequado para se discutir nosso futuro. E agir. E votar. E escolher. Mas como escolher? Propomos que se faça a partir de propostas concretas. Mas propostas que sejam consideradas em aberto para que sejam aperfeiçoadas, mudadas,



acrescentadas, subsidiadas. A agenda do combate à corrupção e da expansão da transparência é agenda eleitoral por excelência. No seu melhor sentido: o da oportunidade de o eleitor participar do destino de nosso país. Nos últimos anos, com a Operação Lava Jato, o protagonismo da luta contra a corrupção tem sido do Ministério Público e do Judiciário. A ampla participação da sociedade na construção das Novas Medidas contra a Corrupção sinaliza um novo quadro. Conduziram este processo a sociedade civil organizada e a academia. Participaram advogados, professores, juízes, promotores de justiça e membros de outros órgãos públicos, como CGU, TCU e AGU. Os resultados dessa participação ampla e democrática são evidentes. As Novas Medidas contra a Corrupção seguem uma linha clara e tem no equilíbrio a sua principal virtude. Aprimoram o sistema de persecução criminal sem pender para o punitivismo. Preveem regras de responsabilização para agentes públicos, incluindo promotores e juízes, sem avançar sobre as liberdades necessárias para o exercício de sua função. Fortalecem as instâncias de controle sem criminalizar a atividade política. A luta contra a corrupção ganha um importante e, principalmente, concreto substrato com as Novas Medidas contra a Corrupção”.  
[https://static.poder360.com.br/2019/05/Novas\\_Medidas\\_pacote\\_completo.pdf](https://static.poder360.com.br/2019/05/Novas_Medidas_pacote_completo.pdf)

Destacamos aqui as principais medidas do Pacote Novas Medidas contra a Corrupção, acessadas do site:

[https://static.poder360.com.br/2019/05/Novas\\_Medidas\\_pacote\\_completo.pdf](https://static.poder360.com.br/2019/05/Novas_Medidas_pacote_completo.pdf)

## **Institui o Sistema Nacional de Controle Social e Integridade Pública (SNCSI)**

Esse sistema atuará como uma instância descentralizada e participativa em que sociedade e entes da federação podem trabalhar conjuntamente para desenvolver políticas públicas de combate à corrupção e de promoção do controle social.

A diversidade de órgãos componentes do Estado brasileiro – em termos de áreas de atuação, dimensões físicas e financeiras e complexidade – exige a criação de um instrumento que permita a uniformização da atuação pública. O combate à corrupção se faz por meio de aprimoramentos institucionais suficientes para eliminar as brechas e contradições na atuação da administração pública. São essenciais instituições capazes de desenvolver um trabalho permanente e consistente no fortalecimento da integridade pública e na promoção da transparência, como o Conselho Nacional de Estado que se propõe a. Democracia e Políticas Públicas no Brasil:

### **Prevenção de Corrupção nas Contratações Públicas**

As compras públicas têm sido o centro de grandes esquemas de corrupção. A solução encontrada para prevenir a perda de recursos públicos e os prejuízos aos cidadãos decorrentes de fraudes e corrupção em compras

públicas foi uma aliança com novas tecnologias, para oferecer transparência completa dos processos de contratação. Assim, pretende-se criar um portal único na internet em que se concentrarão todas as informações sobre compras realizadas pela administração pública.

### **Participação e Controle Social**

A Constituição prevê a participação popular no processo legislativo, ou seja, a atuação direta do povo, seja pela iniciativa de apresentar projetos de lei, seja pela realização de plebiscitos, referendos ou conselhos de políticas públicas. Os obstáculos para a concretização dessa participação, porém, são tantos que vêm impedindo a efetiva participação do povo nas decisões do Congresso Nacional e evitando que importantes pautas, como os temas anticorrupção, com amplo apoio social, sejam acolhidas e, ao menos, objeto de deliberação pelos parlamentares.

### **Processo Legislativo Participativo**

O processo legislativo nas Casas do Congresso Nacional, com frequência, parece distante e impenetrável para o povo. Utilizar-se das tecnologias para tornar a participação popular factível, acessível e ágil é essencial para garantir que as demandas populares alcancem efetivamente o Poder Legislativo. Esta proposta pretende superar as dificuldades de participação, simplificando a intervenção das pessoas por meio de significativas mudanças no Regimento da Câmara dos Deputados. A proposta quer tornar o processo de criação das leis mais transparente e íntegro.

### **Política Nacional de Dados Abertos**

Transparência é um dos principais instrumentos no combate à corrupção. Os dados e documentos abertos ao público, entretanto, não podem se encontrar em formatos que dificultem a sua leitura e seu processamento. A ideia de usar a tecnologia como ferramenta de controle social para verificar, por exemplo, a compatibilidade dos gastos públicos com merenda escolar com o custo médio dos alimentos depende de as informações serem apresentadas pelo poder público em formatos abertos e processáveis por computadores.

## **Criação do Instituto Nacional de Acesso à Informação e Aperfeiçoamento da Lei de Acesso à Informação**

A Lei de Acesso à Informação (LAI) foi uma importante vitória para a sociedade e consagrou a transparência como princípio efetivo no ordenamento brasileiro. Mais de 6 anos após sua aprovação, entretanto, já ficou claro que permanecem lacunas, especialmente quanto à sua implementação pelos órgãos públicos em nível estadual e municipal. Inspirada nas melhores experiências internacionais, esta proposta pretende aprimorar a LAI e garantir que a transparência permaneça um importante componente da estratégia de se combater a corrupção no Brasil.

### **Proteção do Reportante de Suspeita de Irregularidades**

Desvendar esquemas de corrupção é um desafio para o Estado. Contar com a ajuda de todos os cidadãos para que, tomando conhecimento de evidências de irregularidades, possam comunicá-las aos autores dos ilícitos e às autoridades competentes é fundamental para a realização de investigações que possam pôr fim a essas irregularidades e responsabilizar os envolvidos. O que esta proposta pretende é fortalecer os canais de denúncia e instituir mecanismos de incentivos aos denunciantes e de proteção contrarretaliações.

### **Aperfeiçoamento da Ação Popular**

A ação popular é um importante instrumento por meio do qual qualquer cidadão pode se insurgir contra atos de corrupção ou imoralidade administrativa. É uma ferramenta de fortalecimento da sociedade civil, já que não depende da ação dos órgãos de controle interno e externo. Fortalecer a ação popular e expandir seu escopo de aplicação é, portanto, aumentar a capacidade dos cidadãos de interferir em defesa da integridade pública.

### **Prevenção da Corrupção**

O excesso de burocracia é um forte entrave para a gestão dos recursos públicos, além de proporcionar oportunidades para a prática de corrupção. Simplificar os processos administrativos, modernizar a gestão pública e monitorar a qualidade dos serviços públicos são medidas necessárias para desburocratizar o Estado brasileiro e reduzir as oportunidades para que sejam praticados atos de corrupção.

Fazer com que as próximas gerações se mostrem conscientes dos impactos negativos da corrupção e que tenham conhecimentos sobre os variados instrumentos necessários para combatê-la é parte de um esforço que deve começar agora para transformar o Brasil. O engajamento de crianças e adolescentes no combate à corrupção, por meio da integração de forma interdisciplinar desse tema em seu currículo estudantil, é uma oportunidade para atrair jovens cidadãos e eleitores para uma agenda que rejeita políticos corruptos e engajá-los no exercício do controle social sobre a administração pública em seus mais variados níveis.

### **Seguros de Contratos Públicos**

As obras públicas, especialmente de alto valor, são um dos principais focos de corrupção no Brasil. O seguro-garantia, além de impor a exigência dos projetos executivos para obras e contratos de grande escala, introduz uma solução do setor privado que amplia a fiscalização e garante que os cofres públicos não arcarão com prejuízos em caso de defeitos ou atrasos na execução dos contratos. A solução encontra inspiração em boas práticas dos Estados Unidos e países europeus, tendo sido aproveitado o texto de proposta em trâmite no Congresso Nacional.

### **Seguros de Contratos Públicos**

As obras públicas, especialmente de alto valor, são um dos principais focos de corrupção no Brasil. O seguro-garantia, além de impor a exigência dos projetos executivos para obras e contratos de grande escala, introduz uma solução do setor privado que amplia a fiscalização e garante que os cofres públicos não arcarão com prejuízos em caso de defeitos ou atrasos na execução dos contratos. A solução encontra inspiração em boas práticas dos Estados Unidos e países europeus, tendo sido aproveitado o texto de proposta em trâmite no Congresso Nacional.

### **Transparência do Beneficiário Final**

Pessoas jurídicas são instrumentos essenciais para a condução de negócios no Brasil e no mundo. Podem ser, entretanto, empregadas indevidas e até criminosamente como instrumentos para ocultar recursos ilícitos, lavar dinheiro e dar execução a esquemas de corrupção, dificultando a identificação das pessoas físicas efetivamente responsáveis por essas irregularidades. Garantir a transparência dos beneficiários finais é, portanto, fundamental para combater à corrupção.

A lavagem de dinheiro, a sonegação fiscal e o pagamento de propina são algumas das práticas relacionadas à corrupção facilitadas pela livre circulação de dinheiro em espécie. De fato, utilizando-se desse instrumento, as origens e as destinações de grandes quantias de recursos tornam-se praticamente irrastráveis. Regulamentar essa circulação dentro de parâmetros razoáveis obrigará o uso de operações financeiras tradicionais, que estão sujeitas a maior nível de controle, e oferecerá instrumentos para que órgãos de investigação possam identificar e confiscar os recursos empregados em transações irregulares.

### **Medidas Anticorrupção Para Eleições e Partidos Políticos**

Os partidos políticos são peças fundamentais para o funcionamento da democracia. Por sua centralidade e importância, a Constituição brasileira deu aos partidos o monopólio do acesso aos cargos públicos eletivos, além de destinar ao seu funcionamento os valores proporcionais do Fundo Partidário. Infelizmente, porém, a generosidade da Constituição não encontrou pleno respaldo no desenvolvimento das obrigações partidárias. Muitos partidos tornaram-se negócios de família, outros se distanciaram das pessoas ao não promoverem mínimos mecanismos de acesso e controle social ou de filiados. Não por menos, partidos vêm se desgastando frente às inúmeras investigações que indicam o envolvimento de dirigentes partidários e o uso da máquina partidária para a consecução de esquemas de corrupção. Esta proposta pretende garantir a transparência das contas partidárias e dos processos decisórios, instituir sanções adequadas e proporcionais para os casos de irregularidades e fortalecer a democracia interna dos partidos.  
<https://blog.grancursosonline.com.br/lei-12527/>

## **Criação de Teto de Doação e Autofinanciamento Eleitoral e Extinção do “Fundão”**

Parte significativa dos escândalos de corrupção descobertos nos

últimos anos tinha como um de seus objetivos obter recursos para financiar ilicitamente as campanhas eleitorais de políticos brasileiros. Da mesma forma, doações eleitorais – como se viu abundantemente nos escândalos do “Mensalão” e Lava Jato – são focos de origem de grandes esquemas de corrupção que se ramificam em diferentes áreas da administração pública e cartéis privados. Ainda que existam dificuldades de regulamentar o ingresso de recursos públicos e privados no universo de campanhas eleitorais, partimos da premissa de que é essencial para a nossa democracia que as campanhas tenham recursos suficientes para estabelecer o diálogo de ideias com a sociedade sem que exista presença abusiva, ilegal ou desequilibrada de recursos financeiros. Aprimorar a legislação brasileira sobre financiamento eleitoral é, portanto, um passo essencial no combate à corrupção, e esta proposta caminha nessa direção, fazendo esforços para limitar o poder do dinheiro na política.

### **Lei Eleitoral mais efetiva**

A Justiça Eleitoral é o principal instrumento para garantir a lisura das eleições, momento ápice do processo democrático. Acontece que, por conta de algumas lacunas na legislação, atualmente, existem diversos impedimentos ao exercício da atividade fiscalizatória, por parte do Ministério Público Eleitoral, das contas de campanha, o que se pretende suprir.

Juizes e cortes eleitorais devem julgar apenas questões estritamente relacionadas às eleições, como o registro de candidaturas e partidos políticos. Afinal, a Justiça Eleitoral tem garantias e estrutura adequadas para lidar com essas questões. É por esse motivo que se propõe a extinção da competência criminal da Justiça Eleitoral, deixando a responsabilidade de julgar casos de crimes eleitorais para a Justiça Federal.

### **Responsabilização de Agentes Públicos**

Quando o foro por prerrogativa de função foi inserido na Constituição de 1988, não se poderia imaginar que, passados trinta anos, quase metade dos deputados e senadores estaria envolvida em inquéritos ou ações penais perante o Supremo. A demora e a dificuldade para levar adiante tantos processos, agravada pelo avanço da Lava Jato sobre centenas de parlamentares federais, mudou a forma como se vê o foro – originalmente idealizado como escudo do representante eleito contra o uso do Judiciário como instrumento da política. A recente decisão do STF restringindo as hipóteses de foro para deputados e senadores não foi capaz de promover a mudança necessária no país. Com o endosso constitucional, “o foro proliferou-se em legislações diversas e se tornou símbolo da desigualdade”. Mas o problema extrapola a esfera do Supremo e de parlamentares federais. Como se viu, aproximadamente mil servidores e agentes públicos passaram a receber tratamento processual diferenciado ao longo dos últimos.

### **Autorização da Prisão Preventiva de Parlamentares**

Deputados e Senadores precisam ser responsabilizados por suas ações

quando há comprovado envolvimento com atividades ilícitas. Para garantir não apenas a responsabilização, mas também a coleta de provas e a interrupção dessas ilicitudes, pode ser necessária a decretação da prisão provisória de parlamentares. Sujeitar essa prisão à confirmação pelo Congresso coloca em risco o prosseguimento de investigações e processos, favorecendo a impunidade, razão pela qual pretende-se eliminar essa exigência.

O enriquecimento ilícito acontece quando o patrimônio atual do agente público é incompatível com sua renda e patrimônio pretéritos. A criminalização em relação a servidores públicos se justifica porque se espera deles maior comprometimento com a ética e a transparência. Por isso, e tendo em mente que o enriquecimento ilícito aparece muitas vezes associado ao crime de corrupção, que nem sempre é possível comprovar, convenções internacionais da ONU e da OEA recomendam sua criminalização.

### **Lei de Abuso de Autoridade**

Garantir que autoridades públicas sejam efetivamente responsabilizadas pelos excessos e abusos cometidos no exercício de seus cargos é essencial para fomentar uma cultura de respeito à lei. A atribuição de poderes especiais a determinadas funções públicas pressupõe, afinal, que elas sejam exercidas dentro dos limites do Estado Democrático de Direito. Todavia, os limites devem ser claros e não impedir o adequado exercício da função, sob pena de emergir o problema oposto: a ineficiência. Possibilitar a responsabilização destes agentes, sem, entretanto, interferir ou impedir o exercício de suas funções é o objetivo desta proposta.

Ao longo dos últimos anos, a sociedade tem se insurgido recorrentemente contra a aplicação da sanção de aposentadoria compulsória remunerada a juízes envolvidos com irregularidades ou crimes. Trata-se de premiação para os condenados, aos olhos do público. Esta proposta pretende eliminar essa hipótese de sanção e dar maior celeridade aos processos que investigam e punem membros do Judiciário e do Ministério Público.

Membros do Ministério Público são investidos de importantes funções e poderes para o exercício de suas diversas atribuições. Naturalmente, o contrapeso dos poderes é um sistema de accountability eficiente. Contudo, a existência de distintos regimes disciplinares para o Ministério Público de cada Estado e da União não apenas gera injustiças (punições diferentes para o mesmo tipo de infração disciplinar), mas também dificulta uma atuação disciplinar eficiente do Conselho Nacional do Ministério Público.

## **Cria o Sistema Correicional Eletrônico no CNJ**

A efetividade do Sistema Correicional do Poder Judiciário é frequentemente questionada. A responsabilização de magistrados que cometem irregularidades é essencial para contrabalancear o poder que exercem e garantir a probidade e integridade dos tribunais brasileiros como um todo. Buscando centralizar as informações sobre os procedimentos

disciplinares instaurados em face de magistrados por todo o Brasil, esta proposta pretende reunir em um software informações sobre todos os procedimentos disciplinares contra membros do Poder Judiciário. Isso permitirá que o órgão de controle externo, o Conselho Nacional de Justiça, possa exercer de modo mais adequado e eficiente a supervisão de tais procedimentos. Com o Sistema, que aproveita a experiência de sucesso do Conselho Nacional do Ministério Público, espera-se que haja um aumento da eficiência do controle disciplinar, bem como da quantidade de processos instaurados e de sanções aplicadas no CNJ.

## **Investidura e Independência de Agentes Públicos**

Os tribunais de contas deveriam ser importantes instrumentos de controle externo sobre a administração pública, exercendo o papel de combater a corrupção, fiscalizar as receitas e despesas dos entes públicos e julgar as contas dos governantes. Em vez disso, esses tribunais sofrem com uma excessiva politização e foram, em larga medida, cooptados, por meio das nomeações de seus ministros e conselheiros, pelos próprios agentes que deveriam fiscalizar. Esta proposta pretende devolver a independência e autonomia aos tribunais de contas, garantindo-lhes os instrumentos para exercer sua função efetivamente.

A Suprema Corte brasileira ganhou importância e destaque especial na estrutura do Estado brasileiro ao longo das últimas décadas. Dessa forma, a seleção dos ministros que a integram pelo Presidente da República tornou-se objeto de debates na sociedade. As propostas feitas visam fortalecer o caráter democrático desse processo de escolha, incrementando a transparência e participação da sociedade. Além disso, pretende-se introduzir um período de quarentena para a nomeação de pessoas que ocuparam determinados cargos, a fim de garantir maior isenção no desempenho de funções públicas que estão entre as mais relevantes do país.

Hoje, nada impede um juiz-advogado de tribunais eleitorais de julgar causas envolvendo candidatos, partidos e coligações que representou em eleições recentes. Esta medida pretende impedir que esses juizes-advogados julguem casos de ex-clientes no prazo de 10 anos. Além disso, as cortes eleitorais são compostas em sua maioria por magistrados oriundos da Justiça Estadual, em detrimento daqueles que integram a Justiça Federal. O equilíbrio entre esses ramos na composição dos tribunais eleitorais beneficia a imparcialidade do julgamento.

O concurso público é a regra para o ingresso de funcionários públicos. O provimento de cargos por indicação é, portanto, a exceção, destinada especificamente aos cargos em comissão. Ocorre que a multiplicação dos cargos em comissão – já são quase 100 mil apenas na União, por exemplo – impõe a necessidade de que se estabeleçam critérios mínimos para a seleção dos ocupantes desses cargos que, frequentemente, são de direção e alta responsabilidade.

As exigências para que um indivíduo se torne servidor público podem

e devem ser efetivamente mais altas em virtude do papel que passarão a exercer na sociedade. Nesse

sentido, é salutar que seja elevada a barreira mínima para ingresso no serviço público para impedir que pessoas inidôneas representem a administração pública. A proposta, embora mais restrita em abrangência do que a incidência para o contexto eleitoral, pode contribuir para a integridade da administração pública.

### **Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle Interno e externo**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) é o principal responsável pelo combate à formação de carteis e outras práticas que ofendem a livre concorrência. Fortalecê-lo institucionalmente é essencial para garantir que suas instâncias investigadoras e julgadoras continuem atuando na luta contra os abusos do poder econômico.

A Controladoria-Geral da União é um dos principais órgãos de prevenção e repressão à corrupção da Administração Pública Federal. É responsável por fiscalizar o emprego de bilhões de reais em recursos da União e estimular o comportamento íntegro de milhares de funcionários públicos. Várias operações da Polícia e Ministério Público contra a corrupção contam, hoje, com a participação do órgão, responsável, ainda, pela aplicação de sanções da Lei Anticorrupção e celebração de certos tipos de acordo de leniência. Reafirmar sua independência e autonomia é essencial no combate à corrupção.

O controle interno na Administração Pública, exercido a âmbito federal no Brasil pela Controladoria-Geral da União, é uma forma de controle da Administração sobre si mesma. Entre suas finalidades estão a detecção e o combate à corrupção na gestão de recursos públicos. Nesse sentido, a presente Proposta de Emenda à Constituição visa fortalecer o controle interno, a fim de torná-lo um instrumento mais eficaz na luta contra a corrupção.

O Brasil tem mais de 5 mil municípios, responsáveis por bilhões de reais gastos em compras públicas e contratações todos os anos. Esta proposta pretende criar instrumentos para prevenir a corrupção no uso de recursos públicos no nível municipal, sem criar, entretanto, estruturas que onerem excessivamente a máquina pública

Agentes públicos devem estar condicionados a regras específicas de integridade e transparência, compatíveis à função pública que exercem. Acompanhar a evolução patrimonial desses agentes é mecanismo indispensável para detectar o eventual recebimento de vantagem indevida e a prática de atos de corrupção e improbidade.

A sociedade manifesta justificada preocupação com a evolução patrimonial de pessoas no exercício de funções públicas, particularmente quando se tornam conhecidos os escândalos de corrupção envolvendo o enriquecimento ilícito de agentes públicos. Assim, sortear um determinado



número de autoridades e realizar sindicâncias patrimoniais em relação a elas produz dois efeitos positivos nesse sentido: possibilita que se identifiquem irregularidades, as quais dificilmente seriam desvendadas e poderão servir de ponto de partida para investigações mais amplas. Mas a principal vantagem da medida é que desestimulará conduta ilícitas pela mera possibilidade de que sejam sorteados no futuro.

## **Gestão de Informações para Detecção de Corrupção de Funcionários Públicos**

Uma das principais atribuições da Controladoria-Geral da União é acompanhar a evolução patrimonial dos mais de 1 milhão de servidores públicos federais para detectar e investigar instâncias de enriquecimento ilícito. Existem, entretanto, graves barreiras que dificultam o exercício dessa função, como a exigência de ordem judicial para o acesso às informações financeiras de agentes públicos. Esta proposta pretende superar esse obstáculo, facilitando o compartilhamento de dados entre órgãos da União e instituições financeiras e a CGU

Além das empresas estatais e das sociedades de economia mista, o Estado é também acionista em diversas outras empresas, mas como sócio minoritário. Nesses casos, é importante que estejam previstos mecanismos capazes de garantir a adequada administração de recursos que são, em alguma medida, públicos. É por isso que esta proposta exige que empresas com participação do Estado tenham mecanismos de governança e compliance, bem como as empresas estatais.

O lobby é uma forma legítima de atuação dos mais variados setores da sociedade - sindicatos, empresas, ONGs – junto ao poder público. A falta de regulamentação dessa atividade, entretanto, gera graves problemas, especialmente considerando-se os desafios éticos dessa interação. Por isso, propõe-se a regulamentação do lobby, para conferir a essa atividade a transparência e a probidade necessárias e garantir a lisura das interações desses atores com autoridades públicas.

## **Devolução dos Bônus e Incentivos pelos Executivos**

Executivos, com frequência, recebem uma remuneração adicional com base nos resultados financeiros que atingem, a qual toma diferentes formas de incentivo, como os bônus. A ideia desta proposta é possibilitar que esses incentivos financeiros sejam restituídos às empresas quando houver evidência de que os executivos participaram de atos ilícitos para alcançar aqueles resultados. Assim, elimina-se mais uma hipótese de enriquecimento ilícito e se reduz o incentivo à conduta ilícita.

A corrupção não acontece apenas entre atores privados e agentes públicos. Ela pode ocorrer também entre atores exclusivamente privados – quando uma empresa paga propina para o funcionário da sua concorrente a fim de que ele desvie sua clientela. Nesses casos, a ordem econômica e a

livre concorrência são comprometidas. Embora existam recomendações internacionais<sup>37</sup> para a punição de quem pratica corrupção privada, não existe previsão nesse sentido no direito brasileiro. Responsabilizar as pessoas jurídicas, em geral as principais beneficiadas pela corrupção privada, é, portanto, essencial para dissuadir esse tipo de comportamento.

## **Aperfeiçoamento da Cooperação Jurídica Internacional**

O crime não reconhece as fronteiras nacionais, aproveitando-se delas apenas para evadir da Justiça, esconder dinheiro desviado e exportar intrincados esquemas de corrupção. Nesse cenário de criminalidade globalizada, é necessário que investigadores e promotores brasileiros tenham acesso às ferramentas que garantam uma cooperação ágil e eficaz com seus pares estrangeiros.

Este projeto de lei dispõe sobre a formação de Equipes Conjuntas de Investigação (ECIs) e persecução para a luta contra o crime organizado, a corrupção, o terrorismo e outros crimes graves de cunho transnacional. Atualmente, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal encontram diversas dificuldades se desejam investigar crimes dessa natureza com o auxílio de autoridades internacionais, entre as quais a burocracia, a falta de clareza quanto aos limites de atuação dos referidos órgãos, os elevados custos e o longo prazo de tramitação do pedido de formação de tais equipes, gerando ineficiência na persecução criminal. Assim, este projeto de lei busca solucionar esses problemas com a previsão dos requisitos de constituição e prerrogativas de seus órgãos integrantes.

O acordo de leniência é um importante instrumento de investigação. Em troca de um tratamento mais benéfico, a empresa confessa os ilícitos, entrega informações e provas sobre novos crimes e outros responsáveis e antecipa o ressarcimento dos danos, ainda que de modo parcial. O acordo promove a maximização da responsabilização de agentes e do ressarcimento aos cofres públicos. Recentemente, contribuíram para a expansão de investigações como a Lava Jato e para o ressarcimento bilionário dos cofres públicos. É necessário, entretanto, que se aprimore sua regulamentação para garantir que as empresas tenham incentivos suficientes para sua celebração e que as autoridades tenham os recursos para negociá-los e garantir seu cumprimento.

O excesso de casos penais de menor relevância no sistema, com a banalização de investigações e ações criminais, assola a justiça. É infactível dar conta da investigação de todos os fatos criminosos. Na prática, a polícia faz a seleção de casos, instaurando investigação para alguns dos muitos boletins de ocorrência, sem critérios e sem racionalização. O projeto sugere regular de modo adequado o que a realidade em grande medida já impôs. O projeto sugere o estabelecimento regrado do princípio de oportunidade da ação penal para situações predeterminadas, autorizando o Ministério Público a decidir pela não apuração criminal do fato ou deixar de propor a ação penal, ou dela desistir, em situações específicas, canalizando os recursos humanos

e materiais limitados do sistema de justiça para ações mais relevantes ou com maior perspectiva útil.

Processos envolvendo réus de “colarinho branco” chegam com grande facilidade aos Tribunais superiores. Neles, o agravo certamente é um dos expedientes que, em virtude de sua regulação ou, mesmo, da falta dela, mais atrasam o julgamento de feitos criminais, contribuindo para a impunidade. Assim, esta proposta busca aprimorar as regras que regulam a tramitação dos agravos nos tribunais superiores, proporcionando maior eficiência em sua tramitação.

O Indulto, graça e anistia são importantes instrumentos de política penitenciária no Brasil. Têm, entretanto, o potencial de serem cooptados pelo processo político e serem desviados de seu objetivo-fim para proteger políticos e outros agentes investigados ou condenados por corrupção. Com o intuito de se preservar esses instrumentos, mas evitar seu desvio de finalidade, esta proposta visa ampliar a lista de crimes insuscetíveis de graça, indulto e anistia para incluir a corrupção e crimes correlatos

O combate à corrupção realiza-se por múltiplas frentes. O trabalho preventivo baseia-se tanto no fortalecimento institucional e no aumento da transparência e da integridade quanto no efeito dissuasório exercido pela punição. Por isso, pretende-se aumentar não só a probabilidade de corruptos terem seus crimes descobertos e comprovados, mas também as penas previstas para os crimes de corrupção e correlatos.

Diversos crimes contra a Administração Pública têm penalidades brandas, especialmente quando se considera que a dosimetria da pena, no Brasil, acarreta penas finais próximas ao mínimo. A isso se soma que as regras vigentes sobre prescrição e a morosidade, que se relaciona também ao excesso de recursos, ensejam frequentemente a impunidade. No caso da Lei de Licitações, não só as penas mínimas, mas também as máximas, são brandas. Dos 10 tipos penais, só 2 têm pena máxima superior a 4 anos, o que veda prisão preventiva para 80% dos crimes contra concorrência e Administração Pública previstos na Lei de Licitações. Por prever pena de “detenção”, não cabe interceptação telefônica e regime inicial fechado. Trata-se de crimes que, frequentemente, lesam milhares ou milhões de cidadãos com o desvio de verbas que seriam essenciais para o bom funcionamento de diversos serviços públicos.

## **Aprimoramento da Resposta do Estado à Corrupção no Âmbito da Improbidade Administrativa**

Ações de Improbidade Administrativa, empregadas para responsabilizar agentes públicos que cometeram irregularidades no exercício da função pública, são de difícil e demorado julgamento em razão de suas complexidades jurídicas e factuais. Assim, criar varas específicas, dedicadas unicamente ao julgamento dessas ações, permitirá que se estabeleçam rotinas e padrões mais eficientes. Esta proposta baseia-se na bem-sucedida experiência das Varas Especializadas em Lavagem de Dinheiro e Crimes

contra o Sistema Financeiro.

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n. 8.429/92) estabelece punições de caráter cível aplicáveis aos agentes públicos em casos de improbidade administrativa (má gestão pública), a exemplo de: enriquecimento ilícito, atos que causam prejuízo ao erário e atos que atentam contra os princípios da Administração Pública. A lei aplica-se aos agentes públicos. É, portanto, de fundamental importância determinar o que se entende por agentes públicos. No art. 2º, em vigor, são entendidos como agentes públicos: “todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior”. A medida propõe a ampliação do conceito, equiparando a agentes públicos pessoas físicas ou jurídicas que celebram ajuste administrativo com a Administração Pública que lhes confere o gerenciamento de recursos públicos.

Desvendar complexos esquemas de corrupção exige um conjunto de ferramentas à disposição de investigadores e promotores. Atualmente, eles se encontram prejudicados pela dificuldade em obter o cumprimento de ordens judiciais de quebra de sigilo bancário e fiscal. As informações oriundas desses procedimentos são de enorme valor para que se compreenda os fluxos de recursos dentro de organizações criminosas e entre atores público e privados. Obtê-las integralmente e de maneira célere é, portanto, essencial para que essas investigações tenham sucesso.

Segundo os organizadores do Pacote anticrimes o mesmo foi elaborado com objetivo de diminuir ou até mesmo acabar com a corrupção no Brasil, tão importante pacote de medidas teve como ponto de partida a diversificação dos instrumentos de participação e controle social, como as ouvidorias, reuniões com grupos de interesse, audiências públicas, consultas públicas, conselhos, conferências e ações de transparência. Segundo a proposta, apesar de haver evidências contundentes de que um nível maior de institucionalização da participação da sociedade (controle social) no desenho e execução de políticas públicas é o que gera os resultados positivos. Percebemos que os esforços para se promover o controle social ainda são esporádicos e inconstantes, por isso para acabar com a corrupção é preciso investir em políticas afirmativas de conscientização nas duas frentes, Gestão Pública e população, pois não existe corrupto sem corruptor, então é preciso fazer com que as próximas gerações se mostrem conscientes dos impactos negativos da corrupção e que tenham conhecimentos sobre os variados instrumentos necessários para combatê-la, e isso parte de um esforço que deve começar agora para transformar o depois.

O engajamento de autoridades públicas na elaboração de políticas de conscientização sobre formas de combate à corrupção é essencial, como também é necessário formas concretas e rápidas de penalidades exemplares, e isso se possibilita por meio da integração de formas interdisciplinares desse tema em vários setores sociais, principalmente no currículo escolar, pois só assim teremos uma oportunidade para atrair jovens

cidadãos e eleitores para uma agenda que rejeita políticos corruptos e engajá-los no exercício do controle social sobre a administração pública em seus mais variados níveis e setores.

## Índices de corrupção no Brasil

No ano de 2019 o Brasil teve o quinto recuo seguido e passou a ocupar centésima sexta posição no Índice de Percepção da Corrupção (IPC), o que representa o pior resultado desde 2012. Quanto melhor a posição no ranking, menos o país é considerado corrupto. A nota brasileira foi a mesma do ranking de 2018: 35 pontos, a pior pontuação da série histórica, que começou há 7 anos. A nota é a mesma de Albânia, Argélia, Costa do Marfim, Egito, Macedônia e Mongólia. Entre os países da América do Sul, o Brasil está atrás de Uruguai, Chile e Argentina, e à frente de Bolívia, Paraguai e Venezuela. Dinamarca, Nova Zelândia e Finlândia lideram as primeiras posições do ranking e são os países considerados mais íntegros, com notas mais próximas de 100. Fonte:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/23/brasil-repete-pior-nota-em-2019-e-cai-em-rank-de-corrupcao.ghtml>. 23/01/2020 05h00

O Índice de Percepção da Corrupção é o principal indicador de corrupção do mundo. Produzido desde 1995 pela Transparência Internacional, o IPC avalia 180 países e territórios e os atribui notas em uma escala entre 0 (quando o país é percebido como altamente corrupto) e 100 (quando o país é percebido como muito íntegro). O índice é a referência mais utilizada no mundo por tomadores de decisão dos setores público e privado para avaliação de riscos e planejamento de suas ações. <https://transparenciainternacional.org.br/ipc/>

Segundo a Transparência Internacional a variação de 35 pontos, em 2019, para 38 pontos, em 2020, está dentro da margem de erro da pesquisa (4,1 pontos para mais ou para menos). Isto significa que a percepção da corrupção no Brasil permanece estagnada em patamar muito ruim, abaixo da média dos BRICS (39), da média regional para a América Latina e o Caribe (41) e mundial (43) e ainda mais distante da média dos países do G20 (54) e da OCDE (64). O aumento fez o país passar da 106ª posição para a 94ª, num ranking de 180 países e territórios, ainda atrás de países como Colômbia, Turquia e China. A Transparência Internacional alerta que o país enfrenta sérios retrocessos no combate à corrupção, denunciados no relatório *Brazil: Setbacks in the Legal and Institutional Anti-Corruption Frameworks*.

Ainda segundo ONG Transparência Internacional a corrupção no Brasil é maior do que a média global e da América Latina. A organização publicou, no dia 28.jan.2021, o IPC (Índice de Percepção da Corrupção), divulgado desde 1995. A nota do Brasil (38) ficou abaixo da média da América Latina (41) e mundial (43) e distante da média dos países do G20 (54) e da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Esse estudo aponta que o Brasil subiu 3 pontos (era 35 em 2019). A variação, no entanto, não é estatisticamente significativa, já que a pesquisa tem margem de erro de 4,1 pontos para mais ou para menos. O aumento fez o

Brasil passar da 106ª posição para a 94ª, em ranking que considera 180 nações e territórios.

O país segue atrás de Colômbia, Turquia e China, por exemplo. A nota alcançada pelo Brasil em 2020 foi a mesma registrada em 2015. Representa o 3º pior resultado da série histórica. Com exceção dos anos de 2012 e 2014, o país sempre esteve abaixo da média global.

De acordo com Bruno Brandão, diretor executivo da Transparência Internacional no Brasil, o país segue estagnado no IPC em função de retrocessos na agenda anticorrupção:

“O Brasil continua falhando em promover reformas que realmente ataquem as causas estruturais de seu quadro de corrupção sistêmica. Ao contrário, o país passa por um processo extremamente preocupante de desmanche de sua capacidade institucional para o enfrentamento da corrupção”, Sobre os desafios do Brasil no enfrentamento da corrupção, a organização destacou os relatórios “Brazil: Setbacks in the Legal and Institutional Anti-Corruption Frameworks”, publicado originalmente em 2019 e atualizado no final de 2020.

Os estudos criticam o Brasil pela perda da independência dos órgãos de controle e por ataques à sociedade civil e à imprensa. Os países com as melhores pontuações em 2020 foram Dinamarca e Nova Zelândia (ambos com 87 pontos), Finlândia (86), Singapura, Suécia e Suíça (os 3 com 85 pontos). No extremo oposto, as nações com as piores avaliações foram Venezuela (16), Iêmen (15), Síria (13), Sudão do Sul (12) e Somália (9).

Na região das Américas, os melhores desempenhos foram registrados por Canadá (77), Uruguai (71), Chile e Estados Unidos (ambos com 67 pontos), e Barbados (64). As piores notas foram atribuídas a Guatemala (25), Honduras (24), Nicarágua (22), Haiti (18) e Venezuela (15). <https://www.poder360.com.br/internacional/brasil-avanca-pouco-em-ranking-da-corrupcao-e-t-em-nota-abaixo-da-media-global/>

## **METODOLOGIA**

### **Tipo e abordagem de estudo**

O presente artigo foi realizado com base em estudos documentais da Constituição Federal, do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Proposta do Pacote Anti Crimes, Minutas de Projetos Leis. Também serão utilizadas bibliografias sobre o tema da pesquisa, consultas em sites, jornais, periódicos e outros.

A pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos (*Sá-Silva; Almeida & Guindani, 2009, apud Luvezute et al., 2015*).

A pesquisa documental consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que não foram utilizados para nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou

informações complementares, chamados de documentos (Guba & Lincoln, 1981, *apud Luvezute et al., 2015*).

O presente artigo foi elaborado com base em pesquisa documental, neste caso a população não são pessoas, mas documentos, que podem provir de artigos, relatórios, leis, arquivos, cartas, memoriais, poemas, objetos, itens de lembranças, relíquias, e elementos audiovisuais. Os documentos selecionados para pesquisa são considerados fontes primárias, os que vão ser analisados. Outros tipos de documentos ou escrita seria mais para o referencial teórico.

Para desenvolver a análise, além de contar com os arquivos organizando toda a documentação e com as fichas de leitura, se devem construir quadros de autores e de termos-chave, aos quais se acrescentarão observações ou comentários sobre possíveis relações com as questões da pesquisa. O objetivo com tais procedimentos é mapear a trajetória da lei em estudo (ou o tema) e, principalmente, conhecer os caminhos percorridos para a elaboração do objeto da pesquisa, bem como a produção decorrente dele, resultante de questões suscitadas em meio de sua execução.

A análise documental, qualitativa ou quantitativa, segundo Cellard (2008), favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. No contexto da pesquisa qualitativa, a análise documental constitui um método importante seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Alves-Mazzotti, 1998; Lüdke & André, 1986, *apud Luvezute et al., 2015*). Assim o pesquisador irá extrair os elementos informativos de um documento original a fim de expressar seu conteúdo de forma abreviada, resultando na conversão de um documento primário em documento secundário.

Assim sendo, a pesquisa foi qualitativa, sendo que os dados são extraídos de documentos, leis e trabalhos relacionados ao objeto de estudo.

## **População e amostra (Materiais)**

Sendo um estudo documental, esse artigo utilizou documentos oficiais e publicados sobre casos de corrupção e de crime no âmbito político no Brasil. Portanto, esses documentos estão disponíveis ao público.

Para tais pesquisas segundo Pimentel (2001, p.180) o “material primordial, sejam revisões bibliográficas, sejam pesquisas historiográficas, extraem deles toda a análise, organizando-os e interpretando-os segundo os objetivos da investigação proposta”. Nesse sentido, a pesquisa documental em dívida em dois tipos de fontes, sendo elas; primárias, estas consideradas originais, pois se baseiam em documentos oficiais e fontes secundárias pois são as literaturas referente ao documento, entrevista, etc. (Azevedo B.C., 2016).

O acesso aos documentos é fundamental para compreender a importância de sua criação, e os efeitos que esses documentos proporcionam

no campo educacional. A partir do momento em que esses documentos se portam público no sentido de acesso a todos e muitos deles atualmente estão online, possibilitam o “[...] acompanhamento e controle efetivo das tarefas de classificação e avaliação[...]”, “[...] além do acompanhamento e planejamento da gestão através de relatórios e dados estatísticos” (Schäfer e Lima, 2012, apud Azevedo BC, 2016)

### **Técnicas de coleta de dados**

Os dados foram coletados através da abordagem bibliográfica e análise documental.

Os documentos que entram em análise se apresentam brevemente na Discussão desse artigo. Nela, apresentam-se uma síntese de cada documento mais importante abordado. (Identifica aqui esses documentos e o que você discute neles; pode ser breve)

### **Técnicas de análise de dados**

Os dados seguem um padrão parecido a análise de conteúdo, que aqui se sintetizam através de documentos identificados e o conteúdo central deles, que se discutem brevemente.

A análise crítica dar-se-á de forma interna ao conteúdo dos documentos, porque uma vez oficiais já esclarecemos sua autoria e genuinidade. São documentos que estão à disposição de todos os interessados, dispostos em páginas da internet, correspondentes ao Ministério Público. O caráter institucional legitima os documentos para a análise e os efeitos que provocam os tornam merecedores de uma pesquisa como esta. (Pereira Lima, 2010, p. 119).

## **DISCUSAO (RESULTADOS)**

Com a aprovação do denominado Pacote Anticrime (com diversas alterações em relação ao projeto original), e com alguns vetos ao texto aprovado pela Câmara e Senado Federal, impõe-se uma análise sistemática das alterações que passam a surgir com a Lei 13964/2020. Destacamos aqui as principais alterações:

O artigo 25 do Código Penal teve a inclusão, em seu dispositivo, de um parágrafo único:

Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no caput deste artigo,



considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).

Foi ampla a discussão sobre essa temática, pois a questão da atuação policial no Brasil é bastante polêmica em diversos aspectos. Ao mesmo tempo o texto que dá uma melhor tranquilidade ao agente de segurança no desempenho de suas funções, alguns veem como uma licença para abusos policiais.

A legislação até então trazia muitas dúvidas e divergências com relação a execução de multas, a redação anterior do artigo 51 do código Penal dividia a doutrina a respeito da execução da multa, se devia ser promovida perante o Juízo da Fazenda Pública ou o Juízo da Execução Penal. Pela redação atual, com as alterações feitas pelo Pacote Anticrime, não há mais dúvidas de que a execução se dá perante o Juízo da Execução Penal.

Uma das novas alterações promovidas pelo Pacote Anticrime é o aumento do limite máximo de pena privativa de liberdade que pode ser cumprida no Brasil: antes tínhamos um teto de 30 anos; este foi aumentado para 40 anos.

Antes: Art. 75 - O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984.

§ 1º - Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a 30 (trinta) anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984

Depois: Art. 75. O tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 40 (quarenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019).

§ 1º Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior a 40 (quarenta) anos, devem elas ser unificadas para atender ao limite máximo deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019).

O limite máximo de cumprimento de pena privativa de liberdade previsto na legislação penal decorre da alínea "b" do inciso XLVII do artigo 5º da Constituição Federal, que veda as penas de caráter perpétuo no Brasil.

Assim, parte da doutrina defende de maneira positiva essa alteração promovida pelo Pacote Anticrime, com fundamento, justamente, no aumento da expectativa de vida. Em 1940, um indivíduo preso com 22 anos poderia ficar, no máximo, até os 52 anos de idade cumprindo pena privativa de liberdade, o que extrapolaria a expectativa etária. Atualmente, um indivíduo de mesma idade ficará preso, no máximo, até os 62 anos e não extrapolará a expectativa de vida. Aponta-se que tal regra, como é prejudicial, não pode retroagir. Logo, aplica-se somente aos fatos ocorridos após a vigência da nova legislação.

Também com a nova lei tivemos alterações com relação aos requisitos do inciso III do artigo 83 do CP.

Antes: III - comprovado comportamento satisfatório durante a execução da pena, bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído e aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto; (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Depois: III - comprovado: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

- a) bom comportamento durante a execução da pena; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).
- b) não cometimento de falta grave nos últimos 12 (doze) meses; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)
- c) bom desempenho no trabalho que lhe foi atribuído; e (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)
- d) aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto; (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

De imediato, importante anotar que a Súmula 441 do Superior Tribunal de Justiça não foi cancelada, apesar da modificação trazida: A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

Afinal, os requisitos objetivos do livramento condicional não foram alterados, mas sim seus requisitos subjetivos, que foram ampliados. Antes, o condenado que tinha mau comportamento não poderia obter o benefício. Atualmente, também não tem direito ao benefício aquele que cometeu falta grave nos últimos doze meses.

Antes das alterações promovidas pelo Pacote Anticrime, os efeitos da condenação eram apenas os previstos nos artigos 91 e 92 do Código Penal, sendo os únicos efeitos da condenação:

Específicos: cumprimento da pena privativa de liberdade, restritiva de direitos ou multa; e cumprimento do período de prova da suspensão condicional da pena.

Genéricos: obrigação de reparação civil do dano causado; confisco de instrumentos do crime, produto ou proveito do delito; perda de cargo, função pública ou mandato eletivo; incapacidade para exercer o poder familiar; e inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.

O Pacote Anticrime também introduziu o artigo 91-A no Código Penal, com a seguinte redação:

Art. 91-A. Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 6 (seis) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).

§ 1º Para efeito da perda prevista no caput deste artigo, entende-se por patrimônio do condenado todos os bens: (Incluído pela Lei nº 13.964, de

2019).

I - De sua titularidade, ou em relação aos quais ele tenha o domínio e o benefício direto ou indireto, na data da infração penal ou recebidos posteriormente; e (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).

II - Transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, a partir do início da atividade criminal. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).

§ 2º O condenado poderá demonstrar a inexistência da incompatibilidade ou a procedência lícita do patrimônio. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).

§ 3º A perda prevista neste artigo deverá ser requerida expressamente pelo Ministério Público, por ocasião do oferecimento da denúncia, com indicação da diferença apurada. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).

§ 4º Na sentença condenatória, o juiz deve declarar o valor da diferença apurada e especificar os bens cuja perda for decretada. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).

§ 5º Os instrumentos utilizados para a prática de crimes por organizações criminosas e milícias deverão ser declarados perdidos em favor da União ou do Estado, dependendo da Justiça onde tramita a ação penal, ainda que não ponham em perigo a segurança das pessoas, a moral ou a ordem pública, nem ofereçam sério risco de ser utilizados para o cometimento de novos crimes. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019).

A nova redação Busca dessa maneira, evitar a ocorrência do enriquecimento sem causa: nos casos de penas cominadas superior a seis anos, caso o condenado possua patrimônio muito superior aos seus ganhos lícitos, serão aplicados os novos efeitos, sendo atingidos (1) os bens correspondentes à diferença entre o patrimônio do condenado e aquele que seria compatível com seus rendimentos e/ou (2) os bens transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória.

A lei determina que o réu deverá comprovar no processo que há inexistência da incompatibilidade entre seu patrimônio e seus ganhos mensais ou a procedência lícita do patrimônio. Por tal razão, há quem defenda a inconstitucionalidade do §2º do artigo 91-A. Contudo, como da apresentação da denúncia deve vir a comprovação da origem ilícita dos bens, em verdade, não parece que a lei está determinando uma inversão do ônus da prova, pois tal direito já competia ao réu mesmo antes das alterações promovidas pelo Pacote Anticrime, quando da apresentação da sua defesa.

<https://masterjuris.com.br/conhecaasalteracoespromovidaspelopacoteanticrimепarte1/#:~:text=O%20pacote%20anticrime%20alterou%2C%20dentre,o%20C%20C3%B3digo%20de%20Processo%20Penal.&text=Ou%20seja%2C%20com%20a%20aprova%C3%A7%C3%A3o,e%20ambos%20n%C3%A3o%20se%20misturariam.>

A lei nº 13.964/19 denominada de “Pacote Anticrime”, introduziu no arcabouço jurídico brasileiro a figura do Juiz de garantias que conceitualmente entende-se que um juiz fique responsável pelas decisões na fase de investigação e outro pelo julgamento e sentença em primeira instância. O juiz da primeira fase (investigação) seria o juiz das garantias, e junto com o juiz da segunda fase, seriam responsáveis por assegurarem a imparcialidade e legalidade processual.

Na época da tramitação da referida lei, o então Ministro da Justiça Sergio Moro foi contrário a esse item acrescentado na Câmara, o mesmo viu essa proposta como uma retaliação de políticos a atuação judiciária contra políticos e após a aprovação o mesmo fez constantes contatos e gestões junto ao Presidente Jair Bolsonaro visando o veto desse mecanismo, fazendo questão de divulgar nota para reclamar da sanção

O juiz de garantias, teve sua implantação suspensa em janeiro de 2020 por decisão monocrática de Fux e até o momento a mesma ainda se encontra suspensa. Segundo o Ministro Gilmar Mendes do STF, a discussão sobre a implantação ou não do juiz de garantias deve ocorrer no plenário do Supremo. “A liminar precisa ser submetida ao plenário do Supremo, e até agora não foi. Devemos evitar dar liminar sem submeter a matéria ao plenário. Porque foi o Congresso que aprovou a lei”. “Se nós formos decidir pela suspensão, isso tem que ser feito pelo Supremo Tribunal Federal. Só em hipóteses raríssimas, como o período do recesso, se justificaria, muito excepcionalmente, uma liminar que suspendesse uma lei”, complementou Gilmar Mendes. “Liminares, com relação a leis, têm que passar pelo Supremo. Nesse caso do juiz das garantias, é um escândalo”. <https://www.conjur.com.br/2021-mar-18/liminar-suspendendo-juiz-garantias-ilegalgilmarrendes>

Como vimos, pacote anticrime foi patrocinado pelo ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro quando ele era Ministro da Justiça e Segurança Pública. O juiz de garantias foi inserido nesse projeto pela Câmara, a contragosto do então ministro.

Gilmar Mendes, que é crítico da Lava Jato, sugere que o fato de os antigos integrantes da operação serem contrários ao juiz de garantias possa ter influenciado no não julgamento do tema no Supremo.

*“Tenho a impressão de que esse episódio do juiz das garantias tem a ver com a ideia da soberania do lavajatismo”, avaliou o ministro. “Ah, isso contraria a Lava Jato, então a gente deve ‘agradar’. Isso subsistiu nesse contexto”.*

<https://www.poder360.com.br/justica/gilmar-diz-que-suspensao-do-juiz-de-garantias-ha-mais-de-1-ano-e-escandalo/>

Pela lei anticrime, o juiz de garantias será responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos do investigado ou réu. Segundo a lei, “o juiz das garantias será designado conforme as normas de organização judiciária da União, dos Estados e do Distrito Federal, observando critérios objetivos a serem periodicamente divulgados pelo respectivo tribunal”. A medida evita que o processo fique vinculado a um único juiz, deixando o sistema judiciário mais independente.

Na prática, a regra determina que cada processo penal seja acompanhado por dois juizes: enquanto o juiz de garantias acompanha a fase de inquérito, ou seja, de investigação, o juiz de instrução e julgamento atua depois de denúncia do MP (Ministério Público), momento em que a investigação se torna ação penal <https://www.poder360.com.br/justica/gilmar-diz-que-suspensao-do-juiz-de-garantias-ha-mais->

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2019, o antes Juiz Federal Sergio Moro, protagonista e símbolo Nacional de uma grande mobilização contra a corrupção, assume o cargo de Ministro de Estado de Justiça, levando após muitas discussões e articulações políticas a aprovação algumas medidas denominadas por ele de Pacote anticrime. Alguns juristas como o professor de direito da FGV Michael Mohallem, que contribuiu na das Novas Medidas Contra Corrupção, defendeu um pacote de leis mais "consensual". O mesmo recordou que em 2016, um dos motivos que levou a rejeição das Dez Medidas, eram propostas com potencial suficiente para ferir os direitos dos acusados, como por exemplo, a restrição da aplicação do habeas corpus, mecanismo este, utilizado para reverter prisões abusivas ou ilegais, e que neste pacote também havia mediadas exageradas e que poderiam atrapalhar a tramitação e aprovação do projeto.

Para a sua aprovação vários pontos do pacote anticrime foram alterados, destacando como exemplo, o cumprimento da pena após julgamento em segunda instância, que já foi rechaçado pelo Supremo Tribunal Federal. A nova lei nº 13.964/2019 reafirma a decisão do STF, baseado no artigo 283 do Código de Processo Penal, ao dispor que “ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado”. Assim, reafirma-se o entendimento de que prisão só pode ser efetivada em sede cautelar ou pela sentença que transitou em julgado, ou seja, quando não houver mais recursos.

Outro ponto polêmico que foi aprovado, mas vetado pelo Presidente da República, foi a inclusão do Juiz de garantias, pois no nosso sistema penal, o juiz que decide as medidas cautelares na fase investigativa é o mesmo que recebe a denúncia do Ministério Público e julga o mérito da causa, condenando ou absolvendo o réu. Isso é visto por alguns como uma grave ofensa ao sistema acusatório atual. A atuação do juiz de garantias garantiria, na sequência, um outro juiz imparcial, que não teve contato prévio com a investigação, isso daria paridade de armas entre a acusação e a defesa.

Ao se responsabilizar pela investigação e pela guarda dos direitos individuais, o juiz de garantia teria o papel de receber o flagrante, informar sobre a investigação, decidir sobre as prisões do inquérito, prorrogar prisões, decidir sobre provas, prorrogar o prazo do inquérito, determinar o trancamento ou não, autorizar interceptação, afastamento, busca e apreensão. E, depois de fazer tudo isso, ele cederia lugar ao juiz da causa, o juiz do mérito, para sentenciar condenando ou absolvendo.

A pedido do Ministro de Justiça Sérgio Moro, que via nesse dispositivo uma imposição do Congresso Nacional para enfraquecer a própria lei (pacote anticrimes), o Presidente Jair Bolsonaro vetou esse item, veto esse

que foi mantido pelo Congresso devido as fortes mobilizações da sociedade.

O “Pacote Anticrimine” (Lei nº 13.964/2019), proposto pelo Ministro da Justiça Sérgio Moro, foi sancionado no dia 24 de dezembro, pela Presidência da República, e entrou em vigor 30 dias depois da sua publicação. O texto original como queria o então antes Juiz Sérgio Moro, sofreu várias alterações na Câmara e no Senado, que excluíram e acrescentaram pontos no texto final da Lei, que modificou a legislação penal, processual penal e a execução penal.

Percebemos alguns exageros no tal pacote como, por exemplo, o cumprimento da pena após julgamento em segunda instância, que já foi rechaçado pelo Supremo Tribunal Federal. Pois nosso Código de Processo Penal em seu artigo 283 dispõe: que “ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado”. Assim, reafirma-se o entendimento de que prisão só pode ser efetivada em sede cautelar ou pela sentença que transitou em julgado, ou seja, quando não houver mais recursos.

A verdadeira intenção da inclusão da prisão em segunda instância no referido pacote, apresentava ser a manutenção da prisão do líder político, Presidente do Brasil por duas vezes, eleito pelo partido dos trabalhadores, Luiz Inácia da Silva (Lula), prisão essa que foi revogada recentemente pelo STF que acatou a incompetência e já tem maioria em um julgamento suspenso por pedido de vistas, para suspeição do Juiz Sérgio Moro.

Outro ponto acrescentado na nova Lei nº 13.964/2019, e que fora acrescentado pela Comissão da Câmara dos Deputados, foi um mecanismo jurídico para acabar com a “prisão preventiva de ofício”. Isso a meu entendimento foi uma resposta amarga ao então Ministro Sérgio Moro, pois à partir da sanção da referida lei, para que a prisão preventiva seja decretada, deverá existir requerimentos: do Ministério Público, do querelante, do assistente ou da autoridade policial, posição totalmente diversa do modus operandi do antes Juiz Sérgio Moro.

Outros pontos relevantes que foram acrescentados ao art. 312 do Código de Processo Penal foram: A prisão preventiva só poderá ser decretada quando restar evidenciado o “perigo gerado pelo estado de liberdade” (*periculum libertatis*), e para garantir a ordem pública, a ordem econômica, por conveniência da instrução, para assegurar a lei penal quando houver prova da existência do crime e a necessidade de revisão da prisão preventiva a cada 90 dias.

Vimos um grande avanço no que tange as possibilidades de acordos para as penas inferiores à quatro anos, essa alteração será importantíssima para minimizar os problemas de inflação carcerária, super lotação nos presídios, e pessoas de crimes comuns com criminosos de alta periculosidade. Ainda de acordo com Dr. Fabiano Pimentel O que a nova lei faz é ampliar essas possibilidades para penas de até quatro anos, pois antes o limite era dois. Tal procedimento se dará ainda na fase do inquérito, o Ministério Público poderá fazer um acordo de não persecução penal com o

réu para que o processo dele nem chegue à sentença. A pena alternativa já existia, mas o que a nova lei apresenta é a possibilidade de ser feito de forma mais célere.

A Lei do pacote anticrime, aumentou o rigor nas fundamentações das decisões judiciais, no momento de decretar uma prisão, por exemplo, os Juízes o faziam de forma genérica, ou seja, citavam genericamente a jurisprudência ou o artigo da lei sem fundamentar especificamente a decisão. A partir da sanção desta Lei, não é mais possível limitar-se, somente a indicar a legislação ou empregar conceitos jurídicos indeterminados. Não basta justificar a prisão, por exemplo, pela garantia da ordem pública, que é um conceito genérico. É preciso dizer no caso concreto porque a ordem pública foi atingida. Isso também foi algo inesperado acrescentado pelo Congresso Nacional.

Com relação a famosa delação premiada, que por muitas vezes foram utilizadas pelo então Juiz Sérgio, onde o *modus operandi* seguido pelo mesmo foi por diversas vezes colocado sobre o crivo de críticas e de dúvidas, foram introduzidos importantes mecanismos pela nova lei, sendo:

**Termo de confidencialidade**, segundo o qual, desde o início das negociações, o sigilo das provas e dos elementos devem ser resguardados, pois os vazamentos seletivos das informações, como as pirotecnias que vimos com frequência nos últimos tempos, citando como um dos exemplos: A condução coercitiva do ex Presidente Lula, prejudicam em muito o processo;

**A necessidade de observação pelo juiz, na homologação da delação, da voluntariedade da manifestação de vontade** nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares, principalmente a prisão. Este é um ponto bem sensível das delações premiadas, que têm a ver com a delação do preso. A lei passou a exigir a voluntariedade, mas na prática, o que a gente vê são as pessoas sendo presas preventivamente para obter-se a prova.

**O fato de não poder fundamentar medidas judiciais com base exclusivamente na palavra do delator.** Esta fala (palavra do delator) deverá ser uma prova relativa, como outras são, mas ela será ainda mais frágil porque há, na palavra do delator, um interesse de um benefício legal. Então, resta clara a impossibilidade de se condenar alguém com base exclusivamente na palavra de um delator.

A aprovação do “Pacote Anticrime” - Lei nº 13.964/2019, não trouxe os resultados esperados, pois o ano de 2019 terminou com grandes incertezas, pois ao invés de se aprimorar e corrigir problemas, continuou prevalecendo os interesses dos que desejam estancar o combate à corrupção, e em 2020 percebemos poucos avanços e muitos retrocessos na luta contra a corrupção no Brasil. Notamos que a razão dos índices elevados de corrupção no Brasil estão mais na ausência de formas de combate e punição, do que em alterar ou ampliar a legislação, pois é grande a carência de eficiência na aplicação das leis.

A renúncia do Ministro da Justiça, até então “símbolo maior” do combate à corrupção com acusações graves contra o presidente e seu filho o Senador Flávio Bolsonaro, potencializaram as preocupações sobre o uso de estruturas do estado para benefícios pessoais de uma elite política. A menina dos olhos do então Juiz Sérgio Moro na luta anticorrupção (operação Lava Jato) teve o desmantelamento de suas forças-tarefa.

Com o aparecimento da nova corona vírus e o surgimento pandemia da Covid-19, trouxe uma nova dificuldade e piorou ainda mais à luta contra a corrupção. a administração pública teve que flexibilizar as regras de contratações para poder responder às despesas de emergência, e isso potencializou casos de corrupção. Vimos como ainda predomina o jogo de interesses e como isso resulta em consequências perversas, gerando terríveis crises humanitárias. Esses fatos levaram ao impeachment do Governador do Rio de Janeiro e a convocação de mais de uma dezena de outros governadores e Prefeitos de Capitais à CPI da Covid19, comissão Parlamentar de Inquérito criada no Senado Nacional, também chamada de CPI da Pandemia, sendo uma comissão que está investigando supostas omissões e irregularidades nas ações do governo federal durante a pandemia de COVID-19 no Brasil Os noticiários nos mostram rotineiramente que o mau caráter de governantes literalmente estão tirando o oxigênio das pessoas, recentemente a Capital do Amazonas, Cidade de Manaus protagonizou um momento tão cruel que mais pareceu cenas de filmes de terror.

A pandemia também levou à redução do debate público e do controle institucional e social de atos oficiais, devido a atrasos nas respostas à Lei de Acesso à Informação, sessões remotas e regimes especiais de tramitação legislativa, que distanciaram ainda mais a sociedade das decisões públicas. As eleições locais de 2020 não teve um debate propositivo sobre o combate à corrupção e o partido com maior número de processados pela Lava Jato (PP) foi o grande vitorioso no pleito.

O Presidente Jair Bolsonaro sempre afirma em seus discursos que a corrupção é um problema do passado. Más na realidade a corrupção continua a ser um problema sistêmico, que contamina a democracia e impede o desenvolvimento justo do país, essa situação foi fortemente escancarada nas interferências do próprio presidente para estancar escândalos de corrupção familiar como as ditas raxadinhas do caso Queirós, e de seus Ministros como a passagem da boiada do esquema recente envolvendo o Ministro do Meio Ambiente, conhecido mundialmente pelas ações contra o meio ambiente. Não é através de soluções populistas e autoritárias que se constrói um país íntegro. É através de leis, instituições e, principalmente, uma cidadania livre, consciente e ativa na luta por seus direitos.

Notamos que muitos dos eleitos com discursos contra a corrupção e que surfaram na onda do antipetismo, continuaram com as mesmas práticas, o tão criticado centrão, está mais presente e ativo do que nunca, o discurso para chegar ao poder não se transformou em medidas concretas de enfrentamento do problema. O atual governo não apresentou nenhuma agenda efetiva de reformas anticorrupção ao Congresso. Pelo contrário,



ocorreram graves retrocessos institucionais, principalmente com a perda de independência de órgãos fundamentais como a Procuradora-Geral da República, que em retóricas populares voltou a ser o engavetador geral e a influência na Polícia Federal, nunca foi mais aparente que o momento presente, além disso, o avanço do autoritarismo, com ataques crescentes aos jornalistas e à sociedade civil, ameaça outra frente essencial para a luta contra a corrupção: a produção de informação de interesse público e o controle social.

Ao final de 2020, assistimos pelos noticiários os Presidentes da Câmara e do Senado articularem suas reeleições sendo preciso acionar o sistema de freios constitucional através do STF, ação essa destacada pela ONG Transparência Internacional como positiva, destacando:

...a interferência do STF nas eleições da Câmara e do Senado em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal votou para barrar a reeleição de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente. Por mais que a Constituição Federal proíba expressamente a reeleição dos presidentes do Congresso Nacional durante um mesmo mandato, tanto Maia quanto Alcolumbre esperavam receber autorização do Supremo para estender suas funções por mais dois anos nas eleições marcadas para fevereiro de 2021. Essa seria a primeira reeleição de Alcolumbre como presidente do Senado. Já Maia, por outro lado, está na presidência da Câmara desde julho de 2016. Apesar de a reeleição ser claramente inconstitucional, nos dias que antecederam a votação do Supremo, a expectativa era de que a manobra seria aprovada pela maioria dos ministros da corte, já que Alcolumbre e, especialmente, Maia, são vistos como importantes contrapontos aos ataques antidemocráticos do presidente Jair Bolsonaro contra os Poderes Legislativo e Judiciário — foi relatado pela imprensa que Bolsonaro não se oporia a uma reeleição no Senado, mas era fortemente contrário à reeleição de Maia para a presidência da Câmara. A manobra foi, no entanto, barrada após a reação negativa da opinião pública e da pressão para que as intenções originais da Constituição de 1988 fossem mantidas.

<https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/retrospectiva-brasil-2020>

Mesmo entendendo que Rodrigo Maia foi de grande importância contrapondo as ingenuidades do Presidente da República, principalmente nas medidas essenciais de biossegurança contra o corona vírus, entendemos que não será através de soluções populistas e autoritárias que construiremos um país íntegro e justo. Isso só se faz através do fortalecimento da nossa democracia e de uma cidadania consciente, unida, livre e ativa na luta por seus direitos.

Os estudos nos mostram que as autoridades públicas devem responder a um nível mais alto de exigência de probidade e integridade, motivo que, na presença de indícios de que elas detêm patrimônio incompatível com sua renda, cabe a elas explicar a origem dessa riqueza, demonstrando cabalmente que aqueles recursos são lícitos. Inexistindo essa justificativa, estarão as mesmas, sujeitas à perda desse patrimônio, o qual,

passa-se a presumir origem ilícita.

Com relação ao dito foro privilegiado, famoso no meio político e por muitos conhecido como foro por prerrogativa de função que garante que determinadas autoridades públicas sejam julgadas pela prática de crimes apenas perante Tribunais Específicos, motivo que serve de escudo para muitas autoridades eleitas, quando surgem indícios de envolvimento nos crimes de foro privilegiado, isso se distancia da boa técnica e acarreta prejuízo ao andamento da apuração. A Justiça que tarda é Justiça que falha. A Constituição Federal coloca a duração razoável do processo como garantia fundamental de toda as pessoas e da sociedade como um todo.

A atual Constituição Federal do Brasil é uma das mais completas do mundo, mas a morosidade da Justiça brasileira, também é uma das maiores nesse contexto, praticamente a única com quatro instâncias de julgamento, e isso é uma das principais causas da impunidade dos crimes de “colarinho branco” no país, mas as mudanças dessas regras em nosso Código Penal e Código de Processo Penal não devem ser alimentadas simplesmente por um viés político como o que vem acontecendo ultimamente. O processo tem que ser estudado e modificado longe do extremismo político que se implantou e com o discernimento da atuação real e os respeitos entre os três poderes que alicerçam nossa democracia: Executivo, Legislativo e Judiciário.

## REFERÊNCIAS

Alvarenga, Dílio Procópio -. Código de Processo Penal. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941.

Azevedo Barthimann Carvalho, Janine (2016). Pesquisa em educação e a pesquisa documental: Um exercício teórico metodológico. Disponível em: <https://repositorio.pgskroton.com/bitstream/123456789/13753/1/Pesquisa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

Brasil. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.

Brasil. Ministério Público Federal. Caso Lava Jato. Disponível em: <http://www.lavaiato.mpf.mp.br>

Brazil: Setbacks in the Legal and Institutional Anti-Corruption Frameworks. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/23/brasil-repete-pior-nota-em-2019-e-cai-em-ranking-de-corrupcao.ghtml>

Conheça os principais tipos de crime. Disponível em: <https://masterjuris.com.br/conheca-os-principais-tipos-de-crime/>

Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

FILGUEIRAS, Fernando. Corrupção, Democracia e Legitimidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. pp. 32-33.

Flick, U. (2009). Introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Joice Elias Costa. 3.

ed., Porto Alegre: Artmed.

Gil, A. (2010). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed., 3 reimpressão., São Paulo: Atlas.

Novas Medidas contra a Corrupção. Disponível em: [https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tibrdownloads/pdf/Novas\\_Medidas\\_todos\\_os+\\_blocos.pdf](https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/tibrdownloads/pdf/Novas_Medidas_todos_os+_blocos.pdf)

O que é corrupção? Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-corrupcao.htm>

Oliveira, Rafael Carvalho Rezende; Neves, Daniel Amorim Assumpção. O sistema brasileiro de combate à corrupção e a Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção). Revista Brasileira de Direito Público – RBDP, Belo Horizonte, ano 12, n. 44, p. 9-21, jan./mar. 2014.

Pereira Lima, Ana Maria (2010). Uma análise crítica dos documentos oficiais que prescrevem o trabalho do professor. Revista do GELNE, PIAUÍ, v.12, n.1/2, pp. 115-126. Disponível em: <file:///C:/Users/INTEL/AppData/Local/Temp/11442-Texto%20do%20artigo-33127-2-10-20170321.pdf>

Pimentel, Alessandra (2001/nov.). O Método da análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina – PR. Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a08n114.pdf>

Pimentel, Alessandra (2001/nov.). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa Historiográfica. Cadernos de Pesquisa, n. 114. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: julho de 2016.

Principais crimes contra a Administração pública. Disponível em: <https://masterjuris.com.br/principais-crimes-contr-a-administracao-publica/>

Quais são os tipos de corrupção no Brasil? Disponível em: <https://blog.idwall.co/corrupcao-tipos-no-brasil/>

<https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/retrospectiva-brasil-2020>

<https://www.poder360.com.br/internacional/brasil-avanca-pouco-em-ranking-da-corrupcao-e-tem-nota-abaxio-da-media-global/>

Schäfer, Murilo Billig. Lima, Eliseu dos Santos. 2012/jul.- set.). A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, vol.17no.3, Belo Horizonte. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: julho de 2016.

Sumário Executivo - 10 Medidas para combater a corrupção e impunidade. Disponível em: <http://www.combateacorrupcao.mpf.mp.br/10-medidas>

**Carine de Souza Jatobá**

Graduada em Enfermagem (UFBA)

Especialista em Terapia Intensiva (UFBA)

MBA Gestão de Serviços de Saúde (UNIFACS)

**Fernanda Cordeiro Alexandrino**

Graduada em Enfermagem (UFBA).

Especialista em Enfermagem do Trabalho (EBMSP).

Especialista em Enfermagem em Cardiologia e Hemodinâmica (EBMSP).

**Sheila Oliveira Belas Silva**

Graduada em Enfermagem (UCSAL)

Especialista em Urgência e Emergência (ATUALIZA)

Especialista em Enfermagem Obstétrica (UFBA)

**Kátia de Miranda Avena**

Orientadora e professora (UNIFACS)

## RESUMO

**Contexto:** A sífilis congênita é uma das mais graves doenças evitáveis da gestação, se for realizado um pré-natal eficiente e tratamento qualificado das infectadas. A gestante não sendo diagnosticada e tratada corretamente, a transmissão pode ocorrer em qualquer período gestacional e em qualquer estágio da doença. **Objetivo:** este trabalho visa demonstrar o impacto financeiro gerado aos cofres públicos, pelo nascimento de crianças com sífilis congênita, devido ao não cumprimento de um pré-natal eficaz, como preconiza o Ministério da Saúde (MS). **Metodologia:** Trata-se de um estudo retrospectivo, de caráter analítico, contemplando os casos de sífilis congênita notificados e registrados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no ano de 2017, ocorridos em uma maternidade pública na cidade Salvador, no estado da Bahia. Foi realizada uma demonstração comparativa de quanto custaria em média o tratamento adequado no pré-natal dessas mães/parceiro e de quanto custa em média o tratamento da sífilis congênita, comparando-se à média de repasse do SUS para nascimentos de recém-nascidos com e sem sífilis. **Resultado:** Considerando todos os vieses que surgiram no decorrer deste trabalho e baseando-se nas determinações de diagnóstico/tratamento definidas pelo PCDT TV IST, ainda assim é possível ter uma visão da situação proposta, visto que os dados demonstram que os nascimentos de crianças com sífilis custam 67% a mais para os cofres públicos que os nascimentos de crianças sadias.

**Palavras-chave:** Sífilis Congênita; Custo; Pré-Natal; Serviços Públicos.

## INTRODUÇÃO

A sífilis é uma doença milenar, com relatos bíblicos que sugerem sua existência antes de Cristo ( A.C.) lá em Êxodo 9 ( 8-12 ) A praga das úlceras. Tem seu nome de origem grega *Sys*=porco + *Philein*=amor “Amor Imundo”. É causada pelo *Treponema pallium*, descoberto por Schaudim & Hoffmann em 03 de março de 1905. Pode ser de vários tipos, a depender do tempo de contágio e do tipo de transmissão, como: primária, secundária, terciária, latente recente, latente tardia, latente ignorada, neurosífilis, cardiossífilis e sífilis congênita. As principais formas de transmissão são: sexual e vertical, sendo possível também contrair por transfusão sanguínea. O diagnóstico é realizado através de exames diretos com testes imunológicos, testes rápidos treponêmicos e exame do líquido. A penicilina, descoberta em 1928 por Fleming, é a droga de primeira escolha para tratamento das diversas formas da doença, que se tornou um problema de saúde pública identificada no Brasil, no final do século XIX e início do século XX.

A sífilis congênita é uma doença passível de prevenção, quando a gestante infectada é tratada adequadamente. Na gestação ela pode implicar em consequências como aborto, natimorto, parto prematuro, morte neonatal e manifestações congênitas precoces ou tardias (PCDT TV IST 2018).

O risco de transmissão da sífilis para o feto depende do estágio da infecção materna e do período da gestação em que o feto é exposto. A sífilis na gestação nos estágios primário, secundário, latente recente e, em alguns casos, latente tardio, pode levar a disseminação hematogênica para o feto, resultando em resposta inflamatória sistêmica. (PCDT TV IST 2018).

O diagnóstico e tratamento da sífilis na gestação, merece destaque nas políticas públicas, com vistas a diminuir o número de casos da doença e o impacto que o agravo pode causar aos fetos e recém-nascidos. Essa problemática guarda estreita relação com um pré-natal de baixa qualidade, contrariando a proposta da Rede Cegonha, implementada em 2011, que busca garantir à mulher uma atenção de qualidade durante a gravidez, parto e puerpério; e à criança, o direito de nascer com segurança, ter crescimento e desenvolvimento saudáveis (COSTA, 2017).

O diagnóstico da sífilis congênita representa um processo complexo, visto que mais da metade das crianças são assintomáticas ao nascimento e, mesmo naquelas com alguma expressão clínica, os sinais e sintomas costumam ser discretos ou inespecíficos. Não existe uma avaliação complementar que determine com alta especificidade e sensibilidade o diagnóstico da infecção na criança.

Nessa perspectiva, ressalta-se que a associação de critérios epidemiológicos, clínicos e laboratoriais devem ser a base para o diagnóstico da sífilis congênita, devendo ser avaliados a história clínico-epidemiológica da mãe, o exame físico da criança e os resultados dos exames laboratoriais e radiológicos (PCDT TV IST, 2018).

Esses diagnósticos e tratamentos aumentam a morbidade e os custos do sistema de saúde. É sabido que o tratamento eficaz na

gestante/parceiro poderia solucionar de maneira efetiva a doença, evitando os óbitos fetais e as consequências advindas do nascimento de crianças com sífilis congênita como, o prolongamento da alta do recém-nascido, as medidas invasivas de punções venosas e de líquido, todo o estresse para a mãe e criança logo após o nascimento, sem contar que a prevenção, diagnóstico e tratamento da gestante tem um custo muito menor que o diagnóstico/tratamento pós-parto.

Desta forma, este trabalho visa demonstrar o impacto financeiro gerado aos cofres públicos, pelo nascimento de crianças com sífilis congênita, devido ao não cumprimento de um pré-natal eficaz, como preconiza o Ministério da Saúde (MS).

## **MÉTODOS**

Trata-se de estudo retrospectivo, de caráter analítico, contemplando os casos de sífilis congênita notificados e registrados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no ano de 2017, ocorridos na Maternidade Climério de Oliveira (MCO).

A MCO é uma unidade docente-assistencial de Obstetrícia, Neonatologia e Saúde Perinatal da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É a primeira maternidade-escola construída no Brasil, sendo criada e planejada por iniciativa do professor Climério Cardoso de Oliveira, que conseguiu recursos federais para a construção da maternidade. Configurou-se como maternidade da Bahia em 1909 e foi inaugurada em 30 de outubro de 1910. Foi incorporada à UFBA, como órgão Suplementar, pelo decreto nº62.241 de 08 de fevereiro de 1968, conforme resolução do Conselho Universitário, sendo vinculada à Faculdade de Medicina da Bahia. Nos últimos anos a MCO tem realizado uma política de reciclagem de pessoal, o que fez com que fosse intitulada como Hospital Amigo da Criança pelo MS e o The United Nations Children's Fund (UNICEF), que avaliam o corpo clínico e suas rotinas e serviços de aleitamento materno. É a primeira instituição universitária do Brasil a receber esta distinção. (Disponível site [www.ebserh.gov.br/web/mco-ufba/apresentacao](http://www.ebserh.gov.br/web/mco-ufba/apresentacao))

As variáveis de interesse foram: número de casos de sífilis congênita notificados em 2017, número de nascidos vivos, valores de exames diagnósticos, valores de internamento para partos normais e partos de gestação de alto risco, tratamento do parceiro da gestante e valores de medicações. Esses procedimentos foram valorizados de acordo com as informações de repasse do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP) para os exames e do [comprasnet.ba.gov.br](http://comprasnet.ba.gov.br) para a medicação.

Foi realizado uma demonstração comparativa de quanto custaria em média o tratamento adequado no pré-natal dessas mães/parceiro conforme determina o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Prevenção da Transmissão Vertical de HIV, Sífilis e Hepatites virais, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção

e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/AIDS e das Hepatites Virais, que é utilizado de base norteadora da citada instituição e de quanto custa em média o tratamento da sífilis congênita, comparando a média de repasse do SUS para nascimentos de recém-nascidos com e sem sífilis.

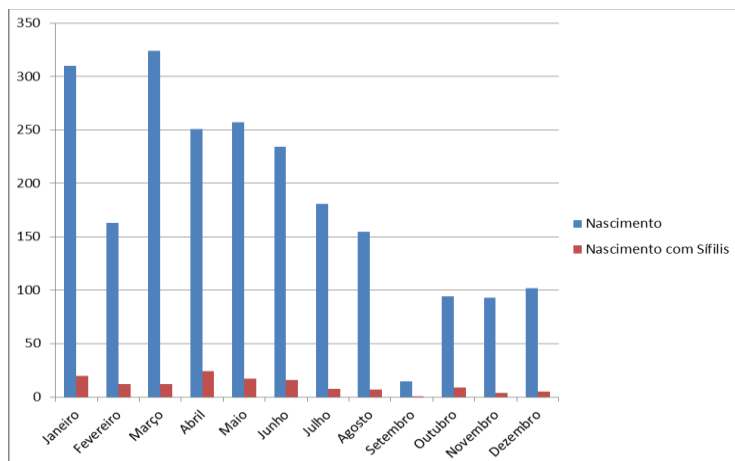
A pesquisa dispensa apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, tendo em vista que o DATASUS é uma base de dados pública e gratuita, onde não é possível fazer a identificação dos participantes.

## RESULTADOS

Em uma única maternidade em Salvador, a quantidade de agravos notificados é seguramente expressiva, em comparação aos números de nascidos vivos (Gráfico 1). No ano de 2017, foram registrados 2.179 nascidos vivos destes 135 com diagnóstico de sífilis congênita.

Gráfico 1: Comparação de nascidos vivos e ocorrência de sífilis congênita

### Nascidos Vivos / Nascidos com Sífilis



FONTE: TABNET/SALVADOR – SMS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Torna-se importante ressaltar que, além desta patologia possuir notificação obrigatória, a instituição conta com um serviço ativo e atuante, podendo considerar esse dado como fidedigno de descrição da realidade sobre a ocorrência da patologia.

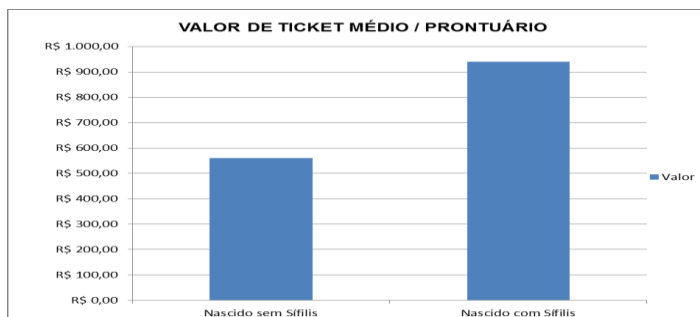
A redução drástica do número de nascidos vivos e consequentemente dos casos de sífilis congênita a partir de setembro de 2017, deve-se ao fato de que a instituição passou por algumas restrições de atendimento para uma mudança de instalações, para realização de reforma no centro obstétrico e posteriormente ficou com número de leitos reduzidos, passando a receber apenas pacientes reguladas pela Secretaria de Saúde,

não estando funcionando mais de portas abertas para rede.

De um total de 2.179 nascimentos, entre os meses de janeiro a dezembro de 2017 foram notificados 135 casos de sífilis congênita, o que representa 6,2% dos nascimentos.

Considerando o valor do ticket médio de repasse do SUS, retirado do Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), para partos normal e assistência ao recém-nascido e com parto de gestação de alto risco, de crianças nascidas sem Sífilis Congênita, comparando ao ticket médio de repasse dos prontuários referentes ao nascimento de crianças com sífilis, observa-se um acréscimo de 67% no valor do segundo. (Gráfico 2)

Gráfico 2: Ticket Médio por prontuário de parto de crianças nascidas sem patologia e de parto de nascimento de crianças diagnosticadas com sífilis congênita



FONTE: SIGTAP/DATASUS/TABNET – COMPRASNET, 2018

O valor do ticket médio dos prontuários foi baseado num levantamento dados de valores auditados dos prontuários dos pacientes notificados com sífilis congênita em 2017, na Maternidade Climério de Oliveira, que totalizou 135 notificações, e de 85 prontuários de pacientes nascidos sem sífilis, sendo confrontado com os valores determinados de repasse do SUS, fornecidos pelo Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS (SIGTAP), sendo compatível o faturamento com a tabela, dispensando a utilização dos dados da instituição, já que os dados do SIGTAP exprimem a realidade proposta.

Tabela 1: Valor do tratamento da gestante no pré-natal

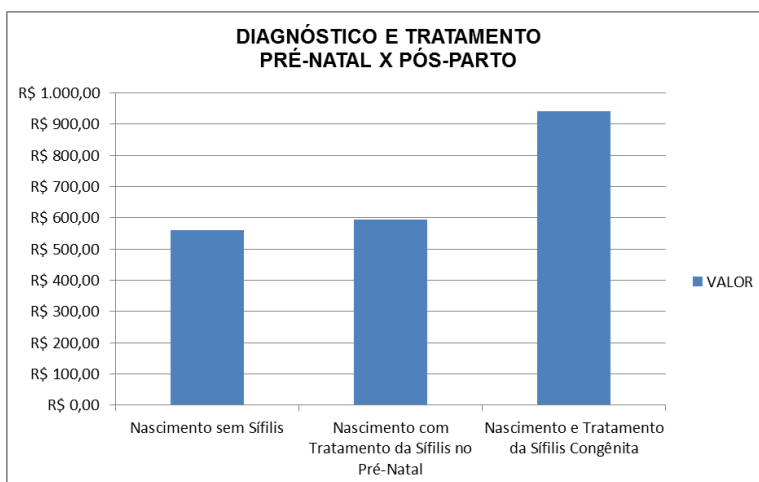
Diagnóstico e Tratamento Pré-Natal	Valor	
Teste Treponêmico	R\$ 4,10	
Teste Não-Treponêmico	R\$ 2,83	
Penicilina	R\$ 10,16	
	TOTAL	R\$ 17,09
Gestante + Parceiro	R\$ 34,18	

FONTE: SIGTAP/DATASUS/TABNET – COMPRASNET, 2018



Estes valores para diagnóstico/tratamento ambulatorial da gestante/parceiro no pré-natal, foram definidos com base nas orientações do PCDT TVI ST 2018, que determina, para diagnóstico de sífilis na gestante/parceiro, a realização dos testes treponêmicos e não treponêmicos (Teste rápido e do VDRL) e para tratamento dos mesmos a penicilina benzatina 2,4 milhões UI, IM sendo 1,2 milhões em cada glúteo. Estes valores não revelam o custo efetivo devido para estes procedimentos, pois como descrito acima, não considera honorários profissionais, diárias com taxas embutidas, descrevendo exclusivamente o valor do exame e da ampola da medicação.

Gráfico 3: Comparativo de valores entre diagnóstico e tratamento da sífilis no pré-natal e no pós-parto.



FONTE: SIGTAP/DATASUS/TABNET – COMPRASNET, 2018

## DISCUSSÃO

Em 1986, a sífilis congênita passou a ser considerada uma doença de notificação compulsória no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), o que permitiu um diagnóstico e monitoramento fidedigno da situação do agravo no Brasil.

O que se pode identificar, desde então, é uma verdadeira epidemia de sífilis, conforme dados do SINAN. Com a obrigatoriedade da notificação, os dados permitem compreender que este agravo representa um grande problema de saúde pública.

Para realizar a devida análise, objeto deste estudo, algumas questões importantes precisaram ser pontuadas.

Os valores das contas dos pacientes são valores médios de repasse, baseado no Código Internacional das Doenças (CID), informado na Autorização de Internamento Hospitalar (AIH) do mesmo. Não há um sistema

informativo, que lance tudo que o paciente utilizou em conta. A tabela do SUS, ao contrário dos planos de saúde privados, é enxuta. Aliado a isso, ainda existe uma cultura de subnotificação nestes protuários sobre os procedimentos realizados, com a descrição dos materiais e medicamentos utilizados nos procedimentos, como é realizado na rede privada, com isso é bem provável que o ticket médio das contas seja subestimado.

Na instituição, objeto deste estudo, outro importante fator a ser pensado como viés, é o fato que os honorários profissionais são de repasse do Ministério da Educação, visto que estes profissionais estão diretamente ligados a este Ministério e não ao Ministério da Saúde, o que também reforça a teoria de que estas contas são subvaloradas.

A estes valores não se imputa honorários profissionais, pois como se trata da Maternidade da Universidade Federal da Bahia, este custeio é realizado pelo Ministério da Educação e nem o custo imbutido pela impossibilidade de giro de leito com o aumento da morbidade e todas as consequências acarretadas à rede por conta desse “bloqueio”, principalmente a superlotação.

Considerando todas as questões acima mencionadas e baseado nas determinações de diagnóstico/tratamento definidas pelo PCDT TV IST, ainda assim é possível ter uma visão da situação proposta, visto que os dados demonstram que os nascimentos de crianças com sífilis custam 67% a mais para os cofres públicos.

Conforme análises, este estudo poderá servir de instrumento para instituições públicas que queiram instituir medidas de promoção e prevenção de agravos, respaldando-as quanto ao direcionamento de investimento financeiro para esta área, pois existe uma carência literária que demonstra as devidas correlações.

A ocorrência de sífilis congênita ainda apresenta níveis preocupantes e constitui-se um desafio para todas as esferas governamentais, profissionais de saúde e população em geral. A detecção precoce, o manejo adequado dos casos e a conscientização da população são os únicos métodos viáveis para promover o declínio dessa doença tão agressiva. (Costa. CV 2017)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agravos Notificados. Disponível em <http://www.tabnet.saude.salvador.ba.gov.br/> Acesso em: 07.08.2018 às 15:54.

Apresentação da Maternidade Climério de Oliveira. Disponível em: [www.ebserh.gov.br/web/mco-ufba/apresentacao1](http://www.ebserh.gov.br/web/mco-ufba/apresentacao1) Acesso em: 10.09.2018 às 12:40.

Costa CV, Santos IAB, Silva JM, Barcelos TF, Guerra HS. Sífilis Congênita: Repercussões E Desafios. Arq. Catarin Med. 2017 jul-set; 46(3):194-202

Freire BA, Conceição JAM, Leite LAO, Avena KM. Perfil Epidemiológico da Sífilis Congênita, na Bahia, no período entre 2007-2017. In: III CONGRESSO BAIANO DE LIGAS ACADÊMICAS, 2018. Salvador: Anais do III Congresso Baiano de Ligas Acadêmicas, setembro/2018.

Informações de Saúde. Disponível em <http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet> Acesso em: 30.08.2018 às 22:20.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Protocolo Clínico E Diretrizes Terapêuticas Para Prevenção Da Transmissão Vertical De Hiv, Sífilis E Hepatites Virais, Brasília – DF, 2018

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Diretrizes para o Controle da Sífilis Congênita Manual De Bolso, Brasília – DF, 2006  
Tabela Unificada SUS. Disponível em <http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp> Acesso em: 06.09.2018 às 09:30.

Tabelas de Preços Referenciais. Disponível em <https://www.comprasnet.ba.gov.br/> Acesso em: 30.08.2018 às 20:15.

Tayra A, Matida LH, Saraceni V, Paz LC, Ramos ANJ. Duas Décadas De Vigilância Epidemiológica Da Sífilis Congênita No Brasil: A Propósito Das Definições De Caso. DST – J bras Doenças Sex Transm 2007; 19(3-4): 111-119

**Rejane Brandão Pinto**

Fundação Santa Casa de Misericórdia, Brasil

**Camila de Nazaré Araújo Cardoso**

Universidade Federal do Pará, Brasil

**Raimundo de Jesus Picanço da Costa**

Universidade Federal do Pará, Brasil

**Patrícia Socorro Coelho Portal**

Fundação Santa Casa de Misericórdia, Brasil

**Simony do Socorro de Vilhena Guimarães**

Fundação Santa Casa de Misericórdia, Brasil

**Michele de Pinho Barreiros**

Fundação Santa Casa de Misericórdia, Brasil

**Ilma Pastana Ferreira**

Fundação Santa Casa de Misericórdia, Brasil

**Valéria Regina Cavalcante dos Santos**

Fundação Santa Casa de Misericórdia, Brasil

## RESUMO

**Objetivo:** identificar os fatores que influenciam nas faltas de pacientes às consultas e exames agendados pelos sistemas de saúde, bem como analisar as principais estratégias adotadas para reduzir o absenteísmo. **Métodos:** trata-se de uma revisão integrativa com abordagem qualitativa, onde foi realizado um levantamento bibliográfico dos últimos anos nas bases de dados LILACS, MEDLINE e SciELO, bem como na biblioteca virtual Google Scholar.

**Resultados:** Os artigos revelaram uma multicausalidade de fatores que geram absenteísmo, os quais pode-se citar o tempo de espera, esquecimento, falhas na comunicação, e barreiras socioculturais e econômicas. As principais medidas estratégicas incluem melhoria do acesso aos usuários, redução das filas de espera, comunicação eficiente, e fortalecimento da Regulação assistencial. **Conclusão:** acredita-se que a redução nas perdas por absenteísmo de pacientes deve partir de abordagens mistas, de acordo com as necessidades da população envolvida, facilitando cancelamentos sempre que necessário, observando a qualidade na comunicação, considerando a integração entre atenção básica e especializada.

**Palavras-chave:** Atenção à saúde; Agendamento de consultas; Acesso aos serviços de saúde; Absenteísmo; Revisão sistemática.

## INTRODUÇÃO

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tem-se as Unidades Básicas de Saúde, onde é oferecida a atenção primária, seguindo pelas unidades de atenção média, como ambulatórios especializados e, então, chegando a alta complexidade em centros de atenção terciária e quaternária, onde são realizados procedimentos mais complexos, como o transplante de órgãos, garantindo assim o acesso integral e universal, de forma gratuita, para mais de 180 milhões de pessoas no Brasil (Souza, 2002).

Por outro lado, esse sistema enfrenta diversos desafios ao longo da sua existência ainda recente, sendo um deles referente ao agendamento de consultas e exames, onde o absenteísmo de pacientes nesses procedimentos reflete dificuldades que vão de encontro ao que é preconizado como acesso integral e universal dos usuários.

O absenteísmo de pacientes em consultas agendadas configura um grande problema para as organizações, provocando subutilização dos recursos empregados, gerando desperdícios financeiros, interferindo na eficiência dos sistemas de saúde e, conseqüentemente, comprometendo a saúde dos usuários em virtude do esforço extra para reagendar os procedimentos (Fenili et al., 2017; Hasvold & Wootton, 2011; Zirkle & McNelles, 2011; Gurol-Urganci et al, 2002). Somado a isso, observa-se uma circulação exaustiva em rede por parte do usuário e novas filas de espera, o que contribui ainda mais para causas que levam ao absenteísmo, como, por exemplo, esquecer o agendamento (CAVALCANTI et al., 2013).

A ausência de articulação entre os níveis de atenção e o desconhecimento dos profissionais de saúde que oriente a ordenação das solicitações de encaminhamento às consultas e exames agendados contribui significativamente com a elevação do número de solicitações de procedimentos sem critérios, gerando demanda reprimida, bem como causando desmotivação da equipe de saúde, insatisfação/descredito do usuário no sistema, levando, inclusive, ao agravamento da sua doença.

Tais fatos apresentam-se diante da necessidade de se repensar o papel da Atenção Primária a Saúde (APS) como ordenadora do processo de cuidado, bem como da capacidade integradora de se trabalhar em redes de saúde de modo que esses problemas possam ser minimizados ou até sanados.

Nesse contexto, o absenteísmo tem se revelado como um problema crônico na rede pública de saúde brasileira, onde a ausência dos usuários nas consultas e exames agendados atinge altos índices por parte dos usuários, o que implica em uma baixa utilização de recursos, fato que pode ser percebido em todas as regiões do Brasil nos mais diversos tipos de atendimentos e especialidades (OLESKOVICZ et al., 2020).

Os motivos para o absenteísmo de pacientes em consultas e exames especializados são variados e culminam em perdas de recursos públicos. Além disso, prejuízos na continuidade da assistência e na resolutividade das demandas de saúde também são impactantes, pois contribuem para o

aumento das filas de espera e das demandas por urgência em consequência dessas faltas (JANDREY & DREHMER, 2000).

Diante do exposto, esta pesquisa objetiva responder as seguintes perguntas: quais os motivos que levam os pacientes a faltar às consultas e exames agendados? Que estratégias podem ser tomadas para enfrentar as consequências dessa problemática para o sistema de saúde em geral? Portanto, a partir de uma revisão integrativa, com base em levantamentos bibliográficos entre 2015 e 2020, este estudo visa contribuir com o novel de investigações sobre o absenteísmo de pacientes na assistência à saúde.

## **METODOLOGIA**

Segundo Fonseca (2002, p. 32), “qualquer trabalho científico começa com uma pesquisa bibliográfica, o que permite ao pesquisador saber o que já foi estudado sobre o assunto”. Assim, a essência deste estudo envolve o levantamento bibliográfico, o qual tem a finalidade de sintetizar de maneira sistemática, ordenada e abrangente, os resultados provenientes da pesquisa bibliográfica acerca do tema abordado.

Portanto, esta pesquisa se trata de uma revisão integrativa de literatura sobre os aspectos que envolvem as causas e as estratégias de enfrentamento do absenteísmo de pacientes em consultas e exames agendados. Nesse sentido, tem-se que a revisão integrativa “oferece aos profissionais de diversas áreas de atuação na saúde o acesso rápido aos resultados relevantes de pesquisas que fundamentam as condutas ou a tomada de decisão, proporcionando um saber crítico” (Mendes et al., 2008, p. 765).

Uma vez que o foco desta pesquisa não consiste na quantificação dos resultados, utilizou-se a abordagem qualitativa para a análise e interpretação dos dados, que permitirá o embasamento para discussões mais amplas sobre o assunto abordado. Diante de sua natureza complexa, Minayo (1994, p. 21-22), observa que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser qualificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

A busca dos estudos ocorreu nas bases de dados LILACS, MEDLINE e SciELO, bem como no buscador acadêmico Google Scholar (Google Acadêmico). Foram utilizadas combinações entre as seguintes palavras-chave, consideradas descritores no DeCS (Descritores em Ciências de Saúde): Regulação e Fiscalização em Saúde (Health Care Coordination and

Monitoring); Absenteísmo (Absenteeism); Agendamento de Consultas; Especialidade Médica (Medicine); Exames Médicos (Medical Examination); Atenção Primária à Saúde (Primary Health Care); Acesso aos Serviços de Saúde (Health Services Accessibility). Os termos foram cruzados como descritores e também como palavras do título e do resumo, assim, foram selecionados os artigos disponibilizados na íntegra (tanto em português, inglês e/ou espanhol), sendo considerado o período de 2015 a 2020, uma vez que se intenciona investigar as produções científicas mais recentes sobre o tema.

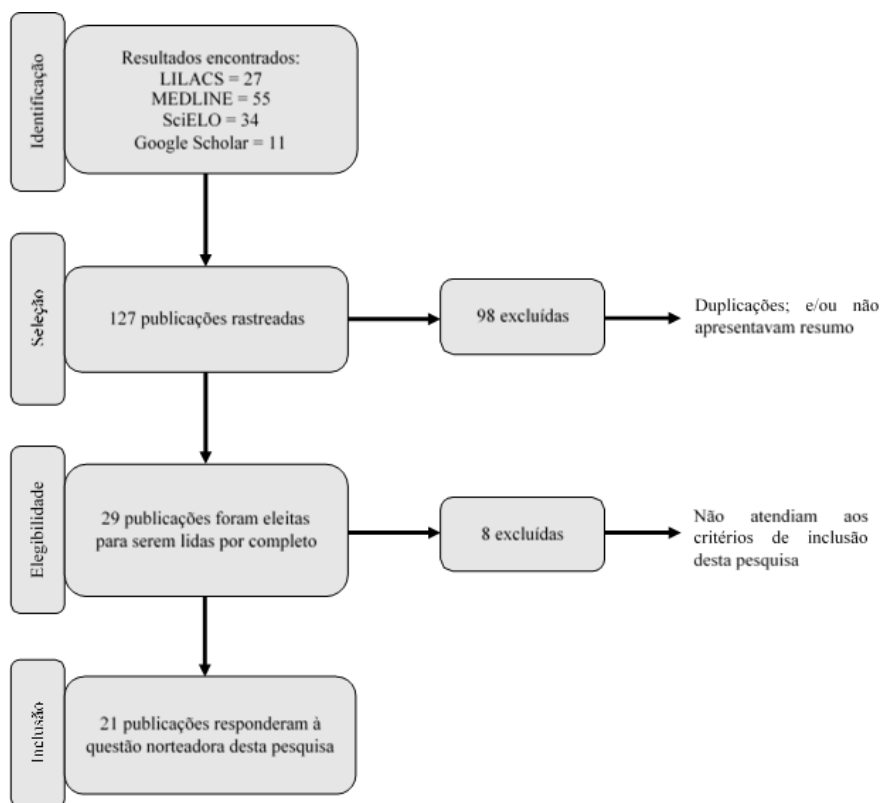
Com a seleção dos artigos a partir do cruzamento entre os descritores, os trabalhos tiveram seus resumos lidos e, seguindo os critérios de inclusão, aqueles que estavam em desacordo com o objetivo desta pesquisa foram então excluídos. Dessa maneira, foram selecionados os artigos considerados com potenciais para a leitura na íntegra e então foi verificado quais responderam às perguntas norteadoras desta pesquisa para, assim, serem incluídos na revisão integrativa.

A análise dos resultados se deu de forma descritiva, observando as potenciais causas do absenteísmo em consultas e exames encontrados. As estratégias de enfrentamento foram sistematizadas separadamente.

## **RESULTADOS**

A amostra desta pesquisa foi constituída por 126 artigos científicos encontrados nas bases de dados, selecionados para leitura analítica partir de critérios de inclusão previamente estabelecidos. Desse modo, 28 foram selecionados como objeto de estudo para serem lidos na íntegra, dentre os quais 20 à pergunta norteadora desta pesquisa (Figura 1).

**Figura 1** – Fluxograma do processo de busca, seleção e inclusão das publicações para a revisão integrativa.



Fonte: Autores (2021).

Na Tabela 1 são apresentados os estudos selecionados para esta revisão integrativa, com seus respectivos autores e ano de publicação, títulos, local de busca, tipo de pesquisa e suas principais conclusões.



**Tabela 1** – Resumo dos artigos publicados entre os anos de 2015 e 2020 nas bases de dados pesquisadas sobre as perdas por absenteísmo de consultas e exames especializados agendados pelas centrais de regulação dos municípios brasileiros.

Autor(es) e ano de publicação	Título da pesquisa	Local de busca	Tipo de pesquisa	Principais conclusões
Farias et al. (2020)	Absenteísmo de usuários: barreiras e determinantes no acesso aos serviços de saúde	LILACS	Metassíntese como modalidade de revisão de literatura	O conhecimento das barreiras e determinantes do acesso permite compreender as possíveis causas do absenteísmo e suas consequências, a fim de fundamentar a tomada de decisões que possibilitem a correção ou minimização de riscos e de prejuízos econômicos, na administração dos serviços públicos de saúde.
Rodrigues et al. (2020)	Impacto das mensagens de texto para redução do absenteísmo às consultas especializadas: um estudo aleatorizado	LILACS	Estudo do tipo experimental de natureza longitudinal	Embora se saiba que o absenteísmo é multicausal e envolve o usuário, o prestador de serviço de saúde e a gestão do sistema, a razão mais citada na literatura como causa de absenteísmo às consultas é o esquecimento do

				compromisso. Outras situações como necessidade de transporte até o serviço de saúde, fatores socioeconômicos, custos para alimentação, obrigações trabalhistas e escolares, dependência de um familiar ou acompanhante contribuem para o absenteísmo às consultas eletivas agendadas.
Briatore et al. (2020)	Causes of appointment attendance, nonattendance, and cancellation in outpatient consultations at a university hospital	MEDLINE	Estudo de caso e dois controles aninhados em uma coorte prospectiva	A principal causa do não comparecimento é o esquecimento da consulta agendada, mas há uma proporção de diferentes causas que não respondem aos lembretes, mas podem responder a diferentes estratégias
Beltrame et al. (2019)	Absenteísmo de usuários como fator de desperdício: desafio para sustentabilidade em sistema universal de saúde	SciELO	Estudo descritivo	Os valores totais desperdiçados são significativos e evidenciam o desafio constante na agenda dos gestores na busca pela SUStentabilidade em sistemas universais de saúde.

Mazza et al. (2019)	Fatores do absenteísmo em primeira consulta num ambulatório de oncologia em um Hospital Universitário	LILACS	Pesquisa de campo	As principais razões para o absenteísmo estão relacionadas ao indivíduo e que problemas de cadastro do paciente e comunicação dificultam a compreensão das causas do absenteísmo.
Campoville (2019)	Estudo sobre absenteísmo em ambulatórios médicos especializados no interior de São Paulo	Google Scholar	Quanti-qualitativa	Foram encontrados 3 principais motivos do absenteísmo a partir da percepção dos gestores à saber: responsabilização do paciente, melhora do quadro de saúde e tempo na fila de espera. [...]
Farias et al. (2019)	Tempo de espera e absenteísmo na atenção especializada: um desafio para os sistemas universais de saúde	LILACS	Estudo descritivo retrospectivo	O estudo demonstrou que existe uma correlação positiva entre o tempo de espera e o absenteísmo e o porte municipal. De modo geral, o tempo de espera, que envolve o processo regulatório de agendamento das consultas e exames especializados é fator importante que demonstrou influenciar o absenteísmo.

				Além disso, o tempo de espera entre a solicitação e o agendamento e a maior disponibilidade tecnológica em saúde nos municípios de grande porte parecem fazer com que o absenteísmo seja maior nesses municípios.
Pires Filho et al. (2019)	Acesso Avançado em uma Unidade de Saúde da Família do interior do estado de São Paulo: um relato de experiência	LILACS	Estudo de caso	A equipe, em especial os funcionários da recepção da unidade, consideraram que a redução do tempo de espera facilitou o fluxo de trabalho diário. Toda a equipe considerou que a redução do absenteísmo foi benéfica à longitudinalidade do cuidado esperada na ESF.
Silveira et al. (2018)	Prevalência de absenteísmo em consultas médicas em unidade básica de saúde do sul do Brasil	LILACS	Estudo transversal	Os resultados mostram uma elevada prevalência de absenteísmo, especialmente nas consultas de clínica médica, o que pode acarretar problemas tanto para a continuidade do cuidado, especialmente

				aos usuários da clínica geral, quanto para o ensino médico na APS.
Costa et al. (2018)	Absenteísmo em consultas especializadas referenciadas por unidade básica saúde da família: estudo	Google Scholar	Estudo de caso	Documentos a serem encaminhados para a Central de Marcação exigem atenção criteriosa. O acompanhamento dos Agentes Comunitários de Saúde aos usuários antes e pós-consulta é uma ação para diminuir o absenteísmo. A solução exige conscientização dos usuários.
Cruz et al. (2018)	A regulação da atenção à saúde bucal e o absenteísmo: cenários e possibilidades	Google Scholar	Revisão integrativa da literatura	Se por um lado há uma queixa de muitas consultas, por outro há um desinteresse que interfere na qualidade da atenção.
Siqueira (2018)	Análise do impacto da fila de espera na probabilidade de absenteísmo em exames e consultas	Google Scholar	Qualitativo	Ficou evidente que a redução de dias possibilitará a diminuição do absenteísmo, o que repercute na diminuição do agendamento no sistema de saúde.

Cavalcanti et al. (2018)	Desafios da Regulação Assistencial na Organização do Sistema Único de Saúde	Google Scholar	Bibliográfica	A precariedade de sistemas de informação e comunicação apresentou fragilidades no gerenciamento dos referenciamentos, de demanda reprimida e do absenteísmo de consultas especializadas e exames, tais como a ausência de controles ou controles fragmentados e inconsistentes. [...] Parte desse absenteísmo e a baixa cobertura da atenção básica podem estar sendo responsáveis pelo acesso direto do usuário aos serviços especializados sem passar pela porta de entrada, o que contribuiria para a não diminuição da fila de espera.
Hernández García et al. (2017)	Absentismo, y factores asociados, en las citas programadas de una consulta externa de Medicina Preventiva	MEDLINE	Estudo transversal	A detecção de certos fatores associados (idade, país de nascimento, hora da consulta, motivo da consulta - vacinação de pacientes com insuficiência renal crônica -- e dia da semana) tornou possível planejar medidas de melhoria com a necessidade de modificar a situação

				de absenteísmo.
Miranda (2017)	A implantação de aplicativo para acompanhamento de consultas e exames como estratégia para diminuir o absenteísmo dos usuários no município de Caruaru- PE	LILACS	Intervenção	A Secretaria Executiva de Regulação do município adotou ações para acompanhamento do absenteísmo e através de contato telefônico com os usuários faltosos descobriu que o fenômeno é multicausal, sendo um dos motivos de ausência, a falta de comunicação com o usuário.
Bittar et al. (2016)	Absenteísmo em atendimento ambulatorial de especialidades no estado de São Paulo	Google Scholar	Descritiva	Entre as causas encontram-se aquelas ligadas a fatores socioeconômicos e comportamentais, exigindo que diferentes categorias profissionais trabalhem em equipe, além de propostas estruturadas e uso intensivo de tecnologia de comunicação.
Foltz (2016)	Enfrentamento do absenteísmo no centro de especialidades médicas e odontológicas de Araucária/PR	Google Scholar	Quantitativa	As ações necessárias para a efetiva redução das faltas dos pacientes envolvem medidas complexas e variadas, nos níveis estratégico, tático e operacional, com a implantação de estratégias focais e sistêmicas, e de

				<p>de sistemas de avaliação e monitoramento.</p>
Rocha (2015)	<p>Regulação assistencial ambulatorial no Município do Rio de Janeiro, RJ: efeitos da inserção da APS na regulação</p>	LILACS	Análise comparativa	<p>A redução dos tempos de espera resultaram de um conjunto diversificado de medidas tomadas pela SMS do Rio de Janeiro. As mudanças na regulação melhoraram sua qualidade e foram mais efetivas para redução de tempos de espera quando acompanhadas do aumento da oferta de vagas.</p>
Torezani (2015)	<p>Estudo sobre as faltas às consultas e seus motivos: uma análise da comunidade Sete Anões – Mesquita/RJ</p>	Google Scholar	Qualitativo	<p>Dentre os problemas encontrados estão diferenças culturais e hábitos locais, treinamento escasso de agentes comunitários de saúde e falhas no sistema de marcações.</p>
Jabalera Mesa et al. (2015)	<p>Factores determinantes y coste económico del absentismo de pacientes en consultas externas de la Agencia Sanitaria Costa del Sol</p>	MEDLINE	Estudo observacional, multicêntrico de casos e controles	<p>As principais razões para o absenteísmo são evitáveis e intervenções como procedimentos de comunicação aprimorados ou sistemas de lembretes de compromissos podem ser benéficos.</p>



Albieri et al. (2015)	Agilidade no acesso do cidadão a partir da gestão de fila de espera da atenção especializada ambulatorial: em busca da melhoria da eficácia da rede de atenção à saúde	Google Scholar	Pesquisa-ação	A soma de diferentes ações como implementação de ferramentas de gestão, contratualização com prestadores, aperfeiçoamento de processos de trabalho e renovação das estratégias nos vale de resultados positivos diante da ampliação da oferta de serviços e redução da fila de espera.
-----------------------	--	----------------	---------------	--

Fonte: Autores (2021).

As principais causas de absenteísmo de consultas e exames especializados agendados, de acordo com a leitura dos artigos selecionados para esta revisão integrativa, são as barreiras socioculturais (20,63%), tempo de espera e problemas de comunicação (15,87%), respectivamente (Tabela 2).

**Tabela 2** – Frequência das principais causas de absenteísmo de pacientes em consultas e exames agendados de acordo com os estudos da revisão integrativa entre 2015 e 2020.

<b>Causas de absenteísmo de pacientes em consultas e exames agendados</b>	<b>Frequência (%)</b>
<b>Barreiras socioculturais (obrigações trabalhistas e/ou escolares, diferenças culturais e hábitos locais, dia/horário da semana do agendamento)</b>	20,63%
<b>Tempo de espera</b>	15,87%
<b>Problemas de comunicação</b>	15,87%
<b>Esquecimento</b>	11,11%

<b>Barreiras econômicas (custeio para alimentação e/ou transporte até o local da consulta/exame)</b>	11,11%
<b>Melhora do quadro de saúde</b>	4,76%
<b>Dependência de um familiar</b>	4,76%
<b>Organização da agenda e disponibilidade de vagas para consultas e exames</b>	4,76%
<b>Escassez de recursos tecnológicos nos estabelecimentos de saúde</b>	4,76%
<b>Problemas técnico funcionais e/ou falhas no sistema de marcações</b>	3,17%
<b>Treinamento escasso do agente comunitário de saúde (ACS) quanto ao acompanhamento e lembrete dos agendamentos aos usuários</b>	1,59%
<b>Influência política na gestão nos estabelecimentos de saúde</b>	1,59%

Fonte: Autores (2021).

Diante disso, tem-se que a maioria das causas do não comparecimento de usuários em consultas e exames agendados pode ser evitada (Farias et al., 2020; Rocha, 2015; Jabalera Mesa & Asencio, 2015). Estratégias para o enfrentamento do absenteísmo devem, inicialmente, buscar manter os dados dos pacientes atualizados e dispor de maneiras efetivas de compartilhamento de informações com a rede de atenção à saúde, uma vez que problemas cadastrais e de comunicação constituem dificuldades para a compreender o que causam as das faltas, bem como o pleno desenvolvimento de ações de combate a esse problema (MAZZA et al., 2019).

É importante ter conhecimento das características e distribuição das faltas, visto que uma possível redução do absenteísmo de usuários pode implicar na passagem de faltas para cancelamentos (BRIATORE et al., 2019). Assim, as estratégias definidas devem considerar, além do sistema de saúde em si, os diversos atores envolvidos na atenção à saúde.

Os resultados desta pesquisa revelaram diversas estratégias que podem ser adotadas em razão do absenteísmo de pacientes em consultas e exames agendados, onde se destacam melhorias na comunicação e

lembretes dos usuários quanto aos agendamentos (21,05%), bem como o controle da fila de espera (13,16%) (Tabela 3).

**Tabela 3** – Estratégias propostas para o enfrentamento do absenteísmo de usuários em consultas e exames agendados pelos sistemas de saúde de acordo com os estudos da revisão integrativa entre 2015 e 2020.

<b>Estratégias para diminuir o absenteísmo de pacientes citadas nos estudos incluídos na revisão integrativa</b>	<b>Frequência (%)</b>
Melhorar a comunicação com os usuários e efetivar mecanismos de lembretes	21,05%
Reduzir/qualificar a fila de espera, além de promover o controle da fila através da abertura das agendas com antecedência	13,16%
Melhorar o acesso dos usuários, o que requer investimentos e esforços para identificar, sob a ótica dos usuários e profissionais, áreas prioritárias de atuação	10,53%
<i>Overbooking</i> (agendamento maior de pacientes, além da capacidade instalada)	7,89%
Definição/reestruturação de fluxos e protocolos. Ampliação da oferta de consultas/exames, bem como monitoramento dos indicadores e reprogramação permanente de ofertas com base nas necessidades de saúde das regiões	7,89%
Maior frequência de visitas dos ACSs, visando o acompanhamento desse profissional antes e pós-consulta	5,26%
Criação de central de confirmação de agendamento ( <i>call center</i> )	5,26%
Evitar agendamentos coincidentes em horários e datas; agendamento automático	5,26%
Melhor acompanhamento pelas equipes da Atenção Básica	2,63%
Implementação do método Acesso Avançado para organização de agenda em unidades de saúde na Atenção Primária à Saúde que prega a máxima “Faça hoje o trabalho de hoje!”	2,63%
Uso de telessaúde, para qualificar o atendimento	2,63%

Sistemas integrados a Atenção Básica e Central de Regulação	2,63%
Empoderamento do usuário	2,63%
Penalizações como o impedimento de remarcações automáticas dos pacientes faltosos, ocorrendo o agendamento somente em caso de vaga de encaixe, melhora da ambiência dos equipamentos de saúde, capacitação de equipes de saúde, e educação em saúde	2,63%

Fonte: Autores (2021).

Vale ressaltar que a adoção de certas estratégias é importante para evitar mais de uma causa de absenteísmo de pacientes, por exemplo, a melhoria na comunicação possibilita evitar o esquecimento do agendamento, o que pouparia também gastos por ociosidade de recursos devido o não comparecimento aos procedimentos e, por fim, evitando reagendamentos, ou seja, fazendo com que o paciente não precise entrar novamente na fila de espera, prolongando ainda mais o seu tratamento.

## DISCUSSÃO

Os trabalhos selecionados para esta revisão integrativa apontam perdas de consultas e exames por absenteísmos sob diversas perspectivas. Contudo, alguns autores são enfáticos ao ressaltar que o absenteísmo é uma fonte de desperdícios de recursos financeiros, materiais e humanos (Farias et al., 2020, Beltrame et al., 2019; Siqueira, 2018; Miranda, 2017; Bittar et al., 2016).

De modo geral, o absenteísmo em consultas e exames especializados é multicausal. No entanto, em algumas especialidades as causas podem ser mais específicas. Beltrame et al. (2019) mostraram que a baixa taxa de absenteísmo nas consultas e exames podem ser justificadas pelo agravamento do quadro patológico já diagnosticado, bem como pela necessidade de rápida intervenção, como foi observado no caso especialidade médica cancerologista cirúrgico, cuja taxa de absenteísmo foi de apenas 26,4%. Em contrapartida, a consulta de fisioterapeuta geral foi a que teve a maior quantidade de faltas (75,8%) e, de acordo com a gerência da Central de Regulação, o absenteísmo se justifica por erros no registro de comparecimento, por limitações de locomoção em decorrência dos agravos da própria patologia e também, em alguns casos, pela melhoria nos sintomas.

O tempo de espera, bastante abordado nos estudos selecionados, desponta como um dos principais problemas envolvendo as perdas por absenteísmo de pacientes. De acordo com Siqueira (2018), obtém-se maiores probabilidades de absenteísmos em procedimentos que ultrapassam os 60 dias de espera. Nesse sentido, ao adotar medidas como o controle da fila de espera, conforme foi observado no trabalho de Bittar et al. (2016), através da abertura das agendas com antecedência de 2 meses, deixar o

AME (Ambulatórios Médico de Especialidades) com o retorno no agendado e ligação para lembrar o paciente do procedimento, foram capazes de reduzir o número de pacientes em fila de espera de 2.815 (abril de 2014) para 313 (setembro de 2014) e o tempo de retorno passou de 120 dias para 40 dias.

Um dos estudos selecionados para a revisão integrativa versa sobre a implementação do método organizacional de agenda Acesso Avançado, elaborado por Murray e Tantau (2000). Também conhecido como “agendamento no mesmo dia”, permite aos pacientes buscarem e receberem cuidados primários de saúde de seu profissional de referência, no momento de sua necessidade, geralmente no mesmo dia. Tendo como máxima “Faça hoje o trabalho de hoje!”, a agenda então se permanece aberta e, conforme a demanda, seus horários são preenchidos diariamente.

Assim, a pesquisa realizada por Pires Filho et al. (2019) apresentou os resultados da implementação do Acesso Avançado, sendo observado uma diminuição do tempo médio de espera entre a procura do paciente à unidade de saúde e sua efetiva consulta, além de ter reduzido também o absenteísmo. Importante ressaltar que, embora os resultados sejam animadores, faz-se necessário investigar primeiramente o perfil populacional a fim de saber a respeito da aceitação quanto a introdução desse método.

Diminuir as filas de espera é importante, inclusive, para se combater outra causa de absenteísmo de pacientes, que é o esquecimento. Nesse sentido, quanto menor for o tempo esperando em fila, menor serão as chances de o usuário esquecer o agendamento. Estudos reforçaram ainda que estabelecer uma relação próxima entre o paciente e a unidade de saúde contribui para a redução no absenteísmo, de modo que acompanhamento do paciente de forma sistemática, verificando sua frequência a unidade, confirmando previamente os seus agendamentos e procedendo com adaptações nas confirmações não realizadas possibilitam reduzir a fila de espera (Albieri et al., 2015).

Essa proximidade deve ser ainda mais fortalecida ao se observar como outros fatores, mais subjetivos, tal como diferenças culturais e hábitos locais podem associar-se às faltas de pacientes. Logo, alguns autores observam a necessidade de que o ACS seja bastante presente no acompanhamento dos usuários, aumentando suas visitas, lembrando os pacientes dos procedimentos agendados, contribuindo para diminuir o esquecimento e, conseqüentemente, as taxas de absenteísmo.<sup>18,25</sup> Esse fato contribui, sobretudo, para um melhor acompanhamento pelas equipes da Atenção Básica, o que também fortalece a redução das faltas.

Obrigações trabalhistas e/ou escolares, dia/horário da semana do agendamento também incidem sobre as taxas de absenteísmo de pacientes. Desse modo, Hernández García (2018) chamam a atenção para a associação entre o dia da semana e as faltas, logo, intervenções para reduzir o absenteísmo devem observar essa relação.

Nitidamente, uma das principais estratégias utilizadas para reduzir as perdas geradas pelo absenteísmo é o reforço na comunicação, pois permite lembrar o agendamento e, assim, evitar o esquecimento do compromisso.

Ligações e envio de e-mails ou mensagens de texto evidentemente são bastante eficazes para garantir a comunicação com o paciente, embora Rodrigues et al. (2020) tenha observado que o lembrete por mensagens de texto via internet, realizada através do aplicativo *WhatsApp*, não contribuiu significativamente para uma redução do absenteísmo.

Jabalera Mesa (2015) cita a disponibilização de um número de contato direto para o cancelamento de procedimentos, que está impresso na nota de consultas do paciente. Nesse contexto, alguns autores elencam a criação de *call centers* como forma de garantir essa comunicação entre o serviço e os usuários (FOLTZ, 2016; ALBIERI et al., 2015).

Outra maneira encontrada para melhorar a comunicação, segundo Miranda (2017) é a implantação de aplicativo para *tablets* e *smartphones* que dispõe de uma interface com o sistema INFOCRAS, permitindo que o usuário acompanhe em tempo real suas solicitações de agendamento. Os resultados dessa pesquisa, que contou com a parceria da Regulação com o setor de Tecnologia da Informação (TI), mostraram achados promissores, onde no primeiro mês após a divulgação do APP foi observado que a taxa de absenteísmo caiu de 40% para 4%.

Claramente o fortalecimento dos centros reguladores contribui para o controle do absenteísmo, bem como das filas de espera. Diante da sua capacidade de intervir nos processos de prestação de serviços, pode-se afirmar que a regulação assistencial se configura como um importante instrumento para a melhoria no acesso, pois a partir do amplo conhecimento de suas potencialidades é possível traçar estratégias que promovam o acesso dos usuários ao SUS de forma equânime (ROCHA, 2015).

Por outro lado, barreiras econômicas (custeio para alimentação e/ou transporte até o local da consulta/exame), bastante abordadas pelos estudos sobre o absenteísmo de pacientes, cuja realidade reflete como aspectos relacionados às políticas públicas podem contribuir para dificuldades no acesso aos serviços de saúde agravando, assim, as taxas de absenteísmo de usuários. Ainda assim, outros autores apontam a importância em se identificar as necessidades de atenção à saúde por meio da regulação médica e adoção de protocolos clínicos de regulação (CAMPOVILLE, 2019; SIQUEIRA, 2018; ROCHA, 2015).

Cavalcanti et al. (2018) analisaram os desafios diretos e indiretos que podem ser enfrentados pela regulação, ou seja, considerando os níveis político e técnico. Para os autores, os desafios a nível político (indiretos) podem ser enfrentados conforme a regulação apresentar avanços consideráveis quanto os desafios a nível técnico (direto). Para tal, habilidades no planejamento e execução de um plano estratégico são fundamentais para subsidiar com maior precisão o nível político.

Diante do exposto, enfatiza-se que é fundamental existir uma agenda estratégica em que as gestões das regulações estejam atentas para agir intra e intersetorialmente, buscando pactuar ações que favoreçam uma maior eficiência e eficácia da oferta de procedimentos especializados. (Cavalcanti et al., 2018).

Portanto, considera-se que a integração entre Atenção Primária e especializada deve ser abordada como uma medida estratégica no enfrentamento de diversos desafios do setor de regulação, especialmente por parte de secretários de saúde e seu grupo de assessoramento direto, que estão na dimensão política (CAVALCANTI et al., 2018).

## CONCLUSÃO

Os debates acerca das perdas por absenteísmo de consultas e exames especializados, bem como as estratégias adotadas para reduzir essa problemática precisam ser ampliados para que essa questão seja abordada como possibilidade de estruturação do processo de trabalho das equipes, dos serviços, bem como da própria regulação em saúde na perspectiva de minimizar o absenteísmo, uma vez que suas causas são um quadro diversificado e complexo nos vários tipos de atenção.

Foi possível concluir que os estudos sobre essa temática chamam a atenção para a importância de envolver a rede de atenção como um todo para que medidas mais complexas e variadas, nos níveis estratégico, tático e operacional, com a implantação de estratégias tanto focais quanto sistêmicas, bem como a incorporação de sistemas de avaliação e monitoramento sejam buscadas para sanar a problemática do absenteísmo no acesso a atendimentos agendados.

Acredita-se que, provavelmente, a melhor estratégia para reduzir as perdas por absenteísmo de pacientes deve partir de uma abordagem estratégica mista, promovendo sistemas de lembretes de acordo com as necessidades da população envolvida, facilitando cancelamentos sempre que necessário, primando pela qualidade na comunicação, considerando os aspectos dos diferentes atores desse processo e não somente as perspectivas do sistema de saúde.

Em síntese, sinalizamos a importância em se desenvolver estudos posteriores sobre o tema em face da sua relevância para o bom funcionamento de uma rede de saúde integrada, os quais permitirão melhor detectar as fragilidades do sistema de saúde e, assim, suprimi-las e/ou mitigá-las.

## REFERÊNCIAS

Albieri, F. A. O., André, L. D. S., Malaquias, A. K., Moreira, R. A., Filipi Jr, J., & Puccini, P. T. (2015). *Agilidade no Acesso do Cidadão a Partir da Gestão da Fila de Espera da Atenção Especializada Ambulatorial em Busca da Melhoria da Eficácia da Rede de Atenção à Saúde*. <https://pesquisa.bvsalud.org/ses/resource/pt/sms-10224>

Beltrame, S. M., Oliveira, A. E., Santos, M. A., & SantosNeto, E. T. (2019). Non-attendance as a factor of waste: challenge for SUSTAINABILITY in a universal health system. *Saúde debate*, 43(123):1015-30.

<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912303>

Bittar, O. J., Magalhães, A., Martines, C. M., Felizola, N. B., & Falcão, L. H. (2016). Absenteísmo em atendimento ambulatorial de especialidades no estado de São Paulo. *BEPA. Boletim epidemiológico paulista*, 13(152):19-32. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/ses-34318>

Briatore, A., Tarsetti, E. V., Latorre, A., Quirós, F. G. B., Luna, D., Fuentes, N. A., Elizondo, C. M., Baum, A., Alonso Serena, M., Giunta, D. H. (2019). Causes of appointment attendance, nonattendance, and cancellation in outpatient consultations at a university hospital. *International Journal of Health Planning and Management*, 35(1):207-220. <https://doi.org/10.1002/hpm.2890>

Campoville, J. M. (2019). *Estudo sobre absenteísmo em ambulatórios médicos Especializados no interior de São Paulo* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Odontologia de Piracicaba da Universidade Estadual de Campinas]. [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOS/IP/335125/1/Campoville\\_JussaraMoraesHatae\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOS/IP/335125/1/Campoville_JussaraMoraesHatae_M.pdf)

Cavalcanti, R. P., Cavalcanti, J. C. M., Serrano, R. M. S. M., & Santana, P. R. (2013). Absenteísmo de consultas especializadas nos sistemas de saúde público: relação entre causas e o processo de trabalho de equipes de saúde da família, João Pessoa – PB, Brasil. *Revista Tempus, Actas de Saúde Coletiva*, 18(2):63-84. <https://doi.org/10.18569/tempus.v7i2.1344>

Cavalcanti, R. P., Cruz, D. F., & Padilha, W. W. (2018). Desafios da Regulação Assistencial na Organização do Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, 22(2):181-8. <https://doi.org/10.4034/RBCS.2018.22.02.12>

Costa, C. F. S., Duarte, P. M., & Vaghetti, H. H. (2018). Absenteísmo em consultas especializadas referenciadas por unidade básica saúde da família: estudo de caso. *Revista Saúde (Sta. Maria)*, 44(1):1-10. <https://doi.org/10.5902/2236583420922>

Cruz, D. F., Cavalcanti, R. P., Lucena, E. H., & Padilha, W. W. (2018). A regulação da atenção à saúde bucal e o absenteísmo: cenários e possibilidades. *REFACS*, 6(2):228-237. <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/2820>.

Farias, C. M., Giovanella, L., Oliveira, A. E., & Santos Neto, E. T. (2019). Tempo de espera e absenteísmo na atenção especializada: um desafio para os sistemas universais de saúde. *Saúde debate*, 43(5):190-204. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S516>

Farias, C. M., Moraes, L., Esposti, C. D., & Santos Neto, E. T. (2020).



Absenteísmo de usuários: barreiras e determinantes no acesso aos serviços de saúde. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 15(42):2239. [https://doi.org/10.5712/rbmfc15\(42\)2239](https://doi.org/10.5712/rbmfc15(42)2239)

Fenili, R., Silva, C. F., Silva, R. A., Taffarel, V. R. F., & Correa, C. E. G. (2017, 4 a 6 de setembro). *Avaliação da confirmação de agendamento prévio, como ferramenta de gestão para redução das taxas de absenteísmo*. [Anais]. 1º Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público, Florianópolis, Brasil. <http://cidesp.com.br/index.php/lcidesp/1cidesp/paper/view/198/113>

Foltz L. (2016). *Enfrentamento do absenteísmo no centro de especialidades Médicas e odontológicas de Araucária/PR* [Especialização em Gestão em Saúde da Universidade Federal do Paraná]. <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/51693/R%20-%20E%20-%20LUCAS%20FOLTZ.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. UEC.

Guroi-Urganci, I., Jongh, T., Vodopivec-Jamsek, V., Atun, R., & Car, J. (2013). Mobile phone messaging reminders for attendance at healthcare appointments. *Cochrane Library*, 12(CD007458). <https://doi.org/10.1002/14651858.CD007458.pub3>

Hasvold, P. E., & Wootton, R. (2011). Use of telephone and SMS reminders to improve attendance at hospital appointments: a systematic review. *Journal of Telemedicine and Telecare*, 17(7):358-64. <https://doi.org/10.1258/jtt.2011.110707>

Hernández García, I., Chaure Pardos, A., Moliner Lahoz, J., Prieto Andrés, P., Mareca Doñates, R., Giménez Júlvez, T., López Mendoza, H., García Montero, J. I., & Aibar Remón, C. (2018). Absentismo, y factores asociados, en las citas programadas de una consulta externa de Medicina Preventiva. *Journal of Healthcare Quality Research*, 33(2):82-87. <https://doi.org/10.1016/j.cali.2017.12.006>

Jabalera Mesa, M. L., Asencio, J. M. M., Ruiz, F. R. (2015). Factores determinantes y coste económico del absentismo de pacientes en consultas externas de la agencia sanitaria costa del sol. *Anales Sis San Navarra*, 38(2):235-245. <https://dx.doi.org/10.4321/S1137-66272015000200007>

Jandrey, C. M., & Drehmer, T. M. (2000). Absenteísmo no atendimento clínico-odontológico: o caso do Módulo de Serviço Comunitário (MSC) do Centro de Pesquisas em Odontologia Social (CPOS) - UFRGS. *Revista da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre*, 40(2):24-8. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23787/000269159.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Mazza, T.O., Ferreira, G. S., Picoli, R. M., & Costa, A. L. (2019). Fatores do absenteísmo em primeira consulta num ambulatório de oncologia em um Hospital Universitário. *Medicina (Ribeirão Preto, Online.)*, 52(1):24-33. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v52i1p24-33>

Mendes, K.D.S, Silveira, R.C.C.P., & Galvão, C.M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, 17(4): 758-64. <https://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>

Miranda, T. P. (2017). *Implantação de aplicativo para acompanhamento de consultas e exames como estratégia para diminuir o absenteísmo dos usuários no Município de Caruaru-PE* [Especialização em Saúde Pública da Escola de Saúde Pública de Pernambuco]. [https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/10/1121412/tamine-poliane-da-mota-miranda\\_15305\\_assignsubmission\\_file\\_tam\\_dZIMq8G.pdf](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/10/1121412/tamine-poliane-da-mota-miranda_15305_assignsubmission_file_tam_dZIMq8G.pdf)

Minayo, M. C. S. (1994). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Maria Cecília de Souza Minayo (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis: Vozes.

Murray, M., & Tantau, C. (2000). Same-day appointments: exploding the access paradigm. *Family Practice Management*, 8:45-50. <https://www.aafp.org/fpm/2000/0900/p45.html>

Oleskovicz, M., Oliva, F. L., Grisi, C. C., Lima, A. C., & Custódio, I. (2014). Técnica de overbooking no atendimento público ambulatorial em uma unidade do Sistema Único de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 30(5):1009-17. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00158612>

Pires Filho, L. A. S., Azevedo Marques, J. M., Duarte, N. S. M., & Moscovici L. (2019). Acesso Avançado em uma Unidade de Saúde da Família do interior do estado de São Paulo: um relato de experiência. *Saúde debate*, 43(121):605-13. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912124>

Rocha, A. P. (2015). *Regulação Assistencial Ambulatorial no município do Rio de Janeiro - RJ: efeitos da inserção da APS na Regulação* [Dissertação de Mestrado em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca]. <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/14196/1/94.pdf>

Rodrigues, G. R., Anhoque, C. F., Vasconcelos, K. A., Santos Neto, E. T., Sadovsky, A. D. I., & Zandonade, E (2020). Impacto das mensagens de texto para redução do absenteísmo às consultas especializadas: um estudo aleatorizado. *Revista cubana de información en ciencias de la salud*, 31(3):



**Daniele dos Santos Lages**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Bárbara Malaman Kerr**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Isabela de Caux Bueno**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Eyleen Nabyla Alvarenga Niitsuma**

Professora do Instituto Federal de Educação do Norte de Minas Gerais (IFNMG)

**Sarah Lamas Vidal**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Escola de Enfermagem da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Gabriel Correia Saturnino Reis**

Graduando em Enfermagem, Escola de Enfermagem da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Tabatha Amanda Cerqueira de Carvalho**

Graduando em Enfermagem, Escola de Enfermagem da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**Francisco Carlos Félix Lana**

Professor Titular, Escola de Enfermagem da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

## RESUMO

**Objetivo:** Descrever e classificar a proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico e na alta por cura em Minas Gerais, de 2008 a 2018. **Materiais e métodos:** Estudo ecológico realizado no estado de Minas Gerais, avaliando casos novos notificados entre 2008 e 2018. Excluiu-se casos de recidiva ou erro diagnóstico. A variável independente do estudo foi composta pelas proporções de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física (GIF) avaliado no diagnóstico e na alta por cura, a dependente, foi o ano do diagnóstico. Utilizou-se dados secundários obtidos pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação. A organização, tratamento e análise descritiva dos dados foram realizados no *Software Microsoft® Excel 2016*. Para a mensuração dos resultados, usou-se os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde. **Resultados:** Na avaliação do GIF no momento do diagnóstico, os cálculos dos indicadores mostraram que a proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico apresentou tendência linear decrescente. No que diz respeito à alta, o indicador da proporção de casos curados com grau de incapacidade física avaliado no ano de avaliação mostrou que em 2008 o serviço foi parametrizado como “Regular” e teve

tendência decrescente na proporção atingindo o parâmetro de “Precário” em 2017 e 2018. **Conclusão:** Faz-se necessário ações de capacitação em hanseníase para os profissionais de saúde para que assim a avaliação do GIF do paciente tanto no diagnóstico quanto na alta seja ação de rotina.

**Palavras-chave:** Hanseníase; Doenças Negligenciadas; Epidemiologia.

## INTRODUÇÃO

A hanseníase é uma enfermidade causada pelo *Mycobacterium leprae*, que possui longo período de incubação, o que acarreta na lenta progressão da doença (JOPLING, 1983). Além disso, seu tropismo por células nervosas e periféricas faz com que a doença possua elevado potencial incapacitante (FISHER, 2017).

A enfermidade atinge cerca de um milhão e meio de indivíduos no mundo inteiro, sendo estimado que em média dois a três milhões de pessoas convivem com incapacidades físicas decorrentes de um diagnóstico tardio da doença (PINHEIRO, et al. 2017). Em 2019, duzentos mil casos novos foram diagnosticados ao redor do mundo, sendo que 5% já possuíam incapacidades físicas visíveis no momento em que foram diagnosticados (WHO, 2021).

Apesar das estratégias globais focadas na tentativa de eliminação da hanseníase como problema de saúde pública (menos de um caso por 10 mil habitantes) e mais recentemente, focada em interromper a cadeia de transmissão com zero casos autóctones, ainda existem diversos países com alta carga para a doença (WHO, 2021).

Entre eles, tem-se o Brasil, segundo colocado em número de casos novos, apresentando uma taxa de grau 2 de incapacidade física no diagnóstico de 12,7 casos por 1 milhão de habitantes em 2009 e 10,08 por 1 milhão de habitantes em 2018, porém a distribuição da hanseníase em solo brasileiro não se dá de forma homogênea (BRASIL, 2020).

Diante a esse quadro, estabeleceu-se uma Estratégia Nacional de Enfrentamento à Hanseníase a fim de se alcançar as metas globais, entre elas, a redução de casos de hanseníase com incapacidade física grau 2 (BRASIL, 2020). Em Minas Gerais, nos últimos oito anos, a média de diagnósticos anuais de hanseníase foi de 1400 casos novos/ano, porém nota-se um aumento de casos sendo diagnosticados com alguma incapacidade física, tendo representado 12% dos casos de 2017 (MINAS GERAIS, 2019).

Por possuir uma evolução lenta, quando há um diagnóstico de hanseníase com incapacidades físicas já estabelecidas é possível inferir que este foi realizado de modo tardio, trazendo consequências físicas e psicológicas que afetam a vida do indivíduo (DAS, et al. 2020). Além disso, o diagnóstico tardio pode corroborar com a perpetuação da cadeia de transmissão da doença (FRANCISCO; SILVA; PASCHOAL; NARDI, 2019).

Tais incapacidades ocorrem devido à afinidade do *Mycobacterium leprae* pelas células de Schwann nas bainhas nervosas, que, ao longo da contaminação, pode gerar um processo inflamatório e consequente pressão

intraneural, ocasionando danos a nervos motores e sensoriais levando à uma polineuropatia progressiva (FISHER, 2017).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2016), a evolução de uma incapacidade física em hanseníase pode ser classificada por grau 0, 1 ou 2, onde o grau 2 determina aquelas incapacidades mais severas, já visíveis na face e extremidades, o grau 1 é um nível intermediário onde as incapacidades estão restritas à diminuição motora e sensorial e, por fim, o grau 0 é determinado quando o paciente não possui nenhuma alteração de sensibilidade ou força muscular em face ou extremidades.

Nessa ótica, avaliar o grau de incapacidade física no momento do diagnóstico e na alta por cura é fator importante na prevenção de agravos e controle da cadeia de transmissão da doença (MINAS GERAIS, 2019). Sendo assim, a efetividade do serviço de saúde em diagnosticar precocemente e garantir o tratamento, bem como o acompanhamento até a alta por cura, reflete a qualidade do atendimento (MINAS GERAIS, 2019).

Apesar dos esforços para conter as incapacidades físicas, Minas Gerais ainda apresenta elevadas taxas nesse âmbito (MINAS GERAIS, 2019), portanto, o presente estudo visa compreender de maneira mais significativa o cenário dos serviços de saúde de Minas Gerais perante o manejo e controle das incapacidades físicas justificando, assim, sua relevância para a prática epidemiológica, científica bem como para o estabelecimento de políticas públicas voltadas para o controle de tal.

Com isso, questiona-se em qual parâmetro de qualidade está a atuação dos serviços de saúde ao avaliar o grau de incapacidade física e classificar os casos novos e aqueles que receberam alta, partindo da hipótese de que os serviços não estão agindo como o esperado.

Assim, o presente estudo tem por objetivo descrever e classificar a proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico e na alta por cura em Minas Gerais, de 2008 a 2018.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Para o desenvolvimento do estudo optou-se pelo método epidemiológico do tipo ecológico realizado com casos novos de hanseníase diagnosticados em Minas Gerais, de 2008 a 2018.

Os anos posteriores à 2019 não foram inclusos no estudo devido à ocorrência da pandemia do COVID-19, que afetou o funcionamento dos serviços de saúde e, conseqüentemente, as ações de controle e enfrentamento da hanseníase, o que impactaria na obtenção de um resultado fidedigno da realidade da efetividade dos serviços de saúde no cenário estudado (TUCKER; CRUZ; DUCK; TIMALSINA, 2020).

O cenário de estudo foi o estado de Minas Gerais, localizado na região sudeste do país, que foi selecionado por ser um local que apresenta alto risco para a ocorrência da hanseníase com registros de detecção em menores de 15 anos e a permanência de municípios silenciosos (MINAS GERAIS, 2019), sendo que, segundo dados do Ministério da Saúde, dos 853

municípios do estado, 285 encontram-se silenciosos (BRASIL, 2020).

Foram incluídos no estudo todos os casos novos de hanseníase diagnosticados no estado de Minas Gerais entre 2008 e 2018 e notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) com modo de entrada do tipo “caso novo”. Excluiu-se aqueles casos que foram classificados como recidiva ou erro diagnóstico.

Foram realizados dois cálculos de proporção (QUADRO 1), um sendo a proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico, onde o numerador foi composto pelo número de casos novos de hanseníase com o grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico, residentes em determinado município e detectados no ano da avaliação (BRASIL, 2020b). Já o denominador se deu pelo número de casos novos de hanseníase, residentes e diagnosticados no mesmo município (BRASIL, 2020b). Por se tratar de uma proporção, adotou-se o 100 como fator de multiplicação (BRASIL, 2020b).

O segundo cálculo foi voltado para a avaliação da proporção que diz respeito ao momento da alta por cura, utilizou-se a proporção de casos curados com grau de incapacidade física avaliado no ano de avaliação (BRASIL, 2020b). Neste, o numerador foram os casos curados no ano de avaliação com o grau de incapacidade física avaliado por ocasião da cura, residentes em determinado município, e o denominador, o total de casos curados no ano de avaliação, o fator de multiplicação permaneceu sendo 100 (BRASIL, 2020b).

Quadro 1: Indicadores utilizados no estudo para o monitoramento da hanseníase e avaliação da qualidade dos seus serviços.

---

**Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico**

---

<b>FUNÇÃO</b>	Medir a qualidade do atendimento nos serviços de saúde.
<b>CONSTRUÇÃO</b>	Numerador: Casos novos de hanseníase com o grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico, residentes em determinado local e detectados no ano da avaliação. Denominador: Casos novos de hanseníase, residentes no mesmo local e diagnosticados no ano de avaliação.
<b>FATOR DE MULTIPLICAÇÃO</b>	x100
<b>PARÂMETRO</b>	- Bom: $\geq 90,0\%$ - Regular: 75,0% a 89,9% - Precário: $< 75\%$

---

**Proporção de casos curados com grau de incapacidade física avaliado no ano de avaliação**

---

<b>FUNÇÃO</b>	Avaliar a transcendência da doença e subsidiar a programação de ações de prevenção e tratamento de incapacidades pós-alta.
<b>CONSTRUÇÃO</b>	Numerador: Casos curados no ano de avaliação com o grau de incapacidade física avaliado por ocasião da cura, residentes em determinado local; Denominador: Total de casos curados no ano de avaliação, residentes no mesmo local.
<b>FATOR DE MULTIPLICAÇÃO</b>	x100
<b>PARÂMETRO</b>	- Bom: $\geq 90,0\%$ - Regular: 75,0% a 89,9% - Precário: $< 75\%$

Fonte: (BRASIL, 2020b); Elaboração própria.

A variável independente do estudo foi composta pelas proporções de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física (GIF) avaliado no diagnóstico e na alta por cura (BRASIL, 2020b), a dependente, por sua vez, foi o ano do diagnóstico.

A organização, tratamento e análise descritiva dos dados foram realizados no *Software Microsoft® Excel 2016*. Para a mensuração dos resultados, usou-se os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2020b), que através das proporções tem a capacidade de medir a qualidade do atendimento nos serviços de saúde classificando-os em “bom” ( $\geq 90,0\%$ ), “regular” (75,0 a 89,9%) ou “precário” ( $< 75,0\%$ ).

Os dados foram obtidos por mediação da Coordenação Estadual de Hanseníase da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) através da disponibilização do acesso ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação, local onde retirou-se os dados para realização deste estudo, sob a condição de assinatura de Termo de Compromisso garantindo sigilo e responsabilidade para com os dados obtidos.

Esta pesquisa integra o projeto intitulado “Análise Epidemiológica da Hanseníase no estado de Minas Gerais”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Hanseníase (NEPHANS) da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (COEP) da UFMG, sob o parecer nº: 490.456, CEP UFMG - CAAE 248993137.0000.5149.

## RESULTADOS

Entre 2008 e 2018, em Minas Gerais foram diagnosticados 15.223 novos casos de hanseníase, desses, aproximadamente 5% não foram avaliados acerca do GIF no momento do diagnóstico. Em contrapartida, neste mesmo período, houve 12.969 altas por cura e em cerca de 19% das vezes o paciente não teve o GIF avaliado.



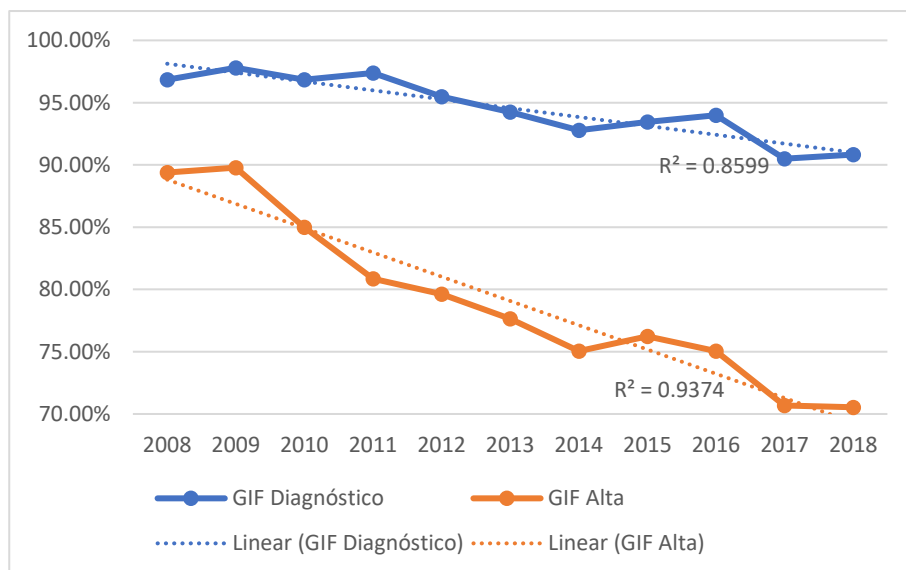
**Tabela 1:** Proporção de avaliação do grau de incapacidade física no momento do diagnóstico e na alta por cura, Minas Gerais, 2008 a 2018.

Indicador/Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico</b>											
	96,84%	97,80%	96,85%	97,39%	95,48%	94,25%	92,78%	93,45%	93,99%	90,50%	90,83%
<b>Parâmetro</b>	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom	Bom
<b>Proporção de casos curados com grau de incapacidade física avaliado na alta por cura</b>											
	89,40%	89,78%	84,99%	80,86%	79,62%	77,64%	75,05%	76,23%	75,05%	70,68%	70,54%
<b>Parâmetro</b>	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Precário	Precário

Fonte: SINAN/Coordenação Estadual de Hanseníase/SES-MG; Elaboração própria

Os resultados do estudo mostram, como indicado pela tabela 1 e reiterado pela figura 1, que houve uma queda na efetividade dos serviços no que diz respeito à proporção da realização da avaliação do GIF tanto no momento do diagnóstico, quanto na alta por cura.

Figura 1 - Avaliação do GIF no momento do diagnóstico e da alta por cura em Minas Gerais no período de 2008 a 2018.



Fonte: SINAN/Coordenação Estadual de Hanseníase/SES-MG; Elaboração própria

Na avaliação do GIF no momento do diagnóstico, os cálculos dos

indicadores mostraram que a proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico, apesar de manter um parâmetro definido como “Bom”, estando sempre acima de 90,0%, apresentou tendência linear decrescente, partindo de 96,84% em 2008 para 90,83% em 2018, e tendo menor valor no ano de 2017, com 90,50%.

No que diz respeito à alta, o indicador da proporção de casos curados com grau de incapacidade física avaliado no ano de avaliação apresentou maior inclinação da tendência linear decrescente, estando sempre com valores abaixo da proporção citada anteriormente.

Nota-se que em 2008 o serviço foi parametrizado como “Regular”, com 89,40%, atingiu seu valor mais elevado em 2009 com 89,78%, ainda se mantendo no mesmo parâmetro, na sequência iniciou-se uma queda na proporção, atingindo o parâmetro de “Precário” em 2017, com 70,68% e decrescendo ainda mais em 2018, ano que apresentou valor mais baixo, com 70,54%.

## DISCUSSÃO

Com este estudo, foi possível notar, através da proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico e na alta por cura, que o estado de Minas Gerais apresentou uma queda na qualidade do serviço de saúde no que tange à avaliação do GIF na alta. Além disso, apesar de se ter um serviço classificado com “Bom” na avaliação do GIF no diagnóstico, houve uma piora neste indicador no decorrer dos anos avaliados.

Por ter sido um estudo realizado por meio de dados secundários, existe uma limitação no que trata da possibilidade de erros na entrada dos dados no sistema, bem como a avaliação seguida de não inclusão dos dados.

Porém, com os dados disponíveis que foram analisados, foi possível avaliar um fator de relevância para as Ações de Controle da Hanseníase no estado, haja vista que a proporção de casos novos de hanseníase com grau de incapacidade física avaliado no diagnóstico e na alta por cura são fatores que influenciam na permanência da cadeia de transmissão da doença (MINAS GERAIS, 2019).

Avaliar o paciente no momento da alta por cura é fator preconizado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2016), e ainda assim, estudos realizados no Paraná (GOIABEIRA, et al., 2018) e no Maranhão (AQUINO; SANTOS; COSTA, 2003), por exemplo, também indicam que a maioria dos casos não são avaliados quanto à GIF no momento da alta, evidenciando a falta de continuidade da assistência prestada aos indivíduos afetados pela hanseníase e precariedade dos serviços nesse aspecto, assim como em Minas Gerais.

Apesar de estar categorizado como um bom serviço na avaliação do grau de incapacidade física no momento do diagnóstico, a tendência decrescente deste indicador deve ser um fator a ser analisado, isso porque a avaliação do GIF pode prevenir e em alguns casos, reverter danos causados

pelo acometimento neural, logo, a avaliação inicial precisa ser de excelência (PIMENTEL, 2003).

As tendências decrescentes em ambos os indicadores em conjunto com as altas taxas de GIF observadas no estado, podem ser reflexo da falta de capacitação dos profissionais de saúde na realização das ações de controle da hanseníase. Há evidências que apontam que, em muitos casos, tais avaliações não são realizadas por terem sua relevância no enfrentamento da doença desconhecida por estes profissionais (GOIABEIRA, et al., 2018). Os indicadores de proporção que avaliam a incapacidade possuem grande relevância para guiar as ações de enfrentamento, uma vez que um dos propósitos da Estratégia Global para Hanseníase é justamente evitar a ocorrência de incapacidades físicas (WHO, 2021). Deste modo, a queda na avaliação de incapacidades indica que os serviços estão menos estruturados, com declínio da capacidade operacional (BASSO; SILVA, 2015).

## CONCLUSÕES

Diante o exposto, são necessárias ações de capacitação em hanseníase para os profissionais de saúde para que assim a avaliação do grau de incapacidade física, tanto no diagnóstico, quanto na alta, seja uma ação de rotina na assistência prestada às pessoas afetadas pela hanseníase.

Além disso, a capacitação é essencial também no que diz respeito a uma avaliação de excelência bem como um registro fidedigno dos dados coletados.

Destaca-se o protagonismo do papel da enfermagem como potencial para agir na melhora dos indicadores avaliados tendo em vista que a avaliação do grau de incapacidade física, seja no diagnóstico ou na alta por cura, é um cuidado essencial ao paciente que possui hanseníase e que o cuidar é o foco da enfermagem.

Não obstante, tais avaliações possuem maiores oportunidades de ocorrer nos serviços de Atenção Primária à Saúde, local onde a enfermagem possui um dos papéis de maior protagonismo.

## FONTE DE FINANCIAMENTO

Esta pesquisa não recebeu financiamento. Porém, é apoiada pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

## REFERÊNCIAS

AQUINO, C.M.D.; SANTOS, S.J.; COSTA, L.M.J. Avaliação do programa de controle da hanseníase em um município hiperendêmico do Estado do Maranhão Brasil. **Cad Saúde Pública** 2003 janeiro - fevereiro; 19(1):119-25.

BASSO, M. E. de M.; SILVA, R. L. F. da. Perfil clínico-epidemiológico de

pacientes acometidos pela hanseníase atendidos em uma unidade de referência. **Rev Soc Bras Clin Med**. 2017 jan-mar;15(1):27-32.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Diretrizes para vigilância, atenção e eliminação da hanseníase com problema de saúde pública**: manual técnico-operacional. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Estratégia Nacional para Enfrentamento da Hanseníase 2019-2022**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Boletim Epidemiológico: Hanseníase 2020**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020b.

DAS N.K. et al. A quality of life study of patients with leprosy attending the dermatology OPD of a tertiary care center of Eastern India. **Indian J Dermatol** 2020; 65:42-46.

FISCHER, M. Leprosy - an overview of clinical features, diagnosis, and treatment. **Jddg: Journal der Deutschen Dermatologischen Gesellschaft**, [S.L.], v. 15, n. 8, p. 801-827, ago. 2017. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/ddg.13301>.

FRANCISCO, L. L.; SILVA, C. F. G. da; PASCHOAL, V. D. A.; NARDI, S. M. T.. Estimativa da prevalência oculta da hanseníase em município do interior do Estado de São Paulo. **Arquivos de Ciências da Saúde**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 89, 15 nov. 2019. Faculdade de Medicina de Sao Jose do Rio Preto - FAMERP. <http://dx.doi.org/10.17696/2318-3691.26.2.2019.1643>.

GOIABEIRA, Y. N. L de A. et al. PROGRAMA DE CONTROLE DA HANSENÍASE EM CAPITAL HIPERENDÊMICA: uma avaliação operacional. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S.L.], v. 32, n. 25144, p. 1-9, 4 abr. 2018. **Revista Baiana de Enfermagem**. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v32.25144>.

JOPLING, W. H. Tradução de Lucio Bakos. **Manual de Lepra**. Atheneu: Rio de Janeiro- São Paulo, 1983.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais – Coordenadoria Estadual de Controle da Hanseníase. **Plano de Enfrentamento da Hanseníase em Minas Gerais, 2019-2022**. Belo horizonte: UFMG, 2019.

PIMENTEL, M. I. F. et al. O exame neurológico inicial na hanseníase multibacilar: correlação entre a presença de nervos afetados com incapacidades presentes no diagnóstico e com a ocorrência de neurites francas. **Anais Bras Dermatol** 2003 setembro - outubro; 78(5):561-8.

PINHEIRO, M. G. C. et al. Compreendendo a “alta em hanseníase”: uma análise de conceito. **Revista Gaúcha de Enfermagem** [online]. 2017, v. 38, n.

04 [Acessado 30 Junho 2022], e63290. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.63290>>. Epub 07 Jun 2018. ISSN 1983-1447. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.04.63290>.

TUCKER, A.; CRUZ, A.; DUCK, M.; TIMALSINA, A.. Persons affected by leprosy and the COVID-19 global health crisis: a consultative calls report from gpzi's emergency response working group 2. **Leprosy Review**, [S.L.], v. 91, n. 4, p. 425-430, 1 dez. 2020. *Lepra*. <http://dx.doi.org/10.47276/lr.91.4.425>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global Leprosy (Hansen's disease) Strategy 2021–2030**. 2021. New Delhi: World Health Organization, Regional Office for South-East Asia; 2021. Licence: CC BY-NCSA 3.0 IGO

**Ana Paula Paixão Camargo da Silva**

Graduada no Curso de Enfermagem do  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Alessandra Rodrigues da França**

Graduada no Curso de Enfermagem do  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Carolina Mendes Brasil**

Graduada no Curso de Enfermagem do  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Stefani de Souza Vieira Santana**

Graduada no Curso de Enfermagem do  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Helena Portes Sava de Farias**

Docente no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é o estudo do empreendedorismo na saúde da mulher, utilizando como metodologia a revisão documental, tendo como objeto de pesquisa o instagram, buscando perfis de enfermeiras que atuam empreendendo na saúde da mulher. A enfermagem é caracterizada pelo exercício profissional em unidades de Atenção Básica e Atenção Hospitalar, contudo, após a aprovação do exercício profissional em 2018, outras perspectivas foram abertas para o enfermeiro, possibilitando a abertura de consultório e clínicas de enfermagem, estimulando o empreendedorismo de enfermeiros. A saúde da mulher é uma área com grande leque de oportunidade de empreender, visto que pode-se realizar consultas de pré-natal, realizar assistência ao parto hospitalar ou domiciliar, dentre outras autonomias e práticas que o enfermeiro pode fazer. Após a busca no instagram através das hastags enfermeira empreendedora, enfermeiro obstetra e parto humanizado, foi selecionados perfis para o estudo dos assuntos abordados na página, o número de seguidores e a forma de localização do perfil, através dos @ no instagram. Em relação ao empreendedorismo, foi pesquisados perfis de enfermeiras que atuam empreendendo em outras áreas como na estética, dermatologia, estomoterapeutas, consultoras em amamentação e enfermeiras que ensinam o empreendedorismo para enfermeiras. Os resultados obtidos da pesquisa foi a estratificação desses perfis relacionando os assuntos abordados. Concluímos que o empreendedorismo na saúde da mulher e na enfermagem no geral é um tema em ascensão e com grandes prospecções de crescimento e valorização da enfermagem.

**Palavras-chave:** enfermeira empreendedora; enfermeira obstetra; parto humanizado.

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objeto de investigação o empreendedorismo da enfermagem na saúde da mulher.

A motivação elucidada para escolha do tema surgiu através do desejo das integrantes do grupo em empreender na enfermagem e não seguir os mesmos caminhos tradicionais de enfermeiros atuantes em unidades de saúde.

A enfermagem historicamente é caracterizada pela concentração de trabalho em ambiente hospitalar e em unidades de Atenção Básica à Saúde, em sua maioria prestando serviços de assistência nas unidades de Atenção Básica exercendo outras funções como gerenciamento, consultas de enfermagem, tomando uma posição mais autônoma, referente à estrutura dos serviços de saúde (SANTOS, *et al*, 2019).

Com o avançar da tecnologia, as estruturas de trabalho estão se alterando, tornando-se mais competitivas e com grande dinamismo. Neste contexto, torna-se mais popular o conceito de empreendedorismo na saúde, o qual já é difundida em profissionais de saúde de outras áreas, como médicos, fisioterapeutas, psicólogos e nutricionistas e pouco apropriado dentre os profissionais de enfermagem (COLICHI, 2018).

Esta característica de não buscar um empreendimento na enfermagem, pode ser associada a falta de incentivos durante a graduação e contratação com a recente atualização do Conselho Federal de Enfermagem, a partir da Resolução Cofen nº 568/18, que determina a regulamentação e funcionamento de consultórios e clínicas de enfermagem, dando a possibilidade de empreender com respaldo da lei (COLICHI, 2018).

O campo do empreendedorismo na enfermagem é vasto e com muitas oportunidades, visto que é uma área pouco cobiçada pelos profissionais e com grande prospecção de mercado, de acordo com a demanda, sobretudo na área da saúde da mulher. Na enfermagem obstétrica o enfermeiro possui múltiplas possibilidades de empreendimentos (OLIVEIRA, *et al*, 2020).

Diante desse cenário, a questão norteadora da pesquisa é entender quais as formas de empreender na enfermagem da saúde da mulher?

Considerando a questão anteriormente apresentada, o objetivo deste trabalho é destrinchar as possibilidades de empreendimento na saúde da mulher, com ênfase na obstetrícia, descrevendo as funções que o enfermeiro pode exercer e as formas de empreender.

Este trabalho possui grande relevância, visto o alto crescimento de empreendimentos de enfermagem nos últimos anos, com aberturas de clínicas e consultórios e como se trata de um tema atual, na literatura não consta muitos estudos sobre a temática, necessitando de um enriquecimento de dados que só é possível através da pesquisa científica, podendo motivar

outros acadêmicos a seguirem esta área.

## METODOLOGIA

Para produção deste trabalho foi realizada uma revisão documental, buscando na base de dados do Instagram, utilizando as hashtags: Enfermeira empreendedora, Enfermeira obstetra, Parto humanizado. A busca foi realizada procurando estudar os seguintes aspectos: a área de atuação do enfermeiro, os serviços oferecidos, o número de seguidores do profissional e o público-alvo.

A revisão documental é parecida com a bibliográfica, porém difere na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições) existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas, etc. (GIL,2008)

Após o término do trabalho, ele será divulgado na apresentação de TCC da UNISUAM e em congressos de enfermagem, como CBCENF e Congresso de Saúde da Mulher.

A tabela 1 apresenta os perfis encontrados no Instagram a partir da pesquisa das hashtags parto humanizado, enfermeira obstetra e enfermeira empreendedora.

**Tabela 1** - Perfis do Instagram.

#Parto humanizado	#Enfermeira Obstetra	# Enfermeira empreendedora
@boraparis	@enfermeiraobstetrafernanda	@karinatrovarelli_curativos
@nascercarioca	@amamente_rio	@damasdalampada
@karlacoutinhoparteira	@enfermeiraobstetrica	@enfermeiraem.acao
@eujessicaenfermeira	@marinetediniz	@maeenfermeira
@partonormalhumanizado	@homebabyassessoria	@drcassiemartins
@gaiapartohumanizado	@luizaamorimeo	@renatasoearesesteta

Fonte: Autoras (2022)

## RESULTADOS

Ao pesquisar a hashtag de enfermeiras empreendedoras, encontram-se diversas especialidades que não se restringe a saúde da mulher, como furo de orelha humanizado, enfermeiras dermatologistas especializadas em feridas, enfermeiras esteticistas e enfermeiras obstetras e enfermeiras que auxiliam e incentivam o empreendedorismo na enfermagem, em diferentes



áreas. Esta hashtag foi observada de forma mais genérica em relação à temática do trabalho em questão.

A hashtag enfermeira obstetra obteve um melhor resultado em relação à coerência do estudo, neste nicho encontra-se enfermeiras obstetras que trabalham de forma independente, com consultórios e clínicas, exercendo a prática de enfermagem com pré-natal, solicitando exames obstétricos, realizando assistência ao parto de forma domiciliar ou hospitalar. O enfermeiro neste setor possui muita autonomia e sua prática é reconhecida pela população no geral, devido à popularização do parto humanizado.

Na hashtag parto humanizado foram encontradas publicações mais genéricas que engloba enfermeiros e médicos obstetras, também foi observados relatos de gestantes que tiveram ou gostariam de ter um parto humanizado, contando seus relatos e orientações para viver um parto humanizado.

Ao pesquisar as hashtags #partohumanizado foram encontrados diversos perfis com assuntos relacionados ao parto humanizado, sendo os perfis de mulheres que falam sobre o assunto, doulas, médicas obstetras e enfermeiras que no caso é o objeto de estudo do trabalho.

Ao pesquisar a hashtag #enfermeiraobstetra foram encontrados diversos perfis de enfermeiras que atuam na obstetrícia, com assistência ao parto hospitalar e domiciliar, pré-natal, consultoria em amamentação, dentre outros serviços que serão explanados na próxima planilha.

Ao pesquisar a hashtag #enfermeiraempreendedora foram encontrados perfis de profissionais que incentivam o empreendedorismo na enfermagem, em diferentes áreas. O propósito de alguns perfis encontrados é o ensino de como aplicar o empreendedorismo na enfermagem e outros perfis encontrados são de enfermeiras que já trabalham empreendendo na enfermagem, com consultórios de estética, dermatologia, estomoterapia e atendimento domiciliar em diversas áreas.

**Tabela 2** - Relação de perfis com número de seguidores e os assuntos dos perfis.

PERFIS	Nº DE SEGUIDORES	ASSUNTOS ABORDADOS
@boraparrir	135 K	É uma plataforma de educação para mulheres que desejam um parto humanizado, a empreendedora é uma doula.
@nascercarioca	5.896mil	Assistência interdisciplinar ao parto de forma mais respeitosa com valores mais acessíveis, realizam consultoria em amamentação e atendimento ginecológico.

<b>@karlacoutinhoparteira</b>	17,5 mil	Assistência ao parto humanizado, acompanhamento desde a gestação até o pós parto, enfermeira obstetra e doula.
<b>@eujessicaenfermeira</b>	5.096 mil	Enfermeira obstetra e doula, realiza assistência ao parto domiciliar, em casa de parto e hospitalar.
<b>@partonormalhumanizado</b>	8030 mil	Perfil dedicado a discussão do parto humanizado, trocando experiências.
<b>@gaiapartohumanizado</b>	3.104 mil	Assistência humanizada da gestação ao puerpério, equipe composta por enfermeira e médicas obstetra.
<b>@enfermeiraobstetrafernanda</b>	11.6 mil	Enfermeira obstetra, doula e laserterapeuta, realiza parto humanizado, consultoria de amamentação e cuidados ao RN.
<b>@amamente_rio</b>	59,9 mil	Enfermeiras especialistas em obstetrícia, realizam consultoria de amamentação, assistência ao parto, furo de orelha e laserterapia.
<b>@enfermeiraobstetrica</b>	8.693 mil	Enfermeira obstétrica especialista em parto humanizado, realizando assistência ao parto.
<b>@marinetediniz</b>	18,8 mil	Enfermeira obstétrica com experiência em mil partos, realiza assistência ao parto humanizado.
<b>@homebabyassessoria</b>	191 mil	Perfil especializado em assistência ao parto, furo de orelha, consultoria em amamentação, shantala, serviços de doula, cuidados ao RN, curso de gestante.
<b>@luizaamorimeo</b>	12 mil	Enfermeira obstetra, realiza assistência ao parto de forma domiciliar e hospitalar, realiza pré-natal, furo de orelha, laserterapia, consultoria em amamentação, curso para pais e consultoria de cuidados com o bebê.

<b>@karinatrovarelli_curativos</b>	32,4 mil	Enfermeira empreendedora estomoterapeuta, realiza consultas, preparatório para cursos de especialização em estomoterapeuta.
<b>@damasdalampada</b>	45.1 mil	O perfil é dedicado a ensinar profissionais de enfermagem na área de furo de orelha humanizado.
<b>@enfermeiraem.acao</b>	33,2 mil	Perfil dedicado a ensino de primeiros socorros e SBV, enfermeira emergencista e intensivista neonatal.
<b>@maeenfermeira</b>	3.273 mil	Perfil dedicado a consultoria de amamentação, laserterapia, furo de orelha humanizado, as enfermeiras também realizam cursos para casais grávidos, banho de ofurô, shantala, consultoria de retorno ao trabalho e treinamento para babás.
<b>@drcassiemartins</b>	11,2 mil	Enfermeira esteticista, especialista em manchas e harmonização facial, realiza atendimento em consultório, procedimentos estéticos e ministra cursos na área.
<b>@renatasoearesesteta</b>	4.076 mil	Enfermeira esteta, realiza procedimentos estéticos, crioterapia, ozonioterapia e método Mendonza de reabilitação intestinal.

Fonte: Autoras (2022)

A tabela 2 é baseada em todos os 18 perfis selecionados como objeto de estudo deste trabalho, estratificando o @ de identificação do perfil, o número de seguidores e os assuntos abordados e consequentemente a área de atuação desses profissionais. Nas redes sociais o número de seguidores possui grande relevância, pois indica que o conteúdo do perfil é consumido e de interesse de um número considerável de pessoas e após a análise dos dados, foi observado uma grande influência das enfermeiras pesquisadas, com números que expressam o desenvolvimento e o interesse por profissionais enfermeiras que empreendem.

Os assuntos abordados pelos perfis são diversos, contudo, separando os grupos de hashtags, os perfis de #Parto humanizado são divididos em plataformas de educação que se comprometem em ensinar mulheres sobre o parto humanizado, falando sobre mitos, os direitos da gestante durante o parto, dicas para melhoria do parto humanizado, dentre

outros assuntos pertinentes da área. Esses perfis também realizam assistência ao parto, com equipe multidisciplinar que é composta por enfermeiras, doulas, médica ginecologista/obstetra e pediatra, a fim de proporcionar a experiência genuína de um parto humanizado.

Os assuntos encontrados nas hashtags #enfermeiraobstetra é de profissionais enfermeiras que além de realizarem assistência ao parto, realizam consulta de enfermagem, desempenhando tratamento como laserterapia, ozonioterapia, consultoria de amamentação e cuidados com o RN, cursos de casais grávidos, furo de orelha humanizado, treinamento para babás e outros serviços.

Ao pesquisar a hashtag #enfermeiraempreendedora, as áreas escolhidas foram: Estomoterapia, perfil destinado ao ensino de enfermeiras a prática de furo de orelha humanizado, perfil específico para o ensino do Suporte Básico de Vida e técnicas de primeiros socorros e emergência. Perfil destinado a formação de consultoras em amamentação e perfis de enfermeiras que empreendem na estética, que possuem clínicas e consultórios, realizando diversos procedimentos estéticos, como harmonização facial, preenchimentos, ozonioterapia, crioterapia e outros procedimentos que auxiliam não só na estética mais também na saúde e bem-estar.

## DISCUSSÃO

A saúde da mulher possui diversas vertentes, sendo elas no ciclo gravídico-puerperal, a prevenção do câncer de colo de útero, o rastreio de câncer de mama, o rastreio e tratamento de IST, o auxílio com consultoria de amamentação, dentre outras demandas (SANTOS, *et al*, 2019).

O enfermeiro possui respaldo legal para realizar assistência a mulheres em trabalho de parto e ao acompanhamento de gestantes no pré-natal e puerpério, esta autonomia foi conquistada recentemente, de acordo com a resolução COFEN nº 0477/2015 do exercício profissional, da qual confere o direito legal da assistência a gestantes (COFEN, 2019).

Na Atenção Básica de saúde, o enfermeiro possui grande atividade e autonomia na rotina das unidades, realizando a gestão e os enfermeiros das equipes realizam consultas de enfermagem, pré-natal, puericultura, fazem solicitações de exames e prescrevem medicamentos de acordo com o protocolo da Atenção Básica (PNAB). Após a conquista desse espaço conferida por lei, foi observado um movimento de enfermeiros para empreendimentos de saúde (SANTOS, *et al*, 2019).

Profissionais de saúde como médicos, nutricionistas, dentistas e fisioterapeutas já possuem legitimidade no mercado de empreendimentos e aberturas de consultórios há bastante tempo, conseqüentemente a população passa pela aceitação desses profissionais com maior facilidade, visto a propagação de informações sobre a profissão, contudo, a enfermagem fica marginalizada neste quesito, pois, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) aprovou a Lei que permite que enfermeiros possam ter consultórios e clínicas especializadas somente no ano de 2019, de acordo com a

RESOLUÇÃO COFEN nº606/2019, se tornando um marco histórico para a profissão (COLICHI, 2018).

As conquistas observadas pela autonomia do enfermeiro na Atenção Básica e a resolução que permite o empreendimento de enfermeiros contribuiu para o aumento e a disseminação do empreendedorismo na enfermagem. Diferente do atendimento médico, o enfermeiro é especialista no cuidado, portanto o seu atendimento é diferenciado, focado no cuidado do paciente e atuando de forma integral, atendendo o paciente de acordo com as suas necessidades biopsicossociais (COLICHI, 2019).

Para empreender na saúde da mulher, o enfermeiro deve se especializar em obstetrícia, por pós-graduação ou residência, então terá respaldo para realização de consultas em consultórios e clínicas particulares, realizando pré-natal e assistência ao parto, no ambiente hospitalar ou domiciliar programado. O enfermeiro também pode prestar consultoria em amamentação e também realizar as Práticas Integrativas Complementares em seus cuidados, como a laserterapia, acupuntura, ozonioterapia, dentre outras opções que auxiliam nos cuidados com os pacientes (OLIVEIRA, *et al*, 2020).

A caminhada do enfermeiro como empreendedor está no início historicamente e ainda necessita de aprofundamento no meio acadêmico e no investimento dos profissionais, sendo também necessária a disseminação da informação para população, a fim de compartilhar o conhecimento sobre a autonomia do enfermeiro e as práticas que podemos exercer.

## **CONCLUSÃO**

Concluimos que o empreendedorismo é um assunto recente na história da enfermagem, visto que foi respaldado pelo Conselho de Enfermagem em 2018 o embasamento para abertura de consultórios e clínicas de enfermagem. Portanto, os estudos e incentivos neste núcleo ainda são prematuros e necessita de aprofundamento de estudos e incentivos de profissionais e no meio acadêmico, pois como se trata de uma área que atualmente possui 4 anos de regulamentação, se faz necessário a propagação de informações deste novo ramo da enfermagem.

Por se tratar de um assunto atual, foram encontrados obstáculos na literatura, pois há uma escassez de artigos que falem sobre a atuação do enfermeiro no empreendedorismo, devido à cultura hospitalocêntrica da profissão que divide a enfermagem em somente duas possibilidades, atenção primária ou atenção hospitalar.

Contudo, o objetivo deste trabalho foi mostrar as diversas possibilidades que os enfermeiros possuem e que vão além das opções tradicionais. A enfermagem é a ciência do cuidado e este cuidado pode ser aplicado de diferentes formas que consequentemente transforma a vida e condições financeiras do enfermeiro e em conjunto auxilia na valorização da profissão, eximindo os estereótipos da enfermagem como coadjuvante no sistema de saúde.

## REFERÊNCIAS

COLICHI, Rosana Maria Barreto; LIMA, Silvana Andrade Molina. **Empreendedorismo na enfermagem: comparação com outras profissões da saúde.** Revista Eletrônica de Enfermagem. 2018, v. 20a11. Disponível em: 10.5216/ree.v20.49358 Acesso em: 17. Out. 21.

COLICHE, Rosana Maria Barreto, *et al*; **Empreendedorismo de negócios e Enfermagem: revisão integrativa.** Revista Brasileira de Enfermagem. V. 72. 2019. Disponível: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0498> Acesso em: 17. Out. 21.

COFEN, **RESOLUÇÃO COFEN Nº 606/2019.** Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-606-2019\\_70088.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-606-2019_70088.html) Acesso em: 17. Out. 21.

SANTOS, Flávia Andréia Pereira Soares dos, *et al*; **Autonomia do enfermeiro obstetra na assistência ao parto de risco habitual.** Revista Brasileira de Saúde Materno infantil, Recife, 19 (2): 481-489. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93042019000200012> Acesso em: 17. Out. 21.

OLIVEIRA, Thalita Rocha, *et al*; **Assistência ao parto domiciliar planejado: trajetória profissional e especificidade do cuidado da enfermeira obstétrica.** Texto e contexto enfermagem. 2020. 29:e20190182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2019-0182> Acesso em: 17. Out. 21.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas,2008. Disponível em: [wp.ufpel.edu.br](http://wp.ufpel.edu.br) .

Brenda Limoel. **@boraparir.** Disponível em: <https://www.instagram.com/boraparir/?igshid=YmMyMTA2M2Y>

Equipe Nascer Carioca. **@nascercarioca.** Disponível em: <https://instagram.com/nascercarioca?igshid=YmMyMTA2M2Y>

Enfermeira Karla Coutinho. **@karlacoutinhoparteira.** Disponível em: <https://instagram.com/karlacoutinhoparteira?igshid=YmMyMTA2M2Y>

Enfermeira Jéssica. **@eujessicaenfermeira.** Disponível em: <https://instagram.com/eujessicaenfermeira?igshid=YmMyMTA2M2Y>

Parto Normal Humanizado. **@partonormalhumanizado.** Disponível em: <https://instagram.com/partonormalhumanizado?igshid=YmMyMTA2M2Y>

Gaia Parto Humanizado. **@gaiapartohumanizado.** Disponível em: <https://instagram.com/gaiapartohumanizado?igshid=YmMyMTA2M2Y>

Enfermeira Fernanda Aguilar. **@enfermeiraobstetrafernanda.** Disponível em: <https://instagram.com/enfermeiraobstetrafernanda?igshid=YmMyMTA2M2Y>

Enfermeiras consultoras de amamentação. **@amamente\_rio**. Disponível em: [https://instagram.com/amamente\\_rio?igshid=YmMyMTA2M2Y=](https://instagram.com/amamente_rio?igshid=YmMyMTA2M2Y=)

Enfermeira Obstétrica. **@enfermeiraobstetrica**. Disponível em: <https://instagram.com/enfermeiraobstetraoficial?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Enfermeira Marinete Diniz. **@marinetediniz**. Disponível em:

Enfermeira Obstetra Aline Fernandes. **@homebabyassessoria**. Disponível em: <https://instagram.com/homebabyassessoria?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Enfermeira Obstetra Luiza Amorileo **@luizaamorimeo**. Disponível em:

Enfermeira Karina Trovarelli. **@karinatrovarelli\_curativos**. Disponível em: [https://instagram.com/karinatrovarelli\\_curativos?igshid=YmMyMTA2M2Y=](https://instagram.com/karinatrovarelli_curativos?igshid=YmMyMTA2M2Y=)

Enfermeira Jaqueline Luquini. **@damasdalampada**. Disponível em: <https://instagram.com/damasdalampada?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Enfermeira Yasmin Hiorrana. **@enfermeiraem.acao**. Disponível em: <https://instagram.com/enfermeiraem.acao?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Enfermeiras especializadas em amamentação e laser. **@maeenfermeira**. Disponível em: <https://instagram.com/maeenfermeira?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Enfermeira Esteta Cassie Martins. **@drcassiemartins**. Disponível em: <https://instagram.com/dracassiemartins?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Enfermeira Esteta Renata Soares. **@renatasoaearesteta**. Disponível em: <https://instagram.com/renatasoaearesteta?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

**Orandes Carlos da Rocha Jr.**

Graduado em História (Unesp) Franca/SP

Mestre em Educação Currículo (PUC/SP)

Doutor em Educação (UNIUBE)

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo apresentar uma discussão sobre os temas: fracasso escolar, a questão sociorracial na educação e o embate concepção “bancária” de educação vs educação dialógica, constatados por nós no filme “Encontrando Forrester”. Trata-se de um artigo em que apresentamos uma interpretação subjetiva do filme, na perspectiva dos conceitos citados, utilizando para isso, nosso olhar docente sobre uma obra de ficção, que nos permitiu visualizar importantes conceitos educacionais e estabelecer um diálogo com uma literatura de referencial teórico dialético crítico.

**Palavras-chave** Fracasso escolar; Questão sociorracial na Educação; Educação Bancária vs. Educação Dialógica.

## INTRODUÇÃO

O filme Encontrando Forrester<sup>1</sup> (EUA, 2000) conta a história de Jamal Wallace, um garoto negro e pobre, morador do Distrito do Bronx<sup>2</sup> em Nova Iorque e estudante de escola pública com talentos para a leitura, escrita e basquete.

Leitor onívoro e escritor talentoso, Jamal se revela um aluno melhor preparado que os demais de sua escola, a ponto de chamar a atenção de uma escola particular. Esta, impressionada com o seu desempenho em exame de larga escala e interessada em tê-lo no time de basquete da escola, oferece-lhe uma bolsa de estudos.

Paralelamente às mudanças na sua vida, transferindo-se de uma escola pública de bairro pobre para outra, particular e em bairro rico de Manhattan, Jamal encontra na figura de um recluso morador de seu bairro a orientação necessária para se tornar um escritor.

<sup>1</sup> Finding Forrester. Estados Unidos, 2000, 133 min. Drama. Dir. Gus Van Sant.

<sup>2</sup> A cidade de Nova York é subdividida em 5 Distritos: Bronx, Brooklyn, Manhattan, Queens e Staten Island. Manhattan é o distrito mais elitista, com bairros nobres entre os mais ricos dos EUA, enquanto o Bronx é um distrito onde reside classes mais baixas, sofrendo problemas similares às das periferias das grandes cidades do Brasil.



Nessa história, que tem como pano de fundo a relação professor/aluno, pudemos encontrar alguns conceitos importantes no estudo sobre exclusão escolar tais como: fracasso escolar, questão sociorracial na educação e o embate entre educação bancária e educação dialógica.

Assim, o presente artigo trata-se de uma interpretação subjetiva que fizemos em diálogo com a teoria do filme acima citado.

## **Fracasso escolar**

É preciso inicialmente conceituar o “fracasso escolar”. O termo “fracasso” se encontra no dicionário Aulete Virtual com o seguinte significado:

sm.

1. Falta de êxito na profissão, no amor ou em qualquer outra dimensão da vida; MALOGRO; INSUCESSO: O concerto foi um fracasso retumbante.

2. Estrondo produzido por algo que se parte ou cai: A queda do avião provocou um grande fracasso. (CALDAS AULETE DIGITAL. Disponível em <http://www.aulete.com.br/Fracasso>. Acesso em 15/09/2017).

Considerando apenas a primeira definição, já que a segunda não nos é pertinente, percebemos com clareza o tom pejorativo que a palavra fracasso traz consigo. Vale destacar que fracasso é sinônimo de insucesso.

Em um primeiro momento, a manifestação mais visível do fracasso em educação, trata-se da conhecida e controversa reprovação escolar. Cabe ressaltar, no entanto, que em educação, o fracasso escolar não se configura apenas na cultura da reprovação (ARROYO, 1992), tão presente nas escolas, disfarçada como indicador de alto grau de exigência e qualidade.

Ainda nas palavras de Arroyo (1992):

Podemos partir da hipótese de que existe entre nós uma cultura do fracasso que se alimenta dele e o reproduz. Cultura que legitima práticas, rotula fracassados, trabalha com preconceitos de raça, gênero e classe, e que exclui porque reprovar faz parte da prática de ensinar-aprender-avaliar. (ARROYO, 1992, p. 46).

A reprovação é sem dúvida o indicador que mais chama a atenção quando se estuda o fracasso escolar, sobretudo na tradição escolar brasileira em que a aprovação/reprovação de alunos tem servido como parâmetro para aferir a qualidade do ensino.

De acordo com Madalóz et al. (2012), “o termo fracasso escolar parece resumir toda a insatisfação e insucesso decorrente de posturas docentes e discentes vivenciadas no dia a dia da sala de aula”.

O fracasso escolar é um tema relevante e polêmico que requer atenção no espaço escolar. Ele tem sido foco de constantes discussões por estar intimamente atrelado a questões como: reprovação, evasão, indisciplina, erro, fracasso e insucesso escolar. (MADALÓZ et al, 2012, p. 1).

Não apenas a reprovação, muitas vezes utilizada erroneamente como instrumento didático-pedagógico, mas também a evasão e a aprendizagem ineficaz são manifestações visíveis quando se estuda o fracasso escolar.

No filme, a figura do personagem Jamal Wallace convive com questões inerentes ao fracasso escolar. Por ser um aluno acima da média estudando em uma escola pública de um bairro pobre, o protagonista se vê obrigado a esconder seu talento para as letras, evitando a exclusão de seu grupo social formado por colegas pouco interessados nos estudos.

Em uma das cenas iniciais, a professora de literatura citando o poema “O corvo” (The raven), de Edgar Allan Poe, questiona os alunos sobre os seus conhecimentos acerca do autor e da obra. Então, a educadora recebe como resposta uma referência esportiva ao Baltimore Ravens, time de futebol americano.

A professora, aproveitando o gancho dos alunos, comenta “Baltimore Ravens: o único time com nome de um poema clássico”. E continua “Alguém já o leu?”. Após citar versos do poema como que conclamando a sala a participar da aula e não obtendo sucesso, questiona Jamal que lhe responde no lacônico diálogo “Jamal, que tal?”, e ele responde “Não, nunca li.”.

Até então, desconhecemos a habilidade de Jamal com a literatura e seu desempenho como aluno de um modo geral, o que nos será revelado mais adiante no filme e em inúmeras situações. Como ficará implícito que a necessidade de se tolher ocorre em razão de estudar em uma escola onde a maioria dos alunos de sua sala não aceitaria no grupo um aluno estudioso e que obtivesse bons resultados na escola.

É o que nos revela uma cena em que a professora de Literatura conversa com a mãe de Jamal, chamada à escola para tomar conhecimento sobre o desempenho do filho em uma avaliação externa de larga escala realizada pelo Departamento de Educação<sup>3</sup>:

- Jamal é nota C. Ou seja, só faz o necessário, nada para se destacar. O estranho, no caso dele, é a nota que ele tirou no teste.

Ao ver a nota e sem esconder a satisfação, a mãe diz:

- Meu Deus. Eu o vejo lendo o tempo todo. Livros que nunca li. Alguns nem conheço. E está sempre escrevendo desde que o pai dele foi embora. Mas é isso que eu vejo. Mas a única coisa da qual ele fala é de basquete.

---

<sup>3</sup> No filme não fica especificado sobre qual avaliação se trata.

E a professora conclui:

- Com o basquete ele é aceito pelo grupo. Os garotos daqui não se interessam por nada escrito.

Um diálogo emblemático que à primeira vista pode nos revelar uma qualidade fraca na aprendizagem dos alunos. Mas ao refletir sobre a frase “não se interessam por nada escrito”, conclui-se que a preocupação dos alunos da escola esteja mais voltada para o esporte do que para o ensino de literatura, por exemplo.

Essas considerações nos leva a refletir sobre o descompasso entre a realidade do aluno e o currículo prescrito do ensino formal.

(...) o problema do fracasso escolar está no distanciamento que há entre a realidade do aluno e os conhecimentos escolares propriamente ditos, não trazendo sentido ou significado ao educando, ele não vê nenhuma perspectiva de utilizar aquele(s) conteúdo(s) em sua vida prática, o educando sente-se deslocado e ao mesmo tempo não encontra razão para se dar bem nos estudos, auxiliando assim, na produção do fracasso. (MADALÓZ et al, 2012, p. 3).

Ao lamentar que seus alunos não se interessam por nada escrito, algo totalmente justificável por se tratar de uma professora de literatura, a professora desconsidera que outros interesses, “não escritos”, como o basquete por exemplo, fazem parte do universo dos alunos de sua escola.

Evidente que a atividade esportiva não é o objetivo principal de uma escola ou do sistema educacional na qual ela está inserida, mas inegavelmente é uma atividade que perpassa a vida da maioria dos alunos. Não por outro motivo faz parte da grade curricular de todos os sistemas educacionais, os quais tenho conhecimento.

Não se trata, no entanto, de defender que o aluno deva se empenhar ou mesmo ser avaliado apenas pelas disciplinas que ele se interessa ou que obtenha bom desempenho, mas entendo ser temerário rotular os alunos que se interessam por esporte, mais que pela leitura, como fracassados.

Este seria um conceito unilateral do professor de literatura, pois do ponto de vista do professor de Educação Física, esse aluno não seria fracassado, muito pelo contrário. Outra generalização equivocada sobre o fracasso escolar se encontra na cena em que Jamal é chamado, junto com sua mãe, pela Direção da escola que lhe apresenta um representante de uma escola particular de Manhattan, e o mesmo lhe oferece uma bolsa de estudos.

A bolsa de estudos em questão fazia parte de um programa da escola que destinava bolsas aos alunos que se destacavam no exame de avaliação de larga escala.

Diante da hesitação inicial em aceitar a proposta, o Diretor conclui:

- Este não é mais o lugar certo para você.

Conhecedor das potencialidades do aluno e também da qualidade de ensino da escola que dirige, a fala do Diretor vem ao encontro da fala da professora e resume o drama de uma escola pública de bairro pobre que pouco tem a oferecer aos alunos.

A cena em questão nos leva à reflexão sobre o papel da escola. Entendo que há uma enorme dificuldade em se avaliar a qualidade de ensino entre escolas com propostas diferentes.

Tomando como exemplo as escolas brasileiras, cuja avaliação tem sido feita pelos exames de larga escala promovidos pelos Governos Federal (ENEM, SAEB) e estaduais (como o Saresp, no Estado de São Paulo), percebemos um ranqueamento das escolas baseado em indicadores pobres em detrimento de uma avaliação complexa da qualidade da educação em suas múltiplas variáveis.

Desta forma, a qualidade de ensino está vinculada ao desempenho dos alunos nos exames de avaliação em larga escala, muitas vezes responsabilizando o professor pelo insucesso.

Não me parece justo que, dentro da complexidade de determinantes que envolvem o processo ensino/aprendizagem, apenas o professor e os alunos sejam utilizados para aferir a qualidade do ensino de um estado ou país. Há que se considerar determinantes como a quantidade de alunos por sala de aula, a infraestrutura da escola, formação docente e muitos outros.

Importantes autores apontam a questão sobre outras determinantes que influenciam na aprendizagem dos alunos e, portanto, deveriam ser consideradas como critérios em avaliações de desempenho. (ROCHA JR, 2019, p. 38-39).

Afinal, o que é qualidade de ensino? Como se avalia? O que faz uma escola ser melhor que a outra? O que a escola de Manhattan teria a oferecer ao aluno que a do Bronx não teria?

Uma estrutura física melhor certamente. Menor número de alunos em sala de aula. Professores mais bem capacitados. Alunos com nível socioeconômico elevado, portanto sem preocupações como violência, desemprego, miséria, entre outras.

Enfim, inúmeras variáveis que certamente confeririam a essa escola uma melhor qualidade. Mas há que se perguntar: melhor qualidade para que

e para quem? Temos aqui uma diferença na função da escola para elite e da escola para as classes mais pobres.

## **Educação e questão sociorracial**

Como bem define Santos (1980, p. 19) cada classe social tem a sua cultura<sup>4</sup>, e a escola adquire um significado diferente dentro da cultura de cada uma das classes.

(...) para os membros das classes trabalhadoras urbanas, a escola pode ser considerada como um meio de levar o aluno à capacidade de conseguir algum dinheiro e ao mesmo tempo, de oferecer a essas crianças algum prestígio social que as capacite para uma melhor situação na sociedade. (SANTOS, 1989, p. 19).

A escola tem significado diferente para ricos e para pobres. Para os primeiros, a escola significa a manutenção da hierarquia na sociedade de classes, além de significar a possibilidade de ascensão ao ensino superior nas melhores Universidades, fim primordial das escolas particulares. Enquanto para os segundos, a escola é tratada como instrumento de ascensão econômica na busca por melhor capacitação para o mercado de trabalho.

Os sistemas escolares em via de regra padronizam os seus currículos privilegiando aspectos próprios da elite da sociedade. Ensina-se os saberes, os interesses, as habilidades e as competências de uma minoria que detém o conhecimento do capital cultural e nele se vê representado.

(...) Geralmente, na sociedade de classes, os princípios que norteiam o processo de ensino são padronizados em bases ideais, uma vez que toda a sua programação tem, como ponto de referência, a classe alta. Dificilmente a educação formal encontra-se voltada para os interesses das classes populares que se constituem na maioria. (SANTOS, 1989, p. 21).

À grande maioria, as classes populares, para conseguir alcançar o padrão mínimo exigido pelo sistema escolar para progredir nos estudos, têm que ingressar em um mundo completamente diferente do seu, desconectado da sua realidade e onde seus conhecimentos prévios e sua cultura não têm relevância ou significado.

Em termos populares, tem que “correr atrás do prejuízo”, pois encontram-se em condição de inferioridade aos que são mais familiarizados com um currículo escolar elaborado de modo a melhor atendê-los.

---

<sup>4</sup> SANTOS refere-se à cultura em seu sentido antropológico.

Outra questão a se considerar é a diferenciação social (ricos e pobres) coincidindo com a racial (brancos e negros) e que inúmeras cenas do filme trazem de maneira implícita.

Na escola do Bronx todos os alunos, bem como a única professora apresentada, são negros; enquanto na escola de Manhattan, à exceção de um aluno pardo, alunos e professores são brancos.

Destaca-se ainda que o diretor da escola do Bronx é branco, enquanto a professora é negra, revelando também a divisão racial na hierarquia das sociedades capitalistas, com os brancos, em via de regra, ocupando os cargos mais altos enquanto aos negros cabem, na maioria das vezes, empregos hierarquicamente inferiores.

Não por outra razão podemos perceber nitidamente que Jamal é o único negro no vagão do metrô que utilizava para ir à nova escola. Afinal, certamente sendo uma linha usada por pessoas que trabalham nos bairros ricos de Manhattan, era de se esperar uma maioria branca, justamente os que conseguem melhores empregos.

Depreende-se, portanto, que a maioria dos negros encontra-se em condições socioeconômicas desfavoráveis, cuja causa tem raízes históricas com um passado de escravidão e com apenas pouco mais de um século de liberdade e a possibilidade real de ascensão social.

Essa ascensão encontrou – e ainda tem encontrado - obstáculos ao longo das décadas que se seguiram à abolição da escravidão, como racismo e discriminação, elementos presentes na sociedade americana<sup>5</sup>, haja vista as lutas pelos direitos civis nos anos 60, ou mais recentemente com constantes conflitos ocorridos por questões raciais e que explicam a pouca mobilidade social dos afrodescendentes.

E como se comportaria em uma conceituada escola da elite, um brilhante aluno negro, egresso de uma escola pública de um distrito pobre de Nova York? Essa é a questão que o filme passa a tratar.

## **Educação Bancária x Educação Dialógica**

Na nova escola, livre da possibilidade de exclusão que os colegas da escola do Bronx promoveriam com Jamal, caso ele se destacasse nos estudos, o jovem poderia, enfim, canalizar todo o seu potencial para obter o sucesso escolar almejado por todos os alunos. Entretanto, o desabrochar de suas potencialidades acaba ocorrendo fora dos muros da escola.

Jamal Wallace conhece, de maneira inusitada, um recluso vizinho do Bronx e com ele terá importantes lições sobre a arte da escrita. Passa a ter uma orientação educacional informal sobre a arte de escrever. E é nessa educação informal que Jamal desenvolverá seu talento como escritor, refletindo positivamente no desempenho escolar já na nova escola.

---

<sup>5</sup> É citada a sociedade americana por se tratar do lócus do filme, mas a reflexão usada aqui se aplica em toda sociedade com histórico de uso da mão de obra escrava africana, incluindo a brasileira.

O ensino formal, que deveria ter por objetivo a orientação dos alunos e o exercício do desenvolvimento de suas potencialidades, revela-se para Jamal, no entanto, uma barreira.

Na educação informal que ele recebe, podemos perceber uma proposta dialógica de educação (FREIRE, 2014), com o educador atuando como um orientador e não como a figura tradicional do professor conteudista.

Para o educador-educando, dialógico, problematizador, o conteúdo programático da educação não é uma doação ou uma imposição – um conjunto de informes a ser depositado nos educandos, (...).

A educação autêntica, repetimos, não se faz de “A” para “B” ou de “A” sobre “B”, mas de “A” com “B”, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, impregnando visões ou pontos de vista sobre ele. (FREIRE, 2014, p. 116).

Esta proposta dialógica vai contrastar com o ensino conteudista, da figura do professor como depositário do conhecimento, e do ensino como *“uma doação dos que se julgam sábios, aos que julgam nada saber”* (FREIRE, 2014, p. 81), representado no filme pelo personagem Prof Crawford, de literatura, que se apresentará com uma proposta conservadora e tradicionalista, própria do que Paulo Freire (2014) chamou de “Educação Bancária”:

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferecem aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. (FREIRE, 2014, p. 80 – 81).

Ficará evidente o contraste entre as duas concepções de educação recebidas pelo protagonista. Uma centrada no diálogo, com o respeito à individualidade e o saber do educando e o educador atuando como mediador; e outra centrada na figura do professor autoritário, não aberto ao diálogo e que desconsidera a individualidade de seus alunos.

No filme, o Prof Crawford é o estereótipo do professor autoritário, que valoriza a quantidade de conteúdos, a capacidade de memorização dos alunos, que desconsidera o saber do educando e o vê como mero receptáculo do conhecimento que ele, como professor, é detentor.

E por esta razão, incomodado com a evolução de Jamal em suas aulas, sem saber que o aluno tinha uma orientação informal, o professor passa a duvidar que tal evolução fosse capaz. Afinal, para ele, na concepção tradicionalista de educação, apenas a escola é capaz de dar ao aluno o conhecimento necessário. O incômodo vira perseguição, na tentativa de

desmascarar um suposto plágio que o professor acreditava ser a resposta para tamanha evolução do aluno em sua disciplina.

Fica evidenciado o aspecto bancário da educação proposta pelo referido professor em uma cena onde ocorre um embate entre ele e Jamal. O professor apresenta na aula um trecho de um poema e questiona um aluno da sala sobre a autoria do mesmo. Ao não obter resposta, o professor continua a exercer sua autoridade sobre esse aluno com uma desnecessária demonstração de superioridade.

No ápice da intimidação, Jamal intervém respondendo corretamente no lugar do colega e dá-se início ao embate entre professor e aluno, com o primeiro citando trechos de obras literárias e o segundo respondendo corretamente.

O que importava para o professor não era a compreensão das obras literárias, mas a capacidade de memorização de trechos e dos respectivos autores, exercício que o aluno realizou com êxito.

Mas como o professor em questão estereotipa o professor autoritário, este se sentindo inferiorizado pelo aluno que a tudo respondia com correção, até mesmo com alguma empáfia, o expulsa da sala.

Ao ser procurado por uma colega, logo após o incidente, Jamal questiona:

- Aqui é assim? Expulsam quem sabe?

Não coincidentemente, trata-se da mesma colega que o ciceroneou pela escola em seu primeiro dia de aula, apresentando-lhe não apenas a estrutura física da nova escola, mas também aspectos psicossociais. Incluindo uma recomendação:

- Não se preocupe em responder perguntas. Os professores daqui não gostam tanto assim de participação dos alunos. Preferem ouvir a si próprios.

Na escola pública ele não podia responder porque mostrar ser um bom aluno representaria a exclusão social de seu grupo de amigos; na escola particular não podia responder para não ferir o ego do professor, o que acabou resultando na exclusão da sala de aula.

A expulsão de Jamal da sala nos parece uma metáfora da exclusão sociocultural que a Educação Bancária promove. Ao escolher o “o que” e “quanto” os alunos devem saber, tal educação desconsidera conhecimentos prévios destes, seus interesses, suas habilidades, promovendo, assim, uma educação engessada, centrada na figura do professor como detentor único do saber e cuja autoridade funcional se opõe à liberdade dos educandos que devem adaptar-se às determinações daquele (FREIRE, 2014, p. 83).

Em nossa interpretação, as duas concepções, bancária e dialógica, ficam evidenciadas respectivamente no ensino formal com o informal a que o protagonista do filme vivencia.

A maneira castradora com que Jamal é tratado na aula, tolhido pelo autoritarismo do professor, se opõe frontalmente com a maneira dialógica com que ele aprende a arte de escrever informalmente.



O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educandos, a segunda realiza a superação.

Para manter a contradição, a concepção “bancária” nega a dialogicidade como essência da educação e se faz antidualógica; para realizar a superação, a educação problematizadora – situação gnosiológica – afirma a dialogicidade e se faz dialógica. (FREIRE, 2014, p. 95).

Historicamente a educação tradicionalista tem pautado os currículos dos sistemas escolares, adotando a concepção bancária como a única possível. Muitas vezes o professor a utiliza não por ideologia, mas por reprodução, repetindo metodologias e métodos que aprendeu e cuja tradição se perpetua, ou por desconhecimento da existência de outra concepção de educação.

Cabe à educação dialógica a função de desvelar a educadores e educandos uma nova concepção de educação, calcada na igualdade, na pluralidade, na superação das contradições e que caminhe em direção à libertação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que o filme ora analisado cumpriu perfeitamente o papel de ilustrar e ser o ponto de partida para as questões a que propomos discutir a partir dele e que nos serviram de suporte teórico para o presente artigo.

Em comum, os temas abordados trazem consigo de maneira muito forte a marca da exclusão, que nos parece ser o elemento que permeia os conceitos discutidos no presente artigo.

O fracasso escolar exclui na medida em que se trata de um rótulo impingido pela escola, inserida no contexto da educação liberal, destinada a selecionar os melhores para seguir adiante, restando aos que ficam pelo caminho, o caso da escola seja pela reprovação seja pela evasão, a aceitação da condição de inferioridade, responsabilidade única e inquestionável do próprio aluno.

A questão sociorracial também é excludente, visto que o ensino formal é todo ele construído sobre o capital cultural, que como se sabe não prima pela democratização das manifestações culturais diversas, mas apenas àquela tida como a alta cultura, elitista e, portanto, pouco difundida nos meios populares. Razão pela qual pobres e negros não se sentem representados, mas excluídos uma vez que seus saberes, suas experiências e suas manifestações artísticas, periféricas e populares, são muitas vezes desconsideradas do processo educacional.

E por fim a Educação Bancária que exclui o aluno como sujeito no processo de ensino-aprendizagem, relegando-o a uma posição de passividade face ao conhecimento. Nela, o educador não se adapta às necessidades e aos interesses dos educandos, desse modo, leciona de maneira monocrática e arbitrária os conteúdos de um currículo afastado da realidade do aluno e, ainda, valoriza os aspectos quantitativos em detrimento dos qualitativos e a memorização dos conteúdos em detrimento da sua compreensão.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-Sucesso: O peso da cultura e do ordenamento da educação básica**. Em Aberto, Brasília, ano 11, n.53, jan./mar. 1992.

CALDAS AULETE. Dicionário Digital. Disponível em <http://www.aulete.com.br>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1987.

MADALÓZ, Rodrigo J. et al. **O fracasso escolar sob o olhar docente: alguns apontamentos**. IX ANPED Sul. Seminário de pesquisa em educação na região sul. 2012.

ROCHA JR, Orandes Carlos da. **O bônus do professor no Estado de São Paulo**. Curitiba: Appris, 2019.

SANTOS, Hélio J. dos. **Educação e ideologia**. Perspectivas. São Paulo. p. 19 – 28. 1980.

**Verlandiison Gomes de Oliveira**

Mestre em Ciências da Educação pela  
Universidad Del Sol no Paraguay

## RESUMO

A dificuldade de aprendizagem é uma situação momentânea na vida do aluno, que não consegue caminhar em seus processos escolares, dentro do currículo esperado pela escola, acarretando comprometimento em termos de aproveitamento. Este trabalho contemplará também a percepção de dificuldade oriunda da quebra das expectativas do professor e do próprio aluno, no sentido de transformá-la. Este artigo tem por objetivo geral analisar a aplicação de técnicas lúdicas como ferramenta facilitadora de aprendizagem de alunos com problemas em matemática no ensino fundamental II com uso do aplicativo o Gcompris. A metodologia da pesquisa se concentrou na pesquisa bibliográfica. Conclui-se que ao aplicar técnicas lúdicas no ensino em matemática cria um conjunto de princípios e resultados que influenciam a aprendizagem.

**Palavras-chave:** Lúdico; Matemática; Tecnologia da Informação.

## INTRODUÇÃO

A educação de fato e de direito (escola/família) é aquela que contribui para o desenvolvimento da inteligência e para a formação da personalidade, do autoconceito, do pensamento crítico, da independência, da responsabilidade e ainda do espírito cooperativo e da amizade, conforme os preceitos emanados dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs do Ministério da Educação – MEC, que segue as premissas básicas dos grandes educadores brasileiros, como Anísio Teixeira, Paulo Freire, Moacir Gadotti, Darci Ribeiro, dentro outros

A educação básica, principalmente a educação infantil e o ensino fundamental têm por objetivo oferecer às crianças e pré-adolescentes oportunidades ótimas de desenvolvimento integral nos âmbitos cognitivos, perceptivo-motor, afetivos e sociais para que no futuro tenha condições de se tornarem pessoas adultas no mais amplo sentido do termo, ou seja, conscientes de seu papel na sociedade. .

A estrutura do pensamento infantil, ou seja, até os 12 anos de idade, exige-se que a criança conheça seu mundo e crie seus próprios valores, para formar juízos pessoais, disciplinar sua conduta de acordo com eles e, ao

mesmo tempo, tornar-se um ser autônomo e autoconfiante. Mas, o problema está nos métodos de ensino.

O Brasil ainda possui escolas com estrutura do século XIX, professores, em todos os níveis de ensino (da educação infantil ao ensino superior) do século XX e, alunos do Século XXI, ou seja, uma contraposição completa entre estrutura, métodos de ensino e, expectativas novas e inovadoras que acabam por e chocar. Isso precisa ser rediscutido a partir das expectativas dos alunos.

Da mudança de postura de professores com métodos retrógrados; da infraestrutura predial e material inteiramente deficiente; alunos que vivem em outro mundo, como expectativas inteiramente dissociadas de um passado recente. Mudar significa aderir a novos conceitos para atender expectativas e, no ensino da matemática, por exemplo, nada poder ser feito sem que explique qual o sentido.

A maioria esmagadora de professores prefere manter a estrutura curricular para atender interesses em jogo (individuais ou estatais) do que em dar o sentido a essa estrutura curricular, já que os alunos têm acesso (uns mais dos que os outros, mais todos com acesso) as mais elementares forma de aprendizagem lúdica por meio, da informática, por exemplo. Esses novos alunos (novos no sentido do contato com a tecnologia constantemente) vivem no mundo onde a ludicidade é uma constante em suas vidas o que se choca com o mundo imutável da escola.

Neste sentido nasceu à proposta deste artigo no sentido de verificar como a aplicação de técnicas lúdicas pode melhorar a aprendizagem dos alunos o que já fator para justificar este trabalho a partir da afirmação de que estudar deveria ser um ato prazeroso e significativo, mas em virtude dos inúmeros obstáculos e dificuldades apresentados no decorrer da caminhada, transforma-se numa tarefa árdua e desgastante, mesmo a despeito de um novo paradigma formado em torno da aprendizagem.

Desta forma, este trabalho tem por objetivo geral, analisar a aplicação de técnicas lúdicas como ferramenta facilitadora de aprendizagem de alunos com problemas em matemática no ensino fundamental II com uso do aplicativo o Gcompris.

O jogo é constituído por um completo conjunto de regras e do usado de determinadas ferramentas de complemento para atender os ditames do contexto social em que está inserido. Já o brinquedo, em oposição ao jogo, não se utiliza de normas e regras funciona apenas como suporte para a brincadeira, funcionando como lúdico em completa atividade.

A metodologia utilizada neste estudo compreendeu a pesquisa bibliográfica e a segunda a pesquisa-ação. A pesquisa bibliográfica para compor o embasamento teórico sob a visão de alguns autores que se reportam ao lúdico e a matemática; a segunda foi da pesquisa ação no sentido de intervir dentro de uma problemática social.

## LÚDICO NA MATEMÁTICA

Profissionais de desenvolvimento infantil, psicólogos, cientistas que aprendem e outros especialistas em infância concordam que o brincar é um componente essencial do desenvolvimento saudável da infância. Em particular, a importância central do brincar criativo no desenvolvimento cognitivo, socioemocional e até acadêmico das crianças é bem apoiada por décadas de pesquisa (FRIEDMANN, 1996).

Apesar desses argumentos bem justificados, as brincadeiras criativas das crianças estão cada vez mais ameaçadas, principalmente as oportunidades de se envolver em brincadeiras abertas e autodirigidas. Uma ênfase excessiva no aprendizado mais superficial e mais estreito na escola e horários ocupados fora da escola (programas depois da escola, atividades extracurriculares etc.) são os principais contribuintes (NACARATO, et. al., 2009).

Alguns especialistas chegam a argumentar que o fim da brincadeira representa uma crise na educação infantil, seja ela da pré-escola ou dos primeiros anos do ensino fundamental. Argumentam que essa situação é igualmente uma crise no ensino de ciências, onde a exploração aberta e autodirigida é fundamental para construir uma identidade científica e um senso de agência como um aprendiz de ciência competente e engajado. Embora seja fácil apontar o dedo para as escolas, há evidências de que muitos pais também são cúmplices dessa tendência (STAREPRAVO, 2009).

Além de agendar demais as crianças, alguns pais regulam o tipo de brincadeira e o ambiente em que seus filhos se envolvem. Por exemplo, pesquisas realizadas em museus infantis indicam que muitos visitantes adultos que acompanham as crianças se preocupam se as crianças estão apenas brincando e rapidamente tentam redirecionar suas peças para galerias e exposições mais orientadas para objetivos (CHATEAU, 2014).

Em casa, os brinquedos e as atividades que muitos pais compram para os filhos costumam ser altamente estruturados e orientados para objetivos acadêmicos. Embora não seja o caso de todas as experiências de brincar em casa, lazer ou museu, muitas das opções de atividades lúdicas são altamente projetadas, talvez até super projetadas. Mesmo que as experiências de jogo projetadas possam ser informais, elas geralmente exigem orientação e/ou facilitação de um adulto (SMOLE, K. et. al., 2007).

Essa facilitação é importante e necessária às vezes, mas para promover a agência e uma identidade em torno da ciência, as crianças também precisam de escolha e controle em suas brincadeiras científicas. As crianças precisam ter oportunidades de brincar de maneiras mais abertas e auto direcionadas, que as capacitem a transformar os espaços e contextos em que estão envolvidas em arenas para o aprendizado lúdico das ciências (CHATEAU, 2014).

Nesses contextos e situações, as próprias crianças se tornam cocreadores e agentes ativos no *design* de um ambiente no qual se engajar no aprendizado lúdico das ciências. Em um estudo etnográfico da atividade de

aprendizado de ciência, tecnologia, engenharia e matemática das famílias que educam em casa, a brincadeira surgiu naturalmente e fez parte da atividade. Especificamente, eventos de aprendizagem lúdicos, negociados, cocorricados, foi um aspecto essencial da prática de aprendizagem observada, inicialmente pretendida como espontânea (isto é, o evento surgiu aproveitando-se da vida real, da situação cotidiana de aprendizagem) ou mais instruções formais (isto é, uma lição planejada em casa), esses eventos de aprendizado geralmente incluem brincadeiras de alguma forma (NACARATO, et. al., 2009; STAREPRAVO, 2009).

Tais eventos de aprendizado de ciências foram especialmente observados entre famílias que valorizam e se envolvem em atividades de aprendizado nas quais as crianças são livres para buscar a aprendizagem de acordo com seus interesses, necessidades e motivações, e nas quais os adultos assumem papéis de co-aprendiz cooperativo com seus filhos (FRIEDMANN, 1996).

Acredita-se que esses eventos de aprendizado surgem devido a uma flexibilidade inerente a muitos sistemas familiares de escolas em casa e ao fato de que facilitadores e alunos têm fortes laços emocionais entre si e valorizam a brincadeira como um aspecto essencial da aprendizagem. Sampaio (2016, p. 33) diz:

Sua prática é flexível o suficiente para que o aprendizado e a brincadeira "formais" se alternem conforme o foco em toda a atividade, de modo que locais e situações não originalmente destinados ao brincar se transformem em espaços de brincar.

Portanto, sugere-se que as famílias que educam em casa praticando atividades educativas forneçam uma lente interessante através da qual o papel da co criação e do jogo autodirigido e aberto na ciência pode ser entendido - particularmente as famílias que optaram por educar em casa por causa da filosofia. preocupações com a natureza restritiva da escolaridade, incluindo restrições ao brincar (SMOLE, K. et. al., 2007).

Os pais dessas famílias participam plenamente e tomam decisões decisivas no aprendizado que seus filhos (e eles!) Realizam diariamente. Eles reconhecem e articulam a importância do jogo aberto e autodirigido, tanto no processo de aprendizagem em si, mas também na manutenção de um amor pela aprendizagem, um objetivo comum expresso pelas famílias que educam seus filhos além da escola. Ao analisar a atividade social do aprendizado matemático com uso do lúdico usando as abordagens socioculturais da Teoria da Ação Mediada e da Atividade Histórica Cultural, Sampaio (2016) identificou a atividade social, ações direcionadas a objetivos, indivíduos e grupos envolvidos e o ambiente mediador (cultural e físico) em torno do fenômeno em estudo. Assim, viu nas famílias que educam seus filhos além da escola participando da atividade sociocultural mais ampla da aprendizagem. Essa lente também convenientemente permite focalizar o papel da peça na prática lúdica de educação.

Utilizando essa perspectiva teórica, define-se aprendizado como a apropriação de ferramentas, incluindo sistemas de símbolos como a linguagem, vistos através do aumento da participação/ mudança no uso de ferramentas. Definiu-se, então, o brincar como uma atividade proposital, essencial para o desenvolvimento da criança. A brincadeira ajuda a tornar visível a zona de desenvolvimento proximal do aluno. À medida que a criança cresce, a atividade lúdica progride, as regras emergem e a atividade lúdica da criança se torna mais regulamentada (VYGOTSKY, 1999).

Externamente, o brincar pode ter pouca semelhança com o desenvolvimento ao qual leva, a criação de um novo relacionamento entre situações imaginadas e situações reais, mas o brincar é visto como um aspecto essencial do desenvolvimento social e físico saudável, bem como o desenvolvimento da criatividade e capacidade de resolver problemas (VYGOTSKY, 1999).

A psicóloga israelense Sara Smilansky conduziu um trabalho seminal nas décadas de 1970 e 1980, no qual desenvolveu um método para avaliar a brincadeira de crianças em ambientes pré-escolares. Usando essas ferramentas, ela e outros pesquisadores observaram crianças de 3 a 6 anos de idade em uma variedade de contextos socioeconômicos brincando em ambientes pré-escolares nos EUA e Israel (SAMPAIO, 2016).

Eles também avaliaram a capacidade das crianças de organizar e comunicar pensamentos e se envolver em interação social. Em um estudo longitudinal, as crianças foram acompanhadas e testadas na segunda série em alfabetização e numeracia (SAMPAIO, 2016).

As descobertas indicaram que a capacidade das crianças de se envolverem em peças teatrais dramáticas e sociodramáticas abertas estava diretamente ligada a uma variedade de habilidades, incluindo: vocabulário mais rico, maior compreensão de linguagem, melhores estratégias de solução de problemas, mais curiosidade, mais inovação, mais imaginação e maior atenção. Há também pesquisas que sugerem que crianças que têm experiências de brincadeiras abertas (divergentes) podem ser mais flexíveis na resolução de problemas do que crianças com experiências de brincadeiras mais estruturadas (convergentes) ou em grupos que não são de brincadeiras, e que brincar na infância - por exemplo, desmontar as coisas - parece essencial e se correlaciona com as habilidades de engenharia e de resolução de problemas da ciência na idade adulta. Do ponto de vista sociocultural, o brincar é um elemento essencial (SAMPAIO, 2016).

Sem dúvida que, que como parte das políticas de incentivo destinadas ao sucesso dos alunos em matemática, e faz necessário que os professores do ensino fundamental I estimulem o desenvolvimento de recursos matemáticos do com uso de técnicas lúdicas. Ciente dos seus efeitos, os professores precisam usar o que mais se usa hoje no cotidiano da vida dos alunos – as tecnologias – para que o desempenho na aprendizagem seja satisfatório, já que devem considerar a especificidade dos alunos e das variáveis anteriores à aprendizagem, como atenção, comprometimento, concentração, motivação. Assim, aquilo que se convencionou chamar de

“gameificação” parece relevante para focalizar a motivação como uma variável dos possíveis efeitos dos processos de aprendizagem (SAMPAIO, 2016).

## **DE ARTEFATOS A INSTRUMENTOS, UMA ABORDAGEM PARA ORIENTAR E INTEGRAR OS USOS DE FERRAMENTAS DE CÁLCULO NO ENSINO DE MATEMÁTICA**

Não é de hoje que o *status* das ferramentas para o ensino da matemática é objeto de disputa. Por exemplo, em 1887, no artigo Boulier do Dicionário Pedagógico de Ferdinand Buisson, a seguinte declaração: O ábaco corrompe o ensino da aritmética. O principal uso desse ensino é exercitar desde cedo, nas crianças, as capacidades de abstração, ensiná-las a ver com a cabeça, com os olhos da mente (CHEVALLARD, 2016);

Colocar as coisas diante dos olhos da carne é ir diretamente contra o espírito deste ensino. A natureza deu às crianças seus dez dedos por um ábaco; em vez de dar-lhes um segundo, eles devem ser ensinados a prescindir do primeiro (SCHÄRLIG, 2013)

Ferramentas materiais não são os únicos visados. As ferramentas simbólicas podem ser tanto. O filósofo Alain Apud Samapio (2016) escreveu em 1932: visto que uma máquina de contagem é possível, uma máquina de raciocínio é possível. E a álgebra já é uma espécie de máquina de raciocínio: você gira a manivela e sem cansaço obtém um resultado que o pensamento só alcançaria com dor infinita. A álgebra parece um túnel: você passa sob a montanha, sem se preocupar com as aldeias e os caminhos sinuosos, você está do outro lado e não viu nada, através desses pontos de vista, os contornos são desenhados de uma disciplina matemática cuja essência seria o exercício do pensamento puro, visando a emancipação de toda mediação.

Evocando Platão e Rousseau, Chevallard (2016) fala assim, no que diz respeito à matemática, da segunda condição dependente, acessória, da escrita, que representaria apenas a linguagem, a qual, ela mesma, apenas expressaria o pensamento.

A pesquisa histórica atesta a existência e a diversidade das ferramentas utilizadas tanto na prática do cálculo para os cientistas como na das contas para a sociedade. (PROUST, 2010).

Essas ferramentas aparecem tanto como derivadas da experiência quanto como auxiliares na atividade dos homens. Esta diversidade aparece em qualquer momento da história e em qualquer área geográfica. Schärli (2013) mostra, por exemplo, para a Europa, da Idade Média à Revolução Francesa, a extraordinária variedade de objetos (mesas, painéis, lençóis, tapetes) entrando na prática de contar com fichas. Ele distingue, para esta prática, dois tipos de ábacos: gráficos de linhas, ferramentas de cálculo (sem unidades) e gráficos de tiras, ferramentas de contagem (com unidades).

Mas através da diversidade de contextos geográficos ou históricos, e objetos e técnicas associados, duas características permanentes principais aparecem para ferramentas de cálculo: o aspecto estruturado das



ferramentas: Neugebauer e Sachs (1945) apud Sampaio (2016) mostram um tablet que data do início do segundo milênio (antes da nossa era), o período da chamada matemática babilônica.

É um comprimido de 10 cm por 10 cm, gravado em ambos os lados, que lista 247 problemas. Conseguir incluir uma quantidade tão grande de informações em um espaço tão pequeno supõe uma grande estruturação: um estilo semi-algébrico, uma estrutura de árvore de 4 níveis (apenas a fração do enunciado que varia em relação ao enunciado do nível anterior), é finalmente (muito) antes do tempo, o princípio do armazenamento de dados do computador (SAMPAIO, 2016).

A combinação de várias ferramentas envolvidas no mesmo cálculo: a articulação de cálculos colocados, mentais e instrumentados, cuja necessidade é sublinhada pelos novos programas da escola primária não é nova. Proust (2010) observa, portanto, erros recorrentes na escrita de números em tabuinhas babilônicas, na colagem de fatias de 5 dígitos, o que sustenta fortemente a hipótese da existência de uma ferramenta de cálculo dependente de 5 dedos - à mão: esses cálculos intermediários (cuja complexidade os exclui de serem feitos mentalmente), auxiliados por uma ferramenta, são então transferidos para o *tablet* com risco de erro ao mesclar vários resultados.

É claro que essa combinação de vários tipos de ferramentas também está envolvida em períodos de transição tecnológica, quando o antigo e o novo coexistem. Esses períodos podem ser muito longos, por exemplo, vários séculos para a transição de cálculo simbólico para cálculo de caneta, entre sua introdução no sul da França e sua generalização em todo o território! (SFEZ, 2012).

Pode-se notar, no entanto, com o desenvolvimento do processamento de dados, evoluções notáveis: - o agrupamento de várias ferramentas no mesmo envelope: é o caso, por exemplo, de calculadoras complexas, que agrupam um *software* de álgebra computacional, uma planilha, um software de geometria. Esse agrupamento também existiu em outras ocasiões, mas ocasionalmente, em fases de transição entre diferentes ferramentas (por exemplo, entre régua de cálculo e calculadoras eletrônicas (ARTIGUE, 2017).

No final de um processo contínuo de miniaturização, as ferramentas de cálculo tornam-se bolsos. Poderão assim ser utilizados em diferentes contextos de utilização, que devem ser tidos em consideração, nomeadamente durante os períodos de aprendizagem (utilização na sala de aula com o professor, no curso com amigos, sozinho em casa) (SCHÄRLIG, 2013).

A automação dos cálculos e o poder dos autômatos estão rompendo os paradigmas da solução de problemas (não apenas a matemática). Sfez (2012) evoca assim a evolução das metáforas, da flecha à rede: quando um cálculo é longo, custoso em esforço, é melhor garantir a sua relevância antes de embarcar na sua realização (paradigma da flecha). Se o cálculo for curto e não exigir nenhum outro esforço do que pressionar uma tecla de comando,

podemos então acumular os resultados e, em seguida, proceder a classificá-los de acordo com os objetivos que nos propusemos (paradigma de internet).

É bem sabido que o desenvolvimento de ferramentas computacionais teve efeitos muito importantes no desenvolvimento de certos ramos da matemática ou no desenvolvimento de novos campos e deu um novo status aos aspectos experimentais da pesquisa (PROUST, 2010).

Muitos cursos universitários, dedicados a esses aspectos experimentais na teoria dos números, são uma ilustração brilhante. Mas essa influência das ferramentas no desenvolvimento da matemática não é nova: pode-se citar, por exemplo, o teorema de Mohr-Mascheroni (1798), estabelecendo que qualquer construção com régua e compasso poderia ser realizada apenas com compasso (SAMPAIO, 2016).

Este teorema respondeu a uma exigência prática muito simples: as construções de compasso são mais precisas do que as construções de régua. Estes efeitos também têm efeito na matemática ensinada. Essas não são necessariamente as únicas tecnologias poderosas que induzem mudanças profundas (SFEZ, 2012).

Chevallard (2016) mostra assim os efeitos significativos que uma modificação aparentemente elementar do ambiente de trabalho teve nos currículos, no século XX: a transição da caneta de pena para a pena de ferro, nas escolas. primário, mudou o equilíbrio entre a aritmética escrita (agora mais fácil) e a aritmética mental.

Por fim, as ferramentas utilizadas no ensino têm efeitos profundos na conceituação: pode-se destacar, por exemplo, os efeitos das calculadoras gráficas sobre a própria definição de objetos matemáticos: alunos, querendo controlar um contato tangente entre uma curva e linhas retas e fazendo para isso, zooms cada vez mais próximos chegam à expressão de um resultado aparentemente surpreendente: "uma linha é tanto mais tangente a uma curva quanto mais ela tem em comum com ela". Este é um efeito relâmpago da discretização de plotagens em uma tela composta por um conjunto de pixels (PROUST, 2010).

## **O uso de aplicativos no ensino matemática**

O advento da sociedade da informação indica claramente novos rumos para os processos de aprendizagem. Neste contexto, novas metodologias de ensino despontam para ocupar o espaço já superado de antigos métodos (MEIRELLES, 2014).

Assim, importantes mudanças ocorreram na forma de ensino em decorrência do avanço nas telecomunicações e do avanço da própria informática. No contexto dessa evolução, surgiram sistemas de informação de forma geral que agilizam e colocam indivíduos em contato direto e instantâneo (BERBEL, 2011).

As tendências desta contínua mudança nesse tipo de tecnologia permitiram identificar novas ferramentas de inteligência para subsidiar o ensino, inclusive. Uma delas são as metodologias ativas que, é uma dessas

ferramentas que permite um contato direto entre instrutor e seus alunos, pois, promoveu uma alteração imensa nas relações do ambiente de aprendizagem (MEIRELLES, 2014).

Esta forma de uso dos recursos pedagógicos para inferir no desenvolvimento de *software* e aplicativos continua sendo explorada de todas as formas, pois o computador tornou-se uma ferramenta de aprendizagem necessária. Na nova sociedade, as metodologias ágeis se tornaram uma ferramenta cada vez mais imprescindível, sendo caracterizado como o agente de intercâmbio no processo de relacionamento e no processo de transformação para a nova sociedade da informação (MIRANDA, 2008)

A natureza de sua aplicabilidade varia muito em função das características particulares de cada ambiente em que vai ser aplicada ou do ambiente de uso e no nível procurado de transformação de que ela permite no cotidiano da sociedade. Mas para isso se faz necessário que sua difusão seja mais intensa e a aplicabilidade de metodologias ativas no seu ensino podem se constituir em suporte para quem desenvolve que podem inferir resultados profundamente positivos em sua dimensão. Esse aspecto tem grande reflexo no principal componente de qualquer relação: as pessoas (MEIRELLES, 2014).

O foco principal do ensino apropriado é provocar uma mudança desejável no comportamento do aprendiz. É produzido pelo professor usando estratégias de ensino para alcançar os objetivos da lição. Isso torna o ensino mais difícil, mas muito desafiador, porque exige métodos e técnicas diferentes para diferentes habilidades e comportamentos do aluno (MEIRELLES, 2014).

Como ciência, o ensino também requer conhecimento de descobertas científicas sobre o processo de ensino-aprendizagem, os objetivos da lição, o assunto e a natureza dos alunos. Os professores que acreditam nesse ponto de vista consideram o conhecimento e as aplicações das técnicas já testadas para promover a aprendizagem como uma ferramenta vital para o seu sucesso como professores. De acordo com Etcuban (2013), os professores são na vanguarda de todas as instituições de ensino. Eles ensinam e nutrem a mente dos alunos. Proserpio e Gioia (2007) acrescentaram que os professores são responsáveis pela compreensão das necessidades, interesses e capacidades dos alunos, para que possam suprir de forma inteligente essas necessidades da maneira mais econômica e prática possível.

Além disso, Berbel (2011) afirma que os professores devem escolher um dispositivo de ensino para que os alunos tenham um bom desempenho nas aulas, como o uso de aplicativos móveis na matemática. Nos campos de ensino e aprendizagem, ser dominante é essencial, em qualquer caso, para garantir que a substância de alguém está instruindo e seu estilo de introdução é razoavelmente coordenado com os requisitos, interesses e capacidades das pessoas que estão sendo educadas. Isso requer uma base abrangente – inovadora (MEIRELLES, 2014).

Uma abordagem cuidadosa é dada às condições sociais e mentais sob as quais a instrução e o aprendizado acontecem. A inovação versátil assume uma parte necessária no campo da instrução. Os alunos podem acessar facilmente todo o mundo das informações com aplicativos móveis. Não é necessário que eles carreguem muitos livros para a escola e também é ecologicamente correto. É um fato aceito que as crianças hoje em dia estão muito confortáveis com aparelhos e equipamentos eletrônicos e a necessidade de usá-los no ensino é muito evidente (TOLEDO, 2008).

As crianças aprendem rapidamente através de jogos e atividades esportivas; Atualmente, os aplicativos para iPhone e Android são os melhores. Os pesquisadores observaram o baixo nível de aproveitamento dos alunos em matemática podem ser resolvidos com uso de aplicativos. Alunos que usam aplicativos sempre tem desempenho melhor no aprendizado que exigem compreensão e habilidades para resolver problemas (ETCUBAN, 2013).

Com isso em mente, alguns pesquisadores, como por exemplo Etcuban (2013) gostariam de investigar se um aplicativo móvel é de grande ajuda no ensino de matemática para alunos das escolas públicas.

Além disso, esta poderia ser uma ferramenta instrucional no ensino de adição, no 2º ano do ensino fundamental I para uma melhor experiência de ensino-aprendizagem que poderia ser utilizada por todos os tipos de aprendizes. O uso da tecnologia lúdica como os aplicativos possibilita aos alunos explorar facilmente o conteúdo e fornecer papéis realistas para aprimorar o processo de aprendizagem (PROSERPIO e GIOIA, 2007).

A aprendizagem ocorre em um ambiente pró-social, mas informal. Isso sugere que a aprendizagem ocorre por meio de relações sociais, dentro de um meio cultural e conectando conhecimentos prévios ao novo contexto. Fialho (2011) argumenta que o aprendizado está situado e incorporado à atividade, contexto e cultura. Também é geralmente não intencional e não deliberado.

Sprinthal (2012) enunciaram que os alunos estão mais inclinados a aprender participando ativamente da experiência de aprendizado. Para os alunos, o aplicativo móvel é benéfico para aprender de tópicos essenciais há avançados de qualquer tópico. O uso do aplicativo móvel para ensino e aprendizagem reduz o uso de papel. Assim, é rentável também. Franklin e Peng (2008) dirigiram uma instância de concentrado em que o iPod Touch foi utilizado para ajudar os centros de estudos escolares a descobrir sobre condições matemáticas e, precisamente, a idéia de inclinação, estima suprema e disposição. O aprimoramento dos filmes matemáticos para uso no iPod Touch deu aos estudiosos métodos gratuitos para aprendizado matemático casual após os longos períodos da sala de aula.

Enquanto a investigação trabalhou a utilização de telefones celulares em uma sala de aula de matemática, os exercícios aprendidos não têm preço para quem procura atualizar inovações portáteis para ajudar a instruir e aprender com a programação padrão, por exemplo, iMovie, PowerPoint e iTunes. que se esforçam para utilizar tarefas instrutivas focadas no estudo e

com base em solicitação, enfrentam desafios que ultrapassam a distinção em torno de empreendimentos compostos e os configuram adequadamente na sala de aula. Da mesma forma, Franklin e Peng (2008) incluíram que os educadores não devem apenas se esforçar para ver como os sobestados estão compreendendo a tarefa, mas também começar a ajustar os diferentes pensamentos dos sobestados e as maneiras de lidar com os entendimentos aceitos sobre a ideia de aritmética (FRANKLIN e PENG, 2008).

Uma variedade de mídias pode executar a maioria das funções instrucionais. Professores, materiais impressos, filmes, telefones celulares e até computadores podem se dar igualmente bem em explicar, ilustrar ou testar o conhecimento dos alunos sobre um fenômeno, um conceito ou uma regra. A mídia eletrônica tornou-se não apenas ferramentas, mas os alicerces para um ambiente mais eficiente e empolgante. Sampaio (2016) descobriu que os programas de aprendizagem que usam o ensino baseado na Web oferecem aos alunos mais adaptabilidade para aprender no seu próprio ritmo e em horários convenientes, tempo de viagem reduzido e oportunidades adicionais para revisar os materiais do curso.

O autor fala que os alunos perceberam o aprendizado baseado na Web como uma ferramenta que lhes oferece uma oportunidade de melhorar a autoanálise e o pensamento crítico, além de compartilhar informações com os colegas. O destaque dos celulares astutos está se desenvolvendo rapidamente. Esses *gadgets* computadorizados falam com outra era de aparelhos inovadores que oferecem acesso impressionante ao conteúdo e abrem portas para uso imaginativo até mesmo por crianças jovens (MEIRELLES, 2014).

Telefones celulares e *tablets* estão entre os seis novos avanços que podem afetar significativamente a instrução, aprendizado e pesquisa no treinamento necessário. Particularmente no assunto da matemática, Berbel (2011) faz uma comparação entre os resultados da aprendizagem do ensino baseado em computador e o ensino temático de matemática.

Em comparação com o método de ensino temático tradicional, os resultados mostraram que a aprendizagem assistida por computador pode melhorar significativamente o avanço das aptidões científicas e o desenvolvimento de uma capacidade perceptiva mais profunda para os alunos. Os jovens podem ser retratados como locais avançados, pois estão vivendo a infância no mundo computadorizado (BERBEL, 2011).

A viabilidade de um aparelho intuitivo on-line de aprendizado de mídia mista versus mensagens, imagens de conteúdo e esclarecimentos de aprendizado visual e sonoro sobre a realização da matemática, a auto adequação da matemática e a realização do estudo (FRANKLIN e PENG, 2008).

## Resistência dos professores

Os efeitos das ferramentas na disciplina ministrada, nos programas de estudo e no comportamento dos alunos, sem dúvida, exigem mudanças nas práticas profissionais dos professores (CHEVALLARD, 2016);

A relutância dos professores, que não é nova, dá testemunho disso. Pode-se ler no boletim informativo publicado em 1971, destinado a professores, pelo construtor de réguas de cálculo Aristo apud Proust (2010, p. 5): “para o professor treinado nos rigores da disciplina matemática, a introdução da régua de cálculo das classes médias pode representar um caso real de consciência”.

A introdução de novas ferramentas na sala de aula requer um muitas vezes muito tempo, antes que seu uso se torne natural. Chevallard, (2016) mostra assim o tempo que foi necessário para configurar o quadro-negro na aula de matemática.

Para entender melhor as dificuldades de hoje, provavelmente é necessário re-situar o processo de desenvolvimento de ferramentas em seu movimento histórico, desde a introdução do quadro negro. Na sala de aula da matemática, as ferramentas dos alunos são, no início deste período, as do professor: a bússola, a régua, quadrado, transferidor do aluno correspondem às mesmas ferramentas, porém maiores, do professor. Os gestos habituais são cuidadosamente descritos pelo professor e reproduzidos pelos alunos (PROUST, 2010; (SCHÄRLIG, 2013)

Na primeira metade do século XX, a matemática ensinada seguirá um processo de abstração, separando-se da mecânica e astronomia. A matemática moderna é, portanto, a conclusão de um processo. Aqueles que ensinaram no ensino fundamental em meados da década de 1970, sabem que não era necessário, nem até desejado, usar uma regra para traçar uma linha reta, definida como um conjunto de bijeções tendo certas propriedades. As ferramentas materiais são, portanto, reprimidas do curso de matemática (SFEZ, 2012; ARTIGUE, 2017).

A partir do início dos anos 1980, ocorreu uma dupla revolução: - uma revolução nas formas como as ferramentas são introduzidas: já não é o professor que importa as ferramentas na sala de aula, mas são os próprios alunos; - uma revolução tecnológica: essas ferramentas, importadas pelos alunos, estão evoluindo cada vez mais rápido (calculadoras científicas, depois programáveis, depois gráficas e depois simbólicas) (SFEZ, 2012).

Os programas registram essa dupla evolução, prescrevendo a integração de calculadoras em classes escritório, calculadoras (em grande parte, sistematicamente), calculadoras gráficas e software de geometria dinâmica e, finalmente, planilhas e *software* de álgebra computacional. Esta aceleração e desafios tecnológicos e institucionais brutais, como evidenciado pela lacuna entre as prescrições de currículos e a realidade das aulas: um inquérito realizado em 2004, no âmbito do MEC, destaca este essas evidências. Essa lacuna não é um sinal de falta de vontade por parte dos professores, mas sim de uma complexidade de processo de integração de

novas ferramentas. O desenvolvimento desta pesquisa atestou a consciência deste grande fato: depois de subestimar essa complexidade e a importância do papel do professor, eles estão cada vez mais se concentrando em estudar as condições para a viabilidade de novas ferramentas no curso de matemática (SCHÄRLIG, 2013)

Com base em uma revisão de pesquisas realizadas internacionalmente de 1992 a 1998, Proust (2010) na verdade, destaca mudanças profundas. A primeira pesquisa sobre a integração de notícias tecnológicas (isto é, máquinas eletrônicas, então *software* dedicado ou não ao ensino) em curso de matemática, muitas vezes conduzido por professores voluntários entusiastas, começou a partir de postulados otimistas: as ferramentas deveriam ser cada vez mais amigáveis, de acesso rápido, de manipulação direta, teve que liberar tarefas técnicas e induzir um trabalho mais conceitual, facilitar um novo tipo de trabalho interno ao registro gráfico.

Assim a pesquisa evidenciou uma resistência dos professores par uso de aplicativos. E toda resistência é psicológica, ocorra onde ocorrer. A tarefa da psicologia é reconstruir, com base em certas manifestações dadas, a constelação de forças que produziu aquelas. Por trás do quadro manifesto cabiente estão seus fundamentos dinâmicos, impulsos que lutam pela descarga e contraforças inibidoras (FENICHEL, 2010).

E o que seria então essa resistência? A resposta é simples: é uma manifestação que indicam em que o professor se reserva a um conteúdo inconsciente, com us de orça negativa criando um mecanismo de oposição (CHEVALLARD, 2016).

Neste sentido a resistência é um mecanismo de proteção para os medos, dúvidas, e culpas no âmbito das relações em qualquer área de conhecimento. Observa-se, então, que o paciente, a partir de uma estrutura defensiva inconsciente ou consciente, lança mão de atitudes disponíveis na sua personalidade para gerar padrões explicativos próprios para compreender o estranho e o diferente. A resistência é um conceito clínico que se estende a outras situações relacionais (FENICHEL, 2010).

A dificuldade de integração parece ser gerada na articulação dos medos e resistências inconscientes da sociedade e do próprio paciente. A existência da resistência é plenamente reconhecida por todos os psicanalistas como aspecto em que todos os analistas levam em conta em seu trabalho clínico. Pelo menos, esta é a atitude clássica (FENICHEL, 2010).

## CONCLUSÃO

Os aplicativos para cenários de aprendizagem colaborativa são bastante raros até agora devido à sua complexidade esforços de programação e ambiente necessário para executá-lo. Por outro lado, o resultado da aprendizagem é realmente promissor, pois o ambiente de jogo e a comunicação sobre o problema de aprendizagem dos alunos, bem como a colaboração por meio de dispositivos, é uma combinação muito poderosa.

O campo de pesquisa de uso de aplicativos em sala de aula de matemática é muito novo. As primeiras tentativas apontam que novos insights e detalhes sobre o progresso da aprendizagem podem ser descobertos, mesmo para a educação matemática básica nas escolas primárias.

À primeira vista, pode-se concluir que o Gcompris introduzido funciona conforme esperado à primeira vista. Mais estudos de pesquisa serão necessários para investigar a melhoria dos resultados dos alunos em mais detalhes.

## REFERÊNCIAS

ARTIGUE, M. **Software como revelador de fenômenos didáticos ligados ao uso de ambientes de computador para a aprendizagem** em Educational Studies in Mathematics, 33/2, 1997, páginas 133-169, 2017.

BERBEL, N. A. N. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes.** Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.

CHATEAU, J. **O jogo e a criança.** 25 ed. São Paulo: Summus, 2014.

CHEVALLARD, Y. **Integração e viabilidade de objetos de computador: o problema da engenharia didática em Cornu B. (Ed.) O computador para o ensino de matemática,** 2016. P. 33-57.

ETCUBAN, J. O. **Gerador de teste automatizado para alunos do ensino fundamental.** IAMURE International Journal of Mathematics, Engineering & Technology, 6, 30, 2013. Disponível em <https://goo.gl/4kXMWm> Acesso em 03 de ago de 2020.

FENICHEL, O. **Teoria psicanalítica das neuroses.** São Paulo. Atheneu. 2010.

FIALHO, F. A. P.; SILVA, J; L. da. **Introdução às Ciências da Cognição.** Florianópolis: Insular. 2011.

FRANKLIN, T.; PENG, L. W. **Matemática móvel: educadores e alunos de matemática se envolvem no aprendizado móvel.** Journal of computing no ensino superior, 20 (2), 69-80, 2008. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s12528-008-9005-0> Acesso em 03 de ago de 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Petrópolis-Rj: Vozes, 1996.

FRIEDMANN, A. **Brincar: Crescer e aprender: O resgate do jogo infantil.** São Paulo: Moderna, 1996.



MEIRELLES, F. **Tecnologia da informação no ensino**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, A. da C. **O papel das metodologias ativas na escola**. Artigo. 2008. Disponível em <http://www.educa.fec.org.br> Acesso em 03 de ago de 2020.

NACARATO, M. A.; MENGALI, B. L. S.; PASSOS, C. L. B. **A Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental**: Tecendo Fios do Ensinar e do Aprender. São Paulo: Summus, 2009.

PROSERPIO, L.; GIOIA, D. A. **Ensinando a geração virtual**. Academy of Management Learning & Education, 6 (1), B69-80., 2007 Disponível em <https://doi.org/10.5465/amle.2007.24401703> Acesso em 03 de ago de 2020.

PROUST, C. **Multiplicação babilônica**: a parte não escrita do cálculo na Revue d'Histoire des Mathématiques, n ° 6, 2000, páginas 293-303m 2010.

SAMPAIO, S. L. **Facilitar o brincar no ensino de matemática**: um meio para promover o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e acadêmico em crianças pequenas com uso de tecnologia da informação. Porto Alegre: ArtMed, 2016.

SCHÄRLIG, A. **Contando com tokens, Lausanne**, Presses polytechniques et universitaire romes, 2013

SFEZ, L. **Técnica e ideologia** (uma questão de poder). Porto Alegre: ArtMed, 2012.

SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. **Cadernos do Mathema**: Jogos de Matemática de 1º a 5º. Porto Alegre RS, Artmed Editora S.A., 2007.

SPRINTHAL, R. C. **Psicologia educacional**. São Paulo: Summus, 2012.

STAREPRAVO, R. A. **Jogando com a Matemática**: Números e Operações. Curitiba, 2009.

TOLEDO, M. da S. **Metodologias ativas como fonte de aprendizagem**. São Paulo: Senai-SP, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **Mente e sociedade**: o desenvolvimento de processos psicológicos superiores. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

**Thaianne Oliveira de Matos**

Graduação em Engenharia Civil pela  
Universidade Estácio de Sá (UNESA).

**Guilherme Faria Souza Mussi de Andrade**

Graduação em Engenharia Civil pela  
Universidade Veiga de Almeida (UVA).  
Mestre em Engenharia Civil – Área: Geotecnia pela  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).  
Doutorando em Engenharia Civil – Área: Geotecnia pela  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

## RESUMO

Há uma preocupação sobre o destino dos pneus após seu uso convencional. A partir dos anos 90, o Brasil pode perceber o resultado nocivo causado pelo descarte dos pneus, já que quando esse material atinge o desgaste completo, se torna inservível. Geralmente, após sua utilização convencional, os pneus são direcionados à depósitos e são empilhados como material de sucata. Existem diversas maneiras de reutilização pneus, como por exemplo: elemento de reforço de aterros, como barreiras contra impactos ou ruídos e como elemento de redistribuição de tensões em dutos enterrados. O uso de pneus na Engenharia Civil, especificamente como muro de solo- pneus, mostra-se como uma alternativa de baixo custo e boa eficiência mecânica, atuando como uma opção para reciclar, reduzir e reutilizar pneus. O estudo de caso abordado busca analisar a técnica de estabilização de encostas com pneus desenvolvida no bairro de Jacarepaguá no Rio de Janeiro, Brasil.

**Palavras-chave:** Muros de contenção; Reutilização; Muro de pneus.

## INTRODUÇÃO

Consideramos como “pneu” todo artefato inflável, constituído por borracha e materiais de reforço utilizado para rodagem em veículos automotores e bicicletas (BRASIL, 2002). Tendo como principal função absorver impactos, suportar cargas, manter direção e transferir forças de tração e frenagem.

Há uma preocupação sobre o destino dos pneus após seu uso convencional na mobilidade dos veículos. É notório que esse material possui muita utilidade e sempre chamou atenção em relação aos riscos proporcionados ao meio ambiente. Com a crescente utilização de carros e caminhões a partir dos anos 90, o Brasil pode perceber o resultado nocivo

causado pelo descarte dos pneus, já que quando esse material atinge o desgaste completo, se torna inservível (FLORIANI, 2016).

Conforme LAGARINHOS e TENÓRIO (2009, p.33):

O descarte de pneus cresce ano após ano em todo o mundo. No passado, pouca importância foi dada à disposição de pneus mesmo nos países mais desenvolvidos, os pneus usados eram descartados em enormes aterros, vales, rios, entre outros. Nos países emergentes, o problema era simplesmente ignorado e muitas vezes o destino final destes pneus eram aterros, rios, beira de estradas, entre outros.

Geralmente, após sua utilização convencional, os pneus são direcionados à depósitos e são empilhados como material de sucata. A partir disso, há dois caminhos: utilizar o material através da recauchutagem ou direcionar o material à aterros sanitários, já que esses pneus não possuem mais nenhum valor comercial (SOUZA, 2002). O descarte incorreto desse material pode trazer diversos danos ao meio ambiente e à saúde da sociedade. Diante disso, torna-se importante pensar sobre como reaproveitar esse material.

De acordo com MOTTA (2008, p.16), é possível compreender:

No Brasil a regulação ambiental voltada para resíduos sólidos urbanos ainda é deficiente. Embora premente para o planejamento urbano municipal devido aos impactos sanitários, ambientais e econômicos envolvidos, ainda não existe uma lei federal que estabeleça diretrizes, critérios e normas para gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. Atualmente existem apenas resoluções e portarias de órgãos ambientais voltados para a resolução de questões específicas sobre a deposição de alguns materiais, como o caso dos pneus.

Muros de contenção são estruturas muito importantes em terrenos irregulares para impedir possíveis danos ao patrimônio e saúde da população, deslizamentos e invasões de terra que podem resultar em acidentes fatais. É possível encontrar na literatura diversos exemplos da utilização de pneus como elemento de reforço de aterros, como barreiras contra impactos ou ruídos e como elemento de redistribuição de tensões em dutos enterrados (Long, 1990, Schlosser *et al*, 1994).

O uso de pneus na Engenharia Civil, especificamente como muro de solo- pneus, mostra-se como uma alternativa de baixo custo e boa eficiência mecânica, atuando como uma opção para reciclar, reduzir e reutilizar pneus (SIEIRA,1998). A utilização desse material na construção de muros de contenção é uma ótima alternativa de construir uma cidade alinhada às questões ambientais.

O estudo de caso abordado busca analisar a técnica de estabilização de encostas com pneus desenvolvida no bairro de Jacarepaguá no Rio de Janeiro, Brasil. O muro de contenção experimental possui 60 m de comprimento e 4 m de altura e foi construído com pneus dispostos horizontalmente amarrados com corda ou arame e carregado com solo compactado.

## **Justificativa e relevância do tema**

Pneus descartados após o uso formam um lixo indesejável que acaba se acumulando em diversas áreas humanas ou terrenos baldios. Esse material pode servir de criadouros para micro e macro vetores causando risco à saúde pública, além de que se forem queimados a céu aberto, liberarão poluentes atmosféricos como carbono e dióxido de enxofre (D'almeida & Sena, 2000; Melo, 1998; Costa *et al*, 2000). Segundo pesquisas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), (Echimenco, 2001), no início deste século havia em média 100 milhões de pneus inservíveis abandonados no Brasil, divididos entre estocados ou deixados em áreas abertas. A previsão do autor é de que anualmente serão somados aproximadamente mais de 17 milhões de pneus.

Diante disso, é crescente a necessidade de pensar em novas alternativas para a utilização deste material. Os primeiros estudos sobre a utilização de pneus e solo, chamado de solo-pneus, foram realizados na França a partir da construção de um muro experimental de solo-pneus (LONG, 1984). O reaproveitamento de pneus em obras de Engenharia Civil tem crescido nos últimos anos, mostrando-se como uma boa alternativa relacionada à eficiência mecânica e aos custos da obra.

De acordo com Kamimura (2004), as aplicações mais comuns para reutilizar pneus são em sistemas de drenagem de gases em aterros sanitários; estabilizadores de encosta; barragens; concretos leves; isolante acústico e térmico; materiais de enchimento de peso leve; controle de erosão; aditivos para pavimentos asfálticos; material para compostagem, entre outros.

Além disso, vale ressaltar que a construção de muro solo-pneus é também uma alternativa de reaproveitamento desse material. O inventário da Associação dos Fabricantes de Borracha Norte Americana (RMA) é composto de diversos trabalhos e pesquisas científicas publicadas, com a temática referente as aplicações de borrachas recicladas de pneus inservíveis na Engenharia Civil (KAMIMURA, 2002).

## **Contextualização**

O muro experimental abordado no estudo de caso foi construído em uma área plana a jusante de uma encosta que apresentava sinais de instabilidade, em Jacarepaguá, Rio de Janeiro. Esse estudo faz parte de um projeto de pesquisa desenvolvido pela PUC-Rio para estudar e analisar o uso

de pneus usados como muros de arrimo. O muro experimental de solo-pneus possui 4 m de altura e 60 m de comprimento. O muro é formado por camadas horizontais de pneus preenchidos com resíduo de solo compactado e amarrados entre si com arame ou corda. Atrás do muro, foi construído um retroaterro com o mesmo material que preencheu os pneus (SIEIRA, 2009).

Sabemos que é de grande importância encontrar maneiras de reciclar e reutilizar resíduos industriais, como pneus, para preservar o meio ambiente e evitar danos à saúde da sociedade. A Construção Civil consome diversos materiais e se posiciona cada vez mais como um mercado para absorver os pneus inservíveis. O principal custo de uma obra de Engenharia Civil é relacionado aos materiais; por isso, utilizar materiais alternativos é uma boa alternativa para diminuir os custos da obra (KAMIMURA, 2002).

### **Situação problema**

É necessário elaborar diversas medidas para evitar que pneus inservíveis sejam abandonados em áreas urbanas ou aterros sanitários, e acabem causando malefícios ao meio ambiente e à sociedade como um todo. De acordo com Kamimura (2002), um plano de gerenciamento para os pneus descartados deve promover o controle e administração da sua geração e manejo, tratamento e disposição final, de forma integrada. Através dos 3Rs: Redução, Reutilização e Reciclagem, temos um caminho para minimizar os impactos causados por esse tipo de resíduo. Esse caminho foi definido pela Agenda 21 que pontuou princípios básicos para alcançar o desenvolvimento sustentável e a preservação ambiental (MMA, 2002).

### **Hipóteses**

O reaproveitamento de pneus é uma alternativa que ganhará mais espaço na Engenharia Civil a fim de diminuir os custos e produzir construções alinhadas à questão ambiental.

Estruturas de contenção construídas com a técnica de solo-pneus tem se mostrado uma alternativa para o reaproveitamento de um lixo urbano, que se acumula em grandes quantidades, além de usufruir da eficiência mecânica dos pneus.

### **Meios de pesquisa**

A metodologia aplicada no presente estudo de caso é a revisão bibliográfica referente ao tema. Através do projeto de pesquisa desenvolvido pela PUC-Rio com a participação da Universidade de Ottawa (Canadá), e da Fundação Geo-Rio (Prefeitura do Rio de Janeiro) será apresentado a metodologia executiva do muro de solo-pneus e as principais conclusões obtidas para o caso em estudo.

### **Objetivo geral e objetivo específico**

- Analisar a viabilidade da construção de muros experimentais de solo-pneus;
- Analisar a importância da reutilização de pneus para o meio ambiente;
- Apresentar processo executivo da construção de muros de solo-pneus;
- Identificar as vantagens e desvantagens na utilização desse método de construção.

## **Escopo do trabalho**

No primeiro capítulo é realizada uma pequena introdução sobre os problemas causados pelo descarte inadequado de pneus inservíveis, a importância da reutilização desse material, a justificativa, os objetivos da construção do muro experimental com solo-pneus, as hipóteses e os resultados esperados.

No segundo capítulo é abordado previamente a legislação vigente referente à reciclagem de pneus no Brasil, as inovações relacionadas aos materiais utilizados na Engenharia Civil e é apresentado o estudo de caso em questão. Além disso, apresentamos uma breve revisão sobre muros de arrimo, abordando os tipos de muros, suas características e objetivos.

No terceiro capítulo demonstramos a metodologia aplicada para este estudo de caso, onde são apresentados os métodos de pesquisa utilizados para realização do trabalho. Foi realizada uma revisão bibliográfica referente ao tema, com foco na construção de muros com materiais alternativos e de que forma isso acontece na Engenharia Civil e quais são os benefícios trazidos.

No quarto capítulo, no que tange o desenvolvimento do trabalho, é apresentado um aprofundamento do estudo de caso, verificando as especificidades da construção do muro experimental de solo-pneus e seu processo executivo.

Na conclusão deste trabalho, apresentamos o resultado do muro experimental que norteia o estudo de caso em questão. Além disso, abordaremos as vantagens e desvantagens desse método construtivo.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) n° 258/99 trouxe diversas regulamentações e inovações para a reciclagem de pneus no Brasil, incluindo tecnologias para reutilização e reciclagem. A *American Society for Testing and Materials* (ASTM D 6270-98), aprovou em 1998 uma norma prática para o uso de pneus inservíveis em aplicações na Engenharia Civil (RMA, 2002).

O ramo da Construção Civil é um dos mais importantes do Brasil, com forte atuação no desenvolvimento econômico e social. Esse setor contribui

para a degradação do meio ambiente porque é responsável pela geração de diversos resíduos de materiais que causam impactos quando não são descartados da maneira correta, além de também utilizar recursos naturais (AMARAL e KONARZEWSKI, 2018). A partir disso, torna-se cada vez mais importante que o setor da Construção Civil se mobilize para construir métodos e ferramentas para que a sustentabilidade faça parte dos processos construtivos.

Vários materiais alternativos estão sendo estudados e introduzidos nas construções de maneira inovadora, dentre eles, é possível citar a utilização de bambu em estruturas de pequeno, médio e grande porte (MARÇAL, 2008).

Para Marçal (2008, p.5):

É possível perceber que a construção civil atual passa por momentos de transição. As técnicas construtivas e as recuperações de patologias são cada vez mais demandadas e a cada dia surgem novos elementos construtivos para suprir a necessidade dos proprietários das obras e profissionais responsáveis.

Em 1776, Charles Augustin de Coulomb publicou um estudo referente as condições mínimas e máximas para a construção de muros de arrimo, no qual a Engenharia Moderna utilizou como referência para a contenção de solos. No Brasil, esse tipo de estrutura, foi implantada a partir desse século em regiões urbanas e portos. Por muito tempo, o objetivo principal da construção desses muros, era para desviar os cursos dos rios e em obras de barragens (MASSIMINO, 2020 *apud* MOLITERNO, 1980). Muros são definidos como estruturas corridas de contenção de parede vertical ou quase vertical, apoiadas em uma fundação rasa ou profunda (Instituto Monte Pascoal, 2019). Os muros de arrimo ou contenção podem ser construídos de pedra, gabiões, pneus, concreto armado ou concreto simples.

Segundo de Farias Guimarães *et. al* (2015) muros são “desde a antiguidade têm sido utilizados para defender e proteger as cidades, e ainda atualmente nos centros urbanos tem a função de separar um espaço do outro, demarcando um território, tornando-se uma fronteira entre o espaço público e o privado hoje”. Os muros de arrimo possuem como principal função estabilizar terrenos proporcionando maior segurança e contendo possíveis deslizamentos de terra. A construção desse tipo de muro permite que o terreno seja nivelado para a futura construção. Além de ser utilizado também na contenção de encostas evitando o desmoronamento de terra.

As propriedades mecânicas dos pneus encontram-se disponíveis após o encerramento de sua vida útil, essa é mais uma evidência de que este material pode ser utilizado na Construção Civil, sendo a construção de muros de arrimo uma possível alternativa de reaproveitamento desse material.

O destino dos pneus inservíveis é considerado um problema ambiental, já que esse tipo de resíduo possui uma decomposição muito lenta, baixa compressibilidade resultando em grandes volumes e proporcionando

malefícios à natureza e à saúde pública. Diversas pesquisas estão sendo intensificadas com foco na reutilização de pneus na Construção Civil. Uma das possíveis reutilizações dos pneus é na incorporação como agregado em concretos de cimento Portland (GIACOBBE, 2008). Novas formas de reaproveitar e reutilizar pneus descartados estão sendo estudadas no Brasil, dentre elas podemos citar dois projetos de pesquisa: um da Universidade de São Paulo (USP) que estuda a produção de concreto mais flexível, e outro da Universidade Federal do ABC (UFABC) que estuda o encapsulamento de motor de automóvel para reduzir ruídos (VIANA, 2021).

## **METODOLOGIA**

Este trabalho de conclusão de curso foi baseado em uma revisão bibliográfica, a partir de artigos científicos e dissertações dos principais autores da área. As informações para nortear o presente trabalho foram obtidas através dos trabalhos científicos disponibilizados no Google Acadêmico e Plataforma Scielo. Além disso, trabalhos científicos das legislações ambientais vigentes, publicações de instituições governamentais e não governamentais foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

A pesquisa teve como base os estudos da professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Ana Cristina Castro Fontenla Sieira sobre o muro experimental de solo-pneus executado no bairro Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. O muro em questão foi amplamente estudado pela autora em sua dissertação de mestrado na PUC-RIO, resultando em diversas publicações além de premiações acadêmicas.

## **DESENVOLVIMENTO**

Esta pesquisa aborda o estudo de caso de um muro de solo-pneus executado na rua Ati, bairro Jacarepaguá, RJ. O muro possui 60 m de comprimento e 4 m de altura com uma sobrecarga de solo compactado de 2 m sobre o retro-aterro de solo; os pneus utilizados também foram preenchidos com este solo compactado, e possuem medidas correspondentes a pneus de veículos de passeio, em média 0,60 m de diâmetro e 0,20 m de altura (GERSCOVICH, 2000). O objetivo da construção desse muro consiste em estudar uma técnica de estabilização de taludes de execução simples reaproveitando pneus usados.

A PUC-Rio desenvolveu em 1995 um projeto de pesquisa com foco na construção de um muro de contenção constituído de solo-pneus. Foi utilizado pneus com diâmetros semelhantes inteiros ou cortados (Figura 1), amarrados com arame de gabiões ou cordas de polipropileno com 6 mm de diâmetro. Os pneus utilizados nessa construção foram facilmente obtidos nas proximidades do local da obra. Ao todo, para executar todo o projeto, foram utilizados 15 mil pneus.





Figura 1 – Pneus inteiros ou cortados (Medeiros et al., 2000).

Os pneus que estão na parte interna foram ligados à 4 pneus adjacentes através de uma volta na amarração. Não foi necessário realizar uma amarração vertical entre os pneus por se tratar de um muro de peso.

As Figuras 2, 3 e 4 ilustram as diferentes fases da construção do muro experimental.



Figura 2 – Fase inicial onde foi posicionada a primeira camada de pneus (Medeiros et al., 2000).



Figura 3 – Fase intermediária: amarração dos pneus entre si com cordas de polipropileno (Medeiros et al., 2000).



Figura 4 – Fase final da construção do muro (Medeiros et al., 2000).

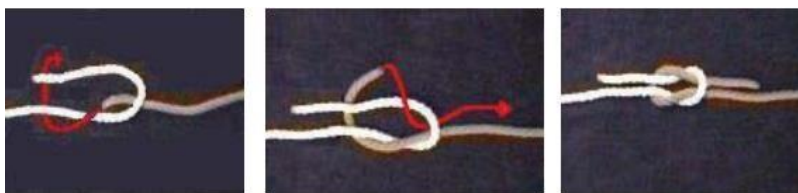
A construção de muros de contenção de solo-pneu consiste na projeção de camadas de pneus usados preenchidos com solo, colocados horizontalmente e amarrados através de cordas ou arames. Podem ser utilizados pneus inteiros ou cortados sem uma das bandas laterais. A estabilidade dessa construção é proporcionada pelo peso da estrutura, não sendo necessário considerar as características do solo utilizado para preencher os pneus, já que esse preenchimento serve apenas para garantir que o muro não deslize e não tombe. É recomendado que seja realizado o revestimento da face externa do muro, para evitar o carreamento do material

de enchimento, e para evitar incêndios e possíveis atos de vandalismo. Plantas ou concreto projetado sobre tela metálica, são os materiais mais recomendados para o revestimento final do muro de solo-pneus (Sieira, 1998).

O muro em questão foi construído com 4 m de altura e 60 m de comprimento, sendo dividido em 4 seções transversais distintas de 15 m (A, B, C e D). As seções transversais nos ajudam a comparar o comportamento e analisar a eficiência de cada uma das diferentes composições entre pneus cortados, pneus inteiros, amarrações com cordas ou arame e as diferentes geometrias entre as seções.

A construção do muro possui uma sequência de procedimentos: lançamento da camada de pneus, amarração, compactação do solo no interior dos pneus e lançamento da camada de pneus seguinte. Esses procedimentos se repetem até que o muro atinja a altura descrita no projeto (Sieira, 2009).

A primeira camada de pneus foi colocada após a limpeza e o nivelamento do terreno. As outras camadas foram colocadas de acordo com a disposição dos pneus para proporcionar um bom entrosamento e uma quantidade menor de espaços vazios. Após a colocação de pneus na superfície, iniciou-se a etapa de amarração dos pneus. Para realizar a amarração, foi utilizado o "nó de marinho" (Figura 5), esse tipo de nó fica mais apertado na medida em que é solicitado. Após a amarração, o procedimento realizado foi o de preenchimento do interior dos pneus com o solo local compactado. Foram lançadas camadas de 0,25 m de espessura e a compactação do solo foi realizada com compactador hidráulico manual (Sieira, 2009).



Passo 1

Passo 2

Passo 3

Figura 5 – Processo Executivo do Nó de Marinho (A.N.C., 2003).

Segundo Medeiros *et al.* (2000), o muro experimental de solo-pneus foi instrumentado com extensômetros magnéticos, células de pressão e inclinômetros, para o monitoramento dos deslocamentos verticais e das pressões atuantes, como apresentado nas Figuras 6 e 7.

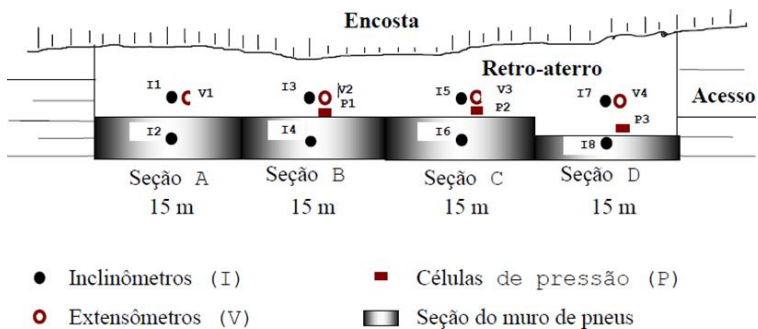


Figura 6 – Planta esquemática do muro experimental e da instrumentação de campo (Medeiros et al., 2000).

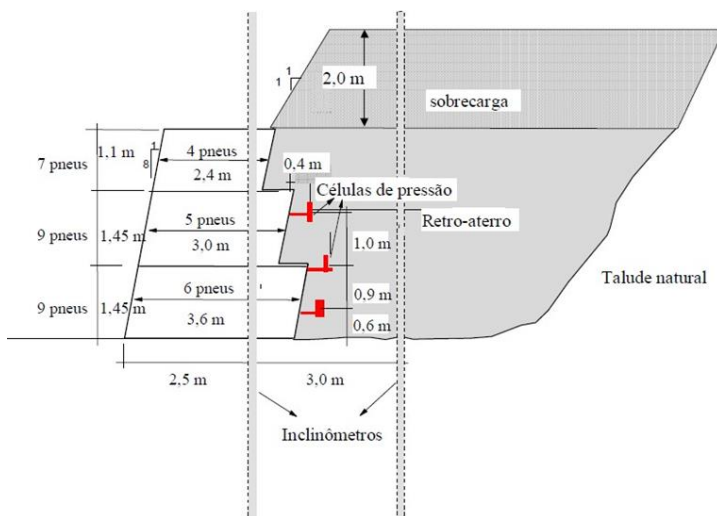


Figura 7 – Seção transversal típica do muro experimental (Medeiros et al., 2000).

As seções A, B e C possuem 6 pneus na base e 4 pneus no topo (Figura 8).

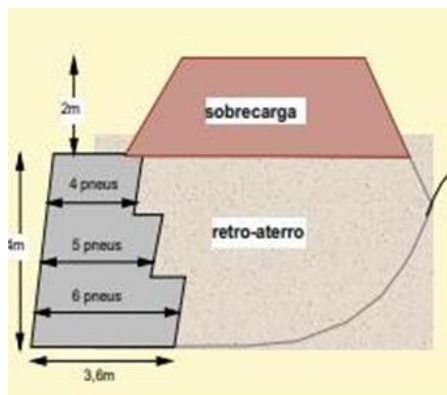


Figura 8 – Seções transversais A, B e C (Sieira, 2009).

Já, a seção D apresenta uma geometria uniforme, sendo composto de 3 pneus ao longo de sua altura (Figura 9).

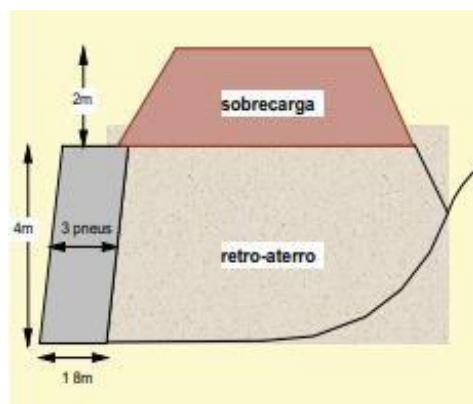


Figura 9 – Seção transversal D (Sieira, 2009).

As seções transversais apresentam as seguintes características:

Seção A: composta por pneus inteiros amarrados com corda de polipropileno de 6 mm de diâmetro. Apresentou deslocamentos horizontais superiores aos da seção B.

Seção B: composta por pneus cortados (sem uma das bandas laterais) amarrados com corda de polipropileno. A banda lateral cortada foi colocada dentro do pneu diminuindo a produção de rejeitos e aumentando a resistência radial. Observou-se que esta seção é mais rígida, mais homogênea e menos deformável que a seção A.

Seção C: composta por pneus cortados amarrados com arame de gabiões, possui cobertura plástica de PVC para proporcionar uma proteção contra corrosão. Observou-se que a amarração com arame proporcionou maior rigidez ao material solo-pneus.

Seção D: composta por pneus cortados amarrados com corda de polipropileno. É uma seção semelhante à B, se diferenciando apenas por ter uma geometria mais esbelta.

O solo local foi utilizado no preenchimento dos pneus e também na execução do retro-aterro. Esse solo foi classificado como um silte arenoso-argiloso. Fontes (1997) realizou ensaios de caracterização para obter os valores médios de densidade dos grãos (Gs), limites de Atterberg (LP e LL), índice de plasticidade (IP) e teor de umidade natural ( $\omega$ ) (GERSCOVICH et al, 2000).

Tabela 1 – Caracterização do solo

G <sub>s</sub>	Ensaio de Laboratório				$\omega$ (%)	Compactação de Campo		
	LP (%)	LL (%)	IP (%)	$\gamma$ (kN/m <sup>3</sup> )		S (%)	e	
2,724	31,0	46,0	15,0	20,0	17,5	65	0,833	

Fonte: GERSCOVICH et. al, 2000.

De acordo com Sieira (2001), o dimensionamento de um muro de solo-pneus é idêntico a qualquer tipo de muro de gravidade. É necessário conhecer o peso específico, peso do material e os coeficientes de empuxo do solo. Foi possível determinar o peso específico do material solo-pneu através de ensaios de densidade *in situ* (Figura 10), tendo sido observado um valor médio da ordem de 16 kN/m<sup>3</sup> (Sieira, 1998).



Figura 10 – Ensaio de densidade *in situ* (GERSCOVICH et. al, 2000).

Através da simulação numérica da construção do muro realizada através do programa de elementos finitos GESSDA, desenvolvido na PUC-Rio, foi possível estabelecer os parâmetros de deformabilidade do material solo-pneus. O método dessa simulação foi dividido em duas etapas: muro isolado e conjunto muro/retro-aterro. Na primeira etapa, o empuxo gerado pelo retro-aterro foi alterado por forças nodais equivalentes. Os parâmetros estabelecidos para deformabilidade do conjunto solo-pneus reproduziram os



deslocamentos horizontais previstos com os observados. Observou-se que o módulo de deformabilidade ( $E$ ) que se apresentou como constante ao longo da altura do muro, foi o que melhor reproduziu os resultados experimentais. Os valores de  $E$  situaram-se na faixa entre 1,8 e 3,0MPa. Os diferentes processos de amarração ou de configuração dos pneus proporcionaram essa variação (SIEIRA, 1998).

Na segunda etapa, ocorreu a simulação da construção do conjunto muro/retro-aterro, realizando novamente uma comparação dos deslocamentos horizontais previstos e os observados. As tensões horizontais previstas apresentaram uma boa concordância com as observadas (SIEIRA, 2001).

Os estudos e análises realizados mostraram que o muro executado com pneus cortados (seção B) é mais homogêneo e mais rígido do que o muro construído com pneus inteiros (seção A). Observa-se uma redução de cerca de 30% nos deslocamentos horizontais quando são utilizados pneus cortados, como pode ser visto na Figura 11 (MEDEIROS *et al.*, 2000).

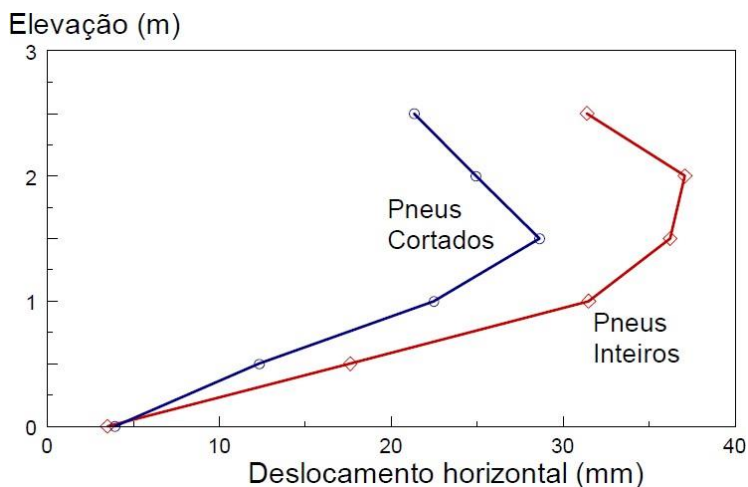


Figura 11 – Influência da remoção da banda lateral do pneu (Medeiros et al., 2000).

Comparando os dois tipos de amarração utilizados na construção do muro, notou-se que a amarração com corda, apesar de ser mais lenta, apresenta menor custo em relação a amarração com arame de gabião, apresentando-se como uma opção economicamente vantajosa (SIEIRA, 2001). Segundo Medeiros et al. (2000), o custo da corda é aproximadamente cinco vezes inferior ao arame. Apesar disto, a utilização da amarração com arame conferiu um pequeno aumento de rigidez ao muro de solo-pneus, conforme visto na Figura 12 (MEDEIROS *et al.*, 2000).

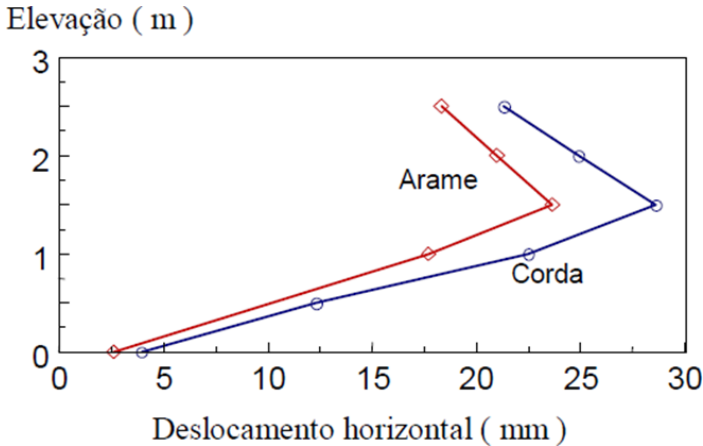


Figura 12 – Influência do tipo de amarração (Medeiros et al., 2000).

Os resultados da simulação numérica da construção do muro experimental demonstraram que muros de solo-pneus com geometria mais esbelta (seção D) são alternativas seguras para contenção de taludes. Observou-se que os  $s$  horizontais aumentaram consideravelmente quando a largura da base foi reduzida de 3 para 2 pneus, como visto na Figura 13 (Medeiros *et al.*, 2000). Além disso, determinou-se que a presença de pneus amarrados entre si no interior do muro certamente fornece ao conjunto uma resistência ao cisalhamento superior à do solo propriamente dito (LONG, 1990).

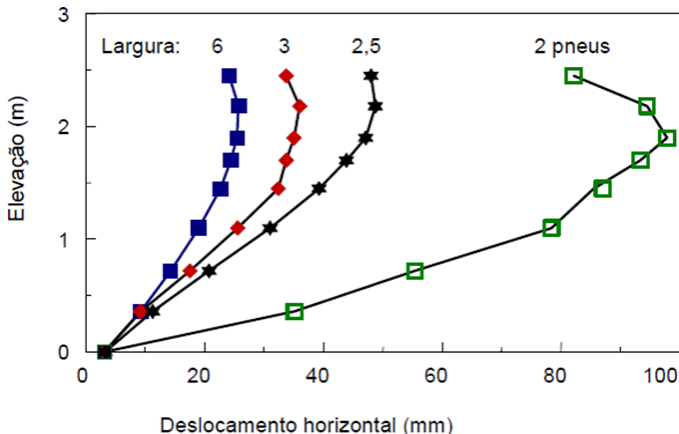


Figura 13 – Variação dos deslocamentos horizontais em função da largura do muro (Medeiros et al., 2000).

Apesar do estudo do muro experimental de solo-pneus ter sido iniciado nos anos 90, o processo construtivo ainda é estudado atualmente. Através do software PLAXIS foi possível realizar uma simulação numérica



atualizada a fim de comparar os resultados obtidos anteriormente em relação aos deslocamentos horizontais com a instrumentação de campo. Com a modelagem computacional, o processo executivo foi seguido com a construção do muro de solo-pneus e do retroaterro ao mesmo tempo.

Os resultados da simulação numérica foram comparados aos resultados da instrumentação de campo para a etapa final da construção e após a aplicação da sobrecarga. O *software* em questão faz uso do método dos elementos finitos e engloba modelos constitutivos diferentes, além de simular diversas condições de contorno e etapas construtivas.

Os resultados obtidos com o *software* PLAXIS no estudo realizado em 2018 foram semelhantes ao primeiro estudo realizado com o *software* GESSDA. A variação encontrada no módulo de deformabilidade foi resultado do efeito da compactação que foi modelado no estudo mais recente. Sendo assim, notou-se que a modelagem dos efeitos da compactação do solo indicou deslocamentos horizontais maiores e causou influência nas deformações pós construtivas (MUSSI et. al, 2018).

## CONCLUSÃO

O reaproveitamento de pneus na construção de muros de contenção mostra-se como uma técnica eficaz. O estudo de caso evidenciou que a reutilização de pneus em obras de contenção de taludes é uma boa alternativa tecnicamente e economicamente viável quando a comparamos com técnicas convencionadas de estabilização de encostas. Além disso, essa técnica é ecologicamente correta e contribui de maneira significativa na diminuição do passivo ambiental.

Na construção do muro, observou-se que a utilização de pneus cortados é bastante favorável por proporcionar maior rigidez e menos deformabilidade. Muros de solo-pneus apresentam boa resistência e flexibilidade, além de ser uma opção que não demanda mão de obra especializada e grandes maquinários para o processo construtivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A.N.C.- Associação Nacional de Cruzeiros (2003) – Homepage da Associação Nacional de Cruzeiros [www.edinfor.pt](http://www.edinfor.pt).

ACHCAR, Arine; OLIVEIRA, Cássia Geremias de. **Reutilização e Reciclagem de Resíduos na Construção Civil**. 2018.

AMARAL, Talita Ester Martins; KONARZEWSKI, Carmem. **Reutilização de materiais da construção civil**. Mostra Interativa da Produção Estudantil em Educação Científica e Tecnológica, 2018.

Bourscheid AB, Souza RL, **Resíduos de construção e demolição como material alternativo**. 1ª edição. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2010. 85 p.

BRASIL – Ministério do Meio Ambiente, Conselho Nacional de meio Ambiente, CONAMA. Resolução CONAMA nº 301, de 21 de março de 2002 – In: Resoluções 2003. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br>> Acessado em: 20/03/2022.

CIMINO, Marly Alvarez; ZANTA, Viviana Maria. **Gerenciamento de pneumáticos inservíveis (GPI): análise crítica de ações institucionais e tecnologias para minimização**. Engenharia Sanitaria e Ambiental, v. 10, n. 4, p. 299-306, 2005.

DE FARIAS GUIMARÃES, Tereza Cristina et al. **MURO VIVO INTERACTIVE ALIVE WALL**. 2015.

**Estruturas em contenção**. Instituto Monte Pascoal. 17/06/2019. Disponível em:<<http://www.imontepascoal.com/noticias/17062019/estruturas-em-contencao/#:~:text=Muros%20s%C3%A3o%20estruturas%20corridas%20de,ou%20ainda%2C%20de%20elementos%20especiais>> Acessado em: 01/04/2022 FLORIANI, Marco Antonio; FURLANETTO, Vinicius Cadore; SEHNEM, Simone.

**Descarte sustentável de pneus inservíveis**. Navus-Revista de Gestão e Tecnologia, v. 6, n. 2, p. 37-51, 2016.

GERSCOVICH, DANZIGER E SARAMAGO. **Contenções: teoria e aplicações em obras**. 2ª ed. Oficina de Textos, 2016.

GERSCOVICH, Denise MS et al. **Reuso de pneus em geotecnia**. Seminário Nacional sobre Reuso/Reciclagem de Resíduos Sólidos Industriais–FIESP. São Paulo, 2000.

GIACOBBE, S. **Estudo do comportamento físico-mecânico do concreto de cimento portland com adição de borracha de pneus**. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

KAMIMURA, Eliane et al. **Potencial de utilização dos resíduos de borracha de pneus pela indústria da construção civil**. 2002.

KAMIMURA, Eliane. **Potencial dos resíduos de borracha de pneus pela indústria da construção civil**. 2004. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Florianópolis.

LAGARINHOS, Carlos Alberto Ferreira; TENÓRIO, Jorge Alberto Soares. **Reciclagem de pneus: discussão do impacto da política brasileira**. Engevista, 2009.

Long, N.T. (1990) - “**The Pneusol**”. Publication GT44, Laboratoire Central des Ponts et Chaussées, France, 76p.

LONG, N.T. **Pneusol**, Tyresoil, Tiresoil. Colloque Routes et Development, Ecole National des Ponts et Chaussées, France, 17p, 1984.

MARÇAL, Vitor Hugo Silva; AMBIENTAL, CIVIL E. **Uso do bambu na construção civil. Projeto final em Engenharia Civil e Ambiental.** Faculdade de Tecnologia, Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

MASSIMINO, Beatriz Mello et al. **ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE MURO DE CONTENÇÃO DO TIPO SOLO PNEU E GABIÃO.** In: Colloquium Exactarum. ISSN: 2178-8332. 2020. p. 18-29.

MEDEIROS, L.V. et al. **Reuso de Pneus em Geotecnia.** In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE REUSO/RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS. SMA/SP, 2000.

MEDEIROS, L.V.; SAYÃO, A.S.F.J.; GARGA, V.K.; ANDRADE, M.H.N. **Use of Scrap Tires in Slope Stabilization.** 2nd Panamerican Symposium on Landslides, ISSMGE, Rio de Janeiro, Brasil, vol. 2, p. 637-643, 1997

MEDEIROS, L.V.; SAYÃO, A.S.F.J.; GARGA, V.K.; ANDRADE, M.H.N. **Use of Scrap Tires in Slope Stabilization.** 2nd Panamerican Symposium on Landslides, ISSMGE, Rio de Janeiro, Brasil, vol. 2, p. 637-643, 1997.

MOLITERNO, A.. **Caderno de Muros de Arrimo.** 1. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.

MOTTA, Flávia Gutierrez. **A cadeia de destinação dos pneus inservíveis: o papel da regulação e do desenvolvimento tecnológico.** Ambiente & sociedade, v. 11, p. 167-184, 2008.

MUSSI, G. F. S. A. ; LOPEZ, D. S. ; LIMA, B. T. ; SIEIRA, A. C. C. F. ; SAYAO, A. S. F. J. . **Avaliação do Comportamento de Muros de Gravidade Construído com Solo-Pneus.** In: COBRAMSEG 2018 - XIX Congresso Brasileiro de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica Geotecnia e Desenvolvimento Urbano, 2018, Salvador. COBRAMSEG 2018 - XIX Congresso Brasileiro de Mecânica dos Solos e Engenharia Geotécnica Geotecnia e Desenvolvimento Urbano, 2018

RMA: Rubber Manufacturers Association. **Energy Recovery From Scrap Tires.** May, 2002. Disponível em: <<http://www.rma.org/scraptires/Energy.html>> Acessado em: 14/02/2022.

RMA: Rubber Manufacturers Association. **Scrap Tire Facts and Figures.** May, 2002. Disponível em: <[http://www.rma.org/scraptires/facts\\_figures.html](http://www.rma.org/scraptires/facts_figures.html)> Acessado em: 14/02/2022.

RMA: Rubber Manufacturers Association. **Scrap Tire Management Council 1990- 2000. Tem Years of Success.** Disponível em: <<http://www.rma.org/scraptires/pdf/brochure.pdf>> Acessado em: 14/02/2022.

SIEIRA, A. C. C. F. **Análise do Comportamento de Um Muro de Contenção Utilizando Pneus.** 2001. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001.

SIEIRA, A. C. C. F. **Análise do comportamento de um muro de contenção utilizando pneus.** Rio de Janeiro, 1998.

SIEIRA, A. C. C. F. et al. **Simulação Numérica do Comportamento de um Muro de Pneus.** IV Seminário de Fundações Especiais e Geotecnia-SEFE, São Paulo, Brasil, Julho, pp532-540, 2000.

SIEIRA, Ana Cristina Castro Fontenela. **Geossintéticos e pneus: alternativas de estabilização de taludes.** Engevista, 2009.

SIEIRA, Ana Cristina CF et al. **Comportamento de um Muro de Pneus para Estabilização de Encostas.** Revista da Sociedade Portuguesa de Geotecnia, v. 91, p. 39-55, 2001.

SILVA, Frederico Collazo; DOS SANTOS, Fladimir Fernandes; KLAMT, Rodrigo André. **Ações para o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos gerados na construção de edificações.** Revista Saúde e Meio Ambiente, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2015.

SOUZA, Antônio Nerton de. **MURO DE CONTENÇÃO UTILIZANDO PNEUS: análise e alguns comparativos de custos.** 2002.

SZPILMAN, M. **Reciclagem.** In: Instituto Ecológico AQUALUNG. Informativo n.º 23, jan/fev 1999. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/08/19/reciclagem-depneus>> Acessado em: 26/04/2022.

VIANA, Viviane Japiassú et al. **REUTILIZAÇÃO DE PNEUS NA CONSTRUÇÃO CIVIL.** Revista Tecnológica da Universidade Santa Úrsula, v. 4, n. 1, p. 63-74, 2021.

**Andressa dos Santos de Araujo**

Graduada no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Juliana Ferreira da Silva Milato**

Graduada no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Thatiana de Oliveira Bernardino**

Graduada no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Helena Portes Sava de Farias**

Docente no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a investigação de Práticas Grupais e Integrativas de saúde, como estratégia para assistência em enfermagem de crianças oncológicas hospitalizadas e seus familiares. Abordando os métodos não farmacológicos na contextualização da rotina vivenciada pelos pacientes, funcionários e acompanhantes, e no manejo da dor oncológica. Em consideração a baixa distribuição destas práticas nos setores de saúde em unidade hospitalar, justificam a realização desse estudo, mostrando a importância da estratégia de Práticas Grupais e Integrativas para crianças no âmbito hospitalar, e como essa assistência pode trazer um diferencial no tratamento dos pacientes e incentivar a família. O levantamento bibliográfico foi realizado no período de agosto de 2022 a maio de 2022, por meio do acesso às bases de dados disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados LILACAS, MEDLINE e BDENF. Através da busca inicial, foram encontrados trinta artigos, dos quais apenas quatro foram selecionados para construção dos resultados. Os resultados foram analisados e organizados em duas categorias, dentre eles: Categoria 1: Práticas grupais e integrativas abordando a contextualização da rotina vivenciada pelos pacientes, acompanhantes e equipe multidisciplinar. Categoria 2: A utilização de práticas integrativas no manejo da dor. A partir das informações obtidas, concluímos que o método não farmacológico de Práticas Grupais e Integrativas, possibilita ao paciente conforto, melhor adesão ao tratamento, controle da dor e dos sintomas como: náuseas, vômitos, ansiedade, fadiga, entre outros, e possibilita a promoção para uma melhor qualidade de vida e tratamento.

**Palavras-chave:** Oncologia pediátrica; Práticas grupais; Assistência de enfermagem ao paciente oncológico; Pics em oncologia.

## INTRODUÇÃO

O estudo tem como objeto de investigação as Práticas Grupais e Integrativas de saúde, como estratégia para assistência em enfermagem de crianças oncológicas hospitalizadas e seus familiares.

O interesse pelo estudo surgiu através do primeiro contato com a área de assistência no técnico em enfermagem, nos estágios em saúde mental onde foi abordado métodos de cuidado e implementações em práticas grupais e práticas integrativas em saúde, para complementar o tratamento terapêutico dos pacientes. Assim como, no setor pediátrico, onde foram abordados os cuidados com o paciente oncológico, assistência e cuidado no tratamento do paciente, e abordagens para o cuidado e convívio com a família.

Com o tempo de atuação na área, surgiu o interesse na graduação de enfermagem, onde aumentou o desejo de cuidar e ajudar mais as pessoas, a admiração e a afinidade ficaram ainda maiores depois da atuação. Durante os estudos na graduação os temas abordados nas unidades curriculares de Promoção a Saúde Mental e Qualidade de vida, que mostrou que o cuidado com a saúde mental pode se relacionar em todas as áreas, mostrando as abordagens e os cuidados utilizados com o paciente na atenção básica até a atenção de alta complexidade, assim como, na disciplina de Seminários Integrados em Enfermagem IV – Bioética, Cuidados Paliativos e Tanatologia, que incentivou a buscar novas maneiras de entender o que o paciente e a família está sentindo, nos mostrou o conjunto de práticas de assistência ao paciente incurável que visa oferecer dignidade e diminuição do seu sofrimento, e também na disciplina de Atenção Integral à criança e ao adolescente em unidades Hospitalares, onde despertou o interesse na assistência, cuidado, e em saber como é baseado a vivência não só do paciente hospitalizado mas também de sua família.

Câncer é um termo que abrange mais de 100 diferentes tipos de doenças malignas que têm em comum o crescimento desordenado de células, que podem invadir tecidos adjacentes ou órgãos a distância. Divide-se rapidamente, estas células tendem a ser muito agressivas e incontroláveis, determinando a formação de tumores, que podem espalhar-se para outras regiões do corpo. Os diferentes tipos de câncer correspondem aos vários tipos de células do corpo. Quando começam em tecidos epiteliais, como pele ou mucosas, são denominados carcinomas. Se o ponto de partida são os tecidos conjuntivos, como osso, músculo ou cartilagem, são chamados sarcomas. Outras características que diferenciam os diversos tipos de câncer entre si são a velocidade de multiplicação das células e a capacidade de invadir tecidos e órgãos vizinhos ou distantes, conhecida como metástase (INCA, 2020).

Atualmente, o câncer é um dos problemas de saúde pública mais complexos que o sistema de saúde brasileiro enfrenta, dada a sua magnitude epidemiológica, social e econômica. Ressalta-se que pelo menos um terço

dos casos novos de câncer que ocorre anualmente no mundo poderia ser prevenido (THULER, 2011).

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), em relação as práticas integrativas, observa-se que a distribuição dos serviços de PICS por nível de complexidade é: 78% na Atenção Básica, 18% na média e 4% na alta, assim como podemos observar que o nível de prática grupal é mais voltado para a Atenção Básica. As estratégias de práticas grupais visam à humanização dos pacientes oncológicos e radioterápicos. Afinal, a expectativa de vida e a incidência da doença, na população brasileira, crescem nas mesmas proporções em que novos casos são diagnosticados todos os anos, contribuindo para que a busca por tratamento efetivo e diferenciado. Com essa humanização criamos uma relação mais próxima entre a equipe multiprofissional e o paciente, onde encontram juntas soluções para os problemas que impactam sua qualidade de vida. Além disso, ajuda no desenvolvimento terapêutico de forma mais humana, considerando o doente como um ser individualizado, com suas características físicas e emocionais (BRASIL, 2020).

As práticas grupais e Integrativas em saúde são intervenções coletivas e individuais que buscam o favorecimento de desenvolvimento de atividades no tratamento terapêutico baseado em conhecimentos de psicoterapia e terapias tradicionais, que buscam a prevenção de doenças e a recuperação da saúde, podendo ser utilizadas como tratamentos paliativos. Diante da escassez de estudos sobre a temática abordada, esse projeto se torna relevante por trazer conhecimento e possíveis contribuições para a integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade, enquanto estratégia para o tratamento assistencial em enfermagem com ênfase na escuta acolhedora, no desenvolvimento do vínculo terapêutico, e assistência multiprofissional.

Considerando a baixa distribuição destas práticas nos setores de saúde em unidade hospitalar, há necessidade de assistência humanizada por parte da equipe não só de enfermagem, mas também as equipes multidisciplinares justificam a realização desse estudo.

Considerando a relevância da temática do estudo foram elaboradas as seguintes questões norteadoras:

- Qual a importância da estratégia de práticas grupais e integrativas para crianças oncológicas no ambiente hospitalar?
- Como essa assistência pode fazer/ trazer um diferencial no tratamento das crianças e ajudar/incentivar a família?

Considerando as questões anteriormente apresentadas, o presente trabalho tem como principal objetivo, apresentar abordagens terapêuticas não farmacológicas utilizadas no cuidado e assistência a crianças oncológicas hospitalizadas e os seguintes objetivos específicos:

Em resposta das questões norteadoras foram definidos os seguintes objetivos:

- Analisar as evidências do cuidado oncológico hospitalar e identificar as estratégias utilizadas;
- Alcançar resultados com base na temática, e com isso, sugerir implementações nas técnicas de cuidado e melhorias na assistência de enfermagem do paciente oncológico em unidade hospitalar, podendo trazer melhorias para o cuidado, assistência das crianças hospitalizadas e incentivo para família.

## REVISÃO DE LITERATURA

No ano de 2020 foram estimadas taxas brutas de incidência de câncer por 1 milhão de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos, e do número de casos novos de câncer, segundo sexo, consistidas em um conjunto de tumores malignos que apresentam características próprias (INCA, 2020).

A dor oncológica apesar de ser uma dor comum em pacientes em tratamento de câncer, não deve ser vista como uma dor normal. “Dor oncológica é, portanto, qualquer dor relacionada à experiência de uma doença oncológica, seja causada pelo tumor, seu diagnóstico ou seu tratamento. Quando causada pela doença, é sim um aviso de que algo de errado está acontecendo e, muitas vezes, pode ser o motivo de buscar um serviço de saúde, levando ao diagnóstico”, diz o Dr. Gustavo Murta, anestesiologia, tratamento da dor e cuidados paliativos do Hospital Santa Paula.

Essa sensação de dor pode ser por diversos motivos, desde a dor da evolução do próprio câncer, assim como procedimentos invasivos como punções venosas, e os tratamentos quimioterápicos e radioterápicos. De acordo com dados da Associação Internacional Para o Estudo da Dor (IASP), cerca de 50% dos pacientes apontam ter dor na época do diagnóstico do câncer, com a doença estando na fase inicial, 75% dos pacientes relatam sentir dor em estágio avançado, entre os pacientes que ‘venceram’ o câncer 33% sentem a dor (IASP, 2021).

As dores podem ser classificadas em: dor oncológica, compressão da medula espinhal, dor óssea, dor cirúrgica, dor “fantasma”, dor de tratamentos contra o câncer, neuropatia periférica, feridas na boca, muco site e outras lesões devido a radioterapia, dor devido a procedimentos ou exames (Revista Abrale Online, 2021).

O câncer e seus tratamentos convencionais ocasionam muitos efeitos adversos agressivos que impactam na qualidade de vida dos pacientes. Desta maneira, a busca pela recuperação dos pacientes em tratamento oncológico abrange a medicina convencional e as Práticas Integrativas e Complementares (PIC's). A utilização de Práticas Integrativas e Complementares (PICs) nos pacientes com diagnóstico de câncer é elevada e, muitas vezes, acontece sem o conhecimento da equipe multiprofissional de saúde que realiza o tratamento para a neoplasia. Assim, é importante que



as Práticas Integrativas e Complementares (Pic's) sejam conhecidas pelos profissionais que realizam o tratamento oncológico convencional destes pacientes para que possam indicar uma complementação terapêutica, avaliar de forma individual a contribuição da PIC a cada paciente e até mesmo considerar a sua não realização quando exercerem interferência prejudicial ao tratamento (SIMINO GIOVANA, 2018).

## **PROMOÇÃO DE SAÚDE**

De acordo com o Art. 196, da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988): a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A promoção da saúde é uma das estratégias do setor saúde para buscar a melhoria da qualidade de vida da população.

O objetivo é promover uma gestão compartilhada entre usuários, trabalhadores do setor sanitário, de outros setores e movimentos sociais. Neste contexto, promover saúde se impõe pela complexidade dos problemas que caracterizam a realidade sanitária em que predominam as doenças crônicas não transmissíveis, a violência e as novas endemias. Se impõe também pela potencialidade de estratégias que superam a cultura da medicalização que predomina no imaginário da sociedade e que não pode ser modificada por meio destes mesmos procedimentos médicos, ou seja, promover saúde também é aceitar o imenso desafio de desencadear um processo amplo que inclui a articulação de parcerias, atuações intersetoriais e participação popular, que otimize os recursos disponíveis e garanta sua aplicação em políticas que respondam mais efetiva e integralmente às necessidades da sociedade.

É se responsabilizar no nível da legislação e execução com políticas que favoreçam a vida em todas suas dimensões sem que isso implique, necessariamente, no desenvolvimento de ações inéditas, mas no redirecionamento do enfoque das políticas públicas (BRASIL, 2012).

## **PRÁTICAS DE GRUPO**

Para Pichon-Rivière, apud Saidon, (1986, p. 184), a definição de grupo é: “todo conjunto de pessoas ligadas entre si por constantes do tempo e espaço, e articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe explícita ou implicitamente uma tarefa que constitui sua finalidade. Podemos dizer então que estrutura, função coesão e finalidade, juntamente com o número determinado de integrantes, configuram a situação grupal que tem seu modelo natural no grupo familiar”.

Atualmente, a prática grupal de educação em saúde vem se ampliando cada vez mais nos campos de Atenção Básica em Saúde, nas unidades de serviço como o CAPS e no campo de Assistência Social, onde o

trabalho requer vínculo, escuta, acolhimento, e apoio ao paciente para promover a saúde evitando possíveis acometimentos futuros que sejam prejudiciais ao indivíduo.

A psicoterapia pode ser definida como toda intervenção terapêutica onde se prioriza a relação do paciente com o seu conector, sendo ele: terapeuta, médico, enfermeiro, entre outros, para que sejam utilizados os recursos das linguagens corporais, verbais ou não, podendo possibilitar a remissão dos sintomas e seus conflitos. Através da psicoterapia o paciente deve poder compartilhar suas angústias, seus pensamentos íntimos, suas fantasias e inquietações. As psicoterapias podem ser individuais, onde a relação é dual, ou seja, o paciente se encontra com um terapeuta em local e hora pré-determinados. Já as terapias grupais se caracterizam pela reunião de vários indivíduos, cujo número pode ser diverso. As terapias podem utilizar recursos como modelagem, pintura, atividades corporais entre outras. Outra terapia existente é a familiar, que pode ser considerada como uma terapia de grupo com um grupo natural bastante específico e singular, exigindo assim toda uma abordagem diferenciada (Saidon Osvaldo, 1983).

## **PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES (PICS)**

O objetivo da PNPIC sempre foi implementar tratamentos alternativos à medicina na rede pública do Brasil, utilizando o SUS. No início contava com cinco procedimentos. Em 2017 conseguiram ser implementados mais 14 tipos de procedimentos. Já em 2018 com a expansão do programa, conseguiram incluir mais 10 procedimentos.

Em 2006, o Ministério da Saúde aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) onde as áreas contempladas são as de Homeopatia, Fitoterapia, Plantas Medicinais, Medicina Tradicional Japonesa, Acupuntura, promovendo a institucionalização destas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje a PNPIC contempla 29 práticas: Apiterapia, Aromaterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Bioenergética, Constelação familiar, Cromoterapia, Dança Circular, Geoterapia, Hipnoterapia, Homeopatia, Imposição de mãos, Medicina Antroposófica/ Antroposofia Aplicada à Saúde, Medicina Tradicional Chinesa/ Acupuntura/ Tai Chi Chuan, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Ozonioterapia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa, Terapia de Florais, Termalismo social/ Crenoterapia e Yoga.

As PICS são uma forma importante de cuidado presente no SUS, a partir das PNPIC na Atenção Primária de Saúde (APS). Lembrando que é na atenção primária onde devemos promover as resolutividades em oitenta por cento das necessidades de saúde. Por isso, muitas PICS contribuem para o cuidado de certas doenças como ansiedade, hipertensão, diabetes, depressão, obesidade, dentre outras doenças e agravos de saúde. (BRASIL, 2015).

## **METODOLOGIA**

A estratégia metodológica que irá instruir este estudo é a revisão integrativa, pois permitirá aos pesquisadores obtenção do conhecimento de evidências dos métodos de tratamento oncológico não convencional por meio de leituras de artigos, livros, monografias e outros, tornando assim, um estudo de pesquisa de natureza descritiva, pois terá o objetivo de reunir e analisar dados, tendo o objetivo de desvendar as experiências da assistência ao paciente oncológico ligada a vivência do profissional e paciente, onde serão abordados aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano que não podem ser quantificados em equações e estatísticas, e quantitativa, na qual tem o objetivo de aplicar ferramentas estatísticas, podendo utilizar gráficos e tabelas para demonstração de resultados

A pesquisa do tipo descritivo objetivo descrever determinados acontecimentos através de formulações empíricas e teóricas permitindo acumular informações de maneira completa com descrições quantitativas e/ou qualitativas, dando prioridade ao caráter representativo sistemático (LAKATOS; MARCONI, 2015).

A pesquisa qualitativa busca descrever o comportamento das variáveis e diversas situações encontradas quando comparadas a problemática da pesquisa, permitindo descrever percepções, opiniões e interpretações no ponto de vista de como se vivem e se posicionam diante de tal fato (MINAYO, 2010).

Para Neto (2012), o que caracteriza uma pesquisa quantitativa, são os requisitos de um procedimento experimental, incluindo características como a validade dos processos e o uso da manipulação das variáveis de estudo. Utiliza-se de maneira intensiva os testes estatísticos que correlacionam às variáveis estudadas, verifica o impacto e a validade do experimento e busca pela relação causa-efeito (causalidade).

Foram realizadas buscas na literatura bibliográfica por meio do acesso às bases de dados disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciência e Saúde (LILACS), Medical Literatura Analysis and Retrieval System on line (MEDLINE) e Base de dados em Enfermagem (BDENF). Serão utilizados os descritivos: oncologia pediátrica, práticas grupais, assistência de enfermagem ao paciente oncológico, PICS em oncologia.

Para a busca, foram selecionados os textos que estejam disponíveis de forma completa, sendo eles publicados no idioma português, entre os períodos de 2015 e 2021.

A pesquisa trata de uma análise de conteúdo feita de forma crítica por meio de leitura na íntegra e de instrumento de coleta de dados específicos de artigos composto por dados como: Autor, ano, principais evidências do estudo, benefícios e terapias aplicadas. Serão utilizados critérios de inclusão: Artigos publicados nos últimos seis anos, sem delimitação do país de

publicação, com delimitação de idioma e revisado. Como critérios iniciais de exclusão: indisponibilidade dos artigos por meio de acesso público, on-line.

Foram encontrados um total de 30 referências. Procedeu-se uma leitura dos resumos, que rendeu exclusão de 20 títulos conforme critérios acima. Restaram 10 artigos que foram criteriosamente lidos e destes excluídos 05 títulos devido a não adequação à temática que foi proposta, abordagens voltadas a outras áreas da saúde. Na terceira avaliação, optamos por selecionar artigos que discursavam sobre as práticas grupais e integrativas e oncologia num contexto geral, excluindo 01 artigo que restringiu o subtipo. Ao final, restam 04 artigos que foram lidos e analisados criticamente para a construção de revisão.

Ao final da análise de artigos selecionados para construção de revisão, os estudos foram organizados em 2 categorias, dentre eles: Categoria 1: Práticas grupais e integrativas abordando a contextualização da rotina vivenciada pelos pacientes, acompanhantes e funcionários. Categoria 2: A utilização de práticas integrativas no manejo da dor, abordando avaliações, resultados de benefício e efeitos adversos.

Os resultados do estudo serão socializados através da apresentação pública de defesa acadêmica e atividades subsequentes na instituição de ensino Centro Universitário Augusto Motta, no ano seguinte. Terá o intuito subsequente de ser socializado em eventos científicos relacionados a prática e assistência de enfermagem e ao tema em discussão, sendo assim, podendo divulgar os dados obtidos nessa pesquisa em feiras científicas, simpósios e produções de artigos científicos.

Tabela 1: Artigos selecionados

<b>Título do Artigo</b>	<b>Ano</b>	<b>Autores</b>	<b>Revista</b>	<b>Resumo</b>
Acendendo as Luzes: uma inovação no Cuidado a Saúde dos Pacientes Oncológicos, Familiares e Equipe.	2020	LOCATELI, G.; CHAGAS, N.; GATO, C. M; OLIVEIRA, G.G.; ZENEVICZ, L.	Saúde em redes vol. 6 n.1, p.1-8 (155-162), 2020.	Trata-se de uma pesquisa de campo realizada no Hospital Regional do Oeste (HRO), onde o público-alvo é formado por pacientes, acompanhantes e funcionários. O objetivo é abordar a temática do câncer, contextualização da rotina vivenciada pelos paciente e realização de atividades de

				grupo e integrativas, sendo elas: Reiki, grupo de oração, construção de origamis, pinturas de mandalas, entre outras.
Métodos Não Farmacológicos para o Manejo da Dor em Oncologia Pediátrica: Evidências da Literatura.	2021	PAES, T. V.; RODRIGUES, F. M. S.; ÁVILA, L. DE K;	Revista Brasileira de Cancerologia. São Paulo. v. 67, n. 2, p. 1-9, 2021.	O uso de práticas integrativas no manejo da dor, como estratégia não farmacológica, mostrando a dor oncológica pediátrica e os instrumentos de avaliação, e resultados de benefício e efeitos adversos dos métodos de práticas integrativas utilizadas.
Oncologia Integrativa: Das Práticas Complementares aos seus Resultados.	2018	GOLDSTEIN, C.R.N; STEFANI, N.T.S; ZABKA, C.T.N;	Acta Medical vol. 39, N. 2, p. 1-14, 2018.	Mostra o uso de práticas grupais e integrativas e seus resultados como: Min-Body, massagem, fitoterápicos e suplementação, entre outros. Relacionando a inclusão das práticas pelos pacientes oncológicos.
Produção Científica de Enfermeiros Brasileiros sobre Enfermagem e Oncologia: Revisão Narrativa da Literatura.	2019	ROLIM, D. S.; ARBOIT, E. L.; KAEFER, C. T.; MARISCO, N. DA S.; ELY, G. Z.; ARBOIT, J.	Unipar, Umuarama, v. 23, n. 1, p. 41-47, 2019.	O cuidado da enfermagem na assistência ao paciente com câncer em situação de dor, incluindo planejamento, organização, prestação do cuidado e

				educação de pacientes e familiares, trazendo abordagens de cuidados paliativos, manutenção, prevenção de agravos e enfrentamento de doenças no cuidado em oncologia pediátrica.
--	--	--	--	---

Fonte: Produzido pelas autoras (2022)

## RESULTADOS

Os estudos foram organizados em 2 categorias, dentre eles: Categoria 1: Práticas grupais e integrativas abordando a contextualização da rotina vivenciada pelos pacientes, acompanhantes e funcionários. Categoria 2: A utilização de práticas integrativas no manejo da dor, abordando avaliações, resultados de benefício e efeitos adversos.

### **CATEGORIA 1: PRÁTICAS GRUPAIS E INTEGRATIVAS ABORDANDO A CONTEXTUALIZAÇÃO DA ROTINA VIVENCIADA PELOS PACIENTES, ACOMPANHANTES E FUNCIONÁRIOS.**

A primeira categoria foi realizada com base em 2 artigos intitulados: “Acendendo as luzes: uma inovação no cuidado a saúde dos pacientes oncológicos, familiares e equipe”, e “Oncologia Integrativa: Das práticas complementares aos seus resultados”.

O primeiro artigo intitulado “Acendendo as luzes: uma inovação no cuidado a saúde dos pacientes Oncológicos, Familiares e Equipe” destaca a forma em que a prática integrativa e complementar tem se incorporado ao sistema de saúde de maneira significativa, nas assistências a saúde dos pacientes, especialmente na área da oncologia. As terapias integrativas e complementares são reconhecidas como benéficas pelos pacientes, familiares e profissionais. Consideradas aliadas na melhora da qualidade de vida durante o período de internação e tratamento.

O local selecionado para desenvolvimento das atividades relativas ao projeto é o hospital Regional do Oeste (HRO) localizado na cidade de Chapecó- SC, restringindo-se a princípio, as ações ao setor de oncologia. O público-alvo é formado por pacientes, acompanhantes e funcionários conforme demanda espontânea. As práticas utilizadas como métodos de Práticas de Grupo e PIC'S são Reiki, Auriculoterapia, massagem laboral, meditação, grupo de oração, música e canto, Bio Energie.

Durante o desenvolvimento do projeto algumas atividades que foram abordadas são:

**Musicoterapia:** A atividade foi trabalhada com instrumentos como violão e violino, além do canto, por voluntários que passavam nas enfermarias oferecendo o momento da música aos pacientes e familiares. Quando possível se realizava a música no corredor da unidade, proporcionando um momento de alegria e descontração também aos demais acompanhantes e profissionais da unidade.

**Grupo de Oração:** Trabalha através da leitura de mensagens e orações variadas sempre respeitando a religião e preferências de cada paciente, buscando a conexão com a espiritualidade com o poder supremo, trazendo o benefício do equilíbrio, compaixão, reconexão e essência. Essa prática é uma forma de ver o contexto dos acontecimentos através de uma nova perspectiva, a qual por muito tempo foi apenas reduzida a uma visão focada na parte técnica.

Segundo Locateli et al (2020 p.160):

A espiritualidade é uma dimensão importante e inata do ser humano e fator de bem-estar, conforto e esperança, que precisa ser incluída no processo de humanização dos cuidados em saúde. Portanto, cuidar desta dimensão é uma prioridade com impactos significativos na saúde integral das pessoas e as PIC's são uma possibilidade real de suprir esta necessidade humana básica (LOCATELI et al, 2020, p.160).

Apesar da grande importância dos cuidados hospitalares, o paciente também precisa cuidar da sua espiritualidade pois também é um fator que contribui com o seu bem-estar, conforto e esperança durante o tratamento da doença.

Concluimos que aliar essas práticas nos cuidados hospitalares possibilitam ao paciente conforto, forças para o enfrentamento da doença, melhor adesão ao tratamento, conforto nas perdas e finitude.

Entende-se que apesar da grande importância dos cuidados hospitalares, o tratamento não farmacológico é uma grande ferramenta no cuidado de pacientes oncológicos, onde traz a promoção de saúde visando a redução do agravo patológico buscando melhoria da qualidade de vida do paciente através de Práticas Grupais e Integrativas como um fator que contribui com o seu bem-estar, conforto e esperança durante o tratamento.

O segundo artigo intitulado "Oncologia integrativa: Das práticas complementares aos seus resultados" refere-se a medicina integrativa como uma abordagem que pondera o equilíbrio entre práticas complementares e a medicina convencional, de maneira segura, individualizada e baseada em evidências. Uma estimativa demonstra que 30 a 50 por cento dos pacientes oncológicos buscam a medicina complementar ou alternativa durante os tratamentos convencionais.

Segundo Goldstein, Stefani e Zabka (2018 p.293):

Entre as terapias de mind-body, ressaltamos uma melhora significativa do estresse, depressão e ansiedade, fadiga e qualidade de vida. A massagem oncológica, individualizada para cada paciente, mostrou melhora principalmente para dor e fadiga, e bem-estar geral. Sobre os fitoterápicos e suplementos, existem poucos estudos com boas evidências; porém, há relatos de diminuição da dor, náusea e vômitos, principalmente após uso de cannabi-diol. Podemos ressaltar também a importância da dieta e exercício físico na melhora da microbiota intestinal, intimamente relacionada ao sistema imune, e alívio de fadiga, problemas no sono, ansiedade e bem-estar geral (GOLDSTEIN, STEFANI, ZABKA, 2018, p.293).

Entende-se que as terapias ajudam de forma positiva a melhora dos pacientes amenizando o alívio de dor, fadiga e bem-estar geral. É uma abordagem que pondera o equilíbrio entre práticas complementares e a medicina convencional, de maneira segura, individualizada e baseada em evidências. Esta inclui uma série de terapias possíveis de serem abordadas, tratando de corpo, mente e ambiente (GOLDSTEIN, STEFANI, ZABKA, 2018).

## **CATEGORIA 2: A UTILIZAÇÃO DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS NO MANEJO DA DOR, ABORDANDO AVALIAÇÕES, RESULTADOS DE BENEFÍCIOS E EFEITOS ADVERSOS.**

A segunda categoria foi realizada com base em dois artigos intitulados: "Métodos não farmacológicos para o manejo da dor em oncologia pediátrica: evidências da literatura" e "Produção científica de enfermeiros brasileiros sobre enfermagem e oncologia: Revisão narrativa da literatura".

O primeiro artigo intitulado "Métodos não farmacológicos para o manejo da dor em oncologia pediátrica: Evidências da literatura" destaca a forma como as crianças sentem a dor oncológica, seja ela pela doença ou pelo tratamento, e a conduta do enfermeiro diante dessa situação.

O objetivo da intervenção para o controle da dor é aliviar e controlar essa queixa dolorosa, onde a criança pode ter uma qualidade de vida melhor. A criança internada pode ter sintomas como náuseas, vômitos, ansiedade, fadiga, perda de apetite, perda de peso, dificuldade de deglutição, fobia e medo.

Segundo Paes, Silva-Rodrigues e Ávila (2021, p.6):

Vários são os desafios na abordagem da dor em crianças, porém o maior deles é inerente à dificuldade,



em muitos casos, de elas expressarem objetivamente o que sentem. Para alguns pesquisadores, crianças que já se expressam bem verbalmente, ou com idade superior a cinco anos, são capazes de autorrelatar a dor. Já as crianças menores dependem de seus pais na avaliação e relato da dor que sentem. Outro estudo apontou que, como crianças menores não conseguem descrever a qualidade da dor, esta pode deixar de ser adequadamente analisada nessa população. Em um dos estudos analisados, avaliou-se a dor quantificando-a pelo número de resgastes anestésicos administrados e pela alteração da frequência cardíaca durante o episódio alérgico (PAES, SILVA-RODRIGUES E ÁVILA, 2021, p.6).

O tratamento complementar no controle de sinais e sintomas físicos, mostrou eficácia no controle da dor, diminuindo assim os efeitos adversos das medicações, além de náuseas e vômitos. Sendo assim, a criança passou a ter energia para deambular, melhora no ganho de peso e no humor, devido a redução da dor, com isso, houve redução no uso de analgésicos.

Entre os métodos não farmacológicos usados, os que se destacam são as práticas manipulativas corporais onde utilizam a massagem, acupuntura em crianças mais velhas, terapias energéticas como Reiki e a homeopatia. (PAES et al, 2021).

Nesse sentido, os profissionais da equipe multidisciplinar começaram a utilizar métodos não farmacológicos como dança, arte, teatro, musicoterapia, poesias, sempre agregando os familiares nas atividades para que os mesmos possam além de distrair-se, deixar a criança com uma melhora na autoestima e na realidade. A prática de colocar embalagens de super-heróis nos frascos de quimioterapia, faz com que a parte lúdica do tratamento acalme as crianças menores.

Além da abordagem farmacológica com os protocolos medicamentosos para o manejo da dor em oncologia pediátrica, é desejável o uso de intervenções de medicina complementar. As medidas não farmacológicas aperfeiçoam a resposta analgésica, interferindo na diminuição da geração do impulso, alterando os processos de transmissão e de interpretação do fenômeno doloroso e estimulando o sistema supressor da dor (PAES et al, 2021).

O segundo artigo intitulado “Produção científica de enfermeiros brasileiros sobre enfermagem e oncologia: Revisão narrativa da literatura” destaca-se a atribuição do enfermeiro na oncologia.

A atribuição do enfermeiro é prestar assistência aos pacientes com câncer na avaliação diagnóstica, tratamento, reabilitação e atendimento aos familiares, desenvolvendo ações educativas, ações integradas com outros profissionais, além de apoiar medidas legislativas e identificar fatores de risco ocupacional. Desse modo, este profissional está inserido na prevenção, antes do processo de doença, durante ou ainda no final (ROLIM et al, 2019).

Segundo pesquisa com pacientes submetidos à quimioterapia em uso de terapias complementares, estas apresentam resultados positivos,

como o alívio da dor, senso de autocontrole e conforto psicológico, redução de sinais e sintomas e regressão do câncer, bem como maior proximidade com o profissional. ROLIM, et al (2019), afirmam que a pesquisa ainda aponta que as terapias complementares mais empregadas são a homeopatia, fitoterapia e uso de plantas medicinais, sendo que seu uso concomitante com a quimioterapia pode acarretar riscos de interações medicamentosas e reações adversas. Diante desta situação, os profissionais de saúde necessitam de atualização e aprofundamento teórico, para orientar os pacientes quanto aos riscos supracitados, uma vez que muitos pacientes utilizam plantas medicinais, sem levar em conta as suas propriedades (LIMA et al, 2015).

Segundo ROLIM et al (2019, p. 46):

Para os profissionais de enfermagem, o sofrimento dos pais pela perda do filho gera um sentimento de puro pesar, compartilhando o processo de morte. Ainda para Reis et al., (2014), com as relações estabelecidas desde o cuidado paliativo até a morte, surge a necessidade de se implementar ações no serviço hospitalar visando ao apoio a essas situações do cotidiano assistencial, no intuito de minimizar sentimentos negativos, possibilitando um cuidado humanizado ao outro e a si, dependendo do local de trabalho, o profissional pode passar por sentimento de luto com frequência, gerando tristeza, estresse, desgaste, desmotivação pelo serviço (ROLIM et al, 2019, p. 46).

A família é de extrema importância na manutenção da saúde, prevenção e no enfrentamento de doenças no cuidado em oncologia pediátrica, a criança e a família são indissociáveis. Desse modo, o cuidado precisa ser integral, de forma a atender não somente as necessidades da criança como também as necessidades dos familiares que se encontram no ambiente hospitalar. Com o intuito de atender às necessidades dos familiares, a equipe de enfermagem deve trabalhar em um espaço participativo, no qual se estreitem as relações a respeito da autonomia das pessoas, utilizando-se de estratégias como atitude de escuta das angústias, das incertezas, e dos medos da família, bem como o diálogo ou até mesmo o silêncio em que a presença e companhia, consolam e confortam a família (REIS et al, 2014).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se a partir das informações e resultados obtidos, que a utilização de Práticas Grupais e Integrativas como método não farmacológico, possibilita ao paciente conforto, melhor adesão ao tratamento, controle da dor e dos sintomas como: náuseas, vômitos, ansiedade, fadiga, e possibilita a promoção para uma melhor qualidade de vida e tratamento. A revisão dos artigos selecionados demonstrou o alcance de diversos

resultados positivos quanto á melhora física, mental e espiritual dos pacientes oncológicos.

Os resultados foram analisados e organizados em duas categorias, dentre eles: Categoria 1: Práticas grupais e integrativas abordando a contextualização da rotina vivenciada pelos pacientes, acompanhantes e equipe multidisciplinar, que destacou a forma em que a prática grupal e integrativa complementar tem se incorporado ao sistema de saúde de maneira significativa, nas assistências a saúde dos pacientes, especialmente na área da oncologia. As terapias grupais e integrativas complementares são reconhecidas como benéficas pelos pacientes, familiares e profissionais. Consideradas aliadas na melhora da qualidade de vida durante o período de internação e tratamento.

Já na Categoria 2: A utilização de práticas integrativas no manejo da dor, destacou a forma como as crianças sentem a dor oncológica, seja ela pela doença ou pelo tratamento, e a conduta do enfermeiro diante dessa situação. O objetivo da intervenção para o controle da dor é aliviar e controlar essa queixa dolorosa, onde a criança pode ter uma qualidade de vida melhor.

O cuidado precisa ser integral, de forma a atender não somente as necessidades da criança como também as necessidades dos familiares que se encontram no ambiente hospitalar. Sendo atribuição do enfermeiro, prestar assistência aos pacientes na avaliação diagnóstica, tratamento, reabilitação e atendimento aos familiares, para que sejam desenvolvidas ações educativas para promoção e manejo das práticas grupais e integrativas.

Vale a pena destacar que, os temas abordados ainda são negligenciados de maneira geral na área da saúde, mesmo sendo ampliados e discutidos e inclusos na assistência do sistema Único de Saúde. Percebe-se que é necessário e de grande importância a intervenção e educação continuada na equipe multidisciplinar para que estratégias inteligentes e abrangentes sejam eficazes e aderidas ao planejamento de cuidado ao paciente oncológico, podendo ser utilizadas de forma estratégica e dinâmica de acordo com o quadro clínico dos pacientes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer (INCA). **ABC do Câncer – Abordagens Básicas para o Controle do Câncer**. THULER. Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abc\\_do\\_cancer.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/abc_do_cancer.pdf) . Acessado em: 15 set. 2021.

**BRASIL**. - MINISTÉRIO DA SAÚDE. Instituto Nacional de Câncer. **CÂNCER: O QUE É CÂNCER?**. In: INCA - MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Instituto Nacional de Câncer. Brasil, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/o-que-e-cancer>. Acesso em: 20 set. 2021.

**BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE.** Práticas Integrativas e Complementares (PICS): Quais são e para que servem?. *In:* MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Práticas Integrativas e Complementares (PICS): Quais são e para que servem?**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/praticas-integrativas-e-complementares>. Acesso em: 23 set. 2021.

**BRASIL. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. MINISTÉRIO DA SAÚDE.** Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. **Curso de Atualização em Práticas Grupais em Saúde**. [S. l.: s. n.], Rio de Janeiro, Rj, 2018.

PAES, Thais; RODRIGUES, Fernanda; ÁVILA, Lívia. Métodos Não Farmacológicos para o Manejo da Dor em Oncologia Pediátrica: Evidências da Literatura. **Revista Brasileira de Cancerologia**. São Paulo. v. 67, n. 2, p. 1-9, 2021. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/05/1223889/document-30.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

LOCATELI, Gelvani; CHAGAS, Natanael; GATO, Caroline; OLIVEIRA, Gabriela; ZENEVICZ, Leoni. Acendendo as Luzes: uma inovação no Cuidado a Saúde dos Pacientes Oncológicos, Familiares e Equipe. Brasil. **Saúde Redes**, [S. l.]. v. 6, n. 1, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/08/1116548/2331-5337-2-pb.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

REZENDE, S.G.P. Práticas Integrativas e Complementares em Oncologia. *In:* SANTOS, M. , CORRÊA, S.T, FARIA, B.B.D.L, REIS, D.E.P. dos. **Diretrizes Oncológicas** 2. ed. Brasil: ELSEVIER 2018. cap. 51, p. 821. Disponível em: [https://diretrizesoncologicas.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Diretrizes-oncol%C3%B3gicas-2\\_Parte51.pdf](https://diretrizesoncologicas.com.br/wp-content/uploads/2018/10/Diretrizes-oncol%C3%B3gicas-2_Parte51.pdf). Acesso em: 23 set. 2021.

SUS (Brasil). Portal da secretaria de atenção primária a saúde. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS**. *In:* Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS. Brasil: [2018?]. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/pics>. Acesso em: 2 nov. 2021.

INCA (Brasil). Inca. Programa Nacional de Controle ao tabagismo: Promoção da saúde. *In:* INCA (Brasil). Inca. **Programa nacional de controle do tabagismo: promoção da saúde**. Brasil: [2020 ou 2021]. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/programanacionaldecontroledotabagismo/promocao-saude>. Acesso em: 2 nov. 2021.

**BRASIL. Ministério da Saúde POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO A SAUDE: PROMOÇÃO DA SAUDE.** BRASÍLIA: 2002. Disponível em:

<https://www.studocu.com/ptbr/document/universidadedesapaulo/promocao-da-saude/politica-nac-prom-saude/16059929>. Acesso em: 2 nov. 2021.

ROLIM, D. S.; ARBOIT, E. L.; KAEFER, C. T.; MARISCO, N. da S.; ELY, G. Z.; ARBOIT, J. **Produção científica de enfermeiros brasileiros sobre enfermagem e oncologia: revisão narrativa da literatura**. Arq. Cienc. Saúde UNIPAR, Umuarama, v. 23, n. 1, p. 41-47, jan./set. 2019. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6261/3729>. Acesso em: 30 out. 2021.

GOLDSTEIN, Carolina Folgierini; STEFANI, Natasha de Astrogildo; ZABKA, Cristina Furlan. **ONCOLOGIA INTEGRATIVA: DAS PRÁTICAS COMPLEMENTARES AOS SEUS RESULTADOS**, ACTA MEDICA, 2018, v. 39, n. 2, p. 1-14, Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/periodicos/actamedica/assets/dicoes/2018-2/arquivos/pdf/27.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

**Vera Lúcia Arruda da Silva Corrêa**

Advogada. Especialista em Direito Militar pela  
Faculdade VERBO Educacional, de Porto Alegre/RS.

Especialista em Direito Público pela  
Universidade do Estado do Amazonas – UEA, de Manaus/AM

## RESUMO

Este artigo, da área do Direito Constitucional, tem como objetivo analisar algumas decisões judiciais no âmbito da 2ª instância, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e identificar se os magistrados estão sendo ativistas em suas decisões, em caso positivo, se o ativismo judicial está sendo de forma técnica e cautelosa, ou seja, tramitando pelas instâncias judiciais necessárias, além de descobrir se, o judiciário amazonense, com suas decisões ativistas, tem ultrapassado os limites contido na Constituição Federal de 1988. Dentro deste contexto, este trabalho propõem-se apresentar a metodologia de pesquisa bibliográfica na área do Direito Constitucional, especialmente de lei, doutrinas e jurisprudência, e desta forma destacar o estudo do ativismo judicial, um pouco de sua história para o entendimento de seu surgimento, conceituação, seu uso pelos magistrados em suas decisões, a judicialização da política, o limite do Poder Judiciário, o ariscado caminho que leva ao ativismo judicial e o Mandado de Injunção como origem de poder atípico, em consequência, concluir se as decisões ativistas têm garantido o direito fundamental àquele que se socorre na Justiça amazonense.

**Palavras-chave:** Ativismo judicial; Direito Constitucional; Poder Judiciário; Judicialização.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo é motivado pelo fato do ativismo judicial ser realidade atual na justiça brasileira, tornando-se prática frequente nas decisões do Poder Judiciário, o que de acordo com alguns estudiosos, tem ocorrido violações ao sistema constitucional vigente, como consequência, vem ocorrendo a inobservância do respeito à separação dos Poderes.

O ativismo judicial, por se tratar de um tema polêmico, tem sido muito debatido atualmente, principalmente entre os próprios magistrados em palestras e eventos da área.

Tem-se notado sua prática com mais ênfase pelo STF, por esse motivo vem influenciando os demais tribunais em todas as instâncias, País afora.

O artigo 2º da Constituição de 1988, preconiza que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário; tendo sido criado o Título IV, intitulado: Da Organização dos Poderes, o qual é dividido entre os Capítulos I, II e III.

O capítulo I, entre os artigos 44 à 75, trata do Poder Legislativo; o capítulo II, entre os artigos 76 à 91, trata do Poder Executivo, e o Capítulo III, entre os artigos 92 à 126, trata do Poder Judiciário.

Para cada Poder é descrito suas atribuições, o Poder Legislativo, sua função típica é legislar e fiscalizar; o Poder Executivo, sua função é executar as leis já existentes e implementar novas legislações de acordo com a necessidade do Estado e do povo, e a principal função do Poder Judiciário, é defender o direito do cidadão, fomentando a justiça e resolvendo conflitos (CONSTITUIÇÃO 1988).

Segundo CABRAL (2017) a legislação pátria reconheceu o ativismo judicial ao permitir que outro órgão, que tivesse a função típica de julgar, pudesse exercer atividade legislativa.

CABRAL (2017) explica ainda que com a vigência da Constituição de 1988, o Poder Judiciário passou a ser requisitado com mais frequência, tendo em vista a negligência das instituições estatais, atitudes inconstitucionais e o desrespeito a metas programáticas constitucionais, por tais razões, pode-se afirmar que o Poder Judiciário assumiu o papel de Poder Legislador, uma vez que o Supremo Tribunal Federal tem tomado decisões em temas polêmicos e desafiadores, a exemplos de pesquisas com células-tronco embrionárias, direito de greve dos servidores públicos, união homoafetiva, mas todas sempre preenchendo as falhas cometidas pelos Poderes originariamente competentes.

Em virtude da polêmica que o assunto causa entre os juristas, buscou-se algumas divergências doutrinárias para uma melhor compreensão do tema.

O método de pesquisa adotado foi o bibliográfico, através do qual foi possível identificar e recolher elementos para o estudo do ativismo judicial, um pouco de sua história para o entendimento de seu surgimento, conceituação, seu uso pelos magistrados em suas decisões, e se dessa forma ultrapassam seu limite de atuação, conforme determina a CF/88.

O resultado deste estudo foi alcançado a partir da leitura e consulta a registros de Palestras sobre o tema, Artigos, Livros e Revistas Jurídicas, Leis e Jurisprudências, além do próprio sítio do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Este estudo propõe, sem a pretensão de exaurir o tema, tendo em vista trata-se de uma matéria complexa e ainda muito debatida entre os doutrinadores, e sem desprezar a reflexão acerca de sua legitimidade dentro do cenário constitucional, analisar algumas decisões judiciais no âmbito da 2ª instância, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e identificar se os magistrados estão sendo ativistas em suas decisões, em caso positivo, se o ativismo judicial está sendo de forma técnica e cautelosa, ou seja, tramitando pelas instâncias judiciais necessárias, além de descobrir se, o

judiciário amazonense, com suas decisões ativistas, tem ultrapassado os limites contido na Constituição Federal de 1988.

## O ATIVISMO JUDICIAL

Para MARTINS (2019) o ativismo judicial “é um termo técnico para definir a atuação expansiva e proativa do Poder Judiciário ao interferirem em decisões de outros poderes”, e esclarece que há divergências, quanto a origem do ativismo judicial, porém prevalece o de ter sido criado pelo jornalista americano Arthur M. Schlesinger Jr., em 1947, quando publicou seu artigo ‘The Supreme Court: 1947’ em uma matéria jornalística para a revista ‘Fortune’ onde recebeu a incumbência de construir o perfil político e ideológico dos nove membros da Suprema Corte norte-americana, e narrou que diante de um comportamento de jurisdição defensiva (judicial restraint), oriunda de um pensamento eminentemente positivista, alguns juízes da Suprema Corte evitavam enfrentar casos relevantes e essenciais à sociedade.

Para Cappelletti (1999, apud AMARAL, 2021) o ativismo judicial, denominado por “*intensificação da criatividade da função jurisdicional*” foi um fenômeno do século XX que aconteceu em vários países, nos Estados Unidos e nos países que seguiam o Common Law, chamaram de revolta contra o formalismo do ‘case method’, na França a revolta foi contra o positivismo jurídico, enquanto na Alemanha e em países de influência alemã, a revolta foi contra o formalismo científico e conceitual. Todo esse movimento expandiu a incumbência do judiciário para reforçar o sistema democrático de ‘checks and balances’.

## O SISTEMA JUDICIAL BRASILEIRO

Segundo PEREIRA JÚNIOR; BARBOSA (2020), nas primeiras duas décadas do século XXI o funcionamento do STF sofreu profunda transformação, deixando de ser discreto e previsível para tornar-se “*uma fonte inesgotável de opiniões polêmicas e decisões oscilantes que comprometem por vezes a separação dos poderes e a estabilidade política do país*”.

PEREIRA JÚNIOR; BARBOSA (2020) esclarece que as sessões do STF vinham sendo transmitidas pela televisão desde 2002, no entanto, só passou a ser acompanhado pela população, quando do julgamento da ação penal 470, mais conhecida por “Caso Mensalão”, antes nenhum outro caso havia prendido a atenção da opinião pública<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Uma fala de Arnaldo Jabor ao Jornal da Globo de 09.out.2012 resumiu bem a mudança de sentimento quanto aos Ministros da Corte: “*Antigamente víamos os Ministros do Supremo como homens distantes, quase inalcançáveis com suas capas negras ‘voando’ no céu de Brasília, acima da sociedade. Eles pareciam donos de uma sabedoria superior às nossas toscas consciências aqui em baixo. Mas esse julgamento está nos mostrando uma nova ‘cara’ da Justiça brasileira que aos poucos deixa de ser cega e surda. A voz popular já é respeitada por eles.*”



MARINHO; BORGES (2013) explica que o STF tem desempenhado papéis contramajoritário e representativo, o papel contramajoritário significa que em nome da Constituição, da democracia e dos direitos fundamentais, cabe ao STF declarar a inconstitucionalidade de leis “(i.e., de decisões majoritárias tomadas pelo Congresso) e de atos do Poder Executivo (cujo chefe foi eleito pela maioria absoluta dos cidadãos)”, já no papel representativo, o Tribunal atende as demandas sociais e os anseios políticos que não foram cumpridos no momento adequado pelo Congresso Nacional.

Segundo MORAIS (2013) o papel contramajoritário do STF é atuar, no campo do controle da constitucionalidade, como um dispositivo na proteção dos direitos fundamentais e na defesa das minorias contra a vontade da maioria política, haja vista que a decisão da maioria política não pode deixar de respeitar o texto Constitucional.

Para ANTONELLO (2021), o termo contramajoritário é o entendimento de que o Poder Judiciário, cujos membros não foram eleitos pelo povo, sobrepõem suas decisões aos dos representantes do povo, qual sejam, dos Poderes Legislativo e Executivo. Portanto, para a “*preservação dos direitos fundamentais das minorias modelados na Carta Magna em face da ação hegemônica da maioria democrática*” é fundamental o papel do Tribunal Constitucional.

Segundo TASSINARI (2013, p. 90), para que se possa fazer uma defesa implacável da Constituição, diante da conjuntura que se encontra a atividade jurisdicional, é importante entender que, como afirma CATTONI DE OLIVEIRA (2007<sup>2</sup>, apud TASSINARI, 2013):

“A Constituição não é do Supremo Tribunal Federal, não é do Presidente da República, não é do Congresso Nacional. Nenhum deles podem compreender o exercício de suas funções como substituição do papel do cidadão em uma democracia, sob pena de se dar continuidades a tradições autoritárias com as quais a Constituição vem romper. A Constituição é nossa, como um projeto aberto e permanente de construção de uma sociedade de cidadãos livres e iguais; se não, não é Constituição.”

---

*Aliás, que ‘papo’ é esse de alguns juízes que se dizem imunes à influência da opinião pública. Eles têm que ver sim, o rumo que a história do país está tomando. Em meio a suas frases solenes, já vemos em seus rostos a alegria da coragem e a depressão da covardia. Vemos como os mesmos artigos do Código Penal, podem ser usados para a verdade e para a mentira. Vemos as pessoas humanizadas até por seus defeitos e, principalmente, vemos como ficaram antigos os ‘macetes’ dos ‘mensaleiros’ de sete anos atrás, como ficou ridícula e superada aquela estratégia de enganação, ficou tudo de ‘época’, arcaico diante da normalidade viva da TV. Vemos até como é irônico e emocionante que o Ministro relator ‘preto’, bisneto de escravos, tenha sido escolhido pelo destino para nos libertar de uma impunidade secular. Nesse julgamento vemos nosso progresso, os juízes agora têm ‘cara’ e isso é uma grande conquista da democracia. Eles são como nós!”*

<sup>2</sup> CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Direito, política e filosofia: contribuições para uma teoria discursivo da constituição democrática no marco do patriotismo constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

De acordo com TASSINARI (2013, p. 94), o Poder Judiciário tem responsabilidades com a sociedade, das quais não pode se eximir, e, segundo afirma CATTONI DE OLIVEIRA (2007, apud TASSINARI, 2013) a propensão da sociedade é transmitir o exercício da cidadania para o STF<sup>3</sup>, e neste diapasão nos deparamos com posturas ativistas com destaque no meio judiciário, o que representa um risco para a democracia.

## **A JUDICIALIZAÇÃO DA POLITICA NO BRASIL**

Para BARROSO (2008) a judicialização significa que questões política ou social, que deixam de ser resolvidas pelas instâncias tradicionais, o Poder Legislativo e o Poder Executivo, estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário. De forma intuitiva, a judicialização transfere para juízes e tribunais, poder com alterações expressivas na linguagem, argumentação e na forma da sociedade participar, tornando-se um fenômeno com múltiplas causas.

De acordo com BARROSO (2008), a judicialização e o ativismo judicial são primos, são da mesma família, porém de origens diferente pois, não nasceram pelas mesmas circunstâncias. A judicialização no Brasil é um fato, surgido do modelo constitucional que se adotou, enquanto o ativismo judicial é uma atitude, a forma escolhida para interpretar a Constituição de modo específico e proativo, estendendo o seu sentido e alcance. Geralmente acontece diante da inercia do Poder Legislativo em atender as demandas sociais.

TASSINARI (2013) explica que a doutrina brasileira compreendeu, na Constituição de 1988, as transformações que aconteceram através da ampliação do papel político-institucional do STF, dessa forma, reconhecendo a ligação entre direito e política, inserindo a judicialização da política, e tal circunstância repercutiu na forma dos juízes e tribunais atuarem, surgindo assim o ativismo judicial.

Segundo RAMOS (2015) em 2008<sup>4</sup> os Presidentes do Senado e do Congresso Nacional, expressaram a indisposição institucional do Poder Legislativo diante de algumas práticas de outros Poderes que ameaçam seu desempenho em sua principal função, a de legislar. O Congresso tem sido pressionado ora, pelo Poder Executivo, através das medidas provisórias com força de lei, ora pelo Poder Judiciário ultrapassando seus limites com suas decisões proferidas, por essa razão se manifestaram no sentido de que caberia *“definir com precisão os limites da intromissão do Judiciário na seara parlamentar”*.

Para RAMOS (2015) a decisão do Supremo Tribunal Federal, de forma contundente, de impor ao parlamentar eleito pelo sistema proporcional,

---

<sup>3</sup> “A última moda do momento é transferirmos o nosso destino e o nosso exercício da cidadania para o Supremo Tribunal Federal sob a desculpa da incapacidade dos cidadãos brasileiros de exercerem a sua cidadania”. CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. 2007.

<sup>4</sup> Artigo publicado na edição de 31.ago.2008 do jornal Folha de São Paulo, Seção “Tendências e Debates”, p. A 3, subscrito pelo Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

a perda de mandato em caso de desfiliação partidária, representa um dos episódios mais marcante de toda a história daquela Corte, de ativismo judicial.

RAMOS (2015) ainda explica que o Poder Judiciário não pode utilizar como pretexto argumentativo o princípio constitucional para impor norma que ultrapasse sua competência, a de executar, para criar normas que disciplinem a conduta.

De acordo com RAMOS (2015), a atuação do Supremo além de seus limites fica claro quando se observa as consequências da perda de mandato por desfiliação partidária. Se for analisado conjuntamente os princípios da representação proporcional e o do monopólio partidário das candidaturas, resulta a perda de mandato por desfiliação, deveria então, o STF ter constatado a ocorrência e determinado a convocação dos suplentes que tinham direito a vaga que fora aberta. Percebe-se que a Justiça Eleitoral, amparada no teor das decisões do STF, criou um novo instituto, o da perda de mandato por desfiliação partidária, indo além do que prevê o princípio da representação partidária proporcional.

Em 07.dez.2006, o Min. Gilmar Mendes, através do voto<sup>5</sup> que proferiu no julgamento das ADIs 1.351-3/DF e 1.354-8/DF, anunciou a intenção do STF de suprir a inércia do Congresso Nacional em matéria de infidelidade e desfiliação partidária. (apud RAMOS, 2015).

## O Limite do Poder Judiciário e o Ativismo Judicial

Tendo o conhecimento de que o art. 2º da Constituição Federal de 1988, preconiza o Judiciário como Poder da União, independente e harmônico em relação aos Poderes Executivo e Legislativo, e sendo sua principal função a de aplicar as leis na solução de conflitos e garantir os direitos de qualquer cidadão, até mesmo em questões envolvendo políticas públicas, estaria o Judiciário praticando o ativismo judicial?

Para TASSINARI (2013, pag. 33), o ativismo judicial é um problema de teoria do direito, ou melhor, é um problema de interpretação do direito, pois sua análise e definição dependem do modo como se olha para o problema.

BARNETT<sup>6</sup> (2008, apud CAMPOS, 2014) explica que o ativismo deve significar *“julgar impropriamente inconstitucional uma lei”*, o que envolve, necessariamente, saber se *“os juízes alcançaram conclusão errônea sobre a*

---

<sup>5</sup> *“A crise tornou, porém, evidente, para todos, a necessidade de que sejam revistas as atuais regras quanto à fidelidade partidária. Em outros termos, estamos desafiados a repensar o atual modelo a partir da própria jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Devemos refletir, inclusive, sobre a consequência da mudança de legenda por aqueles que obtiveram o mandato no sistema proporcional, o que constitui, sem sombra de dúvidas, uma clara violação à vontade do eleitor e um falseamento grotesco do modelo de representação popular pela via da democracia de partidos”*

<sup>6</sup> BARNETT, Randy. Constitutional Clichés. Capital University Law Review Vol. 36 (3), 2008. p. 493/496

*Constituição*”, portanto, o ativismo é um problema de interpretação da Constituição.

Para CAMPOS (2014) a forma como o intérprete utiliza os métodos menos ortodoxos de interpretar a Constituição, pode aproximar o resultado do ativismo judicial, mas, não significa que esse resultado seja correto ou errado de acordo com a interpretação feita da Constituição.

Segundo CAMPOS (2014) discutir sobre ativismo judicial não é avaliar se a decisão foi correta ou não, e sim o quanto de autoridade constitucional e o conhecimento real e verdadeiro a Suprema Corte tem para tomar tal decisão.

Para JOBIM; OLIVEIRA JR, (2021) a expressão ativismo judicial tem uma conotação neutra (nem positiva, tampouco negativa), já que representam posturas judiciais ativas no desenvolvimento do direito, sem ultrapassar os limites dos demais Poderes, sempre respeitando as tradições, caso esse limite seja ultrapassado, dá-se o nome de usurpação judicial e não ativismo judicial.

Conforme REBOUÇAS JR; BASTOS (2020) o ativismo judicial é um fenômeno possibilitado pelo constitucionalismo contemporâneo, através do qual o Poder Judiciário viu seus poderes ampliados em virtude da inércia dos demais Poderes que por comodismo, deixam de confirmar os direitos fundamentais pautados na independência e discricionariedade.

Segundo CAMPOS (2014) a mudança impressionante que vem acontecendo no STF, é compreensível e justificável, tendo em vista a grande visibilidade que está tendo por causa das decisões em temas polêmicos e importantes para os brasileiros, passando a ter maior supremacia nos campos da política e do social. Frequentemente os Ministros tem proferido decisões de grande relevância, porém tem gerado debate exaustivo, tornando-se notícia nas mídias, consequentemente chamando a atenção da sociedade.

De acordo com CAMPOS (2014), as estruturas constitucionais, conforme o lugar e a época, disciplinam a dinâmica do funcionamento dos poderes e as relações entre indivíduo e Estado, além das práticas jurídicas culturais, política e sociais contemporâneas, por tal razão, a identificação e a avaliação do ativismo judicial não podem ser separados dessa estrutura.

## **O ARISCADO CAMINHO DO ATIVISMO JUDICIAL**

A Constituição Federal de 1988, ficou conhecida como Constituição Cidadão, pelo fato de ter instituído direitos e garantias ao cidadão, além de ter feito a separação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com suas respectivas funções para fortalecer a democracia brasileira e o direito do povo de participar das decisões.

Dos três Poderes, o Judiciário é o único que seus integrantes não são eleitos pelo voto popular, ainda assim, é o responsável por administrar a Justiça no país e tomar decisões sobre conflitos entre grupos e pessoas da sociedade, garantindo o respeito a Constituição. Estaria o Poder Judiciário

interferindo em temas dos outros Poderes e desrespeitando a Constituição praticando o ativismo judicial?

Para BARROSO (2008), o ativismo judicial está relacionado a participação mais atuante do Poder Judiciário, interferindo na área dos demais Poderes. Se observa a atitude ativista através de algumas condutas, que são: aplicar a Constituição diretamente, sem a manifestação do legislador ordinário, em situações que não estejam expressos no texto constitucional; declarar a inconstitucionalidade de atos normativos do legislador, baseando-se em critérios mais flexíveis que os reconhecidos na violação da Constituição; e finalmente, impor ao poder público, condutas ou abstenções, especialmente em temas de políticas públicas.

Segundo o Ministro Antônio Saldanha Palheiro, do Superior Tribunal de Justiça, o ativismo judicial é perigoso, e explica que quando se permite que o juiz ultrapasse o limite da legalidade para impor suas convicções pessoais, acaba provocando a insegurança jurídica (GALLI, 2017)<sup>7</sup>.

Para o diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM), Desembargador Flávio Pascarelli, o ativismo judicial torna-se preocupante quando o magistrado toma uma decisão, sem considerar a legislação em vigor e afirma: “*Quem diz o que é justo é o legislador, não é o juiz. Este aplica o direito com objetivo de assegurar a justiça, que está definida na norma*”. (VALLE, 2018)<sup>8</sup>.

Segundo VIEIRA (2018), o ativismo judicial fere o princípio da separação dos poderes, pois, ultrapassa o limite do Poder Judiciário para legislar sobre temas que os congressistas preferem evitar por receio de perder votos.

O Juiz de Direito Marcelo Semer, do Tribunal de Justiça do Estado do São Paulo (TJSP) durante uma palestra, na Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM), para defender a criação do ‘juiz das garantias’, prevista no art. 3º da Lei 13.964/2019, criticou decisões do STF, citando um exemplo, em que, num intervalo de 15 dias, houve duas decisões de plantão, em sentido oposto, e acrescentou que os juízes estão um pouco perdidos, ora excedem o ativismo prestes a promulgar leis, ora recusam-se a decidir de acordo com a lei dos demais poderes<sup>9</sup>. (VALLE, 2020)

---

<sup>7</sup> GALLI, Marcelo é repórter da revista Consultor Jurídico e publicou a palestra proferida pelo Min. Antônio Saldanha Palheiro.

<sup>8</sup> VALLE, Acyane do, é repórter da revista eletrônica Sala de Imprensa do TJ/AM, e publicou a palestra proferida pelo Des. Flávio Pascarelli.

<sup>9</sup> “*Estamos um pouco perdidos. De um lado, o juiz exacerba o ativismo e vai quase promulgando leis; e de outro, está se recusando a cumprir a lei dos demais poderes. Precisamos colocar o pé no chão para entender o nosso papel, que é de aplicador de lei. Não é de fazer a lei e nem de destruí-la. Acho importante retomar o fio da função jurisdicional. Esquecer essa ideia do juiz com apego à opinião pública, porque este acaba ficando refém das maiorias. O juiz que julga pelo apelo público, diminui o seu poder de decisão. E o nosso poder está na Constituição. Se o juiz tem medo de decidir, tem que buscar outro emprego*”.

## O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O ATIVISMO JUDICIAL

Para GRECO (2020) os membros do STF, utilizando como regra o ativismo judicial e atuando de forma política, muitas vezes monocraticamente, tem tomado as piores decisões possíveis, tanto no preenchimento de lacunas legislativas, quanto nas intervenções feitas no Poder Executivo. A invasão de competência aos demais Poderes tem se tornado rotina na tentativa de controlar os rumos da nação, os membros da Corte, sem que tenham tido o voto popular para garantir a legitimidade, já que não foram eleitos, esquecem que a responsabilidade pela condução do País é do Presidente da República, auxiliado pelo Congresso Nacional.

GRECO (2020) explica que através do julgamento da 'operação Lava Jato', o STF tornou-se popularmente conhecido, já que esse caso fez a diferença com a punição dos culpados por uma corrupção nunca vista no mundo, no entanto, ao contrário do que a população esperava, o STF começou a liberar todos os presos, passando a sensação de que estava contra a 'operação' que tinha mudado a história de um País envolvido na corrupção. Diante dessa postura, os membros da Corte passaram a receber várias críticas ofensivas, então para mostrar sua força, se transformaram em verdadeiros inquisidores, transformando a Suprema Corte em Tribunal de Exceção com a única finalidade de ser o responsável pela investigação daqueles que a desafiam democraticamente.

Segundo GRECO (2020), o Min. Dias Toffoli, quando no cargo de Presidente do STF, inconformado com os ataques praticados nas redes sociais contra os ministros da Suprema Corte, editou a Portaria GP nº 69, de 14.mar.2019, para instaurar o Inquérito nº 4.781, popularmente conhecido por Inquérito das fake news e decretou sigilo, impedindo que as partes exercessem o legítimo direito de defesa, descumprindo a Súmula Vinculante n.º 14, que a própria Corte editou, que diz textualmente: "É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa".

Conforme GRECO (2020) o STF deixou seu papel de protetor da Constituição para torna-se um ditador, além das suas decisões estarem invadido a competência dos demais Poderes, estão utilizando os inquéritos instaurados por eles, com prazo indeterminado, para disseminar o medo e o pânico nas pessoas com opiniões opostas a eles, e esse ativismo judicial tem despertado, em grande parte da população, um sentimento de repúdio aos ministros da Corte.

Para DALLARI (2020), há de se observar por parte dos ministros do STF, uma proteção aos antigos dirigentes do país, ao contrário do que acontece com os atuais governantes, que se vê uma perseguição. É inegável o facciosismo disfarçado nas decisões, em sua maioria, monocráticas e esse comportamento, tem sido notado pelos jurisdicionados, pelo corpo social, e principalmente pela opinião pública.

Segundo DALLARI (2020), o indisfarçável viés político entre os membros da Suprema Corte provavelmente se deve ao fato de que a maioria dos atuais componentes do STF foi nomeada por uma corrente política reconhecida no mundo como de esquerda e tisonada pela corrupção.

BARROSO (2008) explica que atualmente o Judiciário tem tomado posições ativistas em suas decisões, vários são os casos, como o da fidelidade partidária, que não está prevista na Constituição, e independentemente de consulta ao legislador originário, em nome do princípio democrático, criou-se uma nova possibilidade para o parlamentar perder seu mandato, declarando que a vaga surgida no Congresso é do partido político.

De acordo com BARROSO (2008), em outra atitude ativista, a Corte em nome dos princípios da moralidade e da impessoalidade, criou uma vedação que não estava expressa no texto constitucional ou infraconstitucional e após o julgamento de um único caso, editou uma Súmula Vinculante vedando o nepotismo aos Poderes Legislativo e Executivo.

## **MANDADO DE INJUNÇÃO COMO ORIGEM DE PODER ATÍPICO**

NEVES (2013) explica que o Mandado de Injunção (MI), de acordo com o art. 5º, LXXI, da CF/88, será cabível sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, baseando-se nesse dispositivo, o STF firmou o entendimento de que a omissão que autoriza a utilização do MI pode ser absoluta, quando existe a falta da norma regulamentadora, ou parcial, quando a atividade do legislador é imperfeita ou insatisfatória.

Segundo RAMOS (2015) com o advento da CF/88, vieram a Ação Direta de Inconstitucionalidade por omissão e o MI como institutos capazes de dar respostas jurídicas ao dever do Estado de implementar as normas de eficácia limitada. O MI serve de remédio à falta de regulamentação de norma, que transmite o direito ou a garantia fundamental do cidadão<sup>10</sup>.

De acordo com RAMOS (2015), o MI tornou-se uma fonte de poder normativo atípico do STF, servindo de impulsão ao ativismo, como no julgamento do MI n.º 721-7, no entanto, ocorreria em menor grau se a Corte apenas se limitasse a julgar a norma faltante nos limites subjetivos da lide, exercendo de fato sua competência para decidir.

Conforme CAMPOS (2014), no início da vigência da CF/88, o STF decidiu que, mesmo em MI, não poderia diretamente preencher a ausência de teor normativo inconstitucional na possibilidade de omissão total do legislador, e dessa forma permaneceu por quase 18 anos, limitando-se a

---

<sup>10</sup> Essa conexão foi estabelecida por José Afonso da Silva, em seu Curso de direito Constitucional positivo, 27. ed., São Paulo, Malheiros, 2006, p. 448: *"Sua principal finalidade (do mandado de injunção) consiste assim em conferir imediata aplicabilidade à norma constitucional portadora daqueles direitos e prerrogativas, inerte em virtude de ausência de regulamentação. Revela-se, neste quadrante, como um instrumento da realização prática da disposição do art. 5º, § 1º"*.

declarar a mora e cientificar o legislador para que suprisse a omissão inconstitucional.

Para CAMPOS (2014), O STF, em 2007, decidiu mudar de atitude, criando a norma legislativa que faltava em todos os conflitos e ações judiciais análogas, com eficácia erga omnes até que o legislador regulamentasse a matéria. Dessa forma as decisões deixaram de ser de eficácia declaratória para tornar-se de eficácia constitutiva geral. O ativismo judicial pela Corte ficou evidente quando passou a tomar decisões com eficácia geral.

CAMPOS (2015) explica que o STF, ao decidir com eficácia erga omnes, adota postura ativista com relação a decidir sobre a omissão legislativa total e deixa claro que a mudança do ponto de vista institucional veio para ficar, haja vista sua nova posição em julgados posteriores e com temas diferentes, nos quais estavam presente a inercia injustificada do legislador<sup>11</sup>.

## **A ATUAÇÃO ATIVISTA DOS MEMBROS DA 2ª INSTÂNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS**

No sítio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), onde está ambientada a elaboração deste trabalho, na página de consulta processual, foi escolhida a instância de segundo grau, para realizar pesquisa jurisprudencial<sup>12</sup>, tendo sido utilizado os seguintes critérios de busca – “ativismo judicial”, “ativismo” e “autocontenção”. Como resultado, será apresentado apenas alguns exemplos para que a leitura não se torne tediosa.

### **Apelação Cível n.º 0338769-72.2007.8.04.0001 – Terceira Câmara Cível – Relator: Des. João de Jesus Abdalá Simões – Julg.: 27.jul.2015.**

Teve início com o Mandado de Segurança, para requerer o direito de continuar recebendo pensão por morte, em virtude do beneficiário ser universitário e manter esse direito até os 24 (vinte e quatro) anos de idade ou até conclusão do curso superior, para isso foi alegado o direito social à educação e aos alimentos.

A outra parte não satisfeita com o resultado, apelou e foi recepcionado pela 3ª Câmara Cível, que por força normativa da constituição, tendo em vista tratar-se de arguição incidental de inconstitucionalidade do art. 2.º, II, da Lei Complementar Estadual n.º 30/2001, em contrariedade com os arts. 6.º, 205 e 227 da CF/88, houve a suspensão do julgamento da apelação e foram remetidos os autos ao Tribunal Pleno.

### **Arguição de Inconstitucionalidade n.º 0005283-94.2015.8.04.0000 – Tribunal Pleno – Relator: Des. João de Jesus Abdalá Simões – Julg.: 29.mar.2016 – DJE:13.dez.2016**

---

<sup>11</sup> STF – Pleno. MI 758, Rel. Min. Marco Aurélio, j. em 01.07.2008, DJ 26.09.2008; STF – Pleno. MI 788, Rel. Min. Carlos Britto, j. em 15.04.2009, DJ 08.05.2009.

<sup>12</sup> A pesquisa foi realizada até o mês de junho do ano de 2022.



Em sede do Tribunal Pleno, o Des. João de Jesus Abdalá Simões, em voto enunciado no acórdão (p. 138 e 141), explica que conforme determina o parágrafo 1º do art. 5º da CF/88, os direitos e garantias fundamentais possuem caráter de uso imediato, nesse sentido surge a função do poder judiciário para efetivar tais direitos sociais, trabalho que pertence originariamente ao poder executivo, conduta essa que caracteriza o ativismo judicial, e tal conduta do judiciário vem sendo decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em vários acórdãos, pela sua constitucionalidade. Portanto, seguindo a linha de jurisprudências do STF, o qual ampara a prática do ativismo judicial em casos similares ao sob análise, torna-se *“impositiva a presente atuação positiva do Poder Judiciário”*. Diante dessa decisão, a parte deu entrada no Recurso Extraordinário.

**Recurso Extraordinário nº 0004996-97.2016.8.04.0000 – Presidência do TJAM – Relator: Des. Flávio Humberto Pascarelli Lopes – Julg.: 1º.ago.2017**

Aqui a parte recorrente alega que a decisão impugnada viola o artigo 5º, LIV e LV, referente aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa; bem como os artigos 48, 49, X e XI, todos da Constituição Federal, que tratam da prerrogativa do Poder Legislativo de legislar e de defender as leis elaboradas. Afirma que nenhum outro Poder tem a atribuição para legislar em nome do Poder Legislativo, isso ocorrendo, violentará o princípio da tripartição de poderes, assim como a atribuição conferida através da Constituição a cada um deles, atingindo assim o sistema de freios e contrapesos, base para o equilíbrio da democracia.

Mais uma vez o recorrente, insatisfeito com a decisão, ingressou com Agravo de Instrumento no Recurso Extraordinário Nº 0006118-14.2017.8.04.0000, porém não teve seu recurso admitido, sendo determinado o envio para o Supremo Tribunal Federal onde recebeu o nº 1096026 (ARE), no entanto foi negado provimento do recurso pelo Min. Relator Luiz Roberto Barroso, em 1º.dez.2017.

O caso foi encerrado, e constatou-se que com o resultado das decisões mencionadas, os precedentes favoráveis, passaram a invocar o que fora decidido nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade N.º 0005283-94.2015.8.04.0000.

**Reexame Necessário em Mandado de Segurança nº 0222804-07.2011.8.04.0001 – Câmaras Reunidas – Relator: Des. Carla Maria Santos dos Reis – julg.: 28.mar.2018 – arquivado: 08.jun.2018**

Teve início com o Mandado de Segurança no qual a impetrante aprovada em vestibular, por motivo de caso fortuito, deixou de realizar sua matrícula na data estipulada em edital, e quando tentou fazê-la, em data posterior, teve sua matrícula indeferida pela Instituição de ensino. A Des. Carla Maria Santos dos Reis, em seu relatório, explica que a supremacia do

interesse público merece nova interpretação com base na Constituição, de tal modo que se preserve outros interesses, igualmente importantes, ainda que seja de um particular e esse trabalho é função do Poder Judiciário, ainda que não tenham sido escolhidos por meio de mandatos eletivos, são autorizados a realizar a justiça social, mesmo que seja necessário superar o princípio majoritário, “visando à participação igualitária do cidadão na esfera pública, bem como a proteção às minorias estigmatizadas”<sup>13</sup>.

Em sua decisão, a Relatora também afirma que em virtude da jurisdicionada estar inserida na definição de minorias, autoriza o ativismo judicial a proporcionar o direito de acesso à educação superior, e para tal o instrumento jurídico apropriado é o princípio da proporcionalidade, já que sua principal finalidade é a contenção do arbítrio estatal que impõe critérios para o controle de medidas restritivas de direitos fundamentais ou de outros interesses protegidos por lei.

**Apelação Cível nº: 0227936-45.2011.8.04.0001 – Primeira Câmara Cível – Relator: Des. Joana dos Santos Meirelles – julg.: 31.jan.2022 – ainda em curso.**

Trata-se de Apelação Cível interposta contra sentença proferida nos autos da presente ação, requerendo o provimento do recurso para que seja reformada a sentença que julgou procedente o pedido inicial. Por decisão colegiada, a ação foi suspensa e encaminhada para o Tribunal Pleno, a fim de ser instaurado o Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade sob o n.º 0006434-562019.8.04.0000, o qual julgou procedente, sendo declarado, portanto, incidentalmente a inconstitucionalidade da expressão "01 (um)" constante do art. 9, I, da Lei n.º 2.017/91. A referida lei estabelece a impossibilidade de recebimento de auxílio previdenciário por mais de um dependente, caracterizando assim a violação do princípio da isonomia. Portanto, pelo fato do legislador ter, supostamente, exorbitado o poder de legislar, restringindo o maior benefício consagrado pela legislação federal, foi necessária uma decisão ativista para ser reconhecido um direito que era negado pelo Estado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação ativista dos membros do Judiciário e todos os casos de ativismo judicial não se esgotam com a pesquisa aqui realizada.

Há muito que se falar sobre o ativismo judicial, pois este assunto ainda é pouco discutido no Brasil entre os doutrinadores, profissionais da área jurídica e até mesmo entre os Ministros do STF, os quais apesar de suas decisões ativistas, não se debruçaram sequer reflexivamente sobre o sentido do ativismo judicial, ficando subtendido que fora tomada uma decisão

---

<sup>13</sup> NETO, Cláudio Pereira de Souza; SARMENTO, Daniel. Direito Constitucional. Teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 39.

meramente interventiva. No entanto, há de se observar que a expressão 'ativismo judicial' está diretamente ligada ao aumento de poder dos membros do Judiciário, tendo em vista aquela Corte ter se tornado protagonista em todas as polêmicas envolvendo suas decisões e a política atual.

É certo que nem todo integrante da justiça atua com postura ativista. Alguns até postam-se contrários à ultrapassagem do limite destinado ao Poder Judiciário, reconhecendo que não é possível atuar como legislador, criando ou estendendo qualquer tipo de benefício, sem que fira os ditames constitucionais, causando inclusive uma insegurança jurídica. Os membros do judiciário devem agir apenas dentro das possibilidades e dos limites abertos pelo ordenamento jurídico.

A Constituição dedica no seu art. 2º, o princípio da separação dos poderes, os quais devem seguir em harmonia e independência, para que então possam viver um Estado Democrático de Direito, não pode haver interferência do Poder Judiciário sobre os demais acima dos limites para si constitucionalmente definidos.

Autores simpáticos às decisões ativistas, relatam, por exemplo, a inércia do legislador em fechar as lacunas deixadas no texto constitucional. É fato que a Justiça não deve ser cega ou indiferente, e deve agir a tempo de impedir resultados injustos ou danosos ao bem comum ou aos direitos fundamentais do cidadão. Mas a atuação jurisdicional deve ser parte de uma solução e não a criação de mais um problema. O Poder Legislativo enfrenta crises que serão superadas apenas por uma reforma política, e não com a intromissão do Poder Judiciário.

Constatou-se, através das decisões pesquisadas na 2ª instância do TJAM, que os membros do Tribunal, em alguns casos, têm tido decisões ativistas. A Justiça não tem sido indiferente com os casos que lhes são apresentados, tem agido de forma a corrigir as falhas cometidas na lei, por falta ou pelo excesso da letra da lei, e assim, usando o ativismo sem excessos, a Justiça tem sido feita assistindo ao cidadão o direito que lhe cabe.

As decisões, apesar de ativistas, estão sendo feitas de forma técnica, haja vista estarem sendo observados os limites e percorrendo as instâncias necessários, inclusive, com alguns casos sendo encaminhado para o STF, última instância do Judiciário, além das devidas cautelas para que não haja excesso no seu resultado.

Com relação a ultrapassar seu limite, sabe-se que a principal função do Judiciário é a proteção da Constituição, e em nome dos direitos e garantias fundamentais e da democracia, deve fazê-la mesmo que seja diante de outros Poderes. Constatou-se que os limites foram ultrapassados, por isso, ocorreu o ativismo judicial, sem contudo extrapolar as linhas limítrofes do texto constitucional, para que fosse garantido um direito fundamental, portanto, até onde se pesquisou, a decisão ativista foi benéfica para as pessoas que recorreram ao Judiciário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Rosan de Sousa. **Ativismo Judicial Não é Causa de Enfraquecimento da Democracia e Sim a Judicialização da Política**. III Encontro Virtual do Conped. Constituição, Teoria Constitucional e Democracia II. On-line. Org. CONPEDI (Coord): GOMES, Magno Federici; RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. Florianópolis: CONPEDI, 2021. ISBN: 978-65-5648-350-4. Disponível em <<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/276gsltp/19i1hrk5/9th9a7w9qqkyi62e.pdf>> Acesso em 20 mai. 2022.

ANTONELLO, Anuska Leochana Menezes. **O Papel Contramajoritário dos Direitos Fundamentais**. DireitoNet. 11.fev.2021. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/12009/O-papel-contramajoritario-dos-direitos-fundamentais>> Acesso em 20.mai.22.

BARROSO, Luís Roberto. Ano do STF: Judicialização, ativismo e legitimidade democrática. Revista on-line Consultor Jurídico, dez.2008. Disponível em: <[https://www.conjur.com.br/2008dez22/judicializacao\\_ativismo\\_legitimidade\\_democratica?pagina=4](https://www.conjur.com.br/2008dez22/judicializacao_ativismo_legitimidade_democratica?pagina=4) > Acesso em: 25 mai. 2022.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição e política: uma relação difícil**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, online. pub 29.Jul.2004. n. 61, p. 5-24. 2004, ISSN 1807-0175. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/4dBzLJzmbWgmSFnJM8QRJ6m/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 20 mai. 2022.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> acesso em 12 abr. 2022.

BRASIL. **Senado Federal**, site institucional. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/documentos/sobre-o-senado/atividade/atribuicoes>> acessado em 12 abr. 2022.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Câmaras Reunidas. **Reexame Necessário em Mandado de Segurança** nº 0222804-07.2011.8.04.0001. Requerente: Kelianna Jardim de Paiva. Requerido: Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Rel. Des. Carla Maria Santos dos Reis, j. em 28.mar.2018, arq. em 08.jun.2018. Disponível em <<https://consultasaj.tjam.jus.br/cposgcr/open.do>> Acesso em 15 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Presidência do TJAM. **Recurso Extraordinário** nº 0004996-97.2016.8.04.0000. Recorrente: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Recorrido: Exmo Des. João de Jesus Abdala Simões. Rel. Des.

Flávio Humberto Pascarelli Lopes, j. em 1º.ago.2017. Disponível em <<https://consultasaj.tjam.jus.br/cposgcr/open.do>> Acesso em 15 jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Primeira Câmara Cível. **Apelação Cível** n.º: 0227936-45.2011.8.04.0001. Apelante: Estado do Amazonas. Apelado: Júlio Jacinto Pires Maia. Rel. Des. Joana dos Santos Meirelles, j. em 31.jan.2022, em curso. Disponível em <<https://consultasaj.tjam.jus.br/cposgcr/open.do>> Acesso em 15 jun. 2022.

\_\_\_\_\_.Terceira Câmara Cível. **Apelação Cível** n.º 0338769-72.2007.8.04.0001. Apelante: Denise Marialva Vieira. Apelado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – Amazonprev. Rel. Des. João de Jesus Abdalá Simões, j. em 27.jul.2015. Disponível em <<https://consultasaj.tjam.jus.br/cposgcr/open.do>> Acesso em 15 jun. 2022.

\_\_\_\_\_.Tribunal Pleno. **Arguição de Inconstitucionalidade** n.º 0005283-94.2015.8.04.0000. Arguinte: Exmo Des. João de Jesus Abdala Simões. Rel. Des. João de Jesus Abdalá Simões, j. em 29.mar.2016, DJE:13.dez.2016. Disponível em <<https://consultasaj.tjam.jus.br/cposgcr/open.do>> Acesso em 15 jun. 2022.

CABRAL, Frederico José de Oliveira. **O reconhecimento do ativismo judicial na nova lei do mandado de injunção**. Revista Jurídica Âmbito Jurídico. 01.out.2017. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direitoconstitucional/oreconhecimentodoativismojudicialnanovaleidomandadodeinjuncao/#:~:text=O%20ativismo%20judicial%2C%20neste%20ponto,poderes%20normativos%20gerais%20e%20abstratos>> Acesso: 15 abr. 2022.

CAMARGO, Caio Pacca Ferraz de; CAMARGO, Taysa Pacca Ferraz de; CARVALHO, Sâmia Souza. **Ativismo Judicial: Direito e Política na Fronteira da Jurisdição**. III Encontro Virtual do Conped. Constituição, Teoria Constitucional e Democracia II. On-line. Org. CONPEDI (Coord): GOMES, Magno Federici; RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. Florianópolis: CONPEDI, 2021. ISBN: 978-65-5648-350-4. Disponível em <<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/276gsitp/19i1hrk5/9th9a7w9qqkyi62e.pdf>> Acesso em 20 mai. 2022.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. **Dimensões do ativismo judicial do Supremo Tribunal Federal**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

DALLARI, Adilson Abreu. **Inquérito das Fake News** – In: Supremos Erros: Decisões Inconstitucionais do STF. PEREIRA JÚNIOR, Antônio Jorge; BARBOSA, Milton Gustavo Vasconcelos. (Orgs). Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2020.

GALLI, Marcelo. **Ativismo judicial é perigoso e provoca insegurança, diz ministro do STJ**. Revista Jurídica CONJUR. 05.dez.2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-dez-05/ativismo-judicial-perigoso-provoca-inseguranca-ministro-stj> > acesso em 12 abr. 2022.

GRECO, Rogério. **O STF e Seus Inquéritos Ilegais** – In: Supremos Erros: Decisões Inconstitucionais do STF. PEREIRA JÚNIOR, Antônio Jorge; BARBOSA, Milton Gustavo Vasconcelos. (Orgs). Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2020.

JOBIM, Marco Félix; OLIVEIRA JR, Zulmar Duarte de. **Ativismo Judicial e suas Múltiplas Definições**. Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP. ano 15. v. 22. n. 3. set./dez. 2021. Periódico Quadrimestral da Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito Processual da UERJ Patrono: José Carlos Barbosa Moreira (in mem.). Disponível em: <[www.redp.uerj.br](http://www.redp.uerj.br) > acesso em 20 abr. 2022.

MARINHO, Sérgio Augusto Lima Marinho; BORGES, Alexandre Walmott. **O Papel Contramajoritário dos Direitos Fundamentais e o Dever do Poder Judiciário Brasileiro Perante Omissões Legislativas**. In: VITA, Jonathan Barros; LEISTER, Margareth Anne. Direitos Fundamentais e Democracia II. XXII Encontro Nacional do CONPEDI/UNINOVE. Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade. Florianópolis: FUNJAB, 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8ee30f15c1c633d3> > Acesso em: 20 mai. 2022.

MARTINS, Sérgio Merola. **Ativismo judicial: o que é, histórico e exemplos**. Revista Jurídica Aurum. 26.ago.2019. Disponível em: <<https://www.aurum.com.br/blog/ativismo-judicial/> > Acesso: 15 abr. 2022.

MORAIS, Dalton Santos. **Democracia e Direitos Fundamentais: Propostas para uma jurisdição constitucional democrática**. Revista da AGU, v. 11, n. 34, 30 dez. 2012. Disponível em <<https://seer.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/89> > Acesso em: 22 mai. 22.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Ações Constitucionais**. 2ª. ed. rev., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

PEREIRA JÚNIOR, Antônio Jorge; BARBOSA, Milton Gustavo Vasconcelos (Orgs). **Supremos Erros: decisões inconstitucionais do STF**. Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2020.

RAMOS, Elival da Silva. **Ativismo Judicial Parâmetros Dogmáticos**. 2a ed. Ed Saraiva. 2015.

REBOUÇAS JR, Adams Pascarelli; BASTOS, Rodrigo Reis Ribeiro. **Crescimento Contínuo do Ativismo Judicial e o Apoio Popular**. Revista de Direito da Amazônia. 2020. Disponível em: <v. 1 n. 2 (2020): Revista de Direito da Amazônia - Edição Especial - Seminário Internacional de Direito Militar e Direitos Humanos | Revista de Direito da Amazônia (tjam.jus.br) > Acesso em 12 abr. 2022.

TASSINARI, Clarissa. **Jurisdição e ativismo judicial: limites da atuação do judiciário**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora: 2013.

VALLE, Acyane do. **Ativismo Judicial é abordado pelo diretor da ESMAM em aula inaugural de curso de Direito da Faculdade Santa Teresa**. Sala de Imprensa do Tribunal de Justiça do Amazonas. pub.23.ago.2018. Disponível em <<https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/385-ativismo-judicial-e-abordado-pelo-diretor-da-esmam-em-aula-inaugural-de-curso-de-direito-da-faculdade-santa-teresa> > Acesso: 16 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. **Marcelo Semer defende a criação do “juiz das garantias” durante Aula Magna da Escola Superior da Magistratura do Amazonas**. Sala de Imprensa do Tribunal de Justiça do Amazonas. 06.mar.2020. Disponível em < <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/2577-marcelo-semer-defende-a-criacao-do-juiz-das-garantias-durante-aula-magna-da-escola-superior-da-magistratura-do-amazonas> > Acesso em: 23 mai. 2022.

VIEIRA. Laírcia. **O perigo do ativismo judicial para o Estado Democrático de Direito**. Revista Eletrônica Direito Diário Jus Brasil. 2018. Disponível em: <<https://direitodiario.jusbrasil.com.br/artigos/417872586/o-perigo-doativismo-judicial-para-o-estado-democratico-de-direito>> Acesso em 12 abr. 2022.

**Roseli Aparecida Peterlini Bonfim**

Fisioterapeuta e Pós-Graduada em Fisioterapia Manipulativa pelo  
Centro Universitário Uniguairacá, Guarapuava/PR.

**Claudia Bernardes Maganhini**

Fisioterapeuta e Mestre em Saúde Coletiva.  
Docente de Fisioterapia pelo  
Centro Universitário Uniguairacá, Guarapuava/PR.

**Fernando Sluchensci dos Santos**

Fisioterapeuta e Pós-Graduado em Fisioterapia Manipulativa pelo  
Centro Universitário Uniguairacá.  
Mestrando em Nanociências e Biociências pela  
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Guarapuava/PR.

**Renan Felipe Pereira Gonçalves**

Acadêmico do Curso Tecnólogo em Enfermagem pela  
Futura Educação Profissional, Guarapuava/PR.

**Jessica Kot**

Acadêmica do Curso de Fisioterapia pelo  
Centro Universitário Uniguairacá, Guarapuava/PR.

**Thays Barbosa Palermo**

Fisioterapeuta e Pós-Graduada em Fisioterapia Manipulativa pelo  
Centro Universitário Uniguairacá, Guarapuava/PR.

## RESUMO

Podemos definir envelhecimento como um processo natural e inerente a todas as pessoas, o qual corresponde a um conjunto de diversas alterações fisiológicas, morfológicas, bioquímicas, emocionais, sensoriais e motoras, deixando o indivíduo mais vulnerável e suscetível ao surgimento de doenças que afetam a sua independência, autonomia e qualidade de vida. O presente estudo teve como objetivo avaliar a qualidade de vida em idosos participantes de um grupo de 3ª idade. A presente pesquisa propôs um estudo transversal com abordagem quantitativa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) com o parecer de número 4.075.760. Os indivíduos foram avaliados por meio do Miniexame de Estado mental (MEEM) e por meio do Questionário WHOQOL-Bref. O estudo foi desenvolvido nas dependências do Salão Social da Igreja Ucrâniana São Nicolau, localizada na rua Mauá, Nº 176, Bairro Boqueirão, no município Guarapuava/PR. A amostra final contou com 29 idosos com uma média de idade de  $67 \pm 5,7$  anos e a maior parte são mulheres, totalizando 86,2% dos indivíduos avaliados. A média do questionário foi acima de 65 pontos em todos os domínios, sendo os melhores pontuados o domínio psicológico e o domínio relações sociais. Os idosos entre as faixas de 60 a 69 anos e 70 a 80 anos não apresentaram diferença quanto à qualidade de vida. O mesmo ocorreu quando se comparou a qualidade de vida entre idosos com IMC



normal e IMC acima do normal. Os homens apresentaram melhor qualidade de vida que as mulheres nos domínios físico, autoavaliação da qualidade de vida e escore total. No questionário *WhoQol-Bref* não há uma classificação em boa ou má qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Idoso; Envelhecimento; Qualidade de vida.

## INTRODUÇÃO

Podemos definir o envelhecimento como um processo natural e inerente a todas as pessoas, o qual corresponde a um conjunto de diversas alterações fisiológicas, morfológicas, bioquímicas, emocionais, sensoriais e motoras, deixando o indivíduo mais vulnerável e suscetível ao surgimento de doenças que afetam a sua independência, autonomia e qualidade de vida (Camargo, 2018).

O envelhecimento tem se tornado um fenômeno mundial, que afeta todas as pessoas, independente da expectativa de vida aliado aos avanços tecnológicos na área da saúde, assim como o surgimento de programas de prevenção e de promoção em saúde, que vêm aumentando a longevidade desses indivíduos (Pereira, Nogueira e Silva, 2015).

Com o envelhecimento, a qualidade de vida e a capacidade funcional sofrem declínio em consequência deste processo e tendem a ser agravadas pelo sedentarismo, onde há redução da disposição em realizar qualquer tipo de atividade, ocorrendo um declínio da funcionalidade alterando assim as relações familiares, disposição, lazer, prazer, espiritualidade, capacidade funcional e estado de saúde. O envelhecimento deve ser compreendido na sua totalidade e nas suas diversas dimensões, pois essas transformações afetam direta e indiretamente as inter-relações do sujeito com seu contexto social, comprometendo a qualidade de vida, ou seja, seu bem-estar biopsicossocial, interferindo no envelhecimento saudável (Santos et al., 2017).

A qualidade de vida é um termo amplo, com várias definições, que dependem da influência de aspectos e percepções individuais, sociais e ambientais (Pereira, Nogueira e Silva, 2015).

O conceito de qualidade de vida abrange uma grande gama de aspectos, tais como: a capacidade funcional, o nível socioeconômico, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, o autocuidado, o suporte familiar, o estado de saúde, os valores culturais, éticos e a religiosidade, o estilo de vida, a satisfação com o emprego e/ou com as atividades da vida diária e com o ambiente em que se vive. Trata-se, portanto, de um conceito subjetivo (Dawalibi, Goulart e Prearo, 2014).

Alguns fatores da qualidade de vida pode ser prejudicado pelo sedentarismo, pois esse comportamento que ao longo do tempo, intensifica o processo de incapacidade e dependência, elevando assim o risco de incidência de doenças crônicas não transmissíveis e comprometimentos, tanto cognitivo como funcional (Almeida et al., 2015).

Entre as doenças crônicas não transmissíveis mais comuns na velhice se sobressaem a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e o Diabetes Mellitus (DM), que juntas são consideradas os principais fatores de risco para o progresso de doenças cardíacas isquêmicas, neuropatias periféricas, insuficiência renal crônica, síndrome da fragilidade e o declínio da independência em idosos, diminuindo assim a qualidade de vida (Barreto, Carreira e Marcon, 2015).

Intervenções com mudanças de hábitos podem desacelerar o processo de envelhecimento e principalmente a prática regular de exercícios físicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida (Estrela e Bauer, 2017).

Mediante ao exposto, o presente estudo teve como objetivo avaliar a qualidade de vida em idosos participantes de um grupo de 3ª idade no município de Guarapuava/PR no primeiro semestre do ano de 2020.

## **METODOLOGIA**

### **Tipo de estudo**

A presente pesquisa propôs um estudo transversal com abordagem quantitativa.

### **Aspectos éticos**

A pesquisa recebeu aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) sob número de parecer 4.075.760. O estudo seguiu os preceitos estabelecidos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o qual regulamenta a pesquisa com seres humanos no Brasil.

### **Local de realização do estudo, seleção da amostra e período de estudo**

O estudo foi desenvolvido nas dependências do Salão Social da Igreja Ucraniana São Nicolau, localizada na rua Mauá, Nº 176, Bairro Boqueirão, no município Guarapuava/PR, mediante a autorização do responsável pelo espaço. Os indivíduos foram recrutados por meio de convite direto, de caráter verbal e expositivo aos membros do Grupo da Melhor Idade São Nicolau. Após o convite, foram explanadas questões acerca dos principais riscos e benefícios em sua participação, sendo essa de forma gratuita e assistida durante todo o período pelos pesquisadores responsáveis. Por fim, os indivíduos que aceitaram participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os indivíduos foram avaliados entre os dias 9 e 16 de março de 2020, durante encontro agendado previamente com os responsáveis pelo Grupo.

## Critérios de elegibilidade

A amostra foi selecionada por conveniência de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Foram critérios de inclusão: idosos de ambos os sexos, com idade entre 60 a 80 anos, que fossem independentes para a marcha e para as transferências, bem como que tivessem o cognitivo preservado, avaliados por meio do Mini Exame de Estado Mental (MEEM) e que consentissem em sua participação por meio da Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram excluídos do presente estudo indivíduos que estivessem fora da faixa etária estipulada (60 a 80 anos de idade), que não fossem independentes para a marcha e/ou para as transferências, que fossem reprovados na avaliação por meio da avaliação cognitiva do MEEM e/ou que não consentissem em sua participação por meio da assinatura TCLE.

## Instrumentos avaliativos

Num primeiro momento todos responderam o Mini Exame de Estado Mental (MEEM), o qual é utilizado para avaliar e realizar uma triagem da função cognitiva, tendo como objetivo fornecer informações acerca de diferentes parâmetros cognitivos, e apresenta questões agrupadas em sete categorias, cada uma delas planejada com o objetivo de avaliar as funções cognitivas específicas como a orientação temporal (5 pontos), orientação espacial (5 pontos), registro de três palavras (3 pontos), atenção e cálculo (5 pontos), recordação das três palavras (3 pontos), linguagem (8 pontos) e capacidade construtiva visual (1 ponto). Seu escore pode variar de um mínimo de 0 pontos, o qual indica o maior grau de comprometimento cognitivo dos indivíduos, até um total máximo de 30 pontos, o qual, por sua vez, corresponde a melhor capacidade cognitiva. O teste é de fácil aplicação e sua duração é em torno de 10 minutos. Foi adotado como incluso o indivíduo com pontuação esperada de acordo o tempo de escolaridade.

A seguir foi avaliada a Qualidade de Vida (QV) através do questionário *WHOQOL-Bref*, que é uma versão abreviada do *WHOQOL-100*. No *WHOQOL-Bref* encontram-se 24 questões onde cada questão foi correspondente a um domínio, mais duas questões gerais sobre a qualidade de vida totalizando 26 questões. A Organização Mundial de Saúde (OMS) definiu que a seleção das questões que formulariam o presente questionário deveria ocorrer de forma conceitual e psicométrica mantendo obrigatoriamente o caráter abrangente do instrumento original ou seja, os 24 domínios deveriam ser representados por uma questão, desta forma foram selecionadas as questões que mais se aproximassem ao escore total do questionário estendido, este escore total 12 vai ser calculado pela média de todas as facetas ou domínios sendo eles domínios: físicos, psicológico, relações sociais e meio ambiente (Fleck, et al., 2018).

## Análise de dados

Todos os dados obtidos através dos métodos aplicados, foram descritos em forma de tabelas e gráficos para facilitar a observação da análise estatística. A análise dos resultados foi realizada pelo software IBM *Statistics SPSS 20*. Os dados categóricos foram apresentados em frequência e porcentagem. Os dados numéricos foram descritos em média e desvio-padrão e testados quanto à normalidade pelo *Shapiro-Wilk Test*. Para avaliar a igualdade das variâncias foi utilizado o *Levene's Test*, e para a comparação entre os grupos foram utilizados o *T-Student Test* não pareado e o *Mann-Whitney Test*. Para as correlações foram utilizados a Correlação de *Pearson* e a Correlação de *Spearman*. O nível de significância foi de 0,05

## RESULTADOS

A amostra foi constituída inicialmente por 32 participantes, mas três desistiram de continuar as avaliações. Dessa forma a amostra final contou com 29 idosos com uma média de idade de  $67 \pm 5,7$  anos e a maior parte são mulheres, totalizando 86,2% dos indivíduos avaliados. A Tabela 1 abaixo apresenta o perfil da amostra e as pontuações obtidas no questionário *WhoQol-Bref* descritos em média e desvio padrão e porcentagem.

**Tabela 1** - Classificação das variáveis idade, sexo, índice de massa corporal (IMC) e aptidão com o questionário de qualidade de vida *WhoQol-Bref* em frequência, porcentagem, média e desvio-padrão.

		29 – 100%	
Idade	Frequência e porcentagem	60 à 69 anos	21 – 72,4%
		70 à 80 anos	8 – 27,6%
	Média ± Dp	67 ±5,70	
Sexo	Frequência e porcentagem	Homens	4 – 13,8%
		Mulheres	25 – 86,2%
		Peso normal	12 – 41,4%

<b>IMC</b>	Frequência e porcentagem	Sobrepeso	10 – 34,5%
		Obesidade Grau I	6 – 20,7%
		Obesidade Grau II	1 – 3,4%
	Média ± Dp	26,21 ± 4,65	

### Domínios de Qualidade de vida (n=29)

Média ± Dp

<b>Físico</b>	67,34±18,86
<b>Psicológico</b>	72,67±17,34
<b>Relações Sociais</b>	74,86±17,19
<b>Ambiente</b>	65,42±15,85
<b>Auto Avaliação da QV</b>	65,09±19,00
<b>Total</b>	68,65±14,96

Os idosos foram divididos em dois grupos e de três formas, sendo, por idade, por gênero e por IMC, para ser realizada a correlação entre as variáveis, para ver se havia diferença estatística. Não houve diferença na comparação entre idade e índice de massa corporal quanto aos valores do *WhoQol-Bref* ( $p>0,05$ ). Já na comparação entre os gêneros houve diferença nos domínios físico, na autoavaliação da qualidade de vida e no escore total ( $p<0,05$ ) indicando que os homens apresentam melhor qualidade de vida nos domínios citados acima em comparação com as mulheres (Tabela 2 e Figura 1).

**Tabela 2** - Comparações entre faixas de idade, sexo e índice de massa corporal (IMC) quanto aos domínios e escore total do questionário *WhoQol-Bref* de qualidade de vida.

Domínios de Qualidade de vida	Idade em anos	N	Média ± Desvio-Padrão	P
Físico	60 à 69	21	69,18±3,78	0,403

	70 à 80	8	62,50±22,90	
Psicológico	60 à 69	21	76,15±16,52	0,080
	70 à 80	8	63,54±17,07	
Relações Sociais	60 à 69	21	75,59±16,78	0,715
	70 à 80	8	72,91±19,28	
Ambiente	60 à 69	21	68,22±13,71	0,126
	70 à 80	8	58,09±19,57	
<sup>a</sup> Auto Avaliação da QV	60 à 69	21	66,07±17,74	0,583
	70 à 80	8	62,50±23,14	
Total	60 à 69	21	70,95±13,35	0,183
	70 à 80	8	62,58±18,12	

Domínios de Qualidade de vida	Sexo	N	Média ± Desvio-Padrão	P
Físico	Homem	4	86,60±9,39	0,025*
	Mulher	25	64,26±18,23	
Psicológico	Homem	4	86,46±10,42	0,087
	Mulher	25	70,46±17,33	

Relações Sociais	Homem	4	83,33±11,78	0,297
	Mulher	25	73,50±17,71	
Ambiente	Homem	4	74,22±22,30	0,239
	Mulher	25	64,02±14,69	
<sup>a</sup> Auto Avaliação da QV	Homem	4	84,37±11,96	0,026*
	Mulher	25	62,00±18,21	
Total	Homem	4	82,21±12,22	0,049*
	Mulher	25	66,47±14,39	

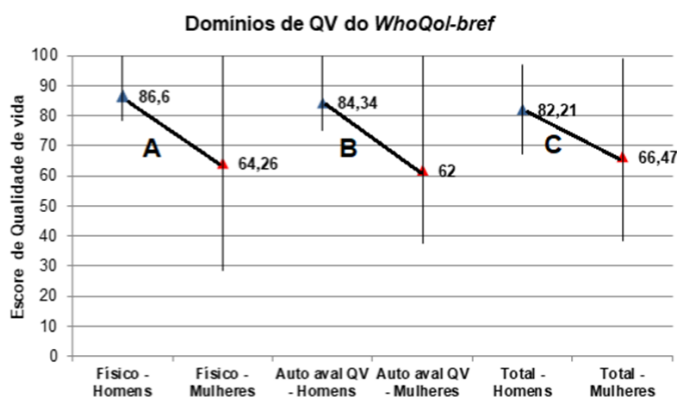
Domínios de Qualidade de vida	IMC	N	Média ± Desvio-Padrão	P
<sup>a</sup> Físico	Normal	12	69,94±11,64	0,411
	Acima do Normal	17	65,51±22,82	
Psicológico	Normal	12	74,58±14,26	0,627
	Acima do Normal	17	71,32±19,53	
<sup>a</sup> Relações Sociais	Normal	12	72,22±8,94	0,243

	Acima do Normal	17	76,71±21,30	
	Normal	12	62,50±12,85	
Ambiente				0,414
	Acima do Normal	17	67,49±17,75	
	Normal	12	64,58±16,71	
<sup>a</sup> Auto Avaliação da QV				0,946
	Acima do Normal	17	65,44±21,97	
	Normal	12	68,54±9,54	
<sup>a</sup> Total				0,842
	Acima do Normal	17	68,72±18,15	

IMC – índice de massa corporal.

\*p<0,05.

<sup>a</sup>Mann-Whitney Test (dados não paramétricos ou Levene's Test com p<0,05).



**Figura 1** - Em A, comparação entre as médias do domínio físico entre homens e mulheres com p=0,025. Em B, comparação entre os domínios de autoavaliação da qualidade de vida de homens e mulheres com p=0,026. Em C, comparação entre o escore total de homens e mulheres com p=0,049.



Não houve correlação significativa entre os domínios e escore total do *WhoQol-Bref* com a idade dos participantes ( $p>0,05$ ) como também não houve correlação entre os domínios e escore total do *WhoQol-Bref* com o índice de massa corporal dos participantes ( $p>0,05$ ) (Tabela 3).

**Tabela 3** - Correlação entre idade (anos) com os domínios e escore total do questionário *WhoQol-Bref* para qualidade de vida e correlação entre índice de massa corporal com os domínios e escore total do questionário *WhoQol-Bref*.

Domínios de Qualidade de vida	Idade		IMC	
	Coefficiente de correlação	P	Coefficiente de correlação	P
Físico	<sup>a</sup> 0,074	0,702	-0,291	0,125
Psicológico	<sup>a</sup> -0,092	0,635	-0,185	0,337
Relações Sociais	<sup>a</sup> 0,005	0,980	-0,072	0,711
Ambiente	<sup>a</sup> -0,007	0,969	-0,74	0,701
Auto Avaliação da QV	<sup>a</sup> 0,100	0,605	<sup>a</sup> -0,052	0,788
Total	<sup>a</sup> 0,021	0,913	-0,190	0,701

IMC – índice de massa corporal.

<sup>a</sup>Correlação de *Spearman*, as demais correlações são de *Pearson*.

## DISCUSSÃO

O presente estudo visou avaliar a qualidade de vida em idosos participantes de um Grupo de Terceira Idade. Os resultados apresentados no presente estudo demonstraram que a qualidade de vida dos idosos avaliados não apresentou resultados significativos quando correlacionado com o gênero ou mesmo quando divididos em grupos etários e em diferentes classificações de índice de massa corporal (IMC).

Um estudo realizado por Toldrá et al. (2014), avaliou um grupo de 25 idosos, dos quais 88% dos participantes eram mulheres. A idade média dos indivíduos era de  $65,8\pm 5,1$  anos. Quanto à caracterização da amostra, o presente estudo apresenta resultados similares, onde a média de idade é de  $67\pm 5,7$  anos e destes, 86% correspondem ao gênero feminino. Os grupos constituídos majoritariamente por mulheres podem ser explicados pelo fato de que mulheres idosas, em comparação com os homens, têm maior adesão à participação em grupos de convivência de idosos. O mesmo foi observado em estudos com maior amostragem, como no caso de Sousa et al. (2015),

onde avaliaram-se o perfil socioepidemiológico e as condições de vida e saúde da população idosa acompanhada pelo programa de Estratégia da Saúde da Família (ESF) no município de Benevides-PA. Dos 341 indivíduos avaliados, 52,83% dos participantes eram do gênero feminino.

Vagetti et al. (2017), avaliaram um grupo de 1.783 idosos assistidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da cidade de Curitiba-PR. A média de idade foi de  $68,7 \pm 6,3$  anos. O mesmo estudou evidenciou que apenas 24,0% (n=434) da amostra encontrava-se com IMC classificado como “normal”, ou seja, ideal para sua altura, enquanto 42,9 % (n=774) apresentaram-se com sobrepeso e 33,1% (n=33) com obesidade. Tais achados vêm em concordância com a presente pesquisa, onde observamos que a maior parte dos idosos avaliados encontram-se em classificações de sobrepeso (34,5%) e obesidade grau I e II (24,1%).

Já Ferreira, Meireles e Ferreira (2018), descrevem a qualidade de vida como um produto de uma série de comportamentos adotados pelos idosos, sendo influenciados por diversos fatores, como renda, etnia, escolaridade, estado conjugal, etc., que podem interferir nas condições de vida e conseqüentemente na qualidade de vida nas diferentes fases do envelhecimento. Já na avaliação da qualidade de vida, como menciona Pimentel et al. (2015), baseia-se na percepção que o indivíduo tem de si e assim, o preenchimento das respostas pode ser influenciado por qualquer interferência de ordem pessoal, resultando em um comprometimento na confiabilidade das informações prestadas. Estes dois estudos vem de encontro com o presente estudo, pois não obtivemos correlação estatística da qualidade de vida pois ela é um termo muito abrangente.

No escore total do *WhoQol-Bref*, a amostra do estudo obteve valor igual a  $68,65 \pm 14,96\%$ . Estudos prévios realizados por Mello (2008) e Hawthorne et al. (2006), obtiveram um escore total em 60 e 70 %, respectivamente, apresentando resultados próximos aos encontrados no presente estudo.

Quando avaliados separadamente os domínios dentro do mesmo instrumento de avaliação e separados por gêneros, vemos que os domínios “físico” e “autoavaliação” apresentaram diferença estatística dentro dos participantes do estudo, onde os homens demonstraram maior pontuação em relação às mulheres e, segundo Molzahn et al. (2010), esse domínio corresponde ao aspecto mais importante da avaliação. Tal diferença deve-se a diferença em número de amostra, onde temos menos indivíduos do sexo masculino em comparação ao sexo feminino e, por conseguinte, interferindo nos cálculos de média e desvio-padrão da amostra.

No presente estudo tivemos como limitação a mudança do tipo de estudo, devido a instalação do estado de pandemia da COVID-19, o trabalho teve que ser modificado não sendo possível realizar a intervenção, pois a amostra pertencia ao grupo de risco, sendo necessário a realização do distanciamento social, e a presente pesquisa foi realizada somente com os dados da avaliação inicial do grupo, que foi realizada antes da pandemia.

## CONCLUSÃO

No estudo, a maioria dos idosos são mulheres como observado em outros estudos com população idosa, grande parte da amostra têm idade entre 60 à 69 anos. O sobrepeso ou a obesidade está presente na maioria dos idosos, o que é preocupante por ser um fator de risco para eventos cardiovasculares como o infarto do miocárdio e neurovasculares como a acidente vascular encefálico como também pode agravar os quadros de osteoartrose em coluna vertebral e membros inferiores.

A média do questionário foi acima de 65 pontos em todos os domínios, sendo os melhores pontuados o domínio psicológico e o domínio relações sociais. Os idosos entre as faixas de 60 a 69 anos e 70 a 80 anos não apresentaram diferença quanto à qualidade de vida. O mesmo ocorreu quando se comparou a qualidade de vida entre idosos com IMC normal e IMC acima do normal. Os homens apresentaram melhor qualidade de vida que as mulheres nos domínios físico, autoavaliação da qualidade de vida e escore total. No questionário WhoQol-Bref não há uma classificação em boa ou má qualidade de vida.

O aumento da idade e o aumento do IMC não implicaram na diminuição da qualidade de vida desses idosos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. F. F. et al. Projeto de intervenção comunitária “Em Comunidade”: contribuições para a promoção da saúde entre idosos de Viçosa, MG, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 20(12):3763-3774, 2015. Doi:10.1590/1413-812320152012.10082015

BARRETO, M. S.; CARREIRA, L.; MARCON, S. S. Envelhecimento populacional e doenças crônicas: Reflexões sobre os desafios para o Sistema de Saúde Pública. **Revista Kairós: Gerontologia**, v. 18, n. 1, p. 325-339, 2015. Doi: 10.23925/2176-901X.2015v18i1p325-339

CAMARGO, B. V., AGUIAR, A., & BOUSFIELD, A. B. S. (2018). Representações Sociais do Envelhecimento e Rejuvenescimento: **Ciência e Profissão** Jul/Set. 2018 v. 38 n°3, 494-506. Doi: 10.1590/1982-37030004492017

DAWALIBI, N. W.; GOULART, R. M.; PREARO, L. C. Fatores relacionados à qualidade de vida de idosos em programas para a terceira idade. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 19, n. 8, p. 3505-3512, 2014. Doi: 10.1590/1413-81232014198.21242013

ESTRELA, A.L.; BAUER, M.E. Envelhecimento saudável e atividade física: uma revisão sistemática sobre efeitos do exercício nas doenças cardiovasculares. **Scientia Médica**, v.27, n.1, p.4, 2017. Doi: 10.15448/1980-6108.2017.1.25837

FLECK, M. P. A.; et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida. "WHOQOL-Bref", **Revista de Saúde Pública** **2000**, 34(2); 178-183. Doi: 10.1590/S0034-8910200000200012

FERREIRA, L. K.; MEIRELES, J. F. F.; FERREIRA, M. E. C. Avaliação do estilo e qualidade de vida em idosos: uma revisão de literatura. **Ver. Bras. Geriatr. Gerontol., Rio de Janeiro**, 2018; 21(5): 639-651. Doi: 10.1590/1981-22562018021.180028

HAWHORNE, G.; et al. Issues in conducting crosscultural research: implementation of an agreed international protocol [corrected] designed by the WHOQOL Group for the conduct of focus groups eliciting the quality of life of older adults. **Qual Life Res.**, 2006 sep; 15(7): 1257-70. Doi: 10.1007/s11136-006-0062-4

MELLO, D.B. **Influência da obesidade na qualidade de vida de idosos.** [tese]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz. Programa de doutorado em Ciências na área de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca; 2008. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/4503>

MOLZAHN, A.; SKEVINGTON, S.M.; KALFOSS, M.; MAKAROFF, K.S. A importância das facetas da qualidade de vida para os idosos: uma investigação internacional. **Qual Life Res.** 2010; 19 (2): 293–8. Doi: 10.1007/s11136-009-9579-7

PEREIRA, D. S.; NOGUEIRA, J. A. D.; SILVA, C. A. B. Qualidade de vida e situação de saúde de idosos: um estudo de base populacional no Sertão Central do Ceara. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, 2015; 18(4): 893-908. Doi: 10.1590/1809-9823.2015.14123

PIMENTEL L, W. R. T.; et al. Quedas e qualidade de vida: associação com aspectos emocionais em idosos comunitários. **Geriatria e Gerontologia Aging**, v. 9, n. 2, p. 42-48, 2015. Doi: 10.5327/Z2447-2115201500020002

SANTOS, F. D. R. P. et al. Análise do tempo de prática de exercício físico na qualidade de vida da pessoa idosa. **Revista Enfermagem Atual in derme** - 88-26, 2017. Doi: 10.31011/reaid-2019-v.88-n.26-art.37

SOUSA, et al., Qualidade de vida dos idosos e os fatores associados: Uma Revisão Integrativa. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Outubro/2019, vol.13, n.47, p. 320-326. ISSN: 1981-1179. Doi: 10.14295/online.v13i47.1988

TOLDRÁ, R. C.; et al. Promoção da Saúde e da qualidade de vida com idosos por meio de práticas corporais. **O Mundo da Saúde, São Paulo**-2014;38(2):159-168. Doi: 10.15343/0104-7809.20143802159168

VAGETTI, G.C.; et al. Associação do índice de massa corporal com a aptidão funcional de idosas participantes de um programa de atividade física. **Rev.**

**Bras. Geriatr. Gerontol.** Rio de Janeiro. 20(2): 216-227, 2017. Doi:  
10.1590/1981-22562017020.160160

**Filipe Zappala Massi de Oliveira Francioni**

Membro da Comissão de Direitos Humanos da  
Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal.  
Graduado em Direito (2009).  
Pós-graduado em Direito Privado; Pós-graduado em Direito Público.  
Pós-graduado em Políticas e Gestão em Segurança Pública.  
Pós-graduado em Direito Militar.  
Graduando em Teologia (FTBB).  
Pós-graduando em Administração Pública (PUC-Minas).  
Diplomado na Escola Superior de Guerra (Ministério da Defesa) no  
Curso de Defesa Nacional e Poder Legislativo  
Advogado.

**RESUMO**

O presente artigo analisa o advento e a evolução da legislação Brasileira sobre refugiados, esta que originou as políticas de proteção e acolhimento de migrantes oriundos de diversos Países em constantes conflitos étnicos, culturais, políticos e religiosos. Refugiados são pessoas que deixam forçadamente seu País de origem com destino a outro País em busca de segurança e paz, são vítimas de grave violação dos direitos humanos, são submetidos a perseguições e violações físicas e psíquicas. A evolução histórica da legislação sobre refugiados no Brasil é tratada no presente artigo, a partir de instrumentos internacionais, nacionais e regionais de acolhimento e proteção, na assistência e integração no território brasileiro através de entidades governamentais e não governamentais. Para tanto, foi realizado um minucioso levantamento de dados técnicos por meio de pesquisa bibliográfica, relatórios oficiais governamentais, tratados internacionais e leis nacionais com a finalidade de demonstrar o processo de evolução da legislação pátria, tendo como paradigma, a Declaração de Cartagena de 1984, que serviu de base para constitucionalização da proteção de refugiados na Constituição da República de 1988, até chegar a promulgação da Lei 9.474 de 1997, conhecida como “Lei do Refúgio”. Conclui-se que, os resultados obtidos demonstram que embora o Brasil possua uma legislação vanguardista e inovadora no que se refere a recepção, ao acolhimento e proteção de refugiados em seu território, há muitos obstáculos que precisam ser superados pelo governo brasileiro, uma vez que estes obstáculos impedem ou dificultam em muito a integração dos refugiados na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Refugiados; Acolhimento; Legislação.

## INTRODUÇÃO

No dia 19 de setembro de 2016, ocorreu a Reunião de Alto Nível das Nações Unidas, que foi realizada em Nova York (EUA), onde governantes de 193 Países assumiram compromissos fundamentais para aumentar a proteção de milhões de pessoas que foram forçadas a se deslocar ou que migram ao redor do mundo por motivos de grave violação dos direitos humanos sob forte ameaça física e psíquica.

Diante dos níveis sem precedentes dos movimentos migratórios (forçados ou espontâneos), a reunião de cúpula promoveu o encontro de líderes governamentais e da Organização das Nações Unidas (ONU), assim como representantes da sociedade civil, para resguardar os direitos de refugiados e migrantes e para compartilhar a responsabilidade sobre estas populações em uma escala global.

Refugiados e migrantes não devem ser vistos como um fardo. Eles oferecem um grande potencial, e cabe a nós desbloqueá-lo", disse o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon em seu discurso de abertura da Cúpula. "Temos de colocar os direitos humanos de todos os refugiados e migrantes no coração dos nossos compromissos, ressaltou Ban Ki-moon. (ACNUR, 2016).

A migração (forçada ou espontânea), advém desde os primórdios da civilização moderna, o mundo e seus habitantes sempre conviveram em harmonia e em guerra, um paradoxo que a humanidade traz com o passar dos séculos. Atualmente, o mundo vive um momento muito delicado no que se refere à proteção dos Direitos Humanos do indivíduo, da sua família e do seu grupo social.

A humanidade vive em constantes guerras, conflitos que produzem um verdadeiro êxodo de povos, uma migração descontrolada de pessoas que buscam outros Países com a finalidade de se proteger, proteger suas famílias, fugindo do mal que persegue estes sem piedade, sendo seu auge nas I e II Guerras Mundiais entre os anos (1914-1918) e (1939-1945) na Europa.

Esse fenômeno resulta num contingente enorme de refugiados, um problema que notadamente concentrado até então em regiões conhecidas por conflitos de décadas, como nos continentes africano, asiático, no Oriente Médio. É importante entender que o fenômeno migratório sempre existiu, mas não de forma tão grande e descontrolada, inicialmente na Europa, agora, em outros continentes.

O objetivo deste artigo é trazer ao conhecimento do leitor a história do nascimento e evolução da legislação relacionada aos refugiados no Brasil, que é pioneiro na América Latina na elaboração de diplomas legais específicos na recepção, no acolhimento e integração do refugiado em território brasileiro.

Observa-se que o Brasil, com o passar dos anos desenvolveu uma das mais avançadas e robustas legislações específicas sobre refugiados no mundo, tendo promulgado uma lei própria para os refugiados, o Estatuto do Refugiado, Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997.

O Estatuto do Refugiado instituiu um conjunto de normas aplicáveis aos refugiados e aos solicitantes de refúgio no Brasil. Mais que um importante vetor legal, a Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997, foi responsável pela criação do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE).

O CONARE É um órgão governamental de extrema importância, que dentre outras competências, é responsável por analisar os pedidos e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado, bem como por orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados.

No continente americano, em especial na América do Sul, alguns Países, como a Venezuela, têm sido alvo de graves denúncias de violação dos direitos humanos, gerando uma profunda crise humanitária e migratória para outros Países vizinhos. Pela proximidade da fronteira e uma política migratória receptiva no que tange ao Mercosul, o Brasil é o principal País de destino destes nacionais venezuelanos.

## **REFÚGIO EM NÚMEROS NO BRASIL**

O Brasil foi e é precursor no recebimento de refugiados de várias partes do mundo. O Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) divulgou recentemente, em dezembro de 2020, a 6ª edição do relatório “Refúgio em Números”, afirmando que o Brasil já tinha reconhecido como refugiados 57.099 pessoas de várias nacionalidades.

Apenas no ano de 2020 foram feitas 28.899 solicitações da condição de refugiado, sendo que o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) reconheceu 26.577 pessoas de diversas nacionalidades como refugiadas. Tanto os homens (50,3%) como as mulheres (44,3%) reconhecidos como refugiados encontravam-se, predominantemente, na faixa de 25 a 39 anos de idade.

Segundo levantamento do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) a nacionalidade com maior número de pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil, entre 2011 e 2020, é a venezuelana, com (46.412) seguida dos sírios (3.594) e congolezes (1.050). Dentre os solicitantes da condição de refugiado, as nacionalidades mais representativas foram de venezuelanos (60%) haitianos (23%) e cubanos (5%).

Uma importante constatação foi feita em 2020, ou seja, 75,5% das solicitações apreciadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados foram registradas nas Unidades da Federação (UF) que compõem a região norte do Brasil. O estado de Roraima concentrou o maior volume de solicitações de refúgio apreciadas pelo CONARE (60%) seguida pelo Amazonas (10%) e São Paulo (9%), em consequência da grave crise humanitária que assola a Venezuela.



O relatório “Refúgio em Números”, ainda demonstrou que, os nacionais da Venezuela foram responsáveis pelo aumento significativo de solicitações da condição de refugiados no Brasil, consequência da decisão do Comitê Nacional para os Refugiados, que, desde junho de 2019 passou a reconhecer a situação de “grave e generalizada violação de direitos humanos” na Venezuela.

Este entendimento foi aplicado a 93,7% do total de processos deferidos pelo CONARE entre 2011 e 2020. Os refugiados venezuelanos correspondiam a 92,8% das pessoas reconhecidas como refugiadas com base nesta fundamentação. (CONARE, 2021).

Com o agravamento da crise política e humanitária na Venezuela houve um aumento expressivo no fluxo migratório deste País para o Brasil, ou seja, até dezembro de 2020 foi regularizado 46.412 cidadãos venezuelanos. Já em dezembro de 2021, o Governo Brasileiro regularizou mais de 287 mil migrantes e refugiados venezuelanos.

Desta forma, o Brasil se tornou uma referência mundial na recepção e no acolhimento dos refugiados, fruto do pioneirismo na elaboração de legislação específica, sendo sua atuação inquestionável e reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) na implantação de políticas públicas de acolhimento.

A importância do tema tem reflexos universais e significativos, como afirmou o representante do Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, Dr. António Guterres, em sua visita ao Brasil, em 2011, com integrantes do Comitê Nacional para os Refugiados, ressaltando:

Temos uma colaboração exemplar com o Brasil. O Brasil é para nós um símbolo muito importante de atitude em relação ao refúgio”. E acrescentou: “Nós precisamos de Países em que haja paixão e apoio aos refugiados e isso acontece no Brasil”. Os refugiados no Brasil contam com o apoio de ONGs, como a Caritas de São Paulo e do Rio de Janeiro, do ACNUR, e do governo, durante seu processo de integração local. Eles recebem assistência, que abrange moradia (albergues e abrigos públicos), alimentação, proteção e orientação jurídica (MOREIRA, 2005, p. 57/76).

A integração nas sociedades locais tende a ser favorecida pela formação de redes que se originam nas ONGs e se difundem para outros grupos sociais sensíveis à condição dos refugiados, que passam a ser vistos como parte dos fluxos de migrantes forçados. No início do século XXI, o Estado Brasileiro se mostrou e tem se mostrado cada vez mais receptivo às vítimas de violência generalizada, aceitando refugiados de toda parte do mundo.

## HISTÓRICO E A EVOLUÇÃO INTERNACIONAL DOS DIPLOMAS LEGAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS DO REFUGIADO.

O nascimento dos Direitos Humanos tem importantes fontes históricas, sendo as principais fontes o Direito Internacional Humanitário (DIH), que foi criado na primeira Convenção de Genebra em 1864 e marcou o início do Direito Internacional Humanitário moderno.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), foi criada em 1919 com o Tratado de Versalhes, no fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A Liga das Nações (LN) foi outra fonte importante para o surgimento dos Direitos Humanos, ela foi criada na Conferência de Paz em Paris em 1919, no Pós-Primeira Guerra.

O primeiro diploma legal de Proteção internacional dos Direitos Humanos nasceu com fundamento no Direito Internacional dos Direitos Humanos, gerado em consequência do sofrimento de milhões de seres humanos perseguidos e mortos durante o período da Segunda Guerra Mundial na Europa (1939-1945).

Após esse conflito, a Organização Das Nações Unidas (ONU)<sup>1</sup>, proclamou através de sua Assembleia Geral, a Resolução 217-A (III) de 10 de dezembro de 1948, a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**<sup>2</sup>, com a aprovação unânime de 48 Estados, com 08 abstenções. Em relação à natureza jurídica da aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos; este documento se impõe com “o valor da afirmação de uma ética universal” e conservará sempre seu lugar de símbolo e de ideal<sup>3</sup>.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmou pela primeira vez, em escala planetária, o papel dos direitos humanos na convivência coletiva. Desta forma, esse acontecimento pode ser considerado o marco inaugural de uma nova concepção da vida internacional.

Após as atrocidades, perseguições e mortes durante a Segunda Guerra Mundial, houve a real necessidade de se reconstruir aquilo que fora totalmente destruído, ou seja, os valores do ser humano, os direitos de cada ser humano existente, e sua dignidade, independente de valores, raça, religião.

Diante deste quadro social, o Direito Internacional dos Direitos Humanos nasce em meados do século XX em decorrência da Segunda Guerra Mundial. Sobre o referido Direito, há de se observar que este é baseado na concepção de que toda nação tem a obrigação de respeitar os direitos humanos de seus cidadãos e de que todas as nações e a comunidade

---

<sup>1</sup> **Organização das Nações Unidas**, ou simplesmente Nações Unidas, é uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional.

<sup>2</sup> **A Declaração Universal dos Direitos Humanos**, que delinea os direitos humanos básicos, foi esboçada principalmente pelo canadense John Peters Humphrey, contando também, com a ajuda de várias pessoas de todo o mundo.

<sup>3</sup> **Natureza jurídica da Declaração Universal de Direitos Humanos**. Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 446, p. 35, dez. 1972.

internacional têm o direito e a responsabilidade de protestar, se um Estado não cumprir suas obrigações.

O Direito dos Refugiados e o Direito Internacional dos Direitos Humanos são baseados em um complexo sistema de normas internacionais, procedimentos e instituições desenvolvidas para programar esta concepção e promover o respeito dos direitos humanos e dos refugiados em todos os Países no âmbito mundial.

Os refugiados são produtos da violência, da discriminação, da intolerância, então, foi necessário que os Países começassem a elaborar legislação e políticas de recepção e recebimento de refugiados, não só Países europeus, mas todos os Países do mundo. Nas duas últimas décadas, o Brasil registrou significativos e importantes avanços no acolhimento, no reconhecimento e integração dos refugiados em seu território.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em vigor e uma crescente migração pós-guerra, a Assembleia Geral das Nações Unidas<sup>4</sup>, observando a necessidade de uma atuação mais substancial, criou, no dia 14 de dezembro de 1950, através da resolução n. 428, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)<sup>5</sup>, ou Agência da ONU para Refugiados (em inglês, United Nations High Commissioner for Refugees, ou UNHCR), com a finalidade de assegurar e proteger os direitos das pessoas em situação de refúgio em todo o mundo.

Sete meses após a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) era apresentado ao mundo o primeiro diploma legal exclusivo relacionado aos Refugiados, sendo adotado em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950, entrando em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. (ACNUR).

## **CONCEITOS HISTÓRICOS E A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO REFUGIADO.**

Para a pesquisadora e professora (HAYDEN, 2006) é difícil definir uma categoria de refugiado que satisfatoriamente englobe, em harmonia, ética, teoria e o mundo real. Segundo Hayden, termos legais, éticas, e advindas das Ciências Sociais não se alinham.

O termo refugiado é em geral utilizado para categorizar pessoas em relação com o espaço, pessoas em movimento e com direitos, sejam eles,

---

<sup>4</sup> **Assembleia Geral das Nações Unidas** é um dos seis principais órgãos da Organização das Nações Unidas e o único em que todos os Países membros têm representação igualitária.

<sup>5</sup> **O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)**, conhecido como a Agência da ONU para Refugiados, tem o mandato de dirigir e coordenar a ação internacional para proteger e ajudar as pessoas deslocadas em todo o mundo e encontrar soluções duradouras para elas.

humanos, políticos, sociais. A categoria é fundamentada no indivíduo, e os esforços são de distinguir as motivações para as mudanças.

O termo refugiado se torna evidente em seu contraste com o termo “migrante econômico”, e para tal, um grupo de dicotomias é elencado como voluntário ou involuntário; ou por razão econômica ou política; sociedade de origem não violenta ou sociedade de origem violenta, ou seja, um migrante goza da proteção do governo do seu País; um refugiado, não. Desta forma, podemos considerar migrante toda pessoa que se transfere de seu lugar habitual, de sua residência comum para outro município, região ou País.

Migrante é um termo frequentemente usado para definir as migrações em geral, tanto de entrada quanto de saída de um País, região ou lugar, não obstante existam termos específicos para a entrada de migrantes, ou seja, “Imigração”, e para a saída “Emigração”. É comum, também, utilizar os termos “migrações internas”, referindo-se aos migrantes que se movem dentro do País, e “migrações internacionais”, referindo-se aos movimentos de migrantes entre Países, além de suas.

Segundo (BARBOSA; HORA, 2007, p. 17), Os refugiados são um fenômeno moderno, onde:

[...] o sofrimento inarrável vivenciado por milhões de criaturas humanas que sobreviveram à grande catástrofe do século XX, a Segunda Guerra Mundial (que ceifou a vida de mais de quarenta milhões de pessoas), levou as Nações Unidas a elaborar uma das mais importantes convenções internacionais, que regula a situação jurídica dos refugiados.

Como já abordado na seção anterior, com a finalidade de responder oportunamente às demandas e às necessidades crescentes geradas por situações de refúgio, surgiu, em 1951, o ACNUR (Alto Comissariado nas Nações Unidas para refugiados), tendo sido elaborada, também, nesse mesmo ano, a convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, que é considerada a Carta Magna do ACNUR, pois estabelece, em caráter universal, o conceito de refugiado: (PIOVERSAN; 2006, p. 59)

[...] Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do seu País de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse País, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do seu País no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

É preciso assinalar que, apenas os refugiados provenientes da Europa tinham o direito de obter proteção no território brasileiro. Observa-se

que na Convenção de 1951, a definição de refugiados possuía limitação geográfica:

Para os fins da presente Convenção, as palavras “acontecimentos ocorridos antes de 1° de janeiro de 1951”, do artigo 1° seção A poderão ser compreendidas no sentido de ou.

- a) “Acontecimentos ocorridos antes de 1° de janeiro de 1951 na Europa”
- b) “Acontecimentos ocorridos antes de 1° de janeiro de 1951 na Europa ou alhures”.

Notoriamente, a cláusula geográfica só é retirada em 1967, quando foi elaborado o protocolo sobre o Estatuto de Refugiados. O que significa dizer que não só refugiados europeus, mas de qualquer continente, poderiam ser juridicamente reconhecidos. Foi no contexto internacional do pós II Guerra Mundial (1939-1945) de esforço de acolhimento dos milhões de refugiados, deslocados e apátridas existentes na Europa, que ocorreu a vinda de refugiados para o Brasil.

Entretanto, pouco tempo depois, com a instalação do regime militar no Brasil (1964-1985) registrou-se a preferência do governo brasileiro em conceder o estatuto de asilo, e não de refugiado, para os perseguidos não europeus. Isto porque as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por regimes autoritários em Países da América Latina, em que o instrumento do “asilo” era mais comumente praticado.

Em decorrência, o Brasil enquanto País signatário da convenção de 1951 e do protocolo de 1967 recebeu em seu território o escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 1977, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como principal objetivo tratar do acolhimento dos refugiados latino-americanos que chegavam ao Brasil.

Nesse período, aproximadamente 20 mil refugiados latino-americanos, chilenos, bolivianos, argentinos e uruguaios, gerados pelas perseguições aos opositores dos novos regimes, chegaram ao Brasil, recebiam apenas um simples visto de turista e eram reassentados na Europa, Canadá, Nova Zelândia e Austrália. (JUBILUT, 2007).

Com a redemocratização e abertura política no Brasil em 1986, o País começou a aplicar um instrumento regional de proteção aos refugiados: a Declaração de Cartagena de 1984<sup>6</sup>. Esse instrumento regional de proteção aos refugiados da América Central estendeu o conceito da Convenção de 1951 e apontou ideias inovadoras quanto ao reassentamento de refugiados na América, atendendo aos aspectos locais da região.

Assim, consideraram refugiados também as pessoas que tenham fugido dos seus Países porque sua vida, segurança ou liberdade foram ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos

---

<sup>6</sup> Considerada um marco para o trabalho humanitário em toda a América Latina e Caribe, a “**Declaração de Cartagena sobre Refugiados**” estabelece princípios e normas para a proteção internacional de refugiados e adota um conceito ampliado para o reconhecimento de pessoas nesta situação.

internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.

Em sequência, duas bases legais surgiram no ordenamento jurídico brasileiro para proteger os refugiados. A primeira é a Constituição da República de 1988 que instituiu como fundamento da República Federativa Brasileira o princípio do respeito à “dignidade da pessoa humana” (CF/88, art. 1º, III), e como objetivo fundamental da República a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor e quaisquer outras formas de discriminação” (CF/88, art. 3º, IV). (BRASIL, 2021).

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Já no final da década de 80, a transferência do escritório Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), do Rio de Janeiro para Brasília, possibilitou o estreitamento da relação entre este órgão subsidiário da ONU e o governo brasileiro. Nos anos 90, houve um grande esforço do governo brasileiro em estabelecer um procedimento e uma divisão de responsabilidades relativas ao processo de solicitação de refúgio.

Para promover e otimizar as políticas de defesa dos direitos humanos no Brasil, que era um grande desafio na década de 1990, o então presidente da República Federativa do Brasil Fernando Henrique Cardoso, enviou um projeto de lei específico sobre refugiados, acompanhando o Plano Nacional de Direitos Humanos para apreciação e votação no Congresso Nacional.

Após esse projeto de lei passar por um rigoroso processo legislativo na Câmara dos Deputados e Senado Federal, e com a sanção do presidente da República, nasceu assim, a segunda base legal no ordenamento jurídico brasileiro de proteção dos refugiados.

Este projeto, elaborado com colaboração técnica do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), após a sua aprovação, foi transformado na Lei 9.474 de 1997, que define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Essa lei é conhecida como “Lei do Refúgio”, nela encontramos a definição de refúgio, notadamente no seu artigo primeiro, que reconhece como refugiado todo indivíduo que: (BRASIL, 1997).

I – devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu País de

nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se a proteção de tal País;

II – não tendo nacionalidade e estando fora do País onde ateste sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III – devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, e obrigado a deixar seu País de nacionalidade para buscar refúgio em outro País.

Este conceito e a sua aplicação de grave e generalizada violação de direitos humanos foi originado a partir de uma realidade específica do continente africano e latino-americano, de princípios da normativa da Declaração de Cartagena de 1984. Outro fator importante a ser considerado nesta análise, foi a criação de um órgão legal competente exclusivamente voltado para a atuação com os refugiados.

O Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) tem a sua composição composta por representantes dos Ministérios da Justiça (MJ) que o preside, das Relações Exteriores (MRE), do Trabalho, da Saúde, da Educação e do Desporto, do Departamento da Polícia Federal e por Organizações Não Governamentais (ONG's) que realizam um importante e reconhecido trabalho solidário de proteção ao refugiado.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) também participa do CONARE com direito a voz, entretanto, sem direito ao voto, participando apenas com opiniões, porém a competência de conceder ou não refúgio é, exclusivamente, do governo brasileiro.

Importante destacar no âmbito de atuação do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), que detém competência outorgada pela Lei 9.474 de 1997, no seu artigo 12, alínea V, para aprovar Resoluções Normativas com a finalidade de esclarecer à execução dos mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951. Estas Resoluções são importantíssimas e disciplinam as políticas de proteção dos refugiados no território brasileiro, desde a sua recepção até o seu acolhimento e integração na sociedade.

Mantendo-se na vanguarda internacional de proteção dos Direitos Humanos e na produção de instrumentos de proteção internacional dos refugiados, o Brasil na última década manteve seu histórico de evolução legislativa na produção de leis especificamente para refugiados, tendo o Congresso Nacional aprovado três (03) importantes diplomas legais.

Em 2017, foi promulgada a Lei 13.445 que Institui a “Lei de Migração”, Em 2018, foi promulgada a Lei 13.684, que dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. E em 2020, promulgada a Lei 13.979, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Com a promulgação da nova lei de Migração, Lei 13.445/2017, que revogou o Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815/1980, que definia a situação

jurídica do estrangeiro no Brasil e que criou o conselho de imigração, não se pode confundir com a Lei 9.474/97, que definiu os mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, pois, tanto o Estatuto do Estrangeiro, como a lei de Migração, utilizam o termo “Emigrante e Migrante” para definir sobre os direitos e os deveres do visitante, regulando a sua entrada e estada no País, bem como estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para estes. (ZAPPALA, 2018, p.3)

O Governo Brasileiro utiliza uma ampla legislação migratória para dar efetividade as leis supramencionadas, como portarias interministeriais do Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério das Relações Exteriores, portarias e instruções normativas da Polícia Federal, Atos Internacionais, Decretos, Portarias e Resoluções do CONARE, Resoluções Conjuntas, Resoluções Conjuntas e Administrativas do Conselho Nacional de Imigração e Resoluções do Comitê Federal de Assistência Emergencial.

Fischel (ANDRADE, 2002), analisa os principais fatores que motivaram a atuação do governo brasileiro na proteção de refugiados, ressaltando que:

As inovações constitucionais, a necessidade de o Estado Brasileiro reorganizar sua agenda externa, o objetivo de compor uma imagem mais positiva no contexto internacional e o aceite do Brasil para com a ideia contemporânea de globalização dos direitos humanos, facilitaram a inserção da questão dos refugiados na agenda nacional (FISCHEL DE ANDRADE, 2002, p. 172).

Podemos afirmar que a atuação ativa do Brasil na proteção de refugiados não teria sido possível se os contextos internos e externos não fossem favoráveis. A necessidade de proteção aos refugiados na sociedade brasileira ocorreu num momento oportuno, pela facilidade da inserção do tema na agenda nacional e tem sido constantemente alvo de pressões sociais e de intervenções de sujeitos políticos.

A partir do surgimento de novos atores e instituições no contexto interno e externo, as funções antes exclusivamente desempenhadas pelo Estado passaram a ser exercidas por membros da sociedade civil, por organizações internacionais, por empresas privadas e por governos subnacionais. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) reconhece o Brasil como um País com grande potencial de recepção, acolhimento e integração do refugiado.

Embora o Brasil tenha o reconhecimento supramencionado no que tange a seu potencial, o País ainda precisa avançar em algumas pautas internacionais de extrema importância para o fortalecimento de políticas de proteção dos Refugiados. Uma dessas políticas é a adoção do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, que objetiva por instrumento não cogente reduzir os riscos e vulnerabilidades enfrentados pelas pessoas migrantes.



O Brasil se afastou do Pacto em janeiro de 2019 e, até hoje, não ratificou a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (há anos sob análise na Câmara dos Deputados).

Entretanto, o Brasil se vinculou a outros tratados de direitos humanos que zelam pelos migrantes, como a Convenção sobre os Direitos da Criança; Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher; Convenção Contra a Tortura; e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Além disso, há a relatoria especial, dentro do sistema do Conselho de Direitos Humanos, sobre os direitos humanos dos migrantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A República Federativa Brasil é conhecida e reconhecida internacionalmente como uma nação solidária no acolhimento dos refugiados e possui uma legislação migratória robusta, moderna e específica de reconhecimento do status de refugiados, realizando a incorporação de diversos tratados internacionais, que fortalecem a legislação pátria.

Nesse plano de legislação, destaca-se o grande esforço de ampliar o conceito de refugiado, no espírito da Declaração de Cartagena, além da criação de um órgão competente legal, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) para reconhecimento do status de refúgio baseado em mecanismo de funcionamento tripartite entre o Estado, sociedade e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), que se destacam exemplarmente, com um comportamento solidário e universal.

Em termos quantitativos, o Brasil teve um aumento significativo de pedidos de refúgio. Como supramencionado, o Governo Brasileiro, regularizou até dezembro de 2021, mais de 287 mil migrantes e refugiados venezuelanos. Foram mais de 64 mil pessoas interiorizadas em 778 municípios espalhados por todo o Brasil. De acordo com a Casa Civil, mais de 1,7 milhão de atendimentos foram realizados na fronteira do Brasil com a Venezuela.

Além dos termos quantitativos, há também a questão qualitativa, pois mesmo com uma avançada legislação sobre refugiados o Brasil não detém tem estrutura e nem programas claramente definidos para acolhê-los de maneira adequada. Os Programas existentes e que são de fato implementados estão ainda baseados na caridade e nas ações humanitárias das não governamentais (ONG's).

Acredita-se que a ampliação da participação da sociedade civil na esfera das decisões políticas e no debate acerca da efetividade das políticas sociais possa interferir na elaboração e implementação de políticas e programas que de fato promovam a integração dos refugiados nos 5.570 municípios brasileiros

Muitos são os desafios do Governo Brasileiro, da sociedade e das entidades não governamentais na construção de sólidas políticas de

recepção, de acolhimento e principalmente de integração dos refugiados no território brasileiro. Os refugiados migram de seus Países com a esperança e o sonho de recomeçarem uma nova vida, abandonando violência e dor. Estes buscam um recomeço familiar, social, na educação, na profissão, e o mais importante: serem reconhecidos como seres humanos.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o Estatuto de Refugiado** – de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Genebra, 1992.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Acnur, 2022. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Disponível em: < [Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados \(acnur.org\)](https://www.acnur.org)>. Acesso em: 08 de fev. de 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Acnur, 2022. **Refúgio em números**. Disponível em: < [Legislação - ACNUR Brasil \(unhcr.org\)](https://www.unhcr.org)>. Acesso em: 29 de jan. de 2022.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. Acnur, 2022. **Legislação**. Disponível em: < [Refugio\\_em\\_Numeros\\_6a\\_edicao.pdf \(acnur.org\)](https://www.acnur.org)>. Acesso em: 28 de jan. de 2022.

BARBOSA, Luciano Pestana. SAGRADO DA HORA, José Roberto. **A polícia federal e a proteção internacional dos refugiados**. Brasília: ACNUR, 2007.

**BRASIL. lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências**. Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/7/1997, Página 15822.

**BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.. Disponível em: < [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) > Acesso em: 27 de jan. de 2022.

FISCHEL DE ANDRADE, J. H.; MARCOLINI, A. **A política Brasileira de proteção e de reassentamento de refugiados: breves comentários sobre suas principais características**. Revista Brasileira de Política Internacional. ano/vol.45, n.1, p. 168-176. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002.

HAYDEN, Bridget. **“What’s in a Name? The Nature of the Individual inRefuge e Studies”**. *Journal of Refugee Studies*, Vol. 19, n. 4 (471-487), 2006. Disponível em: < O que há em um nome? A Natureza do Indivíduo em

Estudos de Refugiados | Revista de Estudos de Refugiados | Oxford Academic (oup.com) > Acesso em: 26 de jan. de 2022.

JUBILUT, Liliana Lira. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico Brasileiro**. São Paulo: Método, 2007. LEITE, Izildo Corrêa. Novos olhares, novos lugares: por uma Política Social de combate à pobreza condizente com a construção da cidadania.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Comitê Nacional para os Refugiados, 2022. **Dados sobre refúgio**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/institucional>>. Acesso em: 03 de fev. de 2022.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Portal da Imigração, 2022. **Legislação Migratória Compilada**. Disponível em: < Legislação Migratória Compilada (mj.gov.br)>. Acesso em 03/02/2022.

MOREIRA, Júlia Bertino. **A Problemática dos Refugiados na América Latina e no Brasil**. *Cadernos PROLAM/USP*, Vol.2, Ano 4, 2005;

PIOVESAN, Flávia. **O direito de asilo e a proteção internacional dos refugiados**. In: RODRIGUES, Viviane Mozine. (Org.). *Direitos humanos e refugiados*. Vila Velha: UVV, 2006;

ZAPPALA, Filipe. **O instituto do refugiado – “Brasil na vanguarda mundial do acolhimento”**. Revista Eletrônica OAB Rio de Janeiro, v. 29, p. 01-27, Jan/Jun. 2018.

**Laura Marques de Carvalho**

Graduada no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM).

**Jéssica Cristina Sales da Silva**

Graduada no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM).

**Wilma Helena C. Rodrigues**

Docente no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

## RESUMO

A utilização da ECMO em neonatos se tornou uma terapia padrão em UTIN, mas ainda apresenta resistência para a implementação e vem sendo estudada para evoluir na assistência prestada e dar acessibilidade a um maior número de RNs (Recém- Nascidos). Além da alta tecnologia, a terapia necessita de uma equipe multiprofissional treinada, atualizada e comprometida. O enfermeiro faz parte da equipe e realiza papel fundamental na gestão, com planejamento, diagnóstico precoce e acompanhamento de cada etapa e evolução dos pacientes. Esse trabalho tem como objetivo elucidar sobre a importância da implantação da ECMO para neonatos, identificar os critérios para indicação e contraíndicação e descrever a responsabilidade e conduta do enfermeiro frente à terapia da ECMO. A metodologia adotada baseia-se em revisão bibliográfica, reunindo pesquisas existentes para obter conclusões a partir do tema proposto. Os resultados foram divididos em três categorias: Categoria 1: Importância da ECMO como terapia na neonatologia; Categoria 2: Critérios para indicação e contraíndicação à terapia de ECMO em neonatos e Categoria 3: Responsabilidade e conduta do enfermeiro frente à terapia da ECMO, demonstrando a competência do enfermeiro e como é possível que uma terapia complexa como a ECMO ser acessível e os meios para que isso ocorra.

**Palavras-chave:** Enfermeiro; ECMO; Neonatos; Unidade de Terapia Intensiva Neonatal.

## INTRODUÇÃO

Estudos emergem sobre as questões quanto ao uso do suporte circulatório prolongado com oxigenadores de membranas, a Oxigenação por Membrana Extracorpórea (ECMO). Usada pela primeira vez em 1975, de acordo com a Organização de Suporte à Vida Extracorpórea (Extracorporeal

Life Support Organization – ELSO, 2016) e os desafios pertinentes aos cuidados de enfermagem.

A neonatologia é uma especialidade dedicada à assistência ao recém-nascido (RN), bem como à pesquisa clínica, sendo sua principal meta a redução da mortalidade e morbidade perinatais na procura da sobrevivência do RN nas melhores condições funcionais possíveis (LIMA; MIRANDA; ARAÚJO, et al., 2018).

Análises sistemáticas mostram que o uso de ECMO em neonatos próximos ao termo com insuficiência respiratória grave, porém possivelmente reversível, melhora significativamente a sobrevida sem aumentar deficiências graves, tem a melhor relação custo-benefício em comparação com outras terapias de tratamento intensivo (PAWLIK, 2009).

O uso de Oxigenação por Membrana Extracorpórea (ECMO), para insuficiência cardiopulmonar reversível, tem aumentado constantemente na população neonatal, cerca de 40%, e se tornou uma modalidade amplamente aceita (ROELEVELD; MENDONÇA, 2019).

A sobrevida hospitalar é de aproximadamente 40% para todos os pacientes com ECMO neonatal. A ECMO está sendo usada para estabilização pré e/ou pós-operatória em recém-nascidos com cardiopatia congênita e em recém-nascidos com cardiopatias médicas, como miocardite, cardiomiopatia ou arritmias refratárias (ROELEVELD; MENDONÇA, 2019).

A ECMO possui como meta fornecer tempo suficiente para promoção de descanso dos órgãos objetivando a recuperação ou substituição dos mesmos (RIBEIRO, 2020).

O circuito padrão da ECMO é composto por: bomba de propulsão de sangue, oxigenador, cânulas de drenagem e retorno do sangue, sensores de fluxo e pressão, sistema de controle de temperatura para resfriamento ou aquecimento do sangue, e pontos de acesso arterial e venoso para coleta de sangue no circuito (CHAVES; FILHO; TIMENETSKY, et al., 2019).

A principal indicação é a insuficiência cardíaca aguda ou síndrome da insuficiência respiratória com alto risco de mortalidade em torno de 80% apesar da terapia convencional (RIBEIRO, 2020).

Segundo o Ministério da Saúde (2015) e de acordo com o que concerne na Lei nº 12.401 que dispõe sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologias em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assessorado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias – CONITEC, caracterizou através da portaria nº 31, de 30 de junho de 2015, da decisão de não incorporar a oxigenação por membrana extracorpórea no âmbito do SUS.

Conforme destaca, Fernandes, Saraiva & Souza (2018), a abordagem do enfermeiro à pessoa em situação crítica submetida a ECMO, é considerada como determinante, sendo este profissional essencial ao processo. Ao enfermeiro compete uma presença contínua junto da pessoa no sentido de monitorizar, vigiar e prevenir complicações, bem como a gestão e coordenação dos cuidados.

A motivação para esse estudo vem do interesse das autoras na área da neonatologia e curiosidade sobre a tecnologia da ECMO, que é pouco falada, mas muito importante no tratamento e sobrevida de recém-nascidos.

Em 2020, a terapia da ECMO surgiu como um suporte para o tratamento da doença que se alastrou pelo mundo, a COVID-19. Não se falava muito sobre a terapia, mas ela sempre teve sua importância no âmbito da terapia intensiva tanto em adultos como em crianças e neonatos.

As autoras decidiram abordar o tema em relação à neonatologia por ser uma área de interesse e pela experiência vivida em unidade de terapia intensiva como acadêmicas de enfermagem.

Esse trabalho visa apresentar a ECMO na neonatologia como uma chance de sobrevida e recuperação dos recém-nascidos que sofrem com doenças cardiopulmonares, evitando complicações mais graves durante o seu crescimento e desenvolvimento. Assim, uma das vantagens seria a redução de custos a longo prazo com tratamentos.

Além disso, trazer a compreensão de que o profissional enfermeiro, integrante de uma equipe multidisciplinar, está apto a gerenciar os cuidados relacionados à ECMO. Através da aplicação da SAE (Sistematização da Assistência de Enfermagem), o enfermeiro pode assistir o neonato de forma integral, podendo planejar, avaliar e identificar eventuais problemas precocemente.

### **Questão norteadora**

Qual a relevância do enfermeiro na assistência a neonatos que utilizam a ECMO?

### **Objetivos**

#### **Objetivo geral**

Elucidar sobre a importância da implantação da ECMO para neonatos, já que o uso é essencial para recém-nascidos com doenças cardiopulmonares.

#### **Objetivos específicos**

- Identificar os critérios para indicação e contraindicação à terapia da ECMO em neonatos;
- Descrever a responsabilidade e conduta do enfermeiro frente à terapia da ECMO.

### **REVISÃO DE LITERATURA**

Robert H. Bartlett, conhecido como o pai da ECMO, relatou, em 1972, a primeira ECMO cardíaca em uma criança após cirurgia cardíaca, e em 1975

primeiro ECMO neonatal realizado com sucesso, em um recém-nascido com insuficiência respiratória e hipertensão pulmonar secundária à aspiração de mecônio. Bartlett modificou a circulação extracorpórea para serem usadas nas unidades de terapia intensiva (OLIVEIRA; MOURA; OLIVEIRA et. al, 2020).

Após o relato bem-sucedido em 1975, houve vários estudos que relataram uma sobrevida significativa de recém-nascidos submetidos à ECMO por insuficiência respiratória grave reversível por consequência de várias patologias, tornando a ECMO nessa faixa etária uma opção de tratamento padrão (OLIVEIRA; MOURA; OLIVEIRA et. al, 2020).

A proposta da utilização da ECMO é a redução da mortalidade e chance de sobrevida de pacientes que utilizam a terapia. A tecnologia é um avanço na área intensivista pois, ao contrário dos métodos convencionais, a probabilidade de sequelas e reinternações de recém-nascidos é menor e com o aperfeiçoamento da técnica se torna mais seguro e eficaz.

O período neonatal, que compreende os primeiros 28 dias de vida, é considerado como o mais vulnerável para a sobrevivência do indivíduo. Quando em situação de risco de morte, a Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal (UTIN) é o serviço de internação responsável pelo cuidado integral do recém-nascido, devendo possuir estrutura e condições técnicas adequadas à prestação de assistência especializada, incluindo instalações físicas, equipamentos e recursos humanos. A maioria de todas as mortes neonatais (73%) ocorre durante a primeira semana de vida e 36% em menos de 24 horas (DAMIAN; WATERKEMPER; PALUDO, 2019).

Se considerarmos que a ECMO é invasiva, ela envolve riscos potenciais, motivo pelo qual foram estabelecidos critérios para selecionar pacientes com previsão de mortalidade de 50% a 100%. O candidato ideal à ECMO tem alta previsão de mortalidade, porém com uma lesão pulmonar ou cardiovascular possivelmente reversível (KATTAN; GONZÁLEZ; CASTILLO et al., 2016).

A ECMO é agora uma parte essencial dos cuidados disponíveis para aqueles com insuficiência cardíaca grave como uma ponte para a recuperação, suporte mecânico a longo prazo ou transplante, e os resultados a curto prazo dependem muito da indicação e das condições clínicas (ROELEVELD; MENDONÇA, 2019).

Como todo tratamento, também existem possíveis complicações em relação à ECMO. Algumas complicações envolvem o circuito, devido às alterações necessárias ao funcionamento (anticoagulação, interação do sangue com o material artificial) e outras são clínicas, mas a maioria é facilmente controlável e não modificação resultado.

Com os avanços da tecnologia aplicada à assistência neonatal, têm se observado um aumento da sobrevida de prematuros. As modernas UTIN são um marco na assistência ao RN de risco. Com foco assistencial multiprofissional, as UTIN se configuram em um ambiente terapêutico adequado para o acompanhamento do RN

grave, que além de tecnologia de ponta e equipamentos especiais, dispõem de profissionais altamente capacitados e protocolos específicos para assistência ao RN (FRANK; QUARESMA; SILVA, et al., 2019).

Durante o apoio extracorpóreo, o sangue é drenado do paciente para uma bomba externa (rotativa ou centrífuga), que bombeia o sangue por meio de uma membrana de troca (oxigenador de silicone ou polimetilpentano) para oxigenação e remoção do CO<sub>2</sub> e de um aquecedor para devolver o sangue à circulação do paciente. Essa terapia exige a anticoagulação do circuito e do paciente com heparina administrada ao circuito da ECMO, a fim de evitar a ativação da cascata de coagulação. Além disso, diversos monitores de pressão, fluxo, bolhas e temperatura são usados. O monitoramento contínuo da coagulação é fundamental, com o uso do tempo de coagulação ativada (TCA), nível de antifator Xa, contagem de plaquetas, medição dos níveis de fibrinogênio e, em alguns pacientes, nível de antitrombina IIIe tromboelastografia (KATTAN; GONZÁLEZ; CASTILLO et al., 2016).

Existem basicamente duas formas de ECMO: **Venoarterial (VA)**, o sangue é drenado do átrio direito com uma cânula inserida na veia jugular interna direita, veia femoral ou diretamente no átrio direito e devolvido à aorta torácica por meio de uma cânula na carótida direita, femoral ou aórtica. A VA-ECMO presta apoio cardíaco e pulmonar. **Venovenosa (VV)**, o sangue é drenado do átrio direito pelos orifícios posterior e inferior de uma cânula de duplo lúmen inserida na jugular direita e devolvido ao mesmo átrio direito por meio do orifício anterior da mesma cânula, direcionada à válvula tricúspide. A VV-ECMO exige um coração em bom funcionamento (KATTAN; GONZÁLEZ; CASTILLO et al., 2016).

A terapia é complexa e exige qualificação. A ELSO (Extracorporeal Life Support Organization), organização que oferece assistência às instituições que dão suporte de vida extracorpóreo, promove a eficiência da terapia através de treinamentos, cursos, pesquisas, publicações e registros sobre os resultados da ECMO. Assim, a equipe multiprofissional pode ser educada constantemente a fim de prover o melhor tratamento aos pacientes.

O atendimento do enfermeiro em relação a neonatos que utilizam a ECMO deve levar em conta o processo de enfermagem, descrito na resolução COFEN 358/09, que inclui planejamento e implementação de cuidados de forma integral e com equidade, os protocolos institucionais que norteiam e uniformizam esses cuidados e educação em saúde em relação à terapia, que é necessária para assessorar de forma correta e evitar erros.

A ECMO é uma terapia de alta complexidade, cabendo ao enfermeiro, privativamente, a responsabilidade pela assistência direta ao paciente submetido a esta intervenção. O enfermeiro atua amplamente em todos os momentos da assistência, desde a instalação da ECMO, passando pela assistência ininterrupta durante o seu uso e os cuidados voltados para a recuperação do paciente após a retirada, além do acompanhamento das ações da equipe de enfermagem, treinamento de novos profissionais e desenvolvimento de pesquisas nesta temática, é ele que intervém de maneira



rápida, com base no conhecimento científico, no tratamento e na assistência a este tipo de paciente. É preciso enfatizar também, a necessidade de um registro fidedigno que possa exibir de forma clara o que já foi executado (SANTOS; COSTA; SANTOS, 2016).

## METODOLOGIA

Para a realização desse estudo, foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica, que possibilita compilar as pesquisas existentes, bem como obter conclusões a partir do tema proposto. Trata-se de um estudo descritivo e qualitativo de publicações que foram obtidas do Google Acadêmico, nas seguintes bases de dados: LILACS e SCIELO. Foram selecionados 20 artigos com ano de publicação nos 5 últimos anos, apresentando um recorte temporal de 2017 a 2021 e utilizados 09 artigos.

Como critérios de inclusão foram selecionados os artigos na íntegra, em português e inglês, que atendam aos objetivos da pesquisa e como critérios de exclusão foram retirados os artigos duplicados nas bases de dados e fora do recorte temporal.

Quadro 1 – Artigos científicos selecionados para discussão de acordo com os descritores.

Título do Artigo	Autor	Revista	Ano de Publicação	Resumo
Oxigenação por membrana extracorpórea: revisão da literatura	Chaves et al.	Revista Brasileira de Terapia Intensiva	2019	A oxigenação por membrana extracorpórea é uma modalidade de suporte de vida extracorpóreo que possibilita suporte temporário à falência da função pulmonar e/ou cardíaca, refratária ao tratamento clínico convencional.
Atuação do time de enfermeiros na ressuscitação cardiopulmonar extracorpórea	Fernandes, Saraiva e Souza	Revista de Enfermagem UFPE	2018	Atuação de um time de enfermeiros especialistas na assistência ao paciente submetido à ECMO-VA pós-parada cardíaca.

Neonatal and pediatric extracorporeal membrane oxygenation in developing Latin American countries	Kattan et al.	J Pediatr.	2017	O prognóstico e o estabelecimento da terapia de oxigenação por membrana extracorpórea ECMO neonatal-pediátrica em países da América Latina.
Suporte Respiratório Extracorpóreo em pacientes	Oliveira et al.	Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer	2020	O objetivo da terapia é para dar tempo para a recuperação intrínseca dos pulmões e do coração, assim uma circulação extracorpórea padrão fornece suporte durante vários tipos de procedimentos cirúrgicos cardíacos.
ECMO a terapia que salva vidas: revisão sistemática	Ribeiro	Revista Multidisciplinar e de Psicologia	2020	A circulação extracorpórea prolongada promovida a partir de um dispositivo mecânico de uso temporário podendo durar dias ou meses. Com o intuito de fornecer suporte ao coração e o pulmão até promoção de sua recuperação ou substituição.

Neonatal Cardiac ECMO in 2019 and Beyond	Roelevel d and Mendonça	Front. Pediatr.	2019	O uso de oxigenação por membrana extracorpórea (ECMO) para insuficiência cardíaca tem aumentado constantemente na população neonatal e se tornou uma modalidade amplamente aceita. Especialmente em centros que cuidam de crianças com doenças cardíacas (congenitas), a ECMO é agora uma parte essencial do atendimento disponível para pessoas com insuficiência cardíaca grave como uma ponte para a recuperação, suporte mecânico de longo prazo ou transplante.
Ensino da Neonatologia: Aspectos práticos e teóricos	Lima; Miranda; Araújo, et al.	UPE Multicam p	2018	A neonatologia é uma especialidade dedicada à assistência ao recém-nascido (RN), bem como à pesquisa clínica, sendo sua principal meta a redução da mortalidade e morbidade perinatais na

				procura da sobrevivência do RN nas melhores condições funcionais possíveis.
O Cuidado de Enfermagem ao Recém- Nascido Prematuro em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal	Frank et al.	Journal of Specialist	2019	O período neonatal é a fase devida do ser humano que se inicia com o nascimento e se estende até o 28º dia de vida, entendida como uma adaptação à vida extrauterina, que é caracterizada por um processo contínuo de transformações anatômicas e fisiológicas. Em virtude de condições clínicas como a prematuridade, alguns RN necessitam de assistência especializada, sendo encaminhados a Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN).
Perfil de Neonatos Internados em Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal: Estudo Transversal	Damian; Waterkemper; Paludo	Arquivos de Ciências da Saúde	2019	A Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal é o serviço responsável pelo atendimento ao recém- nascido grave ou potencialmente grave. Conhecer o perfil de neonatos nesses espaços

				pode contribuir para a diminuição da morbimortalidade, a partir da análise de dados Representativos dessa população.
--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos foram organizados em três categoriais, dentre eles: Categoria 1: Importância da ECMO como terapia na neonatologia; Categoria 2: Critérios para indicação e contraindicação à terapia de ECMO em neonatos e Categoria 3: Responsabilidade e conduta do enfermeiro frente à terapia da ECMO.

### CATEGORIA 1: IMPORTÂNCIA DA ECMO COMO TERAPIA NA NEONATOLOGIA

Na primeira categoria foi realizada com base em cinco artigos intitulados: “Perfil de neonatos internados em unidade de tratamento intensivo neonatal”, “Oxigenação por membrana extracorpórea: revisão de literatura”; “Suporte Respiratório Extracorpóreo em Pacientes”, o “ECMO terapia que salva vidas: revisão sistemática” e “Ensino da Neonatologia: Aspectos práticos e teóricos”.

O primeiro estudo intitulado “Ensino da Neonatologia: Aspectos práticos e teóricos” estabelece a meta de toda UTIN. LIMA, et al. Afirnam que:

A neonatologia é uma especialidade dedicada à assistência ao recém-nascido (RN), bem como à pesquisa clínica, sendo sua principal meta a redução da mortalidade e morbidade perinatais na procura da sobrevivência do RN nas melhores condições funcionais possíveis (LIMA et al., 2018, p.247).

O objetivo multiprofissional dentro de cada UTIN ao implantar com dedicação os cuidados e terapias é a redução da morbimortalidade de seus pacientes, desejando e possibilitando uma melhor condição de vida pós internação.

O segundo estudo intitulado “Perfil de neonatos internados em unidade de tratamento intensivo neonatal”, evidencia que a maioria das internações são complicações respiratórias e a prematuridade, resultando a internação à unidade intensiva neonatal.

A disfunção respiratória em bebês no período neonatal pode ser um sintoma de diversas doenças, que aparecem durante o período de adaptação imediata à vida extrauterina, dependendo, principalmente, da função cardiopulmonar adequada. Pode aparecer pela alteração da frequência, ritmo e periodicidade da respiração, batimento de asa de nariz, gemido, retrações torácicas e alteração na coloração da pele. (DAMIAN; WATERKEMPER; PALUDO, 2019, p.103)

Há uma ampla variedade de problemas cardiorrespiratórios: síndrome de aspiração de mecônio (SAM), hipertensão pulmonar persistente do recém-nascidos (HPPN), Hérnia diafragmática congênita (HDC), sepses, pneumonia, síndrome do desconforto respiratório (SDR), insuficiência cardiopulmonar, dentre outras patologias cardíaca e nos últimos anos surgiram novas terapias respiratórias, menos invasivas e menos complexas com custo muito menores, porém existem algumas doenças como HDC e Hipertensão pulmonar que a ECMO atua como terapia de resgate. Portanto criação de estratégias e diretrizes para implantação da ECMO são de suma importância para neonatos com quadro clínico mais crítico, onde a terapia convencional não é tão eficaz no momento.

O terceiro estudo intitulado “Oxigenação por membrana extracorpórea: revisão de literatura” refere-se à melhoria significativa ao instalar a terapia, para servir de ponte de resgate ou transplante, tempo para tomada de decisão, onde irá manter a perfusão dos tecidos com sangue oxigenado enquanto aguarda a recuperação do (os) órgão (os). CHAVES et al. (2019) reforçam que:

A oxigenação por membrana extracorpórea é um dos principais dispositivos de suporte de vida extracorpóreo utilizado nos dias atuais em pacientes críticos, possibilitando suporte temporário à falência da função pulmonar e/ou cardíaca refratária ao manejo clínico convencional (CHAVES et al., 2019, p. 422).

Entende-se que para um bom prognóstico é necessária uma visão clínica embasada de conhecimento técnico-científico, visto que o RN está com risco iminente de óbito, onde instalando a ECMO as chances de lesões no (os) órgão (os) diminuem e a oxigenação do sangue melhora, com isso, as chances de sobrevida aumentam.

O quarto estudo intitulado: “Suporte Respiratório Extracorpóreo em Pacientes” reforça que essa terapia se torna essencial aos RNs com requisitos a instalação da ECMO, pois a viabilidade de buscar um tratamento mais eficaz será mais estudada e analisada com mais critério. OLIVEIRA et al. (2020) dizem que:

Concluiu-se que não oferecer ECMO é como não oferecer a ventilação convencional, pois a ECMO é utilizada enquanto busca-se um diagnóstico e melhor estratégia terapêutica, dando ao paciente a chance de

melhorar sua condição cardiorrespiratória aumentando as chances de recuperar a própria vida (OLIVEIRA et al 2020 p.225).

A assistência adequada ao RN deve ter como fundamento a manutenção da qualidade de vida, considerando o risco elevado de morte de acordo com a patologia existente e as possibilidades de prevenção de agravos. A manutenção e reabilitação de seu estado de saúde aumentarão com o aporte da terapia bem indicado.

No quinto estudo intitulado “ECMO Terapia que Salva-Vidas: revisão sistemática” são nítidos os resultados principalmente em neonatais e crianças submetidos ao suporte da ECMO, cujo resultados dos sobreviventes mostraram uma boa qualidade de vida. RIBEIRO (2020) confirma que:

Tal perspectiva surgiu da análise neurológica dos 20 recém-nascidos e 21 crianças tratadas com ECMO, 24 delas foram submetidas ao acompanhamento de curto prazo, enquanto 20 deles receberam uma assistência neurológica de longo prazo. Dentre eles sessenta e um por cento (25/41) dos pacientes sobreviveram aos primeiros 30 dias após o tratamento com ECMO. Dos que estavam sendo acompanhados a curto prazo foi realizado avaliação em 24 pacientes (porém 1 paciente morreu antes da avaliação): 21 pacientes (87%) apresentaram um estado neurológico normal, e 3 desenvolveram incapacidade severa. Já os que estavam recebendo acompanhamento a longo prazo foi realizado avaliação em 20 sobreviventes (3 pacientes não foram encontrados e considerados perdidos para o estudo). Noventa por cento deles não apresentam incapacidade e a qualidade de vida permanece normal e 95% não apresentaram nenhum comprometimento cognitivo (RIBEIRO, 2020 p.348).

As autoras evidenciam que a adesão da terapia com ECMO na UTINEO promove prognóstico positivo aos pacientes com perfil para conduta supracitada e redução de sequelas e morbimortalidade.

## **CATEGORIA 2: CRITÉRIOS PARA INDICAÇÃO E CONTRAINDICAÇÃO À TERAPIA DA ECMO EM NEONATOS**

A segunda categoria foi construída a partir de dois artigos intitulados: “Neonatal and pediatric extracorporeal membrane oxygenation in developing Latin American countries” e “Neonatal Cardiac ECMO in 2019 and Beyond”.

O primeiro estudo intitulado “Neonatal and pediatric extracorporeal membrane oxygenation in developing Latin American countries” relata que, para traçar essa conduta é necessário um índice de mortalidade de 50% a 100% e a comorbidade ser reversível, pois é um procedimento muito invasivo

e envolve riscos potenciais. Segundo KATTAN et al. (2017), as indicações são:

- Idade gestacional  $\geq 34$  semanas;
- Peso ao nascer  $\geq 2$  kg;
- Não responsivo ao tratamento médico máximo (VOAF, iNO, tensoativo);
- Doença cardiopulmonar reversível;
- Ressuscitação Cardiopulmonar Extracorpórea (ECPR)
- Ventilação mecânica  $\leq 10-14$  dias;
- Alta mortalidade pulmonar (50-100%). Um dos itens a seguir:
  - Índice de oxigenação (IO)  $> 40$  por 4 horas (iNO, VOAF);
  - PaO<sub>2</sub>  $< 40-50$  mmHg por 4 horas (100% O<sub>2</sub>);
  - Gradiente A/aDO<sub>2</sub>  $> 600$  mmHg por 4 horas;
  - IO  $\geq 25$  após 72 horas com VOAF-iNO31;
- Acidose metabólica não tratável (pH  $< 7,15$  por 2 horas)
- Débito cardíaco reduzido com etiologia reversível;
- Impossibilidade de desmame da circulação extracorpórea;
- Ponte para transplante cardíaco;
- Inexistência de lesões pós-cirurgia cardíaca;
- Inexistência de grande hemorragia intracraniana;
- Inexistência de hemorragia incontrolável;
- Inexistência de evidências de dano cerebral maciço;
- Inexistência de malformações ou síndromes com prognóstico fatal (KATTAN et al.,2017, p.125).

Os critérios dependem de um olhar clínico e singular, ou seja, cada RN deve ser avaliado e observado a patologia cardíaca e/ou respiratória, avaliando os riscos e benefícios de cada aplicação da ECMO.

O segundo estudo intitulado “Neonatal Cardiac ECMO in 2019 and Beyond diz que segundo a ELSO há dois tipos de contraindicações: absolutas e relativas, porém as contraindicações diminuíram à medida que a experiência e avanços tecnológicos desenvolveram. Abaixo as contraindicações para ECMO cardíaca de acordo com as diretrizes da ELSO:

O uso do ECMO não é recomendado sob certas circunstâncias, especialmente se houver fortes evidências de falta de capacidade de recuperação ou ser tratado.

1.O suporte de vida extracorpóreo cardiopulmonar é inadequado se:

- (a) A condição é irreversível e/ou,
- (b) Não há opção terapêutica oportuna e razoável e/ou,



(c) Alta probabilidade de desfecho neurológico ruim.

2. Contraindicações absolutas: O suporte de vida extracorpóreo não é recomendado nas seguintes circunstâncias:

(a) Extremos de prematuridade ou baixo peso ao nascer (<30 semanas de idade gestacional ou <1kg)

(b) Anormalidades cromossômicas letais (por exemplo, trissomia 13 ou 18)

(c) Hemorragia incontrolável

(d) Danos cerebrais irreversíveis

3. Contraindicações relativas

(a) Hemorragia intracraniana

(b) Prematuridade menos extrema ou baixo peso ao nascer em recém-nascidos (<34 semanas de idade gestacional ou <2,0 kg)

(c) Falência orgânica irreversível em um paciente inelegível paratransplante

(d) Intubação prolongada e ventilação mecânica (> 2 semanas) antes do ECMO (ROELEVELD E MENDONÇA, 2019, p.5).

Devido às melhorias do equipamento e no desenvolvimento técnico-científico há uma diminuição nos riscos, o que, sem dúvidas, é um triunfo e por isso precisam existir diretrizes para implantação da terapia em todo o sistema único de saúde, especialmente para a neonatologia, que é uma especialidade dedicada à assistência ao RNs e à pesquisa clínica, sendo a principal meta a redução da morbimortalidade perinatais na procura da sobrevivência do RN com melhores condições funcionais possíveis.

### **CATEGORIA 3: RESPONSABILIDADE E CONDUTA DO ENFERMEIRO FRENTE À TERAPIA DA ECMO**

A terceira categoria foi construída a partir de dois artigos intitulados: “O cuidado de enfermagem ao recém-nascido prematuro em unidade de terapia intensiva neonatal” e “Atuação do time de enfermeiros na ressuscitação cardiopulmonar extracorpórea”.

O primeiro estudo intitulado “O cuidado de enfermagem ao recém-nascido prematuro em unidade de terapia intensiva neonatal” considera que o enfermeiro, enquanto integrante da equipe multiprofissional da UTIN, precisa de conhecimentos técnicos e científicos sobre as suas atribuições específicas e privativas, bem como ser capacitado para prestar uma assistência qualificada ao RN e sua família. De acordo com o FRANK et. al., 2019:

Além disso, o enfermeiro é responsável por promover a adaptação do RN ao meio externo através de medidas como manutenção do equilíbrio térmico, adequação da

umidade, luminosidade, ruídos e estímulos; acompanhamento do quadro clínico, sinais vitais e desenvolvimento; atender às necessidades do RN; elaborar e implementar um plano de cuidados; coordenar e supervisionar a assistência de enfermagem ao RN e família (FRANK et. al. 2019, p.4).

O cuidado com os neonatos em UTIN requer atenção humanizada e sistematizada. Destacamos esse artigo para dar ênfase que além da alta complexidade da terapia da ECMO e seus cuidados, o enfermeiro possui outros cuidados intensivos que complementam a qualidade da assistência e o bem-estar do RN. Isso exige da enfermagem um alto grau de qualificação profissional, bem como colaboradores com uma afinidade para atuar na UTIN e uma resistência diferenciada e manutenção de uma equipe segura em suas práticas.

O segundo estudo intitulado “Atuação do time de enfermeiros na ressuscitação cardiopulmonar extracorpórea” revela que um fator redutor na incidência, gravidade e nas consequências das complicações mecânicas é a presença de um time de ECMO, bem como a experiência e o treinamento desse grupo, ou seja, diretamente relacionado aos cuidados prestados a esses pacientes que corrobora com um índice de 40% de sobrevivência total de ECPR em neonatos e crianças. De acordo com FERNANDES; SARAIVA; SOUZA, 2018:

Desenvolveram-se, com o início da terapia, pelo enfermeiro, cuidados focados na assistência integral ao paciente. Instituíram-se, durante o período em que a paciente permaneceu em ECMO, as medidas desenvolvidas pelo time que compreendem desde a complexidade do cuidado ao paciente grave, bem como o cuidado com as cânulas, sua fixação e curativo de inserção; a monitorização da perfusão periférica e sinais de sangramento e a instalação da monitorização das pressões do circuito. (FERNANDES; SARAIVA ; SOUZA, 2018, p.3149)

É primordial destacar que para essa conduta ECPR utiliza-se venoarterial (VA), onde está associado casos mais graves. Assim sendo, o enfermeiro habilitado deverá seguir diretrizes fixas e cuidados padronizados durante o atendimento com ECMO (checklists, relatórios bem elaborados com exames sanguíneos, de imagem e de neurodesenvolvimento) que na prática clínica são extremamente importantes para redução das complicações.

Outros cuidados são aplicados como prevenção de agravos decorrentes a terapia: verificação da perfusão do pulso e da circunferência das extremidades periféricas do membro puncionado, o aspecto do curativo, observando se há sinais de sangramento ou sinais flogísticos.

O enfermeiro tem como um de seus papéis, treinar e orientar a equipe nas mais diferentes situações vivenciadas, bem como coordenar e se

antecipar quanto as necessidades desta terapia tão complexa que envolve diversas complicações.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atualmente, a terapia de oxigenação extracorpórea é uma terapia padrão, que traz um impacto positivo de sobrevivência ao neonato, sendo insuficiência respiratória aguda ou cardíaca as principais indicações com alto risco de mortalidade para o uso do ECMO. Seu manejo é feito pela equipe multiprofissional especializada, prestando atendimento ao paciente.

Procurando oferecer uma contribuição aos enfermeiros que atuam na UTI Neonatal e no suporte e manejo da ECMO, discorreu-se sobre seu papel neste espaço, procurando descrever e refletir sobre as principais atividades assistenciais, administrativas e de ensino que competem ao enfermeiro. O enfermeiro habilitado para trabalhar com RN com indicação para ECMO em um ambiente onde as forças de vida e morte, humano e tecnológico encontram-se em luta constante, apesar de existirem vários profissionais que atuam na UTIN, o enfermeiro é o responsável pelo acompanhamento constante e, conseqüentemente, possui o compromisso dentre outros de manter a homeostasia do paciente e o bom funcionamento do aparelho.

Ao enfermeiro compete cuidar do RN nas diferentes situações críticas dentro da UTIN, de forma integrada e contínua com os membros da equipe de saúde. Para isso, precisa pensar criticamente analisando os problemas e encontrando soluções para os mesmos, assegurando sempre sua prática dentro dos princípios éticos e bioéticos da profissão. Compete ainda a este profissional avaliar, sistematizar e decidir sobre o uso apropriado de recursos humanos, físicos, materiais e de informação no cuidado ao RN, visando o trabalho em equipe, a eficácia e custo-efetividade.

No que se refere a educação, o enfermeiro capacitado para ECMO deve ter um compromisso constante com seu próprio desenvolvimento profissional, sendo capaz de atuar nos processos educativos dos profissionais da equipe de saúde, em situações de trabalho, proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os profissionais, responsabilizando-se ainda pelo processo de educação em saúde sobre assistência com recém-nascidos e familiares sob seu cuidado.

É importante que haja uma comunicação efetiva, trazendo uma escuta qualificada, entre o enfermeiro e a família do neonato, explicando sobre a terapia ECMO, desde seus benefícios até possíveis complicações e sequelas e ainda reconhecer o contexto de vida e os hábitos socioeconômicos e culturais destes, contribuindo com a qualificação da prática profissional, construindo novos hábitos e desmistificando os conceitos inadequados atribuídos para uma recuperação a longo prazo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Relatório de Recomendações - Uso da Oxigenação Extracorpórea, 2014/2015. Disponível em: [http://conitec.gov.br/images/Relatorios/2015/Relatorio\\_ECMO](http://conitec.gov.br/images/Relatorios/2015/Relatorio_ECMO). Acesso em: 12 de setembro de 2021.

CHAVES, RCF; FILHO, RR; TIMENESTSKY, KT; MOREIRA FT; VILANOVA LCS et al. Oxigenação por membrana extracorpórea: revisão da literatura. Revista Brasileira de Terapia Intensiva. 2019. Disponível em:

DAMIAN, Angelica; WATERKEMPER, Roberta; PALUDO, Crislaine Aparecida. PERFIL DE NEONATOS INTERNADOS EM UNIDADE DE TRATAMENTO INTENSIVO NEONATAL: ESTUDO TRANSVERSAL. Arquivos de Ciências da Saúde, [S.l.], v. 23, n. 2, p. 100-105, jul. 2016. ISSN 2318-3691. Disponível em: <<https://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/308>>. Aces so em: 02 nov. 2021.

ELSO Data Registry. ECMO Registry of the Extracorporeal Life Support Organization (ELSO). Ann Arbor: University of Michigan; 2016. Available from: <http://www.elseo.org> [cited 12.09.2021]. » <http://www.elseo.org>.

FERNANDES, H., SARAIVA, E., & SOUZA, C. Atuação do time de enfermeiros na ressuscitação cardiopulmonar extracorpórea. Revista de Enfermagem UFPE [serial on the Internet]. 2018. Acesso em: 12.09.2021; 3147-53. Available from: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/236980/30528>.

FRANK, Elaine do Socorro Matos P.; QUARESMA, Adalgisa Carmen Monteiro; SILVA, Jakelinne de Sousa Nazaré, et al. O Cuidado de Enfermagem ao RecémNascido Prematuro em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. Scientific Journal, 2019. Disponível em: < <http://www.journalofspecialist.com.br/jos/index.php/jos/article/view/111>>. Acesso em: 02 de novembro de 2021.

KATTAN J, GONZÁLEZ Á, CASTILLO A, CANEO LF. Neonatal and pediatric extracorporeal membrane oxygenation in developing Latin American countries. J Pediatr. (Rio J). 2017;93:120-9. Disponível em: <<https://jped.elsevier.es/ptneonatal-pediatric-extracorporeal-membrane-oxygenation-articulo-resumen-S2255553617300022>>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

LIMA, Douglas Sávio Alves de; MIRANDA, Eduardo Pontes; ARAÚJO, MaysaGomes Ferreira de; ASSIS, Steffany Kardinally Cabral de; FILHO,

Antônio Oliveira da Silva. Ensino da Neonatologia: Aspectos práticos e teóricos. UPE Multicamp, p.247, 2018.

OLIVEIRA, SR; MOURA, AM; OLIVEIRA KR; OLIVEIRANR; SILVEIRA, MB. Suporte Respiratório Extracorpóreo em pacientes. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, Jandaia-GO, v.17 n.31; p. 225, 2020. Disponível em: < <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/93>>. Acesso em: 08 de agosto de 2021.

RIBEIRO, APR. ECMO A Terapia Que Salva Vidas: Revisão Sistemática. Revista Multidisciplinar e de Psicologia, V.14 N. 54 p. 341-356, fevereiro/2020. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2974>> Acesso em: 08 de agosto de 2021.

ROELEVELD PP and MENDONCA M (2019). Neonatal Cardiac ECMO in 2019 and Beyond. Front. Pediatr. 7:327. doi: 10.3389/fped.2019.00327. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fped.2019.00327/full>. Acesso em: 09 de agosto de 2021.

**Roberta Alves da Silva Ferreira**

Professora, Pedagoga (Universidade Castelo Branco - UCB).  
Especialista em Educação Especial: Atendimento às Necessidades Especiais  
(Faculdades Integradas do Vale do Ivaí - UNIVALE).  
Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade – em andamento  
(Centro Universitário Internacional UNINTER).  
Mestranda em Ciências Ambientais (UNIOESTE).

**RESUMO**

Diante do panorama atual da relação sociedade e meio ambiente, a qual encontra-se em crise crescente quanto a degradação ambiental e desigualdades sociais, a busca por soluções é indispensável. Sendo assim, a educação ambiental pode ser vista como uma ferramenta básica para a quebra de paradigmas sociais, promoção da sustentabilidade e para a construção da cidadania. Por meio de um levantamento bibliográfico, o presente artigo buscou a aproximação dos temas relacionados à educação ambiental, sustentabilidade e cidadania. A abordagem qualitativa permitiu relacionar os conceitos e salientar a importância da educação ambiental para o combate à crise ambiental na sociedade. Os resultados obtidos permitiram identificar as principais causas dos problemas ambientais e os principais empecilhos para as mudanças sociais necessárias, na mesoesfera, macrosfera quanto na microesfera. Não menos importante, a discussão sobre os temas possibilitou a análise de alternativas para melhorias na educação ambiental e a formação de agentes socioambientais aptos a instituir mudanças comportamentais em comunidades. Concluiu-se então que a educação ambiental deve ser a base para a transformação das sociedades ocidentais em sociedades sustentáveis, por meio da formação de sujeitos ecológicos, educadores ambientais e através das Instituições de ensino regular, a fim de desenvolver nos cidadãos uma consciência e responsabilidade ambiental, antes mesmo do surgimento de problemas ambientais causados por ações antrópicas, o que implica em mudanças no estilo e qualidade de vida da população como exercício de sua cidadania, então é substancial que haja um conjunto de ações políticas, econômicas e sociais integradas.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental; Sustentabilidade; Cidadania; Ecologia. Preservação.

## INTRODUÇÃO

Os ideais desenvolvimentistas contidos principalmente em sociedades ocidentais geram continuidade a um modelo socioambiental insustentável, uma vez que o meio ambiente é intrínseco à sociedade, mas não é visto como tal. Há uma desconjuntura entre a necessidade de preservação dos recursos naturais e os modelos econômicos de exploração, degradação e poluição ambiental histórica, conforme afirmação do geógrafo Milton Santos<sup>1</sup> (1995), o qual postula que, “a história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno”. Consequentemente, impactos ambientais causados por atividades antrópicas seguem sendo agravados, como por exemplo a poluição hídrica, a frequente emissão de gases agravantes do efeito estufa, a redução da biodiversidade e a extinção de espécies. Diante dessa problemática, se faz necessário ações que promovam mudanças efetivas para minimizar esses agravantes ambientais, que são consequências de revoluções tecnológicas e científicas ocorridas ao longo da história, conforme afirma o especialista em Educação ambiental Fritjof Capra<sup>2</sup> (2005), “um crescimento ilimitado em um planeta finito é impossível”, e dessa forma é preciso mudança em dinâmicas atuais do desenvolvimento socioeconômico a fim de garantir o bem estar desta e de futuras gerações.

Contudo, que não há uma promoção de uma perspectiva em que os seres humanos, as sociedades e civilizações estão inseridas e são partes integrantes de um ecossistema natural que precisa ser preservado e mantido em equilíbrio, por meio da educação e das culturas que transpõem gerações, é estabelecido um pensamento antropocentrismo que sobrepõe o ser humano acima de qualquer espécie e acima da própria natureza que é explorada inconsequentemente. Logo, há uma educação ambiental contrária à preservação ambiental e enraizada no modelo de sociedade, persistente e baseado em ideais de produção e consumo capitalistas.

Portanto, para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e formação de cidadãos capazes de exercer a sua cidadania, não basta uma ação isolada, se faz necessário um conjunto de ações promovidas por diversos agentes sociais, os quais devem ser preparados por meio da educação ambiental que promova, inicialmente, a análise crítica da realidade e a quebra de paradigmas, os quais impedem mudanças de cenário. O presente artigo pretende revelar uma visão sistêmica com o objetivo de identificar os problemas existentes, tanto na mesoesfera, macroesfera quanto na microesfera, que impedem modificações em padrões sociais existentes potencialmente perniciosos ao meio ambiente e consequentemente à própria humanidade.

Assim sendo, através da revisão bibliográfica exploratória e descritiva, trazer à tona os fundamentos da educação ambiental, bem como

---

<sup>1</sup> Milton Santos - Geógrafo, escritor, cientista, jornalista, advogado e professor universitário brasileiro.

<sup>2</sup> Fritjof Capra - Físico teórico, cientista, educador, escritor, ambientalista e ativista austríaco.

seus objetivos, impactos e sua importância para a sustentabilidade e para a construção da cidadania, sendo esta uma ferramenta fundamental para a criação de soluções inovadoras para os problemas ambientais e para a formação de agentes em todas as esferas sociais.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: UMA VISÃO SISTÊMICA**

De acordo com o pensamento do autor, físico e educador renomado Fritjof Capra, através do livro *“Ecological Literacy: educating our childrens for a sustainable world”* (tradução: “Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável”), toda e qualquer educação é educação ambiental, seja por inclusão ou exclusão, é ensinado aos jovens que a humanidade é parte integral ou separada do mundo natural:

“Podemos também moldar sociedades humanas de acordo com os ecossistemas naturais [...] uma comunidade humana sustentável terá que ser planejada de maneira tal que os seus estilos de vida, tecnologias e instituições sociais respeitem, apoiem e cooperem com a capacidade inerente da natureza de manter a vida. O primeiro passo desse empreendimento terá que ser o conhecimento pormenorizado de como a natureza sustenta a teia de vida (CAPRA, 2005, p.13)”.

### *A relação fundamental entre a educação ambiental e a sustentabilidade*

Ao passo em que há uma crescente preocupação quanto aos problemas socioambientais enfrentados a nível global, há um ideal de desenvolvimento que atua em direção oposta à sustentabilidade e causa agravamento da crise ambiental. Mesmo após significativas conferências ambientais realizadas pela Organização das Nações Unidas, como por exemplo a de Estocolmo (1972), a do Rio de Janeiro (1992) e a de Joanesburgo (2002), um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde no ano de 2018, constatou que entre sete e oito milhões de pessoas são fatalmente afetadas no mundo em decorrência da poluição atmosférica. Entrevista com Pedro Luis Cortês<sup>3</sup> para o Jornal da USP (2020). Também houve aumento nas taxas de desmatamento, sobretudo na Amazônia, o que põe em risco o bioma, a biodiversidade e pode afetar o clima a nível mundial. Ocorre que as formas de apropriação e exploração da natureza tiveram início com a sedentarização dos povos bem como com a domesticação de espécies selvagens para cultivo e criação, ainda no período neolítico.

---

<sup>3</sup> Pedro Luis Cortês - Professor da USP, Dr. em Ciência da Comunicação, Geólogo, Administrador de empresas, pesquisador do grupo de pesquisa “Meio ambiente e sociedade” da USP.



Desde então, o homem deu início a um rompimento com o sentimento de pertencimento ao ecossistema e passou a ter uma posição de governo diante do meio ambiente. Logo, iniciou-se a mudança nas dinâmicas naturais relacionadas ao nicho ecológico do homem, o que propiciou evolução da espécie humana para a atual. Entretanto, a exploração desenfreada de recursos naturais para matrizes energéticas, insumos para as indústrias principalmente em meio às revoluções tecnocientíficas e toda a apropriação econômica do meio ambiente deram origem a uma crise socioambiental. Essa crise persistente é fomentada por ideais capitalistas que têm como foco a relação de produção e consumo, conforme afirma o filósofo e economista Adam Smith<sup>4</sup> “O consumo é a única finalidade e o único propósito de toda produção”.

Este fato alerta para a falta de educação ambiental perante a formação da sociedade desde os primórdios, ou seja, a falta de consciência do homem como ele sendo parte integrante de um sistema cujo todas as espécies e elementos interagem de forma a manter o equilíbrio. Sendo assim, a busca por modificações na estrutura social deve perpassar os fundamentos da educação ambiental, pois esta é a premissa para a criação de uma consciência individual e coletiva que incentive e viabilize o desenvolvimento de soluções inovadoras a fim de que a sociedade se torne sustentável.

### *Estruturação social e política para a sustentabilidade*

De acordo com o sociólogo português Boaventura Sousa de Santos (1999), o sistema lógico político econômico, no sentido da macroesfera (patamar de política nacional ou global), está atrelado aos modelos conservadores capitalistas. Esse fator tem sido um grande obstáculo para a quebra da hegemonia uma vez que o poder governamental do Estado é fundamental para promover mudanças na forma como é administrado o meio ambiente. Descrevendo sucintamente, Santos postula que o Estado, sendo uma instituição regulamentadora, possui a responsabilidade de reger o sistema, e é um dos principais fatores que podem manter esse sistema ou modificá-lo.

No entender do autor, uma crise provocada pela pandemia do Covid-19, como a que teve início no ano de 2019 e se mantém até os dias atuais pode demonstrar a fragilidade do sistema capitalista neoliberalista que domina a economia e efetivamente, todas as relações sociais. Isto é, “Há uma crise permanente, com objetivo de legitimar a escandalosa concentração de riquezas e impedir que se tomem medidas mitigadoras quanto à iminente catástrofe ecológica” (SANTOS, 2019).

Não obstante a isso, o autor afirma que:

---

<sup>4</sup> Adam Smith - Filósofo e Economista Britânico, precursor do pensamento liberal da economia moderna.

“Em cada época histórica, os modos dominantes de viver (trabalho, consumo, lazer, convivência) e de antecipar ou adiar a morte são relativamente rígidos e parecem decorrer de regras escritas na pedra da natureza humana. É verdade que eles se vão alterando paulatinamente, mas as mudanças passam quase sempre despercebidas. A irrupção de uma pandemia não se compagina com tal tipo de mudanças. Exige mudanças drásticas. E, de repente, elas tornam-se possíveis como se sempre o tivessem sido. Torna-se possível ficar em casa e voltar a ter tempo para ler um livro e passar mais tempo com os filhos, consumir menos, dispensar o vício de passar o tempo nos centros comerciais, olhando para o que está à venda e esquecendo tudo o que se quer, mas só se pode obter por outros meios que não a compra. A ideia conservadora de que não há alternativa ao modo de vida imposto pelo hipercapitalismo em que vivemos cai por terra” (Santos, Boaventura, 2019)<sup>5</sup>.

Com efeito, Boaventura Santos, reafirma a importância dos movimentos sociais para a contribuir com a transformação das sociedades, e a educação ambiental é a mais importante - se não a principal - ferramenta para refundar o Estado. Pois, é através da educação ambiental que serão formados os agentes capazes de propor essas mudanças, e realizar ações em prol do meio ambiente, também como exercício de sua cidadania. Além disso, pensadores estoicistas pertencentes aos séculos III e IV antes de Cristo, já demonstravam preocupações com esse sistema, como por exemplo o pensador do movimento Sêneca, defensor da frugalidade, o qual cita: *“Para a ganância toda a natureza é insuficiente”* (Sêneca, Séc. IV a.C.). Apesar de pensamentos como o supracitado, e análises críticas a respeito das dinâmicas sociais, prevaleceu a busca pelo poder, domínio de povos e apropriação econômica da natureza.

Atualmente, porém, a preocupação está relacionada ao conflito existente quanto ao “desenvolvimento sustentável” e a “sociedade sustentável”. O conceito de desenvolvimento sustentável é estipulado por um viés econômico, o qual promove uma política verde que não garante a redução de fato dos impactos ambientais. Logo, uma sociedade sustentável prima pela recuperação ambiental e sua preservação, bem como pela qualidade de vida das pessoas, acima do desenvolvimento econômico e tecnológico. Essa mudança de perspectiva é necessária para que as políticas ambientais se tornem efetivas e com efeito para resolução das problemáticas ambientais de mudança do clima, de redução da biodiversidade e de poluição de solos, corpos hídricos e atmosfera.

---

<sup>5</sup> Boaventura Souza de Santos - Professor Emérito de Sociologia da Universidade de Coimbra, Portugal. Dr. em Direito e escritor.

## *Educação ambiental e a construção da cidadania*

Conforme discutido anteriormente, a educação ambiental é a principal ferramenta para a formação de cidadãos aptos a exercer a sua cidadania em prol do meio ambiente. Todavia, a forma atual de inserção de temas ambientais no ensino regular corrobora para a permanência de um sistema político e econômico em vigência na sociedade. Isso porque não tem sido suficiente para a criação de uma consciência de fato pelos cidadãos. Essa mudança que espera ser observada na microesfera, ou seja, nas comunidades, famílias, e grupos sociais, deve ser efetiva para melhorias na qualidade de vida dos indivíduos.

O maior desafio da atualidade é a quebra de paradigmas comportamentais cotidianos, por meio de uma reestruturação que deve levar em conta fatores socioeconômicos, e instituir novos valores para os cidadãos. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma consciência ambiental é fundamental, contudo, há também a necessidade de romper com o estilo de vida do consumidor contemporâneo.

É necessário que a educação ambiental propicie a análise crítica da realidade a respeito do modelo econômico vigente, o qual é excludente, desigual e pernicioso ao meio ambiente. Logo, o consumo é um dos principais hábitos que devem ser repensados, pois o consumo exacerbado é um dos maiores fatores que causam poluição e degradação ambiental. De acordo com o sociólogo Alain Touraine, um educador é um agente social capaz de ajudar o jovem a construir sua própria identidade. Tão logo, os educadores desempenham papel importante para orientação de jovens a respeito de como esses percebem o mundo a sua volta, contribuindo efetivamente para a formação do sujeito. A formação do cidadão para exercício de sua cidadania, de acordo com o autor, deve salientar que exercer a cidadania é atuar de forma efetiva na organização da sociedade:

“A ideia de cidadania proclama a responsabilidade de cada um e, portanto, defende a organização voluntária da vida social contra as lógicas não políticas, que alguns acham ser “naturais”, do mercado ou do interesse nacional (...). A cidadania não é a nacionalidade (...). A segunda designa a filiação a um Estado Nacional, enquanto a primeira fundamenta o direito de participar, direta ou indiretamente, na gestão da sociedade. A nacionalidade cria uma solidariedade dos deveres, enquanto a cidadania dá direitos” (TOURAINÉ, Alain' 1996, p. 97)<sup>6</sup>.

Em outras palavras, Touraine (1996), postula que há uma falsa sensação de que a nacionalidade e a cidadania possuem o mesmo sentido.

---

<sup>6</sup> Alain Touraine - Sociólogo francês que desenvolveu o método de pesquisa denominado intervenção sociológica.

Enquanto a nacionalidade emite uma noção de pertencimento a uma nação, a cidadania é a responsabilidade de cada indivíduo para conduzir a organização dos grupos sociais, ou seja, a responsabilidade social, a responsabilidade econômica e a responsabilidade ambiental são exercícios de cidadania. Conforme afirma o psicólogo Jean Piaget<sup>7</sup>, “o principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram.” Nessa perspectiva, a educação ambiental tem a tarefa de formar indivíduos aptos a desenvolver uma consciência de cidadania e, principalmente de suas responsabilidades socioambientais, por meio de análises críticas dos modos de vida inconsequente das atuais gerações, e não reduzir apenas a promover mudanças no estilo de vida, mas também capacitá-los para a busca de soluções inovadoras para resolução dos problemas ambientais vigentes.

Diante disso, é importante rever as falhas no sistema atual de educação ambiental. Autores como Fritjof Capra, Paulo Freire e Malcom Margolin defendem a necessidade de uma nova abordagem no ensino, que garanta o aprendizado de fato, inclusive a respeito das questões ambientais. Pode ser verificado inicialmente uma grande diferença de culturas sustentáveis (que atuam de forma mais sustentável) para a cultura ocidental que estamos inseridos: primeiramente essas culturas, como por exemplo as indígenas, são consideradas primitivas ou desprovidas de tecnologia. Logo a seguir são estigmatizadas, e a visão etnocêntrica de que os outros povos devem ter seus níveis de desenvolvimento definidos de acordo com o quanto se aproximam dos nossos costumes, gera preconceitos a respeito dessas culturas, atitude que, nada mais é do que um mau hábito herdado de povos colonizadores. Esse fator dificulta a visualização através da perspectiva de que foram nossos costumes ocidentais que se distanciaram da natureza e deram origem a um sistema insustentável. Uma vez que não é priorizado a preservação do meio ambiente e recursos naturais, ao contrário do que é feito em tribos e regiões indígenas, por exemplo, o acúmulo de riquezas e tecnologias não poderão remediar os efeitos catastróficos sobre o meio ambiente.

Nessa perspectiva, cabe à educação ambiental salientar os valores dessas comunidades que respeitam o meio ambiente, e toda a sua biodiversidade, ressignificando a visão de retrocesso que é estimulada pelas mídias, as quais possuem unicamente interesses econômicos. Além disso, quanto as ações governamentais, não bastam apenas campanhas para reduzir a produção de resíduos sólidos, reduzir consumo de água, ou optar por consumo de produtos com selo verde, é preciso fomentar essas práticas mas também regulamentar, desde legislações ambientais para as empresas e indústrias mas também para os cidadãos, a fim de que estes tenham atitudes a partir de suas responsabilidades para com o meio ambiente e o futuro desta e das demais gerações, o que só pode ser implantado através

---

<sup>7</sup> Jean Piaget - Biólogo, Psicólogo e Epistemólogo suíço

da instituição de uma educação ambiental efetiva nos ensinos regulares, agregando aulas e práticas ao currículo escolar.

Por fim, é possível inferir que, referente a construção da cidadania, a educação ambiental deve ter o intuito de instituir e criar sociedades sustentáveis, através da formação de educadores ambientais, e não mais fomentar apenas o desenvolvimento sustentável, como é feito geralmente. Pois, é preciso desvencilhar a imagem de apropriação econômica do meio ambiente da imagem de uma sociedade sustentável, uma vez que a exploração exacerbada do meio ambiente não permite que haja a sustentabilidade de fato, sendo assim o chamado “desenvolvimento sustentável” cria uma ilusão de proteção ambiental. De acordo com Capra (2005):

“Uma vez que a característica mais proeminente da biosfera é a sua capacidade inerente de sustentar a vida, uma comunidade humana sustentável terá que ser planejada de maneira tal que os seus estilos de vida, tecnologias e instituições sociais respeitem, apoiem e cooperem com a capacidade inerente da natureza de manter a vida” (CAPRA, Fritjof 2005).

Assim sendo, urge que um conjunto de ações seja instituído a fim de obter os resultados esperados, que incluem recuperação ambiental além de sua proteção.

### *Formação de agentes sociais para educação ambiental e promoção da sustentabilidade*

Há uma grande diversidade de ações educacionais para a abordagem ambiental. Partindo do pressuposto que os indivíduos a serem educados possuem diferentes interpretações de mundo, essa pluralidade se faz benéfica. Entretanto, é muito importante que sejam escolhidos os referenciais teóricos adequados para oferecer um aprendizado efetivo. Justamente pela amplitude do assunto, a educação ambiental também deve ter bem definidos e claros os seus objetivos.

Primeiramente, as abordagens da educação ambiental podem ser feitas de um viés conservador, ou naturalista, ou científico, ou até mesmo etnográfico. Além desses há muitos outros, e é importante a compreensão de cada um a fim de observar os interesses pautados através dessas abordagens. Sendo assim, a educação ambiental deve promover a análise crítica inicialmente, desprovida de interesses socioculturais e econômicos e que priorizem, de fato, o meio ambiente.

Segundamente, é importante salientar que a educação ambiental surge diante de uma necessidade. A nível global a proteção ambiental é importante para amenizar os problemas ambientais que afetam todo o planeta, como por exemplo o aquecimento global e a nível de uma comunidade local pode surgir a necessidade de promover educação e ações ambientais para a proteção de recursos naturais específicos, de acordo com

a abrangência da localidade. Contudo, essas necessidades podem parecer distantes da maioria das pessoas, logo, os cidadãos que não percebem os problemas da crise ambiental com a mesma intensidade de quem está sendo mais afetado por ela, e por isso tendem a não dar tanta importância para os movimentos socioambientais que estão sendo promovidos pela comunidade. Sendo assim, o engajamento das pessoas pelas causas ambientais é um grande desafio.

Concomitantemente é importante difundir os saberes científicos para a população em geral a fim de explicitar as causas e as consequências das ações humanas diante do meio ambiente, de acordo com o professor Wilson Costa Bueno<sup>8</sup> (1985), “realiza-se a transposição de uma linguagem especializada para uma linguagem não especializada, com o objetivo de tornar o conteúdo acessível a uma vasta audiência”.

O objetivo maior da educação ambiental deve ser provocar mudanças sociais e culturais. Para isso, se faz necessário promover o reconhecimento dos problemas ambientais e suas causas. Dessa forma, viabiliza-se ações para remediação dos impactos existentes. Porém, os movimentos sociais que nascem de diferentes causas são descentralizados, sendo realizados como ações isoladas em diferentes lugares, entretanto a união desses movimentos pode transformar-se em uma revolução social, econômica e cultural que pode mobilizar as políticas públicas em favor das causas ambientais. Para se obter maiores proporções nos movimentos ambientais é necessário a atuação de agentes sociais formados a partir da educação ambiental comprometida com a proteção ambiental de fato, livre de interesses secundários. Nessa perspectiva o agente social deve ser um sujeito ecológico, como afirma Isabel de Moura Cristina Carvalho<sup>9</sup>:

O sujeito ecológico (...) é um sujeito ideal que sustenta a utopia dos que creem nos valores ecológicos, tendo por isso, valor fundamental para animar a luta por um projeto de sociedade bem como a difusão desse projeto. Não se trata de imaginá-lo como uma pessoa ou grupo de pessoas completamente ecológicas em todas as esferas de sua vida ou ainda como um código normativo a ser seguido e praticado em sua totalidade por todos que nele se inspiram (CARVALHO, 2008, p. 67).

Também, o objetivo dos sujeitos ecológicos como educadores ambientais seria orientar as pessoas para uma vida ecologicamente correta, além de promover movimentos revolucionários em prol das causas ambientais. Como citado anteriormente ao longo das discussões deste trabalho, é fundamental que haja um conjunto de ações que partem da educação ambiental para promover as mudanças urgentes que necessitam os biomas naturais.

---

<sup>8</sup> Wilson Costa Bueno - Professor de Jornalismo da USP.

<sup>9</sup> Isabel de Moura Cristina Carvalho - Psicóloga (PUC/SP), Dr.<sup>a</sup> em Educação pela UFRGS. Pesquisadora UNICAMP.

## *A educação ambiental na escola e a aproximação dos jovens aos problemas ambientais*

Quando se fala em educação ambiental entende-se por compreensão das dinâmicas ambientais e conceitos de ecologia abordados na escola. Conforme abordado anteriormente, os estudos a respeito do meio ambiente oferecem aos alunos uma visão de que o meio ambiente e o ser humano são elementos separados e distintos. Ou seja, não é desenvolvida uma percepção de que o homem está inserido no meio ambiente e depende deste em perfeito equilíbrio para que sua vida continue sendo viável. Da mesma forma, a abordagem de problemas ambientais globais como o aquecimento global e mudanças climáticas por exemplo, ou o desmatamento de florestas parecem ser uma realidade distante da vida pessoal dos estudantes, e sendo assim, não é estimulado o engajamento pelas causas ambientais. É necessário desenvolver a percepção de que as mudanças ambientais afetam diretamente a vida das pessoas. Nesse sentido, é fundamental identificar no cotidiano dos indivíduos os impactos da poluição ambiental de forma a tornar mais palpável a compreensão da gravidade dos problemas socioambientais. De acordo com a doutoranda em educação Samia nascimento Sulaiman<sup>10</sup>:

“A escola é o lugar social da educação; no entanto, a educação escolar não é a única fonte de aprendizado do ser humano, é um momento no decorrer do processo múltiplo de sua socialização. Os espaços escolares, concebidos historicamente como espaços formais de educação, são uma parte do conjunto social de espaços com os quais convivemos e interagimos cotidianamente” (SULAIMAN, Samia<sup>1</sup>, 2011).

Uma das formas de promover essa aproximação é por meio de atividades práticas, como por exemplo, visitas a locais que sofrem com grande carga de poluição ambiental, visita a comunidades que se localizam próximas a esses locais e identificação dos principais problemas enfrentados por essas pessoas através de diálogo e observação do meio ambiente, conforme postula Capra (2005).

Concomitantemente, estimular o desenvolvimento de atividades socioambientais idealizadas pelos próprios alunos para solucionar os problemas dessas comunidades. Outros sim, é importante demonstrar como o consumo exacerbado tem contribuído para a degradação ambiental, e desenvolver uma consciência ambiental a partir da reflexão a respeito do modo de vida dos consumidores, bem como estimular a análise dos produtos consumidos e compreender qual o impacto que a produção daquele item teve

---

<sup>10</sup> Samia Nascimento Sulaiman - 1 Licenciada e bacharel em Letras, doutoranda em Educação. Investigadora, TEIA-USP - Laboratório de Educação e Ambiente, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

no meio ambiente, e então será possível ampliar os conhecimentos desses jovens a fim de que estes realizem a análise crítica dos meios de produção e dos modos de apropriação econômica do meio ambiente. Assim, além do aprendizado a respeito da administração sustentável do meio ambiente, estes jovens podem contribuir com ideias inovadoras para redução dos impactos ambientais, ou mesmo desenvolver tecnologias capazes de mitigar muitos desses problemas existentes.

Desta forma a educação ambiental será a premissa para a formação de “sujeitos ecológicos” e agentes socioambientais engajados na defesa das causas socioambientais. Por conseguinte, será a base para a transformação da sociedade em uma sociedade sustentável, e evitar o colapso ambiental que poderá ser fatal à toda e qualquer forma de vida na Terra. Não obstante a isso, a educação ambiental não deixa de ser uma questão política e governamental, uma vez que o ensino público é regulamentado por órgãos estatais, sendo assim, o fator político deve estar de acordo com a instituição desse modelo de educação ambiental. Para que isso ocorra, é indubitável que o exercício da cidadania seja capaz de promover líderes comprometidos com a sustentabilidade. Mais uma vez, a difusão dos saberes científicos e a exposição das consequências da má administração do meio ambiente para a população no geral, demonstrando os efeitos sobre a saúde pública principalmente, é a melhor alternativa para alertar a respeito da grave crise ambiental global.

### *Obstáculos atuais da educação ambiental além do ambiente didático*

A educação ambiental tem sido estigmatizada como algo contrário ao desenvolvimento econômico e, portanto, considerada algo fútil ou sem importância por grupos ideológicos céticos aos problemas ambientais e até mesmo quanto à ciência. Foram criados até mesmo neologismos para definir defensores do meio ambiente e seus antagonistas. Os termos “ecochatos” e “ecocéticos” definem pessoas a favor e engajadas em questões ambientais, as quais geralmente estão à frente de movimentos sociais como manifestações, e pessoas negacionistas dos problemas ambientais existentes, respectivamente. O interessante de analisar como esses movimentos sociais pró ou contra as questões ambientais podem influenciar milhões de pessoas ressalta o papel importante das mídias sociais e demonstra o quanto a luta pela defesa do meio ambiente é árdua e encontra diversos obstáculos a serem contornados à medida que se desenvolve.

Contudo, a educação ambiental deve esclarecer os fatos a fim de que esses movimentos contrários sejam contidos, e assim as pessoas consigam compreender melhor os impactos ambientais causados por atividades antrópicas. A cada reforma de políticas ambientais, por exemplo, são geradas discussões a respeito do quanto o rigor das legislações em prol do meio ambiente podem “prejudicar” o agronegócio no Brasil. Em contrapartida, pouco se fala sobre a responsabilização de produtores rurais e agricultores quanto aos danos causados ao meio ambiente, como a poluição de corpos



hídricos e contaminação dos solos. A origem dessas disputas e contradições ocultam interesses, muitas vezes, individuais. Por este motivo, um dos obstáculos da educação ambiental inclui a instituição de uma consciência coletiva também.

De acordo com o geógrafo Milton Santos<sup>11</sup>, esses conflitos podem ser explicados devido ao fato desde o século XIX haver disputas mantidas pelo monopólio do objeto de estudo:

“A possibilidade de os saberes antigos sucumbirem aos saberes novos faz com que os prisioneiros de uma visão imobilista corram o risco de ficarem à deriva diante da tarefa de interpretação do presente. A denominada crise ambiental a que hoje assistimos padece dessa situação e deve suscitar uma revisão das teorias e práticas das diversas disciplinas na medida em que demanda uma análise compreensiva, totalizante, uma análise na qual as pessoas, vindas de horizontes diversos e que trabalhem com a realidade presente, tenham o seu passo acertado através do mundo, através de um legítimo trabalho interdisciplinar” (SANTOS, Milton, 1995).

Outro fator que influencia diretamente na opinião das pessoas e mobiliza movimentos sociais é a mídia, por onde são veiculados conhecimentos científicos e não científicos. Esta veiculação de informações por meio de televisão, rádio e internet pode acentuar os conflitos atuais entre os grupos de pessoas que apoiam as causas ambientais e as que negam a existência desses problemas. Sendo assim, a educação ambiental pode considerar o uso dessas mídias como uma das principais aliadas para a formação da cidadania para alcance da sustentabilidade.

## **METODOLOGIA**

O método é exploratório, desde o levantamento bibliográfico até a seleção aleatória de artigos, livros e publicações de Entidades Ambientais, o que estabelece uma certa relação com o tema do trabalho proposto. A seleção final dos títulos, foi realizada visando a compreensão da problemática e procurando responder as propostas de Gestão Ambiental nas operações da Perícia e Auditoria Ambiental, bem como as questões acerca dos temas educação ambiental, sustentabilidade e cidadania. A abordagem qualitativa aplicada ao trabalho científico permite conceitualizar e confrontar dados, relacionando os assuntos pertinentes a fim de identificar os fenômenos sociais e do comportamento humano, o que possibilita uma análise crítica posterior.

Para isso, foram consultados os títulos, além do levantamento do Licenciamento Ambiental e da Legislação específica aplicada na Gestão

---

<sup>11</sup> Milton Santos foi geógrafo, escritor, cientista, jornalista, advogado e professor universitário brasileiro.

Ambiental dos recursos naturais. Foram consultados e considerados também estudos de caso relevantes sobre os desastres e impactos ambientais, bem como estudos de caso apresentados por Entidades Ambientais com repercussão regional e elucidado com a aplicação da Perícia Ambiental, avaliando questões relacionadas aos aspectos ambientais, como a contaminação do solo, poluição hídrica, emissões atmosféricas e danos a flora, a fauna de ecossistemas resultantes de atividades antrópicas do viés da Gestão e do controle ambiental.

## **RESULTADOS**

Para se obter os resultados foram desenvolvidas algumas etapas como: A realização de um levantamento bibliográfico a respeito dos fundamentos da educação ambiental através das perspectivas de especialistas de diferentes áreas: educadores, economistas, antropólogos, filósofos, sociólogos, ambientalistas, e em sequência sobre a sustentabilidade, revelando as visões de autores, considerando-se teses defendidas e o aspecto multidisciplinar do tema, identificando as principais causas dos impactos ambientais através de um viés histórico e científico incluindo fatos a respeito da construção das sociedades atuais. Por meio das discussões sobre o tema foi identificado os principais empecilhos, considerados por especialistas, para as modificações sociais perante os problemas socioambientais, considerando a macroesfera, a microesfera social e por meio de estudos com observação e visão ampla, sistemática, foi realizada uma análise crítica de todos os aspectos do sistema, para constatação se há falhas no modelo de educação ambiental atual existente e que é promovido nas Instituições de ensino e por agentes educadores, e quais são essas falhas, bem como as falhas presentes em outros setores da sociedade para com o desenvolvimento sustentável, verificando como a educação ambiental é capaz de atuar na formação da cidadania e assim, promover a sustentabilidade. Não é a natureza que está em desequilíbrio, mas a forma como as sociedades estão estruturadas, o processo de educação ambiental requer então uma mudança comportamental e deve ser abordada de forma sistemática e transversal, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar e contextualizada com a realidade.

De acordo com a tabela 1, serão apresentados os quantitativos deste trabalho.

Tabela 1 - Informações pertinentes aos dados coletados e analisados.

Tabela 1 - Informações pertinentes aos dados coletados e analisados.

Levantamento dos Dados	Bibliografia	Entidades
Estudos/caso	2	2
Publicações	2	2
Licenciamento	1	1
Legislação	1	1
Princípios EA	1	1
Propostas GA	2	2
Auditoria	1	1
Perícia	1	1
Artigo	2	0
Livro	4	0

Legenda: **Tab. 1** Educação Ambiental - EA; Gestão Ambiental - GA.  
 "Elaborada pela Autora, 2021"

Conforme a figura 1, a utilização de metodologias ativas que propiciem a educação ambiental, sensibilizando e alertando para um sistema cíclico, recíclico e não linear alcançando o pensamento sistêmico enfatiza o conhecimento dos componentes e dos mecanismos que regem os sistemas naturais, além de apresentar propostas de responsabilização e reconhecimento do ser humano como principal protagonista da crise socioambiental.

Figura 1 – Conhecimento, atitudes e valores sociais voltados para o meio ambiente.



Fig. 1 Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/giro-sustentavel/importancia-da-educacao-ambiental-para-sustentabilidade/>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da problemática socioambiental é indubitável a importância de esforços coletivos, os quais podem ser promovidos por diversos agentes sociais. Entretanto, mesmo diante de consequências advindas das revoluções tecnológicas e da exploração desenfreada de recursos naturais, como a degradação acelerada da camada de ozônio, aumento da emissão de gases do efeito estufa, poluição hídrica e escassez de recursos hídricos, não há mudanças efetivas no comportamento das sociedades ocidentais a fim de remediar e mitigar danos, ou mesmo preservar o meio ambiente. Apesar de campanhas crescentes para mudança de hábitos promovidas por órgãos públicos, que poderiam desacelerar a degradação ambiental, esta que afeta diretamente as populações, a dinâmica social de produção e consumo prevalece.

Ao ser analisado o modelo de sociedade hodierno é possível identificar, no que tange o aspecto socioambiental, uma crise ambiental planetária. Uma vez que o meio ambiente é intrínseco ao desenvolvimento social e econômico, urge que mudanças significativas de posicionamento quanto aos modos de apropriação e exploração da natureza ocorram, visto que a dinâmica atual, a qual é baseada em expansão técnico científica e capitalista, opõe-se à sustentabilidade. Nesse sentido, se faz necessário explicitar os motivos que encaminham à uma resistência a mudanças a fim de provocar a reflexão e a busca de soluções inovadoras, por meio de uma interpretação crítica da realidade a qual deve ter embasamento nos fundamentos da educação ambiental e em estudos científicos a respeito da degradação do meio ambiente.

Não somente a educação ambiental se torna a fonte de mudanças fundamentais para a sociedade, que poderá ser analisada a longo prazo por meio da formação de sujeitos comprometidos com as questões ambientais e com a sustentabilidade, mas também urge que ações governamentais sejam instituídas a fim de responsabilizar pessoas, instituições, organizações e empresas para com o meio ambiente, cada qual com os seus deveres, para remediação de impactos negativos causados ao meio ambiente por ação antrópica ao longo dos séculos.

Portanto, há a necessidade de que todas as esferas sociais, políticas, governamentais e econômicas tenham um engajamento na defesa dos recursos naturais e proteção da biodiversidade, o que só poderá ter início através de conscientização ambiental efetiva. A educação ambiental visualiza no exercício consciente da cidadania a resposta para as mudanças (sociais e governamentais) necessárias para viabilizar a sustentabilidade.

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos ao Centro Universitário Internacional - UNINTER, ao Professor Mestre Rafael Lopes Ferreira - Orientador deste Artigo e aos meus familiares.

## REFERÊNCIAS

BIASOLÍ, Semíramis. **Fundamentos de Educação Ambiental Para Sustentabilidade**. Editora Senac, São Paulo, 2018. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Fundamentos\\_de\\_educacao\\_ambiental\\_para/dWh7DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1](https://www.google.com.br/books/edition/Fundamentos_de_educacao_ambiental_para/dWh7DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1). Acesso em: 04/04/2021.

BILYK, C. **A importância da educação ambiental para a sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/giro-sustentavel/importancia-da-educacao-ambiental-para-sustentabilidade/>. Acesso em: 24/10/2021.

BUENO, Wilson da Costa; MELO, José Marques de. **Jornalismo científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente**. 1985. UFSC 1985. Disponível em: [https://biopibid.ccb.ufsc.br/files/2013/12/Jornalismo\\_cientifico-conceito-e-funcao.pdf](https://biopibid.ccb.ufsc.br/files/2013/12/Jornalismo_cientifico-conceito-e-funcao.pdf). Acesso em: 06/04/2021.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. Cultrix, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Sujeito Ecológico: a dimensão subjetiva da ecologia**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4655.pdf>. Acesso em: 05/04/2021.

CÔRTEZ, Pedro Luis. **Entrevista**, JORNAL DA USP (2020). Disponível em: [https://jornal.usp.br/atualidades/poluicao-do-ar-mata-milhoes-de-pessoas-nomundosegundooms/#:~:text=Um%20levantamento%20da%20OMS%20\(Organiza%20ar%20atinge%20a%20todos%20democraticamente\)](https://jornal.usp.br/atualidades/poluicao-do-ar-mata-milhoes-de-pessoas-nomundosegundooms/#:~:text=Um%20levantamento%20da%20OMS%20(Organiza%20ar%20atinge%20a%20todos%20democraticamente)). Acesso em: 04/04/2021.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Meio ambiente** – em busca da qualidade de vida. In: PINSKY & BASSANEZI (Org.). História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003. 399-417p. Disponível em: <https://www.revistaesa.org/artigo.php?idartigo=1317>. Acesso em: 06/04/2021.

ROOS & BECKER. Artigo: **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental REGET/UFMS, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/4259/3035>. Acesso em: 04/04/2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **De Las Dualidades a Las Ecologías**. Red Boliviana de Mujeres Transformando la Economía REMTE, 2012.

Disponível em:

<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/cuaderno%2018.pdf>. Acesso em: 04/04/2021

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. E-book.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**. A afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Milton. **A questão do Meio Ambiente**: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar, 1995. GeoTextos, vol. 1, 2005.

Disponível em: [http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/A-questao-domeioambiente\\_MiltonSantos1995.pdf](http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/A-questao-domeioambiente_MiltonSantos1995.pdf)  
Acesso em: 06/04/2021.

SULAIMAN, Samia Nascimento. **Educação Ambiental, Sustentabilidade e Ciência**: o papel da mídia na difusão de conhecimentos científicos. Ciência e Educação (Bauru), 2011. Disponível em: Scielo  
[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151673132011000300008&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151673132011000300008&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 04/04/2021

TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia?** Petrópolis/RJ: Vozes, 1996. 286p.

ZUQUIM, Fernanda Alves. FONSECA, Alysson Rodrigo. CORGOZINHO, Batistina M. de Souza. Artigo: **Educação Ambiental e Cidadania**, 2012. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1317>. Acessado em: 07/04/2021.

**Erica Ramos Cardoso**

Graduada no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Matheus da Silva Ramos**

Graduado no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Rayssa Montenegro da Silva**

Graduada no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Thamires Silva Rivas**

Graduada no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Helena Portes Sava de Farias**

Docente no Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**RESUMO**

**Introdução:** A Infecção Hospitalar (IH) é definida como qualquer infecção adquirida após a admissão do paciente no hospital e que se manifesta durante a internação ou após a alta, quando relacionada com a própria internação ou com os procedimentos hospitalares. A atuação e conhecimento do Enfermeiro é indispensável para a segurança e assistência do paciente nas unidades de saúde, inclusive, sendo ele, responsável pelo setor de IH. O presente projeto apresenta como **Objetivos:** Incentivar a prática correta de higienizar as mãos; reforçar o uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPI'S) e refletir sobre a importância do manejo dos procedimentos invasivos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa do tipo descritiva, a partir de artigos científicos indexados no Google acadêmico, na plataforma Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) com bases de dados Scielo, foram selecionados 10 artigos publicados nos últimos 6 anos entre 2016 a 2021, sendo utilizados apenas 7 artigos no qual atenderam aos objetivos da pesquisa. **Resultados e discussão:** As informações coletadas serão apresentadas com intuito de favorecer e facilitar a visualização aos resultados e respondem aos objetivos propostos na pesquisa. Dos artigos contemplados mostraram que houve evidências da temática no segmento: A importância da higienização correta das mãos, uso adequado de equipamentos de proteção individual, e a importância do manejo dos procedimentos invasivos. **Conclusão:** É necessário refletir sobre todas as estratégias possíveis que possam contribuir para mudanças do atual panorama que se apresenta, os enfermeiros devem ter conhecimentos sobre os meios para inibir sua propagação, contribuindo para o cuidado com o paciente, implantem diretrizes e ações contínuas para prevenir, controlar,

reduzir e eliminar riscos, por meio de rotinas de trabalho adequado, vigilância constante, a higienização das mãos, continua sendo a atitude mais eficaz na interrupção da transmissão de microrganismos ao indivíduo.

**Palavras-chave:** Enfermagem; infecção hospitalar; cuidado; controle; prevenção.

## INTRODUÇÃO

A Infecção Hospitalar (IH) surgiu praticamente junto com os primeiros hospitais nos séculos XVIII e XIX, onde as condições de higiene eram precárias, a população provida de recursos financeiros era tratada em casa tendo como vantagem os custos baixos e principalmente diminuição dos riscos de infecção, observando que para aquele período mesmo com poucas tecnologias e informações já havia uma preocupação com a infecção hospitalar.

Na Inglaterra no final do século XIX, Florence Nightingale apresentou importante papel na reorganização dos hospitais e conseqüentemente na implantação de medidas para o controle das IH, com a preocupação voltado para os cuidados de higienização, isolamento dos enfermos, o atendimento individual, treinamento do pessoal, especialmente as práticas de higiênicas sanitárias que estabeleceu e colaboraram para a redução das taxas de mortalidade hospitalar na época (OLIVEIRA & MURRYAMA, 2008).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) já tratou as IHS como uma epidemia silenciosa, tendo em vista que, embora com números de letalidade significativos, mesmo anos de pesquisa e tentativas de sanar o problema, ainda é presente nas instituições de saúde. No Brasil, por exemplo, a OMS estimou que 14% dos pacientes internados acabam contraindo algumas infecções, seja viral, por fungos, bactérias (PORTAL,2020) A OMS fornece informações atualizadas para prevenção contra as IHS, informando os programas desenvolvido pela mesma, orientações, artigos e envio de informações via e-mail. A OMS criou projetos como prevenção e controle de infecção (PCI) e resistência antimicrobiana (AMR) que vão fornecer recomendações baseadas em evidências sobre o reconhecimento precoce e PCI e procedimentos específicos necessários para prevenir efetivamente a ocorrência e controlar a propagação da IH, também foram criadas diretrizes com o principal objetivo de apoiar a melhoria do IPC nas unidades de saúde (WHO, 2017).

A IH é definida pela portaria, Ministério da Saúde nº 2616, 13 de maio de 1998, como qualquer infecção adquirida após a admissão do paciente no hospital e que se manifesta durante a internação ou após a alta, quando puder ser relacionada com a internação ou com os procedimentos hospitalares. Pode ser classificada como infecção endógena: É a que verifica a partir de microrganismos do próprio paciente imunodeprimido. Corresponde a 2\3 das IH, infecção exógena: É adquirida a partir de microrganismos estranhos ao paciente, sendo veiculada pelas mãos da equipe de saúde, uso de



respiradores, por medicamentos ou alimentos contaminados, infecção cruzada: Transmitida de paciente a paciente.

No Brasil, o fato marcante aconteceu em 1983 com a publicação da portaria 196 do Ministério da saúde, neste período foi dada ênfase a capitação de recursos humanos e a obrigação de os hospitais criarem as comissões de controle de IH.

Considerando que o capítulo I artigo V e inciso III da lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990 estabelece como objetivo e atribuição do Sistema Único de saúde (SUS) à assistência a pessoas por intermédio de ações de proteção e recuperação de saúde com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

A relação entre medidas de higiene e transmissão da infecção é importante saber que somente no século XIV, compreendeu-se que o simples ato lavar as mãos entre o atendimento a um paciente e outro poderia diminuir significativamente o número de doenças nos hospitais.

Levando em conta os princípios do sistema Único de saúde (SUS), participação, universalidade, integralidade e a equidade de atenção em saúde e a política de humanização que valoriza os usuários e trabalhadores torna-se crucial que os profissionais apresentem postura frente a prevenção e controle das infecções.

Constata-se que as IH representam 3 a 4% do total de infecções nos ambientes hospitalares dos Estados Unidos, já no Brasil essa porcentagem representa 15,6% segundo estudos, 70% das IH são causados por germes endógenos e restantes, por exógenos, sendo essas últimas passíveis de prevenção (COUTO, 1998 apud MARTINI, 2004).

Os enfermeiros prestam serviços importantes aos pacientes, acompanhando sua evolução nas unidades de saúde, devem ter conhecimentos sobre os microrganismos, responsáveis pela IH e meios de inibir sua propagação, uma higienização correta das mãos, uso adequado de equipamento individual, contribuindo para o cuidado com o paciente.

A IH é um problema de saúde pública, já que 3% a 15% dos pacientes hospitalizados desenvolvem esta infecção (BORGES, BARATIERI, MONASTIER, BENDO, SILVA, 2012, p, 152), consiste na falta de informação e atualização dos enfermeiros, como devem intervir em situações de surtos, uso de equipamento individual inadequado, técnica de higienização das mãos inadequada, favorecendo a disseminação de microrganismos, descaso e aplicação de métodos inadequados no trabalho, contribuindo para levar as taxas de morbidade e mortalidade, aumentam os custos de hospitalização mediante o prolongamento da permanência e gastos com procedimentos diagnósticos e terapêuticos.

Torna-se essencial que o enfermeiro seja membro da equipe Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH), por atuar continuamente na assistência direta com o paciente e realizar procedimentos invasivos potencialmente contaminados, é visto como responsável pela profilaxia das infecções nosocomiais (DUTRA et Al., 2015).

O enfermeiro possui uma maior aproximação com as demais categorias, além de sua habilidade educativa, com respaldo do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), por meio da lei do exercício profissional de 7.498, de 25 junho de 1986, o enfermeiro é reconhecido como um membro importante na CCIH (BATISTA et all.,2012).

O ambiente hospitalar é considerado um local de trabalho insalubre, onde os profissionais e os próprios pacientes internados estão expostas a agressões de diversas naturezas, seja por agentes físicos, como radiações originárias de equipamentos radiológicos e elementos radioativos, seja por agentes químicos, como medicamentos e soluções, ou ainda por agentes biológicos, representados por microrganismos. Este estudo justifica-se pelo fato de proporcionar um maior conhecimento que irá convergir na assistência ao paciente no sentido de proporcionar segurança máxima.

Também se faz relevante frente a importância das ações que convergem em fortalecer o processo pertinente a educação continuada dos enfermeiros com medidas de prevenção e controle, visando evitar a ocorrência de IH

## **QUESTÕES NORTEADORAS**

- Quais as ações necessárias que o enfermeiro pode realizar no combate as infecções hospitalares?
- Qual a atuação do enfermeiro no controle da IH?

## **OBJETIVOS**

### **Objetivo Geral**

Identificar na literatura como as técnicas de prevenção podem contribuir para mudanças de comportamento dos enfermeiros no controle da infecção hospitalar.

### **Objetivos Específicos**

- Incentivar a prática correta de higienizar as mãos;
- Reforçar o uso adequado de equipamentos de proteção individual EPI'S);
- Refletir sobre a importância do manejo dos procedimentos invasivo

## **REVISÃO DE LITERATURA**

A teoria ambientalista desenvolvida por Florence Nightingale, apresenta como foco principal o meio ambiente, interpretado como todas as condições e influências externas que afetam a vida e o desenvolvimento de um organismo, capazes de prevenir, suprimir ou contribuir para a doença e a morte (MEDEIROS, LIROA E ENDERS, 2015 p. 519).

A preocupação de Nightingale com o ambiente hospitalar, enfatizava a comodidade do paciente com as condições locais, como por exemplo, a iluminação, a limpeza, o sanitário, a ventilação, a temperatura, atenção aos cuidados, odores, e os ruídos, priorizava a individualização do cuidado evitando dessa forma condições desfavoráveis aos pacientes.

Felix (2013) destaca a atuação de Nightingale a desenvolver a prática com suporte epidemiológico para a prevenção e controle de doenças infecciosas, numa época pré-bacteriológica, a qual ainda repercute nos dias de hoje, por meio de simples medidas, controlar a infecção e consequentemente diminuir a morbimortalidade.

A portaria nº 2616, de 12 de maio de 1998 do Ministério da Saúde traz a seguinte informação: dispõe sobre a obrigatoriedade da manutenção pelos hospitais de programa de Infecções Hospitalares.

Para tanto, torna-se essencial que o enfermeiro seja membro da equipe de CCIH (Comissão de controle de Infecção Hospitalar), pois por atuar continuamente na assistência direta com o paciente e realizar procedimentos invasivos potencialmente contaminados, é visto como responsável pela profilaxia e controle da IH (DUTRA et al, 2015).

A Educação Continuada é um conjunto de práticas usuais que objetivam mudanças pontuais nos modelos hegemônicos de formação e atenção à saúde. É “um processo que busca proporcionar ao indivíduo a aquisição de conhecimentos, para que ele atinja sua capacidade profissional e desenvolvimento pessoal, considerando a realidade institucional e sócia (SEIFFERT E SILVA, 2009).

É de grande importância destacar o uso da educação continuada através de manobras educacionais, garantindo então, um processo de assistência mais segura para o paciente, havendo a redução e o controle de IH.

O termo IH vem sendo substituído nos últimos anos pelos termos Infecções Relacionadas a Assistência da saúde (IRAS) no qual a prevenção e o controle das infecções passam ser consideradas para todos os locais onde se presta o cuidado e a assistência, inclusive hospital (PADOVEZE, FORTALEZA, 2014).

De acordo com a lei do exercício profissional, lei 7498 de junho de 1986, O enfermeiro tem privativamente dentre outras funções cuidados diretos de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas.

Decisão COFEN N°0219\2018 Art.1° aprovar a análise do pedido de registro da Associação Brasileira dos profissionais em controle de Infecções e Epidemiologia Hospitalar.

Um dos princípios fundamentais da enfermagem segundo o COFEN art 3°, o profissional enfermeiro respeita a vida, a dignidade e os direitos da pessoa humana, em todo o seu ciclo vital, sem discriminação de qualquer natureza, além de ser de sua responsabilidade decorrentes de imperícia, negligência ou imprudência.

“Desse modo nota-se que a presença do Enfermeiro é indispensável para a segurança é assistência do paciente importante que haja um trabalho em equipe para a prevenção e controle da IH” (CARDOSO, 2004).

Ações sistematizadas pelo enfermeiro contribuem para a prevenção do controle da IH, além do profissional estar atualizando os seus conhecimentos, sobre a verdadeira importância da lavagem das mãos, uso correto de EPI'S, importância dos procedimentos invasivos, higiene oral, o seu envolvimento com a assistência de qualidade, em virtude das transformações tecnológicas e novas descobertas da ciência no controle da IH.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, do tipo descritivo. A partir de artigos científicos indexados no Google Acadêmico, na plataforma Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e com a base de dados da Scielo.

O levantamento dos artigos deu-se em: Revistas multidisciplinar em saúde, Revista prevenção de infecção e saúde, Brazilian journal of production engineer, UNICEUB, Brazilian journal of development, Revista saúde coletiva e Revista oficial do conselho federal de enfermagem. Utilizou-se os seguintes descritores dispostos no DECS: Enfermagem, infecção hospitalar, cuidado, controle e prevenção.

Como critério de inclusão foram selecionados artigos da íntegra publicado nos últimos 6 anos e que atendem aos objetivos da pesquisa. Foram selecionados 10 artigos com anos de publicação entre 2016 a 2021 sendo utilizados 8 artigos, sendo excluídos os demais por não atingir os parâmetros descritivos da pesquisa.

Como critérios de exclusão, identificamos 02 artigos que não contemplou a temática central da pesquisa.

De acordo com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, ou seja, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Para Conforto et al (2014), a revisão bibliográfica é um organismo de várias ideias de outros autores, erguendo um debate sobre o problema em questão que resulta numa consideração final. É considerada um passo inicial para qualquer pesquisa científica e destaca que a abordagem de análise e estratégia adotada na condução de uma revisão bibliográfica não tem recebido a devida atenção, em especial nos temas que são considerados emergentes.

**Quadro 1:** Artigos científicos selecionados para discussão de acordo com os descritores.

Título	Autores	Revista	Ano de publicação	Resumo	Categoria
A importância da lavagem das mãos no controle da infecção hospitalar	FILHO, J.A.M.D; SANTANA, S.T.M.S; SOBRINHO, J.F	Revista multidisciplinar em saúde	2021	As mãos humanas são veículos que podem transmitir diversas doenças, dessa forma entender a importância e o incentivo das lavagens das mãos é fator crucial na luta pelo controle de infecções hospitalares.	1
Ações de prevenção e controle de infecção em hospitais	MOURÃO, M.F.R; CHAGAS, D.R	Brazilian journal of development	2020	Trata-se de um artigo de revisão crítica da literatura tendo como objetivo destacar aspectos conceituais sobre a infecção hospitalar de interesse para o cuidado de enfermagem, evidenciando os fundamentos que norteiam a compreensão deste fenômeno de indiscutível importância epidemiológica para a assistência à saúde.	1
Utilização de Equipamento de proteção individual pela equipe de enfermagem em um hospital público em Imperatriz-MA: um levantamento estatístico	SILVA, C.E.D; SANTOS, I.L; CAVALGNA, A.C, A.L.O; GORDON, A.S.A; CARNEIRO, O.I.C.C; ARAÚJO, F.T.M.A; GOMES, J.M.S	Brazilian journal of Production Engineering	2019	Os equipamentos de proteção individual (EPIs) são materiais importantes para a prevenção de acidentes. A proteção da pele, das mucosas, olhos, ouvidos, as roupas dos profissionais em sua atividade laboral, são fatores relevantes, devido o constante contato desses profissionais com agentes patogênicos.	2

Um estudo sobre a importância do Enfermeiro na orientação da utilização dos equipamentos de proteção individual –EPIS	COSTA, C. S; VALADÃO, C.S; ALVES, L.L	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação	2021	A importância do uso de equipamentos de uso de proteção individual por partados profissionais da enfermagem. Uma abordagem sucinta sobre o porque o uso de tais equipamentos são de fundamentais importâncias não apenas para os profissionais de enfermagem, mas para todos os que dependem de serviços de saúde.	2
Atuação do enfermeiro no controle de infecção hospitalar e segurança do paciente	FERREIR A, V.L.P	Saúde coletiva	2021	trata-se de um artigo de atualização com objetivo destacar a Atuação do Enfermeiro no Controle de Infecção Hospitalar e Segurança do Paciente, evidenciando os fundamentos que norteiam a compreensão deste fenômeno de indiscutível importância epidemiológica para assistência saúde.	3
Infecções hospitalares relacionadas a procedimentos invasivos em unidades de terapia intensiva: revisão integrativa	SOUSA, M.A.S; NASCIMEN O, G.C; BIM, F.L; OLIVEIRA, L.B; OLIVEIRA, A.D.S	Revista prevenção de infecção saúde (REPIS)	2017	O uso de procedimentos invasivos, principalmente neste ambiente contribui significativamente para a ocorrência da infecção, justificando a existência de diversas topografias Infecciosas (urinária, respiratória, sítio cirúrgico, corrente sanguínea)	3
Florence Nightingale e as suas contribuições para o controle das infecções Hospitalares	MARTINS, D.F; BENITO, L.A.O.	UNICEUB	2021	Por meio do presente estudo, foram percebidas as contribuições de Florence Nightingale no combate e controle aos processos de infecção hospitalar, influenciando, inclusive, na	4

				administração e arquitetura hospitalar, em âmbito internacional, sendo reconhecida por profissionais de saúde e de outras áreas do conhecimento.	
A teoria ambientalista no ensino e na prática profissional em enfermagem: uma revisão integrativa	SILVEIRA-ALVES, A; SEPP, V.J; LOUREIRO, L.H; SILVA, I.C. M	Revista Práxis	2021	A Teoria Ambientalista é uma teoria desenvolvida por Florence Nightingale em sua participação na Guerra da Crimeia em 1854. Sua teoria tinha como foco o meio ambiente relatando que todas as condições do meio podem influenciar o processo de saúde. Sua teoria conceitua que o ambiente influencia diretamente a recuperação de seu paciente, então a teoria preconiza os fatores ideais para a organização do seu ambiente são eles: ventilação, iluminação, limpeza, ruídos, odores e alimentação.	4

Fonte: Elaborado pelos autores, 2021

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações coletadas serão apresentadas com intuito de favorecer e facilitar a visualização dos resultados e respondem aos objetivos propostos na pesquisa.

Os estudos foram organizados em quatro categoriais, dentre eles: Categoria 1: A prática correta de higienizar as mãos; categoria 2: Uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPI'S) ; categoria 3: A importância do manejo dos procedimentos invasivos; categoria 4: Controle das infecções hospitalares.

### CATEGORIA 1: A PRÁTICA CORRETA DE HIGIENIZAR AS MÃOS.

A primeira categoria foi realizada com base em um artigo intitulado: *“A importância da lavagem das mãos no controle da infecção hospitalar”* e *“Ações de prevenção e controle de infecção em hospitais.”*

O primeiro estudo intitulado “*A importância da lavagem das mãos no controle da infecção hospitalar*” refere-se a prática de higienização das mãos é considerada como os pilares para prevenção e controle da IH, é a forma mais simples barata, e eficaz de reduzir o risco de contaminação e aumentar a segurança do paciente, para melhorar os índices de qualidade de higienização das mãos todos os esforços devem ser tomados, como lembretes de higienização, orientações para impedir a disseminação de doenças, a lavagem das mãos é uma ação simples que deve ser Incentivada, deve ser realizada de forma eficaz e frequente, proporcionando uma melhor qualidade de vida, proteção contra organismos e prevenção da transmissão de doenças, vídeos, cartazes ou adesivos em ambientes críticos de maior trânsito de pessoas, utilização de água e sabão para reduzir a população microbiana presentes nas mãos, aplicação de anti-sépticos com base alcoólica para reduzir ainda mais os riscos de transmissão, discutir e estudar casos de IH para demonstrar que não higienizar as mãos vai eventualmente causar a morte de pacientes. Com isso, Filho et al (2021) reforçam que :

A lavagem das mãos é uma ação simples que deve ser incentivada com capacitações, e que deve ser realizada de forma eficaz e frequente, proporcionando uma melhor qualidade de vida, proteção contra organismos e prevenção da transmissão de doenças infectocontagiosas (FILHO, et al., 2021).

É necessário o desenvolvimento de ações de controle contra as IH para o combate de novos casos. Com isso, nota-se a importância de desenvolver projetos de extensão apoiados pela CCIH da unidade hospitalar, para melhorar os índices de qualidade de higienização das mãos, todos os esforços devem ser tomados a fim de aumentar o número de profissionais que lavam suas mãos em todas as situações obrigatórias.

O segundo estudo intitulado “*Ações de prevenção e controle de infecção em hospitais*” reforça foco principal que é mostrar que a responsabilidade pelo controle de infecção é da equipe de saúde. Destaca-se a formação profissional com foco na cultura. A prevenção é uma condição necessária para implementar o controle da prevenção de infecções, destacando o importante papel do enfermeiro no desenvolvimento utilizando ações de prevenção e controle de infecção e educação permanente como estratégia e implementação de medidas eficazes para buscar a qualidade do atendimento. De acordo com Mourão et al (2020):

A maioria das IH manifesta-se como complicações de pacientes gravemente enfermos, em consequência da hospitalização e da realização de procedimentos invasivos ou imunossupressores a que o doente, correta ou incorretamente, foi submetidos. Algumas IH são evitáveis e outras não. Infecções preveníveis são aquelas em que se pode interferir na cadeia de transmissão dos microrganismos. A interrupção dessa cadeia pode ser



realizada por meio de medidas reconhecidamente eficazes como a lavagem das mãos, o processamento dos artigos e superfícies, a utilização dos equipamentos de proteção individual, no caso do risco laboral e a observação das medidas de assepsia (MOURÃO, et al, 2020).

A implementação de estratégias eficazes de prevenção de infecções hospitalares é um tema relacionado que precisa ser abordado no setor de saúde. Isso porque se trata de um desafio significativo, principalmente pela capacidade do problema de aumentar a mortalidade dos pacientes e pela capacidade das equipes colaborativas em adquirir doenças decorrentes das atividades laborais.

A lavagem das mãos tornam-se essenciais para quebra dessas cadeias de infecção, impedindo a propagação desses microrganismo. O enfermeiro deve estar capacitado para prestar cuidados mais livre de riscos de infecções sempre com cautela e utilizando os EPIs como prevenção de IH.

## **CATEGORIA 2: USO ADEQUADO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S).**

A segunda categoria foi construída com base em um artigo intitulado: “Utilização de equipamento de proteção individual pela equipe de enfermagem em um hospital público em Imperatriz-MA” e “Um estudo sobre a importancia do enfermeiro na orientação da utilização dos equipamentos de proteção individual – EPIs”

O primeiro estudo esntitulado “*Utilização de equipamento de proteção individual pela equipe de enfermagem em um hospital público em Imperatriz-MA*” refere-se ao uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPI'S), são importantes para a proteção da pele, das mucosas, olhos, ouvidos, precauções fundamentais para proteger o profissional de saúde a aquisição a microrganismo patogênico, sendo de extrema importância o uso dos EPIs. Uso adequado de proteção individual (EPIs) é uma excelente barreira de prevenção da contaminação por microrganismos, usar máscaras e óculos ou escutado facial quando houver riscos de contaminar com respingos de sangue, secreções, não usar o mesmo avental para cuidar de outro doente nem transitar com eles pelos corredores, utilizar máscaras, luvas, jalecos bem higienizados, os equipamentos de uso pessoal não devem ser compartilhados, cada enfermeiro deve ter uso exclusivo de suas roupas, investindo no uso de EP'IS diminui a chance de transmissão e facilita a higienização do dia a dia. Com isso, Silva et al (2019) reforçam que:

Os Equipamentos de Proteção Individual são de grande importância para todos os trabalhadores durante o seu período laboral, seu uso é regulamentado por legislação própria, sendo considerada responsabilidade do

empregador o fornecimento dos equipamentos e obrigação do empregado sua utilização durante o período de trabalho. A equipe de enfermagem presta cuidados a várias pessoas, podendo entrar em contato direto com portadores e transmissores de doenças infectocontagiosas, portanto, faz-se necessário o conhecimento dos profissionais de saúde quanto ao uso dos EPIs (SILVA et al., 2019).

Os equipamentos de proteção individual são materiais de extrema importância para os profissionais na prevenção de acidentes, proteção da pele, olhos, mucosas, a necessidade de maior conscientização na utilização dos EPIs tornando os menos suscetíveis aos riscos a própria saúde, proporcionando ainda a qualidade no atendimento e evitando possíveis contaminações entre profissional e pacientes.

O segundo estudo intitulado *“Um estudo sobre a importância do enfermeiro na orientação da utilização dos equipamentos de proteção individual – EPIs”* reforça a importância do uso do EPI para segurança do paciente e do próprio profissional. O uso de equipamentos de proteção individual é essencial para garantir a saúde e proteção dos trabalhadores e evitar consequências negativas em acidentes de trabalho. Além disso, os EPIs são utilizados para garantir que os profissionais não sejam expostos a doenças ocupacionais que possam prejudicar sua capacidade de trabalhar e viver durante a fase ativa do trabalho e após o trabalho. Costa et al (2021) diz que:

No que diz respeito ao uso adequado dos EPIs, sabe-se que a supervisão do enfermeiro e as ações de educação quanto ao uso e manuseio dos mesmos deve ser permanente e direcionada para todos que estão em um ambiente propício a contaminações, porém o destaque para o corpo de enfermagem deve ser ainda maior, pois a enfermagem é uma peça elementar neste “tabuleiro” complexo que é a prevenção de contaminantes em um ambiente hospitalar (COSTA et al, 2021).

Os riscos em ambientes hospitalares ou nos quais os profissionais de enfermagem atuam fazem parte do cotidiano desses profissionais. Para cuidar da saúde dos pacientes, não basta ter a formação certa para a área: a proteção é fundamental. Por isso, o cuidado com os equipamentos de proteção individual é obrigatório e muito importante para a condução das atividades.

No entanto, a escolha correta do equipamento é crucial. O uso ou fornecimento de EPI inadequados coloca os trabalhadores em risco imediato, o que é muito perigoso para sua integridade física.

Além disso, expõe o empregador a riscos legais, pois assim não cumprirá suas obrigações como empresário. Uma delas é fornecer equipamentos adequados para riscos quando necessário.

### **CATEGORIA 3: A IMPORTÂNCIA DO MANEJO DOS PROCEDIMENTOS INVASIVOS.**

A terceira categoria foi construída a partir de um artigo estipulado: *“Infecções hospitalares relacionadas a procedimentos invasivos em unidades de terapia intensiva”* e *“Atuação do enfermeiro no controle de infecção hospitalar e segurança do paciente”*.

O estudo intitulado faz refletir sobre a importância do manejo dos procedimentos invasivos, o uso de procedimentos invasivos nas UTIs contribui na ocorrência das IHS por conta da existência de múltiplas topologias infecciosas, sendo de grande importância ter um manejo mais adequado para evitar a propagação desses microrganismos. Nas unidades de terapia intensivas, o paciente se submete a mais de um tipo de procedimento, aumentando o risco de adquirir uma infecção, por isso, o profissional deverá ficar atento, como no cateterismo urinário, realizando trocas para evitar propagação. Com isso Sousa et al (2017) afirmam que:

Acredita-se ser necessário mais estudos sobre o tema, para que este conhecimento possa contribuir no esclarecimento do acometimento de infecções em Unidades de Terapia Intensiva, destacando fatores de riscos associados às infecções, para que com isso possam ser elaboradas estratégias de prevenção de agravos relacionados as IRAS (SOUSA et al., 2017).

A necessidade de utilizar procedimentos invasivos é necessária para a manutenção da vida, esta atividade deverá ser realizada pelo profissional com extrema prudência, respeitando todas as técnicas de assepsia, prestando todos os devidos cuidados evitando a contaminação do paciente pelo dispositivo, principalmente pacientes com longa permanência, ventilação mecânica, cateterização urinária, intubação traqueal, buscando sempre pela excelência na assistência e diminuindo as ocorrências de IH.

### **CATEGORIA 4: CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES**

A quarta categoria foi realizada com base em um artigo intitulado: *“Florence Nightingale e a suas contribuições no controle das infecções hospitalares.”* e *“A teoria ambientalista no ensino e na prática profissional em enfermagem : uma revisão integrativa.”*

Percebemos a importância de Florence no combate contra as IHS. Florence Nightingale além de ser a matriarca da enfermagem, ela foi uma grande contribuinte na batalha contra as infecções, com a criação da teoria Ambientalista. Nightingale se preocupava com ambiente querendo favorecer um local mais adequado para seus pacientes. A visão de Nightingale teve

como objetivo priorizar a provisão de um ambiente estimulante para o desenvolvimento da saúde do paciente.

Em 1860, Nightingale enfatizou a importância da higiene, limpeza e padrões de cuidados e sanitário, a fim de evitar as infecções hospitalares, porém mesmo com todos esses anos ainda encontram-se infecções em hospitais e outros serviços de saúde, no qual permeiam uma grande preocupação para os serviços de saúde (GILL, 2016).

A importância da teoria ambientalista, tem se evitado milhares de mortes por infecções hospitalares e contaminações devido à falta de um ambiente adequado e a falta de higiene básica, que nos leva às preocupações higiênicas “ar puro, água pura, drenagem eficiente, limpeza e luz”, cinco pontos que são essenciais na observação de um ambiente saudável.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É necessário refletir sobre todas as estratégias possíveis que possam contribuir para mudanças do atual panorama que se apresenta, os enfermeiros deve ter conhecimento sobre os microrganismos e meios para inibir sua propagação, contribuindo para o cuidado com o paciente, implantem diretrizes e ações contínuas para prevenir, controlar, reduzir e eliminar riscos, por meio de rotinas de trabalho adequado, vigilância constante, a higienização das mãos, continua sendo a atitude mais eficaz na interrupção da transmissão de microrganismos ao indivíduo.

Acreditamos ainda que não basta investimentos em altas tecnologias em saúde sem considerar a importância de se investir no potencial humano como um elemento fundamental no controle da IH, garantindo uma assistência segura e qualificada que minimize a permanência na internação, o sofrimento dos pacientes e de suas famílias, é importante que haja parceria entre o enfermeiro assistencial e o enfermeiro da CCIH e participe ativamente na prevenção e faça alertas sobre possíveis surtos e realize ações de revisão e treinamentos de rotinas de trabalho e na decisão sobre as medidas a serem tomadas no caso de aumento no número de casos ou de gravidade das infecções, ações de controle de infecções serão ineficazes, se ficarem apenas na detecção e registro dos casos é essencial que os dados sejam registrados, organizados em forma de gráficos evolutivos e divulgados para toda a equipe envolvida na assistência, facilitando na identificação de surtos ou período de piora da qualidade do cuidado, indicando a necessidade de aprofundar o treinamento em medidas de controle até mesmo nas rotinas técnicas de trabalho.

Diante dos resultados propostos espera-se que o estudo possa contribuir para o ensino de enfermagem sabemos que o ambiente hospitalar é considerado um local de trabalho insalubre, onde os profissionais e os

próprios pacientes estão expostos, a importância das ações que convergem fortalecer com medidas de prevenção e controle, visando evitar a ocorrência de IH, em todo e qualquer serviço de saúde a presença do enfermeiro se faz necessário pelo fato de reconhecerem as reais necessidades do hospital e dos pacientes, que muito se dedicam ao cuidado e estão próximos aos enfermos constatemente.

## REFERÊNCIAS

BORGES, G.L.; BARATIERI, T.; MONASTIER, C. A.; BENDO, J.; SILVA, M. S.; PAGLIARINI, W. M. A.; INFECÇÃO HOSPITALAR NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO; Maringá-PR- Brasil; disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4836/483648962022.pdf>;

BRASIL. Portaria nº2616 de 13 de maio de 1998. Diário oficial da república federativa do Brasil, 15 de maio de 1998.

CARDOSO, R. S.; SILVA, M. A. A percepção dos enfermeiros acerca da comissão de infecção hospitalar: desafios e perspectivas. Texto contexto – enferm, Florianópolis, v.13, no.spe, p.50-7, 2004.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. Roteiro Para Revisão Bibliográfica Sistemática: Aplicação no Desenvolvimento de Produtos e Gerenciamento de Projetos. Trabalho apresentado, n. 8, 2011

COUTO, PEDROSA e NOGUEIRA, Infecção Hospitalar e outras complicações não infecciosas da doença. Editora MEDSI; cap. 1-2 pag.3-28. 2004;

DUTRA, G.G.; COSTA, M.P.; BOSENBECKER, E.O.; LIMA, L.M.; SIQUEIRA, H.C.H.; CECAGNO, D. Nosocomial infection control: role of ther nurse. J. res.: fundam. Care. Online 2015, jan/marc. 7(1): 2159-2168.

FELIX, A. M. S. Fatores individuais, laborais e organizacionais à adesão às precauções- padrão de profissionais de enfermagem em uma instituição privada. Journal of Infection Control, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 106- 111, abr. 2013

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Ed. Atlas S.A, 2008.

OLIVEIRA, Rosangela de; MARUYAMA, Sônia Ayako Tao. Controle de infecção hospitalar: histórico e papel do estado. Revista Eletrônica de Enfermagem, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 1-18, 30 set. 2008. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v10.46642>:

SILVEIRA-ALVES, Aline; SEPP, Valquíria Jorge; LOUREIRO, Lucrecia Helena; SILVA, Ilda Cecilia Moreira da. A TEORIA AMBIENTALISTA NO ENSINO E NA PRÁTICA PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM: uma revisão integrativa. Revista Práxis, [S.L.], v. 13, n. 25, p. 1-2, 24 jun. 2021. Fundacao Oswaldo Aranha - FOA. <http://dx.doi.org/10.47385/praxis.v13.n25.2982>.

PADOVEZE, M. C., FORTALEZA, C. M. B. Health-care-associated infections: challenges to public health in Brazil. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 48, n. 6, p. 995-1001, out. 2014. Doi: 10.1590/s0034- 8910.2014048004825.

WHO, World Health Organization, Prevenção e controle de infecção; <https://www.who.int/teams/integrated-health-services/infection-prevention-control>, 2017; Acesso em: 09 de novembro de 2021

COSTA, Christiane Santana; VALADÃO, Cinthya Silva; ALVES, Larissa Luz. UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO NA ORIENTAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPIS. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S.L.], v. 7, n. 10, p. 1222-1240, 31 out. 2021. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. <http://dx.doi.org/10.51891/rease.v7i10.2658>.

**Amanda Paixão Chipoleschi**

Graduada no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Marianne Carvalho Saraiva**

Graduada no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Tainá Santos Silva**

Graduada no Curso de Enfermagem pelo  
Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

**Fabiana Ferreira Koopmans**

Docente do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)

## RESUMO

Estudos sobre as questões oncológicas vêm ganhando cada vez mais destaque na sociedade, principalmente direcionados ao desenvolvimento de inovações frente à possibilidade de tratamento, acompanhamento e cura. Tem como objetivo evidenciar a funcionalidade das práticas de enfermagem voltadas para a detecção precoce de câncer de mama em mulheres na Atenção Básica. A enfermagem tem uma crucial importância para garantia da assistência integral e de qualidade e aprendizagem, na detecção desenvolvimento de seus conhecimentos na educação em saúde, bem como ter sensibilidade e capacidade frente às demandas referentes a saúde da mulher no contexto da atenção básica. Trata-se de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, do tipo descritivo, foi realizado no período de agosto novembro de 2021 nas bases de LILACS, SCIELO, BDNF e BIREME, disponível na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). Como critérios de inclusão, foram selecionados os artigos na íntegra publicado nos últimos 05 anos contemplando o recorte temporal de 2017 a 2021 e que atendam aos objetivos da pesquisa. Os resultados foram divididos em quatro categorias para promover a reflexão sobre o papel dos profissionais de enfermagem nas ações de educação em saúde e fatores que dificultam adesão ao tratamento do câncer de mama. A primeira categoria descreve importância do profissional de saúde no que se refere ao câncer de mama. Na segunda categoria, com o objetivo de dificuldades na adesão ao tratamento do câncer de mama, na terceira categoria aborda lacunas na educação do enfermeiro sobre a detecção do câncer de mama e na quarta categoria fatores que de impedimento na detecção precoce do câncer de mama. Conclui-se que relação ao papel do enfermeiro no diagnóstico precoce da neoplasia mamária são efetivos mediante reeducação na informação e conhecimento ofertados por este e sua responsabilidade frente à diminuição da desigualdade presente no Brasil que reflete na assistência e acesso ao sistema de saúde, efetivando

um dos principais pilares do SUS a integralidade. Evidenciar as ações educativas nas práticas de enfermagem realizadas no âmbito da Atenção Básica à Saúde, voltadas para a detecção precoce de câncer de mama em mulheres.

**Palavras-chave:** Câncer de Mama; Rastreamento; Enfermagem.

## INTRODUÇÃO

Estudos sobre as questões oncológicas vêm ganhando cada vez mais destaque na sociedade, principalmente direcionado ao desenvolvimento de inovações frente à possibilidade de tratamento, acompanhamento e cura.

Segundo Atty e Tomazelli (2018), o câncer emerge como problema de saúde pública que cada vez mais requer políticas que visem contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos usuários com câncer, por meio de ações de promoção, prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno, e a possibilidade de reduzir a incidência de certos tipos de câncer.

Por certo, o câncer é o principal problema de saúde pública no mundo, e o segundo mais incidente é o câncer de mama (2,1 milhões). Observando o cenário, estima-se que 66.280 casos novos de câncer de mama, para cada ano do triênio 2020 – 2022, correspondem a um risco estimado de 61,61 casos novos a cada 100 mil mulheres (BRASIL, 2020).

Apesar dos números terem aumentado, ao contrário do que muitos acreditam, o perfil dessas mulheres muda com o passar dos anos. Uma parte dela é formada por mulheres jovens, entretanto, a maioria dos estudos conduziu casos de doenças mais graves, de modo que o mau prognóstico é afetado por fatores como baixa conscientização do usuário e / ou preparo médico insuficiente entre as idades de 40 – 49 anos.

Segundo INCA (2017), entre a população feminina, o câncer de mama tem sido considerado o tipo mais comum no Brasil e no mundo. Sua taxa de mortalidade permanece em ascendência, havendo necessidade, cada vez mais, de investimentos em ações e serviços que possibilitem o diagnóstico precoce e início oportuno do tratamento da doença.

Quanto ao controle do câncer de mama no Brasil, os primeiros relatos datam do final da década de 1970 com a chegada dos primeiros mamógrafos, porém as ações de controle deste câncer tiveram seu marco histórico no início da década de 1980, com o lançamento do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). As técnicas se limitavam, no entanto, ao exame clínico das mamas (ECM) e ao autoexame das mamas (OHL et al., 2016).

Conforme destacam Mamede & Assis (2016), a questão que converge à assistência à mulher no Brasil, em relação a esta neoplasia, refere-se às altas taxas de mortalidade justificadas por diagnósticos da doença em estágios avançados; pois quanto mais avançada a doença, maiores as intervenções a serem realizadas e ao considerar a sobrevida das pacientes.



Na Política de Saúde brasileira algumas ações têm sido desenvolvidas de modo a atender a demanda das mulheres com câncer de mama em todos os níveis de atenção, contudo, ainda é muito baixa a prioridade atribuída às mulheres com prevalência a câncer de mama nas políticas.

Porém, ainda é muito baixa a prioridade atribuída às mulheres predisposição a câncer de mama nas políticas públicas assistenciais. Apesar de alguns avanços estarem presente nos serviços de atenção básica é possível perceber agravamento e, conseqüentemente, dificuldade da percepção da importância da educação da mulher para investigação diagnóstica. (INCA, 2021).

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância da atuação do enfermeiro, pois ele deve estar preparado tanto para as questões assistenciais como para o desenvolvimento de seus conhecimentos na educação em saúde; bem como ter sensibilidade e capacidade frente as demandas referentes a saúde da mulher no contexto da atenção básica.

A pesquisa foi motivada pelo desejo de contribuir com a diminuição dos agravos à saúde da mulher e conscientização para o controle do câncer de mama no processo dinâmico assistencial de enfermagem na detecção precoce; visto que rastreamento precoce possibilita o tratamento eficaz, aumentando assim as oportunidades de cura e a qualidade de vida, minimizando seus riscos e adotando novos comportamentos e hábitos de vida, baseados na educação em saúde e saúde coletiva resolutiva.

## **Questões norteadoras**

Quais são as ações educativas que os profissionais de enfermagem na Atenção Básica à Saúde realizam para a detecção precoce do câncer de mama em mulheres?

## **Objetivos**

### **Objetivo geral:**

Evidenciar as ações educativas nas práticas de enfermagem realizadas no âmbito da Atenção Básica à Saúde, voltadas para a detecção precoce de câncer de mama em mulheres.

## **Justificativa**

O trabalho justifica-se pela relevância do câncer de mama entre mulheres relacionadas à faixa etária, por estar associada a uma escassez de rastreamento na Atenção Básica. A detecção precoce do câncer de mama emerge como um grande desafio que a saúde pública ainda enfrenta. Neste contexto. É provável que esse fator afete o aumento de casos associados à

questão eminente do risco de doenças, como idade, fatores endócrinos, história reprodutiva, comportamento, ambiente e fatores genéticos.

## REVISÃO DE LITERATURA

Conforme a historiografia, nota-se aumento das doenças e agravos na saúde da população brasileira. Tendo em vista, sobretudo, que o câncer é uma doença crônica e continua sendo um dos principais fatores de mortalidade no Brasil. É imperioso que haja políticas públicas para a promoção da saúde das mulheres, principalmente as que vivem em vulnerabilidade socioeconômica.

Segundo Bray et al (2018) câncer é o principal problema de saúde pública no mundo e já está entre as quatro principais causas de morte prematura (antes dos 70 anos de idade) na maioria dos países. A incidência e a mortalidade por câncer vêm aumentando no mundo, em parte pelo envelhecimento, pelo crescimento populacional, como também pela mudança na distribuição e na prevalência dos fatores de risco de câncer, especialmente aos associados ao desenvolvimento socioeconômico. Verifica-se uma transição dos principais tipos de câncer observados nos países em desenvolvimento, com um declínio dos tipos de câncer associados a infecções e o aumento daqueles associados à melhoria das condições socioeconômicas com a incorporação de hábitos e atitudes associados à urbanização (sedentarismo, alimentação inadequada, entre outros).

Embora a alta incidência e a mortalidade por meio do câncer sejam centrais à maneira como a sociedade com ele interage e o representa, esse 'enquadramento' se liga também a uma série de negociações entre medicina, saúde pública e sociedade. Estas, ao longo do século XX, deram origem a uma representação, que relacionou o câncer ao grau de civilização e ao desenvolvimento da nação e, de certa maneira, ajudaram a formatar e dar sentido ao processo de significação do câncer hoje existente (NETO et al., 2017).

Pinheiro et al (2013) relatou que no Brasil, mulheres jovens com câncer de mama apresentam estadiamento avançado ao diagnóstico. Aquelas muito jovens (<35 anos) apresentam doença ainda mais avançada e pior resposta terapêutica que aquelas entre 35 e 39 anos.

Destacando a importância a esses acontecimentos, buscou-se a necessidade de saber qual local ocorre às incidências, pois qual ambiente há um índice maior de casos que conforme destaca Souza et al (2017) a incidência de casos novos de câncer de mama em mulheres jovens tem aumentado nos últimos anos, principalmente no ambiente hospitalar. Observa-se aumento da demanda de procedimentos cirúrgicos como mastectomia e quadrantectomia ou tratamentos como quimioterapia, radioterapia e fisioterapia.

Souza et al (2017) acredita que as taxas de mortalidade por câncer de mama continuam elevadas porque a doença segue sendo diagnosticada em estágios avançados. Na tentativa de diminuir esses índices, algumas pesquisas apontam a necessidade de conhecer o perfil socioeconômico e demográfico e os fatores de risco das mulheres acometidas por tumores de mama, uma vez que as peculiaridades de crenças religiosas e culturais podem influenciar na maior ou menor aderência terapêutica.

O aumento da incidência de mortalidade de câncer de mama é diretamente proporcional às mudanças nos padrões demográficos, como o envelhecimento populacional e o desenvolvimento econômico. [...] Diante da estimativa crescente de casos de câncer, para que seja possível o diagnóstico e o tratamento precoce, devem ser considerados fatores desde a oferta de serviços até o acesso oportuno (SOUSA et al, 2019).

O Ministério da Saúde, na portaria n.º Portaria GM/MS nº 3.712, de 22 de dezembro de 2020, institui, em caráter excepcional, incentivo financeiro federal de custeio para o fortalecimento do acesso às ações integradas para rastreamento, detecção precoce e controle do Câncer no Sistema Único de Saúde.

Na perspectiva da realização do rastreamento do câncer de mama no âmbito da unidade de saúde, observou-se que, na prevenção secundária do câncer de mama, o enfermeiro e o médico desempenham papéis importantíssimos na intensificação das ações (SOUSA, et al, 2019).

Cruz et al (2019) ressalta a necessidade de maior esclarecimento sobre os métodos de prevenção secundária por meio do diagnóstico precoce, pois o autoexame refere-se a atenção primária no qual é lembrado entre as mulheres devido as intensas campanhas na mídia. Evidencia também o conhecimento adequado para a autonomia da mulher para solicitar o exame clínico nas mamas numa consulta de rotina como mamografia, quando indicada.

Gradativamente, toma-se conhecimento, a importância do rastreamento do câncer de mama nas mulheres, principalmente a respeito das mulheres em situação de risco e vulnerabilidade, o Brasil é marcado pela desigualdade de oferta de assistência especializada, contudo, por meio das políticas aplicadas voltadas para as mulheres, pode-se afirmar que o país vem abrandando os problemas diários dessa assistência. O câncer de mama não tem uma causa única, diversos fatores estão relacionados ao aumento do risco de desenvolver a doença, tais como: idade, fatores endócrinos / história reprodutiva, fatores comportamentais / ambientais e fatores genéticos / hereditários (ADAMI et al., 2008).

Na tentativa de diminuir esses índices, algumas pesquisas apontam a necessidade de conhecer o perfil socioeconômico e demográfico e os fatores de risco das mulheres acometidas por tumores de mama, uma vez que as peculiaridades de crenças religiosas e culturais podem influenciar na maior ou menor aderência terapêutica (SOUZA, N. H. A. et al. 2017).

Atualmente, o câncer de mama é um desafio que atinge a sociedade brasileira e no mundo. Algumas políticas de saúde brasileira vêm desenvolvendo ações de modo a atender a demanda das mulheres com câncer de mama em diversos níveis de atenção, dentre eles, promoção, prevenção, detecção precoce, tratamento e cuidados paliativos. Entretanto, a prioridade concedida às mulheres com prevalência a câncer de mama nas políticas assistenciais ainda é muito baixa. Ocasionalmente, nota-se pouca capacitação para atender a faixa etária mais nova, apesar o alto risco de câncer de mama relacionada a forte pré-disposição decorrente a mutações genéticas, entretanto, resulta na visibilidade de problemas relacionado ao intervalo de idades e demonstrando pressa e orientações não compreendidas pelo usuário referente aos sinais e sintomas suspeitos de câncer de mama, resultando na prestação de serviços sem qualidade e responsabilidade (INCA,2021).

Salienta-se que o caminho percorrido pelas mulheres acometidas pelo câncer de mama envolve facilidades e dificuldades, envolvendo o acesso aos serviços médicos, o relacionamento com os profissionais e a capacidade de superação. Para se tornar uma pessoa positiva nesse processo, também é importante entender o seu diagnóstico. Enfatiza a importância de profissionais e órgãos de saúde se preparar para atender as mulheres que sofrem com o adoecimento, pois apoio e orientação são essenciais para sua recuperação.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, do tipo descritivo. A partir de artigos científicos indexados na plataforma Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Para Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, ou seja, material oficialmente publicado. São constituídos principalmente de livros e artigos científicos.

A abordagem qualitativa responde às questões particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível subjetivo da realidade que não pode ser quantificada com atitudes, busca compreender a relação, o significado, assim, a percepção e a interpretação das relações dos processos e fenômenos (MINAYO, 2010).

A pesquisa descritiva se atribui por descrever as características de uma determinada população ou fenômeno. Reside do uso de técnicas para coleta de dados de acordo com observações sistemáticas (GIL, 2008).

Foram obtidas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas seguintes bases de dados: SciELO, LILACS e MEDLINE. Utilizaram-se os seguintes descritores dispostos no DECS: câncer de mama, rastreamento e enfermagem, sendo selecionados que convergiram para os objetivos da pesquisa.

Como critérios de inclusão foram selecionados os artigos na íntegra, publicado nos últimos 05 anos, contemplando o recorte temporal de 2017 a 2021 e que atendam aos objetivos da pesquisa.

Como critérios de exclusão ressalta-se os artigos sob forma de resumo, duplicados nas bases de dados e fora do corte tempo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segue abaixo um quadro com os principais achados dos artigos selecionados.

**Quadro 1.** Artigos científicos selecionados para discussão de acordo com os descritores.

Título do artigo	Autores	Revista	Ano de publicação	Resumo	Categoria
Conhecimento, atitude e prática de enfermeiros na detecção do câncer de mama	Ferreira et al.	Escola Anna Nery , 24 .	2020	Analisa o conhecimento, as práticas e atitudes sobre a constatação de câncer de mama por profissionais da atenção primária à saúde	1 - 3

Itinerários terapêuticos das mulheres com câncer de mama: percepções dos enfermeiros da atenção primária em saúde.	Souza et al.	Rev. Pesqui (Univ. Fed. Estado Rio J., Online) LILACS, BDEF - Enfermage m ID: biblio - 1253083	2021	Desvelar as percepções dos enfermeiros da atenção primária quanto a assistência em saúde fornecida as mulheres com câncer de mama.	1
Tecnologia para educação em saúde na prevenção e rastreamento do câncer de mama.	Oliveira et al.	<u>Nursing (São Paulo)</u> ; LILACS, BDEF - Enfermage m   ID: biblio - 1224224	2021	Elucida o uso de tecnologias na educação em saúde para prevenção e rastreamento do Câncer de Mama.	
Rastreamento do câncer de mama na Atenção Básica à Saúde no Brasil: uma revisão sistemática.	Sala et al.	<u>Rev Bras Enferm</u> ; MEDLINE   ID: mdl-34259730	2021	Analisa estratégias de cuidado para rastreamento do câncer de mama na Atenção Básica à Saúde no Brasil.	
Conhecimento sobre câncer de mama entre enfermeiros da atenção primária de Divinópolis	Santos et al.	<u>Nursing (São Paulo)</u> ; <u>LILACS</u> ; <u>BDEF - Enfermagem</u> ID: biblio - <u>1130160</u>	2020	Analisa o nível de conhecimento dos enfermeiros da atenção primária da rede pública de Divinópolis (MG) sobre o câncer de mama.	3

Fatores envolvidos na não realização dos exames de rastreamento do câncer de mama	Souza et al.	<u>Rev. eletrônica enferm LILACS, BDEF - Enfermagem ID: biblio - 1119132</u>	2019	Expõe fatores que demonstraram serem associados a não realização dos exames de rastreamento do câncer de mama foram internos - medos, crenças, conhecimento sobre o câncer de mama e externos - serviços, profissionais de saúde, organizacionais.	4
---	--------------	--	------	--	---

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021

Dentre os artigos selecionados, buscou-se uma reflexão parte dos artigos que venham responder o objetivo proposto no projeto. Após a avaliação desses artigos, estes foram divididos em quatro categorias, de modo a organizar e otimizar uma reflexão sobre eles.

### **CATEGORIA 1 - Descrevendo a importância da enfermagem no processo do cuidar: ação integral na educação em saúde.**

A primeira categoria foi construída a partir de dois artigos intitulado: “Conhecimento, atitude e prática de enfermeiros na detecção do câncer de mama”; “Itinerários terapêuticos das mulheres com câncer de mama: percepções dos enfermeiros da atenção primária em saúde”.

Esse estudo intitulado “Conhecimento, atitude e prática de enfermeiros na detecção do câncer de mama”, relata uma experiência realizada com os enfermeiros sobre conhecimentos, práticas e ações direcionadas a educação em saúde e práticas da enfermagem na detecção precoce e rastreio do câncer de mama, ressaltando a importância das políticas públicas. O texto deixa suma importância do profissional de saúde no que se refere a adesão ao tratamento de doenças diante da prevenção de condições evitáveis.

Ferreira et al. (2020) afirmam que:

É relevante que o enfermeiro desenvolva ações para o enfrentamento à neoplasia mamária, conheça os métodos de detecção precoce e realize ações de rastreamento para identificação antecedente do câncer de mama ou de lesões precursoras em indivíduos assintomáticos o mais rápido possível, para que sejam implementadas medidas efetivas reduzindo sua mortalidade (FERREIRA et al., 2020).

Afirmam ainda, que as principais ações das políticas públicas de saúde acontecem na atenção primária por intermédio do enfermeiro, ressaltando sua responsabilidade e saber qual perfil do paciente ao desenvolvimento da patologia e qual categoria de exame deve ser realizado pela usuária. O aperfeiçoamento dos enfermeiros é fundamental a importância para consolidarem sua presença no serviço de saúde, sendo assim, suas ações serão baseadas no saber científico, implementar ações que minimizem os riscos assistencialistas, possibilitando, dessa maneira, ser instrumento do saber para educar a população. Ferreira et al. (2020) ressalta que:

A educação permanente é um ato estratégico, pois contempla aspectos do pensar-fazer, estimulando a reflexão e criticidade dos profissionais na sua prática, estimulando o indivíduo a avaliar como estão sendo realizadas as atividades, onde precisa melhorar e a responsabilidade de estar executando-as para que se tenham práticas com excelência científica e técnica articulando teoria e prática (FERREIRA et al., 2020).

É primordial o apoio da gestão e do Ministério da Saúde do Brasil para efetivar e assegurar a precaução de garantia à integralidade e prosseguimento da assistência em todos os níveis de atenção à saúde de maneira a prosseguir com a assistência integral para a população em todos os níveis de atenção, melhorando, conseqüentemente, o nível de assistência e alcance das metas das políticas públicas.

O segundo intitulado “Itinerários terapêuticos das mulheres com câncer de mama: percepções dos enfermeiros da atenção primária em saúde”, visa a qualificação da assistência em tempo oportuno, bem como adoção de estratégias de promoção e prevenção para a diminuição dessa enfermidade. Souza et al. (2021) afirma que:

Na detecção de alterações nesses exames, cabe ao enfermeiro encaminhar as mulheres para os serviços de referência em diagnóstico e/ou tratamento. As enfermeiras relataram como acontece a referência aos centros especializados, quando se inicia a assistência à mulher com suspeita ou diagnóstico de câncer de mama (SOUZA et al. 2021).

Felizmente, estamos diante de uma nova era, onde o enfermeiro ganha mais autonomia, onde as pessoas estão mais conscientes da importância da enfermagem. Souza et al. (2021) reforçam que:

[...]considerando que o enfermeiro tem competência para encaminhar usuários aos serviços de referência em diagnóstico e/ou tratamento, otimizando o processo e minimizando a passagem desnecessária das mulheres



por vários profissionais, a fim de tornar o processo menos demorado e burocrático (SOUZA et al. 2021).

Com o intuito de melhorar a saúde no país, programas do Ministério da saúde propôs atribuições para os enfermeiros com foco em contribuir com as ações de controle dos cânceres de colo do útero e de mama no Brasil.

[...] atribuições para o enfermeiro, tais como: atendimento às usuárias de maneira integral, realização de consulta de enfermagem e exame clínico das mamas, coleta do exame citopatológico, solicitação de exames gerais e mamográficos, avaliação de usuárias com sinais e sintomas relacionados aos cânceres do colo do útero e de mama, avaliação dos resultados de exames (SOUZA et al. 2021).

Dessa forma, faz-se necessário destacar a importância da enfermagem, principalmente a atenção básica, pois são cruciais para garantia da assistência integral e de qualidade e aprendizagem, sendo assim, protagonistas do cuidar, de fato, deve estar preparado para lidar com processos de mudanças sociais do cliente, criando vínculos e conquistando com isso a confiança da mulher a entregar seus cuidados a equipe de saúde, trazendo segurança durante o rastreamento e possível tratamento.

## **CATEGORIA 2 - Comunicação e confiança: dificuldades na adesão ao tratamento do câncer de mama.**

A segunda categoria foi construída a partir de dois artigos intitulado: “Rastreamento do câncer de mama na Atenção Primária à Saúde no Brasil: revisão sistemática”; “Tecnologia para educação em saúde na prevenção e rastreamento do câncer de mama”.

O primeiro estudo intitulado “Rastreamento do câncer de mama na Atenção Primária à Saúde no Brasil: revisão sistemática” refere-se às estratégias de cuidado para o rastreio do câncer de mama na Atenção Primária à Saúde no Brasil, tendo foco no cuidado do rastreio do câncer de mama. Entretanto, o enfermeiro deve ter conhecimento relativo para a avaliação dos critérios de solicitação da mamografia de rastreamento através de sistema de informação. Dessa maneira, os treinamentos entre as equipes é considerada uma produção política do trabalho, peça para implementação de um programa com dimensões da integralidade, ao produzir um plano de cuidados que favorece a atenção à saúde da mulher. Sala et al. (2021) reforçam que:

A participação do enfermeiro no processo de trabalho demonstra o fortalecimento político deste profissional, o compromisso com o cuidar e o desenvolvimento da autonomia. Com o passar dos anos, cada vez mais atividades de gestão do cuidado na APS têm sido de sua responsabilidade, reunindo um conjunto de ações para

além da consulta de enfermagem (SALA et al., 2021 p. 5).

É de suma importância reconhecer que o enfermeiro como educador em saúde é o profissional mais habilitado a orientar a mulher dos agravos da doença de câncer de mama, riscos e benefícios do rastreamento mamográfico. Através de ações educativas é possível motivar, esclarecer dúvidas e orientar sobre o bem-estar e qualidade de vida.

As ações englobando atenção ao câncer de mama e de colo do útero, com análise de fatores de risco, abarca uma das dimensões da integralidade, ao produzir um plano de cuidados que favorece a atenção à saúde da mulher. Tal enfoque se mostra ainda um desafio a ser superado na produção do trabalho no cotidiano dos serviços de APS (SALA et al., 2021 p. 5).

Conforme o texto acima, os princípios da integralidade são usados de maneira correta, transcendendo a prática curativa, contemplando o indivíduo inserido em contexto social, familiar e cultural.

Entende-se que o rastreamento de câncer de mama vai além do rastreamento propriamente dito, devem-se compreender as necessidades do paciente e o meio social em que vive, evitando, possíveis barreiras para não adesão do rastreamento e possível tratamento. Considerando o que foi observado, o enfermeiro é um indutor por meio dos vínculos estabelecidos na APS, busca convite para participação, flexibilização das metas do programa considerando análise de viabilidade, fornecendo engajamento comunitário e treinamento da equipe para tomada de decisões para implementar na política.

O segundo estudo intitulado, “Tecnologia para educação em saúde na prevenção e rastreamento do câncer de mama” reforça a importância do uso de tecnologias na educação em saúde para prevenção e rastreamento do Câncer de Mama. Oliveira et al. (2021) dizem que:

[...] diante do avanço tecnológico atual, o uso dessas ferramentas tem se destacado e demonstrado boa aceitação pelo público participante das atividades, devido a sua facilidade de acesso e transmissão de informações. [...] empregando como ferramentas as tecnologias conversacionais (a Internet, mídias sociais, assistentes digitais pessoais, telefones celulares, quiosques de computador), devido o crescimento do uso de plataformas da difusão de conhecimentos, dentreos mais variados grupos de idade (OLIVEIRA et al., 2021 p. 5535).

Apesar de o enfermeiro ter papel fundamental frente ao educar em saúde na prevenção e rastreamento do câncer de mama mediante a rotina árdua nos ambulatorios e centros de atendimento, desenvolvendo comunicação ativa e fortalecendo a relação interpessoal. Essa relação

instalada é imprescindível para promover a adesão à prevenção do câncer de mama. Oliveira et al. (2021) ressalta que:

Obtendo-se resultados significativos diante do uso de uma comunicação ativa e educativa, desenvolvendo uma maior confiança na mulher e fortalecendo a relação interpessoal com os profissionais, conseguindo desta feita, transpor barreiras existentes quanto à procura de ajuda e proporcionando a melhoria na qualidade de vida, sendo demonstrado através do aumento da percepção das mulheres sobre as mudanças em seu corpo, como também da estima e engajamento para o autocuidado (OLIVEIRA et al.,2021 p. 5535).

Em virtude dos fatos mencionados, nota-se que a comunicação é primordial para a informação. Apesar da estratégia inovadora associada ao uso das tecnologias serem importantes, a melhor ferramenta utilizada é a confiança entre paciente e profissional, viabilizando que a informação seja transmitida compreensão do conteúdo e alcançando . O enfermeiro mostra seu papel, enquanto propício na promoção de saúde e valorização do autocuidado, permitindo a elucidação e construção de novos conhecimentos no tocante às práticas de prevenção e rastreamento do câncer de mama.

### **CATEGORIA 3 - Lacuna na educação do enfermeiro sobre a detecção do câncer de mama**

A terceira categoria foi construída a partir de dois artigos intitulado: “Conhecimento sobre câncer de mama entre enfermeiros da atenção primária de Divinópolis”; “Conhecimento, atitude e prática de enfermeiros na detecção precoce do câncer de mama”.

O estudo intitulado “Conhecimento sobre câncer de mama entre enfermeiros da atenção primária de Divinópolis” analisa o nível de conhecimento de rastreamento de câncer de mama entre profissionais da enfermagem e usuários da unidade básica de saúde.

No intuito de desenvolver as necessidades de medidas específicas de assistência social para garantir, orientação, atendimento institucional e reinserção social a esses indivíduos em risco e vulnerabilidade.

Aborda na educação continuada, investimento na capacitação dos profissionais e ampliação da prevenção da doença e promoção de saúde. Tratando-se de estabelecer uma vigilância permanente nesses casos já que neste contexto a capacitação contínua do enfermeiro auxilia no repasse de informações pertinentes à usuária, esclarecendo dúvidas e enfatizando a importância da investigação familiar, desenvolvendo ações educativas e preventivas simultaneamente, tal qual SANTOS et.al (2020)

“A avaliação do conhecimento dos profissionais da Atenção primária sobre câncer de mama, em especial os

enfermeiros, é imprescindível para o delineamento de ações que contemplem capacitações em caráter contínuo e estabelecimento de fluxo de referenciamento com o objetivo de estabelecer uma vigilância permanente” (SANTOS et.al 2020) .

Diante disso, foi revelado uma deficiência na capacitação prática do enfermeiro na detecção precoce e rastreamento do câncer de mama impossibilitando que as usuárias possam ter um diagnóstico precoce. A questão é que os profissionais possuem atitudes adequadas, estudo e interesse ao assunto no entanto o que estes precisam são de cursos, palestras, seminários, métodos de aperfeiçoamento profissional e atualização sobre esta neoplasia para contribuir numa conduta positiva que melhore o rastreamento do câncer de mama, bem como a realização do diagnóstico precoce e diminuição da morbimortalidade por câncer em mulheres.

#### **CATEGORIA 4 - Fatores de impedimento na detecção precoce do rastreamento do câncer de mama.**

A quarta categoria foi estudada a partir do artigo “Fatores envolvidos na não realização dos exames de rastreamento para o câncer de mama”.

O estudo intitulado “Fatores envolvidos na não realização dos exames de rastreamento para o câncer de mama” concerne em analisar possíveis causas na não realização do rastreamento do câncer de mama. Dentre os possíveis motivos estão diversos fatores externos, organizacionais, sociopolíticos, entre outros. Sousa TP et.al (2019) resalta que:

[..] diversos fatores que se relacionaram a não realização dos exames de rastreamento do câncer de mama. Considerou-se como fatores internos aqueles inerentes às mulheres, ou seja, seus medos, crenças/cultura, atitudes de vergonha/pudor, conhecimento acerca do câncer de mama e dos exames de rastreamento, entre outros (SOUSA TP et. al 2019 p. 4).

As mulheres são as que mais sofrem com a falta de recursos básicos oferecidos para a população. Levando em consideração o conceito intrínseco social, cada vez mais se nota a importância de programas que trabalham em prol da longevidade e informação das mulheres. Sousa TP et al. (2019) alega que:

A crença de que a MMG é um procedimento doloroso e o medo da exposição à radiação, sustentam barreiras importantes que aumentam a possibilidade de não adesão a MMG, sendo vista como uma barreira pessoal em uma a cada quatro mulheres. Acrescido a isso existe a idéia do fatalismo, em que as mulheres relatam o medo da detecção do câncer por acreditarem que a doença está vinculada a uma sentença de morte, especialmente

se algum amigo ou familiar encontra-se em tratamento ou morreu em decorrência da doença (SOUSA TP et. al 2019 p. 8).

Frequentemente nos deparamos com o aumento do números de casos de câncer de mama nas cidades brasileiras, um caminho percorrido pelas mulheres acometidas por tal envolve facilidades e dificuldades em seu rastreamento que atinge principalmente em especial mulheres com vulnerabilidade social indicando um perfil de baixa renda inviabilização do diagnóstico e tratamento precoce.

Diante dessa perspectiva é importante mencionar que a realização dos exames está associado as questões multifatoriais acima descritas, e que os programas de rastreamento organizados do câncer da mama reduziram as desigualdades na saúde, para isso seria necessário o investimento público, visando a melhoria da qualidade do serviço. Os resultados indicam que existem desigualdades sociais no desempenho de práticas preventivas, principalmente a depender da raça/cor e nível de escolaridade, sendo necessário identificar possíveis grupos de risco para promover a implementação de ações específicas (SOUSA TP et. al 2019 p. 10).

Sem dúvida, a falta de recurso ainda é um grande problema no país que afeta a maioria da população de países em desenvolvimento, pois afeta diretamente em questões sociais.

Levando-se em consideração esses aspectos externos e internos para não realização dosexames de rastreamento faz-se necessária a importância da educação continuada, pois a educação é essencial que a população , junto aos profissionais da enfermagem com finalidade de trabalharem juntos em ações que incentivem a busca por exames de rastreamento, visando melhor a qualidade de vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa em questão apresenta uma reflexão e discussão acerca do controle do câncer de mama na população feminina na Atenção Primária de Saúde, visando a capacitação do profissional enfermeiro no rastreamento das mulheres principalmente as que apresentam algum fator de risco para a doença, favorecendo um diagnóstico precoce e otimizando as hipóteses de um prognóstico positivo em simultâneo, enfatizando nesse projeto a importância das políticas públicas de saúde, assistenciais e o preparo do enfermeiro e equipe ao acolhimento desta mulher.

Centralizado num dos principais obstáculos ainda enfrentado pelos profissionais de saúde que é a baixa adesão ao tratamento e desinformação

acerca dos exames essenciais para um diagnóstico precoce, dificultando no processo de rastreamento.

Portanto, conclui-se que os resultados da pesquisa em questão apresentados com relação ao papel do enfermeiro no diagnóstico precoce da neoplasia mamária são efetivos mediante reeducação na informação e conhecimento ofertados por este e sua responsabilidade frente à diminuição da desigualdade presente no Brasil que reflete na assistência e acesso ao sistema de saúde, efetivando um dos principais pilares do SUS a integralidade.

## REFERÊNCIAS

ADAMI, H.; HUNTER, D.; TRICHOPOULOS, D. (ed.). **Textbook of cancer epidemiology**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

ARAÚJO NETO, Luiz Alves; TEIXEIRA, Luiz Antonio. **De doença da civilização a problema de saúde pública: câncer, sociedade e medicina brasileira no século XX**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 12, n. 1, p. 173-188, jan.-abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000100010>.

Atty, A. T. D. M., & Tomazelli, J. G. (2018). **Cuidados paliativos na atenção domiciliar para pacientes oncológicos no Brasil**. Saúde em Debate, 42, 225-236.

BARDIN, L. (1991). Análise de conteúdo (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.) Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977)

BARROS PINHEIRO A, SCHOLL LAUTER D, COUTINHO MEDEIROS G, RIBEIRO CARDOZO I, MATTOS MENEZES L, MESSIAS BARRETO DE SOUZA R, ABRAHÃO K, CASADO L, BERGMANN A, SANTOS THULER LC. **Câncer de Mama em Mulheres Jovens: Análise de 12.689 Casos**. Rev. Bras. Cancerol. [Internet]. 30º de setembro de 2013. [citado 15º de novembro de 2021]; 59 (3): 351-9. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/revista/index.php/revista/article/view/500>

BRASIL. Ministério da saúde. PORTARIA GM/MS Nº 3.712, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2020. **Institui, em caráter excepcional, incentivo financeiro federal de custeio para o fortalecimento do acesso às ações integradas para rastreamento, detecção precoce e controle do Câncer no Sistema Único de Saúde**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dez. de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.712-de-22-de-dezembro-de-2020-29578> 8198. Acesso em: 19 de nov. de 2021.

BRAY, F. ET AL. GLOBAL CANCER STATISTICS 2018: **GLOBOCAN estimates of incidence and mortality worldwide for 36 cancers in 185 countries**. A Cancer Journal for Clinicians, Atlanta, v. 68, n. 6, p. 394-424, 2018. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.3322/caac.21492>. Acesso em: 1 de nov. de 2021. <http://dx.doi.org/10.3322/caac.21492>

GIL, R.L. (2008). Licenciatura em Ciências Biológicas, Disciplina de Pesquisa do Ensino de Ciências e Biologia: tipos de pesquisa. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>. Acesso em: 03 de nov. de 2021.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Estimativa 2020: incidência do Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//estimativa-2020-incidencia-de-cancer-no-brasil.pdf>. Acesso em: 06.out.2021.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. . **Ações de controle do câncer de mama**. Rio de Janeiro: INCA, 2021. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-de-mama/acoes-de-controle>. Acesso em: 09.set.2021.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Controle do câncer de mama. Rio de Janeiro: INCA, 2017. Disponível em: [http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes\\_programas/site/home/nobrasil/progr\\_ama\\_controle\\_cancer\\_mama/fatores\\_risco](http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/acoes_programas/site/home/nobrasil/progr_ama_controle_cancer_mama/fatores_risco). Acesso em: 13. Set.2021.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Parâmetros técnicos para rastreamento do câncer de mama**. / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. – Rio de Janeiro: INCA, 2021.

LOPES OLIVEIRA, D. A., SANTOS DUTRA, C. R. ., SANTOS SILVA, M. E. ., PEREIRA DE OLIVEIRA, M. R. ., QUEIROZ DE LIMA, L. J. ., PEREIRA DE LIMA, A. S. ., & PORTELA DE MAMEDE, M.; ASSIS, C. F. A. **mamografia e seus desafios: fatores socioeducacionais associados ao diagnóstico tardio do câncer de mama**. Iniciação Científica CESUMAR, Maringá, v. 1, 2016.

MINAYO, M. C. S. (2010). **Metodologia de pesquisa social em saúde**. In M. C. S. Minayo (Org.), O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde (pp. 39-76). São Paulo: Hucitec.

OHL, I. C. B.; OHL, R. I. B.; CHAVAGLIA, S. R. R.; GOLDMAN, R. E. **Ações públicas para o controle do câncer de mama no Brasil: revisão integrativa.** Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 4, n. 69, p.793-803, 2011.

PINHEIRO, CPO, Silva, RMD, Brasil, CCP, Bezerra., IC, Cavalcante, ANM, Alexandre, AV, & Cruz, CA (2019). **Procrastinação na detecção precoce do câncer de mama.** Revista Brasileira de Enfermagem , 72 , 227-234.

SOUSA, C. N. S.; CARVALHO, J. B. L.; MORAIS, F. R. R. **Rastreamento do câncer de mama: conhecimentos e práticas de trabalhadores na Unidade Básica de Saúde.** REFACS, Uberaba, MG, v. 7, n. 8, p. 306-312, 2019. Disponível em:file:///C:/U. Acesso em: 01 de nov. de 2021.

SOUZA, N. H. A. et al., **Câncer de mama em mulheres jovens: estudo epidemiológico no nordeste brasileiro,** SANARE, Sobral - V.16 n.02, p.60-67, 2017.



**Tarley de Carvalho Silva**

Licenciado em História pela  
Universidade Estadual de Goiás (UEG).  
Pós-Graduado em "Linguagem, Tecnologia em Ensino" pela  
Universidade Estadual de Goiás (UEG).  
Pós-Graduado em "Identidade, Cultura e Região" pela  
Universidade Estadual de Goiás (UEG).

**Marcela Ítalo Rodrigues e Silva Bianco**

Orientadora

## RESUMO

Este trabalho pretende discutir a trajetória do surgimento do município de Itaguaru, desde a criação do povoado em 1946, a criação do Distrito em 1952 e, por fim, a Emancipação Política em 1958. Observa-se que este processo ocorreu lentamente, logo após ter sido colocado em prática a idéia da criação de um patrimônio local nas imediações da próspera região denominada de Cancela da Fazenda de Santo Antônio do Curral Queimado, recebendo origens e influências de várias famílias locais (como o Município de Jaraguá) e de outros estados brasileiros desde os anos de 1937. Dessa maneira, por meio do diálogo entre os autores Ecléa Bosi (1994; 2003), Pierre Nora (1993) e Michel Pollak (1992; 1989), sustentamos nosso presente debate. Entender o processo de formação histórico de Itaguaru-Go requer analisar os sujeitos e objetos sociais, tanto as memórias coletivas e individuais presentes no decorrer da abordagem, como no processo de formação do município. Atentaremos a seguir sobre o que objetivou entender a inserção social destas pessoas as quais inseridas mutuamente contribuíram definitivamente para o desenvolvimento da economia, agricultura, pecuária e por meio de um forte elo religioso. Estes fatores foram à base que muitos almejavam para melhor as relações entre a sociedade local e regiões vizinhas. Monumentos foram deixados como memória local: as entrevistas utilizadas contribuem para a compreensão do contexto local. Em diálogo com pessoas que tiveram um contato há mais de 50 anos atrás, sustentaram as hipóteses da formação da localidade e de uma história que buscou dos fragmentos memoriais dos idosos, fotografias e a análise de textos pessoais deixados pelos fundadores da localidade.

**Palavras-chave:** História; Memória; Itaguaru-Go.

## INTRODUÇÃO

No início do século XX, o estado de Goiás era pouco habitado, com uma grande área demográfica vazia, dessa maneira, o povoamento do Estado somente intensificou-se a partir da grande massa de imigrantes que vieram atraídos pela transformação econômica impulsionada pela construção das ferrovias, entre 1920 e 1930. Incorporando cada vez mais ao mercado desenvolvido da região sudeste, notadamente nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro (FRAGA e ALMEIDA, 2003).

Ademais, a Era Vargas, iniciada em 1930, trouxe uma nova fase ao processo de ocupação agrícola no Estado de Goiás. Assim, o presidente Getúlio Vargas, pressionado pelas novas necessidades da economia mundial, lançou a política conhecida como a “Marcha para o Oeste”<sup>1</sup>.

Por meio dessa passagem histórica do Brasil (Política de Vargas) percebe-se a relação entre o processo de ocupação em Goiás e a vinda das famílias para esse estado, que foram habitando o interior do Estado, em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Assim, para analisar o processo de ocupação das famílias no Estado de Goiás, em especial do município de Itaguaru, destaca-se a memória coletiva para elucidar o processo de formação da cidade e sua construção por meio das famílias locais.

Para tanto, adentraremos no contexto local do município de Itaguaru, na tentativa de se analisar os processos resultantes da formação histórica desse município, baseando em entrevistas e em alguns dados da família Pires de Barros<sup>2</sup> e Carvalho<sup>3</sup>.

Itaguaru é uma pequena cidade do território brasileiro localizada no Centro-Oeste Goiano na Microrregião de Anápolis, em uma altitude de 770m em relação ao nível do mar, e possui uma população estimada em 5.044 habitantes. A área total de Itaguaru é de 240,8 km<sup>2</sup>, e sua densidade demográfica é de 20,95 hab./km<sup>2</sup> (habitantes por km<sup>2</sup>).

Percebe-se que a idealização do processo de formação e construção do município de Itaguaru, consolidou-se de forma lenta e gradual, por meio de fortes influências de famílias que pertenciam ao município de Jaraguá, cidade vizinha. Dessa maneira, o município de Itaguaru em meio a uma localidade de chapadas, foi criado um pequeno povoado em 1946.

Na localidade observa-se que a sua geografia é composta de terrenos declives, terras prósperas, denominada de Cancela da Fazenda de Santo Antônio do Curral Queimado. Dessa maneira, muitas famílias vieram de variadas regiões de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Estas famílias aos poucos se inseriram no contexto local e gradualmente passaram a ter um contanto social com o povoado local, começando a residir nas imediações da

---

<sup>1</sup> Política implantada por Getúlio Vargas em 1930 que visava alcançar uma nova fase do desenvolvimento econômico.

<sup>2</sup> Família de Origem Mineira e Italiana, vindos para Itaguaru em 1940.

<sup>3</sup> Família de Origem Mineira, vindos de Buriti Alegre para Itaguaru em 1940.

futura área que formaria a cidade deixando a zona rural, e passando a manter os primeiros contatos com os habitantes que já moravam ali.

No contexto local dessa região, percebe-se que as primeiras povoações que ali estiveram foram às indígenas, que possivelmente habitavam essas terras antes do povoamento, remetendo a mais de um século, a existência desta cultura indígena nas imediações da futura localidade.

Para melhor compreensão de nosso trabalho, pretendemos analisar as entrevistas, que constituem uma memória individual importante, como fonte de análise.

De acordo com relatos orais obtidos com o professor Eri Borges Evangelista, residente em Itaguaru, na fazenda Sertãozinho, foram encontrados vestígios de cerâmica indígena, durante a aração para o cultivo de terras em sua propriedade na zona rural. Entre estes vestígios estão: pedaços de potes de cerâmica e um cachimbo com um “rosto indígena”, confeccionado pelos antigos moradores, que foram seus antepassados. (EVANGELISTA, Nov. de 2016)

Foram nestas e outras terras, de vegetação nativa e próxima às fazendas circunvizinhas, já habitavam índios que mantinham algumas práticas culturais de raízes dos seus antepassados e que confirmam a hipótese de pequenos grupos indígenas na região.

De acordo com relatos orais do ex-vereador, Sr. Odete Justino de Souza, morador de Itaguaru, ele também encontrou vários pedaços de cerâmica indígena, com formatos diferentes, tais como: potes, vasilhames, travessas e copos, em sua residência na zona rural. O que se observa por meio destes fatos, é a comprovação da presença de povos indígenas nas regiões vizinhas da fazenda Chapadão, como também se pode observar a presença de indígenas em outras localidades próximas ao município de Itaguaru, como na Fazenda dos Motas e outras. (SOUZA, Set. 2016)

Observa-se que a história local de Itaguaru parte de uma perspectiva processual, por meio de idéias de famílias locais que possuíam larga visão de se desenvolver em meio aos obstáculos diários, gerado pela falta de recursos básicos de sobrevivência. Estes fatores foram fundamentais, e tem origens no processo de ocupação de Goiás, e das regiões do interior goiano. Nesse sentido, essas ocupações contribuíram para desenvolver a agricultura, a criação de gado, práticas religiosas, culturais e políticas resultando também na formação de povoados, vilarejos e arraiais no estado goiano. (FRAGA e ALMEIDA, 2003)

Vemos no decorrer do texto, a relação temporal-local abordada tanto na história local, como na história do país. Fatores estes que contribuíram para o desenvolvimento das características de formação de nossa região, durante o povoamento. Assim, percebemos que a memória individual ressalta as lembranças de pessoas importantes para a reconstrução de nossa história local.

Éclea Bosi (2003, p. 17) afirma que “a força da memória coletiva, trabalhada pela ideologia, sobre a memória individual do recordador, o que

ocorreu mesmo quando este participou e testemunhou os fatos e poderia por tanto nos dar uma descrição diferenciada e viva”.

Dessa maneira, observa-se por meio do excerto da autora que a memória coletiva, está fundamentada por uma ideologia que prevalece sempre sobre a memória individual de quem recorda, da pessoa que serviu de testemunho e mostrou algumas descrições de uma memória viva, deixada através dos relatos orais. Observa-se também, que cabe a cada um, recordar a lembrança e, sobretudo interpretá-la, assim como o esquecimento. “Cabe a nós interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento” (BOSI, 2003, p.18).

Ademais, a história do município de Itaguaru, foi construída por meio dos relatos de lembranças, os (testemunhos orais), análise das fotografias, ressaltando a memória dos indivíduos, prevalecendo em nossa abordagem à fundamentação de como interpretar o passado de maneira coerente e eficaz, levando em consideração o esquecimento. Nesse excerto abaixo, Bosi considera sobre o esquecimento: “Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época” (BOSI, 2003, p. 18).

Diante do exposto, observa-se que é por meio das narrativas, dos esquecimentos e omissões, que os fatos históricos são apreendidos dando diversos significados à vida e ao cotidiano das pessoas. Bosi (2003) analisa que são esses “trechos desfiados de narrativa” que demonstram o que há de história, por meio da sensibilidade popular da época.

É desta maneira que buscamos compreender a relação que estes indivíduos de Itaguaru, (memória individual), buscaram em suas narrativas, fragmentos de um tempo importante, de um passado que se consolidou dos fatos e sua veracidade presente dos acontecimentos de nosso povo e a sua história, buscando enfim, sair do “esquecimento” e construir uma narrativa baseada no conhecimento do cotidiano das pessoas.

## **HISTÓRICO DO SR. NAPOLEÃO PIRES DE BARROS E SUA FAMÍLIA**

Mostraremos agora um pequeno histórico local da família Pires de Barros e Carvalho, tentando não vangloriar a imagem de um homem e uma mulher, mas sim mostrar as suas origens para melhor entender o contexto no qual pretendemos trabalhar, partindo da análise destas informações, pretendemos ressaltar a importância dessa família no processo de desenvolvimento geral de nossa pesquisa e de uma ideologia que era dominante da Política influente do Estado de Minas Gerais.

Napoleão Pires de Barros nasceu no município de Tapaciguara, Estado de Minas Gerais, filho de Maria Jerônima e de um médico italiano curador. Sua esposa Francisca Joaquina de Carvalho, nascida aos 22 de fevereiro de 1921, em Píuh Estado de Minas Gerais, era filha de Joaquim José de Carvalho e de Delminda Joaquina da Silveira, conforme mostra figura 01.

Figura 01: Napoleão Pires de Barros e sua esposa Francisca Joaquina de Barros.



Fonte: Dilma Pires de Barros (Arquivo familiar)

Maria Jerônima Pires de Barros (mãe de Napoleão) era filha de uma família tradicional de Tapaciguara, Minas Gerais, cujo pai era fazendeiro influente na região, pois naquele período de 1905 a 1920, a classe média e alta tinha um poder político forte no país, principalmente em se tratando de Minas Gerais, com a política café- com- leite. (FRAGA e ALMEIDA, 2003)

Napoleão nasceu em 10 de setembro de 1920, e perdeu seu avô assim que nasceu, sendo criado pela avó materna, pois sua mãe não tinha condições de criá-lo, devido a problemas de saúde. Após a morte de sua avó materna, Napoleão passa a residir com sua tia Ana Pires, mãe de Julieta, contudo, por pouco tempo, uma vez que em um ano depois, em 1940, casa-se com a jovem Francisca, filha de um fazendeiro da região de Itumbiara-Goiás, o Sr. Joaquim Carvalho e a Sra. Delminda Joaquina.

Após nascer a primeira filha de Napoleão, Divina, seu sogro decide vender a fazenda na região de Itumbiara e juntamente com os filhos, e o próprio genro Napoleão, viaja em busca de terras mais férteis, para a produção agrícola e pastoril. Havia uma propaganda nessa época, de que próximo a região de Itaberaí, havia terras férteis e, esse chamativo, levou o genro de Napoleão a procurar terras na região.

Assim, o sogro de Napoleão compra uma fazenda na região, “Fazenda Cubatão”, possuindo (450 alqueires), localizada mais próxima ao município de Itaguaru do que de Itaberaí. O que se observa, é que esses acontecimentos foram favoráveis para a construção do povoado, que futuramente seria o município de Itaguaru.

Ademais, nesse momento, Napoleão havia vendido seus bens e apurado 30 contos de réis e, assim como o sogro, foi à procura de uma fazenda e se apaixona pela região do chapadão. Dessa maneira, compra sua primeira fazenda, que pertence hoje a seus dois filhos, com distância de um 1 km de Itaguaru.

Por meio da aquisição de compra da fazenda, Napoleão construiu uma história conquistando e idealizando uma cidade, na tentativa de se buscar o progresso e o desenvolvimento da região próxima às imediações de suas terras. Dessa maneira, o município de Itaguaru é construído, partindo

da idealização de um homem que foi buscando melhorias para a região, juntamente com Urgélio Teixeira (Paulista Influente), os dois irmãos Pedro Moreira Damasceno e Joaquim Moreira Damasceno, (Fazendeiros), Antônio Lourenço de Sá (Vaqueiro), e Benedito Ferreira de Castro (Comerciante).

Napoleão sempre buscou idéias inovadoras, trabalhando arduamente, para tanto, arrendou suas terras, foi comerciante, trabalhou de servente, fazia fretes, além de outros trabalhos, conseguindo desta maneira comprar mais terras de seus cunhados e se tornar fazendeiro influente na região. Era um homem muito honesto, de persistência, garra e desta maneira teve grande destaque local, na figura 02, temos a fotografia do Sr. Napoleão Pires de Barros, idealizador da Cidade de Itaguaru-Go.

Esta é a história conhecida de Napoleão Pires de Barros, contada e narrada desde a sua chegada a terras itaguaruenses. Observa-se por meio de muitos outros relatos, é de que se produziu uma história atrelada à imagem de um homem duro a Napoleão, dominador, conquistador, idealizador comparado a um grande “coronel”. Talvez o fato de Napoleão tiver sido gestor municipal, por meio de dois mandatos como prefeito da cidade, contando com o grande apoio do Governador do Estado de Goiás, à época, Mauro Borges, tenha contribuído para a imagem de Napoleão a de um coronel (FRAGA e ALMEIDA, 2003).

Contudo, percebemos a história de um personagem tão importante para a vida e a construção do município de Itaguaru, uma vez que, pelo outro olhar do lado da história, também notamos que ele foi um homem que tomou rédeas e colaborou definitivamente para a formação deste município, foi bem-sucedido, seja em família, e em sociedade. Dessa maneira, também se produziu uma série de versões sobre o seu caráter e a sua benevolência, bem como a sua visão como um bom negociante, a sua intenção como um bom administrador, tornando-se hábil nas relações políticas, tanto na região de Itaguaru, quanto no estado. Na figura 02, temos Napoleão e autoridades locais, entre eles o Governador do Estado Mauro Borges, na Inauguração do Palácio dos Três Poderes, Sede administrativa do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário de Itaguaru.

Figura 02: Napoleão Pires de Barros e Governador do Estado de Goiás Mauro Borges



Fonte: Dilma Pires de Barros (Arquivo familiar)

Nesse tocante, aos poucos Napoleão foi adquirindo uma posição social de destaque na sociedade com êxito tanto na vida pública quanto no comércio. Esse fato lhe rendeu a presidência do Partido Social-Democrata (PSD) no município, aliado à direção do Movimento Evangélico<sup>4</sup>. Dessa maneira, Napoleão conseguiu posicionar-se como um forte líder dentro da organização deste Movimento em Itaguaru. Não obstante, Napoleão alcançou também uma notável atuação na área comercial, ajudando a engrandecer e estruturar a instituição do comércio no município de Itaguaru.

Pioneiro e grande idealista, o primeiro a empreender uma lojinha, a primeira do povoado, ele próprio diz: “Logo que construí, coloquei uma lojinha de tecidos e artigos de armazém. Eu comprava mercadoria em Anápolis para revender em Itaguaru e Uruana. Esta lojinha eu só abria à noite e aos domingos” (BARROS, 1986, p.7). Assim, observamos o aumento populacional do município, com a ajuda do então “menino Itaguaru”. Este grande líder faleceu em 07 de outubro de 2001, aos 81 anos de idade, vítima de chagas no intestino.

## REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Pollak (1989), a memória coletiva é estruturada por diferentes pontos de referência situados na memória da coletividade, incluindo, sobretudo, os monumentos, as paisagens, as datas, os personagens históricos. Nesse sentido, a memória coletiva apresenta a sua importância, pois devido a ela, uma comunidade ou sociedade, pode ter as suas tradições, costumes, folclore, música e algumas tradições culinárias sempre lembradas.

Observa-se dessa maneira, segundo o autor, que a memória coletiva inclui uma série de características, e isto sustenta a idéia de que, toda a cultura dos sujeitos sociais os tem como partícipes da memória local. De acordo com Pollak, há uma relação entre a memória coletiva e a memória individual, para tanto o autor ressalta afirmando:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contatos entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum(POLLAK,1989, p. 04).

O autor analisa os benefícios que a memória traz em relação aos contatos com a lembrança e aos testemunhos, até então postos como comuns e suficientes entre a conjuntura do coletivo e do individual. Assim,

---

<sup>4</sup> Movimento Evangélico: População massiva de Itaguaru que apoiava o PSD.

Pollak observa o “privilégio” de ter a memória em relação aos menos favorecidos:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas e que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 04).

Pollak observa a importância das memórias coletivas, uma vez que essas memórias são responsáveis por perpetuarem a histórias das páreas da sociedade, dos menos favorecidos, a história não-oficial, aquela que não será contada pelos discursos oficiais.

Segundo aborda Pierre Nora (1993) em seu texto “A problemática dos lugares” houve uma forte decadência pondo um fim na história-memória, resultando na aceleração da história como expressão significativa de um passado morto e esquecido e foi neste momento, que se ascendeu a consciência de algo terminado e acabado. É neste viés que Nora ressalta o momento sublime de articulação resultante de uma consciência da ruptura entre passado e futuro.

Na perspectiva apresentada por Nora (1993), percebemos que existe uma oposição entre história e memória, ou seja, a memória é vida, carregada constantemente por grupos vivos e que permanece em constante evolução, sendo aberta para uma dialética. Esta é fruto da lembrança ou do esquecimento, também do inconsciente e de suas deformações sucessivas, vulneráveis a fortes manipulações, quer sejam, constantemente as longas latências e algumas revitalizações repentinas.

Pollak (1992) põe em problemática uma constante ligação entre memória e identidade social, portanto referindo apenas à abordagem histórica como problema da identidade. O autor aqui nos traz para a discussão a história oral, os seus vestígios da memória, a memória política, algumas histórias de vida, que aos poucos vai se tornando um desafio de como interpretar este material das memórias coletivas com uma pura legitimidade.

Vemos a memória sob os efeitos de uma relação, ou seja, uma ruptura no elo de uma identidade bastante antiga, pondo fim na evidência: a adequação da história e da memória. Se houvesse ainda vestígios da memória não teria necessidade de consagrar lugares, desde que, não haveria lugares onde a memória seria transportada pela história, enfim cada gesto cotidiano, vivido, quer seja na esfera da repetição religiosa ou numa identificação carnal do ato e do sentido.

Ainda que encontre vestígios e marcas de uma constante mediação não estamos dentro de uma verdadeira memória e, sim, em uma relação pertinente entre a memória-história. Já a constituição em “um povo da memória”, excluía plenamente a preocupação com a história e sua abertura para um mundo totalmente moderno lhe impondo a necessidade de verdadeiros historiadores.



De acordo com Pollak (1992), entendemos que, além das várias projeções que ocorrem plenamente, quer sejam fruto de algumas relações a eventos, lugares e personagens, levam à problemática dos vestígios datados da memória, ou seja, tudo aquilo que fica gravado como data precisa dos acontecimentos, quer sejam da vida pública, familiar ou privada.

Para Pollak (1989), “uma memória, ao ser definida como comum há algum grupo social, mesmo que diferenciado dos outros, fundamenta-se principalmente e vai aos poucos reforçando os sentimentos de pertencimento nas suas várias fronteiras, quer sejam, socioculturais, ao qual também cita alguns exemplos, como memória nacional, coletiva e individual.

Segundo é caracterizado por Bosi (1994), existe duas memórias, ambas assentadas firmemente na distinção entre a percepção pura e a própria memória: a conservação de um passado que atua constantemente no presente de maneira heterogênea, onde o corpo guarda os esquemas de comportamento, muitas vezes sua ação atua constantemente sobre as coisas tratando-se da memória-hábito, ou seja, a memória dos mecanismos motores.

De acordo com Bosi (1994), a memória-hábito vai aos poucos servindo de esforço da atenção e também pela repetição de alguns gestos ou palavras expressas. Um exemplo citado pela autora é Bérqson, que analisa profundamente estes fatos resultantes de um processo, fruto das exigências da “socialização” que enfim, faz presente em muitos elementos da vida cotidiana exigindo dela alguns movimentos da memória-hábito, sendo parte constante do nosso “adestramento cultural”.

Em outra perspectiva a seguir, vemos que a lembrança pura vai aos poucos se atualizando na “imagem-lembrança”, e que segundo a autora, a consciência é trazida à tona com um momento único e singular, sem se repetir, irreversível, o da vida, possuindo forte caráter mecânico, onde o aparecimento se perpetua constantemente por vias da memória. Assim, Bérqson nomeia de inconsciente, a poesia e o sonho, onde são latentes as zonas profundas do “Psiquismo”.

A seguir, nosso trabalho partirá do entendimento de como culminaram as primeiras iniciativas do surgimento do povoado, (entre eles, os próprios fundadores) e da sua idealização, idéia antes já pensada e que se desenvolveu num processo de luta, culminando na primeira medida adquiridas para loteamento.

## **O SURGIMENTO DO POVOADO EM 1946**

O surgimento do município de Itaguaru, assim como os outros municípios do estado de Goiás, teve a sua origem relacionada à imigração, ou seja, a chegada de pessoas como fazendeiros, trabalhadores (vindos de Minas Gerais) e outros lugares para trabalhar nas terras recém-habitadas. Esses novos habitantes, ao chegarem à região, se surpreenderam com a potencialidade das terras, pois estas eram uma verdadeira mina de ouro goiana, onde tudo que plantava, colhia com abundância. Assim, a fartura

dominava uma região cheia de matas verdejantes, frescas, sombrias e de grande desenvolvimento agrícola e produção de leite. (FRAGA e ALMEIDA, 2013)

Nesse sentido, as fazendas do interior de Goiás ganharam fama, por serem tomadas de terras férteis e produtivas. Tal acontecimento fez com que as pessoas se dispersassem cada vez mais, escolhendo a região para habitarem, chegando diversas famílias de outros locais para morarem no estado. Outros fatores que ajudaram no desenvolvimento da região de Itaguaru foram à inexistência de uma política local de assistência ao povoado que ali já habitava, com escassos recursos de toda ordem, como: medicamentos, alimentação. Dessa maneira, criaram-se as primeiras iniciativas de criação do povoado e posteriormente o seu desenvolvimento.

Observa-se, assim, a relação estreita do surgimento de pequenas povoações nas imediações das terras pertencentes ao município de Jaraguá atrelado à memória local, até então tida como fator chave das discussões analisadas por Bosi (1987):

O narrador está presente ao lado do ouvinte. Suas mãos, experimentadas no trabalho, fazem gestos que sustentam a história, que dão assas aos fatos principiados pela sua voz. Tira segredos e lições que estavam dentro das coisas, faz uma sopa deliciosa das pedras do chão, como no conto da Carochinha. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana (BOSI, 1987, p. 49).

Segundo a autora, diante do exposto acima, há uma constante relação entre narrador e ouvinte, e os fatos presenciados no trabalho humano, sustentando assim a sua voz como sujeito histórico. Veremos então a memória do fazendeiro, fundador de Itaguaru e Juiz Distrital, o Sr. Urgélio Teixeira, paulista que chegou com a família na região por volta de 1940: “Nesta época, Itaguaru era apenas um patrimônio chamado Chapadão, isto porque as terras do local eram chapadas” (Teixeira, Jan. de 1980).

Urgélio Teixeira deixa alguns registros na criação do patrimônio, ou seja, ele foi um conselheiro para a história local, responsável por ajudar Napoleão a convencer as famílias locais a doarem as terras ao prefeito de Jaraguá para a construção de um loteamento. Teixeira tinha conhecimento destas famílias residentes no contexto local, pois o próprio Napoleão só chegou à região no ano de 1942 na região.

Ademais, é de importância ressaltar não apenas a resistência da sociedade civil dominante em seus discursos ideológicos, mas também a resistência da memória local objetivada a restaurar o silêncio do passado de Itaguaru, que para o entendimento de Pollak(1989, p.05), “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.

É necessário, segundo o que é colocado no texto, atentar aos excessos dos discursos oficiais, ou seja, a memória da elite e atentar a sociedade civil, pois o próprio Urgélio desempenhou cargo oficial de Juiz Distrital.

O abastecimento de alimentos no geral era feito pelos municípios maiores como Itaberá, Jaraguá, Anápolis e Uruana. Os meios de transportes eram muito precários, feitos a cavalo, carro-de-boi ou a pé e, devido às chuvas, era mais difícil o transporte na região. A vida imposta na época era rústica, a sua prática constante era sofrida, pois era o início da vida desses novos habitantes, que não desistiram dadas às dificuldades enfrentadas.

Veremos agora em relação ao comércio, uma referência forte como o nome da Sra. Lazarinda do Amaral Siqueira e seu esposo Antônio Soares Siqueira, que foram os primeiros habitantes do povoado. Esse casal eram donos inicialmente de uma venda de secos e molhados e depois da “Pensão e Rodoviária Santa Marta”. Assim, veremos a seguir a memória da Sra. Lazarinda há esse tempo: “... fazia compra em atacados nos municípios vizinhos, principalmente em Anápolis, onde era transportados em cargueiros, carros-de-bois” (Siqueira, Set. 2003).

Percebemos no decorrer do processo histórico, que as iniciativas (fundadores locais), foram de pessoas que tinham fortes relações sociais, tanto no comércio, agricultura, criação de gado e no contato com outras famílias que já possuíam terras nas redondezas de Jaraguá, fazendas prósperas e a maiorias destes, eram serialistas, produtores de leite e agricultores.

## **OS RELATOS ORAIS**

Agora mostraremos de acordo com os relatos orais, sustentados nas idéias de Pollak, Bosi, e dos filhos dos fundadores do município, o que eles relembram dos fatos da criação de Itaguaru. A história da consolidação e criação do município de Itaguaru que pode ser entendida pela garra de pessoas que enfrentaram as mais diversas dificuldades, não medindo esforços para alcançar o objetivo comum em se criar o povoado. Assim, Napoleão, juntamente a outras pessoas, conseguiu o êxito de consolidar a construção e consolidação de Itaguaru.

Parte das entrevistas a seguir foi retirada dos textos redigidos pelo próprio Napoleão, escritos em 07 de agosto de 1986. Baseados em análises feitas destes escritos, constata-se que a primeira idéia da criação da cidade surgiu espontaneamente entre algumas conversas cotidianas entre famílias vizinhas da região, no ano de 1943.

De acordo com Pollak, vemos a influências dos lugares como objeto de memória “Além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares. Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (POLLAK, 1992, p. 03). É possível analisar que não apenas os sujeitos da história, ou

seja, os personagens configuram em si a memória, mas os lugares onde é congelada a memória como símbolo da lembrança e seus marcos deixados.

Houve também profundas transformações históricas, sociais, políticas e econômicas, no decorrer os fatos históricos na formação do povoado, a criação do distrito e, por fim, a fundação histórica de Itaguaru, em 14 de novembro de 1958, iniciando os trabalhos administrativos municipais em 01 de janeiro de 1959.

Segundo caracteriza Pollak:

Além das diversas projeções, que podem ocorrer em relação a eventos, lugares e personagens, há também o problema dos vestígios datados da memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento. Em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida pública vão ser ora assimiladas, ora estreitamente separadas, ora vão falar no relato ou na biografia (POLLAK, 1992, p. 03).

Por meio desse excerto, observa-se que além dos outros objetos que projetam a memória, foi colocada em questão a datação dos vestígios na memória como um acontecimento marcante. Também se faz a análise do uso e assimilação das datas utilizados na vida, quer seja pública ou privada. Veremos de acordo com o autor, o que ele refere sobre o que constitui a memória: “Além dos acontecimentos, a memória é constituída por pessoas, personagens.” (POLLAK, 1992, p.02)

Por meio desse entendimento, observa-se que os personagens que constituem a história de formação de Itaguaru, são partícipes dos acontecimentos locais e memórias deste processo civilizatório. Para tanto, veremos o que diz a professora Joana Lourenço de Sá Ribeiro, a respeito de sua experiência pública, ela que foi filha do fundador de Itaguaru, o Sr. Antônio Lourenço de Sá. Segundo a memória a que se refere à participação de seu pai na luta pelo desenvolvimento geral de Itaguaru, após a morte dos pais, a professora assumiu grande responsabilidade em cuidar dos irmãos mais novos, relatando a influência de pessoas que vieram trabalhar em Itaguaru:

Tudo na vida existe o primeiro passo, Itaguaru me orgulha, pois, o meu querido pai ajudou com grande esforço neste início. Hoje já se completa 53 anos. Parabéns, Itaguaru, cidade simples e hospitaleira, aqui sentimos uma grande família com garras, unida por um Itaguaru melhor. Orgulho-me de ver pessoas que vieram de outros lugares firmes na luta como você, Renata, o Hélio, Drª. Rosana, Dr. Siguero e muitas outras. Amo Itaguaru, fico triste quando vejo pessoas mudando e procurando melhoras. Nossa cidade se encontra ainda adormecida, mas isto com o tempo vai passar. (Ribeiro, Nov de 2011).

Analisando a fala da Sr<sup>a</sup>: Joana Lourenço (67 anos) percebe-se sua alegria ao relatar o esforço de seu pai de origem no município de Jaraguá, e sua luta dele em ver a concretização de um Itaguaru acolhedor. A professora menciona também sobre a vinda de pessoas em busca de trabalho e conclui que se sente triste em ver as pessoas mudarem em busca de oportunidades melhores em outros locais.

Segundo Bosi:

As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um de seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual (BOSI, 1989, p. 344)

Vemos que a autora levanta questões a respeito das lembranças deixadas pela família e entre seus membros, constituindo uma memória fundamental, cheia de diálogo, mostrando suas próprias origens e o próprio sentimento individual de cada integrante. Podemos, dessa maneira, observar a importância da fala dos familiares dos fundadores, como “guardiões da memória”.

De acordo com Cecília Lourenço de Sá Domingues (78 anos) filha de Antônio Lourenço de Sá, doméstica e esposa do agricultor Ademar Moreira Domingues (79), mostrará que a memória destes ilustres indivíduos em relação à construção histórica de Itaguaru e a contribuição de suas respectivas famílias. Cecília Lourenço relata:

Meu pai foi um dos primeiros moradores daqui, foi vaqueiro do Sr. José Moreirinha, era pobrezinho, adquiriu as coisas trabalhando. Meu pai comprou um rancho do Sr. José Rufino e construiu a casa, o pedreiro foi o Sr. João Vieira de Uruana, esta casa também abrigou o Sr. Ronan Rezende, quando chegou aqui. Havia uma casa de despejo, servia de garagem, foi feita pelo Sr. João Vieira e terminado pelos seus filhos após sua morte, Gabriel e Valdemar. Quando meu pai veio de Jaraguá para a roça, fez primeira uma tenda, depois um ranchinho e por fim uma casa de pau a pique. O Sr. Antônio Tonico fez uma casa para meu pai, de tijolos na roça. O tio Pedro Moreira morreu em uma vendinha do Sr. Manoel Meningido, estava perto da porta em pé e de repente caiu morto (Domingues, Março de 2018).

Aqui são perceptíveis os fatos confirmando a memória destas mulheres e a relação dos fatos com lembrança de família, fundamentando

assim a história local de nossa cidade. De acordo com Ademar Moreira Domingues (79 anos), percebemos os seguintes fatos:

Meu pai chegou a Itaguaru em 1925, vieram de carro de boi de Minas Gerais e foram morar na fazenda do Sr. Herculano Galdino de Oliveira. Minha avó Maria Rosa do Amor Divino, também morava nas terras do Sr. Herculano e foi sepultada na frente da casa dela. O meu sogro, Antônio Lourenço comprou as terras do Sr. Antônio Alves (Domingues, Maio de 2018).

A família do Sr. Ademar Moreira eram fazendeiros aqui, inclusive seu pai o Sr. Manoel Moreira Domingues, vemos então a relação de agricultores e outros pequenos latifundiários na construção de nossa história. Entrevista com o sobrinho do fundador Benedito Ferreira de Castro. Ele que foi toureiro o Sr. Doroci Alves de Oliveira (81 anos) nos relatou:

Minha mãe morreu em 1952, fui criado em Uruíta, voltei para Itaguaru, fui toureiro mais o Lázaro Veriano, depois fui pra Anicuns em 1958, casei, tive três filhos, e depois de viúvo vim morar com o Benedito (Prego) meu irmão. Fui também vaqueiro do Sr. Joaquim José de Carvalho, sogro do Napoleão, ajudei o Maro Carvalho mudar os moveis do bar dele para a roça de carro de boi. Todos os familiares dos fundadores possuem em si alguma lembrança referente a fatos deixados pelo passado e que vêem a memória com marcos importantes da nossa história local (OLIVEIRA, Maio de 2018).

Entrevista com a ex-professora aposentada Sr<sup>a</sup> Edna Gebrim Teixeira, era nora do fundador Sr. Urgelio:

Em agosto de 1964, eu e seis amigas professoras, chegamos a Itaguaru, cidade humilde hospitaleira e com finalidade de levar às crianças e jovens o aprimoramento cultural, convidadas pelo então prefeito, Sr Napoleão Pires de Barros, de saudosa lembrança. Foram trinta e um anos vividos ali, de muitas lutas, trabalhos e alegrias. A cidade, que acabara de se tornar emancipada, passou a trilhar o caminho do desenvolvimento. Éramos sete jovens, normalistas, repletas de idealismo e coragem. Coragem sim, pois que longe de nossas famílias, enfrentamos com galhardia nossa nova missão: EDUCAR! Passados os anos, vemos o resultado daqueles primórdios de nossa vida de educadoras. Itaguaru trilha o caminho desenvolvimento físico e cultural, o que nos enche de alegria e satisfação. “Sou grata a Deus e a todos que de uma maneira ou outra me deram a oportunidade de acompanhar e vivenciar o progresso dessa cidade hospitaleira. A educação foi o

pilar de sustentação da criação do Distrito em 1952, pois foi através da luta da construção do primeiro grupo, que os moradores da zona rural passam, a residir no povoado e trazendo posteriormente o progresso e o desenvolvimento (TEIXEIRA, Abr. de 2014).

Analisando a fala da ex-professora Dona Edna Gebrim, vemos que o que ela menciona a respeito da educação em Itaguaru, esta educação visionária e que foi responsável por desenvolver o povoado, pois a população fixava mais aqui, trazendo segundo ela o progresso e o desenvolvimento geral do pequeno povoado.

## **O INÍCIO DO LOTEAMENTO**

Em 1946, Napoleão juntamente com Urgélio Teixeira saiu em busca de doadores do terreno para a construção do povoado. Inicia-se a luta para o convencimento dos fazendeiros do chapadão. “Fomos no Joaquim Moreira, Antônio Lourenço de Sá e Benedito Ferreira de Castro... pedimos cooperação.” (BARROS, 1986, p.5)

Napoleão, conseguindo o terreno, dá início ao loteamento, com um total de 06 (seis) alqueires. Primeiro cada fazendeiro doou um 1 alqueire , totalizando 3 alqueires, a terra não foi suficiente, voltaram e pediram mais cooperação, até totalizar em 6 alqueires.

Os seguintes proprietários das terras foram: Benedito Ferreira de Castro e sua esposa Benedita Ferreira Bueno, que doaram 2 alqueires, Antônio Lourenço de Sá e sua esposa Evangelina de Lima, que doaram 2 alqueires e meio, Joaquim Moreira Damasceno e sua esposa Emilia Duarte de Lima que doaram 1 alqueire e meio.

Pedi a Deus que me ajudasse naquela peregrinação. Deus me ouviu. Me veio a ideia de doar o terreno para a prefeitura de Jaraguá para o prefeito lotear o terreno e vender os lotes para pagar o serviço, as despesas. Reunimos os doadores e suas devidas esposas e fomos, a cavalo, para Jaraguá afim de passar as escrituras dos terrenos doados, ... partimos para o loteamento do terreno. Consegui o seu Jarbas Arantes, agrimensor, para fazer o loteamento, onde trabalharam várias pessoas todas sem ônus... (BARROS, 1986, p .5)

Desta forma, a terra doada foi constituída para a fundação da nova localidade. As primeiras providências tomadas foi o levantamento da região e o loteamento da futura zona urbana. Esta última transcorreu sob a orientação dos agrimensores Jarbas Campos Arantese o Sr. Ditinho(Benedito)Borges vindo de Uruana.De acordo com o Sr. Jovino Moreira Damasceno “[...]na medição dos primeiros lotes trabalharam arduamente meu pai, Joaquim Moreira Damasceno, meu irmão Julião Moreira, Luís Lourenço de Sá, estes usavam foices para fazer piquetes, meu

outro filho irmão o Francisco puxava a corrente para a medição”(Damasceno, Jan de 2014).

Já realizadas as medidas nas quais o empreendimento exigia, surge então o povoado do Chapadão numa região muito fértil, onde a agropecuária se fazia no decorrer do tempo. Muitas estradas foram abertas em sistema de mutirão realizado com foices, enxadas, picaretas e enxadões, etc. Entre elas a estrada de Jaraguá. Percebe-se que no decorrer dos fatos a influência de Napoleão nas decisões dessa construção foram marcantes. Vejamos a memória desse pioneiro quando se refere a isto:

Terminamos o loteamento e partimos para fazer uma escola, muitos ajudaram. Quando estava bem adiantada a construção, saiu uma verba para uma escola no município. Então lutei para o prefeito ceder para o povoado do Curral Queimado. Ele resolveu ceder. Construimos a escola com a qual eu tanto sonhava (BARROS, 1986, p.5).

Esta primeira escola teve o nome de Grupo Escolar Napoleão Pires de Barros. Com a criação desta escola e o terreno loteado, a população passa a fixar no povoado. Vemos também a preocupação que o Sr. Napoleão tinha em relação ao bem-estar social dos moradores em geral no povoado e também da educação local que vinha padecendo muito, pois não havia escolas e poucos professores.

De acordo com Abel (Tibelo) Ferreira Bueno: “Napoleão, foi o intermediário na compra e na venda dos lotes. Os documentos eram feitos no cartório de Uruana e Jaraguá, as pessoas iam a cavalo ou em carro de boi”. (BUENO, Maio de 2000) Na região não existia estradas para automóveis, a ligação com Jaraguá era feita em um trieiro. As primeiras iniciativas de Napoleão em relação às estradas foram convocar a população da região para que em forma de multirões abrissem estradas.

Partimos então para fazer a estrada de automóvel [...]. Convidei o povo para me ajudar, em três juntaram 325 homens que trabalharam de enxadão, machado, picareta. Eu a cavalo, marcava o rumo da estrada e de 2 em 2 metros, marcava os trechos”... Conseguimos mais esta vitória, e resolvemos convidar o prefeito para inaugurar a estrada, ele veio num fusquinha e chegou buzinando “Bipe, Bipe”, nós soltamos muitos foguetes e foi muito bom, porque muita gente ali não conhecia um carro (NAPOLEÃO, 1986, p.6).

As estradas foram muito importantes para o desenvolvimento do comércio, pois facilitam a comercialização das mercadorias e as rotas contribuíram para melhor trafegar como os meios de transporte existentes. Segundo o depoimento de Dona Ana (Nega) Martins de Oliveira,



esposa do Sr. Macionil Galdino, (o “Veim”), ao que refere na construção das estradas:

Eu colaborei no mutirão para a construção da estrada que vai ao Peri (Perilândia), fazendo biscoitos um dia inteiro, para a merenda dos trabalhadores, perto de uma cancela da antiga estrada que ligava Itaguaru a Jaraguá, uma tarefa árdua para dar lanches aos trezentos e vinte e cinco homens que construíram a estrada (OLIVEIRA, Jan de 2014)

Napoleão, sendo o principal autor das ideias e das iniciativas, procura não se esquecer de frisar a participação da comunidade nessa empreitada. De acordo com sua história contada, afirma que não construiu nada sozinho, vemos enfim que as “memórias coletivas”, são fundamentais para o desenvolvimento de uma história local:

E em todas estas etapas o povo estava comigo. Neste dia pedi ao prefeito Dr. Peixoto da Silveira para me ajudar a escolher o nome do povoado. Devido ao fato de o povoado Curral Queimado estar entre em Itaberáí, Jaraguá e Uruana, resolvemos colocar o nome de Itaguaru. Todo o povo ficou satisfeito. Autorizado pelo prefeito, comecei a vender os lotes para pagar o agrimensor. Os preços dos lotes eram de 50 a 100 mil réis. O povo cooperou como sempre. Vieram seus primeiros moradores e fizeram barracas de folha de bacuri. Os primeiros foram José Rufino e família, Pinguinho (Domingos Ferreira da Costa) e família, Antônio Laurindo e família, Manuel Tônico e família, João de Souza e família e outras que não lembro. A primeira venda era do Pinguinho (BARROS, 1986, p.7).

Ele era um homem de boas ideias, sempre pedia sugestão a população nas decisões para não magoar os habitantes e nem seus amigos, foi através de seu grande empreendimento que se desenvolveu povoado no decorrer de pouco tempo. “O nome de Itaguaru foi sugerido pelo prefeito de Jaraguá na época o Dr. José Peixoto da Silveira, que formou o nome da junção de três sílabas, originada dos municípios vizinhos”. (NAPOLEÃO PIRES). ITA- de Itaberáí; **GUA**-Jaraguá e **RU**- de Uruana. As primeiras famílias a habitarem aqui foram: “os Srs. Herculano Lemes dos Santos, Antônio Soares Siqueira e Domingos Francisco Paixão”(BARROS, 1986).

Com um grande impulso e desenvolvimento no povoado devido ao esforço e empenho dos moradores, nos finais de semana e nos dias das festas, as populações das fazendas vinham rotineiramente para a cidade, nos dias de semana trabalhavam na roça. Com a ideia da criação de uma escola a população passou a se fixar mais no povoado para estudarem, este povoado foi então elevado à categoria de **Distrito pela Lei Municipal de 31 de janeiro de 1952**, aprovada pela Câmara Municipal de Jaraguá mudando

o nome de Chapadão da Fazenda Santo Antônio do Curral Queimado, para Itaguaru. De acordo com as lembranças de Napoleão afirma que:

Logo começaram a construir, o Sr. José Moreira, tradicional família Moreira, Benedito Ferreira, Joaquim Moreira, Manuel Abadia e eu, Napoleão, Benedito Branco, Benedito Machado e outros assim foi crescendo. Logo que construí, coloquei uma lojinha de tecidos e artigos de armazém... Esta loja só abria a noite porque eu tinha que trabalhar o dia.... Depois resolvi comprar um caminhão. .... Fui na agência em Anápolis... ... Comprei o caminhão por 75 contos de réis. Paguei 50 contos e fiquei devendo 25. Fui trabalhar para pagar, trabalhei dia e noite (BARROS, 1986, p.7).

O seu companheiro o Sr. Benedito Souza, em um depoimento, conta que:

Aqui ninguém tinha carro, o primeiro que comprou foi o Napoleão, fazia frete para todo mundo. E depois ele comprou uma perua que levava o povo para Goiânia. Ela cabia 16 pessoas, lá ia um dia e voltava no outro. Naquele tempo a estrada que levava a Goiânia, passava em Itaberaí primeiro. Era muito ruim, a gente saía cedo e chegava em Goiânia a noite.(SOUZA, Set.2003)

Vemos a memória dos companheiros de Napoleão, ao que referem a sua luta para Itaguaru, e frisamos o “companheirismo” e a lembranças que as pessoas guardam em si deste fundador.Itaguaru se torna município e tem seu primeiro prefeito.Seis anos após tornar-se Distrito, Itaguaru foi elevada à condição de município por força de **Lei Estadual nº2101, de 14 de novembro de 1959**, passando a constituir Termo Judiciário da Comarca de Jaraguá.O primeiro prefeito de Itaguaru, Morbeck José de Andrade e a 1ª dama Maria Sandoval (01/01/1959 a 31/01/1960), foram nomeados pelo então governador do Estado, José Feliciano Ferreira.De acordo com Andrade

Mais ou menos nos anos de 1959-1960, Morbeck foi prefeito nomeado pelo Governador. O gabinete do Morbeck era na casa de Napoleão, depois na casa de João Galdino. Depois que construíram o Fórum, o gabinete do prefeito passou para o prédio do Fórum da cidade. (ANDRADE, Set.2003 )PRIMEIRA-DAMA

O gabinete do prefeito funcionava antigamente nas residências, depois da construção do fórum o poder foi transferido para lá.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Obtivemos como resultados alcançar conhecimentos maiores e juntamente mostrar uma análise desde o início do povoado, que dificultoso,

porém vemos a superação dos obstáculos na luta pela consolidação de um ideal revolucionário que surge através de memórias quer seja, coletivas ou individuais, contribuindo definitivamente como participes e sujeitos sociais.

Cabe ainda ressaltar os ganhos que foram em estudar a história de um povo, e saber que suas origens, desde a vinda das primeiras famílias, de uma terra com grande cultura, região de desenvolvimento. Foi pelo esforço total de memórias coletivas, um conjunto de pessoas com gênios admiráveis, famílias de origem de Jaraguá e outros estados e que desempenharam papel marcante na história local de Itaguaru.

Sendo assim, vemos que as memórias das famílias dos fundadores, ao qual ressalta Bosi (1989), são através de lembranças do grupo doméstico, ou seja, cada indivíduo familiar que guardou vínculos e lembranças difíceis de separar, vínculos que mostram que esta história de Itaguaru se efetivou através das origens e que estas famílias influentes tiveram sim de acordo com a autora um “sentimento individual pertinente”.

Vemos que, esta memória individual dos relatos orais levantadas no decorrer do trabalho foi fruto de vivências e das práticas no cotidiano dos filhos que herdaram dos pais, momentos simbólico deles, e que ao morrerem deixaram fragmentos de momentos sublimes e marcantes do passado e que ajudaram significativamente a comprovar nossa “veracidade dos fatos” no decorrer da história de Itaguaru.

Segundo é retratado por Pollak (1992), existe uma constante relação entre a identidade social e a memória, mas ressalta que existe a problemática da abordagem histórica como problema de identidade. Relação esta pertinente em nossa análise de reescrever a identidade destes sujeitos sociais e indivíduos plenamente importantes.

Baseados numa história oral, de vestígios, fragmentos na memória, uma memória política e as várias histórias de vida, torna desafio grande de “legitimar” estas memórias coletivas.

Segundo aborda, Nora (1993) é através de uma relação efetiva entre “história e memória”, carregada pelos grupos sociais vivos e que se mantém em evolução abertas a uma “dialética”. Enfim, entender a memória como substância social de acordo com Bosi (2003), nas análises de Bérghson, mostra que os “lugares”, a “natureza” e a “cidade” possuem lições importantes da (psicologia social) compreendida para um jovem recém-pesquisador.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao analisarmos toda a trajetória percorrida através do presente trabalho, podemos compreender que a formação histórica de Itaguaru, se efetivou do empenho total de memórias coletivas e individuais. Foi um processo que culminou conforme as necessidades básicas deste povo, onde cada fato ocorreu em virtude do tempo necessário para que se efetuassem. Assim surge Itaguaru.

Desde a vinda das famílias de outros Estados, e pessoas empenhando neste processo desde as minorias (os menos favorecidos), aos

grandes (classe média), e todos os outros sujeitos históricos foram marcantes nesta luta. Enfim, notamos nos relatos e vivências deixados pelos fundadores, que eles foram os testemunhos que serviram de articulação dos fatos deixados na “lembrança” uma memória que foi comprovada através da realidade vivida.

Compreendemos que a história local de Itaguaru é sustentada por vários pilares, entre eles, a falta de um elo religioso, político, econômico e social, uma educação formadora de cidadãos voltada para o desenvolvimento de um povo estabelecendo sua conjuntura social.

Itaguaru foi fruto de grandes conquistas, onde o povo lutou em prol de uma vida digna, desde a cooperação das terras a Jaraguá, para a construção de um pequeno povoado, a insistência de verba para construção de uma escola, a construção da estrada que vai a Jaraguá através de mutirão, favorecendo o intercâmbio de mercadorias.

Muitas edificações contribuíram para o desenvolvimento de Itaguaru, entre elas a construção da SANEAGO, onde o fornecimento de água favoreceu o saneamento básico, a edificação do Colégio Estadual Artur da Costa e Silva em 1970, a base da educação Ginásial, a construção do Palácio dos Três Poderes, magnífica obra municipal que desempenhou a realização dos trabalhos administrativos de grande valia ao povo Itaguaruense.

Percebemos que a história de Itaguaru se legitimou conjuntamente, através, de objetivos criados que alcançaram bons resultados. Analisar a cooperação do povo numa empreitada é lançar a mão ao arado, e jogar a sorte de colher frutos saborosos e doces, depois de lançado a boa semente. O desenvolvimento deste povo que através da luta constante, em busca de uma vida digna, de dias melhores e de uma independência política.

Por fim, vemos o valor das memórias tanto da memória individual dos pequenos, como sujeitos importantes, a memória coletiva, os pequenos grupos sociais de famílias goianas, povo importante para o povoamento da cidade. Concluímos que Itaguaru é prova viva de luta, incluindo famílias de várias outras localidades, de um povo simples e hospitaleiro. Constatamos isso ao analisar os “testemunhos locais” reconstruindo uma história legitimada, fundamentada na “memória local” de um povo que buscava progresso e anseios de uma vida melhor cada dia.

Conseguimos chegar a tal auge de desenvolvimento, por que o povo lutou a todo instante, os recursos chegaram ao próprio tempo e as necessidades foram suprimidas conforme surgiam às dificuldades, hoje se tem uma verdadeira realidade e foi em um dia desses que nasceu o “menino Itaguaru”, assim como o próprio Napoleão disse.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Sandoval de. **Maria Sandoval de Andrade**: entrevista [Setembro de 2003] Entrevistadora: Ângela Maria de Souza Fraga, Itaguaru, set. 2003 Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

BARROS, Napoleão Pires de. **Napoleão Pires de Barros**: documentos contendo 20 páginas, Itaguaru, 1986

BOSI, Ecleia. “**Memória e sociedade: lembrança de velhos**”, 3º Ed, Companhia das letras: São Paulo, 1994

\_\_\_\_\_. “O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social: Ateliê Editorial, São Paulo, 2003

BUENO, Abel Ferreira. **Abel Ferreira Bueno**: entrevista [Maio de 2000]. Entrevistadora: Ângela Maria de Souza Fraga. Itaguaru, maio. 2000. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

DAMASCENO, Jovino Moreira. **Jovino Moreira Damasceno**: entrevista [Janeiro de 2014] Entrevistador: Tarley de Carvalho Silva, Itaguaru, jan. 2014. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

DOMINGUES, Cecília Lourenço de Sá. **Cecília Lourenço de Sá Domingues**: entrevista [Março de 2018] Entrevistador: Tarley de Carvalho Silva, Itaguaru, março. 2018. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

EVANGELISTA, Eri Borges. **Eri Borges Evangelista**: entrevista [Novembro de 2016] Entrevistador: Tarley de Carvalho Silva, Itaguaru, nov. 2016. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

FRAGA, Ângela Maria de Souza; ALMEILDA, Antônio Carlos de: **Lembranças e Memórias da Relação de Poder de Napoleão Pires de Barros na Construção do Município de Itaguaru entre as décadas de 40 e 70**, Itapuranga: 2003

NORA, Pierre. “**Entre memória e história: a problemática dos lugares**”. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

OLIVEIRA, Ana dos Santos de. **Ana dos Santos de Oliveira**: entrevista [Janeiro de 2014] Entrevistador: Tarley de Carvalho Silva, Itaguaru, jan.2014. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

OLIVEIRA, Dorocí Alves de. **Dorocí Alves de Oliveira**: entrevista [Maio de 2018] Entrevistador: Tarley de Carvalho Silva, Itaguaru, maio. 2018. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

POLLAK, Michael. “**Memória e identidade social**”. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. “**Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

RIBEIRO, Joana Lourenço de Sá. **Joana Lourenço de Sá Ribeiro**: entrevista [Novembro de 2011] Entrevistador: Tarley de Carvalho Silva, Itaguaru, nov. 2011. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

SIQUEIRA, Maria Lazarinda Amaral. **Maria Lazarinda Amaral Siqueira**: entrevista [Setembro de 2003] Entrevistadora: Ângela Maria de Souza Fraga, Itaguaru, set. 2003. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

SOUZA, Benedito Pereira de. **Benedito Pereira de Souza**: entrevista [Setembro de 2003] Entrevistadora: Ângela Maria de Souza Fraga, Itaguaru, set. 2003. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

SOUZA, Odete Justino de. **Odete Justino de Souza**: entrevista [Setembro de 2016] Entrevistador: Tarley de Carvalho Silva, Itaguaru, set. 2016. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

TEIXEIRA, Edna Gebrim. **Edna Gebrim Teixeira**: entrevista [Abril de 2018] Entrevistador: Tarley de Carvalho Silva, Itaguaru, abr. 2018. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

TEIXEIRA, Urgélio. **Urgélio Teixeira**: entrevista [Janeiro de 1980] Entrevistadora: Renilde Ribeiro de Andrade, Itaguaru, jan. 1980. Entrevista concedida por meio de mídias digitais: telefone e e-mail

Apostila de Dados Históricos do Município de Itaguaru, Mimeografada, 2001  
<https://www.ferias.tur.br/cidade/2197/itaguaru-go.html> Acesso em: 04 jun. 2018



## **Sobre os Organizadores**

### **Profª MSc. Helena Portes Sava de Farias**

Mestre em Desenvolvimento Local (2015), possui graduação em Enfermagem (2006), Licenciatura em Letras (2006) e especializações em Saúde da Família (2013), Enfermagem do Trabalho (2009) e Terapia Intensiva (2007) pelo Centro Universitário Augusto Motta. Consultora em Aleitamento Materno em Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Assessora editorial e sócia da Editora Epitaya. CEO da Mãe Enfermeira Consultoria Materno infantil. Atualmente é

docente no Curso de Graduação em Enfermagem e Pós-Graduação Lato Sensu em Saúde da Família do Centro Universitário Augusto Motta. É professora conteudista de disciplinas online na área da saúde. Criadora do aplicativo EDUSAÚDE. Criadora de conteúdo sobre Educação, Publicação Acadêmica e Aleitamento Materno no YouTube. Organizadora de dez livros na área da enfermagem, com vinte e cinco capítulos de livros publicados, 16 artigos em revistas científicas e mais de cem trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Enfermeira que acredita e investe no poder transformador da educação em saúde. Tem experiência na área de Enfermagem, Publicação Acadêmica, Tecnologias, Aleitamento Materno, Saúde Coletiva e Saúde da Família com ênfase na Educação em Saúde e Educação popular.

**Link do Currículo Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/6894100533869006>

## **Publicação em capítulo de livro**


A coletânea de artigos em livro digital visa democratizar o acesso dos pesquisadores brasileiros à publicação de suas pesquisas, teorias e métodos. A Editora Epitaya recebe os textos e após a revisão por pares, o material é publicado.


Todos os livros possuem registro de ISBN e os capítulos são registrados no DOI (Digital Object Identifier System).


## **Verifique os textos aceitos para publicação como capítulo de livro**


- Trabalho apresentado em congresso internacional, nacional, regionais e/ou encontros de pesquisa;
- Trabalho de Conclusão de Curso / Monografia;
- Dissertação de Mestrado;
- Tese de Doutorado;
- Relatório de Pesquisa;
- Relatório de Pesquisa Pós-Doc;
- Artigo de Pesquisa original;
- Artigo de Revisão;
- Artigo de Opinião;
- Artigo de Relato de Experiência;
- Demais formatos, verificar com a assessoria editorial.


Para maiores informações, entre em contato!

[contato@epitaya.com.br](mailto:contato@epitaya.com.br) 

[www.epitaya.com.br](http://www.epitaya.com.br) 

[@epitaya](#) 

<https://www.facebook.com/epitaya> 

(21) 98141-1708 





EDUCAÇÃO, SAÚDE E SOCIEDADE:  
INVESTIGAÇÕES, DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS FUTURAS

HELENA PORTES SAVA DE FARIAS

  
epitaya  
Editora

ISBN: 978-65-87809-55-7

